

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**CULTURA, POLÍTICA E AGRICULTURA
FAMILIAR:**

**a identidade sócio-profissional de empresário rural como
referencial das estratégias de desenvolvimento da
citricultura paulista**

MARIE ANNE NAJM CHALITA

ORIENTADORA: PROF^a DR^a. ANITA BRUMER

TESE DE DOUTORAMENTO

Porto Alegre, julho 2004

Et j'ai suivi le vol d'un ange
 Il m'a emmené jusqu'à toi
 un battement de cils
 et tu es là
 La nuit, plus rien ne nous dérange
 La raison est un fil de soie
 on la sent plus fragile
 C'est bien comme ça
 Mais dis-moi...

Toi, est-ce que tu rêves encore?
 Toi, est-ce que tu vas toujours caresser le ciel?
 Toi, est-ce que tu cherches encore?
 Toi, est-ce que tu veux toujours effleurer le soleil?

Et j'ai suivi le vol d'un ange
 comme un voyage au fond de moi
 Juste en fermant les yeux
 et tu es là
 La nuit a ce pouvoir étrange
 De nous faire aller jusque-là
 où même les oiseaux
 n'arrivent pas

Toi, est-ce que tu rêves encore?
 Toi, est-ce que tu vas toujours caresser le ciel?
 Toi, est-ce que tu cherches encore?
 Toi, est-ce que tu veux toujours effleurer le soleil?

On frôlait l'océan
 Est-ce que tu te rappelles?
 On partait droit devant
 On rêvait
 de voler là-bas
 à l'autre bout du ciel, à l'autre bout du ciel

Pour Sophie, in memoriam, ma souer qui, à l'autre bout du ciel, est mon étoile

*Para Gabriel, ontem, hoje e sempre, meu belo filho.
Por você, Lé, que me faz desfrutar do prazer de conhecer e viver um tão imenso amor.
E me faz assim perseverar.*

AGRADECIMENTOS

Um trabalho que se estende no tempo nem sempre é contínuo. Tal foi o caso deste. Por problemas de ordem profissional e pessoal, a redação da versão final do presente estudo interrompeu-se quando retornei da França. Ao retomá-la em 1999, diante do distinto desenho institucional da pós-graduação no Brasil, tive que passar pelo mestrado. Esta longa trajetória percorreu ainda perdas e instabilidades pessoais, com muitas interrupções. Fico satisfeita de ter concluído, pouco sendo alterada a versão que tinha já em 1991, com a necessária atualização de alguns dados e reflexões.

Ao introduzir, desta forma, os *agradecimentos*, pretendo enfatizar que as histórias de vida são únicas e atravessam muitas vezes, de forma inesperada, planos e projetos profissionais. Por isso mesmo, as pessoas que fizeram parte desta trajetória assumem uma importância ainda maior para mim, neste momento em que redijo estas considerações, após a defesa da tese. Agradeço imensamente a todos que me apoiaram, em primeiro lugar, ao compreenderem a veemência das situações inusitadas que se apresentaram diante de mim e ao compreenderem as diferenças de respostas emocionais que as pessoas podem dar diante de determinados acontecimentos.

As circunstâncias externas e nosso *self* tecem de forma variada o contexto no qual desenvolvemos uma atividade profissional qualquer. Ao revisitar meus passos no processo de produção desta tese, reconheço, por isso mesmo, mais ainda, a importância do abrigo solidário que recebi do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS na pessoa da Prof^a Dr^a Clarissa Eckert Baeta Neves e da Prof^a Dr^a Anita Brumer, minha orientadora. Não cansarei de insistir na importância que foi concluir esta tarefa acompanhada pelo Prof^o. Dr. José Carlos dos Anjos (UFRGS/PPGS Sociologia) que, sempre tão amigavelmente, forneceu-me sugestões valiosas. Nos seus princípios, fui guiada pelo Prof^o. Dr. Odaci Luiz Coradini (UFRGS/PPGS Política), pelo Prof^o. Dr. José Graziano da Silva (UNICAMP/Economia) e pela Prof^a Dr^a Nicole Eizner (Groupe de Recherches Sociologiques/Université Nanterre/Paris X) que acompanhou meus passos nos dois primeiros anos da produção do trabalho (1989/90-1990/91).

Agradeço ao CNPq pela bolsa de doutorado concedida e pela possibilidade que me foi dada de manter os vínculos institucionais, renovando a espera pela conclusão deste trabalho. Desejo estar disponibilizando algumas reflexões úteis e pertinentes sobre aspectos de nossa realidade rural.

Lembro-me de todos os entrevistados, produtores e tantos outros agentes com quem mantive contatos regulares e que compõem o campo citrícola, alguns abriram suas casas e varandas onde por horas conversamos. À FASE, ao Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados de Bebedouro, à ACIESP, à CONTAG e à FAESP, que, de distintas formas, permitiram-se adentrar na reflexão que eu queria fazer.

Alguns pesquisadores que encontrei pelo caminho como o Prof. Dr. Orlando Martinelli e a Prof^ª Dr^ª. Vera Rodrigues trouxeram inestimáveis contribuições, assim como os professores que fizeram parte da banca de minha dissertação de mestrado e qualificação da tese, Prof^ª Dr^ª Sônia Laranjeira, Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto, Prof. Dr. José Vicente dos Anjos e Dr^ª Marinês Grando.

Tive a honra de dialogar no momento da defesa da tese com uma banca composta por pesquisadores que muito admiro: Prof^ª Dr^ª Delma Pessanha Neves (PPG Antropologia/Univ. Federal Fluminense), Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto (PPG Desenvolvimento Rural/UFRGS), Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos (PPG Sociologia/UFRGS), Prof. Dr. Jalcione Almeida (PPG Desenvolvimento Rural e PPG Sociologia/UFRGS) e, minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Anita Brumer.

À Denise Jesien Farias, Regiane Accorsi e Patrícia, da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, por estarem sempre dispostas a providenciarem apoio estratégico e palavras de incentivo quando foi necessário.

Com muita força e emoção, agradeço aos meus amigos de além-academia: Tânia Thercov, Françoise Reverdy, Sônia Reyes, Sheila Nunes, Ângela, Romério Marx, Marcos Bicalho, Rosa Maria Mancini, Valéria Dressano, Rita, Cida e Jorge Luiz (Joca). À minha prima Germaine e meu primo Gilbran, agradeço o carinho tão especialmente familiar e fundamental. Vocês todos foram demais! Foram meus muitos anjos! Habitam para sempre meu coração!

Agradeço aos meus pais, José Gabriel e Marie Lise, pelo apoio permanente e inestimável.

Agradeço meu filho Gabriel, por toda a força, cotidianamente renovada, que me deu, quando eu não via mais onde pisar. E que compreendeu e soube perdoar (e esperar passar) meus momentos de fraqueza e desesperança e que, na sua ainda tenra idade, me acalentou.

Agradeço a Sophie, por ser minha eterna, única e amada irmã. Saudades, dor sem descanso. *Queria ter estado contigo.*

INDICE

RESUMO	09
LISTA DE SIGLAS	10
LISTA DE TABELAS, MAPAS, QUADROS, DIAGRAMAS, FIGURAS E ANEXOS	11
INTRODUÇÃO	13
PROBLEMA DE PESQUISA	21
HIPÓTESES	26
COLETA DE DADOS	28
CAPÍTULO I: A IDENTIDADE SÓCIO-PROFISSIONAL DE EMPRESÁRIO RURAL COMO MEDIAÇÃO ENTRE SUJEITO E ESTRUTURA	32
1.1. Revisitando conceitos sobre a agricultura familiar	35
1.1.1. O conceito de agricultura familiar	35
1.1.2. A diferenciação interna da agricultura familiar	39
1.1.3. Reelaborando uma categoria a partir de relações sociais	46
1.2 Análise cultural na sociologia: representações sociais e ideologia	52
1.3 <i>Habitus</i> e <i>ethos</i> de posição	57
1.4 Identidade: socialização e poder	64
1.5 Identidade sócio-profissional como relação à ação política: a constituição das estratégias de desenvolvimento da citricultura	71
1.6. A propósito de uma síntese conceitual	77
1.7. Procedimentos metodológicos e planos analíticos da investigação	82
CAPÍTULO II: AS TRANSFORMAÇÕES DOS GRUPOS SOCIAIS E AS ORIGENS DO <i>HABITUS</i> EMPRESARIAL NA AGRICULTURA REGIONAL	90
2.1. Os processos de apropriação da terra e da organização do trabalho	91
2.1.1. O "coronel" e o patrimonialismo das fazendas de gado	91
2.1.2. A oligarquia e o produtivismo das fazendas de café	95
2.1.3. O agrarismo x o industrialismo	99
2.1.4. A articulação entre a agricultura e a agroindústria de transformação	101
2.1.4.1. A laranja como alternativa: o "ouro amarelo" da exportação e o começo da transformação industrial	104
2.2.4.2. A transitoriedade da produção familiar: o surgimento do trabalhador temporário e a emergência dos <i>produtores familiares modernos</i>	120
2.2. As origens do <i>habitus</i> empresarial no centro das transformações dos grupos sociais	127
CAPÍTULO III: A INTEGRAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E A AGROINDÚSTRIA: POSIÇÕES SOCIAIS E A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ECONÔMICO	130
3.1. As novas dinâmicas em torno da terra, trabalho e mercado	131
3.1.1 As requisições técnicas e as formas de apropriação da terra	131
3.1.2 As alterações na organização e na divisão do trabalho	139
3.1.3 A segmentação comercial: os vários planos do mercado	146
3.2 As diferentes posições sociais no campo econômico da citricultura	154
CAPÍTULO IV: TRAJETÓRIA SOCIAL E <i>ETHOS</i> DE POSIÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES MODERNOS	161
4.1. Ser produtor moderno: um peso, várias medidas	161
4.1.1 Um peso, a terra: a origem e trajetória sociais classificam os pequenos, médios e grandes proprietários	164
4.1.1.1. Ser herdeiro: da fazenda ao sítio ou à chácara	165
4.1.1.2. Ser ex-colono, ex-meeiro: terra de trabalho	167
4.1.1.3. Ser profissional liberal ou comerciante: terra de investimento	170

4.1.2 A inserção na dinâmica competitiva e as possibilidades iniciais de acumulação econômica: reclassificam os pequenos, médios e grandes produtores	171
4.1.3 Várias medidas: a gestação do ideal empresarial enquanto produção sociocultural dos <i>produtores familiares modernos</i>	178
4.1.3.1. A tradição rural e a vocação agrícola	179
4.1.3.2. O saber-prático e a experiência	181
4.1.3.3. O trabalho e a gestão familiares	183
4.2. Representações sociais enquanto mediações culturais na configuração do campo conflitual na citricultura	190
4.2.1 Terra de especulação e terra de produção	191
4.2.2 As técnicas e a <i>técnica</i>	194
4.2.3 A consagração do referencial tecnológico e o <i>ethos</i> empresarial	195
CAPÍTULO V: INSTITUIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E A AÇÃO POLÍTICA DOS PRODUTORES FAMILIARES MODERNOS: A PUBLICIZAÇÃO DA IDENTIDADE SÓCIO-PROFISSIONAL DE EMPRESÁRIO RURAL	202
5.1 A institucionalização dos interesses: pulverização e centralização da representação política	204
5.1.1 Contestação e fragilização dos sindicatos e a emergência das associações civis na ação política setorial	204
5.1.2 O local e o regional como referência sociocultural do poder político e ideológico da ACIESP no campo econômico da citricultura	226
5.2 As associações representativas e os alinhamentos do oligopólio industrial	231
5.3 Os conflitos sociais no campo econômico da citricultura	234
5.3.1 As relações comerciais entre produtores e indústrias e sua expressão na formação dos preços das frutas	236
5.3.1.1. O mercado internacional de suco de laranja e sua influência na formação dos preços das frutas	237
5.3.1.2. A formação dos preços das frutas pela mediação das relações contratuais entre produtores e agroindústrias	238
<i>1ª fase A entrada do país no mercado internacional de suco de laranja e a adoção de contratos à preço fixo</i>	241
<i>2ª fase Os antecedentes dos contratos de participação: o bloqueio das agroindústrias e o distanciamento do Estado como árbitro dos conflitos</i>	244
<i>3ª fase A afirmação do país no mercado internacional de suco e a adoção ampliada dos contratos de participação</i>	248
<i>4ª fase a busca de estabilidade no mercado internacional de suco e os contratos plurianuais seleção e integração dos produtores</i>	253
5.3.2 As lutas sociais e a nova categorização dos trabalhadores assalariados: entre a agroindústria e os produtores familiares modernos	266
5.3.2.1. A significação do processo de afirmação política dos trabalhadores assalariados	267
5.3.2.2. As imagens sociais dos produtores familiares sobre a ação política dos trabalhadores assalariados	279
5.4 Os conflitos sociais, a ação política e a associação de interesses no centro das estratégias de desenvolvimento da citricultura	287
CAPÍTULO VI. IDENTIDADE SÓCIO-PROFISSIONAL DE EMPRESÁRIO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO NA CITRICULTURA	299
6.1 Cultura, política e produtores familiares modernos de laranja: as referências culturais para e na ação política	299
6.1.1 O referencial cultural setorial <i>para a ação política</i> : os sentidos e práticas vivenciadas como fundadores do paradigma cultural de identificação	300
6.1.2. As contribuições do referencial cultural global: qualidade, produtividade e competitividade do <i>agrobusiness</i>	309

6.1.3 A articulação entre o referencial setorial e global pela ação política: a produção da ideologia política	315
6.2 A identidade sócio-profissional dos produtores modernos: a produção do empresário rural como referencial das estratégias de desenvolvimento da citricultura	324
CONCLUSÃO	337
ANEXOS	344
REFERÊNCIAS	391

RESUMO

Este trabalho procura analisar a produção e a apropriação de significações socioculturais ao longo da trajetória social dos *produtores familiares modernos* de laranja no Estado de São Paulo, município de Bebedouro. A pesquisa empírica realizada centrou-se no universo dos pequenos proprietários de terra (com até 50 ha) devido às grandes transformações pelas quais eles passaram no que diz respeito às formas sociais de produção, num período de duas ou três gerações. Suas experiências vivenciadas no tempo e no espaço social, ao fazerem, dinamicamente, parte do campo conflitual na citricultura em torno da *terra, trabalho, técnicas de produção e mercado*, estruturam referências significativas e particulares da *identidade sócio-profissional de empresário rural*, face aos outros grupos sociais presentes na esfera da produção agrícola. Estas referências os articulam com o contexto atual de competitividade na citricultura, influenciando a direção das estratégias de desenvolvimento do setor. Os *produtores familiares modernos* apresentam uma grande adaptação à lógica agroindustrial de produção e comercialização e revelam modos de inserção estrutural, funcional ou cultural, a partir dos conflitos sociais. Trata-se, portanto, de compreender sua constituição social através da gênese e afirmação de seus princípios identitários, levando em conta os fatores de ordem objetiva (complexidade estrutural), mas dando uma importância particular à análise de suas representações sociais e à ação dos mediadores políticos a partir destas representações.

ABSTRACT

This research analyses the production and the appropriation of social and cultural significations as long as the social trajectory of *modern familial producers* of oranges in São Paulo, district of Bebedouro. The empirical work turns on little owners of land (until 50 ha) due to the large transformations that affected them concerning social forms of production during two or three generations. Their experiences in social time and space compose the dynamics of the conflict camp of the orange production towards *land, labor, production techniques* and *market*. They indicate the most important and particular references of the socio-professional identity of the rural *empresario*, in face of the others present social groups. These references put them in relation with the actual context of economic competition and point forward the sector development strategies. The *modern familial producers* are adapted to the agro-industrial logic of production and commercialization and confirm modes of structural, functional and cultural insertion in the social conflicts. The objective is to understand their social constitution by the origin and the affirmation of their identity principals, considering objectives factors but specially their social representations and the political action of their sector leadership.

SIGLAS

ABECITRUS Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos
ABRA Associação Brasileira pela Reforma Agrária
ABRACITRUS Associação Brasileira dos Citricultores
ABRASSUCOS Associação Brasileira das Indústrias de Sucos Cítricos
ACIESP Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo
ANIC Associação Nacional das Indústrias Cítricas
ASSOCITRUS Associação Paulista dos Citricultores
BADESP Banco do Desenvolvimento do Estado de São Paulo
BID Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNY Bolsa de Nova Iorque
CACEX Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CANECC Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico
CAPDO Cooperativa Agrária dos Produtores de Café do Oeste de São Paulo
CATI Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral da Secretaria da Agricultura
CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COBAL Companhia de Abastecimento de Alimentos
CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas
COOPERCITRUS Cooperativa dos Citricultores do Estado de São Paulo
CPT Comissão Pastoral da Terra
CREAI Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil
CTC Comissão Técnica da Citricultura
FAESP Federação da Agricultura do Estado de São Paulo
FAO Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FASE Federação das Associações para Assistência Social e Educativa
FERAESP Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETAESP Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo
FIESP Federação de Indústrias do Estado de São Paulo
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA Instituto de Economia Agrícola
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITAL Instituto de Tecnologia de Alimentos do Instituto Agrônomo de Campinas
MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NAFTA Acordo de Livre Comércio da América do Norte
PNRA Plano Nacional de Reforma Agrária
SERSA Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados
SNCR Sistema Nacional de Crédito Rural
SR Sindicato Rural (ou Patronal)
STR Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UDR União Democrática Ruralista

LISTA DE TABELAS, MAPAS, QUADROS, DIAGRAMAS e FIGURAS

Mapa *Localização de Bebedouro no Estado de São Paulo.*

Quadro 1. *Quadro metodológico da investigação: identidade sócio-profissional e estratégias de desenvolvimento da citricultura.*

Diagrama 1.1. *Síntese conceitual: referências socioculturais na estruturação do campo econômico da citricultura.*

Diagrama 1.2. *Planos metodológicos de análise da identidade sócio-profissional e das estratégias de desenvolvimento setoriais.*

Quadro 1.1. *Quadro analítico da investigação: identidade sócio-profissional de empresário rural e estratégias setoriais de desenvolvimento.*

Diagrama 1.3. *Esquema estrutural da tese por capítulos.*

Mapa 2.1. *Bebedouro como centro polarizador e irradiador da cultura de laranja.*

Figura 2.1. *O futuro dos laranjais. Matéria do Jornal de Bebedouro, 28/01/1939.*

Mapa 2.2. *Localização dos postos de fiscalização sanitária e a territorialização da citricultura no nordeste do Estado de São Paulo*

Tabela 2.1. *Indústrias de transformação (produção de SLCC): localização, ano instalação, capacidade de transformação inicial, 1974/75.*

Quadro 2.1. *Principais ações dos agentes produtivos durante a formação inicial do campo econômico da citricultura.*

Tabela 2.2. *Indústrias de transformação (produção de SLCC): localização e ano de instalação.*

Quadro 2.2. *Principais acontecimentos do período inicial de formação do campo econômico da citricultura.*

Tabela 2.3. *Alterações nas áreas plantadas com culturas temporárias, Bebedouro, 1950-1972.*

Tabela 2.4. *Número e tamanho das propriedades por grupo de área, Bebedouro, 1975, 1980, 1985 e 1991.*

Tabela 2.5. *São Paulo, Produção de laranjas por grupos de área (1.000 frutos colhidos), 1970-1980.*

Tabela 3.1. *Número de imóveis rurais com pés em produção no Estado de São Paulo, 1980/81, 1985/86 e 1995/96 (e variação).*

Tabela 3.2. *Participação percentual das categorias de imóveis rurais na produção total do Estado de São Paulo, 1980/81, 1990/91 e 1995/96 (e variação)*

Tabela 3.3. *Número de pés novos e participação das categorias de imóveis (%) no total de pés novos de laranja no Estado de São Paulo, 1980/81, 1990/91 e 1995/96 (e variação).*

Tabela 3.4. *Milhões de pés novos plantados segundo as categorias de imóveis, 1990/91 e 1995/96.*

Figura 3.1. *Calendário de colheita de laranja do Estado de São Paulo.*

Tabela 3.5. *Produção paulista de laranja: produção e destino (1.000 caixas de 40,8kg) (1979-1988).*

Quadro 5.1. *Regras, acordos e normas relevantes na citricultura.*

Quadro 5.2. *Rede institucional do campo econômico da citricultura.*

Quadro 5.3. *Principais instituições por natureza do segmento representado, 1964/1999.*

Quadro 5.4. *Política pública voltada à citricultura.*

Quadro 5.5. *Principais medidas de política comercial para a fruta e para o suco de laranja*

Quadro 5.6. *Venda de subprodutos: produção e valor.*

Gráfico 5.1. *Custos de industrialização e comercialização do suco (base 1986/1987)*

Gráfico 5.2. *Comparação entre o preço da caixa de laranja de 40,8 kg nas três propostas de contratos da indústria (um ano, dois anos e três anos) e a proposta dos produtores, base 1991/1992*

Quadro 5.7. *Ações coletivas no campo econômico da citricultura no período de regulação estatal, 1974-1979.*

Quadro 5.8. *Principais ações individuais e coletivas para a constituição do campo econômico da citricultura, anos 1980-90.*

Gráfico 5.3. *Evolução do preço médio de exportação do suco concentrado e do preço equivalente pago aos produtores de laranja, 1964-1985.*

Gráfico 5.4. *Evolução do preço da laranja e do custo de produção agrícola, 1964-1984.*

Diagrama 6.1. *Referências culturais para e na ação política.*

Diagrama 6.1. *Planos de análise da identidade e das estratégias de desenvolvimento setoriais.*

ANEXOS

ANEXO I: Roteiros de entrevistas

Roteiro de entrevistas com produtores (trajetória e posição sociais: representações)

Roteiro de entrevistas com informantes qualificados

ANEXO II: Tabelas, mapas e figuras

Tabela 1. *Área colhida de laranja, por Estado, Brasil, 1975, 1980 e 1985-94.*

Tabela 2. *Produção de laranja por Estado, 1975, 1980 e 1985-94.*

Tabela 3. *Número de pés novos em produção, cultura da laranja, Estado de São Paulo, 1980 e 1985-94.*

Tabela 4: *Participação das DIRAs de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto no número total de pés e produção de cultura da laranja no Estado de São Paulo, 1967/68 –1990/91.*

Tabela 5. *Produção colhida número de pés, rendimento e valor da produção dos principais municípios citrícolas, 1970.*

Tabela 6. *Produção, número de pés, rendimento e valor da produção principal municípios citrícolas, 1975.*

Tabela 7. *Produção, número de pés, rendimento e valor da produção dos principais municípios citrícolas, 1980.*

Tabela 8. *Produção, área, número de pés, rendimento e pés plantados em Bebedouro, 1970, 1975 e 1980.*

Mapas 1. *Produção e expansão territorial da citricultura no Estado de São Paulo, 1950-1980.*

Mapa 2. *Localização geográfica dos principais municípios citrícolas paulistas.*

Tabela 9. *Efeito substituição atribuído à laranja para as DIRAS de Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, 1968/69-1973/74 e 1974/75 – 1982/83.*

Tabela 10. *Evolução da Exportação de Suco Concentrado Congelado de Laranja, Brasil.*

Mapa 3. *Localização das indústrias de suco no Estado de São Paulo, 1997.*

Tabela 11: *Empresas processadoras, localidade e ano de instalação.*

Tabela 12. *Indicadores de concentração de mercado pelas agroindústrias processadoras.*

Tabela 13. *Participação Percentual da Exportação Brasileira de Suco Concentrado de Laranja, 1993.*

Figura 1. *A utilização da terra no município de Bebedouro nos anos de 1940, 1950, 1960 e 1972.*

Figura 3. *Evolução da renda real líquida da citricultura (1964-1984)*

Figura 4. *Citricultura paulista (preço médio em US\$/safra - cx. de 40,8 kg)*

Tabela 14. *Preço pago ao produtor e preço médio FOB-Santos de exportação (US\$/caixa de 40,8 kg)*

Tabela 15. *Principais geadas na Flórida (EUA) a partir de 1960.*

Tabela 16. *Remuneração da produção e comercialização de suco de laranja – São Paulo, 1986/87–1991/92*

Tabela 17. *Tributação no setor citrícola (%) – 1993.*

Figura 4. *Cotações diárias do suco de laranja – Bolsa de Nova Iorque, 1988-1990.*

Figura 5. *Evolução das exportações brasileiras de suco, em US\$ 1.000 FOB e toneladas (valor e quantidade).*

Figura 6. *Remuneração do citricultor americano e brasileiro (US\$/caixa de laranja)*

Figura 7. *Preço pago ao produtor, em US\$/caixa*

Figura 8. *Valores médios reais para o pagamento da colheita de laranja (mão de obra) e preços médios reais pagos ao produtor por caixa (US\$ 40,8kg).*

Figura 9. *Comparação produção de laranjas em São Paulo e na Flórida/USA*

Figura 10. *Preços reais de laranja recebidos pelos produtores – São Paulo – US\$ (flutuante) por caixa de 40,8 kg*

ANEXO III: Modalidades de contratos de comercialização ou venda das frutas.

INTRODUÇÃO

Construir uma definição realista da razão econômica é compreender o encontro entre as disposições socialmente constituídas e as estruturas, elas mesmas socialmente constituídas (BOURDIEU, 2000).

O presente estudo insere-se na problemática da relação sujeito-estrutura, relação esta mediada por significações originárias de experiências vivenciadas no tempo e no espaço sociais constitutivas da identidade sócio-profissional e a partir das quais se estabelece a ação política setorial. O foco da investigação são os produtores familiares modernos na citricultura do município de Bebedouro, situado na zona “nobre” da produção citrícola no Estado de São Paulo, em um contexto de profundas mudanças históricas nas relações sociais de produção da agricultura regional entre os anos 1960 e 1990.

Esta identidade caracteriza a posição daqueles agricultores no campo econômico em questão, relativamente aos distintos interesses que se movem no processo de definição deste mesmo campo e é apropriada fundamentalmente pelo conjunto de instituições de representação que têm papel ativo nas negociações internas e externas à produção agrícola. Pretende-se, pois, analisar a posição “reivindicada” por estes agricultores diante da ênfase do discurso do empresário rural na região e sua gênese histórica e progressiva atualização (e renovação) através da ação dos mediadores políticos. A partir dos princípios de definição de empresário rural, que lhes são próprios, instituem-se novas relações de poder entre os agentes envolvidos na produção agrícola e novas problemáticas de legitimação das transformações sociais.

Nosso ponto central de investigação é a maneira como estes produtores familiares modernos – categoria na qual se incluem pequenas e médias propriedades altamente tecnificadas e inseridas na racionalidade industrial de produção – se definem como *empresários rurais*, demonstrando ambivalências neste processo de construção identitária, definidas por suas representações do passado, presente e futuro. Através de fundamentos do ser e do agir profissionalmente específico a esta categoria social, pretende-se compreender a forma pela qual estes agricultores, ao inserirem-se nas dinâmicas de poder presentes no campo econômico específico à citricultura, contribuem para a definição das estratégias de desenvolvimento deste próprio campo. Além da preocupação em explicar sua permanência, reprodução e transformação num contexto de integração com a agroindústria, a intenção é acompanhá-la, de dentro para fora, como legitimadora, e até mesmo definidora, de estratégias e alterações sociais mais amplas, sejam elas “de transformação” ou “de reprodução”. Com isto, procura-se analisá-los como detentores de papéis efetivos na constituição de modelos diferenciados de agricultura através de processos culturais de reconhecimento e validação das estratégias de desenvolvimento do setor.

Para fins de análise, define-se que a constituição da categoria sociocultural de *empresário rural* ocorre no entrecruzamento de duas experiências da produção familiar moderna: aquela vivenciada no tempo histórico (resultante do processo de sua trajetória social) e aquela

vivenciada no espaço social (contexto específico no qual se insere, vive e se relaciona profissionalmente). Se a primeira refere-se à gênese das características fundadoras e transformações da agricultura familiar na região (antes e após a integração vertical com a agroindústria de transformação), a segunda refere-se a suas especificidades atuais, autoreferenciadas diante de outros grupos sociais em torno de uma atividade específica. Busca-se compreender sua *posição social*, isto é, os *alinhamentos*, sejam de legitimação, de antagonismo ou de oposição, que estes produtores têm face às transformações em curso, alinhamentos estes que se estabelecem no processo histórico de diferenciações, portanto, de conflitos, frente aos grandes produtores modernos, aos grandes e pequenos proprietários de terra de baixa produtividade; de outro lado, frente aos trabalhadores rurais assalariados, que são de fundamental importância na organização da produção agrícola voltada para a agroindústria.

A abordagem proposta pretende revelar outra forma de compreender as especificidades da posição social do produtor familiar moderno, qual seja, a de sua constituição a partir de suas referências socioculturais (isto é, para além das características do modo de funcionamento interno e externo com base na organização da produção). Como a própria síntese da articulação entre contexto interno e externo, entre o específico e o global, a relação entre referências culturais produzidas diante de determinadas condições objetivas aporta uma tensão na análise, que possibilita a revelação de contradições que definem a própria compreensão de quem é este produtor e a própria realidade social, interpretando diferentemente as análises sobre as grandes assimetrias de poder que existiriam entre agroindústrias e produtores na citricultura, como alguns autores afirmam existir¹. É neste sentido que também se salienta a visão de Lamarche (1992, 1994^a) sobre as condições de permanência dos produtores familiares na sociedade moderna: estas dependerão não apenas das possibilidades oferecidas pela sociedade global mas também do *diálogo que estes produtores procuram estabelecer com esta sociedade*, o que pressupõe, no entendimento da reflexão presente, um certo grau de comunicabilidade e sociabilidade entre desiguais.

A importância deste resgate no âmbito das representações do produtor familiar está mais no dimensionamento do presente do que na compreensão do passado, uma vez que, ao revelar sua trajetória, ele se repousa sobre as demandas sociais que lhe parecem pertinentes. Portanto, a análise se orienta pela constituição de um campo de conflitos materiais e simbólicos, segundo as representações sociais destes produtores, de onde se sobressai um tipo sociocultural que é referenciador de um novo padrão de ser e de agir: o empresário rural. Em outras palavras, a preocupação principal é a de compreender em que contexto de transformações sociais este produtor adere e atribui sentido particular a esta categoria sociocultural e, em segundo lugar, quais as significações particulares dadas por ele aos conflitos sociais nos quais se insere e define, tornando o empresário rural uma referência identitária particular. A reconstituição do campo de

¹ É o caso de Paulillo (2000), que afirma que a assimetria de poder entre os citricultores e a agroindústria é responsável pela marginalização dos pequenos produtores, principalmente após os anos 1990.

conflitos contextualiza a análise da produção do empresário rural, uma vez que leva a entender a luta política travada neste campo e a forma de engajamento particular desses produtores.

Procura-se, pois, sair do objetivismo e economicismo das classificações dos grupos sociais e incorporar a dimensão "cultural" na análise da emergência e transformações da agricultura familiar que se referencia pelo 'título' de empresário rural, aportando-lhe, entretanto, significados próprios que se tornam fundamentais na estruturação das relações de poder. Trata-se de ver este processo como uma luta pelo reconhecimento e legitimação deste 'título' como processo de formação de um agente sociocultural, como luta pela definição de fronteiras, pela definição de sistemas de classificação que tem como centro de elaboração principal, atualmente, a agricultura familiar segundo sua trajetória social. Não é uma luta apenas nominal mas objetiva e social, uma vez que tem conseqüências na forma de distribuição de recursos, na definição de problemas sociais prioritários, na implementação de projetos. Em outras palavras, as lutas por classificação são lutas objetivas pela definição desta realidade social e nas quais se canalizam recursos. Trata-se de processos de classificação como dimensão não unicamente subjetiva (no sentido da dimensão cultural como superestrutura, considerada pelo marxismo): estas lutas são parte das lutas sociais, parte do processo de definição mesma desta realidade onde se encontram.

O processo a ser analisado é o da transformação da agricultura familiar como uma reconversão de categorias de definição e de redefinição de relações e conflitos, na direção da identidade sócio-profissional de empresário rural, sem que haja uma essência de classe a demonstrar nesta identidade. A categorização é assim entendida como um processo de representação referenciado pelos próprios produtores familiares e pelos outros, isto é, auto-referenciado na trajetória social e referenciado pelos outros na ação política. Neste caso, o que interessa é o problema da relação política entre as "classes" e a própria estrutura de representação institucional ante a multiplicidade das categorias sociais pré-existentes e/ou em formação dentre os produtores, ou seja, a discussão daquilo que para efeitos de representação passou a ser chamado de *empresário rural*. Para a perspectiva adotada de análise da identidade de um grupo, emprestando palavras de Boltanski (1982), deve-se compreender os processos de desconstrução e reconstrução das definições do grupo; e para compreender a maneira como esta identidade contribui na formatação do campo econômico deve-se analisar o processo de institucionalização do grupo na ação política setorial, uma vez que se trata de verificar qual o controle que os produtores familiares têm da publicização de sua identidade sócio-profissional de empresário rural naquela ação.

Nas estatísticas e nos estudos tipológicos do rural brasileiro, o empresário sempre ocupou uma posição baseada principalmente no número de trabalhadores empregados e nos seus resultados produtivos, sua gênese tendo sido preconizada como pressuposto da modernização da base técnica da agricultura brasileira, capaz de "libertar" as forças sociais na agricultura do obscurantismo dos grandes proprietários de terra ineficientes economicamente (latifundiários). Um livro recente de Boutillier e Uzunidis, *La légende de l'entrepreneur*, ao recompor a história

da idéia de empresário, notadamente na teoria econômica, deixa revelar a faceta “cultural” deste personagem, considerado central no capitalismo. Sem dúvida, o empresário necessita que o Estado lhe garanta segurança, mercado e capitais para sobreviver. Para estes autores, entretanto, o fato de possuir moedas, créditos e bens não é suficiente para defini-lo, mas é necessário considerar o fato dele ser o agente econômico que introduz no mercado novos bens e serviços e novos métodos de produção e de organização do trabalho, seguindo prontamente os preceitos contemporâneos da produção - *produtividade, competitividade e qualidade* (BOUTILLIER e UZUNIDIS, 1999, p.30-40). A iniciativa individual seria o traço marcante do empresário, portanto o que o move é uma vontade de força (potência); ele aceita riscos e define-se pelo desejo de invenção, de criação (daí a relação com a ideologia individualista e a crença na soberania da personalidade em relação à coletividade dos séculos XVI e XVII). Estas características estariam plasmadas na imagem de Robinson Crusoe, o qual, à força de trabalho e de esforços solitários na sua ilha, tornou-se herói, controlando seu destino em *self-made-man*. Este personagem da ficção foi o protótipo do empresário no começo do capitalismo e a este título (de herói) teria servido de modelo aos colonos europeus vindos para a América do Norte.

Alguns estudos recentes sobre empresas brasileiras (MARCOVITCH, 2003; SZMRECSÁNYI e MARANHÃO, 1996), destacam também a exposição aos riscos e o enfrentamento de adversidades como forjadores do empreendedorismo, comportamentos possíveis devido à competência visionária, à sensibilidade estratégica, à atitude positiva diante dos desafios, à clareza de pensamento, à boa capacidade de comunicação, à valorização das experiências vividas, à multiplicidade de engajamentos e laços familiares fortes. Os agentes econômicos que ganham este rótulo são, porém, antes de mais nada, *pioneiros* em uma época marcada pela dificuldade no acesso aos recursos financeiros e técnicos (1945 à 1964). Marcovitch (2003, p.15) vai, além disto, apoiar-se na noção de *racionalidade limitada* para definir a *singularidade* deste agente econômico, isto é, em função de valores cultivados e da busca principal de satisfação dos próprios objetivos, da dificuldade em ter acesso às informações completas ou em processá-las, a racionalidade formal que orienta os meios aos fins seria irrealista. A bibliografia leva ao entendimento de que o empresário rural é melhor definido a partir de qualificativos e atributos subjetivos do agente econômico do que a partir de uma posição de classe. Seria, desta forma, um agente que se realiza não apenas através de condições como também de atitudes imprescindíveis à sobrevivência e à acumulação em uma sociedade altamente competitiva.

Entendemos desta mesma forma o empresário rural, isto é, para além de sua expressão como agente econômico, isto é, para além de suas qualidades de administrador da propriedade, operador de capitais, trabalho e técnicas e integrado a mercados. O empresário rural é aqui entendido como uma categoria sociocultural porque, além das características afetas ao fato de ser proprietário e administrador de seu próprio negócio, também assume um comportamento e uma posição na sociedade, uma vez que realiza, faz, empreende alguma coisa, desempenha um papel

socioeconômico (BOUTILLIER e UZUNIDIS, 1999)². Porém, os ‘empresários rurais’ constituem um grupo social, dotado de ações comuns à maneira de um corpo unificado ou, dada sua heterogeneidade interna, toda sua existência objetiva deve ser negada? Esta problemática é também emprestada de Boltanski (1982, p.48): o que fazer diante de indivíduos diferenciados socialmente que reclamam seu pertencimento comum a esta categoria, no caso presente, empresários em carne e osso, e como se dar conta do que, nas atitudes e comportamentos, escapa da lógica agregadora do mercado, à interação mecânica das estratégias individuais e à busca racional do interesse “pessoal” para se orientar tendo como referência à crença na existência de uma pessoa coletiva?

Considera-se que as orientações do tipo empresarial têm uma aderência específica e particular a cada categoria social dentre o conjunto dos produtores modernos de laranja, dependendo não apenas das condições objetivas e da organização da produção das quais cada uma das diversas categorias sociais dispõe para interagir com o mercado - o que dependeria mais do seu capital econômico - mas também do seu capital social e cultural. Este capital social e cultural implica não apenas no seu acompanhamento de pesquisas recentes ou inovações, qualificação e estabilidade empregatícia dos trabalhadores, acesso a níveis diferenciados de mercado, mas também da rede de conhecimentos interpessoais, do grau de associativismo e do nível de informação conjuntural e estrutural sobre as relações econômicas presentes e saberes tecnológicos, o que aponta para determinadas relações com a propriedade e a família, e que transcende, enquanto processo de identificação, fronteiras estruturais.

É desta forma que os problemas de delimitação e definição tornam-se principalmente da ordem das representações sociais. O fato de o produtor familiar ser e agir como empresário em um determinado campo econômico assim como o produtor capitalista, chama a atenção para suas expressões não-econômicas. O empresário rural se afirma no plano das referências culturais, antes de mais nada, como o baluarte do moderno e antípodo do tradicional. Ele representa aquele que detém a característica mais valorizada da globalização, a competitividade (produtividade, qualidade, eficiência produtiva, tecnologias de ponta, inclusive informacionais, controle dos processos produtivos certamente, mas também as características do *self-made-man*). Ele quer se apresentar não apenas como o sobrevivente, mas também como o promotor e guardião do bem estar social, referência moral de obediência às relações contratuais e legais e modelo universal (e apolítico) do empreendedor econômico. Schumpeter (1961) atribui ao *empresário* uma condição provisória e pessoal que pode fazer o empreendedor ascender à determinadas posições de classe mas não é uma classe em si mesma. Seria, segundo ele, uma função que pode pôr seu selo em uma época da história social, pode formar um estilo de vida, ou sistemas de valores morais e

² Segundo Wallerstein (apud Boutillier e Uzunidis, 1999, p.65), a empresa é o principal espaço da produção econômica e da cristalização das relações sociais de produção do sistema capitalista, relações estas que evidenciam o desenvolvimento técnico e econômico sem precedentes (triumfo do maquinismo), a transformação da relação social de produção (extensão do assalariamento e propriedade privada dos meios de produção, o *aparecimento de novos papéis sócio-econômicos*). O empresário acrescenta-se ao comerciante: a busca do lucro e da rentabilidade (apropriação privada do produto social originário da atividade econômica e o *desenvolvimento do mercado enquanto instrumento de coordenação econômica e social*).

estéticos, mas que em si mesmo não forma uma classe social no sentido técnico. A posição de classe que pode ser alcançada não é enquanto tal uma posição empresarial, mas se caracteriza como de proprietário de terras capitalista ou não, por exemplo, de acordo como usa o produto do empreendimento. A herança do fruto pecuniário e das qualidades pessoais tanto pode manter essa posição por mais de uma geração, como tornar mais fácil para os descendentes esse empreendimento adicional, mas a função do empresário em si mesma não pode ser herdada.

Nesta pesquisa, pretende-se avançar na compreensão do empresário rural enquanto identidade sócio-profissional, a partir do debate sobre o conceito de diferenciação e subordinação da agricultura familiar, procurando mostrar algumas dificuldades existentes em situar o produtor familiar moderno de laranja nos sistemas classificatórios de tipos e classes sociais usuais. Na revisão bibliográfica atenta-se para o fato de que há uma ênfase em atribuir à agricultura familiar características e engajamentos oriundos de um exercício de decomposição e recomposição de formas sociais polares, o que muitas vezes significa referendar ou antagonizar alguns pressupostos teóricos.

A adesão na sua trajetória social e a reificação na ação política da identidade de empresário rural para os produtores familiares modernos têm importância justamente pelo fato de que eles encontram-se desprovidos do conceito de seu estado objetivo e encontram-se socialmente desorientados. O ajuste entre o ‘título’ de empresário e seu estado social objetivo é diferenciado segundo os distintos grupos sociais em presença. Eles sofrem desta forma a atração de diferentes posições do tipo “autênticas”, isto é, reconhecidas e nomeadas. Para os agentes situados nas linhas divisórias de diferentes espaços, campos ou classes sociais, que apenas recentemente encontram-se disputando estas posições “autênticas”, estas mesmas posições vão agir como atrativos, porque elas possuem certas características da “boa forma” no sentido em que elas apresentam constelações organizadas e reconhecidas de propriedades socialmente tidas por articular-se umas às outras, tanto estatisticamente (espera-se vê-las reunidas em um conjunto coerente) quanto sociologicamente (sente-se que vão bem quando justas ou ao menos não são contraditórias). Entretanto vão também revigorar outros tipos de relações entre as características estruturais e a definição mesma de empresário rural.

Desta forma, impõe-se um trabalho analítico de desconstrução, na presente investigação, da conformação de um conjunto de condições e definições em torno de uma retórica, composta de componentes tanto objetivos quanto subjetivos, em relação ‘título’ de empresário rural e de reconstrução deste ‘título’ como processo identitário dos produtores familiares. Resulta daí o instrumental teórico da identidade sócio-profissional voltado para a análise do processo de dupla mão: constituição e “publicização” do ideal empresarial na construção do social.

A análise do campo econômico e das representações relaciona a identidade ao mercado e profissão, isto é, aos processos socioculturais indicativos de como se dá o controle e o monopólio dos saberes relativos à atividade profissional de produtor rural, chegando à perspectiva de como esses mercados são socialmente construídos a partir das afiliações culturais aos movimentos de

classificação e reclassificação do ‘título’ de empresário rural. Também se inscreve no estudo a abordagem da relação profissão-sociedade civil, pois a profissão é criadora da sociedade civil por fundamentar-se na existência de uma estratificação produzida pelos “ritos de entrada” à comunidade (corpo) profissional. Dois movimentos analíticos estão conseqüentemente presentes: a configuração histórica de um campo profissional (relação mercado-profissão) e a formação de um corpo ideológico profissional (relação comunidade-profissão).

Desta forma, ao abandonar a concepção substancialista dos grupos sociais, a sociologia dos grupos profissionais alterna dois procedimentos que não são exclusivos um do outro: definir um grupo através de uma tipologia formatada para os fins específicos da pesquisa ou tomar o objeto tal qual ele se apresenta com seu nome comum e suas representações comuns e racionalizá-lo procurando no grupo um fundamento em outro lugar que não nele mesmo, nas coisas, quer dizer, mais freqüentemente, na evolução técnica e na divisão técnica do trabalho, de forma a dar-lhe uma unidade substancial e contornos objetivos e precisos. Ora, as concepções naturalistas entre o mundo técnico e o mundo social esquecem que a divisão do trabalho potencialmente inscrita no universo objetivo da técnica se realiza na ordem propriamente social apenas através da mediação de sistemas simbólicos onde se expressam de forma explícita as divisões entre grupos e entre classes.

A partir desta reflexão, Boltanski (1982, p.50) conclui que entre as questões de ordem técnica e os conjuntos sociais há jogo para as estratégias de *classificação e desclassificação* que se ocultam quando se procede à definição naturalista dos grupos, isto é:

a relação entre a determinação técnica (ou econômica) e os fenômenos simbólicos que a retraduzem ao nível da linguagem, sob a forma de nomes coletivos, de representações, de emblemas ou de taxonomias, é ela própria mediatizada por conflitos que opõem os agentes dotados de propriedades objetivas parcialmente diferentes (o que quer dizer, também, de propriedade parcialmente comuns), pela estratégias que, nestes conflitos, os agentes utilizam e pela consciência que eles adquirem destas lutas e dos interesses que estão em jogo.

A perspectiva construtivista do grupo social adotada afasta-se, desta forma, da discussão da “posição de classe” do empresário rural, renunciando a uma definição prévia do grupo para tomar como objeto a conjuntura história na qual os empresários rurais se formaram como grupo explícito, dotado de um nome, de organizações, de porta-vozes, de sistemas de representação e valores; ao invés de definir fronteiras entre os grupos através da pura determinação técnica e da divisão técnica do trabalho, procura-se compreender a forma tomada pelo grupo interrogando-se sobre o trabalho de reagrupamento, de inclusão e de exclusão do qual ele é o produto, analisando o trabalho social de definição e delimitação que acompanhou a formação do grupo e que contribuiu, objetivando-o, a fazê-lo ser de forma a ter existência própria.

Além dos processos de classificação e desclassificação que produz a identidade sócio-profissional de empresário rural na agricultura familiar moderna numa perspectiva geracional (histórica) e numa perspectiva dos conflitos vividos na atualidade, pretende-se analisar como se

constroem os referenciais das estratégias de desenvolvimento do setor a partir daquela identidade (como síntese dos *sentidos e práticas vivenciadas*) e através da ação política setorial.

Para isto, quatro planos da realidade distintos, porém articulados, farão objeto de nossa análise: 1) a constituição histórica da formação social regional e do surgimento da denominação de empresário rural entre as elites; 2) as condições sociais e econômicas na quais surgem os agricultores familiares (processo de integração da citricultura com a indústria processadora) enquanto grupo social; 3) a reconstrução da trajetória social dos produtores (propriedades altamente tecnificadas e inseridas na racionalidade industrial de produção com área de até 50 ha) a partir de suas representações sociais sobre terra (estratégias de reprodução, de ampliação do patrimônio e família – futuro dos filhos), trabalho e técnicas de produção (divisão do trabalho, grau de tecnificação, novos papéis e responsabilidades, família – futuro dos filhos) e mercado na direção de uma crescente e intensa inserção no mercado (relações com a agroindústria, contratos e segmentação do mercado); 4) a formação de um interesse coletivo e as articulações institucionais subjacentes através da ação política setorial.

Em outras palavras, o campo de conflitos (tido como campo econômico em função do recorte sócio-profissional adotado) é o cenário que se constrói em torno da identidade sócio-profissional de um grupo social em particular e dentro do qual procura-se, desta forma, analisar a gênese deste mesmo grupo social em três momentos: no processo de formação social e de sua inclusão no processo produtivo e comercial; nas suas representações sociais e na ação política setorial, sempre tendo em vista que este grupo social se insere e produz efeitos na configuração dos conflitos que determinam o campo econômico.

Estes eixos analíticos vão definir a escolha dos conceitos adotados sempre tendo como perspectiva que se pretende analisar como a identidade sócio-profissional de um grupo social contribui com a definição das estratégias centrais de desenvolvimento na citricultura. A análise do processo de constituição da identidade de empresário rural *entre* os produtores familiares modernos, deve considerar o grupo social foco da investigação como o produto objetivado de uma prática. Para isto cabe analisar as operações de reagrupamento estrutural nas quais se insere mas também, e indissociavelmente, o trabalho simbólico de definição específico que acompanhou sua formação (o *habitus* empresarial, o *ethos de posição* dado pelo ideal empresarial e as reivindicações sócio-profissionais coletivas e de classe). Assim, revelar a estrutura da categoria dos produtores familiares modernos e o sistema de relações que ela mantém com os outros grupos (seu pertencimento social), por um lado, e a trajetória social dos agentes que reclamam o título e as representações que eles tem deles mesmos (seus interesses e afinidades eletivas), de outro lado, revelam o processo de produção identitária e sua posição no campo econômico. Assim, de um lado, a construção de uma definição geral de empresário rural (unificação simbólica dada pelo *habitus*), a definição no interior do grupo (como conjunto dos princípios de unidade dada pelo *ethos*) e o grau de definição e correspondência de interesses na ação política são os planos de análise que serão investigados para o entendimento dos processos

de produção das estratégias de desenvolvimento setoriais. Uma coordenação é necessária entre o trabalho de construção histórica ou macropolítica do campo econômico (perspectiva das relações sociais) e as relações estabelecidas entre este campo e os produtores familiares modernos (perspectiva nativa).

PROBLEMA DE PESQUISA

No nordeste do Estado de São Paulo, as transformações sociais que começaram a acontecer a partir dos anos 1950, com a modernização da base técnica da agricultura e que trouxeram mudanças significativas na estrutura fundiária, no processo de produção e nas relações de trabalho³, foram reforçadas pela consolidação, durante os anos 1970, dos complexos agroindustriais (CAIs), principalmente o da cana-de-açúcar (para a produção de açúcar e álcool) e o de cítricos (para produção de suco de laranja concentrado e congelado e outros subprodutos da fruta).

A alta rentabilidade do setor citrícola contribuiu decisivamente, nesta região, para as transformações que mudaram intensamente o espaço e a vida rural e urbana: a estrutura de empregos e do comércio nos municípios, a diversificação das atividades econômicas associadas à agricultura, o crescimento demográfico das cidades, a expansão das periferias pobres, a diversificação dos investimentos dos capitais de origem agrícola, a expansão do mercado imobiliário, o engajamento de prefeitos e câmaras municipais no futuro da agricultura local e regional.

Emergindo do antigo berço da economia cafeeira, a constituição atual do setor citrícola, na região de Ribeirão Preto, fez-se, durante o período 1950–70, por políticas públicas que favoreceram largamente a implantação da citricultura em bases técnicas modernas, assim como a instalação das agroindústrias. Atualmente, a citricultura no Estado de São Paulo é formada por quase 20 mil estabelecimentos agrícolas distribuídos em 204 municípios e 12 empresas de processamento agroindustrial (sucos, óleos essenciais, *pellets*). Em termos de área plantada, o conjunto de citros (laranja, limão, tangerina, mexerica, ponkan e murcote) ocupava 954,3 mil ha no ano agrícola de 96/97 sendo que apenas a laranja, 879,3 mil ha, representando 13,5% do total da área plantada com 46 culturas (NEVES, 1997). Para se ter uma idéia do valor econômico na cultura, na safra 94/95, os citros (laranja, limão e tangerina) representaram 13,7% (R\$ 951,5 milhões) e, a laranja, 8,55% (R\$ 590 milhões) do valor bruto da produção vegetal, considerando os 23 principais produtos vegetais da agricultura paulista. Os citros ficaram, percentualmente, atrás da cana-de-açúcar (esta com 30,67% do VBP) cuja área cultivada é, entretanto, o triplo da plantada com laranja.

A magnitude econômica da cadeia dos cítricos se traduz pelo lugar do Brasil como primeiro produtor mundial de laranjas no final dos anos 1970 e primeiro exportador de suco de

³ Cf Sorj (1980); Lopes (1978); Graziano da Silva (1982, 1986).

laranja concentrado e congelado durante os anos 1980 (cerca de 75% da produção mundial na época) em que a produção paulista ultrapassa largamente a produção dos outros estados federados. Em 1989, a exportação de suco foi a primeira em valor em relação a todos os demais produtos exportados. Segundo Graziano da Silva (1999b, p. 223), poucas atividades mostraram crescimento tão rápido nos últimos anos, como a laranja no Estado de São Paulo: entre 1985 e 1996, por exemplo, a produção passou de 218 milhões de caixas de 40,8kg para 335 milhões (um crescimento de 65%). A área ocupada com a cultura só é inferior à da cana e à das pastagens. O setor gera em torno de 400 mil empregos diretos e indiretos, mais de US\$ 1 bilhão de exportações e uma arrecadação de US\$ 350 milhões por ano de ICMS para o estado.

Nas décadas de 1980 e 1990, com a queda das subvenções à agricultura, delineiam-se novos processos de produção e relações de trabalho na citricultura, fragmentando as formas habituais de intervenção do Estado e acentuando sobremaneira a crise no padrão de acumulação na agricultura baseado na modernização agrícola dos anos 60-80. Estes novos processos são permeados internamente de maneira mais formal e multifacetada por associações civis de representação política, por organizações de classe e pelos poucos serviços colocados à disposição pelo Estado, tais como a assistência técnica e os sistemas de informação, já que a agroindústria assumiu um papel de envergadura neste sentido. Esta realidade traduz grandes mudanças nas posições dos diversos agentes envolvidos internamente no setor – os quais permearam historicamente as negociações entre produtores e o oligopólio industrial -, naquilo que podemos chamar de uma crescente “privatização” das relações entre produtores e indústria, uma vez que estes dois segmentos da cadeia do complexo agroindustrial atuam atualmente quase em autonomia com relação ao Estado (RODRIGUES, 1995), inclusive no que diz respeito às negociações sobre preços agrícolas (frutas). A rentabilidade entre as partes é mediada, na sua forma institucional, pelas flutuações do suco na Bolsa de Nova Iorque e, formalmente, por contratos de fornecimento (de comercialização ou de compra/venda) das frutas.

Desta forma, os parâmetros do processo de seleção social na citricultura modificam-se e tornam-se mais pungentes, processo este que se coloca em última instância no balizamento e qualificação da gestão do sistema produtivo e da inserção comercial das unidades produtivas no mercado agroindustrial. Estes parâmetros foram potencializados, durante a década de 1990, pelos investimentos na qualificação do trabalho e pelo processo de verticalização da produção por parte da agroindústria e expressos, no mesmo período, pelo término tanto do contrato de fornecimento padrão quanto da responsabilidade da colheita das frutas por parte da indústria.

A categoria empírica que constituiu a unidade de análise da pesquisa representa uma forma social de produção cujos integrantes têm sua trajetória social na agricultura regional marcada por três momentos: o primeiro, no passado, definido por sua vivência enquanto colonos do café e meeiros de culturas temporárias, isto é, trabalhadores rurais sem-terra nos anos 1950; o segundo, por volta dos anos 1960-70, quando incorporam, junto com profissionais liberais e comerciantes que ingressam na cultura de laranja, formas da produção familiar; e o terceiro,

atual, definido por sinais de sua forte integração com o mercado de produção e comercialização de suco de laranja concentrado e congelado e que se denomina, para os fins desta investigação, de produtores familiares modernos.

Se as desigualdades sociais (tanto entre produtores e assalariados quanto entre produtores) e os interesses divergentes já se tornaram questões acaloradas sobre o “lugar” da “pequena produção” de laranja nas estruturas político-sindicais regionais e estaduais e nos alinhamentos políticos no final dos anos 1980 (FERAESP, 1990; ALVES, 1991; BOTELHO, s/d), adentram também nas questões do debate teórico sobre a produção familiar, suas definições e diferenciações internas conforme procurar-se-á mostrar quando do exame da literatura, uma vez que pesquisas recentes estão renovando o próprio debate sobre a produção familiar em torno do que seriam suas formas contemporâneas. O *produtor familiar moderno* surge recentemente na discussão acadêmica como uma categoria cujas especificidades – salientadas em diversas realidades empíricas – encontram dificuldade de localização nas tipologias tradicionais devido ao grau de generalização (ou a indeterminação) do conceito de produção familiar, muitas vezes definido em contraposição à produção capitalista.

A reflexão que ora se inicia encontra, desta forma, espaço em razão de dificuldades encontradas nas tentativas de enquadramento de produtores familiares modernos em definições tipológicas usuais, no confronto entre as realidades empíricas examinadas e alguns critérios utilizados nas definições conceituais da produção familiar (e nas molduras teóricas que as sustentam). Estas dificuldades se manifestam, por exemplo, na separação entre a família e o processo produtivo, graças às modificações no tipo e grau de envolvimento da mão-de-obra familiar no sistema produtivo (tempo parcial), gerando questionamentos sobre a centralidade do trabalho na produção familiar, sobre o papel de gestão e administração assumido pelo chefe da propriedade (inclusive com a participação de terceiros), sobre as trajetórias profissionais não agrícolas dos filhos, sobre a relativização da importância outrora central da propriedade como patrimônio familiar e sobre a relativização do tamanho da propriedade como condição da inserção competitiva de uma propriedade no mercado. As relações que os produtores estabelecem entre propriedade, trabalho e família mudaram substancialmente no espaço de no máximo duas gerações (dissociando-se trabalho/família, gestão/família e patrimônio/família, fragmentando, em síntese, a intimidade que estes elementos mantinham entre si no sentido da relação propriedade-família).

Estas características objetivas dominantes configuram-se diante da relativização das escalas fundiárias da produção e da propriedade como centro estratégico da reprodução social da família (ausência de projetos de ampliação das escalas de produção pela aquisição de mais terras devido a seus altos preços e às escolhas profissionais dos filhos fora da atividade agrícola), de incrementos significativos na produtividade e qualidade como sinais de sua adesão aos preceitos da competitividade e adaptação a um ambiente de forte concorrência no mercado de fornecimento de frutas à agroindústria, da modificação interna na sua atribuição enquanto

proprietários no que se refere ao trabalho e de importantes alterações no estilo de vida (mudanças de moradia, acesso a bens da classe média alta urbana, entre outros) e nos valores (padrões de consumo, formação educacional, lazer).

A retórica do ‘sucesso’ dos produtores familiares modernos é marcante na citricultura, sendo produzida e reproduzida principalmente pelos mediadores políticos e também presente na agroindústria e nos centros de vulgarização técnica e agronômica. Caracteriza-se como um processo de apropriação e de utilização de referências culturais originárias de uma trajetória social específica da agricultura familiar. Indica também uma maneira de validar um modelo de desenvolvimento agrícola frente a uma intensa diferenciação social dentre os produtores, modelo este que se caracteriza como frágil frente aos desafios atuais de competitividade do suco de laranja concentrado e congelado no mercado internacional e que converge para interesses estranhos à posição social em que se encontram os produtores familiares na citricultura. Interessa, pois, a produção, a apropriação e a utilização das referências identitárias de empresário rural para a definição de um padrão de desenvolvimento agrícola setorial.

Em conseqüência, a investigação realizada pretende responder às seguintes indagações:

1. Quais as transformações sociais pelas quais passaram os produtores familiares na agricultura regional antes e após a implantação das bases modernas de produção e a integração da citricultura com a agroindústria? Quais os conflitos sociais que estas transformações evidenciam e qual a relação estabelecida entre estes conflitos e a produção da identidade sócio-profissional de empresário rural, que assume significação e valor dominantes na região?

2. Como as representações sociais dos produtores familiares modernos de laranja revelam sua adesão, nas suas particularidades, a esta identidade? O que, por sua vez, suas representações revelam – diante dos pressupostos da competitividade – sobre a (re)articulação entre os aspectos internos e externos (definidores de sua inserção social na citricultura) e seus alinhamentos num campo de diferenciações e conflitos? Porque e como o produtor familiar moderno se articula a esta identidade: ele a incorpora na sua totalidade, a modifica (lhe dá novos contornos) ou a (re)constrói?

3. Quais as problemáticas legítimas que os produtores anunciam e sobre quais problemáticas legítimas os mediadores agem? Quais destas problemáticas convergem para a atualização da identidade sócio-profissional de empresário rural junto aos produtores familiares? Quais são as formas de participação dos produtores na ação política setorial, relacionando origem, trajetória e posição reveladoras de diferentes concepções de empresário rural e que se tornam móveis de ação visando mudar ou conservar a concepção dominante de empresário rural no setor?

4. Quais as forças sociais e políticas que difundem e implantam instrumentos de desenvolvimento regional e como os agricultores familiares participam deste processo? Como a ação política reforça os elementos constitutivos da identidade sócio-profissional de empresário

rural para os produtores familiares? A partir de referências compartilhadas, referências de experiências particulares e referências anunciadas como legítimas, à luz da reflexão sugerida, como se dá a definição das estratégias de desenvolvimento, definição esta que é mediada por representações sociais, posições objetivas e ação política dos agentes?

5. Como esta identidade contribui para que o produtor assuma um papel de importância nas estratégias de desenvolvimento da citricultura, incorporando assim uma importância estratégica na produção do social? De que forma a identidade sócio-profissional do produtor familiar moderno traduz as relações de força e de consenso relativo entre os agentes diversos presentes na citricultura? Em que medida estes produtores, ao expressarem sua identidade sócio-profissional de empresário rural, contribuem para a definição das transformações sociais definidoras de um determinado modelo de agricultura?

Para desenvolver estas questões, o estudo segue em seis capítulos, que correspondem aos planos de análise adotados na investigação para tratar do tema da relação sujeito-estrutura enquanto relação entre produção de significações e desenvolvimento econômico setorial.

O primeiro corresponde ao capítulo teórico, onde se discorre sobre os conceitos significativos adotados na investigação assim como os planos de análise e os procedimentos metodológicos conseqüentes. Procura-se apresentar a forma como os conceitos de *habitus* e *ethos de posição*, enquanto dimensões subjetiva dos agentes, constituem processos de re-tradução da realidade das relações sociais vividas e definidas como posição destes agentes em um campo econômico. A identidade sócio-profissional resulta também de mediações que ocorrem através da apropriação e da formalização daqueles processos na esfera pública pela ação política.

O segundo capítulo trata das transformações das relações sociais na agricultura regional até os anos 1970, com algumas especificidades no que se refere a Bebedouro, no sentido de enquadrar o contexto social, econômico e político no qual ocorrem a origem e as metamorfoses dos conflitos entre as elites agrárias e a retórica do empresário como modelo sociocultural do devir da agricultura regional. O resgate histórico das relações sociais como contexto do surgimento do *habitus empresarial* permite analisar sob que conflitos prioritários ele adquire significados progressivamente orientadores do devir da agricultura regional e estruturador das relações sociais. Destaca-se a dinâmica que determina, nas formas de apropriação da terra e da organização do trabalho, a emergência dos *produtores familiares modernos* de laranja.

O terceiro capítulo trata da integração entre a agroindústria e a produção agrícola, e das relações sociais conseqüentes, definindo o contexto da atualização do *habitus* empresarial frente aos pressupostos atuais de competitividade, notavelmente nos anos 1980 e 1990. Os elementos de estruturação objetiva do campo econômico são analisados tendo como referência a mudança crescente ocorrida na intervenção do Estado no setor. Procura-se indicar como o afastamento do

Estado é também fundamental para que a compreensão de como as mediações (referências) socioculturais assumem uma grande importância nos processos que legitimam determinadas estratégias de desenvolvimento setoriais.

O quarto capítulo analisa a produção destas mediações socioculturais (referências) como processo de re-tradução das relações sociais nas quais os produtores familiares modernos se posicionam. A partir de suas representações sociais (terra, trabalho, técnicas de produção e mercado) em um campo de diferenciações e conflitos, analisa-se a produção do ideal empresarial como conjunto de significações relativas ao *ethos de posição* e expressivas de uma trajetória social específica dos produtores familiares modernos. O ideal empresarial traduz a incorporação de alguns conteúdos do *habitus* e a produção de novos conteúdos significativos identitários.

O quinto capítulo trata da ação política setorial, onde se resgata o histórico das instituições que agem como mediadores e da evolução das negociações sobre contratos de comercialização e preços da produção agrícola. Trata-se da formalização da identidade sócio-profissional de empresário rural como mediação política a partir do ideal empresarial. A natureza da ação política, a relação estabelecida com as referências socioculturais dos produtores familiares modernos e os planos de reprodução dos diversos agentes constituem os elementos mais importantes.

No sexto capítulo retomam-se os planos de análise compreendidos nos capítulos anteriores para abordar, segundo os planos metodológicos da análise escolhidos, a forma pela qual os produtores familiares modernos produzem e/ou se apropriam de referências culturais definidores de sua identidade sócio-profissional de empresário rural e como esta identidade define a natureza das estratégias de desenvolvimento adotadas na citricultura enquanto campo econômico⁴.

HIPÓTESES

A hipótese geral é que, no campo de diferenciações e conflitos sociais da citricultura produz-se a identidade sócio-profissional de empresário rural, cuja gênese encontra-se intimamente relacionada às especificidades da formação social regional e à organização da produção e integração da citricultura com a agroindústria. O empresário rural torna-se uma referência sociocultural para os produtores familiares modernos através de um processo de classificação e reclassificação dos grupos sociais presentes, referência esta que o insere e orienta suas condutas de forma particular num campo de conflitos.

As dinâmicas de poder presentes que habilitam a orientação dos diversos interesses dos agentes produtivos na citricultura, são desenhadas em todo o entorno social sob a influência da identidade sócio-profissional como processo sociocultural de identificação particular destes

⁴ O esquema estrutural da tese por capítulos encontra-se no final do capítulo seguinte, após a demarcação do quadro teórico e dos planos metodológicos da investigação.

produtores. Portanto, o campo econômico não pode ser explicado apenas pela estrutura política-organizacional presente e pelas negociações formais acerca dos níveis de remuneração da atividade econômica que ocorrem, mas também pela formulação e adesão daqueles produtores às regras e normas presentes como indicativo de pertencimento àquela identidade nos seus conteúdos específicos (representações sociais sobre *terra, trabalho, técnicas de produção e mercado*).

Esta identidade dos produtores familiares formula-se no encontro entre a *ocupação de citricultor* e a *lógica profissional de empresário rural*, manifestações respectivamente do ser e agir diante das relações de poder local, regional e global e da forma como os produtores pouco se articulam à ação política. Esta ação adquire, então, uma autonomia na representação de alguns interesses, paradoxalmente legitimada pelas mesmas mediações culturais constitutivas da identidade sócio-profissional de empresários rural, formuladas pelos produtores familiares.

Ela é um paradigma cultural de identificação e uma ideologia política, orientando as estratégias de desenvolvimento na citricultura e os processos de diferenciação e integração sociais. Apesar de se construir, na atualidade, sobre a divisão técnica do trabalho no sistema produtivo, as diferenças históricas e culturais e a interveniência dos diversos agentes na produção e comercialização são determinantes do surgimento de lógicas de engajamento diferenciadas àquela identidade. Isto nos leva a outras hipóteses complementares:

1. Na formação social regional e nas relações sociais de produção, o empresário rural é um 'título' (apelo) que se manifesta nos conflitos entre as elites agrárias. Existe uma relação próxima entre os significados que lhe são atribuídos tanto no plano regional quanto no âmbito das políticas voltadas à agricultura. Ao mesmo tempo, uma série de ajustamentos, em seu nome, são realizados para manter interesses contraditórios, isto é, ao mesmo tempo favoráveis à modernização técnica e favoráveis à manutenção de uma agricultura de baixa produtividade. O surgimento dos produtores familiares e o processo de seleção social, neste contexto, adquirem significados regionais específicos, que corroboram com as referenciais culturais produzidas em torno do 'título' de empresário rural, o qual será apropriado e reformulado. Estes movimentos de apropriação e reformulação caracterizam-se como processo identitário para estes produtores;

2. A identidade sócio-profissional de empresário rural é produzida pelos produtores familiares modernos predominantemente na esfera simbólica, revelando modos particulares de inserção e posição, seja estrutural-funcional ou cultural-ideológico no campo econômico setorial da citricultura. Ela é indicativa de um processo de produção de novos contornos na sua definição (reclassificações), contornos estes advindos da modificação dos parâmetros de seleção social experimentados por eles ao longo de sua trajetória. Desta forma, o *empresário rural* se torna uma identidade determinante de sua conduta na atividade (identificação do produtor às especificidades de seu status social no sistema produtivo: variáveis *terra, trabalho e técnicas de produção*) e na profissão (função de seu status social nos conflitos autorizado pelo *referencial tecnológico: mercado*);

3. Os produtores familiares modernos corporificam um processo de transição dentro da agricultura familiar que muito se distancia das concepções teóricas clássicas definidoras desta forma de agricultura. O estudo da identidade num contexto relacional permite revelar as ambigüidades nas quais vivem e se reproduzem estes produtores, os quais assumem uma importância central explicativa das diferentes posições dos grupos sociais dentre os produtores na citricultura. A identidade sócio-profissional de empresário rural, ao mesmo tempo em que representa a referência cultural coletiva de um “produtor moderno”, legitima a desigualdade na reprodução social e acumulação econômica dos produtores pela forma como ela se define longe das contradições estruturais presentes na citricultura;

4. A ação política setorial se caracteriza pela imposição de uma definição classista de empresário rural frente a uma concorrência entre os produtores modernos em geral por uma definição legítima de empresário rural, isto é, uma definição que leva em conta origens e condições sociais distintas de reprodução e acumulação. Nesta ação política, ocorre um deslocamento da conflitualidade que opõe os grupos sociais na agricultura entre si para aquela que se estabelece em relação à indústria, ao Estado e aos trabalhadores assalariados como direção central da ação política na constituição do campo econômico da citricultura. A ação política visa assim a defesa de normas de funcionamento econômico do setor, a explicitação das diferenciações com outros corporativismos setoriais e o cerceamento da ação política dos trabalhadores assalariados. Estas orientações protagonizam interesses coletivos, mas possibilitam a reprodução de interesses de classe e relações clientelísticas definidoras do modelo atual de desenvolvimento setorial.

5. Esta tríplice natureza da ação política (corporativista, classista e clientelística) estrutura-se pela imposição de uma definição de empresário rural formulada pelos produtores familiares modernos que resulta na sua própria distinção em relação (antagônica) aos assalariados e em relação (oposta) aos produtores especulativos graças à sua trajetória social ascendente e seus efeitos em termos tanto de validação quanto de reestruturação de alguns elementos presentes no *habitus empresarial* através de representações que, no entanto, são específicas de um *ethos de posição* constituído pelo ideal empresarial (tradição rural e a vocação agrícola, o saber prático e a experiência o trabalho e a gestão familiares).

COLETA DOS DADOS

A escolha do município de Bebedouro (região nordeste do Estado de São Paulo) como referência empírica se justifica por representar um "caso exemplar" para nosso estudo. Situado a aproximadamente 380 km da capital do estado, Bebedouro é conhecida como a *capital da citricultura*, graças a seu pioneirismo na cultura e a sua participação na produção

(aproximadamente 10% do total do Estado⁵). Além disto, no município são sediadas instituições do Estado e de representação política dos produtores e trabalhadores assalariados⁶.

Mapa *Localização de Bebedouro no Estado de São Paulo*.

A pesquisa é definida como um estudo de caso que "*considera uma unidade social como um todo, apreendendo a multiplicidade de suas dimensões numa perspectiva histórica genética*" (TAVARES, 1995, p. 18). As representações sociais, com suas expressões particulares aos indivíduos e suas interações com outras representações formando nexos coletivos, tornam-se fundamentais na investigação. É neste sentido que a opção metodológica é a análise do discurso, o que supõe uma metodologia centrada principalmente na análise qualitativa dos dados empíricos que funciona como uma sociohermenêutica ligada à situação e contextualização histórica do enunciado, isto é, como interpretação ligada à força social e aos espaços de comunicação concretos, armados e delimitados pelos discursos (ALONSO, 1998, p.188).

As técnicas que correspondem a este método são: entrevista semidiretiva com produtores e informantes qualificados (instâncias de representação dos agricultores e outros agentes envolvidos na produção e comercialização dos produtos agrícolas, técnicos de extensão rural, presidentes de associações, cooperativas, sindicatos e federações de produtores) e análise de documentos produzidos por agentes públicos e privados de desenvolvimento (informantes qualificados como lideranças agroindustriais e de instituições públicas). Tratamento diferenciado será acordado aos trabalhadores assalariados, através de entrevistas com suas lideranças.

No universo de nossa pesquisa, o "*produtor familiar moderno*" define as pequenas e médias propriedades tecnificadas, com tamanho das propriedades de até 50 ha. Este foi o primeiro critério de definição de nossa amostra, uma vez que a pesquisa exploratória demonstrou

⁵ Censo Agrícola do IBGE de 1980.

⁶ Bebedouro é onde o sindicato dos trabalhadores rurais assalariados é o mais atuante desde 1987 dentre todos os outros municípios de forte expressão no plantio de laranja, liderando as lutas dos colhedores da mesma forma como Guariba foi a referência das lutas salariais dos cortadores de cana-de-açúcar.

que este recorte de faixa de tamanho de propriedade possibilitaria a recomposição de trajetórias sociais comuns e diversas da complexidade da categoria social que estamos considerando, segundo uma determinada lógica interna de produção/reprodução, uma determinada inserção nas condições sociais de produção e uma orientação particular dentro do contexto dos conflitos sociais que compõem o campo da produção agrícola (outros grupos sociais dentre os produtores e trabalhadores assalariados). Portanto, este primeiro critério⁷ facilitou a escolha dos entrevistados atendendo o objetivo de investigar trajetórias familiares e pessoais marcadas por experiências enquanto colonos do café, parceiros e proprietários com inserção na cultura da laranja desde os anos 1960. Este recorte também foi definido em função das estatísticas adotadas pelas instituições públicas de pesquisa (como Instituto de Economia Agrícola/SP) e pesquisadores para definir o “pequeno citricultor” e a tendência existente de sua marginalização.

Supõe-se que estas longas trajetórias indicativas de grandes modificações nas condições de reprodução social revelam a formulação de representações sociais *para e na* ação que mantém uma relação mais ou menos próxima com a identidade sócio-profissional de empresário rural, delimitando suas inserções particulares e comuns aos demais produtores no campo econômico em estudo. Uma vez observados estes critérios, foram realizadas 16 entrevistas com produtores familiares, cada uma com duração média de 2h30m. A definição dos entrevistados contou com as indicações feitas pelos técnicos de vulgarização agrícola da Casa da Agricultura de Bebedouro e pelos próprios produtores entrevistados. Procurou-se confirmar a adequação das características do perfil dos produtores indicados para fins do estudo, antes de proceder à entrevista.

O trabalho de campo durou três meses (entre dezembro de 1990 e primeiros meses de 1991), período de grandes transformações tanto nas relações entre os agentes do campo econômico (comerciais e trabalhistas) devido ao início da crise de rentabilidade na atividade. A presença da pesquisadora foi praticamente ininterrupta. Um segundo trabalho de campo foi realizado no período 2003-2004, para verificar a ocorrência de mudanças institucionais na citricultura, através principalmente de contatos com alguns pesquisadores e atualização bibliográfica.

Os encontros com os produtores em torno de sua *trajetória social* facilitou a aproximação em confiança do pesquisador, rompendo suas resistências, uma vez que se mostraram bastante refratários a entrevistas, temendo todo tipo de fiscalização da receita e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Assim, o tema proposto sobre a "época dos avós" facilitou a aproximação e eliminou possíveis suspeitas de falsa identidade da pesquisadora, uma vez que uma comerciante de terras, uma vendedora de produtos químicos, uma avaliadora de mercado contratada por um grupo agroindustrial ou mesmo pela CEE - todos atributos de possibilidades de explicar minha presença - não poderia se interessar pelo seu passado familiar! (Ver no *Anexo I Roteiro de Entrevistas*).

⁷ É também neste intervalo de tamanho de propriedade que o IEA/Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo estabelece que se encontram os pequenos proprietários mais sujeitos aos processos de exclusão do campo econômico, conforme será analisado mais adiante.

A pesquisa procurou pontuar e analisar a presença dos outros produtores (que não familiares) no campo econômico em questão, porém apenas enquanto referenciados pelos produtores familiares no processo de construção identitária e a partir da análise de informações fornecidas pelos informantes qualificados e de dados secundários. A aproximação direta com grandes produtores e grandes proprietários de terras de baixa produtividade ocorreu apenas por duas ocasiões (normalmente terminavam no interfone com promessas de encontro nunca cumpridas), e não teve por objetivo a realização de uma entrevista com base num roteiro estruturado e sim obter referências sobre algumas de suas posições em relação aos conflitos sociais presentes.

O quadro metodológico da investigação, esboçado abaixo, indica que as entrevistas com os produtores são apenas parte da pesquisa de campo uma vez que a produção do campo econômico demandou outras fontes de informação. Foi realizado ainda um longo trabalho sobre a imprensa escrita e relatórios e jornais de instituições, além das entrevistas com informantes qualificados.

Quadro 1. *Quadro metodológico da investigação: identidade sócio-profissional e estratégias de desenvolvimento da citricultura*

Principais questões	Estratégias analíticas e indicadores	Fontes de informação
Formação social regional e interesses (TEMPO)	Emergência e transformação dos grupos sociais: gênese e transformações do 'título' de empresário rural	Bibliografia/documentos/entrevistas com informantes qualificados
Relação citricultura/agroindústria: (ESPAÇO)	Relações sociais de produção: campo econômico e suas características estruturais	Bibliografia/documentos/entrevistas com informantes qualificados
Trajetória social (CULTURA)	Representações sociais: terra, trabalho, técnicas de produção, mercado	Entrevistas semi-diretivas (análise discurso)
Ação política (CULTURA)	Instituições de representação, mediadores e relações de comercialização: natureza da ação política setorial e reprodução de interesses	Entrevistas, documentos, imprensa, arquivos sindicatos/associações

O tempo da trajetória social e o espaço são atravessados permanentemente pela cultura. No final do primeiro capítulo, à luz dos conceitos considerados, retomar-se-ão os planos analíticos da investigação que determinam a configuração do tempo da trajetória social e o espaço das relações sociais na produção da identidade sócio-profissional dos produtores familiares modernos.

CAPÍTULO I

A IDENTIDADE SÓCIO-PROFISSIONAL DE EMPRESÁRIO RURAL COMO MEDIAÇÃO ENTRE SUJEITO E ESTRUTURA

O tema deste trabalho – a produção de referências culturais como definidoras de uma posição e mobilização de agricultores familiares frente às estratégias de desenvolvimento na citricultura – nos leva a uma reflexão recorrente na sociologia, qual seja a da relação sujeito-estrutura na produção do social. Em outras palavras, trata-se da consideração de como referências culturais exprimem e determinam relações de força num microcosmo social e interpõem-se na determinação do macrosocial relativo à forma pela qual se define a citricultura como campo econômico. Estas referências são mediações que, na vida cotidiana e na ação política organizada, possibilitam a incorporação, projeção e explicitação pelos agricultores de sua identidade, nem sempre se observando uma homologia entre os significados produzidos nos dois planos (prática cotidiana e prática representativa).

Colocar o tema desta maneira nos leva a construir a reflexão em torno do conceito de identidade como referência cultural *para* e *na* ação (poder e dominação), em síntese, da produção e apropriação, de um lado, e da reprodução ou transformação de referências culturais, de outro. As mediações culturais *para* e *na* ação política são constitutivas da identidade e indicam as posições e tomadas de posições em torno do modelo de desenvolvimento em questão, isto é, expressam a síntese da relação sujeito-estrutura dentro de um marco teórico que vai se definir segundo a complementaridade de algumas contribuições.

O conceito de identidade delimita este marco pela referência a autores que consideram o subjetivo, a reprodução e a mudança cultural como dimensões importantes na análise. Nos obriga também a fazer um percurso não original porém marcado por uma ruptura com a herança da sociologia rural no Brasil, que tratou a questão da produção familiar dentro do arcabouço das classes sociais, da integração subordinada ao capital, das tipologias que pretendiam explicar diferenciações e antagonismos a partir do marxismo economicista, uma vez que o conceito de identidade requer o exame de sua posição num contexto relacional e possibilita evidenciar como estratégias de desenvolvimento da citricultura podem expressar consensos e simetrias de poder.

Os processos de pesquisa e de interpretação da realidade guiam-se pelo enfoque de que, para agir no mundo, o sujeito necessita da produção de sentidos e que as instituições, antes de mais nada, necessitam também da expressão destes sentidos na forma de um interesse coletivo, identificado ou elencado, para agir. Entretanto, as instituições contam com um relativo grau de

autonomia destes interesses. Este pressuposto converge para nosso tema, que é o do poder e dominação, uma vez que se trata de compreender como emerge um sentido, um interesse coletivo e uma ação política válidos para explicar as estratégias de desenvolvimento da citricultura. Abèles (1990), de outra forma, define esta problemática do *político como governança*, que supõe a análise da produção de um interesse coletivo e sua representação por uma instância específica (nas palavras de Weber, correspondendo, respectivamente, ao agrupamento e à direção).

Desenvolve-se, aqui, a idéia de que a compreensão da produção de sentidos pelos atores necessita da análise das condições sociais do campo econômico nas quais aqueles recursos culturais formadores da identidade se estruturam, o que significa analisar os processos de diferenciação/integração/diferenciação das categorias sociais em presença e as formas de articulação destas categorias na ação política com vistas à construção de um modelo de desenvolvimento setorial. Estes processos de diferenciação/integração/diferenciação marcam dinâmicas conflituais nas quais o capital mais importante foi, ao longo da trajetória social dos produtores familiares, respectivamente, o social (arranjos internos nas propriedades quanto à força de trabalho/tamanho da propriedade), em seguida, o econômico (acesso a créditos e estabilização no mercado) e, atualmente, o cultural (vocação e competência) na afirmação identitária de empresário rural. A visualização das ambivalências e contradições destes processos que caracterizam as lutas por classificações e reclassificações travadas pelos produtores familiares se dá quando se considera um determinado recorte temporal (anos 1980-90), significativo das mudanças no desenho institucional do setor, na direção de um modelo *agrobusiness*⁸ de desenvolvimento da citricultura e de uma posição em relação ao Estado e às condições de reprodução social e acumulação econômica.

Para recortar o objeto de pesquisa segundo estas duas vertentes – produção/apropriação e reprodução/transformação de referências culturais – observam-se dois eixos analíticos:

1. relação entre *sentidos* e *práticas*, traduzindo-se em formas de inserção sócio-cultural e política no campo econômico como componente da identidade. Trata-se aqui da análise de quais são as representações da trajetória que compõem a inteligibilidade da interpretação sobre as transformações sociais, sua posição e relação com a ação política e, desta forma, como se dá a constituição do grupo social implicado no processo que mobiliza invariavelmente a produção e apropriação, pelos agentes, do sentido capaz de funcionar como uma referência cultural *para a ação*;

2. relação entre a ação política e esta nova referência cultural, traduzindo-se como instrumentalização da identidade *na ação* pelas instâncias formais de representação dos interesses frente aos diferentes interesses em presença dentre os agricultores. Trata-se aqui da análise de qual é o sentido predominante da ação política que reforça (total ou parcialmente) as

⁸ Este modelo procura referir-se à crise de regulação estatal no complexo agroindustrial e aos novos arranjos de poder político que surgem no campo econômico em questão. Retomar-se-á esta questão quando da análise da ação política setorial.

condições objetivas e subjetivas da reprodução da identidade sócio-profissional do empresário rural e de como esta ação conduz a que as relações acima orientem a adoção das estratégias de desenvolvimento do setor.

A orientação teórica do presente estudo está marcada por três reflexões fundamentais: a primeira, sobre a questão da ideologia e das representações que tem por objetivo mostrar a complexidade da análise cultural quando se refere à identidade e à ação política; a segunda, sobre a possibilidade de serem contrapostas as noções de *habitus* e *ethos de posição* naquilo que são, respectivamente, referências culturais comuns e específicas a uma determinada trajetória e posição social e, a terceira, sobre a abordagem da *identidade sócio-profissional* como mediação cultural entre sujeito e estrutura a partir da atividade social e da ação política dos agricultores familiares em um campo econômico preciso – a citricultura.

O desafio teórico é propor, diante da realidade estudada, um diálogo sobre estas fronteiras conceituais, tomando-se principalmente a contribuição de Pierre Bourdieu, Claude Dubar, Denis-Constant Martin, Bruno Jobert e Pierre Muller, fronteiras problematizadas e definidas das seguintes formas:

1. a primeira, quanto à questão do processo de produção e apropriação, refere-se ao fato dos indivíduos terem um *ethos de posição* e um *habitus* como processos culturais inconscientes de interiorização das estruturas ou terem uma *identidade* como um processo consciente de identificação e posicionamento num campo. Se por um lado, a ocorrência da reflexividade não explica os limites nos quais algumas práticas tendem a reproduzir posições e interesses diversos, fica limitada a possibilidade dos agentes formularem um projeto próprio ou racional de intervenção na realidade;

2. relacionada à primeira, a segunda aborda o processo de reprodução ou transformação e refere-se ao fato da ação política ser portadora de objetivos inconscientemente expressos, uma vez que as instituições estão no campo e neste caso elas traduziriam o *habitus* como interesse coletivo de seus representados, ou ao fato das instituições terem autonomia e interesses próprios, de classe.

Mais adiante, esta tensão será explicitada através da decomposição dos conceitos citados acima e do estabelecimento de possíveis relações entre eles, uma vez que estes conceitos foram metodologicamente considerados como planos de análise da investigação (separados em capítulos) que se estruturam num conjunto teórico indicativo de como se analisa a identidade sócio-profissional como gênese de um grupo social dentre os produtores, que tem papel fundamental nas estratégias de desenvolvimento da citricultura.

Inicialmente, será feita uma revisão crítica do debate sobre agricultura familiar, mostrando alguns limites na ampliação e complexificação das análises tipológicas baseadas na posição dos grupos sociais nas estruturas de produção. Em seguida, tratar-se-á do tema das

representações, ideologia e cultura, seguido pela reflexão sobre os conceitos de *ethos de posição* e *habitus*, que dizem respeito à função da cultura na relação sujeito-estrutura e sua concepção como estrutura estruturada ou uma estrutura estruturante. E, finalmente, algumas reflexões sobre a questão da identidade social, identidade sócio-profissional e ação política.

1.1. REVISITANDO CONCEITOS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

Procura-se aqui fazer um resgate de como o conceito de agricultura familiar surgiu e é debatido no pensamento acadêmico nas suas linhas mais gerais, desde a ênfase dada nas suas relações com o entorno sócio-econômico até as análises de sua lógica interna de produção ou da articulação desta com a sociedade global. As questões suscitadas situam-se no complexo debate entre filiações teóricas e procedimentos analíticos sobre, de um lado, a importância das estratégias de decisão dos produtores familiares a respeito do funcionamento de sua exploração (Chayanov) e, de outro, os efeitos determinantes dos contextos sociais e econômicos (Lenin, Kautsky). Trata-se, em síntese, no primeiro caso, das especificidades da produção familiar (aspectos organizacionais) e, no segundo, das condições de sua reprodução e transformação diante do desenvolvimento capitalista⁹. Consideram-se, ainda, estudos que evidenciam o modo de ser e de agir de produtores familiares num contexto relacional enquanto sintoma do real (temática das representações como epifenômenos da subjetividade). Este resgate não pretende demonstrar qualquer tipo de tendência na sociologia rural uma vez que estes enfoques evidenciam, na maioria das vezes, perspectivas teóricas divergentes. Trata-se sim de alguns procedimentos de desconstrução da definição social dos produtores familiares (e não sua invalidação) para que seja possível sua reconstrução através dos processos de afirmação e institucionalização identitária. Isto é, analisa-se o processo de definição do produtor familiar moderno como produto objetivado de uma prática de classificação e reclassificação para que a justificativa teórica adotada se revele, compreendendo as operações de reagrupamento de onde este produtor se origina (trajetória social) e, indissociavelmente, o trabalho simbólico de definição que acompanha sua formação (representações sociais) e sua institucionalização (ação política).

1.1.1. O conceito de agricultura familiar

No Brasil, a temática da produção familiar esteve, até a primeira metade dos anos 1990, segundo Schneider (1999), sucumbida à prioridade dada para as análises sobre a expansão do capitalismo no meio rural, as especificidades deste processo e a formação da estrutura de classes. A tradição marxista (composta pela tríade dos clássicos na sociologia do rural, MARX, 1987 e 1982; LÊNIN, 1988 e KAUSTSKY, 1980), apesar de reconhecer a persistência de formas de

⁹ Para um resumo desta posições ver Wilkinson (1986, p. 45-79) e Abramovay (1992).

produção familiar nos países avançados, não possibilitou aventuras na formulação de uma teoria específica para estes produtores, uma vez que professava que a presença desta categoria podia ser explicada no âmbito de uma teoria geral sobre o desenvolvimento do capitalismo.

Como resultado desta perspectiva analítica, a presença de "camponeses", noção que englobava pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e outras categorias sociais, definidos em oposição ao latifúndio, numa visão de dualidade da estrutura fundiária brasileira, definiu a questão agrária como tema central da sociologia rural. Os camponeses eram interpretados de diversas maneiras, desde resquícios feudais até formas de assalariamento disfarçado, uma vez que a preocupação na análise era o caráter da expansão do capitalismo na agricultura brasileira e as formas sociais daí resultantes, num contexto de forte ideologização da reflexão acadêmica, tendo em vista também o contexto político marcante dos anos 1950 e 1960.

Segundo Porto e Siqueira (1994), o surgimento da noção de "pequena produção" nos anos 1970 e 1980, que emerge junto com a tentativa do Estado de integrar os pequenos produtores ao processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, impulsionado pela proliferação das ligas camponesas na década de 1960, contribui para criar uma conotação menos politizada e estigmatizada, porém operacional, em contraposição ao sentido teórico da noção de campesinato. A leitura dos estudos nessa época - de orientação teórica-marxista na sua maioria - revela alguns desdobramentos diretos para a compreensão da "pequena produção" (agricultura familiar), quais sejam:

1. quando centrados na contribuição da política de subvenções do Estado voltada à modernização agrícola, articulada com certas particularidades do desenvolvimento capitalista e sua integração com o capital industrial, os pequenos produtores eram situados entre a burguesia e os agricultores pobres (ou em vias de proletarização), e considerados em "transição", uma vez que, para estes autores, a expansão do capitalismo levaria, inelutavelmente, ao seu desaparecimento.

2. quando centrados diretamente na integração dos produtores à agroindústria, os estudos se dividiam entre os que consideravam esta integração como subordinação de seu trabalho ao capital agroindustrial (WANDERLEY,1979; BELATO,1985; GRAZIANO DA SILVA,1982) e aqueles que suavizavam o peso da integração como limitante da autonomia do produtor (PAULILO,1987 e 1990, WANDERLEY, 1988 e 1998).

No primeiro caso, o advento das noções de "integração" e "exclusão" para analisar a inserção dos pequenos produtores nas transformações capitalistas na agricultura representou o auge deste olhar sociológico sobre a realidade, uma vez que a integração ou não às agroindústrias e mercados consumidores seria a prova de que o capitalismo se expandiria de forma indireta, subordinando estes produtores e provocando um processo de diferenciação interna nos moldes preconizados pela tradição teórico-marxista (graças à subordinação real ao capital e a tendência à proletarização).

Já a temática da autonomia provém da contribuição de Chayanov (1974, 1981) sobre "a teoria da economia camponesa", versando sobre o funcionamento interno da produção camponesa, a qual, quando vinculada à tradição leninista do marxismo clássico, concretizou-se em interpretações sobre a articulação entre uma relativa autonomia na forma de gestão da força de trabalho e do processo produtivo com a articulação subordinada ao capital, isto é, com o entorno do sistema econômico dominante. Esta tendência veio, de uma certa forma, reforçar a direção das análises sobre o "*trabalhador para o capital*" e sobre o "*proprietário formal da terra*" para explicar situações de integração.

Autores como Schneider (1999) e Abramovay (1992), que procuraram fazer uma revisão do tema da agricultura familiar na literatura, concordam que ele foi atravessado por condicionantes políticos e ideológicos naquilo que era o esforço de compreender as especificidades da "questão agrária brasileira", as características das relações sociais no campo (feudais ou capitalistas) para daí vislumbrar o que seriam os grupos sociais potencialmente revolucionários.

Porto e Siqueira (1994) pontuam algumas questões em torno da dificuldade em abordar a agricultura familiar e enfatizam esta questão dentro de outra temática, a das lutas sociais. As autoras retratam a evolução na utilização das categorias teóricas *camponês* e *pequeno produtor* na sociologia rural brasileira e analisam a fragmentação destas categorias fundadoras em categorias empíricas frente ao surgimento dos movimentos sociais no meio rural em meados dos anos 1980. A abundância de pesquisas sobre estas categorias empíricas retratava o renascer do exercício da cidadania, submersa pelo autoritarismo do regime político das décadas anteriores e a diversidade do mundo rural (GRZYBOWSKI, 1987; GERMER, 1988).

Desta maneira, ao mesmo tempo em que se superavam as questões teóricas sobre a reprodução e a funcionalidade da agricultura familiar no capitalismo, a emergência dos atores em movimento tornou-se objeto da sociologia "do rural" em inúmeras pesquisas. Os projetos imediatos dos atores foram analisados como resposta às estruturas de produção dominantes, o que os levou a se tornarem referências empíricas para categorizar as próprias lutas e os tipos sociais envolvidos (lutas pela reforma agrária, lutas contra a expropriação, lutas contra a exploração dos assalariados, lutas contra a subordinação do trabalho ao capital agroindustrial, lutas em torno do valor do produto).

A compreensão da ação política desses grupos sociais em face da difração entre estruturas e comportamentos, entre categorias sociais e projetos e a não continuidade das lutas – tendo em vista que estas "rupturas" políticas foram atribuídas à luz das intervenções dos mediadores, à falta de consciência coletiva, à vigência dos pólos desiguais na relação dominante-dominado e aos determinantes da modernização agrícola - ficou reduzida ao papel do Estado e à tomada das

instituições de classe sobre o poder político na maioria dos trabalhos da época, mesmo porque o Estado foi o grande agente impulsionador da modernização e o atrelador da estrutura sindical¹⁰.

Em síntese, muitas análises sobre a diferenciação social que buscavam as especificidades da produção familiar, baseadas no tamanho da propriedade, força de trabalho e grau da tecnificação dos sistemas produtivos e guiadas pelos paradigmas analíticos da tradição marxista, advindos do campo da economia, mostraram-se insuficientes para a compreensão da estrutura social na agricultura e suas relações com o capital agroindustrial, como também comprometeram as interpretações a respeito da expressão política dos diversos grupos sociais.

Estas abordagens afastaram da problemática a importância dos projetos e da organização sociopolítica dos diversos atores sociais no universo das relações e interesses sociais como manifestação dos interesses mais coletivos, e talvez favoráveis às mudanças em curso, notadamente no que concerne a expressão política dos diversos tipos sociais complexos de produtores familiares, como notou-se num passado recente em relação às mobilizações organizadas pela Frente Ampla da Agropecuária e da União Democrática Ruralista (UDR)¹¹.

Esta noção de complexidade¹², que rejeita o determinismo econômico das relações de produção como explicativo dos projetos e comportamentos, para fins deste estudo, encontra-se resumida nesta definição de Eizner sobre o camponês francês que adere aos pressupostos técnicos da modernização agrícola nos anos 1960:

... o agricultor é ao mesmo tempo um produtor como o operário, um trabalhador independente como o comerciante e um administrador como o chefe de empresa. Ele é tanto explorado como produtor quanto posto à prova como o trabalhador independente. Mas ele também é fascinado pelo modelo do chefe da empresa, isto é, a competência e a competitividade (EIZNER, 1972, p. 330-331)¹³.

Mais recentemente, Jean (1994, p. 53) dá uma definição que espelha esta complexidade, expressa agora no personagem híbrido que seria o *agricultor familiar contemporâneo* que continua, conceitualmente, apresentando as características tradicionais da produção familiar - a propriedade da terra e a maior parte do trabalho agrícola são do produtor e dos membros da família -, porém revela uma "*tríplice identidade*" evidenciada por características complementares às estruturais:

O agricultor moderno apresenta-se então como um personagem híbrido acumulando nele mesmo uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador. [...] A título de proprietário fundiário [...] há muito tempo teve que renunciar a isto (recebimento de rendas fundiárias) para manter seu modo de produzir, para ser competitivo em relação a outras formas produtivas [...] como um empresário privado [...] possui seus

¹⁰ Ver Gohn (1995), Medeiros (1989), Oliveira (1988), Bonim et al. (1987). Navarro (org., 1996) traz alguns elementos de análise sobre estas interpretações mais tradicionais dos movimentos sociais no campo, especialmente os textos de Fox, Jonathan e de Navarro.

¹¹ Como exemplo desta tendência na interpretação da participação de "pequenos produtores" nas manifestações da UDR, ver Gomez (1987), Silva (1987) e Bruno (1997). Coradini já tinha chamado a atenção para o "afunilamento" ou a integração político-ideológica subjacente à integração agroindustrial como uma alternativa a estas interpretações mais lineares (CORADINI, 1985).

¹² No sentido oposto à simplificação da análise da realidade como determinada por fatores econômicos, políticos ou socioculturais, isoladamente, impedindo a visão das interrelações.

¹³ Ver também Muller, 1987a e b.; Coulomb e Nallet, 1980.

meios de produção [...] mas continua produzindo mesmo não tirando vantagem, pior ainda, aumenta o volume da produção quando os preços abaixam [...] Finalmente, o agricultor moderno é também, e talvez antes de qualquer coisa, um trabalhador; e um dos últimos trabalhadores autônomos [...] (JEAN, 1994, p. 53).

Abramovay (1992) faz uma contribuição importante ao analisar o surgimento do agricultor familiar moderno, recuperando o que seria seu caráter distintivo em relação ao camponês. Para o autor, o produtor familiar na sociedade moderna representa uma forma de produção "*altamente integrada com o mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida, converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho*" (ABRAMOVAY, 1992, p. 22 e 127). Nas suas palavras,

O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos agricultores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (ABRAMOVAY, 1992, p. 127).

Assim, segundo este mesmo autor, o que era uma categoria social fadada à decomposição no processo de expansão do capitalismo nos clássicos marxistas converteu-se no seu expoente mais saliente. Outros autores abordam de outra forma a reprodução da agricultura familiar no capitalismo, como é o caso de Mann e Dickinson (1978), que atentam para a dificuldade no surgimento das empresas capitalistas na agricultura, uma vez que há uma nítida separação entre tempo de trabalho e tempo de produção na agricultura. Esta separação inspirou Aidar e Perosa Júnior (1981) a afirmarem que as unidades familiares modernas de produção são parceiras privilegiadas do capital agroindustrial¹⁴.

1.1.2. A diferenciação interna da produção familiar

Segundo Schneider (1999), o tema da agricultura familiar só toma forma na academia a partir de meados dos anos 1990, uma vez que os estudos anteriores centravam-se ora na produção camponesa, ora na pequena produção. Estudos de caso, porém, a partir da década de 80, já se debruçavam sobre suas diferenciações internas. Estes estudos acentuaram o lugar da produção familiar como alvo central das controvérsias da discussão sobre classes sociais – fortemente fundadas na concepção marxista - frente à grande diferenciação encontrada nas suas formas reais e pelo fato de constituírem uma categoria social que não entraria na composição de polaridades antagônicas nas relações sociais nas quais se inserem¹⁵.

¹⁴ Um resumo destas posições encontra-se em Goodman, Sorj e Wilkinson (1985).

¹⁵ Ver também Sorj (1980), Lopes e Sales (1983); Antuniassi (1986); Loureiro (1987), Carvalho (1987); Germer (1988), dentre outros.

Nem capitalistas, nem camponeses, Abramovay (1997) atribui a esses produtores uma posição própria na estrutura de classes no meio rural. Já Lamarche (1992, 1994a) considera que há uma classe social no interior de cada forma diversa de produção familiar. Por outro lado, Wanderley (1990) afirma que a forma familiar diversifica-se em diferentes contextos e constitui uma evolução da forma camponesa. Neves (1995) considera a dicotomia da caracterização "familiar e capitalista" simples e reducionista. Brumer (1994, p. 89-90) defende que o produtor familiar não é, *necessariamente*, capitalista, pois é proprietário da terra na qual produz; não vive fundamentalmente do trabalho dos outros, e ele e/ou membros de sua família trabalham no próprio estabelecimento agropecuário. Uma das principais diferenças entre o produtor familiar e o empresário capitalista, segundo a autora, é que o primeiro precisa produzir, de certa forma, independentemente do mercado, pois ele e sua família vivem dos produtos da terra, enquanto que o segundo pode decidir mais livremente em que e como investir seu capital e até demitir empregados "excedentes".

O debate explicitado acima perdura e, apesar de as análises de classe terem diminuído de importância na sociologia, os estudos sobre produção familiar trouxeram novas luzes para a compreensão do rural, abrindo um leque de novas temáticas. Descartada definitivamente a variável fundiária na definição de tipologias que impôs por duas décadas a noção de pequena produção, algumas definições, que interessam particularmente aqui, são aquelas que persistem no âmbito da questão do trabalho. Desta forma, observando os *produtores familiares modernos* na citricultura, algumas ponderações podem ser formuladas do ponto de vista mais teórico e que recaem na questão da separação família-propriedade operada pelo trabalho ou, como alguns autores observam, na pertinência de considerar a família como um conceito teórico para a análise da produção familiar (BRUN, 1987). Esta reflexão faz-se necessária porque o conceito analítico fundado sobre a produção familiar ainda permanece preso, fundamentalmente, pelas características polarizadas da organização do trabalho nas propriedades (presença ou não de trabalhadores externos, quantidade e duração do trabalho), enquanto que é pouco desenvolvida a importância do trabalho indireto (gestão) dos produtores, dos determinantes provindos do mercado de trabalho, das mediações na contratação dos trabalhadores temporários e das especificidades do produto agrícola em questão, tanto na divisão social do trabalho quanto na reprodução social das propriedades. Igualmente não é considerada a "idade" da unidade produtiva influenciada pela dinâmica interna da mudança de gerações e variações no envolvimento de membros da família na produção.

Em outras palavras, está em debate a questão do grau de centralidade do trabalho familiar ou a questão da indissociação entre família e propriedade contida nas definições mais tradicionais da produção familiar. Diante disto, alguns desdobramentos parecem pertinentes para a rediscussão da *produção familiar moderna* como uma das configurações de um profundo processo de diferenciação social na citricultura.

Em primeiro lugar, no que diz respeito ao papel do trabalhador assalariado, duas posições antagônicas podem ser levantadas da bibliografia consultada:

a) a primeira provém da análise de Kageyama e Bergamasco (1989) que, ao constatar as características de categorias sociais que utilizam grande parcela de assalariados, afirmam que essas são empresas familiares que muito se aproximam de empresas capitalistas;

b) a segunda provém de Jean (1994), que afirma ser o assalariamento uma variável exógena que não compromete o caráter familiar de certos tipos de produção.

Em seguida, mas também relacionados com a questão do grau de centralidade do trabalho familiar, surgem os seguintes elementos de análise:

1. o processo de individualização do trabalho da unidade agrícola (*part-time*), isto é, as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos, deixam de ser responsabilidade de um conjunto dos membros da família para ser de um ou outro membro dela (CARNEIRO, 1998; GRAZIANO DA SILVA, 1999a, p.230). Isto pode ocorrer devido à busca de outras alternativas de trabalho (ou profissionais) pelos filhos ou devido ao fato da maior parcela do trabalho ser realizada por terceiros.

2. a função da gestão da propriedade representa trabalho exercido na propriedade, apesar de não consistir em atividade (labor) essencialmente agrícola. Graziano da Silva (1999a, p. 217) acredita que o critério do grau de separação entre gestão e trabalho mascara o fato de que o produtor que assume a gestão pessoalmente (e não por administrador contratado) pode também realizar trabalho agrícola e, neste caso, não se constituiria em um modelo patronal de estabelecimento (separação completa das funções).

3. a tentativa de caracterizar os estabelecimentos pelo tipo de força de trabalho contratada (ou não contratada) resulta igualmente em contradições. A tabulação proposta a partir dos Censos Agropecuários, separando estabelecimentos com trabalhadores permanentes/com trabalhadores temporários; com/sem; sem/com e sem/sem (respectivamente para trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários), engloba, neste último tipo, tanto unidades altamente mecanizadas quanto pequenos estabelecimentos que, na verdade, não passam de locais de moradia (GRAZIANO DA SILVA, 1999a, p. 221).

4. a questão do lugar da propriedade como patrimônio quando da transmissão por herança também suscita cuidados na análise, uma vez que pode haver diminuição da importância da propriedade neste sentido, tendo em vista o afastamento dos filhos da atividade propiciar a eles outras fontes de renda e inserções profissionais distantes da agricultura e alterar a importância estratégica da transmissão da propriedade para a reprodução social da família.

Além destas questões relacionadas à questão do trabalho e que dizem respeito principalmente às formas de organização interna da unidade produtiva, deve-se levar em consideração:

1. a análise dos "determinantes" provindos do contexto sócio-econômico mais geral em que se dá determinada organização da produção (exemplo, perfil e organização do mercado de

trabalho regional, disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata, podendo significar alternativa em relação ao trabalho familiar). Estes "determinantes" levariam a reorientações no padrão de integração estrutural do sistema produtivo através de modificações na relação da família com a propriedade como no caso do uso da *terra*, do *trabalho* e das *técnicas de produção*;

2. a análise dos "determinantes" das afiliações socioculturais e projetos destes produtores em casos específicos, por incidirem sobre decisões e estratégias do produtor (desde questões relativas a prestígio social até questões sobre a natureza corporativista do engajamento dos produtores nas lutas setoriais). Estes "determinantes" trariam reorientações nas formas de articulação às alternativas de comercialização da produção agrícola que levam a posições diferenciadas no *mercado* segundo critérios não-estruturais.

Segundo Graziano da Silva (1999a, p. 217), com exceção da predominância do trabalho assalariado, os outros quesitos não têm estatuto teórico relevante para separar o "modelo patronal" do "familiar"; eles serviriam apenas para caracterizar diferenciações relativas à região e ao produto agrícolas, uma vez que se relacionam com o perfil tecnológico, podendo haver obstáculos naturais à mecanização. Entretanto, em que pese a observação deste autor, a predominância ou não do trabalho assalariado também é atributo da tecnologia, do mercado de trabalho regional, de demandas por parte da agroindústria de fornecimento regular de matéria-prima, da concorrência estabelecida para atender a este fornecimento, dos requisitos em produtividade exigindo trabalhadores disciplináveis e do cálculo que o produtor faz quando do balanço financeiro entre custo e benefício, portanto parece também refletir particularidades regionais e do produto agrícola considerado.

Graziano da Silva distingue três grupos (grandes proprietários e capitalistas agrários; empresas familiares e produtores camponeses), com base em dois critérios: 1) o grau de importância da taxa de lucro no funcionamento da unidade produtiva, determinando uma maior ou menor mobilidade de capital e possibilitando ou não a busca de alternativas produtivas em termos da escala de produção, como investimentos; 2) a composição feita entre a participação da mão-de-obra familiar e assalariada e o nível de remuneração e a relação do produtor com os empregados (distância ou não) (GRAZIANO DA SILVA, 1999a, p. 214-215).

Este mesmo autor considera que a existência de empresas familiares que apresentam grau mais avançado de divisão do trabalho e a separação, pelo menos parcial, do responsável do trabalho que adota a forma assalariada de trabalho de forma constante, não é suficiente para caracterizar sua natureza capitalista. É necessário que "... os meios de produção funcionem efetivamente como capital! E isso implica que o proprietário desses meios de produção personifique o capital, atendo-se **exclusivamente** à gerência do empreendimento" (GRAZIANO DA SILVA, 1999a, p. 215). Para este autor, o produtor familiar torna-se um capitalista¹⁶ quando:

¹⁶ Uma observação importante se impõe aqui, apesar de ser o fio condutor de todo o presente trabalho: *ser capitalista* não quer dizer *ser empresário* (e vice-versa), o que reforça a idéia do empresário rural como sendo tipo sociocultural, um aditivo de classe, portanto um "título" que se disputa num campo de conflitos; no caso em estudo,

a) guia-se pela taxa de lucro e, portanto, pela concorrência entre capitais; b) tem comando sobre trabalho alheio; c) está desvinculado das atividades produtivas diretas. Em outras palavras,

... ele precisa dispor de um determinado volume físico de capital, do ponto de vista técnico, que funcione efetivamente como capital, do ponto de vista de uma relação social de produção, a qual envolve antagonicamente o proprietário dos meios de produção e seus comandados (os donos apenas da força de trabalho) (GRAZIANO DA SILVA, 1999a, p. 216).

Outra reflexão importante que se alinha com esta primeira abordagem resulta da leitura que Schneider (1999, p. 49-58) fez de autores neomarxistas como Friedmann (1978, 1986, 1988) e Goodman/Redclift (1985)¹⁷. De acordo com Schneider, o debate travado entre estes autores no campo neomarxista da Sociologia da Agricultura merece ser resgatado porque, ao tratar da permanência e da reprodução da produção familiar a partir da releitura dos autores clássicos, dá uma nova dimensão analítica à produção familiar no sentido de complexificá-la em suas diferenciações reais. Este debate, segundo o autor, gerou uma polêmica entre os neomarxistas que marcou o confronto entre perspectivas analíticas que serviram de instrumental de análise para estudiosos das décadas recentes.

Friedmann, ao interpretar a presença e reprodução das formas familiares de organização do trabalho e da produção na agricultura, recoloca no centro do debate teórico o conceito marxista de *produção simples de mercadoria* para explicar formas sociais que estão apenas parcialmente integradas à divisão social do trabalho e aos circuitos de produção do valor, pois não realizam integralmente sua reprodução ampliada. Segundo a autora, na produção mercantil simples, o proprietário tanto da força de trabalho quanto dos meios de produção estão reunidos em uma única unidade e possuem relações de parentesco entre si, sendo, portanto, um tipo de combinação entre as unidades familiares e as unidades de produção capitalista¹⁸. A forma de produção mercantil simples busca atender prioritariamente aos interesses da reprodução do núcleo familiar (e não a obtenção de mais-valia) (FRIEDMANN *apud* SCHNEIDER, 1999, p. 52-53). Seria uma forma de produção familiar competitiva e especializada - e em oposição à produção familiar tradicional, na qual o responsável é proprietário dos meios de produção e

o tipo ao qual aderem os *produtores modernos* nas suas representações sobre terra, trabalho e técnicas de produção ao longo do processo de integração ao mercado, portanto para além das condições objetivas de produção. Esta colocação converge para a observação de Martins (1975, p. 21).

¹⁷ Friedmann, H. Family enterprises in Agriculture: structural limits and political possibilities. In: Cox, G., Lowe, P., Winter, M. *Agriculture: people and policies*. London, Allen, 1986a; Friedmann, H. Patriarchy and Property: a replay to Goodman and Redclift. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, v.26, n.2, p.186-193, 1986b; Friedmann, H. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. *Journal of Peasants Studies*, London, v.6, n.1, p.71-100, 1978a; Friedmann, H. World Market, State and Family Farm: social bases of household production in the era of wage labor. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v.20, n.4, p.545-586, 1978b; Friedmann, H. The Family and the International Food regimes. In: Shanin, T. *Peasants and Peasants Societies: selected readings*. London, Penguin Books, 1988., p.247-258; Goodman, D., Redclift, M. Capitalism, Petty Commodity Production and the Farm Enterprise. *Sociologia Ruralis, Netherlands*, v.25, n.3/4, 1985, p. 231-247.

¹⁸ Nas unidades familiares, o trabalho é organizado com base em relações de parentesco e gênero, porque é a própria família que trabalha, e a posse dos meios de produção não está separada de quem executa o trabalho. Nas unidades de produção capitalista, a força de trabalho é recrutada através do mercado de trabalho, via contrato de trabalho, à semelhança do que acontece com a aquisição das demais mercadorias necessárias ao processo produtivo (FRIEDMANN *apud* SCHNEIDER, 1999, p. 53).

conta com a própria força de trabalho para operá-los, compra os meios de produção e os recursos para subsistência.

Como eu a defino, a produção simples de mercadorias refere-se à unidade entre propriedade e trabalho em uma economia caracterizada pela circulação geral de mercadorias e, portanto, pela separação entre capital e trabalho. Isto não se aplica à propriedade de trabalho familiar em formação sem o desenvolvimento de mercados de trabalho, de direito de propriedade e de capital, bem como de produtos. A característica principal da produção mercantil simples na agricultura é tipicamente o alto nível de tecnologia e investimento e um grande plano de concorrência, combinado com a divisão familiar do trabalho (FRIEDMANN apud SCHNEIDER, 1999, p. 57)

Continuando, Friedmann afirma que a capacidade da família adapta-se a um conjunto diversificado de situações impostas pelo ambiente onde se encontram inseridas, o que permite sua flexibilidade, adaptação ou reação. Portanto, há características históricas contextuais que podem facilitar *a dissociação entre propriedade dos meios de produção e a força de trabalho*, sugerindo que novas formas de organização e de relação do produtor com seus meios de produção podem surgir.

Uma reflexão importante a partir dos textos de Friedmann refere-se à possibilidade, diante da dissociação entre meios de produção e trabalho, dada a competição intercapitalista, de haver uma procura, por parte dos produtores, de escalas cada vez mais intensas para aumentar a produtividade agrícola, e este processo acabar resultando na elevação da taxa de lucro e na forma de garantir a reprodução social. Segundo a autora, esta opção seria a escolhida pelos produtores simples de mercadoria, principalmente se houvesse relações familiares e de parentesco importantes que justificassem uma ajuda financeira por parte do pai de família (por exemplo, ajuda dos pais aos filhos para que se estabeleçam economicamente). Tanto o trabalho em tempo parcial ou integral dos membros da família fora da propriedade quanto a opção da reprodução ampliada para os produtores simples de mercadorias só são possíveis devido às *relações familiares e de parentesco*, uma vez que são variáveis importantes a serem consideradas no processo de tomada de decisões dos agricultores, pois elas dão sentido e racionalidade às estratégias que os pais adotam visando ampliar os recursos e os bens disponíveis para deixar a seus filhos ou àqueles que seguirão com a propriedade (SCHNEIDER, 1999, p. 59).

Goodmann e Redclift (1985) discordam do conteúdo analítico do conceito de produção simples de mercadoria, afirmando que sua validade é apenas histórica e descritiva e que, portanto, teria substituído a dialética pela utilização da produção simples de mercadoria como um tipo ideal. Uma das críticas que formulam a Friedmann é que, segundo ela, o confronto entre a base técnica e social seria apenas conjuntural, isto é, o uso da força de trabalho familiar em lugar da assalariada ocorreria apenas em certos momentos do ciclo demográfico da unidade familiar (quando os filhos já estão em idade de trabalhar e permanecem no ambiente familiar). A segunda crítica é que, num ambiente de competição intercapitalista, a reprodução simples não pode ser o principal objetivo da família (e que a reprodução ampliada ocorra apenas por razões demográficas e culturais, como ela afirma). A terceira crítica, decorrente das anteriores, é que o

uso do trabalho assalariado seria o meio para obter esta taxa de lucro e gerar condições de reprodução da competitividade (sobretudo para acompanhar o progresso tecnológico). Resumindo, o uso permanente de trabalho contratado torna-se um pré-requisito estrutural, levando à separação entre trabalho e capital e permitindo, portanto, a exploração da mais-valia. Neste caso, desaparece a especificidade da produção simples de mercadoria defendida por Friedmann (GOODMAN e REDCLIF apud SCHNEIDER, 1999, p. 60).

Schneider salienta também a proposta de Gasson e Errington (1993 *apud* SCHNEIDER, 1999, p. 65)¹⁹, que difere das anteriores por relegar os aspectos da gestão do trabalho da família a um plano dependente de variáveis como relações de parentesco, controle administrativo e transferência intergeracional. Em outras palavras, o conceito adotado é o de *unidade familiar mercantil* e não unidade familiar de trabalho. A presença ou não de trabalho assalariado (que depende do ciclo demográfico em que se encontra a família e das necessidades produtivas) não é o aspecto mais importante, mas sim a existência de relações familiares na propriedade. Sua análise, porém, se dá em contextos em que a terra e a força de trabalho são cada vez menos importantes como fatores de produção, devido ao elevado grau de mecanização utilizado.

Em síntese, a reflexão que se apresenta até o presente momento diz respeito a como se dá a articulação entre a lógica familiar e os determinantes objetivos e contextuais, o que provoca dificuldades para a análise, especialmente quando se consideram formas modernas da produção familiar que se diferenciam e se afastam de características tidas como centrais no conceito clássico de agricultor familiar na literatura (indissociação entre família, trabalho e propriedade).

Loureiro (1987), num estudo sobre os produtores de tomate em São Paulo, mostrou o rigor que o chefe da propriedade tem em relação à mão-de-obra familiar, o que mostra que as relações internas nem sempre são favoráveis para a permanência da organização familiar de trabalho face às exigências do mercado. A dissolução das características tradicionais da produção familiar, quando esta crescentemente adere à noção de competitividade, pode se dar diante dos pressupostos da divisão social do trabalho dominantes, assegurando a contratação de assalariados num contexto de ampla disponibilidade de força de trabalho. Isto é, parece haver uma mudança na realidade de sua posição social em relação aos outros grupos sociais no que diz respeito à formulação de projetos sobre seu devir, à definição de estratégias econômico-produtivas (com diminuição da participação da família nas decisões sobre a atividade) e também em relação ao engajamento nas lutas sociais que continuam provocando transformações internas em suas características ao longo do tempo.

¹⁹ Gasson, R., Errington, A. *The Farm Family Business*. Wallingford, Cab International, 1993.

1.1.3. Reelaborando uma categoria a partir de relações sociais

O problema maior da expansão do capitalismo moderno não é aquele da origem do capital, é aquele do desenvolvimento do espírito do capitalismo
(WEBER, 1967, p. 71-72).

A partir destas preocupações, algumas abordagens podem ser citadas como distintas das tratadas anteriormente e que procuram dar mais espaço à reflexão sobre a complexidade das formas contemporâneas da produção familiar, apontando para a importância das afiliações socioculturais dos grupos sociais, isto é, seu “modo de ver as coisas”, “de alinhar-se diante de semelhanças e diferenças”, como tão reveladoras de suas respectivas inserções sócio-econômicas em um universo de diferenciações sociais quanto as condições objetivas que orientam em grande parte a elaboração destas tipologias.

Com maior ou menor grau, estas abordagens filiam-se a diferentes correntes teóricas. A possibilidade de (re)elaboração de uma categoria social, no caso de Max Weber, é bem demonstrada por Scalón (1999). De forma oposta àquela trilhada pela perspectiva das classes sociais (em torno da centralidade do trabalho segundo a polarização clássica entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção), a perspectiva weberiana de classes identifica grupos que compartilham chances de vida semelhantes (ocupação e status de emprego), e se diferenciam de outros grupos por terem oportunidades diversas (de mercado e de trabalho), segundo a divisão social do trabalho:

Ao identificar na análise as qualificações profissionais como formas de propriedade que são valorizadas e negociadas no mercado de trabalho, Weber amplia o conceito de classe e enfoca a diversificação e a complexidade do mercado de trabalho capitalista. Neste sentido, as diferenças nas possibilidades de mercado não se prendem unicamente à posse ou não de propriedade, mas à posse de habilidades específicas que se convertem em recompensas como renda, segurança no emprego, expectativa de progresso, autoridade, etc (SCALÓN, 1999, p.23).

A autora acima citada lembra ainda que, segundo Weber, a classe corresponde a um agregado de situações de classe que, por sua vez, são identificadas como posições no mercado, não formando, necessariamente, comunidades. Desta forma, não se pode falar em "consciência de classe" pois, no sentido weberiano, a classe independe da percepção que o indivíduo tem de sua situação de classe, que é dada na estrutura do mercado. O indivíduo, para Weber (1977, p.20), sempre age dentro de um campo de forças conflitantes. Além da sua inserção no processo produtivo, o pertencimento a diferentes grupos de referência e o caráter não monolítico das concepções de mundo faz da ação social um produto das "afinidades eletivas" do sujeito.

Scalón (1999, p.47-48) comenta também a aproximação e a diferença da abordagem bourdiana de classe social em relação a Weber. O conceito de espaço social de Bourdieu abrange um espaço multidimensional de posições (de acordo com a distribuição de capital econômico, simbólico, cultural ou social), que se definem segundo o capital possuído pelos agentes, determinando sua alocação na distribuição de poder e nas probabilidades de ganho nos diferentes

campos. Como as classes são determinadas por posições semelhantes que os indivíduos ocupam no espaço social, há nessa concepção uma maior probabilidade de serem adotadas atitudes e interesses semelhantes dado que as posições admitem mais matizes (em relação à concepção weberiana). Se as classes concebidas por Bourdieu (acompanhando Marx) encontram-se no marco de uma luta pela dominação, as teses substancialistas que repousam no dualismo das posições no seio da produção (possuidores e não possuidores dos meios de produção) não bastam, já que o que está em jogo é a definição social (e científica) das classes.

Na sociologia rural, duas linhas de investigação empíricas mostram aproximações com as concepções teóricas que abordam processos socioculturais na produção de um grupo social. A primeira, encontrada em Lamarche (1992, 1994a e b) e Abramovay (1992, 1997), retoma a discussão da produção familiar no sentido de complexificar os "formatos" atuais de sua organização interna como resultado de um "diálogo" entre esta organização e os impactos mais gerais advindos do contexto no qual se inserem e admite variáveis culturais (orientações, decisões) na sua definição e transformação; a segunda, proposta por Neves (1988, 1995, 1997), funda uma análise marcadamente construtivista de um determinado grupo social na sua relação com os demais que se encontram naquele mesmo contexto produtivo local ou regional, isto é, o grupo define-se na relação com o outro em um campo de conflitos específico.

A abordagem de Lamarche (1992 e 1994a) se constrói a partir de um estudo comparativo internacional sobre a produção familiar e, portanto, a partir das grandes diferenciações sociais encontradas em contextos diversos. Para este autor, a agricultura familiar é aquela que corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família, porém ele não a define na contraposição à produção capitalista. As unidades de produção familiares diferenciam-se internamente quanto à capacidade de se apropriar de meios de produção e desenvolvê-los: *"as unidades de produção familiares não constituem um grupo homogêneo, isto é, uma formação social correspondente a uma classe social no sentido marxista do termo"* (LAMARCHE, 1992, p. 13-14). Num mesmo lugar e de acordo com um mesmo modelo de funcionamento, as propriedades se dividem em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção. Toda forma de agricultura familiar se define ao mesmo tempo num modelo de funcionamento e numa classe social no interior deste modelo. Sua capacidade de adaptação e reprodução deve ser analisada conjuntamente nestes dois níveis (LAMARCHE, 1992, p. 14).

Lamarche (1992 e 1994a) propõe, a partir destas considerações, uma abordagem da agricultura familiar com base na análise de variáveis complexas. O autor constrói uma tipologia levando em consideração a lógica familiar em relação ao fundiário, ao trabalho e à reprodução familiar, de um lado, e o grau de dependência da organização e do funcionamento da propriedade em relação à tecnologia, ao capital financeiro e ao mercado, de outro.

Estas condições de caráter estrutural derivariam, entretanto, também de condições não retratadas através de dados estatísticos habitualmente utilizados em definições tipológicas. A

produção familiar organiza-se em torno de um eixo bem definido: *o grau de integração no mercado no seu sentido mais absoluto, isto é, tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural*. Em outras palavras, a um determinado nível de integração ao mercado corresponde uma certa relação com a sociedade de consumo, um certo modo de vida e representação. A este eixo principal correspondem tanto seu grau de integração no mercado quanto os níveis respectivos de influência sobre o funcionamento das propriedades, de uma parte do patrimônio sociocultural do qual dispõe cada produtor e sua família (peso do passado) e de outra parte das escolhas políticas que o concernem efetuadas pela sociedade global (projetos para o futuro).

A consideração não apenas das condições objetivas da organização da produção disponíveis para interagir com o mercado - mais relativas ao respectivo capital econômico - mas também do capital social e cultural, implica não apenas no acompanhamento da situação dos agricultores acerca do impacto de pesquisas recentes ou inovações, qualificação e estabilidade do trabalho agrícola, acesso a níveis diferenciados de mercado dependendo da rede de conhecimentos interpessoais e grau de associativismo como também em sua lógica de funcionamento entre o modelo original e o ideal de acordo com suas orientações socioculturais. Para Lamarche, as propriedades agrícolas podem ser caracterizadas com base em seu modo de funcionamento e sua capacidade de reprodução. No que diz respeito ao modo de funcionamento, deve-se levar em conta não apenas as realidades estruturais e funcionais da unidade produtiva mas também suas dimensões sócio-culturais e ideológicas, pois somente uma análise simbiótica destes dois aspectos da realidade permitirá uma análise dos modos de funcionamento destas unidades e uma avaliação de sua capacidade para gerir as dificuldades e os diversos imprevistos que deverão afrontar. Em outras palavras, para o autor não basta apenas a quantificação da produção e dos fatores de produção mas também a *relação do produtor* com a organização da produção (produção, tecnologia, financiamento), com o trabalho (nível de mecanização, trabalho familiar, trabalho assalariado, trabalho exterior) e a destinação da produção (relação no mercado, autoconsumo).

As decisões que toma o produtor familiar, segundo Lamarche, são resultado de duas forças: uma é a tradição (*modelo original*) e a outra é aquela que aponta para um futuro materializado por seus projetos (*modelo ideal*). É justamente esta imagem subjacente ao modelo ideal que organiza suas estratégias de decisão e que afeta intensamente o modelo original de funcionamento das propriedades. As chances de uma propriedade familiar atingir o "modelo ideal" vão depender da especificidade de seu projeto juntamente com o projeto mais geral elaborado pela sociedade. É através dessa articulação de projetos que se torna possível explicar o predomínio, a emergência, a estagnação, a diminuição ou mesmo a eliminação de certas formas familiares de produção.

O produtor familiar é assim definido numa escala tipológica pelo ponto de convergência entre seu modelo original (ao qual ele se refere como patrimônio sociocultural) e pelo seu

modelo ideal (imagem projetada, eixo que organiza suas estratégias e orienta suas decisões). Estes modelos, colocados numa escala, variam segundo a tipologia traçada por Lamarche, dependendo de sua história e do contexto onde as propriedades familiares funcionam. Em posições intermediárias a esses dois modelos (original e ideal), localizam-se estas propriedades, diferenciadas de acordo com a própria história e o ambiente específico no qual elas funcionam (LAMARCHE, 1992, p. 19).

Devido a esta dimensão bidimensional, o autor retoma as fronteiras entre as abordagens chayanovianas e marxistas e as articula na explicação das diferenciações internas da produção familiar, ampliando consideravelmente as variáveis tradicionalmente utilizadas para sua definição e análise e sem apontar sobredeterminações de elementos do contexto externo sobre o interno (e vice-versa). Tais variáveis inserem o produtor num contexto relacional e dinâmico com a sociedade. Naquilo que marca a especificidade de sua abordagem, enfatiza: "*A produção familiar é ao mesmo tempo memória, uma situação, uma ambição e um desafio*" (LAMARCHE, 1992, p.17). Esta abordagem da agricultura familiar, numa perspectiva histórica, mostra a possibilidade de se analisar a emergência de novos tipos sociais no interior da agricultura familiar, o que, sem se desprender completamente das concepções tradicionais, traz em si novas características suscitadas por um *modelo ideal*.

O *produtor familiar moderno*, segundo este autor, estaria entre o modelo original, representado pelo camponês e o modelo ideal, que é o empresarial. A produção familiar moderna aparece claramente como um modelo que se situa, desta forma, entre a tradição e a modernidade e que, por definição, encontra a justificativa de sua existência na lógica de integração das propriedades à economia de mercado e de adaptação permanente em função destas escolhas. Segundo este autor, num texto posterior (LAMARCHE, 1994b), a passagem da produção familiar tradicional para a empresa agrícola familiar compromete sua autonomia e aumenta seu grau de dependência a fatores externos à exploração (tecnológica, financeira, mercado, política e ideológica). Neste sentido, esta passagem diminui sua capacidade de adaptação, concorrendo para um aumento de riscos na sua capacidade de reprodução.

Este ponto de convergência entre o modelo original e o modelo ideal seria uma imagem congelada do que o produtor é no sentido descrito acima, mas reveladora de uma certa tensão (o que sou, o que quero ser, o que posso ser), no sentido em que é neste "encontro" entre dois modelos que se pode analiticamente considerar que o produtor efetua escolhas e define estratégias, ultrapassando as fronteiras das análises estruturalistas focadas exclusivamente nas condições objetivas de produção: "*Os produtores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e concluem suas alianças em função destes dois planos, a memória que eles têm de sua história e as ambições que eles têm em relação ao seu futuro*" (LAMARCHE, 1992, p. 15).

Enquanto os autores acima citados analisaram o produtor familiar de forma isolada das outras categorias sociais que estão na mesma realidade, interagindo com ele, Neves (1985, 1988 e 1997) apresenta uma abordagem enraizada na antropologia social, procurando investigar a

produção do contexto explicativo das relações entre formas de produção para a compreensão de suas próprias características estruturais. Esta segunda abordagem afirma que uma das causas da limitação nos estudos que se centraram sobre a diferenciação social e sobre as lutas na agricultura é a não consideração da composição e da dinâmica das relações sociais. Isto seria consequência do isolamento da análise das transformações da produção familiar em relação às transformações da grande produção e do trabalhador "livre" e da ausência da importância das complexas interações entre grupos sociais e entre manifestações políticas dos projetos no mesmo contexto social e histórico.

Desta forma, as afiliações socioculturais dos grupos sociais tornam-se também elementos de análise quando fundamentam estratégias e processos de transformação que podem ser de mudança ou de permanência de sua posição dominada num determinado contexto. Acredita-se que esta perspectiva de análise abre possibilidades interessantes de compreensão dos impactos daquelas estratégias e processos não necessariamente imediatos (isto é, não perceptíveis no tempo real da duração da pesquisa), isto é, processos que se desdobram em escalas temporais mais amplas do que de uma geração (exemplo, seus investimentos na formação educacional dos filhos com o fim da atividade profissional destes ser complementar – e, eventualmente, vir a tornar-se mais importante – à atividade agrícola com vistas ao aumento da renda; a natureza de seu engajamento em determinadas lutas sociais; etc). A consideração destas afiliações contribui para a construção de uma imagem mais dinâmica e complexa da própria posição social dos produtores, possibilitando, assim, ao analista, a adoção de uma postura mais multifacetada do que linear na construção de uma explicação sociológica.

Esta abordagem - que vai na direção oposta aos sistemas de classificação dos grupos sociais e análise das classes sociais baseadas tradicionalmente sobre uma imagem estática, descolada da dinâmica social e histórica - se constrói tendo como objeto a diferenciação entre as lógicas culturais num campo de relações sociais. A suposição é que os elementos culturais ligados às escolhas e aos projetos dos grupos sociais explicam os graus da divisão técnica e social do trabalho, o fato de que certos grupos se colocam nos limites da reprodução de sua propriedade e outros na ampliação de seus espaços sociais e das estratégias de acumulação, e explicam também seus alinhamentos na ação política:

A compreensão da acumulação, da expropriação e da complexidade do processo de diferenciação social apenas pode ser alcançada na sua complexidade ao nível da análise das relações entre as classes sociais, o jogo das relações sociais, das instituições representativas de seus interesses, dialeticamente como causa e consequência, criando formas de organização das relações sociais, das estruturas de produção assim que das condições de reprodução destas últimas e sofrendo sua influência (NEVES, 1985, p. 225).

Esta diferenciação entre lógicas e racionalidades de que trata esta autora, num campo de relações sociais, possibilita apontar para processos de elaboração de princípios de identidade-identificação, portanto de alinhamentos segundo valores que distinguem grupos sociais entre si.

Soares (1981) já tinha se referido à importância desta abordagem no estudo empreendido sobre uma comunidade de famílias camponesas no Maranhão:

...esta convergência, fugaz ou duradoura, de ordem tanto econômica quanto política e ideológica (a organização da vontade, a interpretação do real frente a opções e constrangimentos, a partir de determinada trajetória, sob o prisma de uma posição relacional, inspirada na força da identidade social, são absolutamente decisivas para a compreensão do processo social), pode imprimir à realidade certo equilíbrio, ainda que tenso, sedimentado em contradições, certa estabilidade proporcional à superposição ocasional de estratégias sociais antagônicas (SOARES, 1981, p. 203).

Tavares dos Santos (1990), na mesma direção, afirma que a prioridade acordada às classificações baseadas na "posição no processo produtivo" das classes e grupos sociais resultou em interpretações dos comportamentos e ideologias segundo um eixo vertical de decomposição do campesinato. O autor propõe a "*reconstrução de um espaço social de relações*", resgatando, assim, um "*pensamento relacional*", uma vez que:

... as classes sociais seriam grandes agrupamentos humanos posicionados diferentemente na estrutura social e que necessitam de um processo histórico e social de construção de uma identidade social, o que supõe o reconhecimento de dimensões simbólicas como também fazendo parte das práticas sociais, ao lado das dimensões econômicas e políticas (TAVARES DOS SANTOS, 1990).

Ao definir os processos sociais agrários como espaço de relações sociais, este autor afirma que estas relações são configuradas também por representações sociais, pois o nível simbólico é também constitutivo da realidade social e provoca efeitos no âmbito das práticas sociais e políticas: "*este pensamento sociológico contemporâneo, pós-marxista e pós-estruturalista, fornece um quadro no qual se podem explicar sociologicamente os processos sociais agrários*" (TAVARES DOS SANTOS, 1999). Para tomar emprestadas também as palavras de Lagrave (1987, p. 9), os grupos sociais estão situados num "*campo societal*" particular onde são colocados em confrontação interesses materiais e simbólicos. Eizner e Larrère já tinham reforçado a importância desta abordagem afirmando que:

... a determinação em última instância pelo econômico, parece mais uma vez não possibilitar a compreensão de como um consenso em torno de projetos e estratégias de certos grupos rurais pode se elaborar, se não considerarmos que nesta dinâmica contraditória das relações entre grupos sociais entram em jogo objetivos econômicos mas também objetivos culturais e sociais e que cada grupo defende interesses múltiplos e contraditórios (EIZNER e LARRÉRE, 1988, p. 169).

O conjunto de símbolos, de valores e comportamentos diferenciados dentro de um campo relacional preciso, ao contrário da maneira clássica da análise de classes e grupos sociais e como expressão da realidade, possibilita, conseqüentemente, o aparecimento de outras referências teóricas e metodológicas para compreender-se a divisão social que ocorre e a pluralidade dos movimentos sociais ou lutas existentes – em termos das significações dadas pelos atores aos conflitos sociais nos quais não apenas se inserem como definem.

Desta forma, são as representações sociais dos produtores neste campo de diferenciações e conflitos objetivos, recomposto a partir da leitura que eles fazem de sua trajetória e inserção

social na citricultura, que constituem a fonte da análise proposta no presente estudo para o entendimento da formação dos produtores familiares modernos enquanto grupo social, não apenas no que diz respeito a sua posição social como também no que se refere a sua ação política como processos de estruturação da identidade sócio-profissional de empresário rural. Este campo de diferenciações e conflitos sociais no qual se encontram é assim concebido neste estudo como o momento e o *locus* dinâmicos (e privilegiados) das relações de poder alicerçadas não apenas sobre condições materiais de existência mas também sobre processos de elaboração simbólica do social. Sua construção analítica se alinha, neste estudo, àquela empreendida por Wanderley (1988) e Paulilo (1987) quando conceberam o campo como um conjunto de tensões sociais ou conflitualidades pertinentes.

De acordo com a análise cultural do político para Badie (1986) procura-se explicitar o conjunto das significações da ação social dos produtores familiares modernos em interação com agentes que gravitam a distâncias (posições) diferentes em torno do sistema produtivo mas que se colocam em uma posição ativa dentro do modelo de agricultura em questão. Nas palavras deste autor:

A análise cultural procura compreender as ações sociais e seus resultados através do sentido que lhe conferem os próprios atores. Este sentido não é nem causa, nem mesmo fator, mas elementos desta ação, marca de sua identidade e, portanto, meio de interpretar, e desta forma meio de interpretar, isto é, de restituir a coerência que lhe dão os atores que a produzem (...) (BADIE, 1986, p. 83).

A análise cultural do político tem assim como contribuição maior explicar a estrutura das clivagens que organiza e particulariza cada sociedade, tornar compreensíveis os modelos de conflito, ser uma ferramenta para a análise das interações sociais, tanto as que revelam *troca* como aquelas que revelam *conflito*. Enquanto categoria analítica, esta abordagem pode auxiliar na recomposição das significações dos conflitos sociais na dinâmica mesma das relações sociais, rompendo a ótica estruturalista de análise das classes sociais.

O campo econômico circunscreve, assim, a produção de significações sobre o processo das transformações sociais por parte dos agentes, portanto das identidades. Dito de outra forma, as representações sociais definem o próprio campo através dos processos identitários em curso. É a constituição da rede de interações entre os diversos agentes através das representações sociais dos produtores familiares modernos que interessa, tendo como pressuposto que esta rede demarca o campo econômico da citricultura onde estas representações se expressam e adquirem sentido.

1.2. ANÁLISE CULTURAL NA SOCIOLOGIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDEOLOGIA

A cultura assegura os sentidos aos indivíduos, viabilizando a comunicação e a troca na vida em sociedade, o que permite que cada indivíduo aja de forma razoável e com chances no

interior de uma sociedade. Mais do que conhecimentos explícitos, são saberes que podem ser tidos como uma “sabedoria” implícita que garante a adaptação à ordem social.

Dentre os esforços teóricos que abordam a questão da cultura, estão de um lado as teorias que se pautam sobre as representações ou sobre a ideologia na tradição marxista. Entretanto, as defasagens existentes entre significados proferidos e comportamentos dos atores colocam uma limitação a estas abordagens: as condutas permanecem freqüentemente aquém da ideologia proferida, a qual pode, por outro lado, não desembocar num sistema coerente no sentido da ação empreendida.

Podem ser distinguidas duas posturas centrais na abordagem dos *sistemas de fatos e representações* comumente recobertos pelo conceito mais geral de "cultura":

1. de um lado, a problemática kantiana (cultura como instrumento de comunicação e conhecimento responsável pela forma nodal de consenso, acordo sobre o significado do mundo). Esta primeira postura privilegia a cultura como *estrutura estruturada* em lugar de vê-la como *estrutura estruturante*, relegando as funções econômicas e políticas dos sistemas simbólicos e enfatizando a análise interna dos bens e mensagens de natureza simbólica. Esta postura insere-se em uma teoria da integração lógica e social de "representações coletivas" no sentido em que o acesso à construção social da realidade se faz através do conjunto de representações tal como se manifestam na consciência do agente. A cultura é tida como pensamento elaborado socialmente e destinado a constituir o consenso quanto ao sentido do mundo. É neste sentido que o objetivismo sociológico, com gênese no funcionalismo ou no estruturalismo, prescinde de uma teoria da ação social, uma vez que esta concebe o indivíduo como executor de normas ou das estruturas, deixando de lado a análise das funções do discurso ideológico, assim como os aspectos relativos à reprodução deste discurso através dos agentes sociais.

2. de outro, a cultura e sistemas simbólicos como instrumento de poder (tradição marxista e weberiana). Esta tradição materialista tenta apreender o caráter organizacional próprio dos sistemas simbólicos - o núcleo do projeto weberiano - e as determinações que sofre por parte da estrutura econômica e política e a contribuição que eles trazem para a reprodução e transformação desta estrutura. Se Max Weber trata das relações entre criação e difusão de crenças e práticas religiosas e estratégias de grupos em disputa pela difusão dos bens culturais e das diferentes classes interessadas em seus serviços, a tradição marxista confere à cultura a função de legitimação da ordem social.

Bertrand (1987) reconstitui a trajetória do pensamento marxista face ao "surgimento" da subjetividade até seu lugar enquanto um *sintoma do real*:

(...) um indivíduo não pode viver sem construir de si mesmo uma imagem que oferece uma certa coerência tanto no plano diacrônico como no plano sincrônico, de sua personalidade e de sua história. Esta consciência de si, para ser imaginário, isto é, uma representação de sua identidade, não é menos real. Não apenas porque ele não pode viver sem esta representação de si, mas também porque esta representação informa e condiciona seus atos futuros (...) Da mesma maneira, as sociedades não podem existir e se reproduzir sem estas formas sociais de identidade que são os sistemas de representação, de valores, de normas,

sem um tipo de memória relativa que regula os acontecimentos significativos (BERTRAND, 1987, p. 45).

A análise de Bertrand (1987) baseia-se na recuperação que ele faz da raiz da noção *illusio* no iluminismo e na sua presença na sociologia desde Marx. Na visão desse autor, a questão da subjetividade em Marx, fundadora da *illusio*, teria duas raízes: a ignorância e a impostura. É a ignorância que nutre as superstições populares e a impostura é o fato dos poderosos servirem-se da ilusão para manter sua dominação, passando pelo que não são. Uma das fontes de ilusão é a social (relativa às relações de classe, isto é, sujeição-dominação) e a outra é subjetiva, é o desconhecimento. A ignorância não é uma simples falta de conhecimento, ela tira sua força de um desejo, o desejo do homem em ser *reunificado*, uma vez que o homem seria clivado, separado de sua essência. Assim, Marx desloca a idéia da ilusão derivada da essência humana no sujeito para colocá-la na sociedade, a luta política e a destruição do Estado sendo as formas de suprimir as raízes da ilusão e da crença.

Quando Abélès (1990) define o político como aquilo que é relativo à governança de grupos ou sociedades, ressalta dois modelos principais dentre os clássicos de interpretação do político que convergem para distintas funções da cultura suscitadas acima. O primeiro pensa o político como um *sistema de ação coerente* administrando a sociedade global (*enfoque estrutural-funcionalista*), isto é, como um sistema de poder pertinente porém alheio ao controle dos indivíduos (sistema integrador). O outro enfoca a *questão da dominação*, na qual o Estado seria a forma institucional de concretizar o controle de um grupo sobre a sociedade, o direito que ele exerce tendo como fundo a violência da força legítima, isto é, supõe-se a existência de um poder de uma classe sobre outras classes.

Refletindo-se sobre a possibilidade de coesão entre os indivíduos, presente nestas duas vertentes teóricas, isto é, ao deparar-se com a existência de formas consensuais de atribuição legítima de poder, é viável do ponto de vista empírico-operacional distinguir representações sociais de ideologias? Há, igualmente, pertinência teórica em fazer esta distinção?

A resposta a esta questão derivou para outros aspectos (e permanece presente sob outros argumentos) para alguns autores que vão, por exemplo, preocupar-se com o "lugar" das representações sociais ao dizer que, apesar das relações simbólicas se apresentarem como uma manifestação do real, a análise da cultura que daí deriva traz outros desafios para a reflexão sociológica, principalmente no que diz respeito à maneira como se deve proceder à sua delimitação (fronteiras) no social (a questão da autonomia do cultural) e, conseqüentemente, a aproximação, ou mesmo sobreposição, a outros conceitos que o cultural como dimensão da subjetividade dos atores sociais efetua (a questão da ideologia como relação simbólica, por exemplo).

Alguns estudos, a partir da observação dos desníveis existentes entre o sentido verbalizado e o comportamento dos atores, eliminam de alguma forma esta complexidade partindo do princípio de que a *"cultura é também objetiva - e susceptível de ser objetivada -*

assim como a economia e a política, mesmo se cada um dos campos segue ritmos e modalidades de estruturação e de transformação particulares" e abandonam o paradigma da ideologia para abordar a crença social como uma manifestação do sentido vivido em si mesmo (GAIGER, 1991, p. 15-18).

Entretanto, a aceitação da autonomia do cultural na análise, de alguma maneira, elimina as relações de dominação, fazendo com que a explicação da gênese das idéias e das representações, a partir da análise das relações entre estruturas da sociedade e modos de pensamento, mostre suas fragilidades quando a questão que se coloca frente a uma dada realidade é compreender a causa do sucesso de certos sistemas de representação sobre outros numa mesma estrutura social.

Segundo Godelier (1984), a distinção entre infraestrutura e superestrutura não é uma distinção de *nível* ou de *instâncias*, nem uma distinção entre *instituições*, se bem que ela pode ser feita em alguns casos. É no seu princípio uma distinção de *funções*. A noção de causalidade, do primado da infraestrutura, leva à existência de uma hierarquia de funções de acordo com suas naturezas - funções estas que determinam o peso respectivo de cada uma de suas atividades sobre a reprodução da sociedade -, e não de instituições.

O autor traduz com precisão esta dificuldade quando se propõe a fazer a diferenciação analítica entre o *idéelle* (representações) e o *idéale* (imaginário):

(...) toda relação social, qualquer que seja ela, inclui uma parte ideal, uma parte ideal (*idéelle*), uma parte de pensamento, de representações. Estas representações não são apenas a forma que reveste esta relação para a consciência, mas fazem parte de seu conteúdo. Não se deve confundir ideal (*idéelle*) com ideal (*idéale*) ou imaginário: todas as representações não se fazem presentes na consciência, como realidades que teriam nascido antes delas, fora delas e sem elas. Longe de serem uma instância separada das relações sociais, de serem sua aparência, de seu efeito deformado-deformante na consciência social, elas são parte das relações sociais desde que estas começam a se formar e elas são uma das condições de sua formação. Porém, se há *idéelle* em todo real social, tudo não é *idéale* neste real (GODELIER, 1984, p.171-172).

Sobre a questão das "funções", as ideologias tendem a adquirir um caráter universalizante e a ser a base da organização do poder político, os produtos da ordem da objetivação das relações de força na sociedade. Segundo Chauí (1982, p.19-20), a função das ideologias é de dar à sociedade o que ela "necessita" - unidade, identidade e homogeneidade - face à divisão social do trabalho e do antagonismo entre classes sociais. A ideologia seria assim o conjunto coerente e sistemático das imagens e das representações que expressam um discurso sobre o social, *ultrapassando a região na qual elas são pura e simplesmente a representação imediata da vida e das práticas sociais*. Porém, a tentativa de distinguir a parte da ideologia nas idéias através da existência de relações de dominação e da opressão é muito mais complicada para Godelier e até mesmo uma tarefa impossível no plano das relações sociais uma vez que *"as relações sociais nascem sempre simultaneamente fora do pensamento e nele (...) o pensamento está sempre numa relação de co-existência com o real social"* (GODELIER, 1984, p. 218).

toda relação social é apreendida, vivida, pensada como mais ou menos legítima, ou mesmo ilegítima, pelos indivíduos ou grupos que compõem a sociedade na qual ele é um dos modos de organização. Assim, a parte ideal (*idéelle*) de uma relação social se compõe igualmente de valores, positivos ou negativos, que são ligados a esta relação, e portanto às regras e princípios ideais (*idéals*) que permitem gerá-lo. "Valores" significa aqui tanto princípios que julgamentos, e representações carregadas de uma força de atração ou de repulsão (GODELIER, 1984, p. 222).

Sob o risco de outorgar às representações uma autonomia que, nas palavras de Badie (1986), faz da cultura "*não mais uma criação humana, mas uma fonte primeira de criação*", as representações como produtos sociais devem ser analisadas na sua historicidade, no seu desenvolvimento e transformações históricas, no nosso caso vinculadas diretamente às referências *significativas* e *próximas*, no sentido da localidade contextual das relações sociais, isto é, de sua posição objetiva na estrutura de relações e posições. No caso presente, trata-se de representações dos produtores familiares modernos sobre sua trajetória social (gênese e transformações históricas), em outras palavras, a análise de sua posição diante de diferenciações.

O conceito de identidade contempla as orientações dos produtores agrícolas com base num conjunto de referências primordiais de produção e articulação de sentidos para a ação, reduzindo a perspectiva da análise da ideologia à manifestação cultural do pensamento e dos comportamentos sem, no entanto, minimizar as múltiplas posições objetivas dos agentes num campo de produção destes sentidos que é considerado, por coerência aos objetivos da investigação, um campo econômico, dado que o reiterado apelo identitário ao empresário rural formula-se com base a procedimentos e comportamentos de natureza econômica. Desta forma, as condições sócio-objetivas que determinam o contexto de produção destes sentidos são importantes porque dimensionam a própria propriedade estruturada e estruturante destes sentidos, em um movimento circular.

Outra questão que aproxima as representações sociais da temática da ideologia é que a diferenciação do campo cultural é difícil e corre o risco de dar uma imagem estática deste campo, dado que este campo define também a organização sociocultural objetiva da sociedade, remetendo ou não a coerências entre sistema sócio-político e atores. Se o campo cultural explica a inteligibilidade, na sociedade, das significações políticas das diversas ações sociais dos diferentes grupos, isto não quer dizer que haveria a produção e invenção social de campos culturais similares entre os diferentes grupos sociais e no interior dos mesmos (e aí então nos aproximamos do conceito de *cultura de classe* explicitado em Bourdieu como *ethos de posição*). Para Badie,

pretender que o princípio regulador das interações e dos comportamentos releva exclusivamente normas e valores é contestável uma vez que isto supõe primeiro uma unificação do sistema social, o que leva a supor que existiria um alto grau de consenso (BADIE, 1986, p. 26).

Pécaut adiciona um elemento neste debate ao relacionar o campo cultural ao fenômeno de sociabilidade política, apontando assim para a existência de uma adesão implícita a uma mesma

leitura do real, isto é, a possibilidade dos grupos sociais diversos interagirem e fundarem significações do econômico, do político e do social, as quais podem *convergir na sua essência significativa*:

(...) simbolicamente (a adesão a uma mesma leitura do real) é pelo que se define o sentimento de pertença a um mesmo grupo (...). O conceito de cultura política não tem entretanto qualquer utilidade se não admitirmos que representações de signo oposto venham a se entrelaçar (PÉCAUT, 1989, p. 165-166).

Desta maneira, a análise das representações permite retomar a análise do campo de diferenciações e conflitos sociais nos termos que propõem Jobert e Muller:

...todo conflito, toda diferença social não devem ser considerados como uma ameaça para a ordem. Contidos dentro de certos limites, a diferença, a rivalidade e o conflito surgem como um ingrediente essencial da coesão social (JOBERT e MULLER, 1987, p.27).

A questão da autonomia e da função das representações sociais na explicação do real que procuramos traçar acima está contemplada na observação que Melo (2000) faz sobre o imperativo de analisar as representações sociais sempre associadas à temática do poder, seguindo a orientação de Bourdieu. Segundo Melo, a representação social dos atores sociais é entendida como meio de explicar a mesma realidade que o pesquisador procura, por sua vez, explicar, utilizando-se de conceitos. Para o autor a superação deste impasse seria a legitimidade teórica dada pela análise das representações dentro de uma temática de poder. O autor esclarece:

O cerne da dificuldade enfrentada na pesquisa sociológica é de não se trabalhar com a realidade, mas com representações, ou seja, com diferentes visões de mundo sobre a realidade. Por isso, ao lado de uma realidade reconstruída analiticamente para fins de pesquisa, faz-se necessário considerar as representações dos agentes sociais em estudo como ponto de partida" (...) "Investigar a imposição de determinadas representações - "o significado correto", "o que foi ensinado pela tradição" (...), enfim o que é legítimo pensar - como forma de produção de habitus, enquanto social incorporado pelos agentes sociais individuais ou coletivos, é compreender como as representações contribuem na reprodução de determinado campo do poder de acordo com os interesses dos agentes sociais dominantes no campo (MELO, 2000, p. 63-64).

1.3. HABITUS E ETHOS DE POSIÇÃO

As tendências evocadas no item acima sobre a análise da cultura conferem um espaço tendencialmente delimitado à experiência ou à vontade do agente social, reforçando o peso explicativo daquilo que se manifesta acerca da realidade. Pierre Bourdieu aproxima-se desta leitura, porém, vai retraduzir a questão da coesão e integração sociais sob a ótica das relações sociais e das alternativas que a sociedade oferece aos agentes, como campo dos possíveis, para a produção das práticas sociais no sentido de conferir-lhes eficácia e comunicabilidade das ações. O autor procura assim resgatar a explicação da origem da crença social a partir de outros fatores, afirma que superar este conflito exige o conhecimento dos princípios que sustentam a eficácia própria dos símbolos e destarte lhes conferem um poder externo, quer dizer, político (isto é, a prática). Em outras palavras, as funções sociais dos sistemas simbólicos tendem a se

transformar em funções políticas na medida em que a função lógica de ordenação do mundo subordina-se às funções socialmente diferenciadas de diferenciação social e de legitimação das diferenças. Para ele (como será mencionado adiante), há um mecanismo de reprodução desta crença dentre os interesses e posições que definem os vários campos na sociedade moderna, portanto uma indeterminação da história. Desta forma, a explicação da reprodução da dominação no campo encontra-se na inversão da gênese do poder que ocorreria não no Estado, mas nas relações sociais entre agentes em um determinado campo, no qual as instituições e o Estado são produtos e partes integrantes.

O político, neste caso, concentra-se na *questão do poder* como tradução das relações entre indivíduos que vão constituir um campo específico. Neste caso, a análise volta-se à capacidade que um indivíduo tem de agir sobre outro, o que supõe considerar a *relação de força existente no grupo ou sociedade como mais globalizante do que a questão da representação política dos interesses*. A noção do político em Bourdieu se aproxima da abordagem antropológica que considera o político como a dinâmica do social, na qual a *competição* (disputa de capitais) orienta as formas de dominação. O político não advém de uma ordem imposta do exterior e mantida através de instituições especializadas. Esta noção do político se aproxima da relação entre experiência e conhecimento dos agentes nos campos onde se situam porque é relacional. Aproxima-se de um universo relacional de valores compartilhados pelos agentes do campo, portanto a representação de pertencimento a um grupo é o que produz os indivíduos (ABÉLÈS, 1990, p.91-92).

O "consenso operacional", para Goffman, define o fato dos participantes de uma interação contribuírem para uma única definição geral da situação (isto é, um acordo real quanto às pretensões de qual pessoa e referentes a quais questões serão temporariamente acatadas). Bourdieu retoma esta idéia, destacando a convivência entre os agentes oriunda do desconhecimento (responsável pela *illusio, doxa*) de que o mundo social é um espaço de conflitos, de concorrência entre grupos com interesses distintos. Para compreender o sentido e o funcionamento desse espaço social é necessário referi-lo ao sistema de relações entre as posições ocupadas por aqueles capazes de produzi-lo, reproduzi-lo e utilizá-lo.

A abordagem do agente em Bourdieu, segundo Coradini (1996), conduz a uma aproximação de Weber: noção de estratégia, condições de formação do agente - e não do indivíduo - e suas relações com a "estrutura estruturante" e não "estruturada", as relações entre "sentido", "ação" e "recursos sociais", ou seja, as condições sociais da produção do "pensável" e suas relações com o "dizível" e o "factível" ou os meios e recursos para a objetivação do social. Para explicitar as pré-noções e os fundamentos das visões e divisões do mundo social que são culturais (e, portanto, arbitrárias e "não racionais") ou para explicitar as bases culturais da dominação simbólica, é necessário *revelar* os princípios que estruturam as respectivas *illusio* e *doxas* subjacentes às posições nos campos de lutas. Em outras palavras, os princípios

internalizados de ordenamento do mundo, e que lhe dão poder político, dependem das posições ocupadas objetivamente.

As questões suscitadas anteriormente são variações da reflexão que se faz sobre o conceito de *habitus* e *ethos de posição* em Bourdieu. Elas dizem respeito à existência ou não de homologias que podem ser encontradas entre indivíduos que ocupam posições distintas em um campo econômico, reveladas, respectivamente, pela aproximação ou distanciamento entre referências culturais. O que é chamado de *tradição* é o que permite a coesão e a comunicação num espaço de socialização, que possibilita o reconhecimento implícito das identidades e a assunção de uma função política: o *habitus*, no caso de grande proximidade, e o *ethos de posição*, no caso de grande distanciamento (neste último caso aproximando-se da noção de cultura de classe) o que supõe o conjunto dos princípios de unidade de um estilo de vida.

De acordo com Bourdieu, o *habitus* é o que assegura a mediação entre agente social e sociedade, homem e história. O *habitus* enfatiza um aprendizado passado e não um projeto, isto é, um tempo futuro, um devir. São sistemas de disposições duráveis e transferíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptados a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente reguladas e reguladoras, sem ser o produto da obediência a regras sendo coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1980, p. 88-89).

Bourdieu não se preocupa apenas em postular a existência do *habitus* mas também em compreender como este *habitus* se produziu historicamente. Neste sentido, ele se afasta da abordagem da filosofia do sujeito ahistórico e do subjetivismo, que reduz o sujeito a ter uma familiaridade com o mundo como se esta familiaridade universal do sujeito fosse uma propriedade universal. Bourdieu afirma que se o mundo social tende a ser percebido como evidente é porque as disposições dos agentes, seus *habitus* - as estruturas mentais através das quais eles apreendem o mundo social - são, essencialmente, o resultado da interiorização das estruturas do mundo social.

O *habitus* é um depósito de significações que faz a ação se tornar possível, conformando e orientando-a, mas na medida em que é produto das relações sociais, tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendraram. A interiorização, pelos agentes, dos valores, normas e princípios sociais assegura, dessa forma, a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo. Assim, Bourdieu estabelece um duplo contraponto a Weber e Durkheim: a possibilidade da ação se exercer se encontra objetivamente estruturada sem que disto decorra uma obediência às regras (Durkheim) ou uma previsão consciente das metas a serem atingidas (Weber). Isto é, os agentes não se limitam a obedecer as regras mas também elaboram *estratégias*, as ações sociais são concretamente

realizadas pelos indivíduos mas as chances de efetivá-las se encontram objetivamente estruturadas no interior da sociedade global.

Como a prática se traduz por uma *estrutura estruturada* predisposta a funcionar como *estrutura estruturante*, o *habitus* se aplica não somente à interiorização das normas e dos valores mas também inclui os sistemas de classificação que preexistem (logicamente) às representações sociais, isto é, os "esquemas generativos" que presidem a escolha, os quais se reportam a um sistema de classificação que é, logicamente, anterior à ação. Assim, a estrutura implica uma ação estruturante uma vez que as categorias de classificação presidem a prática do indivíduo que as interiorizou. Estas categorias de classificação são históricas e sociais, elas são interiorizadas e determinam o sentido da ação (a escolha) - e a maneira como interpretar as representações - criando novas categorias estruturadas que levam a uma nova ação estruturante. A forma como se dá a administração da interiorização destas categorias - de reprodução da dominação ou de libertação - vai depender de quem as administra.

A dominação, neste sentido, é dupla: primeiramente, enquanto discurso ideológico; em segundo lugar, enquanto categoria lógica que ordena a própria representação social. O *habitus* se sustenta, pois, através de "esquemas generativos" que, por um lado, antecedem e orientam a ação e, por outro, estão na origem de outros "esquemas generativos" que presidem a apreensão do mundo enquanto conhecimento (aqui aparece a possibilidade de desestruturação do *habitus*, no sentido de transformação do social). Em outras palavras, a relativa homogeneidade dos *habitus* subjetivos (de classe, de grupo) encontra-se assegurada na medida em que os indivíduos internalizam as representações objetivas segundo as posições sociais de que efetivamente desfrutam, isto é, as categorias estruturadas dependem da posição do grupo e são internalizadas apenas pelos indivíduos deste grupo. Decorre que a posição do grupo e o conjunto de referências socioculturais que lhe são particulares constituem a gênese de outros "esquemas generativos" da prática definidos como *ethos de posição*.

Desta forma, se o agente age pelo factível, há uma base comum ("o que se pode fazer com maiores chances de sucesso") uma vez que o *habitus* é relativo à interação comunicadora, isto é, são esquemas de classificação que necessitam referências comuns para se viabilizarem. O conceito de *ethos de posição* (BOURDIEU, 1980) aponta assim mais a particularidade da posição de um determinado indivíduo. O *ethos* aponta desta forma mais precisamente para a relação entre o *habitus* e a posição específica de cada agente no campo, portanto aproxima a experiência da socialização como a apropriação de referências culturais vivenciadas, sendo, portanto, diferenciada segundo cada trajetória e relativizando, desta forma, a idéia de consenso (em outras palavras, aproxima-se da idéia de cultura de classe). Assim, o *habitus* traçaria o leque das possibilidades e o *ethos* permitiria a escolha, pelo agente, da possibilidade que lhe é mais apropriada.

Justamente por isto, Gaiger (1991) acredita que o *ethos* possibilita limitar a influência do *habitus* enquanto mecanismo de reprodução cultural, apesar de mantê-lo como referência

orientadora da ação dentro de alternativas factíveis, isto é, redutoras de riscos. Em outras palavras, o *ethos* tem materialidade em um indivíduo singular, mas não uma realidade individual, uma vez que o *ethos* de cada um é uma *variação* de um modelo produzido e reproduzido socialmente (*habitus*). Há uma relação de homologia entre o modelo e as variações inerentes aos agentes, relação esta que exprime a singularidade das trajetórias das classes e trajetórias individuais. O *ethos*, enquanto mediação cultural, entretanto, não torna o indivíduo autômato, inconsciente de seus atos nem orientados por uma visão estratégica. Ele abre e delimita o campo das opções aceitáveis para a consciência, uma vez que baliza as opções aceitáveis para a consciência dado que ele propõe as margens do *razoável* (em oposição ao racional) e sanciona uma forma de reflexão mais que outra. Desta forma, se a mudança do *ethos* demanda uma alteração das práticas de modo contínuo e sistemático, permitindo a confrontação entre as antigas e novas soluções, o *ethos* tem nele mesmo uma certa capacidade de desdobramento, uma possibilidade de apoiar a renovação dos sentidos e a reorientação das condutas, na medida em que, precisamente, esta capacidade parece ser mais prática. Assim, como a reprodução das condições objetivas é uma eventualidade rara, cada forma de *ethos*, desde sua gênese até seu desaparecimento, deve ser entendida como *um dinamismo a procura de uma estabilidade que supõe procedimentos sucessivos de adaptação*. Uma tensão se produziria no indivíduo, tensão esta originária da defasagem entre estruturas objetivas e as estruturas incorporadas e haveria uma margem de liberdade do indivíduo para imaginar, desejar outras condições de existência, facetada pelo *ethos*, mas não sem o concurso do inconsciente, do imaginário, que o levaria a querer outros elos sociais. A insegurança afetiva pode reorientar os comportamentos, não obstante a continuidade de outras referências.

Desta forma, o *ethos de posição* é a persistência histórica de uma estrutura de relações sociais que implica sempre na socialização, isto é, na inculcação não apenas de modelos de práticas sociais específicas, mas também de sua justificativa, que cria o consenso necessário para a legitimidade que ela lhe confere; inversamente, uma mudança estrutural das relações sociais implica não somente no desaparecimento do consenso, mas também na aquisição de novas práticas sociais. Este conceito evoca, portanto, uma nova abordagem (GAIGER, 1991):

1. Entre a modificação das condições sociais e a modificação dos comportamentos uma mediação se interpõe, constituída pelo que os indivíduos interiorizaram da cultura da sociedade onde vivem. A cultura, respondendo ao imperativo de dotação de sentido por cada indivíduo, permitindo a comunicação e a troca na vida em sociedade, impregna cada um com as marcas desta última e as torna mais ou menos semelhantes uma vez que socializadas. Isto decorre da necessidade de toda adaptação a uma ordem social exigir tanto conhecimentos explícitos quanto saberes implícitos, solidários de um *ethos*, isto é, de uma *sabedoria que não é constituída e unificada em si mesma*, mas que permite a cada indivíduo agir de forma racional e com chances de sucesso no interior de sua própria sociedade.

2. Esta sabedoria seria evocada no conceito de *ethos de posição*: a existência, no interior de cada indivíduo, de um conjunto de referências primordiais, isto é, profundamente ancoradas na sua história pessoal e que, portanto, são as mais estruturantes de sua cultura incorporada. Estas referências formam um esquema mental, organizador, analisável segundo sua dimensão significativa - o repertório das convicções de base - e segundo sua dimensão dinâmica - a forma de raciocinar a partir de suas convicções. Estas duas dimensões formam um sistema de disposições duráveis através dos quais o indivíduo identifica o que lhe é apresentado, julga e reage em termos de adesão, recusa ou de neutralidade. O *ethos* é assim um sistema de crenças, um modo de compreensão e um modelo de comportamento que orienta as opções relativas não apenas relativamente à construção de vida cotidiana mas também as respostas frente a um evento extraordinário, aos eventos que levam o indivíduo a uma conjuntura afetiva de alta tensão.

O *ethos* é um elemento mediador entre estruturas e lógicas de ação; ele supõe o controle de um conjunto de informações, de códigos e modalidades operacionais que se adquire ao longo das experiências vividas em situação de interação. Como as interações variam segundo o lugar ocupado pelos indivíduos no conjunto das relações sociais, deve-se levar em consideração este lugar, a posição do indivíduo nestas relações. Por outro lado, é necessário considerar as condições sociais nas quais o *ethos* se constituiu e as condições sociais nas quais ele age, condições a partir das quais a homogeneidade funda o poder generalizador e a eficácia prática de cada *ethos* específico. Desta forma, para além de expressões semelhantes que o *ethos* pode ter no conjunto dos indivíduos – contidas no *habitus* -, as posições sociais de cada um vão determinar um sentido e uma dimensão diversa se estes indivíduos ocupam posições sociais diferentes. Conseqüentemente, a abordagem da cultura de uma categoria social através do *ethos* demanda um estudo da *gênese* das condições que configuram esta categoria e os fatores que a atualizaram ao longo do tempo, através das mediações que agem sobre a história individual e coletiva, como a geração, origem social, opções de educação e socialização, ocupação dos filhos.

O modo de estruturação do *habitus e do ethos de posição* requer considerar as instituições responsáveis pela socialização dos agentes. O *campo econômico* pode ser considerado como o espaço social onde ocorre esta socialização (e onde instituições também estão presentes), onde as posições dos agentes se encontram a priori fixadas e onde há então uma luta concorrencial em torno de interesses específicos que caracterizam o campo em questão. Ele não é o resultado das ações individuais dos agentes, é um espaço onde se manifestam relações de poder e se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social (capital) que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Os agentes procuram acumular o capital de forma a maximizá-lo, mas tal investimento depende de sua posição atual e potencial no interior do *campo*. Portanto, não existe uma neutralidade das ações, pois toda realização pressupõe necessariamente uma série de interesses (os mais diversos) em jogo.

No caso da análise setorial, para contrapor-se à a-historicidade da economia, conforme Bourdieu (2000), deve-se reconstruir, de um lado, a *gênese das disposições econômicas do*

agente econômico, e mais especialmente, seus gostos, suas necessidades, suas propensões ou suas aptidões (ao cálculo, à poupança ou ao trabalho propriamente dito) e, de outro lado, a *gênese do campo econômico propriamente dito*, isto é, fazer a história do processo de diferenciação e de autonomização que conduz à constituição deste jogo específico: o campo econômico como um cosmos obediente a suas próprias leis e conferindo desta forma uma validade (limitada) à autonomização radical que a teoria pura opera e que constitui a esfera econômica como um universo a parte.

Esta autonomização radical não é possível porque os agentes criam o espaço econômico, isto é, o campo econômico que existe através dos agentes que ali se encontram e que deformam o espaço na sua vizinhança, conferindo-lhe uma certa estrutura (isto é, toda sua análise sobre posições e poderes é para determinar justamente a estrutura do campo). É na relação entre os diferentes agentes que se produzem o campo e as relações de força que o caracteriza. Para se examinar um campo, deve-se dimensionar o volume e a estrutura do capital específico que os agentes possuem e que determinam a estrutura do campo, isto é, o estado das forças que se exercem sobre o conjunto dos agentes envolvidos na produção de bens semelhantes. O peso (ou energia) associado a um agente que sofre os efeitos do campo, ao mesmo tempo que o estrutura, depende de todos os outros pontos, isto é, de todo o espaço.

A força de um agente depende de suas diferentes vantagens (cartas, “*atouts*”), fatores diferenciais de sucesso ou derrota que podem assegurar-lhe uma vantagem na concorrência, isto é, depende mais precisamente do volume e da estrutura do capital que ele possui, sendo que o capital financeiro é a condição principal (com o tempo) para a acumulação e conservação de todas as outras espécies de capital. A estrutura da distribuição do capital e da distribuição dos custos, ela mesma ligada principalmente ao tamanho e ao grau de integração vertical, determinam a estrutura do campo, isto é, a relação de força entre os agentes: o controle de uma parte importante do capital confere um poder sobre o campo e comanda o direito de entrada no campo e as chances de sucesso e lucro. As diferentes espécies de capital não agem apenas de maneira indireta, elas exercem um efeito estrutural.

Por oposição à visão interacionista que considera como forma de eficácia social apenas a “influência” diretamente exercida através da interação, a visão estrutural considera os efeitos que ocorrem fora de toda interação: a estrutura do campo, definida pela distribuição desigual de capital, isto é, armas ou *vantagens* específicas, pesam fora de qualquer intervenção ou manipulação direta sobre o conjunto dos agentes engajados neste campo, restringindo mais o espaço dos possíveis que lhes é dado quando estes agentes estão mal posicionados nesta distribuição. O dominante é aquele que ocupa na estrutura uma posição tal que a estrutura age a seu favor: é aquele que ao mesmo tempo define as regularidades e as regras do jogo.

Para Bourdieu, a historicidade, como noção relativa à transformação social, ocorre não enquanto luta de classes dentro de um campo; as lutas ocorrem em vários campos e as transformações dão-se em ritmos e tempos diferentes por fatores externos ao campo. O *campo* é

o modo de distribuição de um capital específico: o campo econômico é definido basicamente pelo capital econômico porque se estrutura a partir deste capital mas pode haver a presença de outros capitais.

1.4. IDENTIDADE: SOCIALIZAÇÃO E PODER

De posse das noções de *habitus* e *ethos de posição*, a construção do conceito de identidade por parte de alguns autores considerados em seguida assevera-se mais completo em seus planos analíticos, aportando significações e conseqüências para a investigação empírica, uma vez que a noção clássica de identidade para si (ou consciência em si) pode adquirir uma “existência visível” e uma articulação com o mundo da ação política dos agentes.

Para Dubar (1997), a identidade social é produto de uma transação entre duas identidades, a individual e a coletiva: uma transação “*interna*” ao indivíduo e uma “*externa*” estabelecida entre o indivíduo e as instituições com as quais interage. Em outras palavras, para o autor a dualidade contida na identidade pode ser definida entre a identidade para si e identidade para o outro, estas duas dimensões estão muito ligadas porque a identidade para si é correlativa do Outro.

Como a experiência de um indivíduo não é vivida pelo outro de igual forma – depende da posição no campo que determina um *ethos de posição* –, os indivíduos apóiam-se na comunicação para se informarem da identidade que o outro lhes atribui (DUBAR, 1997, p. 104-105). Porém, há muita incerteza nessa comunicação, o que faz com que a identidade nunca seja dada e sim sempre construída e a (re) construir uma incerteza maior ou menor e mais ou menos durável.

A construção da identidade supõe identificação e diferenciação (semelhanças e diferenças), processos concomitantes e que supõe o Outro para existir e se desenvolver. “(...) *a identidade, longe de ser um estado que caracterizaria um isolado, é uma construção evolutiva que vem dar sentido e valor (positivo ou negativo) a uma relação ou a um conjunto de relações*” (MARTIN, 1992, p.583).

A noção de identidade difere daquela de grupo, classe ou categoria da perspectiva macrosocial ou de papel ou estatuto da perspectiva microssocial porque tem uma dimensão subjetiva incorporada. O íntimo é o mais social (o contrário da noção de íntimo enquanto encerrado no sistema psicanalítico) pois o que cada um tem de mais íntimo é o que cada um tem de mais comum com os outros (reconhecimento, necessário à comunicação). Esta inversão não elimina a divisão do Eu como realidade originária da identidade, mas instala-a no próprio social: é o mundo vivido e mundo expresso, portanto mundos susceptíveis de serem abordados empiricamente, retirando o *habitus* e o *ethos de posição* da invisibilidade analítica e possibilitando-os, em uma perspectiva histórica da formação sociocultural do grupo social, serem

considerados planos constitutivos do processo identitário, com gênese e elementos constitutivos próprios conforme visto no item anterior.

A perspectiva sociológica da análise da identidade afasta-se da perspectiva fenomenológica ou psicanalítica que rejeita o ambiente envolvente e procura restituir a relação identidade para si/identidade para outro ao interior do processo comum que a torna possível e que constitui *o processo de socialização* (atribuído e o pertencimento). Deste ponto de vista “*a identidade não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições*” (DUBAR, 1997, p. 105).

As identidades não são permanentes. Em situações particulares elas se definem e em outras situações – normalmente a partir de relações de dominação onde diferenças são definidas - podem se modificar e mudar radicalmente. No processo de construção do discurso identitário há sínteses e sincretismos: só há afirmação identitária através de troca e de “recuperação” dos elementos estranhos, isto é, exteriores a ele, o que pressupõe o reconhecimento do Outro. Sobre esta construção identitária como um processo que ocorre em uma relação de poder, entre sociedade e indivíduo, Rambaud afirma:

toda identidade é constituída por uma mudança e uma continuidade criadoras de um nós onde se articulam aspectos subjetivos e elementos objetivos. Ela é ao mesmo tempo projeto social, ação e memória coletiva. Este nós constitui uma totalidade onde múltiplos componentes entram numa combinação onde a hierarquia é variável. Uma identidade coletiva é a expressão que nos dá um grupo social, através de práticas e de símbolos, a **seu projeto de ação** feito de relações com a sociedade e com sua própria história, a sua coesão interna adquirida ou a ser construída, a sua luta contra a incerteza afirmando certas tradições. Entretanto, ela é antes de tudo criada ou reconhecida, freqüentemente de forma conflitiva, pela sociedade (RAMBAUD, 1983).

Aqui cabe novamente fazer uma precisão. Para Bourdieu, as classes são os conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes (BOURDIEU, 1998, p.136). O volume e a estrutura dos capitais dos agentes é que permitem definir seu pertencimento a uma classe, uma vez que são eles que possibilitam visualizar a condição e a posição dos mesmos no espaço social. Portanto *difere do conceito de classe como grupo mobilizado, que é fruto de um trabalho de construção identitária, para o qual concorrem diferentes agentes*. Ao mesmo tempo, a noção de classe em Bourdieu vai inserir a noção do grupo social enquanto classe fora do pragmatismo da política na explicação da gênese das relações de poder e da própria história.

A inserção em instituições e espaços exige determinados recursos disponíveis pela origem e estrutura do capital dos produtores. Estes recursos são de ordem material e simbólica, incluindo tempo livre e capital cultural para o investimento dos interesses na ação política. Assim, as relações entre origem, posição no campo e concepções de empresário rural não são diretas, devendo-se considerar os espaços e instituições onde os produtores atuam. As instituições investem recursos na definição do que deve ser a condição empresarial legítima.

Entretanto, para a análise da produção de uma identidade coletiva, formando uma “comunidade” como no caso da identidade sócio-profissional do empresário rural reivindicada por todos os produtores modernos em situações onde há diversidades e semelhanças, deve-se operar uma triagem dentre os traços que caracterizam os indivíduos ou constituem as *linhas de força de suas experiências: a identidade supõe a eliminação, a rejeição, mesmo que temporária, daquilo que pode dividir; ela impõe um núcleo, ou vários de aglutinação, ao lado do quais os outros elementos do vivenciado devem ser considerados como secundários* (MARTIN, 1992, p. 588-589). É neste sentido que a identidade de empresário rural, para fins de relação com o outro, torna-se coletiva, constitutiva da “comunidade”. Entretanto, na análise da formação de um grupo social estes elementos transitoriamente secundários tornam-se importantes (e vão concorrer enquanto definições legítimas por vezes dentro e por vezes fora do espaço da política).

Há três tipos de relação “aglutinadora” que se estabelecem no processo identitário:

1. a relação com o passado: visa a permanência da comunidade no tempo, visão idílica do passado (colônias nas fazendas do café), a transcendência das provas das quais o indivíduo foi vítima (ética do trabalho), o apagamento das conseqüências e legitimação da experiência em nome desta “comunidade”, para mudar o lugar que ela ocupa nas atuais relações de poder. As “comunidades” que emergem deste processo são comunidades imaginadas (elementos históricos);

2. a relação com o espaço: freqüentemente traz consigo uma relação com o social. O espaço é percebido como um lugar que fornece as condições materiais da vida e da reprodução da comunidade; como um lugar marcado por formas de sociabilidade particulares e como um lugar onde se exerce o poder (campo econômico com rebatimento na organização econômica do território: organização social para a produção, terra, trabalho e capital) (elementos econômicos);

3. a relação com a cultura: um conjunto de significações e compreensões que fornece uma lógica unificadora a um conjunto humano, a construção de comunidades reivindicando uma identidade que deverá utilizar traços pré-existentes, selecionados pelas suas propriedades integradoras (MARTIN, 1992, p. 588-589). A reformulação identitária sobre os elementos culturais tenderá a aumentar esta *carga afetiva*, dotando-os de um primado em relação aos outros elementos culturais nos quais os indivíduos podem estar imersos.

Esta “secundarização” de alguns elementos culturais no plano da formulação identitária coletiva (de duração variável de acordo com os propósitos e interesses em jogo sejam de reconhecimento, legitimação ou diferenciação), provoca a emergência de dois processos conflitivos em uma determinada situação de socialização, segundo Martin:

1. A identificação utiliza categorias socialmente disponíveis e mais ou menos legítimas em âmbitos diferentes. São *atos de atribuição* e correspondem à identidade para o outro. Trata-se da atribuição da identidade pelas instituições e pelos agentes diretamente em interação com o indivíduo (nomeações oficiais de Estado, denominações éticas, regionais, profissionais) (identidades sociais virtuais). Não podem analisar-se fora dos sistemas de ação nos quais o

indivíduo está implicado e resultam de “relações de força” entre todos os atores implicados e da legitimidade – sempre contingente – das categorias utilizadas. A “construção” legítima destas categorias constitui um desafio essencial neste processo que, uma vez concluído, se impõe coletivamente, pelo menos durante um certo tempo, aos atores implicados, a identificação por outro podendo ser recusada pelo indivíduo levando-o a definir-se diferentemente.

2. Os *atos de pertença* correspondem à identidade para si (história individual vivida). A identidade predicativa de si reivindicada por um indivíduo é a condição para que esta pessoa possa ser identificada genérica e numericamente por outros. Trata-se da interiorização ativa, incorporação da identidade pelos próprios indivíduos. Não pode analisar-se fora das trajetórias sociais pela quais e nas quais os indivíduos constroem “identidades para si” que não são mais que “a história que contam a si daquilo que são” (identidades sociais reais). Estas utilizam também categorias que devem, antes de mais nada, ser legítimas para o próprio indivíduo e para o grupo a partir do qual define a sua identidade para si. Este grupo de referência pode ser diferente daquele ao qual pertence “objetivamente” para outro. É, contudo, o único que tem “subjetivamente” importância para o indivíduo, é a questão da legitimidade “subjetiva”.

A abordagem sociológica faz da articulação entre as duas transações a chave do processo de construção das identidades sociais. Em outras palavras,

a construção das identidades faz-se, pois, na articulação entre os sistemas de ação que propõem identidades virtuais e as trajetórias de vida (como os indivíduos reconstruem subjetivamente os acontecimentos da sua biografia social que julguem significativos) no interior das quais se forjam as identidades reais a que aderem os indivíduos (DUBAR, 1997, p. 108).

Entretanto, estes dois processos não coincidem obrigatoriamente, pode não haver correspondência entre as duas identidades resultantes. Quando seus resultados diferem, há um desacordo entre a identidade social “virtual” emprestada (acordada) a uma pessoa e a identidade social “real” que ela se atribui a si própria. As estratégias identitárias destinadas a reduzir este desvio são consequência deste desacordo. Elas podem assumir duas formas: ou a de transações “externas” entre o indivíduo e os outros significativos que visam acomodar a identidade para si à identidade para o outro (transação chamada “objetiva”) ou a de transações internas ao indivíduo, entre a necessidade de salvaguardar uma parte de suas identidades anteriores (herdadas) e o desejo de construir para si novas identidades no futuro (identidades visadas) procurando assimilar a identidade para outro à identidade para si (transação subjetiva). De fato, a transação subjetiva depende, com efeito, de relações com o outro que são constitutivas da transação objetiva. A relação entre as identidades herdadas, aceitas ou recusadas pelos indivíduos, e as identidades visadas, em continuidade ou em ruptura com as identidades precedentes, depende dos modos de reconhecimento pelas instituições legítimas e pelos seus agentes que estão diretamente em relação com os sujeitos em causa.

É a partir da relação com a cultura que as construções identitárias adquirem, em grande parte, seu potencial mobilizador. É a realidade que faz os indivíduos agirem na política, uma realidade vivida, isto é, traduzida em códigos afetivos ligados à formação de sua personalidade e dotados, ao longo do processo de construção identitária, de uma orientação política pertinente numa situação particular. Para serem socialmente eficientes, as representações e valores devem ser subjetivamente eficientes, portanto o *ethos de posição*, através de mecanismos psíquicos, também aparece como fundador de uma imagem valorizada de si, permitindo a dinâmica afetiva transmutar-se em projeto social para que o social possa operar na realidade cotidiana. O *ethos* é, desta forma, a referência sociocultural móvel da ação política e fundadora do processo identitário.

As disposições adquiridas podem ser analisadas à montante ou à jusante do investimento afetivo trazidos pelos indivíduos diante de algumas finalidades, as primeiras reforçando as segundas e reciprocamente. As dúvidas sobre a finalidade (projeto) ou daquele que investe (identidade) pode gerar inseguranças afetivas suscetíveis de reorientar os comportamentos, não obstante a continuidade de outras referências. A questão dos riscos a assumir e as garantias disponíveis tornam-se centrais na compreensão das atitudes dos produtores e nos coloca uma questão sobre a eficácia simbólica das instituições de representação. Dada a diversidade interna existente nas coletividades, a “comunidade” pode não ser percebida num primeiro momento. O processo de construção identitária vai consistir em harmonizar, de um lado, as estratégias elaboradas com vistas ao poder por um grupo de intermediários políticos e, de outro, os sentimentos difusos compartilhados pela maior parte possível da população. Assim, o potencial de mobilização da afirmação identitária repousa sobre o esforço trazido pela afetividade às estratégias políticas.

Sob o ângulo da dominação, a expressão identitária é, assim, indissociável das relações de poder. É em função dos sistemas de poder que sentidos e valores são atribuídos às relações entre grupos. Para se manifestar em torno do poder, os grupos humanos não podem ficar informais e criam as organizações para mobilizar apoios proclamando uma identidade que agrupa ao mesmo tempo que os distingue dos outros. A identidade aí assume uma dimensão ideológica: ela teoriza a diferença, legitima a desvalorização do Outro ou o lugar da hostilidade para tornar a identidade uma força política. Coradini (1996, P.172), voltado à questão da construção identitária como um fenômeno que tem um papel político na representação dos interesses, define como questões pertinentes:

1. o conjunto de princípios e critérios contidos na definição e recorte da “classe” e os “problemas” a serem representados, o que, em última instância, significa a pauta ou condições de suas relações com o conjunto da sociedade. Trata-se aqui da *construção do ator na problematização dos problemas*;

2. quando há uma problematização dos problemas, há politização e aí há construção de grupos, “sistema de atores” que serão mobilizados e “mediadores”, o que pode resultar tanto em

alianças horizontais (indivíduos na mesma condição social) ou “grupos multiestatuto” o que resulta em movimentos corporativos, clientelísticos ou de outra natureza. (JOBERT e MULLER, 1987, p. 38). Mediadores, para estes autores, são agentes que elaboram os referenciais das políticas e não no sentido definido pela literatura referente aos estudos de relações de patronagem/clientelismo²⁰.

Enquanto estas duas dimensões são tratadas por Jobert e Muller, Coradini (1996) também dá importância à questão da construção das *categorias de interpretação da realidade e da instrumentalização da representação*, cujas possibilidades variam conforme os recursos sociais e culturais e, portanto, da posição social dos componentes dos diferentes grupos. Os agentes dotados de recursos diferenciados se afrontam para poder *trocar, conservar* ou *transformar* a relação de força em vigor. Os fins e a eficácia das ações dos agentes dependem de sua *posição no campo de forças*, isto é, da estrutura da distribuição do capital em todas suas formas. As estratégias para a ação são orientadas pelos constrangimentos e possibilidades inscritas na sua posição e pela representação que elas podem ter desta posição e daquela de seus concorrentes em função de sua informação e de suas estruturas cognitivas.

A instrumentalização da identidade, que corresponde ao momento em que o grupo social se institucionaliza ou objetiva segundo um título enquanto “apelação classificatória” (BOLTANSKI, 1987), um momento de sua publicização através da ação política, pode ser compreendida pelo que Martin sugere quanto ao mecanismo de transformação dos grupos em “comunidades”, o que conduz a análise à dialética dos sentimentos difusos e dos enunciados dirigentes. As organizações e os representantes em geral têm por vocação ocupar as tribunas da identidade, anunciar que existe um grupo, dotado de uma história e com características próprias que devem ser defendidas ou que devem prevalecer sobre as outras. Em interação com os representados, os representantes manipulam os sistemas simbólicos, produzem um “relato” com objetivo mobilizador que se desenvolve a partir de alguns núcleos identitários. A proclamação identitária na política é um dos meios privilegiados de mobilização e de canalização das “paixões políticas” ou das emoções “políticas” (MARTIN, 1999, p. 590). Este processo de proclamação pode se tornar ideologia, segundo o autor, quando os intermediários políticos, em uma situação marcada por certas relações de poder, transformam a visão contida na proclamação identitária, isto é, ambicionam a reconstrução do mundo a partir dos fundamentos culturais da construção da identidade. Neste caso, a ideologia é indissociável da ação política.

Abélès (1990) coloca a seguinte questão: como os homens se revestem da confiança dos outros, como eles se tornam mandatários legítimos? Segundo este autor, pode-se interpretar o fenômeno da representação em termos da alienação dos indivíduos que edificam o poder unificador a um terceiro para que possa garantir a harmonia coletiva (é a separação entre política e sociedade civil da filosofia tradicional expressa no contrato). Mas este processo pode ser

²⁰ No caso aqui estudado, há uma transação - não explícita enquanto ação política setorial direcionada ao coletivo - que ocorre entre os três tipos de mediação de interesses (corporativista, clientelística e classista), conforme será analisado posteriormente.

interpretado também pela problemática marxista do fetichismo: o político como reflexo misterioso de um estado de sociedade de onde ele é o produto e que ele mantém reforçando a ilusão, através de seus discursos e práticas:

Nesta última perspectiva, a análise da representação se identifica a um trabalho de desconstrução dos mecanismos que fazem com que os indivíduos se encontrem subsumidos ao poder e seus simbolismos. Trata-se de fazer a crítica desta alienação revelando as raízes desta ilusão. Se aceitarmos estes pressupostos, é claro que a ciência da política e sua crítica são indissociáveis (ABÉLÈS, 1990, p. 101).

O trabalho do pesquisador, na análise do político, segundo este autor, não seria o de dobrar-se ao caráter fetichista do político mas sim o de afastar a lógica das aparências. Entretanto, traçar uma linha divisória entre o real e a representação política (ou simbólica) define também a limitação heurística desta doutrina, uma vez que ela estabelece como consequência, de um lado, a exaltação do *real* (as relações de classe) e, de outro, a banalização sistemática da atividade de representação que mobiliza o interesse do pesquisador (ABÉLÈS, 1990, p.101-102). A orientação mais apropriada, portanto, é a de analisar os aspectos mistificadores, mas também a produtividade institucional e sociológica da representação política.

A questão da identidade, desta forma, não significa que todas as diferenças poderiam ou deveriam ser abolidas nem que as reivindicações são vãs e que as organizações são inúteis (apontou-se acima sua importância na constituição da comunidade através da proclamação identitária), isto é, não há apenas manipulação; há interesses e projetos, há reivindicações. A mobilização, ao fabricar identidades, procura a identificação, não a um grupo transcendente, mas a sistemas simbólicos, trazidos ou elaborados por organizações efêmeras que perseguem objetivos específicos em condições particulares. Reconhecer uma proclamação identitária não significa reencontrar ou defender uma essência mas sim aderir, fazer uma escolha, dentre outras escolhas possíveis em direção às quais o tempo talvez os conduzirá. A mobilização pode não cobrir todos os traços identitários e os indivíduos podem, em outra situação - quando, por exemplo, da ameaça de laços comunitários ou de afiliações políticas -, fazer outras escolhas dentre seus traços comunitários e não seguir a mobilização política proposta. Portanto a identidade política pode ser volátil, pode haver referências setoriais diferentes das globais ou sobreposições.

A partir desta distinção entre o espaço da *ação política* e o *espaço da representação política* estabelecem-se dois planos de análise:

Representação e ação política, processo de acesso ao poder e modos de seu exercício, se eles delimitam espaços não homólogos, também não se integram em uma coerência de conjunto que orienta o comportamento dos atores e que estes traduzem e manipulam em função de sua posição, de situações concretas e de sua singularidade própria (ABÉLÈS, 1990, p.114).

No entanto, quais são as estruturas elementares da política para Bourdieu?

Parece que, nesta questão, Bourdieu se aproxima de Weber, ao considerar que as instituições estão dentro do campo e na relação fundadora com as atividades dos agentes. Desta

forma, Bourdieu vê na representação um efeito de circularidade: o representante do grupo faz o grupo que o elege enquanto tal, isto é, o porta-voz dotado de plenos poderes de falar e de agir em nome do grupo e, antes de tudo, sobre o grupo: é o substituto do grupo que existe apenas através desta procuração. É neste sentido que a política, para ele, é como a arte da apresentação de si mesmo e que as “vantagens” (*atouts*) neste sentido possibilitam a acumulação do capital político que seria uma espécie particular de capital simbólico. Pensar a política significa assim pôr em evidência os esquemas cognitivos que estão presentes nos atos e discursos. A delegação que se opera do grupo ao indivíduo é constitutiva da identidade coletiva. Através do representante, a comunidade assegura sua coerência e perpetuação.

A questão subjacente é: como os esquemas de percepção e de avaliação dos agentes em um campo mantêm relações com as estruturas externas? Para Bourdieu (WACQUANT, 1992, p. 20-22), há uma correspondência entre a estrutura social e as estruturas mentais, entre as divisões objetivas do mundo social, principalmente entre dominantes e dominados nos diferentes campos e os princípios de visão e de divisão que os agentes aplicam. As divisões sociais e os esquemas mentais são estruturalmente homólogos porque são geneticamente ligados, os segundos resultando da incorporação dos primeiros. Neste sentido, haveria uma falsa dicotomia entre a sociologia e a psicologia social.

Os sistemas simbólicos não são apenas instrumentos de conhecimento, eles são também instrumentos de dominação e por isto têm uma função política. A questão da representação dobra-se assim a este imperativo, apesar de ser necessária a análise da autonomia relativa das instituições.

A prática, como produto da relação dialética entre uma situação e o *habitus*, ocorre desta forma no seio de um espaço que transcende as relações entre os atores. Desta forma, a prática é o produto do confronto entre a necessidade do agente e a objetividade da sociedade. O processo de ruptura cultural se dá através da apreensão da diferenciação do mundo: as categorias estruturantes vão se socializando e sendo internalizadas por grupos diferentes daqueles que as produziram ou então na primeira fase de formação do agente as estruturas de um *habitus* logicamente anterior comandam o processo de estruturação de novos *habitus* que transmutam-se em *ethos de posição* a serem produzidos por novas agências pedagógicas (assim, a escola e novas experiências na sociedade vão garantir esta socialização como efeitos que vão provir exteriormente ao campo considerado) e pela posição social do grupo considerado.

1.5. IDENTIDADE SOCIO-PROFISSIONAL E AÇÃO POLÍTICA: A CONSTITUIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA CITRICULTURA

Considera-se o campo econômico da citricultura como um espaço de relações que se estruturam em torno da *identidade sócio-profissional* de empresário rural tendo como referência primeira as diferenciações sociais existentes entre produtores nas atividades de produção, gestão

e comercialização da produção agrícola. Os agentes, definidos por um determinado volume e estrutura de capital específico, criam o espaço, isto é, o campo econômico que só existe através dos agentes que aí se encontram definindo relações de força.

Para fins do recorte adotado nesta pesquisa, o campo econômico aproxima-se do conceito de setor dada a diferenciação territorial e dinâmica (especialização de atividades, fluxos e políticas) que os complexos agroindustriais foram adquirindo ao longo do processo de modernização técnica da agricultura. Para Jobert e Muller:

o setor são conjuntos organizados de papéis sociais em torno uma lógica vertical e autônoma de reprodução. Os setores surgem como totalidades sociais que vão, ao mesmo tempo, organizar e estruturar os papéis sociais ao redor de uma lógica de reprodução aterritorial e conferir aos indivíduos novas identidades: as identidades profissionais, que substituem também as identidades locais (JOBERT e MULLER, 1987, p.18-19).

Apesar das limitações na análise provocadas pelo recorte de um setor, a lógica profissional é constitutiva da identidade social através da expressão de uma ocupação (atividade), uma vez que esta lógica define *regras de excelência* que são também *regras de exclusão*. Em outras palavras, permite um olhar sobre a criação e dinâmica do social - campo conflitual - onde os produtores intervêm na definição das estratégias de desenvolvimento do setor.

Os agentes que exercem efeitos potenciais variáveis na sua intensidade e na sua direção controlam uma parte do campo (do mercado), tanto maior quanto maior é a importância de seu capital. O peso associado a um agente que está submetido ao campo, ao mesmo tempo que o estrutura depende de todos os outros pontos e das relações entre todos os pontos deste espaço. Sua força depende de suas vantagens, por vezes chamadas de fatores diferenciais de sucesso (ou de derrota) que podem assegurar-lhe uma vantagem na concorrência, isto é, depende do volume e estrutura do capital que ele possui.

É a estrutura do campo econômico em estudo ou a estrutura da relação de força (ou das relações de poder) entre os agentes que determina as condições nas quais os agentes são levados a decidir (ou a negociar) os preços de compra e os preços de venda dos produtos no campo econômico. As decisões ocorrem apenas entre possíveis definidos, no seu limite, pela estrutura do campo e as ações devem sua orientação e eficiência à estrutura de relações objetivas entre aqueles que as determinam e aqueles que se submetem a elas. O Estado situa-se igualmente no campo e contribui para a existência e a persistência deste campo mas também contribui para a estrutura de relações de força que o caracteriza.

O *mercado*, assim construído analiticamente, é um conjunto de relações de troca entre agentes em concorrência, interações diretas que dependem de um conflito indireto, isto é, da estrutura socialmente construída das relações de força à qual os diferentes agentes engajados num campo contribuem em graus diferentes através das modificações que eles conseguem impor, usando principalmente os poderes do Estado que eles podem conseguir controlar e orientar. Estabelecida a estrutura do mercado, deve-se examinar se as posições que os agentes (ou os

corpos) ocupam correspondem às tomadas de posição que são próprias a eles nas lutas para conservar ou transformar a regulamentação em vigor. Examinam-se ainda as diferenças objetivas na distribuição dos interesses e das capacidades (vantagens), as estratégias adotadas nas lutas e as alianças ou divisões em campos.

O objeto de uma verdadeira economia das práticas nada mais é do que, em última instância, a economia das condições de produção e reprodução dos agentes e das instituições de produção e de reprodução econômica, cultural e social. Poderíamos, seguindo a orientação de Bourdieu (2000), definir que as escolhas econômicas, em termos de modelo de desenvolvimento, dependem:

1. de um lado, das *disposições econômicas (socialmente constituídas) dos agentes*, em particular suas perspectivas (desejos, gostos, acesso a informações e outros)

2. de outro, dos *meios econômicos* que eles podem dispor como força de trabalho, terra e fatores técnicos de produção;

3. e por último, do *estado da oferta das políticas e dos meios estruturais de efetivação*.

Não há, portanto, elementos incondicionados, há principalmente políticas que produzem as características do modelo de desenvolvimento e que favorecem ou não sua adesão. A adesão dos indivíduos a um modelo de desenvolvimento é o produto de uma dupla construção social, para a qual o Estado contribui decisivamente: construção da demanda, através da produção das disposições individuais e, mais precisamente, dos sistemas de preferência individuais e também através da atribuição dos recursos necessários produzindo a oferta através de políticas de Estado, o que define por sua vez as condições de acesso e mais precisamente a posição dos indivíduos na estrutura do campo. Portanto, a decisão de um agente individual faz parte de um campo onde se encontram outros agentes.

A análise deve, portanto, se preocupar em descrever a estrutura do campo de produção e os mecanismos que determinam o funcionamento e também a estrutura de distribuição das disposições econômicas e mais especialmente das questões do gosto em matéria de valores, sem esquecer de estabelecer, através de uma análise histórica, as condições sociais da produção deste campo particular e das disposições que podem se efetivar mais ou menos totalmente. A lógica do campo é a disputa do capital em torno do qual se dá a estruturação do poder, portanto o campo é um campo de conflitos permanente. As definições de empresário rural na citricultura são objeto de disputa e de estruturação de poder no seio de um espaço social particular, que tem suas leis, sua lógica, suas relações de força e suas oposições próprias, *fora e dentro da ação política*, isto é, segundo planos sincrônico e diacrônico de definição metodológica do objeto de pesquisa (ver *Procedimentos metodológicos e planos de análise*). Portanto, analisar a forma como a ação política impõe aquela definição é analisar os princípios de definição existentes e as alianças e oposições entre agentes em torno da condição empresarial.

Segundo Bonelli (1999) os estudos da profissão no Brasil podem ser classificados entre aqueles que analisam o modelo analítico reconhecido como central à profissão, aqueles que

discorrem sobre o argumento profissional e aqueles que se ocupam dos fenômenos sociais como carreiras (experiências ocupacionais no mercado de trabalho). As interpretações que prevalecem consideram a profissão como marcada pela ordem econômica e pelas classes sociais ou, numa perspectiva histórico-comparada, considerando-a como algo que ultrapassa os limites do mercado (perspectiva da estrutura comunitária das profissões).

Elias (2001) defende a abordagem da profissão como um modelo analítico próprio, com autonomia em relação aos conflitos que se encontram fora do âmbito das instituições que a definem, cuja gênese e desenvolvimento é mais do que a soma total dos atos individuais. Ele considera que o motor de desenvolvimento de uma profissão é uma conjunção entre técnicas humanas especializadas que aparecem e se cristalizam como ocupações tendo em vista necessidades reais ou potenciais. É um processo de tentativa e erro no qual as pessoas procuram combinar técnicas ou instituições e necessidades humanas. São as tensões entre grupos de pessoas devido às discrepâncias entre instituições e as necessidades às quais elas servem que importam e não os indivíduos enquanto tais. Portanto, Elias não vê a profissão como relações com a sociedade que estão em disputa, seja do ponto de vista da capacidade técnica seja do ponto de vista das atribuições de funções.

Segundo as orientações de Lebaron (2001), em uma perspectiva que se aproxima da adotada na presente investigação, para a definição deste espaço social particular que é a profissão é necessário caracterizar o lugar das lutas de classificação, determinar a natureza e o grau de autonomia deste campo além de mostrar sua estrutura interna. Duas questões são pertinentes:

1. As lutas de fronteira: não se trata de fronteiras oficiais de um grupo ou de uma “profissão” (abordagem burocrática ou dos direitos, fronteiras formais ou institucionais) mas sim do investimento no “sentido do jogo” dos agentes sociais que aí encontram uma forma de interesse ou mais precisamente de *illusio*;

2. A autonomia do campo: para que o campo tenha uma forte autonomia necessita ter linguagem própria, normas técnicas próprias, tradições e categorias de classificação específicas.

Dubar (1997), na direção convergente de considerar a profissão como a constituição de uma “comunidade” em um determinado campo, afirma que a identidade sócio-profissional supõe ver os atores introduzidos em relações de trabalho, participando de uma forma ou de outra em atividades coletivas de organizações e intervindo de uma forma ou de outra no jogo dos atores. As identidades sócio-profissionais estão associadas a configurações específicas de saber (saber prático; saberes profissionais; saberes de organização; saberes teóricos), construídas através de processos de socialização, uma vez que é efetivamente pela e na atividade com outros que estes processos acontecem.

No que diz respeito à abordagem do argumento profissional, Bonelli (1999) afirma que a ideologia do profissionalismo é denunciada como recurso de poder para favorecer os monopólios profissionais e os projetos de ascensão social coletivos, o que não invalida a análise da relação

profissão-comunidade, uma vez que haveria uma disputa pelo poder de nomeação para estabelecer quem faz ou não faz parte da comunidade, concebendo estas disputas como processo de transformação do campo profissional em corpo profissional. Neste sentido, o processo de transformação do campo profissional em corpo profissional deve estar mediado não apenas por relações de status e prestígio como também por relações de classe. Neste sentido, o corpo profissional constituído na ação política supõe a eleição de uma definição de empresário rural ao mesmo tempo que defende alguns traços comuns pertencentes à “comunidade” profissional a qual não é homogênea do ponto de vista das posições sociais ocupadas no campo econômico pelos indivíduos.

Utilizando um argumento semelhante, Coradini afirma que o processo de profissionalização é uma forma de hierarquização social e de exclusão dos não credenciados. Os profissionais são grupos sociais que constroem sua coesão através de uma trajetória histórica e alcançam sucesso nesta coesão apesar das diferenças de origem social, de gênero, de especialização e de carreiras. Apesar desta diversidade, os indivíduos preservam-se como grupo social devido “à existência de representações coerentes do mundo social e do grupo profissional que são partilhadas pelos seus membros e validadas pela sociedade em geral”. Os embates com os outros grupos também atuam para garantir a coesão dos indivíduos da profissão (CORADINI, 1996, p. 309-310). Na mesma direção, Boltanski (1982, p.7) afirma que para compreender a lógica de alinhamento ao título de *quadro (cadre)* (posição ocupada por profissionais, cargo em uma empresa), analisou a origem e a formação da categoria que o título designava. Entretanto, este encaminhamento revelou problemas de delimitação e definição: por trás daquele título, havia um discurso discriminatório e que se referia a um coletivo.

Segundo este mesmo autor, a sociologia dos grupos sócio-profissionais oscila freqüentemente entre dois procedimentos que não são, aliás, exclusivos um do outro: o primeiro refere-se à tipologia formal construída para os fins da pesquisa e o segundo refere-se à tomada do objeto como ele se apresenta pelo seu nome comum e pelas suas representações comuns para racionalizá-lo procurando no grupo um fundamento em outro lugar fora dele mesmo, nas coisas (mais freqüentemente na evolução técnica e na divisão técnica do trabalho), de forma a lhe dar uma unidade substancial e contornos objetivos e precisos.

A explicação da existência social de um grupo, assim, se evidencia como uma concepção naturalista, no sentido em que a divisão do trabalho potencialmente inscrita no universo objetivo da técnica se realiza na ordem propriamente social através da mediação dos sistemas simbólicos onde se expressam de forma explícita as divisões entre grupos e classes. Em outras palavras, as concepções naturalistas da relação entre o mundo técnico e o mundo social esquecem da cultura. Diante desta limitação, o autor pondera:

Mas a relação entre a determinação técnica (ou econômica) e os fenômenos simbólicos que a retraduzem na ordem da linguagem, sob a forma de nomes coletivos, de representações, de emblemas ou de taxonomias, é ela mesma mediatizada por conflitos que põem os agentes dotados de propriedades objetivas parcialmente diferentes (o que quer dizer,

também, parcialmente comuns), pelas estratégias que, nos conflitos, os agentes utilizam e pela consciência que eles tomam destas lutas e dos interesses que estão em jogo (BOLTANSKI, 1982, p.50).

Desta forma, a divisão técnica presente nas análises de grupos sócio-profissionais não tem um estatuto de exterioridade em relação ao social como também, entre as questões técnicas e os conjuntos sociais: há um jogo de classificação e desclassificação que permanece oculto quando se dá uma definição naturalista dos grupos. A análise do empresário rural, pelo seu caráter constitutivo de vários conjuntos sociais diferenciados, é um terreno fértil para se repensar as questões substancialistas na definição dos grupos e classes. Da mesma maneira, o trabalho social que deu ao grupo sua forma, e que a tornou visível, necessita de um resgate temporal para que as funções sociais e as questões de ordem técnica e econômica não sejam interpretadas como elementos mecânicos na constituição daquele grupo.

(...) deve-se, para renunciar a dar uma ‘definição prévia’ do grupo e tomar como objeto a conjuntura histórica na qual os quadros foram formados em um grupo explícito, dotados de um nome, de organizações, de porta-vozes, de sistemas de representações e valores (BOLTANSKI, 1982, p.51).

No caso presente, a referência de pertencimento ao “título” de empresário rural (como atributo identitário) não é formulada explicitamente por todos os produtores mas sim pelos representantes e pelos poderes públicos, na forma de um “projeto a conquistar”. Ela ultrapassa, do ponto de vista da reflexão acadêmica, a delimitação de produtores familiares integrados ou de produtores familiares “empresários” porque esta delimitação evidencia conceitos e categorias cuja existência conceitual precisa ser demonstrada.

Não é assim a existência conceitual de *produtores familiares modernos* que se quis demonstrar nesta investigação: o objetivo foi de analisar as afiliações a uma lógica coletiva e nem por isso homogênea no sentido dos tipos sociais que se afiliam a esta lógica. Entretanto, esta lógica aponta para atitudes, comportamentos, representações e uma história social e familiar particulares que impõem coletivamente para as relações no campo de conflitos que são determinantes para um processo identitário. Em outras palavras, pretende-se demonstrar os elementos de definição de um grupo social em um determinado universo de relações sociais e a forma como esta definição, ao estabelecer processos de classificação que são sociais, imprimem as dinâmicas de poder estruturantes do campo econômico em estudo. Em outras palavras, trata-se, ao invés dar critérios usados para a definição do grupo e definir suas fronteiras, procurar analisar o *trabalho de reagrupamento*, de inclusão e exclusão do qual ele é o produto, e analisando o *trabalho social de definição e de delimitação* que acompanhou a formação do grupo e que contribuiu, objetivando-o, ao *fazer ser sobre o modo de isto vai por si mesmo* (BOLTANSKI, 1982, p. 52).

Para tratar do *modo de coesão* fundador da categoria do empresário rural, primeiramente, exige-se um trabalho de *desconstrução* da própria definição de produção familiar como um modo de coesão significativa de processos e conflitos sociais amplos ou pelo menos de sua limitação na explicação de realidades concretas; as análises estatísticas que de certa forma

utilizam elementos tipológicos essenciais tornam-se também secundárias na definição dos grupos. Em seguida, um trabalho de *reconstrução* do grupo, isto é, indissociavelmente, tanto o trabalho simbólico de definição que acompanhou sua formação (doutrinas, reivindicações e projetos internos às organizações de representação política e políticas específicas) (*trabalho de representação*) quanto a eficácia simbólica de cada uma das definições concorrentes (*processo de unificação simbólica*).

A ordem simbólica - das taxonomias e das representações do mundo social – contribui para orientar e justificar as práticas, principalmente definindo zonas legítimas de influência de cada uma das instâncias em concorrência, isto é, praticamente, as classes pelas quais estas instâncias pretendem ser as porta-vozes e os instrumentos de mobilização, suas propriedades, sua extensão e as fronteiras que separam os grupos, mesmo que as fronteiras assim institucionalizadas (até juridicamente) sejam arbitrárias e incertas. Objetivando e institucionalizando um estado das relações sociais, por sua vez, os representantes (e as reivindicações e mobilizações) contribuem a estabelecer fronteiras dinâmicas (processos de exclusão e inclusão).

A definição da identidade de empresário rural não depende apenas da origem e trajetória social dos produtores mas também da mediação dos interesses pelas instâncias de representação e ação política e da forma como se sucede (ou não) uma convergência entre estas definições na produção de uma definição legítima de empresário rural. Desta forma, são importantes não apenas variáveis de posição de origem e trajetória social mas também as lógicas e as lutas dos espaços de atuação nos quais os produtores se inserem, seus princípios de exclusão, de legitimação e de definição de problemáticas bem como a rede de relações a partir das quais os produtores se situam na ação política.

A identidade é assim situada na experiência relacional e social do poder (DUBAR, 1997, p.115). As relações de trabalho são o lugar onde se experimenta o “*confronto dos desejos de reconhecimento num contexto de acesso desigual, movedição e complexo*”. Neste sentido pressupõe um processo biográfico (trajetória de vida, construção do tempo das identidades sociais profissionais a partir de categorias oferecidas pelas instituições) e um processo relacional (reconhecimento, num dado momento e no seio de um espaço determinado de legitimação, das identidades associadas aos saberes, competências e imagens de si propostas e expressas pelos indivíduos nos sistemas de ação).

Ambos os processos concorrem para a estruturação do campo econômico da citricultura.

1.6. A PROPÓSITO DE UMA SÍNTESE CONCEITUAL

A contribuição de Bourdieu (2000) a propósito da análise das práticas sociais, dentro dos objetivos aqui fixados, possibilita compreender a relação do agricultor ou dos agentes relacionados *com* o modelo de agricultura em questão como sendo uma relação de "cumplicidade

ontológica" - ou de possessão mútua, entre um *habitus* e um *ethos de posição*, como princípios socialmente constituídos de percepção e de apreciação, e o mundo que os determina. A possibilidade de analisar a gênese e localização dos centros produtores destes princípios num determinado *campo* se dá não sob o enfoque das ideologias deterministas no sentido dado pelo marxismo clássico mas como signos distintivos ou sistemas de referências que se disputam num determinado campo de conflitos.

A questão compreende então a dificuldade teórica e metodológica em se analisar a cultura de um grupo social como simplesmente a manifestação da tradição (um sistema de modelos consolidados pelo tempo e capaz de se auto-produzir e de convergir práticas sem se submeter constantemente às necessidades e às expectativas colocadas pelos autores) ou como expressão da "cultura vivida". O uso deste pleonasma "cultura vivida" (como significados constitutivos do *ethos*) serviria então para explicitar a necessidade de se retirar os significados vivenciados do mundo misterioso e inatingível da subjetividade e também para liberar a cultura de um estado de cristalização para entendê-la como um conjunto de recursos que agem na prática, como referência de significados apropriados, produzidos e renovados, conscientemente ou não, pelos agentes sociais.

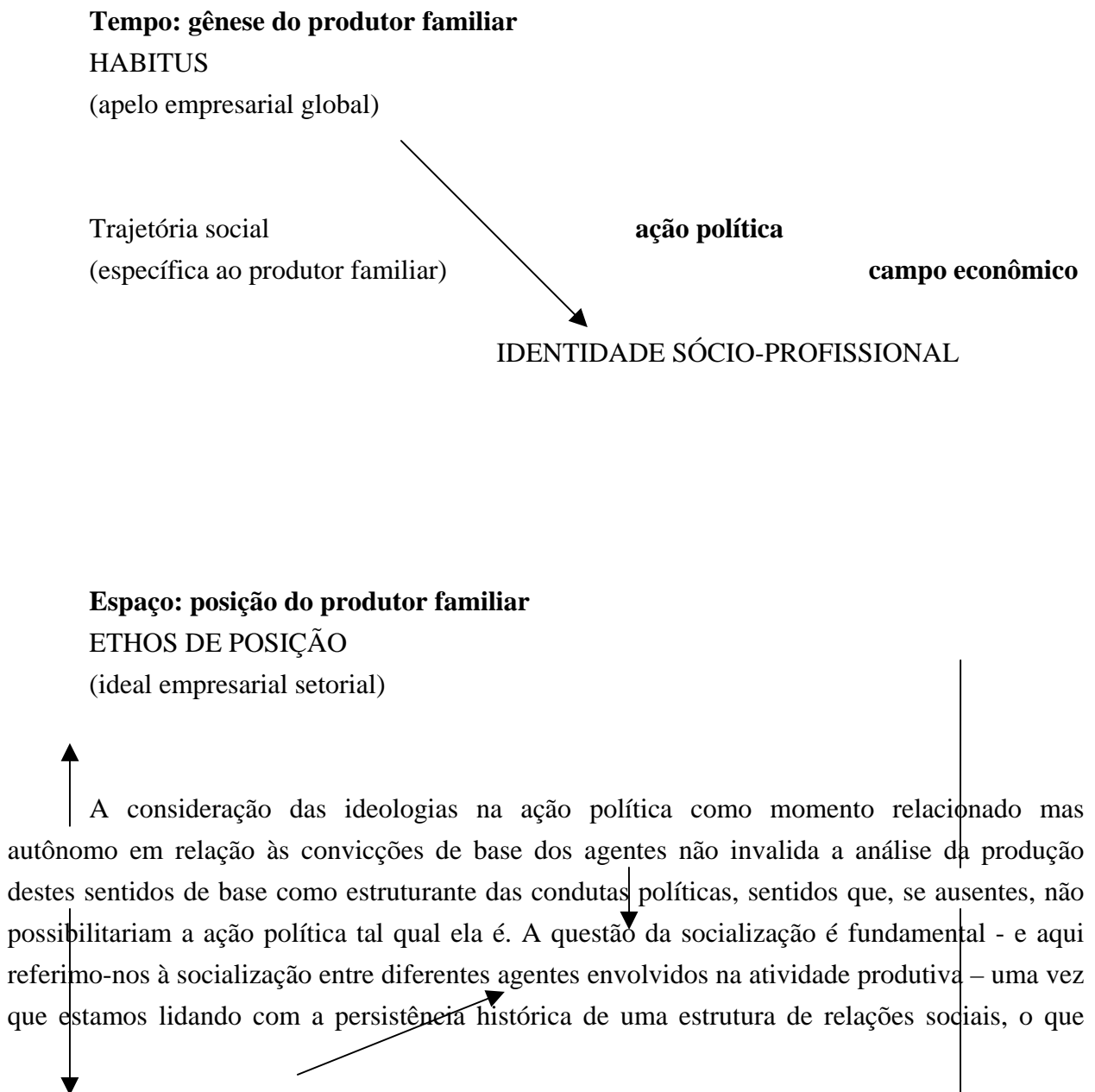
A questão da "lógica prática" (conjunto de referências culturais *para e na ação*) insere sua interpretação do papel das instituições que não apenas atravessam os *campos* mas são produtoras e perpetuadoras de estruturas sedimentadas no *habitus* - portanto o *habitus* não é apenas uma dimensão individual ou de uma posição de um grupo num *campo* mas é uma dimensão que perpassa Estado, Igreja e Família em ordens jurídico-legais. O *ethos* pode se desdobrar diante de uma alteração das práticas de forma contínua e sistemática, permitindo a confrontação entre as antigas e novas soluções. Ele pode se apoiar em uma renovação de sentidos e na reorientação das condutas (produção de novos sentidos incorporados historicamente ao *habitus*) na medida em que, precisamente, isto se revela como mais prático. Para Gaiger (1991), o *ethos* compõe-se de uma chave de interpretação (referências primordiais e um modo de registro: combinar representações oferecidas ao pensamento para dar um sentido ao objeto diante de si) e uma relação à ação (mobilizador de recursos e organizador de práticas, com os níveis projeto, implicação pessoal e lógica de ação). Trata-se da produção simbólica em todas suas dimensões.

Já a *identidade* é o conjunto de qualificações sócio-culturais que os membros de uma categoria social se atribuem e que definem para esta categoria um valor, um papel social e uma capacidade de intervenção, inseparável do sistema de ação que "publiciza" semelhanças e diferenças. Assim como o *habitus* e o *ethos*, a identidade é essencialmente relacional. Ela é, entretanto, comunicada através da ação política, ela se elabora através das interações que criam para cada grupo possibilidades de comparação com diversos grupos. Sua formação obedece a uma lógica de relação entre as imagens assim produzidas, supondo um esquema de percepção

que forja uma auto-imagem dotada de um sentimento de competência prática e de uma legitimidade. Toca assim diferentes aspectos do *ethos de posição*.

A posição dos agricultores familiares *para e na ação* como *habitus e ethos de posição* explica-se pelas condições sociais objetivas e subjetivas que definem interesses e motivações específicas. A análise destas referências culturais (*habitus e ethos*) que fundamentam os princípios identitários guia-se pela percepção social dos esquemas classificatórios que fundamentam toda a ordem social, portanto, trata-se de investigar os recursos sociais e culturais que baseiam tanto as diferentes apreensões da ordem social quanto as associações feitas entre estas e a estruturação de um código valorativo do empresário rural através da ação política setorial, objetivando a identidade sócio-profissional de empresário rural para os produtores familiares modernos.

Diagrama 1.1. *Síntese conceitual: referências socioculturais na estruturação do campo econômico da citricultura.*



implica na persistência de modelos de práticas sociais específicas mas também de sua justificativa que cria o consenso pela legitimidade que ela confere às estratégias de desenvolvimento em presença.

Assume-se, entretanto, que a ação política, num certo nível, escapa ao controle dos agentes representados, uma vez que ela é mediada não apenas pela racionalidade econômica instrumental, usando-se a expressão de Max Weber, mas calcada em relações extra-econômicas, isto é, a presença de um conjunto de lealdades historicamente constituídas. Entretanto, a ação política não é considerada como momento superior, mas como momento que tem uma dinâmica própria sem, no entanto, deixar de basear-se nas orientações culturais dos agentes, uma vez que as instituições necessitam de uma eficácia simbólica para servir como mediação necessária, o que, ao mesmo tempo que lhes dá legitimidade, produz tensões pelas contradições que encerra.

O *habitus*, sendo uma estrutura estruturada que funciona como estrutura estruturante, pressupõe um processo de coesão e compartilhamento de uma base cultural comum que possibilita estabilidade relativa da sociedade, portanto não é reflexivo. Já a identidade é a expressão da cultura, do *ethos de posição*; é o que é comunicado, dito, portanto expresso através das representações. *Habitus*, *ethos de posição* e *identidade* são conceitos que se completam porque o *habitus* é o que persiste, o consenso adaptativo; o *ethos* é a trajetória particular (a expressão de posição sócio-econômica) e a identidade é o que é comunicado, o que não está cristalizado, o que é razoável ao indivíduo (portanto reflexivo), o que é relacional e ao mesmo tempo afetivo, psíquico, particular ao indivíduo singular, o que abre para a ação política autônoma, uma vez que pode expressar projetos, o devir, em uma relação para fora do campo, em direção a outros campos e sociedade (representação valorativa do empresário na sociedade). Dois movimentos de interiorização (*habitus* e *ethos de posição*) e um de exteriorização (*identidade*).

Como a identidade social depende de um processo de categorização e auto-categorização, instituindo diferenças entre os indivíduos, ocorre no movimento da sociedade, define papéis que o indivíduo pode desempenhar e os parceiros que pode escolher para diversas “transações” (BARTH, 1998). Para Bourdieu, a identidade é uma dimensão das representações inerentes a toda prática social. As representações seriam princípios de visão e divisão, produto da incorporação de estruturas sociais objetivas; não sendo reflexo destas estruturas, contribuem para a existência das mesmas. Por outro lado, o uso dos critérios identificatórios não obedece a uma lógica formal, mas está dentro de estratégias práticas de valorização ou estigmatização dos grupos ou “estão orientadas para a produção de efeitos sociais” (BOURDIEU, 1979, 1998e). Portanto, a identidade social, para Bourdieu, não tem a ver com a adoção e desempenho de papéis mas é parte dos esquemas de percepção do mundo, apreendidos na socialização, que dizem respeito aos princípios internalizados que definem o “nós” em relação aos “outros”. A explicitação dos princípios de classificação internalizados, constitutivos da identidade social, seria realizada por outros agentes (mediadores) que estão fora da posição ocupada pelo agente a

quem se atribui a identidade; estes outros agentes explicitam os atributos distintos em relação aos outros, o que pressupõe uma manipulação prática das identidades, que estabelece distâncias e semelhanças em relação a outros indivíduos e grupos, de forma a tornar as características pertinentes mais distintas e/ou legítimas socialmente. Este agente da mediação não é alheio ao grupo, pelo contrário, assume a liderança no processo de lutas e explicitação das identidades através da delegação dos agentes representados.

Esta manipulação leva a que não se esteja lidando com características identitárias “objetivas” ou “verdadeiras” mas com interpretações de características sociais e das origens e trajetórias de grupos por agentes interessados na objetivação social daquelas interpretações (CORADINI, 1996). A tarefa das ciências sociais é procurar, através da apreensão das propriedades objetivas (recursos sociais, institucionais, disposições adquiridas nas trajetórias) dos interessados a “gênese social” dos princípios de definição identitária e, de forma mais ampla, dos princípios de visão de mundo (BOURDIEU, 1979). Isto porque, entre outras coisas, as possibilidades de imposição de um determinado princípio de definição são dadas pelo grau de disponibilidade de recursos culturais, institucionais, materiais por parte dos agentes (CORADINI, 1996).

Há uma base cultural única entre os produtores, responsável pelo *habitus*, possibilitada pelo conjunto de trajetórias diferenciadas porém reunidas em um campo econômico “compartilhado”. A coesão entre os produtores em torno da identidade de empresário rural não é garantida pela homogeneidade do grupo, muito pelo contrário, a anunciação do grupo, sua classificação enquanto processo de etiquetagem é garantida pela heterogeneidade do grupo pois ela provoca processos de luta dentre os produtores que se congregam pela definição e representação característica do que vem a ser o empresário rural como identidade socialmente diferenciadora. Nestas lutas internas à comunidade coesa, os produtores portadores de signos homogêneos têm algo a ganhar ou a perder que não é outra coisa que sua própria existência enquanto grupos distintos e visíveis como tais, ainda que a coesão possa permanecer quando outros processos de clivagem mais antagônicos, fora da comunidade em questão, atravessam o entorno social. Estes princípios de classificação do mundo, particulares a um grupo, que entram em disputa, são responsáveis pelo *ethos de posição*.

Esta distinção entre *habitus* e *ethos de posição* torna-se importante para os objetivos da pesquisa, uma vez que se procura a gênese cultural das estratégias de desenvolvimento da citricultura através do processo cultural de legitimação elaborado por uma categoria social particular (produtores familiares modernos) diante de um trabalho histórico de objetivação e institucionalização do empresário rural por organizações e pelo Estado. A investigação tem como foco central o tratamento das representações de uma única categoria sociocultural (produtores familiares modernos) porque também a ação política demonstra a presença de relações de dominação de classe sobre o conjunto dos agentes presentes que, no entanto, se estabelecem sobre relações de poder estruturantes do campo econômico em questão e sobre uma imagem

valorativa do empresário rural colada diretamente às representações dos produtores familiares como “tipo médio”. A análise da evolução dos contratos e formas de comercialização e trabalho mostra como a defesa deste tipo médio possibilita os processos de validação de classe. Desta forma, não há linearidade entre os interesses dos produtores em estudo e a ação política, não há delegação formal, há processos de complexidade e tensão permanentes de efeitos de sobreposição e distanciamento.

1.7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E PLANOS ANALÍTICOS DA INVESTIGAÇÃO

A análise da identidade sócio-profissional dos produtores familiares na configuração das estratégias de desenvolvimento setoriais demanda compreender a construção de referências *para e na* ação política setorial²¹. Configura-se a análise para este fim segundo os planos sincrônicos e diacrônicos na análise da realidade, que vão articular conceitos considerados pertinentes.

Utiliza-se da reflexão sobre a racionalidade de Boudon (1995, p.41-44) para pontuar estes planos como distintos. Segundo este autor, uma vantagem da definição semântica em relação a diversas definições clássicas propostas para o conceito de racionalidade é que "*ela permite resolver as dificuldades resultantes do fato de geralmente falarmos não só da racionalidade das ações ou dos comportamentos, mas também da racionalidade das convicções*" (BOUDON, 1995, p.45). No caso presente, interessa o aspecto das convicções (*razões*) que orientam um comportamento (como posição distintiva) num campo de conflitos e a ação política como dois momentos relacionados, porém sem determinações lineares, isto é, as convicções não são necessariamente razões válidas para explicar uma suposta coerência entre elas e a ação social ou política presente.

Desta forma, a identidade sócio-profissional nas suas formas contemporâneas é analisada, no presente estudo, na sua gênese e metamorfoses históricas em dois momentos: primeiramente, enquanto uma referência cultural que se consolida nas regiões em estudo como *habitus*, perpassando várias categorias sociais presentes em cada caso e produzida exatamente em função de conflitos entre estas categorias; em segundo lugar, enquanto uma referência produzida, com alcance e aderência particular aos produtores familiares, isto é, distintiva do outro como *ethos de posição*. O conjunto das referências que constituem o *habitus* e o *ethos de posição* são, desta forma, consideradas para fins analíticos (uma vez que ambos fazem parte do mesmo processo constitutivo da identidade do agente) como tendo centros de elaboração e disseminação distintos; no seu conjunto, entretanto, antecedem e orientam a ação política como base cultural de orientação desta ação.

O plano sincrônico permite, desta forma, apreender a análise das referências culturais como a relação dos produtores *para a ação política*. Neste plano, evidencia-se a formação dos

²¹ Marie (1994) faz uma distinção analítica entre *o político* e *a política*. Ver também Lagrave (1987, p. 20-21).

interesses sociais definindo os produtores como grupo social conforme suas respectivas representações sociais. Este eixo recupera sua trajetória no *tempo histórico* nos seus aspectos específicos e compartilhados com elementos da experiência coletiva (*habitus* e *ethos de posição*). Através deste plano, analisam-se as leituras que eles têm das conflitualidades, portanto, do processo de diferenciação social e das diferentes relações de poder que surgem e seu modo de engajamento na ação política. Trata-se das significações, dos conteúdos e das formas de articulação entre *sentidos* e *práticas vivenciadas*. O *sentido vivenciado* é a manifestação do modo de apreensão e de avaliação das transformações e das trajetórias sociais. A *prática vivenciada* é considerada como o momento "analítico" que precede à ação política concreta, revela a *relação com a ação*, o que explica o engajamento ou não na ação política (GAIGER, 1991). Os sentidos e as práticas vivenciadas compõem os *modos de referência culturais* fundadores da identidade sócio-profissional sobre os quais os mediadores políticos vão agir e reformular, isto é, este plano analisa o *referencial setorial* desta identidade (lógicas ocupacionais e profissionais). Aqui, a identidade sócio-profissional é *paradigma de identificação cultural* e causa de suas respectivas adesões às orientações gerais da ação política existente na agricultura regional.

O plano diacrônico permite apreender a análise das referências culturais como a relação dos produtores *na ação política*, isto é, a produção do agente no espaço político social local, regional e global (setorial e intersetorial). Neste plano, a evolução dos conflitos será analisada segundo dois momentos: aquele da ação dos representantes políticos e sobre que interesses principais eles modelam esta ação. Através deste plano, pretende-se analisar a *articulação entre o referencial global* (estratégias de desenvolvimento da agricultura) e o *referencial setorial* possível pela intervenção dos representantes políticos que promovem a coesão do grupo, fundando a "comunidade" sócio-profissional. Neste segundo plano da análise, é possível a leitura das significações dos conflitos sociais setoriais e, igualmente, o grau de correspondência entre estas significações e a gênese política das estratégias de desenvolvimento da citricultura, isto é, a publicização da identidade sócio-profissional dos produtores modernos e a formação de uma base de coesão em torno desta identidade reivindicada pelos produtores familiares nas transformações estruturais do campo econômico a qual assume a função de ser uma *ideologia política*.

Este encaminhamento analítico e operacional para a estruturação metodológica da pesquisa foi inspirado de Jobert e Muller (1987), principalmente os conceitos de referencial setorial, referencial global e a transação (articulação) entre os dois, na reflexão que eles fazem do processo de gênese social das políticas e da ação pública.

O *referencial global* é a imagem social da sociedade, ele não é jamais um consenso universal, mas baliza um campo dentro do qual se organizam os conflitos e os afrontamentos na sociedade. O *referencial setorial* é a imagem dominante do setor, da disciplina, da profissão. Como o referencial global, ele não é nem completamente racional (uma vez que corresponde

primeiro à percepção dos grupos dominantes), nem completamente arbitrário (uma vez que ele deve levar em consideração pelo menos parte dos grupos que compõem o setor, e a partir deste momento, o problema é organizar a liderança de uma categoria social específica sobre o conjunto do setor) (JOBERT e MULLER, 1987, p.65).

O referencial setorial, o referencial global e a *articulação* entre estes são necessários para a análise das estratégias de desenvolvimento do modelo de agricultura, incorporadas e/ou formuladas pelos produtores a partir da formulação identitária uma vez que é através da transação das referências culturais que se estabelecem as orientações mais significativas das políticas setoriais. Os *elementos de transação* são assim as normas que articulam e/ou integram na ação política os dois níveis definidos por alianças entre frações da elite global e elites setoriais ou por um determinado grau de intervenção de políticas públicas. Esta articulação torna possível, no nosso caso, a compreensão da relação entre o processo de construção da identidade sócio-profissional dos produtores e as determinações das estratégias de desenvolvimento. Em síntese, os planos analíticos de formulação das referências culturais *para e na* ação política permitem considerar o campo econômico como espaço estruturado de posições em torno de estratégias de desenvolvimento setorial, espaço onde os produtores familiares modernos têm papel legitimador central pela mediação que ocorre entre *habitus* e *ethos de posição*.

Diagrama 1.2. *Planos metodológicos de análise da identidade sócio-profissional dos produtores familiares modernos e das estratégias de desenvolvimento setoriais*



Devido a esta importância, as posições e as lutas por classificação (e reclassificações) em torno da identidade sócio-profissional de empresário rural são analisados, primeiramente, através dos rearranjos realizados para o enquadramento das relações sociais em torno deste “título”; em segundo lugar, naquilo que advém de processos gerais, no caso a inserção do Brasil no mercado exportador de suco concentrado e congelado de laranja. Dividimos estes dois níveis da análise da

seguinte forma: o primeiro é o dos reordenamentos existentes quanto à *terra*, ao *trabalho* e às *técnicas de produção*; o segundo é o do *mercado*, uma vez que é através deste que as condições de reprodução social se impõem. As formas de compreensão do que sejam estas leituras do social - os eixos em torno dos quais serão recuperadas as representações dos produtores familiares modernos sobre estas variáveis em torno de uma definição de empresário rural elaborada por eles - conseguem se impor num espaço social como formas de explicação válidas por meio das quais suas relações com o ambiente social e econômico se estruturam e, portanto, por meio das quais sua posição social face às outras categorias sociais de produtores se define. Estas variáveis explicitam os direcionamentos materiais e simbólicos para a produção das referências culturais identitárias da seguinte forma:

1. a uma conduta na propriedade - *ocupação* – expressa nas representações em relação à *terra*, *trabalho* e *técnicas de produção* e que traduz a identificação do produtor às *especificidades de seu status social* no sistema produtivo da citricultura, isso é, a dimensão mais operacional, uma vez que se relaciona com a divisão de trabalho existente na unidade produtiva;

2. a uma conduta de ação fora da propriedade – *profissão* - expressa nas representações sobre o *mercado* e que traduz a *função de seu status social*, originando uma posição particular nas lutas sociais face aos desafios não apenas no setor mas também em relação à discussão de modelos de desenvolvimento rural. Em resumo, a lógica profissional é a dimensão mais intelectual da identidade sócio-profissional.

A produção desta identidade é entendida como fenômeno intrínseco à participação do produtor familiar moderno num *campo de diferenciações e conflitos* e, portanto, as representações que estes produtores elaboram sobre sua trajetória neste campo são fundamentais para o entendimento de como se dá, ao mesmo tempo, sua particular afiliação a esta identidade e como esta afiliação interage com a posição de outros grupos sociais.

Quadro 1.1. *Quadro analítico da investigação: identidade sócio-profissional do empresário rural e estratégias setoriais de desenvolvimento.*

Categorias de análise	Dimensões	Sub-dimensões
1.Construção histórica do agente: (diferenciação social/ integração econômica/ diferenciação cultural) (sistema de agentes: aspectos históricos e biográficos)	Trajetória social e constituição do campo econômico	Gênese histórica das relações sociais
2.Construção do agente através de sua problematização dos problemas: (construção das categorias de interpretação da realidade: aspectos cognitivos)	Representações sociais (mediações culturais)	Terra, trabalho, técnicas de produção, mercado
3.Construção relacional do agente: (instrumentalização da representação: legitimação das estratégias de desenvolvimento e	Ação política (mediadores políticos)	Associações civis/sindicatos: ação política para definição das relações comerciais e organizacionais da produção agrícola e do mercado – trabalhadores, agroindústria, Estado.

das relações de poder através da identidade sócio-profissional)		
---	--	--

O discurso registrado através das entrevistas supõe não uma coleta de narrativas mas de discursos orientados pela temática pertinente à investigação, portanto um certo grau de intervenção do pesquisador para possibilitar o processo de controle das categorias e conceitos originários da realidade empírica e que definem o campo em análise: a explicitação de posições e tomadas de posição (poder) através dos conteúdos expressos e suas posições sociais na elaboração e interação com os grupos sociais e sua articulação com a ação política. Em outras palavras, a relação do sujeito com a estrutura, isto é, a constituição das relações de poder e dominação inseridas no modelo de desenvolvimento da citricultura através das representações dos produtores familiares (e da ação política setorial), como ele se situa no espaço social e que tipo de relações (ou conexões) ele estabelece com o discurso empresarial dominante no setor. A questão de fundo é: quem são os atores que produzem o discurso e qual o contexto histórico de produção do discurso?

A análise de discurso possibilita (re)situar a dicotomia entre representações como estruturas mentais ou ideologia para acentuar o que os discursos evidenciam de estratégias individuais ou coletivas de reprodução de conceitos e definições sociais neste campo. Esta questão de fundo relaciona-se com a afirmação de Bourdieu de que as *práticas discursivas ordenam a prática social do mundo*. Neste sentido a reflexão que segue se estabelece sobre qual é a produção social de cada discurso. Quais as relações de poder estabelecidas pelos discursos? Qual é o controle social do discurso: quem fala e de que lugar? Qual são os conteúdos revelados que indicam processos identitários?

Para Soto (1998, p. 161-163), a sociologia pode considerar o discurso como expressão do real e procurar as relações sociais que podem ser construídas a partir de determinadas formações discursivas. O discurso é assim uma prática social que deve ser entendida como produção social de sentido. O discurso, nesta linha, seria não um conjunto específico de regras mas uma realidade empírica, um objeto delimitável no tempo e no espaço, enquanto jogo de intersubjetividade, perceptivelmente observável e compreensível, além de analisável em seus elementos mais recorrentes. A enunciação produzida por um sujeito é o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis:

na medida em que a sociologia assume por tarefa interrogar a relação entre as relações de força e as relações de sentido próprias a uma estrutura social dada, ela trata o discurso do sujeito sociológico como representativo da relação entre sua situação (sócio-econômica) e sua posição (ideológica) na estrutura (SOTO, 1998, pg. 169-173).

Segundo Van Dijk (1998, p.1), a análise que pretende compreender a forma pela qual poder, dominação e desigualdade estão expressas no texto e fala em um contexto social e político é a análise crítica de discurso. Desta forma, cabe considerar que os discursos são influenciados pela estrutura social e produzidos na interação social. Rangel (1998, p.123) afirma que a análise de discurso não se limita à análise de seus conteúdos internos mas suas relações com a dinâmica

social, histórica, que o constitui, movimenta e nele se inscreve: “*a exterioridade do texto se valoriza no seu poder de influência sobre a formação das idéias que se expressam no seu interior*”.

Se o discurso é inerente ao sujeito como prática social, a ideologia é inerente ao processo discursivo. Isto é, na análise de discurso veiculam-se *sentidos* que podem dissimular os sentidos e a substância real dos *conceitos* porque os autores do discurso não são independentes de sua história e das circunstâncias daquilo que “informam” no discurso. Daí a importância da *análise da construção do discurso*, complementarmente à análise sobre posição social dos agentes que discursam, mencionada por Soto, através: de como as palavras e as idéias veiculam suas posições e relações entre outras palavras e idéias presentes no discurso; da posição de quem emite e constrói o discurso; das implicações históricas e sociais daquela construção do discurso; da relação do discurso com a prática.

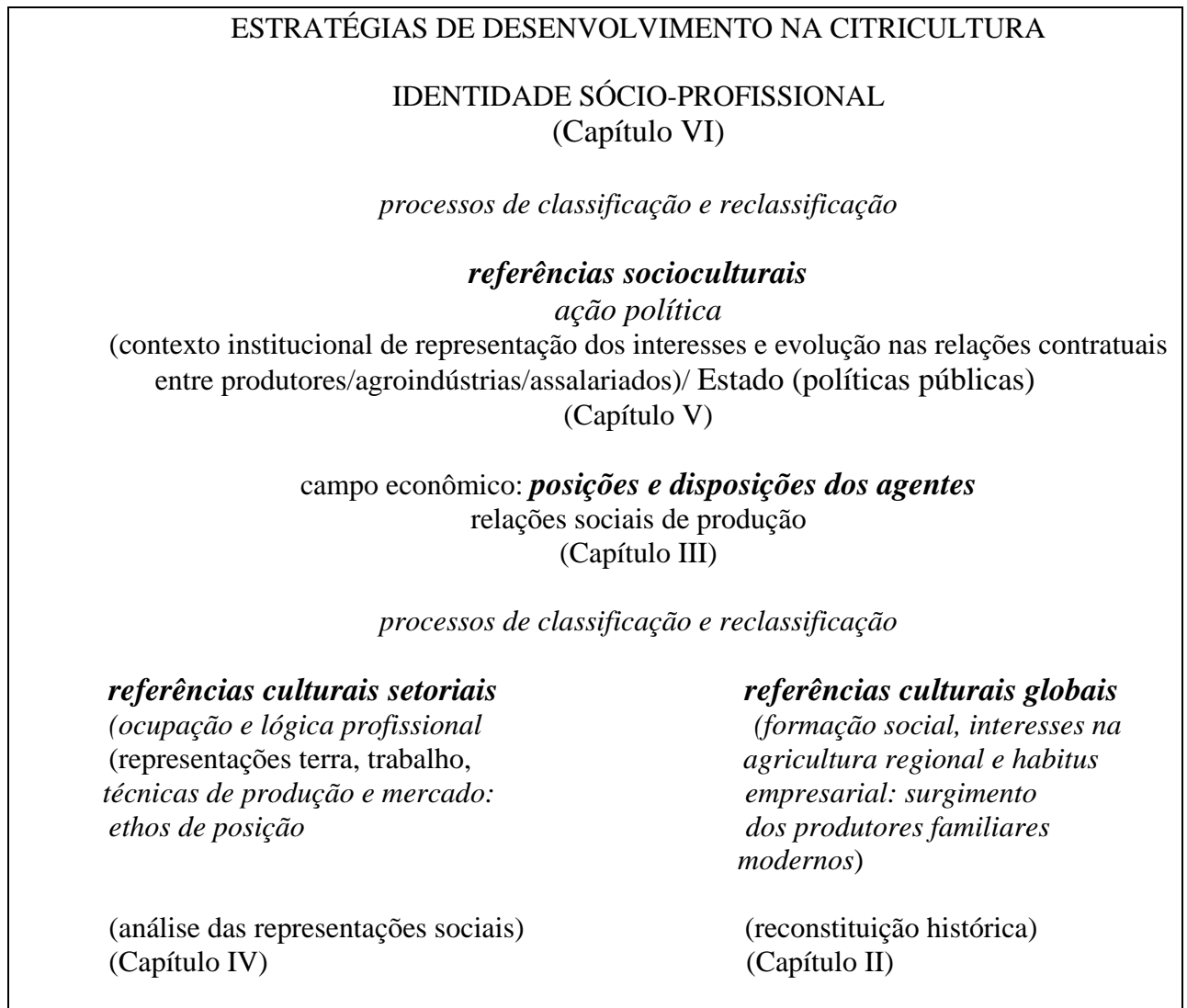
A abordagem da relação ideologia-representações na análise crítica do discurso supõe que se investigue a “estrutura” e “conjuntura” no qual este discurso se constitui. A análise de linguagem aí proposta (diferente daquela proposta pela lexicologia) que é a “*construir procedimentos que auxiliem a captar, no contexto explícito das palavras, o conteúdo implícito nas condições (sociais, históricas) de produção*” (RANGEL, 1998, p. 126). Desta forma, a análise de discurso se aplica ao estudo das representações como um estilo de análise do texto, no contexto em que os sujeitos constroem a imagem do objeto representado. Daí a observação, na análise da construção pelo discurso, entre o ideal (representações) e o real.

Alonso (1998) propõe que a análise *sociológica do texto*, dimensão estruturalista ou pós-estruturalista, é importante porque impede o subjetivismo arbitrário e a descrição positivista porém torna-se mais conseqüente se os textos são situados no contexto histórico e social onde são produzidos porque se supera o limite dado pela análise formal (estrutural) do sistema de funções e posições imanentes ao texto para atentar para a busca dos fatores que geraram a visão do mundo e a regras de coerência que estruturam o universo do discurso: “*observar como a realidade social constrói os discursos e como os discursos constroem a realidade social*” (ALONSO, 1998, p. 201-203). É neste sentido que o simbólico deve revelar-se como interesse, não como uma realidade em si mesma, mas sim como dependente das condições sociais de sua produção, mais concretamente, dependente da posição do produtor no campo de produção que determina, através de mediações diferentes, este interesse e a forma, a força da censura e a competência que permite satisfazer esse interesse. O discurso transborda o texto, portanto, na análise sociológica, importa observar a *capacidade de ação, a práxis dos discursos* (ALONSO, 1998, p. 203).

Portanto as práticas discursivas estabelecem-se em um campo, no sentido dado por Bourdieu, como um sistema de relações e de poder, o contexto social sendo considerado como um organizador de mensagens e os discursos tornando-se estratégias de tomada de posição dos indivíduos neste campo. Esta posição difere, por exemplo, daquela da sociologia acionalista

(Touraine) que defende a idéia que os discursos são práticas realizadas segundo os interesses dos diferentes grupos e atores sociais, como práticas centrais da formação e transformação dos atores sociais e de suas capacidades de intervenção nos conflitos e negociações (que se aproxima da noção de projeto).

Se a questão da autonomia do discurso como prática cultural fica assim circunscrita, como fenômeno significante e autônomo nas suas manifestações significativas, para a análise dos efeitos ideológicos do discurso, este deve ser situado como prática social que advém das posições e tomadas de posição, isto é, das condições sociais que elaboram os conteúdos dos discursos. É aí que se deve situar o discurso no jogo de forças do campo social, nos jogos de interesses onde são gerados os elementos culturais e simbólicos que dão consistência aos discursos e que se explicitam na ação política de forma não direta.

Diagrama 1.3. *Esquema estrutural da tese por capítulos*

CAPÍTULO II

AS TRANSFORMAÇÕES DOS GRUPOS SOCIAIS E AS ORIGENS DO *HABITUS* EMPRESARIAL NA AGRICULTURA REGIONAL

Este segundo capítulo introduz a análise da realidade empírica investigada, indicando as transformações nas relações sociais na agricultura da região nordeste do Estado de São Paulo como contexto do surgimento, configuração e atualização do *habitus* empresarial. Os grupos sociais que emergem atualizam as referências culturais que lhe são pertinentes, nas suas orientações e natureza, de acordo com os conflitos existentes entre eles, na sua relação com o Estado e com outros setores econômicos, em conjunturas sucessivas de crise dos projetos sociais e políticos em torno do devir da agricultura regional.

A análise empreendida centra-se na formulação dos interesses dominantes ao redor dos processos de apropriação de terras e de organização do trabalho agrícola, que marcam profundamente a região na qual o município de Bebedouro se situa. Estes processos, aqui analisados até a década de 1970, antes e no princípio da "industrialização"²² da citricultura, vão revelar os grupos sociais que implantaram localmente condições de produção reveladoras da direção hegemônica do modelo de desenvolvimento agrícola no país. Molda-se uma concepção de empresário rural calcada no pioneirismo das famílias tradicionais, no risco assumido quando da incorporação de novos desafios produtivos, na competência em exportar e na defesa de seu papel na dinamização da economia nacional. Os produtores familiares modernos de laranja vão emergir em pontos das ininterruptas (re)organizações dos sistemas produtivos da agricultura regional em momentos em que a estrutura fundiária desconcentra-se.

O *habitus* empresarial gravita em torno de condicionantes econômicas e políticas, isto é, em torno de um modo de mobilizar recursos produtivos e de um modo de impor interesses junto ao Estado. O apelo e a formulação do 'título' de empresário rural formulado regionalmente vai expandir-se gradativamente por todas as forças sociais presentes, forças estas que se polarizam entre proprietários e não-proprietários. Este *habitus* empresarial se traduzirá enquanto comportamento econômico-produtivo nas expectativas de resultado das políticas agrícola e agrária formuladas a partir de meados dos anos 1950, num movimento cerceador dos projetos e

²² A utilização das aspas tem como objetivo dar ciência ao problema de ordem conceitual na utilização desta expressão para definir a articulação entre a agricultura e a agroindústria de transformação, conforme lembrado por Jean (1994, p. 60), isto é, não se quer dizer aqui "processo de trabalho industrial" e sim a modernização dos processos produtivos que vão integrar crescentemente a etapa de produção agrícola com a do processamento industrial.

lutas políticas no país. Porém as referências socioculturais que lhe dão significado no plano regional curvam-se diante da forma como se estruturou historicamente a formação social na agricultura.

2.1 OS PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO DA TERRA E DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

- "*Plantemos laranjas!*" doutrinava o moço.
- "*Só se for para dar aos porcos...*", ironizavam os barões do café.
- "*A monocultura é um perigo!*", insistia o jovem pregador". *Sobrevivendo uma crise, faltarão compradores*", insistia.
- "*Café escaca-se e guarda-se na tulha!*" zombavam os "coronéis", os "majores", os capitães e toda a "soldadesca" menor²³.

Os processos de apropriação das terras e de organização do trabalho sofrem modificações sucessivas ao longo das diversas fases do processo de formação social da região: o povoamento e a ocupação territorial; a implantação do sistema de produção cafeeiro; a desestruturação deste sistema e a diversificação de culturas; a expansão da citricultura e a implantação da agroindústria de transformação. Estes processos vão delimitar os conflitos mais importantes que caracterizam a rede das relações sociais em transformação e, paralelamente, a origem e as orientações sucessivas do *habitus* empresarial na região. Em outras palavras, o *habitus* empresarial produz-se na disputa pela imposição de concepções de agricultura. Até o final dos anos 1960, esta disputa ocorre principalmente circunscrita aos processos acima evocados²⁴.

Estas fases são caracterizadas, respectivamente, pela definição e estruturação hierarquizada do poder local; pela definição de um projeto dominante por parte das elites regionais do café; pela emergência da burguesia industrial-urbana antagônica às elites cafeeiras; pela nova organização da produção agrícola e o novo modo de circulação e acumulação de capitais; pela subordinação e, portanto, pela progressiva aproximação das formas de exploração da terra e do trabalho agrícola à racionalidade industrial de produção²⁵.

2.1.1 O "coronel" e o patrimonialismo de fazendas de gado

²³ Eurico Medeiros, parodiando os primórdios da citricultura em Bebedouro no jornal *Cotidiano de Bebedouro*, 30.04.88.

²⁴ A transformação agroindustrial vai introduzir a variável mercado de produtos semi-industrializados no campo desta disputa de forma a modificar a dinâmica anterior essencialmente agrária, como será retomado posteriormente.

²⁵ Em síntese, o recorte histórico artificial, proposto apenas para fins analíticos, é o seguinte: o primeiro momento da formação social regional aparece como fragilmente ligado ao poder central (*fase de ocupação e de povoamento estratégicos* do séculos XVI ao XIX) e a *fase de integração econômica subordinada* (início do século XIX até 1880, gado associado à policultura). O segundo momento demonstra sua ligação fundamental ao poder político do Estado (*fase da produção econômico-estratégica*, metade do século XIX até 1930, café). O terceiro é a *fase de transição entre a economia cafeeira e a consolidação da citricultura* (anos 1930 a 1960). E o quarto é a *fase de modernização agrícola nacional e da integração ao mercado internacional de suco de laranja* (particularmente a partir dos anos 1960). Linhares e Silva (1981) fazem uma recompilação de alguns trabalhos de estudiosos e fatos políticos que traduzem algumas interpretações sobre a história da agricultura.

A integração subordinada do país à economia mundial durante o Império (1822-1889) e durante a Primeira República (1889-1930) polarizou a vida política no Brasil em alguns centros regionais. Após a decadência da economia açucareira do Nordeste no século XVII - economia na qual a terra e a força de escravo de trabalho foram determinantes do poder político e econômico dos plantadores de cana - o eixo econômico do país vai se localizar progressivamente nas regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e de São Paulo.

No que diz respeito ao norte de São Paulo, o caráter autoritário da ocupação das "novas" terras pelo estabelecimento de grandes propriedades de gado, a partir das expedições chamadas "bandeiras" (1530-1830), marcou fortemente o espírito dos conquistadores/aventureiros. Estas expedições alavancaram o processo de integração do território, freqüentemente em troca de títulos de honra militares²⁶. Entretanto, estas "marchas" estratégicas muitas vezes afastaram-se dos objetivos de consolidação do poder central devido ao desejo de "autonomia" daqueles que procuravam o enriquecimento, prestígio e distinção dentro da sociedade local, ou até mesmo regional, pela apropriação de grandes extensões de terras consideradas "livres"²⁷.

Este espírito de pioneirismo na região criou, desta forma, a cultura do senhor de terras, representando a consolidação do poder político local e regional, mais do que a realização de objetivos produtivos. É bem neste contexto político, econômico e social que a ocupação da região vai determinar a primeira estruturação fundiária das relações sociais em Bebedouro, como consequência de duas ondas de imigração.

A primeira onda é ligada ao povoamento e à ocupação do começo do século XVIII, realizada por caçadores, criadores de gado e pequenos agricultores que fogem das secas que abatem a província da Bahia. Nesta nova "terra", eles vão achar caça e solos bem irrigados, daí o nome *Bebedor*, na língua tupi, iguaba, que significa, "lugar onde se pode beber".

Bebedouro era conhecido como a cidade dos baianos perigosos, pessoas terríveis; eram caçadores e agricultores, à procura de um lugar com água. [...] Eles abriam uma clareira na floresta, construía cabanas e permaneciam à espera que um animal viesse beber²⁸.

Durante várias décadas Bebedouro foi passagem de comerciantes e tropeiros que abasteciam as populações das regiões das minas da província de Minas Gerais e das cidades novas da região. No fim do século XVIII e começo do XIX, são grandes criadores de gado de Minas que avançam sobre São Paulo como consequência da decadência das minas²⁹. A ocupação

²⁶ Durante o Brasil Colônia, os títulos de "coronel" e "capitão" atribuíam prestígio e honra aos conquistadores de terras, uma forma de ascendência à aristocracia. Para a Coroa, a concessão destes títulos assegurava a disciplina e o respeito ao rei, garantindo também a obediência das milícias de defesa do território. Era a única chance de afidalgamento do homem colonizador rude, normalmente mestiço (ou negro) e pobre (Faoro, 1975, p. 192-195).

²⁷ Estas terras "livres" constituíam partes das sesmarias que não foram colocadas em produção, conforme previsto pela sua lei de criação (Gehlen, 1991, p. 39). Após 1850 (Lei das Terras), elas adquirem a denominação de terras "devolutas" e tornaram-se patrimônio público.

²⁸ Depoimento de Manoel Isidoro, Bebedouro, janeiro 1990.

²⁹ Os mineiros avançaram na região por três vias: a primeira por Passos, Franca, Batatais e Morro Agudo; a segunda por São Carlos, Araraquara, Jaboticabal e Bebedouro e a terceira por Rio Grande, Rio Pardo e Bebedouro (Bray, 1974, p. 16-17).

da região é facilitada pela navegabilidade de inúmeros rios (Bebedouro fica situado entre os rios Pardo e Turvo). É graças às trilhas assim criadas, alongando o rio Bebedor, que o povoamento se estabelece.

Estes "homens do sertão", que partem à procura de planícies úmidas, instalam-se em clareiras da floresta depois de terem expulsado os índios. São homens à margem da estrutura econômica escravocrata, à procura de um lugar para morar e viver. Outros trazem consigo o sonho de enriquecer, de tornar-se senhores de terras. O poder patrimonialista³⁰ dos latifundiários que se implantam nesta região inscreve-se tanto nas relações pessoais de troca de favores como nas relações sociais mais amplas. Ele foi ainda mais reforçado pelo isolamento geográfico que os distanciou do poder central e pela fraca articulação de sua atividade econômica com o restante do país³¹.

A terra não era ainda um fator limitante à apropriação "privada"³², nem do ponto de vista de sua disponibilidade nem de seu valor³³. É o latifúndio patrimonialista tradicional que gera, na região norte da província, a racionalidade das elites agrárias em torno de um sistema de produção extensivo, seja de pouca utilização de mão-de-obra (trazida de outras regiões) seja de fraca produtividade e circunscrita ao comércio com as regiões das minas de ouro de Minas Gerais. É através desta forma de ocupação territorial, antes da institucionalização da vida social e política e antes da integração econômica da região, que os grandes criadores de gado adquirem sua notoriedade de mandatários durante aproximadamente um século. De acordo com Garcia,

A estrutura agrária latifundista constitui o sistema básico de dominação social, apoiado sobre três elementos: o monopólio senhorial sobre a terra agrícola, a ideologia paternalista do apadrinhamento e o controle hegemônico sobre os mecanismos de intercâmbio, de transferência de recursos e de representatividade política (GARCIA, 1978, p. 401).

A floresta abrigava uma grande riqueza em madeiras nobres, o que contribuiu para a acumulação primitiva dos pioneiros, principalmente para os que tinham serrarias. A derrubada de árvores, a implantação de uma agricultura de subsistência e a criação de gado marcaram o início das atividades locais. Pequenos agricultores migrantes, que aí se estabelecem, asseguravam a agricultura de subsistência e de abastecimento local, bem como o pequeno comércio. Sua vida gravitava ao redor de fazendas, das quais constituíam a reserva de mão-de-obra e asseguravam a

³⁰ Faoro (1975, p. 20) expressa a maneira pela qual o patrimonialismo é uma forma de dominação onde aquele que domina, organiza da mesma maneira o poder público da mesma maneira que o poder doméstico: "*o sistema patrimonial ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações determinados no feudalismo, aprisiona os servidores na rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da mão do soberano*".

³¹ A comercialização do gado era feita pessoalmente pelos proprietários no Triângulo Mineiro, isolando mais ainda esta região das redes e das dinâmicas comerciais mais importantes da Província de São Paulo.

³² Entre 1822, que marca o fim do Sistema Fundiário das Sesmarias, e 1850, não houve nenhuma lei precisa sobre a estrutura fundiária. Os títulos dados anteriormente pela Coroa Portuguesa ou pelo Governo Imperial são reivindicados como sendo legítimos, enquanto que os Títulos de Posse são dados pelos poderes locais em função das relações com as forças políticas locais (JOBIM, 1983).

³³ A terra tinha um valor bem inferior ao da mão-de-obra necessária à sua exploração. Faoro (1975, p. 125) afirma que as terras de cana-de-açúcar e de café representaram 1/10 do valor da mão-de-obra no custo de produção durante 300 anos da história brasileira.

produção de alimentos, freqüentemente sob a condição de morador (agregado ou, na denominação atual, sitiante).

Alguns grandes criadores de gado marcaram a história do município como "*homens de agricultura e da política*". Portando armas, embrenhavam-se nos lugares considerados hostis e perigosos, freqüentemente sem a autorização legal para sua posse. Alguns testemunhos dão um retrato da "ocupação privada" destas terras e uma imagem paródica de suas extensões:

... as divisões entre as propriedades, que são hoje feitas com cercas de ferro farpado, pregado em mourões, estacas e esticadores de grossos toros de boa madeira, ao tempo dos debravadores se constituíam de valas, com cerca de 2 metros de largura e 1,80 metros de profundidade, tornando-se intransponíveis aos animais. (Toledo, 1968, p. 10).

Bebedouro estava rodeado por duas grandes fazendas. As pessoas contam que foram lançados de avião pilotis de concreto para delimitar as divisões das terras.³⁴

Os coronéis Abílio Manuel Marques (vindo da Bahia) e Conrado Caldeira (vindo de Minas Gerais) figuram dentre os primeiros grandes fazendeiros³⁵ instalados em Bebedouro. Mesmo se as florestas delimitavam os territórios virgens passíveis de serem ocupados privativamente, esta época é considerada a "*fase dura da colonização onde famílias estavam contra outras famílias*"³⁶. As elites locais disputarão violentamente a terra:

Havia muitos capangas aqui na época. Era uma guerra entre os colonizadores de Bebedouro e os proprietários das terras. Eram famílias contra outras famílias [...] Elas circulavam com uma carabina, facão, guaiaca³⁷, gibóia que é um chicote feito de couro e bem comprido, com mais de 2 metros de comprimento. Por este tempo, os caras recrutaram algumas pessoas incultas para abrir as picadas no mato. As coisas se ganhavam no grito: isto me pertence! isto me pertence! isto me pertence [...] O coronel Abílio era o chefe, nada se fazia sem seu consentimento. Ele veio para cá no final do século XIX, e ele viu uma região totalmente esquecida e muito rica. Ele fez muitas benfeitorias, mas também mandou matar muita gente....³⁸.

Até meados do século XIX, estas elites latifundiárias não disputavam a hegemonia política com as elites rurais dos pólos econômicos dinâmicos, seus interesses sendo protegidos pela burocracia local e regional³⁹. Progressivamente, sua influência se estende às instituições

³⁴ Depoimento de Alcides Coelho, chefe do INCRA de Bebedouro, janeiro, 1990.

³⁵ Estas famílias estão na lista das famílias tradicionais ainda presentes em Bebedouro. Iniciaram com pecuária e reconverteram suas terras, sempre parcialmente, ao café e, mais tarde, à produção de laranjas. Segundo Toledo (1968), a história da cidade de Bebedouro está ligada àquela de duas outras famílias criadoras de gado: Alves de Toledo (Minas Gerais) e Alves da Silva.

³⁶ Depoimento de Manoel Isidoro, janeiro 1990. Outro depoimento de um produtor mostra como o poder patrimonial estendeu-se na história bem mais recente de Bebedouro: "[...] *Mas a gente não tinha uma relação direta com o dono da terra. Por exemplo, o Dr. Huston era muito respeitado, todo mundo o respeitava! Ele tinha um título de comendador, ele era o coronel do tempo* (começo da citricultura). *Também o Novaes, o alemão, o sujeito para falar com ele tremia! Então, meu avô pedia enxertos ao administrador da fazenda, o Dr. Huston nem sabia...*" (P5).

³⁷ Cinto para transporte de facas e balas de espingarda.

³⁸ Depoimento de Manoel Isidoro, janeiro 1990.

³⁹ Esta é a tese central de Faoro (1975) para explicar a relação dos latifundiários com o poder político no Brasil. No caso presente, esta realidade verifica-se também quando é analisado o papel dos latifundiários no desenvolvimento inicial da citricultura e sua inserção atual no complexo agroindustrial com algumas alterações em função do papel do Estado.

locais políticas, culturais e mesmo religiosas, impondo na cidade de Bebedouro uma dinâmica estreitamente vinculada ao mundo agrário. De acordo com Toledo (1968, p.18), em 1879, notáveis locais compraram coletivamente uma parcela de terra para fundar o arraial de Bebedouro que, cinco anos mais tarde, adquiriu o estatuto de povoado, na ocasião com 500 habitantes; a edificação da igreja de São Sebastião, protetor da cidade, foi empreendida por um grande proprietário de terra. Coronéis e capitães sucederam-se nos postos de prefeito e vereadores.

Enquanto os grandes criadores de gado se fortaleciam na política e na vida social, a expansão da infra-estrutura e a diversificação da economia da cidade seria assegurada pelos investimentos dos imigrantes europeus, principalmente italianos que chegaram com algumas economias, a partir de 1883, com o ciclo de café⁴⁰.

2.1.2 A oligarquia e o produtivismo das fazendas de café

A segunda metade do século XIX foi marcada por uma mudança profunda na agricultura regional em consequência da expansão do café em direção ao norte do estado. A confrontação entre duas concepções de produção (principalmente no que diz respeito ao uso da terra e ao trabalho) revela a presença de conflitos entre as elites locais: os latifundiários patrimonialistas e a oligarquia cafeeira.

Para Faoro, este momento mantém relação com a transformação do estatuto do proprietário no Brasil, caracterizada pela substituição da supremacia econômica, social e política da oligarquia açucareira e a aristocracia escravagista do café⁴¹ - atribuída graças a suas ligações com a burocracia colonial e imperial e também com as redes de natureza mercantilista, apoiando-se sobre insígnias e títulos honoríficos - pela supremacia econômica dos plantadores de café:

Não apenas o conteúdo do 'senhor rural' mudou, senão que transformação mais profunda alterou-lhe o status. Depois de dois séculos ocupados em produzir açúcar, lavar ouro, cultivar cana e tabaco, pastorear gado - ao lado das funções paramilitares e paraburocráticas - a própria estrutura da empresa rural toma outro cunho. De caçador de riquezas, converte-se em senhor de rendas, a fazenda monocultora toma o caráter de latifundium quase fechado. O prestígio outrora haurido das implícitas delegações de autoridade se transforma no de senhor de um pequeno reino, que produz quase tudo (FAORO, 1958, p. 243-244).

As condições econômicas e políticas da mudança do estatuto dos proprietários rurais foram de certo modo garantidas tanto pela transferência da Coroa Portuguesa para o Brasil em 1808 (abrindo a Colônia ao comércio "direto" com outras nações) quanto por lutas em favor da

⁴⁰ A pesquisa de Bray (1974, p.18) nos arquivos do Cartório de Bebedouro, sobre o período de 1884 e 1916, revela a importância do café no município.

⁴¹ A denominação de aristocracia cafeeira aos plantadores escravagistas da região costeira da província provém do mercado de títulos de nobreza então existente. O título "*barão do café*" era comprado pelos brancos autodenominados "*raça pura*". Ele servia para distingui-los dos títulos de origem militar atribuídos aos "*homens sem cultura*" (Faoro, 1958, p.192-195), freqüentemente mestiços, estes últimos correspondendo, se for considerada a clivagem cultural e social adotada neste estudo, aos coronéis da fase anterior.

independência no final do século XVIII e começo do século XIX. Estas lutas atestam não apenas a decadência do projeto colonial baseado na monocultura de exportação e na pesada tributação que recaía sobre todas as atividades, como também a ameaça que representava, para a Coroa e para o Império, os proprietários que nas novas terras fortaleciam as bases de seu poder econômico e político. A crise econômica provocada pela diminuição das exportações de açúcar e a queda na extração de ouro potencializam estas condições.

Proposições de alguns representantes das elites a favor de uma reforma agrária mostram a preocupação da época com as dificuldades no abastecimento de alimentos e na provisão de mão-de-obra escrava que se rarefaz e encarece⁴² e, enfim, com as lutas sociais que emergem com frequência cada vez maior, como as insurreições de escravos (Quilombos) e as lutas das populações pobres do campo e das cidades do século XIX (JOBIM, 1983).

As idéias liberais propagam-se, impulsionadas pela consciência dos obstáculos ao desenvolvimento da atividade econômica causados pela subordinação da Colônia ao mercantilismo português. Esta conjuntura política, que marca o período do Império (da Independência, 1822, para a República, 1889), é marcada por um debate dentro do qual se podem delimitar três proposições (GEHLEN, 1991):

a) o conservadorismo tradicional, que defendia a monarquia e mantinha fortes elos com o poder absoluto sobre a terra, à imagem da nobreza no final do feudalismo, apoiado nos preceitos fisiocráticos, segundo os quais a única riqueza provém da terra;

b) o reformismo conservador, que defendia a República, preconizando um maior controle fiscal sobre a atividade econômica e uma certa modernização da agricultura, tornando-a mais competitiva e diversificada;

c) a mudança modernizadora, que propunha uma reestruturação geral que permitiria ao país competir no plano internacional. A industrialização, centro deste projeto, era defendida por liberais (de inspiração positivista⁴³) e pelos progressistas.

A corrente agrária-liberal emerge neste contexto defendendo as idéias anticolonialistas, antiescravagistas e a livre iniciativa (economia do tipo individual e livre comércio), ao mesmo tempo que se opõe à reforma agrária, sem no entanto negar a necessidade de uma modernização técnica e mesmo a diversificação de culturas. É a este conjunto de posições que a oligarquia cafeeira se alinhava, opondo-se ao latifúndio escravagista exportador⁴⁴. Em geral, as reivindicações deste novo grupo social orientavam-se no sentido de poder exercer o controle

⁴² Muitas medidas antiescravagistas foram criadas antes da abolição definitiva da escravidão (1888). A partir de 1850 (quando o tráfico transatlântico de escravos foi suspenso), se desenvolve o comércio de escravos do nordeste em direção ao sudeste do país, ou ainda do Vale do Parnaíba para as fazendas da região central de São Paulo.

⁴³ O positivismo, segundo, Durand e Weill (1989, p. 23-24), como triunfo da ciência e do maquinismo, se transformou numa filosofia de empresários no século XIX, de ruptura com o século XVIII, metafísico.

⁴⁴ As oligarquias latifundiárias do nordeste do país e aquelas do Vale do Parnaíba são vistas como antiindependentistas, opostas a idéias de construção de um projeto nacional. Os agroexportadores – peças-chave da Coroa Portuguesa da exploração e dependência pelo endividamento permanente dos produtores agrícolas - e seus aliados na produção - serão combatidos politicamente pelos proprietários desejosos em insuflar uma nova dinâmica na agricultura (ZIMMERMANN, 1986).

sobre o processo de acumulação no país. Carone mostra bem o aparecimento desta nova racionalidade dentre os grandes proprietários de terra:

Nascem fazendas com certas características capitalistas e com extraordinárias possibilidades de expansão[...]. Os latifúndios no oeste paulista eram maiores que os do Vale da Paraíba, mas há criação de empresas capitalistas, isto é, formações complexas de trabalho e de atividades agrárias e a aplicação de capitais em terras, no comércio, indústria e finanças (CARONE, 1978, p.27).

O esgotamento do solo, com a redução do rendimento dos cafeeiros da região litorânea norte do estado (Vale do Paraíba, a qual foi muito produtiva entre 1830 e 1870), desloca as fazendas de café na direção central do estado durante os anos 1840/50, para estendê-las para a região nordeste do estado entre 1880 a 1910. Segundo Monbeig, esta última expansão do café constitui o fundo da segunda onda de imigração que alcança Bebedouro, composta de "*mineiros*" e de "*paulistas*", estes últimos frustrados na sua tentativa de se estabelecer na região central da província cuja estrutura social e econômica já se encontra relativamente definida, devido a) aos direitos de propriedade regulamentados pela Lei de Terras; b) às exigências prévias de dispor de mão-de-obra na lavoura cafeeira, o que se tornou problemático num contexto de diminuição crescente de sua oferta. A maioria, entre eles, vai, então, seguir sua procura de terras mais para o norte e mais distante dos poderes constituídos (MONBEIG, 1952, p. 115-116).

A "marcha do café" foi grandemente assegurada pelo Estado através de quatro mecanismos principais: a) apoio direto através de programas de imigração de mão-de-obra - os imigrantes italianos inscreveram-se em relações sociais que os imobilizaram nas fazendas,⁴⁵ e contribuíram para a redução de custos de produção num momento em que a terra começou a pesar mais em sua composição; b) criação de políticas monetárias de desvalorização da moeda nacional, o que possibilitou a capitalização dos produtores via exportações para o pagamento do salário dos colonos; c) promulgação da Lei das Terras, que dificulta o acesso à propriedade da terra pelos colonos e, paralelamente, a não fiscalização dos processos de titularização da terra; d) empréstimos financeiros (créditos) concedidos aos fazendeiros do café (às vezes vindos do exterior e repassados aos produtores pelo Estado) e grandemente utilizados para a compra de terras; e) abertura de vias férreas ligando a capital do estado à nova região de expansão de café⁴⁶.

Os grandes proprietários do café que avançam em direção ao interior de São Paulo defendem a natureza autárquica da produção⁴⁷ como a imagem da renovação econômica, fazendo

⁴⁵ O colonato definia a relação social na qual o colono do café era ao mesmo tempo assalariado e agricultor de um pequeno pedaço de terra que lhe era concedido na fazenda (palhada ou folhada, terra bruta afastada do cafezal ou entre as fileiras dos jovens cafeeiros) para plantio de gêneros alimentícios visando ao consumo próprio ou à venda no mercado local. Sua remuneração compunha-se do correspondente aos tratamentos de um certo número de pés de café, de uma participação na venda do café e de serviços variados pagos por dia (manutenção de cercas, limpeza). Para mais informações, ver Martins (1973, 1990).

⁴⁶ Para se ter uma idéia da importância da rede ferroviária, ver Holloway (1984, p. 84).

⁴⁷ A autarquia, a propósito das fazendas de café, significa uma relativa autonomia em relação ao seu sistema produtivo (principalmente no que diz respeito à imobilização dos trabalhadores), à produção de gêneros alimentícios e à manufatura de utensílios agrícolas. Esta concepção faz referência à dependência externa que a agricultura tinha até então, idéia desenvolvida por Caio Prado Júnior. Esta autonomia (interna) não se encontrava na relação com o mercado, uma vez que o Estado assegurou permanentemente a viabilidade comercial da produção cafeeira (externo).

da política de apoio ao café a vanguarda e o porta-voz da política nacional. É esta racionalidade, que tem grande desenvolvimento no final do século XIX, que origina a afirmação política e social do empresário rural - expressão de um projeto liberal nos propósitos da oligarquia cafeeira-, marcando oposição em face ao latifundiário tradicional. O produtivismo como primeira demonstração deste projeto será assimilado progressivamente na região, sedimentado pela formação de um mercado de trabalho e pela tecnificação do sistema produtivo. Embora marcado pelo mesmo espírito rural e latifundiário, suas estreitas ligações com os circuitos urbanos (econômico, comercial, bancário, ferroviário...) levam a que esta oligarquia torne-se importante base política das idéias republicanas. Estas transformações, de acordo com Reis, marcaram este período (1890 - 1930) como de "politização da economia" (REIS, 1985).

Desta maneira, o grande proprietário fundiário patrimonialista, que tinha assegurado seu caráter autônomo a partir do estreitamento de suas relações com os poderes locais, foi crescentemente contestado pelo discurso "liberal" dos plantadores de café, consolidando-se como centro da política na República Velha e, após 1889, através da articulação de apoios regionais e no âmbito do Estado de São Paulo, de onde provém as discussões da época em torno do federalismo e do que este sistema de governo poderia representar em termos de tentativa de descentralização do poder político no país⁴⁸.

A expansão acelerada do plantio dos cafezais aumenta o preço das terras e, como conseqüência da Lei de Terras, dispara a corrida aos títulos de propriedade, o que conduziu a que a apropriação de terras opusesse desta vez os criadores de gado (os coronéis pioneiros da primeira onda de imigração) aos fazendeiros de café. Devido à inexistência de normas definidas de titulação, houve fortes contestações à legitimidade dos títulos de posse anteriores. O confronto de influências deu-se junto ao poder municipal e as instituições de regulamentação fundiárias através, por exemplo, da tentativa de impedir a formação de tabelionatos encarregados do fornecimento destes títulos (FONT, 1985, p. 231). É durante esta segunda onda de imigração para Bebedouro que se redefiniram e se institucionalizaram os primeiros contornos da estrutura agrária regional:

... os primeiros apontadores vieram, os demarcadores. Eles contavam as braças, léguas, palmos [...]. Era difícil saber onde ficavam as divisas. Tantas cordas davam, eram tantas léguas. Não havia precisão. Precisão, naquela época, era só o relógio!⁴⁹

Em síntese, os latifundiários patrimonialistas são pouco a pouco contestados e superados pelo ideário produtivista e anti-escravagista, aclamado pela oligarquia cafeeira, que reclama para si o título de empresário rural. No entanto, os primeiros não serão eliminados do sistema de

⁴⁸ Segundo Carone (1978, p. 269), o fenômeno das oligarquias é generalizado no Brasil a tal ponto que em São Paulo e Minas Gerais a política dos partidos (PRP, Partido Republicano Paulista) de uma certa forma deslocou a tradição que repousa no conceito de oligarquia ("*governo no qual a autoridade está entre as mãos de poucas pessoas*") para um plano mais amplo da política. O "coronelismo" era mais de dimensão familiar, localizado; o "oligarquismo" se estendia no plano do estado federado. A política dos partidos em São Paulo muitas vezes atenuou o fenômeno do "coronelismo", limitando-o (ao nível dos) distritos. Ver também Leal (1975).

⁴⁹ Depoimento de Manoel Isidoro, Bebedouro, fevereiro 1990.

relações sociais, mantendo suas concepções e estratégias de produção e inserção no mercado, nem os segundos terão a unanimidade de um comportamento inscrito na racionalidade burguesa-liberal, tanto no que diz respeito à valorização de suas terras quanto no que se refere às relações de trabalho e de produção. O liberalismo, assim defendido, ateu-se mais ao campo econômico que político⁵⁰. O caráter latifundiário da oligarquia cafeeira coexistiu paradoxalmente junto à integração econômica da região ao comércio internacional, significando a manutenção da natureza eminentemente fundiária do novo sistema de produção.

O agrarismo fundiário produtivista caracterizou a natureza, ao mesmo tempo latifundiária e capitalista do sistema de produção, que se definiu como empresa rural. O poder fundado na terra vai reforçar o discurso agrarista de afirmação da agricultura em face do evento da industrialização urbana, conforme se verá a seguir. Esta articulação particular mudará sensivelmente ao longo da modernização agrícola a partir da década de 1960. Os traços do patrimonialismo e as bases econômicas e políticas de sua reprodução irão se ampliar e modelar os comportamentos políticos e econômicos que se afastam de agentes sociais delimitados na realidade social como grandes proprietários, como os coronéis e oligarcas, resultando em distintos modos de inserção econômica dos grupos sociais na citricultura "moderna" e posicionados diferentemente na dinâmica do campo econômico citrícola.

2.1.3 O agrarismo x o industrialismo

A Constituição Republicana de 1891 já havia consagrado o liberalismo econômico e político, ideais gerados durante o Império (1822-1889) e consolidados na virada do século, ideais estes que promoveriam os interesses dos novos grupos sociais emergentes, assegurando a criação de mecanismos para melhorar o fluxo de capitais e rendas através da diversificação da economia. Este liberalismo colide, entretanto, com o poder das oligarquias regionais (CARONE, 1978).

É a crise mundial de 1929 que vai levar a que, definitivamente, a oligarquia cafeeira se defronte com os obstáculos que causa sua subordinação ao mercado exterior com seu sistema tradicional de produção e comercialização, sempre contornados devido ao constante apoio institucional e financeiro do Estado. Esta elite se torna o alvo de contestações sociais devido aos Planos de Valorização de Café, que adiam sua falência terminal e procuram contornar a crise que se avolumava. Dentre outras medidas, como mostra Carone, o estabelecimento de impostos nas novas plantações de café (diminuindo a concorrência entre novos e tradicionais produtores) e a incitação à retenção do armazenamento de grãos através de prêmios e contínuas alterações na política de câmbio (CARONE, 1978, p. 36). Esta política setorial fez com que o peso financeiro dos empréstimos e subvenções alocados pelo Estado aos fazendeiros fosse repassado à sociedade como um todo.

⁵⁰ Martins (1975) também vê dificuldade de surgimento de uma direção empresarial no campo econômico do agrário brasileiro em função do pólo de acumulação efetuar-se historicamente no plano do capital comercial.

Além disto, disseminavam-se lutas dos trabalhadores agrícolas "livres", aos quais o acesso a terra era impossibilitado⁵¹, dentre elas, greves e abandono das fazendas em direção a outras que oferecessem melhores salários ou aos centros urbanos dinamizados então pelo despertar da industrialização. Bray (1974, p. 20, nota 2) mostra que conflitos, cada vez mais violentos, entre colonos e administradores de fazendas em Bebedouro, originam-se da proibição de praticar o plantio entre as fileiras de café, principalmente quando os pés eram novos, o que dificultava a economia necessária à compra da terra⁵². Numerosas leis foram aprovadas com o objetivo de diminuir o impacto destas manifestações.

A especulação de terras pelos proprietários na região nordeste resultava em uma agricultura extensiva e de baixo rendimento agrícola. De acordo com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, em 1900, dos 1.517.978 alqueires⁵³ declarados como fazendas de café no planalto ocidental (representando 21% da região total do planalto) foram realmente cultivados apenas 282.686 alqueires (ou seja 19%). As outras terras foram declaradas como "reserva" ou "impróprias para o café" (HOLLOWAY, 1984).

A emergente burguesia industrial opôs-se progressivamente aos fazendeiros do café, contestando a proteção do mercado, a prioridade para as exportações agrícolas e as políticas de câmbio que dificultavam as importações. Apenas a partir de 1930, os interesses dos industrialistas se alavancaram graças à centralização institucional e instrumental do poder do Estado (e seu papel regulador na comercialização dos produtos agrícolas), o que assegurou que as divisas do comércio externo fossem investidas na industrialização e na diversificação da oferta dos produtos agrícolas no mercado interno, conduzindo à transferência de capitais do setor agroexportador para o setor urbano-industrial⁵⁴ (FAUSTO, 1975).

Enquanto muitos fazendeiros arruinaram-se devido às dívidas contraídas, outros ligados às redes de comercialização do café e os agro-exportadores tornavam-se progressivamente sócios privilegiados do início desse processo de industrialização. Os fazendeiros, como indica Monbeig (1952, p. 87), *"tornaram-se comerciantes também, controlando a produção e a comercialização dos produtos"*. Eles *"tinham mais preocupações de industrial e de comerciante do que de agricultor"*. Seu discurso pregava a "modernização" da agricultura, novas dinâmicas políticas regionais e outras vias de ligação com o poder central, como também a abertura da agricultura para o capital estrangeiro.

⁵¹ Martins, 1990; Stolcke, 1986; Beiguelman, 1978.

⁵² Prado (1983, p. 32) fala sobre a dificuldade de compra de terras pelos colonos devido às dívidas contraídas por eles junto aos fazendeiros. Desde o início da imigração privada, o fazendeiro subtraía do conjunto dos rendimentos devidos ao colono, o correspondente às despesas de viagem e de instalação das famílias. Paralelamente, pagava preços mais baixos que o mercado pelo café colhido pelos colonos os quais pagavam caro pelos produtos de subsistência comprados nos armazéns da fazenda. O ciclo de endividamento-sujeição dos colonos durou um século. Ver também Martins (1990).

⁵³ O alqueire paulista corresponde a 2,42 hectares.

⁵⁴ Martins (1975, p. 57-72) conclui que a economia cafeeira tinha um caráter e dinâmica colonial. É o Estado que leva à descapitalização do campo para as cidades. De 1930 a 1945, a primeira política coerente a favor da industrialização é criada. Já em 1933, o valor da produção industrial nacional é, pela primeira vez, igual ao da produção agrícola (CARONE, 1978, p. 23).

Carone explica como, dentre estas elites rurais paulistas, emergem clivagens de interesses que parecem separar aqueles que tinham diversificado seus investimentos em atividades comerciais e industriais - os industrialistas - e aqueles que clamam uma revalorização da agricultura - os agraristas, retomando de certa forma o debate histórico sobre modelos de desenvolvimento:

A camada mais dinâmica de fazendeiros dedica-se a atividades industriais, comerciais e bancárias, transformando a produção agrícola numa forma de organização paralela àquela que desenvolvem nas cidades. Entretanto, mesmo entre os fazendeiros do Oeste paulista, podem-se distinguir camadas mais tradicionais, que continuam a se prender ao modo de vida rural e que, com a decadência destas zonas, nelas permanecem, ruralizando-se totalmente (CARONE, 1978, p. 149).

O debate que emergiu então foi relançado em bases distintas daquelas do período colonial e da Primeira República, onde confrontavam-se forças regionais antagônicas do mundo rural expressas na confrontação entre o latifúndio patrimonialista e o latifúndio produtivista, explicitando posições conservadoras e progressistas em torno de modos de produzir, inabalável porém o caráter patrimonialista das posições.

Nos anos 1930, o agrarismo provocou uma espécie de entrincheiramento da classe dos proprietários rurais atrás do discurso da tradição rural, discurso este que se opôs à descapitalização da agricultura de exportação pela fuga de capitais da burguesia comercial e financeira, que sustentava até então a economia cafeeira. Martins (1975, p. 57-72) situa o agrarismo exatamente no período que vai do nacionalismo de Vargas ao "desenvolvimentismo" (período 1930-60), momento em que começa a se instalar no país a indústria pesada (bens de equipamento)⁵⁵.

Este momento antecede, de acordo com Martins (1975, p. 22-23), o fenômeno da aparição das propriedades empresariais na agricultura brasileira. Isto é, quando se torna mais evidente o processo de diferenciação na economia do país (com o surgimento dos industriais), e quando a acumulação passa a se dar através do capital comercial (venda/exportação de produtos, compra de insumos agrícolas e venda de produtos para a agricultura). Para Martins, esta aparição só é realmente possível quando a indústria internaliza a função de comercialização, isto é, quando o circuito de capital que antes se limitava ao "mundo rural" descola-se dos interesses eminentemente agrícolas.

2.1.4. A articulação entre a agricultura e a agroindústria de transformação

⁵⁵ A oligarquia cafeeira passou por grandes mudanças nas suas relações com o Estado. A perda de sua hegemonia a favor dos industriais ocorre entre os anos 1930-1945 (governo Vargas) e se consolidou no momento do pacto nacional-desenvolvimentista (1950-60) (CARONE, 1978, p. 83). Resumindo, Leal (1975) ao tratar das modificações nas relações entre as elites regionais e o poder político, afirma que estas modificações guardam certa relação com o movimento oscilatório que marca a articulação entre as administrações locais e centrais no Brasil. Em 1934, houve uma ascendência autonomista, interrompida pelo Estado Novo. Com a Constituição de 1946, ressurgiu um movimento de autonomia municipal que se enfraqueceu nos anos de 1950. Entre 1964-84, houve um forte centralismo federal (período da ditadura militar).

A primeira alavancagem da industrialização do final do século XIX no Estado de São Paulo é resultado da diversificação financeira originária dos capitais individuais de produtores de café e importadores que se articularam entre si verticalmente para frente (beneficiamento) e para trás (produção agrícola), procurando sua valorização⁵⁶. O começo da transformação dos produtos agrícolas passava assim pelo circuito do capital privado. O elo entre a transformação dos produtos e os fazendeiros de café dissolveu-se definitivamente com a constituição do sistema financeiro nacional (DELGADO, 1985).

Apoios indiretos do Estado à transformação dos produtos agrícolas existiam através das políticas fiscais e das políticas de câmbio, isto é, através de mecanismos de transferência de recursos financeiros entre setores econômicos da sociedade, conforme foi apresentado anteriormente. Apesar do primeiro instrumento de ação direta do Estado no financiamento industrial e agroindustrial datar de 1937 - o CREAM - BB (Cartão de Crédito Agrícola e Industrial do Banco de Brasil), a constituição do setor agroindustrial de transformação é estabelecido a partir do processo de substituição das importações, iniciado durante os anos de 1930, mas especialmente a partir da industrialização pesada dos anos de 1950, quando o desenvolvimento da agroindústria se conecta àquele do setor industrial de produção de equipamentos e produtos químicos para a agricultura. Em 1952, surge o BNDE (atual BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), substituindo o CREAM no financiamento de equipamentos para a transformação e comercialização dos produtos agropecuários (BELIK, 1987).

Como suportes legais das mudanças sociais predominantes trazidas pela modernização da base técnica da agricultura estão o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 de 1963) e o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 1964) (BASTOS, 1987). O primeiro, versando sobre os direitos do trabalhador da agricultura, viabilizou a liberação da força de trabalho necessária para a estruturação da moderna exploração agrícola pela dissolução das condições de vida do morador e pela extinção de contratos de parceria. O segundo articulou, de forma subordinada, os instrumentos de expropriação da terra por interesse social à regulamentação dos princípios legais que permitiriam o nascimento da unidade de produção portadora do símbolo do desenvolvimento no campo, a empresa rural (MARTINS, 1981 e 1989); SILVA, 1987).

O movimento sindical rural estrutura-se em face de uma conjuntura política e econômica marcada pela ideologia "nacional-desenvolvimentista" dos anos 1950-60, período do Estado Populista no Brasil (WEFFORT, 1980), quando intensas mobilizações sociais estão em curso no campo (MEDEIROS, 1989; RUGAI, 1984). A reivindicação política mais importante do sindicalismo dos trabalhadores rurais naquele momento era o acesso à terra, expressa na luta

⁵⁶ Durante o Império, os comissários do café se encarregavam do financiamento privado aos produtores adiantando a estes créditos a serem reembolsados com juros da safra que começava. Se a colheita fosse insuficiente para o reembolso, a dívida se condicionava à safra seguinte. Este sistema foi progressivamente substituído pela compra direta da produção pelos exportadores e, em seguida (após a crise do café de 1896), por uma política pública setorial (CARONE, 1978, p. 36).

pelos direitos do trabalhador assalariado residente (permanente) interessado em preservar sua moradia e desfrutar assim da condição de um produtor pequeno através do acesso a um pedaço de terra necessário para sua subsistência (D'INCAO e BOTELHO, 1987).

A possibilidade de expressão concreta do projeto do movimento sindical dos trabalhadores rurais encontra-se na idéia da formação de uma aliança com a burguesia industrial, a qual, supostamente, teria interesse numa reforma agrária para que fosse garantido o abastecimento do mercado consumidor necessário ao avanço da industrialização. Não obstante, as elites agrárias, conforme diz Graziano da Silva (1989), em resposta às reivindicações crescentes em favor da reforma agrária e às contestações sobre a baixa produtividade da grande propriedade, defenderam a implantação da indústria de equipamentos e máquinas no país, no sentido de ver garantida a modernização da base técnica da agricultura.

Desta maneira, o projeto de modernização agrícola conservadora (GRAZIANO DA SILVA, 1982) encontrou os apoios ideológicos, institucionais e financeiros dos quais necessita para aumentar a produtividade agrícola sem a necessidade fazer uma reforma agrária e, assim, favorecer as culturas de exportação. A instituição da estrutura sindical de representação pelo governo militar (1964-1984) dissolveu a hegemonia do poder das oligarquias dos anos 1930-60, mas permitiu que os interesses dominantes na agricultura se acomodassem no aparelho do Estado (SANTOS, 1987). As políticas específicas pós-1964 refletiram a aliança entre os novos setores de equipamentos industriais nacionais vinculados ao capital multinacional, os grandes proprietários de terra e as instituições do sistema financeiro.

O corporativismo (e uma intensa ação de lobbies), paralelamente à estrutura de representação sindical dos agricultores, surgiu como rede de transmissão e de defesa dos interesses da nova articulação agricultura-indústria, articulação esta que substituiu os interesses do capital verticalizado agrário-comercial do começo do século. Apesar deste corporativismo dar uma dimensão de participação política mais ampla em relação ao período precedente, no que diz respeito tanto à formulação de políticas e de financiamento do governo federal e do governo estadual quanto à presença de grupos de interesse na agricultura e na indústria, ele orientou-se por um processo de seleção social que inclui tanto o universo técnico e fundiário dos agricultores quanto o da representação política. A política agrícola setorial transformou sutilmente, mas de forma contundente, a relação entre poder e política⁵⁷.

Após a segunda metade dos anos 1960, o governo adotou vários instrumentos políticos para promover a exportação e criar uma base cambial necessária ao desenvolvimento da industrialização, que estava em crise de desenvolvimento. Dentre esses instrumentos estava a limitação das importações para incentivar a constituição de um mercado interno cativo para as indústrias que se instalavam, uma vez que as políticas de câmbio seletivas não o asseguravam completamente. Também era necessário, paralelamente às tarifas protecionistas, criar um

⁵⁷ Aqui, como expressão do associativismo tradicional em que as elites representam-se sob forte dependência do Estado (contrariamente ao neocorporativismo atual). Sobre o tema do neocorporativismo ver Rodrigues (1995) e Graziano da Silva (1990).

mecanismo de indução da modernização da base técnica da agricultura a partir dos agricultores (GRAZIANO DA SILVA, 1989). Tal política, no aspecto financeiro, foi a criação de linhas especiais de crédito agrícola (a criação do SNCR em 1965 - Sistema Nacional de Crédito Rural - liberando créditos a taxas de juros negativas, isto é, abaixo da taxa de inflação), e a concessão de isenções fiscais e de créditos-prêmios às exportações.

No plano da política de câmbio, minidesvalorizações da moeda permitiram o aumento da participação do país na venda de bens manufaturados ou semi-manufaturados, incluindo os produtos agroindustriais no comércio internacional. Deste modo, a venda de produtos "in natura" foi deliberadamente coibida através de diferenças na tributação para a exportação, mais favorável para os produtos agrícolas industrializados (PINTO, 1981; BELIK, 1987). As unidades de transformação dos produtos agrícolas receberam novamente, nos anos 1970, um forte impulso para a inovação tecnológica do processo industrial - possibilitando a implantação de agroindústrias modernas - graças a créditos com taxas negativas de juros. A soldagem da agroindústria de transformação ao CAI se faria neste período por meio de políticas governamentais específicas (BELIK, 1987).

O Estado, através da formação do sistema financeiro nacional para a agricultura, teve um papel fundamental na determinação dos parâmetros que atuaram no processo de seleção social: a formação das explorações capitalistas e do mercado de trabalho assalariado, a intensificação vertical limitada da modernização técnica e a institucionalização da especulação financeira. A modernização de agricultura durante anos de 1960 e 1970 permitiu a convergência dos discursos agrarista e industrialista na disseminação do apelo ao título de empresário rural a partir de agentes econômicos que não assumem riscos, isto é, apenas geram capital quando o Estado possibilita seu adiantamento na forma de recursos financeiros via créditos, recursos estes assegurados por políticas agrícolas e agrárias seletivas. Portanto, o surgimento de empreendimentos capitalistas naquele momento não autoriza a afirmação de que se produz uma racionalidade empresarial como tradução daquele título reivindicado.

A maneira pela qual esta recomposição de interesses e o aparecimento de outros interesses se deu no plano regional e em Bebedouro, após a crise da economia cafeeira, será analisada em seguida.

2.1.4.1. A laranja como alternativa: o "ouro amarelo" da exportação e o começo da transformação industrial

Em face da descapitalização da agricultura, devido à sua posição de financiadora da indústria urbana, o plantio de laranjas é empreendido principalmente por agricultores que decidem afirmar-se, na sua plenitude, como produtores agrícolas, marcando sua diferenciação cultural e social em relação àqueles que abandonaram a agricultura para voltar-se principalmente

aos investimentos urbanos. A origem desta referência - a *tradição rural*⁵⁸ - encontra-se também no lugar privilegiado que a agricultura de exportação vai assumir no conjunto da política econômica nacional a partir dos anos 1960.

Entre 1930 e 1960, ao mesmo tempo em que se observa a desestruturação progressiva da economia cafeeira, incluído seu sistema de relações sociais, a consolidação da citricultura acontece no norte do estado. Ao longo destas décadas, a reorganização do conjunto do sistema resultante da crise econômica configura-se através de uma ação política de envergadura, tanto por parte do Estado quanto por parte dos fazendeiros tradicionais de café que permanecem na região.

A análise desta fase de transição revela a origem e as formas particulares do engajamento dos atores sociais na introdução da cultura de laranjas, a direção e o significado da intervenção do Estado neste processo, as mudanças progressivas dos pólos de acumulação econômica na agricultura regional, como também a natureza e as formas particulares das alianças políticas entre aqueles diferentes grupos.

O início da citricultura na região de pesquisa foi marcado por conflitos que resultaram da presença do capital estrangeiro na comercialização de frutas, de uma progressiva articulação de interesses entre produtores e comerciantes locais (na direção do favorecimento da acumulação interna, pela modificação do centro de decisões sobre as estratégias de regulação do setor) e das pressões sucessivas junto ao Estado, principalmente por grandes proprietários de terra, para a obtenção de condições favoráveis à produção e comercialização das frutas.

Até o século XX, era parte da tradição, no Rio de Janeiro e em São Paulo, possuir laranjeiras plantadas para o consumo doméstico nas fazendas de café, cana e gado, plantas valorizando a propriedade quer pelo seu aspecto decorativo quer pelo seu valor alimentício, consideradas como bens na hora da venda das terras ou ao término dos contratos de parceria.

Foram necessárias medidas de política pública, como prêmios à exportação (já concedidos pelo governo federal em 1909), para suscitar o interesse por esta cultura e encorajar sua expansão. O começo da citricultura em escala comercial visou o abastecimento de centros urbanos e a exportação da fruta fresca, primeiro para o Uruguai e a Argentina e, a partir dos anos 1920-1930, para o mercado europeu. Nesta época, toda a comercialização das frutas era realizada por agências de exportação de capital estrangeiro.

Apesar da prioridade dada à exportação, foram exportados apenas 15% do total produzido nos anos 1920, devido à inexperiência e à falta de infra-estrutura para a conservação e transporte das frutas (HASSE, 1987, p. 65). Entre 1900 e 1950, as plantações estendiam-se de modo desordenado devido ao seu caráter paliativo e complementar à crise do café. À medida que as

⁵⁸ Esta referência, conforme será também analisado no Capítulo IV, procura estabelecer um vínculo entre o tempo de dedicação da família à agricultura e a competência da produção (*vocação agrícola*). Ela justifica a mobilidade social tanto dos produtores selecionados (integrados plenamente) quanto daqueles marginalizados (excluídos ou fracamente integrados) e a origem dos trabalhadores assalariados.

condições de estabilidade e de acumulação, a partir da cultura cafeeira, não serão mais asseguradas aos fazendeiros, a citricultura se expande na região, como mostra Souza:

Vários fenômenos agiram conjuntamente no impulso para a citricultura, alguns de ordem econômica, outros de ordem política. Acima de tudo, é a decadência da cultura de café e as crises de mercado que são responsáveis pelo avanço da citricultura. Assim, depois das geadas de 1918, e mais ainda depois de 1929, quando os fazendeiros foram pegos pela crise econômica e as terras cansadas, eles aumentaram as plantações de árvores frutíferas (SOUZA, 1984, p. 21).

A trajetória social e econômica dos fazendeiros de café e sua formação cultural, resultantes de uma experiência de décadas na produção de uma cultura permanente de exportação (assimilando um idioma e uma identidade de homens de negócios internacionais) e marcadas tanto pelo "amalgama" entre atividade agrícola, comercialização e o sistema financeiro quanto pela sobreposição entre a política e o poder (fazendeiros e Estado) -, além da garantia de um mercado internacional para as frutas já existente, estimularam a reconversão à cultura de laranjas. O "ouro amarelo" - analogia ao "ouro verde", o café⁵⁹ - revitaliza a articulação entre propriedade fundiária e acumulação que estava fragilizada desde a crise cafeeira.

Esta trajetória e esta formação moldaram, de maneira muito particular, as representações e os comportamentos políticos do conjunto dos citricultores. De certo modo, houve uma herança cultural que as condições de produção e de comercialização do café territorializadas em instituições e agentes da produção e comercialização transmitiram ao complexo agroindustrial citrícola, no sentido das relações contraditórias que as oligarquias mantinham com o Estado (ora aclamando uma autonomia, ora reivindicando intervenções favoráveis).

A imprensa voltada aos produtores agrícolas⁶⁰ estimulou a plantação de laranjeiras, divulgando sua adaptabilidade em solos arenosos (mal adaptados ao café) das fazendas e a valorização das áreas em mau estado de conservação⁶¹. Porém, a "aventura" nesta nova cultura deu-se após garantias de escoamento da produção (facilidades de exportação e infra-estrutura de comercialização), e de uma política encorajadora de investimentos.

É o caso, por exemplo, da criação, em 1924, do Horto Florestal de Bebedouro, pela Secretaria de Agricultura, que passou a distribuir mudas de laranjeiras principalmente aos grandes proprietários de terra da região, dentro de um projeto de reflorestamento do município. Mais de 150.000 mudas foram produzidas e vendidas a baixo preço, e também foi assegurada a assistência técnica necessária para o plantio e o acompanhamento dos pomares. Bebedouro foi

⁵⁹ Analogia expressa pelo presidente da ACIESP (Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo), durante entrevista, fevereiro 1990.

⁶⁰ A revista *A Lavoura*, editada pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), sediada no Rio de Janeiro, e a revista *O Fazendeiro*, editada pelos fazendeiros de São Paulo, testemunham que a elite rural do começo do século já manifestava seu interesse pela cultura de frutas cítricas, expressando seu descontentamento a respeito da pequena participação do Brasil no comércio internacional de frutas.

⁶¹ Durante os anos 1928 e 1929, Edmundo Navarro de Andrade, agrônomo da Sociedade Paulista das Estradas de Ferro, escreve uma série de artigos na imprensa (reunidos nas publicações *Citricultura*, Tpy, Brasil, 1929 e *Campanha Citrícola*, Tpy, Brasil, 1929), divulgando a Campanha Citrícola. O discurso da "era das terras de segunda categoria" mascara, na verdade, a falência do sistema produtivo e econômico ligado ao café.

considerado lugar privilegiado para a disseminação regional da cultura de frutas cítricas graças à qualidade das terras, às vantagens climáticas e à proximidade das vias férreas.

Mapa 2.1: *Bebedouro como centro polarizador e irradiador da cultura de laranja.*

Fonte: Secretaria da Agricultura de São Paulo, 1978 (In Prado, 1983, p. 81).

O Projeto Pró-Citricultura do governo federal e do Estado de São Paulo encorajou a adesão à cultura e alavancou a economia da região através: a) da criação, pelo Banco do Brasil, do Serviço de Fiscalização Bancária, embrião da CACEX (Carteira de Comércio Exterior do

Banco do Brasil); b) da regulamentação federal sobre o transporte e o comércio de mudas; c) da criação da infra-estrutura de comercialização: rede de vias férreas até os portos⁶²; d) da instalação de *packing-houses*⁶³ para a seleção de frutas para a exportação.

O poder público municipal de Bebedouro teve um papel fundamental na consolidação da cultura. Entre 1937 e 1940, a Campanha pela Citricultura usou a imprensa para estimular o aumento do consumo de laranjas pela população urbana, informando sobre a crítica situação econômica dos produtores e sobre as qualidades nutricionais das frutas. A prefeitura cria o Departamento Municipal de Incentivo à Produção de Cítricos (Lei nº 11 de 30.10.1936) com o objetivo de fazer de Bebedouro a capital da laranja do estado, organizando festividades e conferências por ocasião da instalação das primeiras plantações para demonstrar as vantagens da cultura⁶⁴.

Em 1933, foi fundada a Associação Citrícola de São Paulo visando à aglutinação de interesses dos citricultores e sua representação junto ao Estado, procurando influenciar a política macroeconômica em favor da exportação da fruta. Medidas decisivas para a adesão dos produtores à cultura foram: a) a diminuição da carga fiscal, repassada pelos intermediários aos produtores; b) a suspensão dos impostos sobre a exportação e da taxaço sobre o transporte cobrados pelo governo do Estado de São Paulo; c) a diminuição do preço de transporte da Cia. Paulista de Estradas de Ferro; d) a supressão do bloqueio à exportação da laranja bahia (devido ao seu tamanho), variedade que representava de 30 a 35% da produção paulista.

A Fazenda Fortaleza, do Coronel Raul Furquim, de Bebedouro, foi a primeira a se lançar na nova cultura em 1932, com 40.000 pés de laranja substituindo o café: "... a pessoa cortava quatro pés de café e plantava um pé de laranjeira" (BRAY, 1974, p. 23). Durante os anos 1940-50, esta cultura foi adotada quase que exclusivamente pelas grandes propriedades que se beneficiaram de todas as subvenções públicas, assegurando assim relações comerciais privilegiadas no mercado e da base fundiária mais conveniente para enfrentar os riscos da mudança⁶⁵.

Em 1949, foi criada a Sociedade Paulista de Fruticultura Tropical⁶⁶, assim como, em 1957, a Casa do Citricultor em Bebedouro, destinadas a promover a cultura na região. O

⁶² Em 1938, a Cia. Paulista de Estradas de Ferro dispunha de 360 vagões para o transporte de laranjas (contra 84 em 1930) (HOLLOWAY, 1984).

⁶³ *Packing-house* é um grande entreposto com instalações para a lavagem, seleção e acondicionamento das frutas. O primeiro, em Limeira, foi construído pela Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo. Muitos *packing-houses* foram financiados na época por grandes exportadores associados aos importadores (principalmente ingleses). Esta intermediação será propícia à acumulação de capital comercial e muitos comerciantes se lançarão eles próprios na produção e, em seguida, na industrialização. Mais tarde, os agroindustriais, à medida que dão entrada no setor, organizarão seus próprios entrepostos, principalmente a partir dos já instalados.

⁶⁴ Cf. *Correio de Bebedouro* de 19.04.1937; *Folha da Manhã* de 24.01.1939 e de 11.04.1940. "O fomento à citricultura" no *Correio de Bebedouro* de 30.09.1938. Cf. também Toledo, 1968, p. 52.

⁶⁵ Depoimento de José Cabrita, diretor da Estação Experimental da Citricultura de Bebedouro, janeiro 1990.

⁶⁶ Os objetivos desta Sociedade, conforme seu estatuto de fundação, datado de 11/07/1949, eram: a) a aquisição de terras em Bebedouro para a implantação da cultura de laranja, abacates e outras frutas; b) a instalação de uma usina de transformação e acondicionamento das frutas; c) a organização, com comerciantes do varejo, de um serviço de distribuição das frutas e de seus derivados em São Paulo e em outras cidades e, se necessário, de venda direta aos

primeiro presidente da Sociedade Paulista de Fruticultura Tropical foi o Coronel Caldeira, cujas terras foram compradas de forma associativa com outros membros (Fazenda União, com 227,5 ha) para a implantação de um viveiro de 200.000 mudas, com enxertos resistentes à doença chamada tristeza. Este viveiro foi também área usada para o treinamento da mão-de-obra para a citricultura (MEDEIROS, 1984, p. 48).

Se os instrumentos políticos tornavam-se mais favoráveis, mesmo ante a incerteza inicial do mercado, um outro incentivo à cultura de laranjas foi desempenhado pelas formas de pagamento dos frutos aos produtores pelos comerciantes autônomos, os quais revendiam as frutas aos exportadores ou diretamente aos galpões urbanos voltados ao mercado interno. Segundo Hasse, as Casas de Exportação concediam um adiantamento em libras esterlinas (em caráter de "gratificação") para estes intermediários. O fato da demanda de frutas, entre anos 1930-1950, ter sido maior do que a oferta, provocava uma corrida aos pomares. Os comerciantes organizavam grupos de trabalhadores agrícolas e partiam para a retirada das frutas nas propriedades "... na época da exportação havia uma corrida à laranja caipira das fazendas, porque a produção era insuficiente. Muitas árvores de laranja cresciam entre os arbustos de café..." (HASSE, 1987, p. 99).

Figura 2.1. "*O futuro dos laranjais*". *Matéria do Jornal de Bebedouro, 28/01/1939.*

Em 1950, Bebedouro era o terceiro município em número de árvores plantadas e, em 1959, ocupa o primeiro lugar nas exportações de laranjas do Estado de São Paulo (BRAY, 1974, p. 31). Em 1955, foi instalado um *packing-house* com capacidade de preparação de 2.500 caixas de laranja por dia, dirigido aos mercados das redondezas e ao abastecimento de dois grandes armazéns pertencentes à Sociedade Paulista de Fruticultura Tropical situados em Uberlândia (MG) e Goiânia (GO).

Entre 1930 e 1960, foram criadas 22 cooperativas de produtores no Estado de São Paulo, agrupando 1.000 produtores. Porém, estas cooperativas eram voltadas praticamente ao mercado interno, expondo-se a flutuações na qualidade e volume da produção. Apesar dos benefícios originários das grandes isenções nas taxas cobradas pelo Estado, sua influência permaneceu limitada no que diz respeito tanto às negociações do preço do produto quanto à abertura de novos mercados (MAGALHÃES, 1981)⁶⁷. A isto se opõe o acesso privilegiado dos grandes produtores ao mercado, através da venda direta, às agências privadas de comercialização, associadas a exportadores.

Uma séria crise nos anos 1940-50 surge das dificuldades encontradas no comércio internacional devido à II Guerra Mundial, comprometendo a entrega de frutas ao principal importador que era a Inglaterra (seguida da Argentina e do Uruguai), não sendo mais possível escoar toda a produção. A diminuição da rentabilidade na cultura provocou uma queda na produção, com o abandono dos tratamentos culturais e diminuição dos investimentos em novos pomares por parte dos produtores. Mais frágil às doenças, uma grande extensão das plantações foi atingida pela doença tristeza. Estes dois eventos simultâneos provocaram uma redução da produção da ordem de 82%, do número de pés produtivos em 63% e do plantio de mudas em 78%, durante os anos 1940. As perdas atingiram, em 1945, a cifra de 90% das plantações de São Paulo e Rio de Janeiro, provocando o desaparecimento de centros importantes de produção da fruta (MOREIRA, 1958, p. 38).

Novos problemas fragilizaram mais ainda a exportação de frutas frescas: a concorrência de outros países como a África do Sul (mais perto da Europa), as elevadas taxas alfandegárias e o custo do transporte. A Associação Citrícola de São Paulo reivindica (com o apoio da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo) ao Conselho Federal do Comércio Exterior e ao Conselho de Defesa da Economia Nacional a redução de custos de transporte das companhias marítimas inglesas através da intervenção diplomática; a aquisição ou o fretamento de navios pelo governo brasileiro para assegurar o transporte, reduzindo assim a presença estrangeira; o estabelecimento de acordos com o governo francês para o aumento de importação de frutas do Brasil; a isenção de diversos tributos cobrados no porto de Santos e de taxas sobre o transporte

⁶⁷ A participação das cooperativas nas exportações foi muito pequena. Segundo Magalhães, 55% delas não se tornaram operacionais, desaparecendo antes dos anos 1970. As tentativas de ingresso na transformação das frutas por parte das cooperativas não foram também bem-sucedidas com exceção da Cooperativa Industrial FRUTESP.

interno para ampliar o mercado consumidor nacional; a liberação da taxa de câmbio⁶⁸ (HASSE, 1987).

Nesta conjuntura de crise, em agosto de 1956 foi formada uma Comissão de Produtores de Frutas Cítricas em Bebedouro, que encaminhou ao governo do Estado de São Paulo várias reivindicações: mudanças na política de câmbio que afetava a exportação de laranjas; a instalação de um *packing-house* de grande capacidade; a construção de um frigorífico no porto de Santos; o controle qualitativo rigoroso das frutas reservadas à exportação; o aumento da capacidade de carga nos trens; o estudo da viabilidade de industrialização do produto e a instalação de uma Estação Experimental de Citricultura em Bebedouro⁶⁹. Várias destas solicitações, segundo informações da imprensa (Jornal de Bebedouro), foram atendidas, principalmente as que se referiam às mudanças na política de câmbio (aumentando o valor do dólar para exportação), à concessão de um prédio para a estocagem das frutas (antes destinado ao café) e a um subsídio de dois milhões de cruzeiros para a instalação de uma fábrica de transformação da fruta, que foi liberado, mas acabou sendo desviado para Sorocaba.

O Instituto Agrônomo de Campinas começou a fornecer mudas a baixo preço, o que beneficiou os grandes proprietários na recuperação das plantações em grande escala⁷⁰. Desta maneira, foi empreendida uma intervenção de envergadura, não só através de políticas públicas setoriais e emergenciais como também através da criação de instituições que pretendiam demarcar um quadro de políticas de longo prazo para todo o setor.

De acordo com Hasse, a retomada das plantações e a recuperação da citricultura entre 1945 e 1953 levou a um rápido aumento da produção. Em 1957, o Estado de São Paulo contava com um total de 10 milhões de árvores da laranja comercial e mais de seis milhões da laranja de consumo doméstico. Neste mesmo ano, foi detectada a doença cancro cítrico no município de Presidente Prudente (a 500 km do eixo principal de produção Limeira-Araraquara-Bebedouro). Algumas medidas drásticas foram tomadas: a implantação de barreiras fitossanitárias pela CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral); incineração/erradicação de pomares contaminados, interdição de novos plantios e de circulação de mudas em uma zona que incluiu 19 municípios do oeste do estado; inspeções sanitárias pelo Instituto Biológico e pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (HASSE, 1987, p. 141).

O conjunto destas medidas favoreceu o controle da superfície plantada, uma vez que foram definidas "áreas impróprias" e "áreas próprias" à cultura, formando uma zona nobre de plantio, o "corredor citrícola", com plantações mais tecnificadas e beneficiárias do progresso da pesquisa sobre doenças e do uso conseqüente de porta-enxertos e de clones nucleares mais resistentes. Esta "zona de excelência" na produção de frutas cítricas consolida-se progressivamente em direção ao norte do estado, diminuindo a importância na produção dos

⁶⁸ *Folha de São Paulo*, 29.02.1940 e 21.03.1940.

⁶⁹ Esta Comissão recebeu apoio da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Bebedouro, do poder executivo e legislativo municipal, da Casa da Agricultura e da Câmara de Comércio Citrícola de Bebedouro.

⁷⁰ *Folha de São Paulo*, 29.11.1947.

municípios de Piracicaba e Limeira (centro do estado), que passam a substituir a cultura pela cana-de-açúcar.

Mapa 2.2. Localização dos postos de fiscalização sanitária e a territorialização da citricultura no nordeste do Estado de São Paulo.

Fonte: Martinelli Jr, 1997, p.131.

A partir de então, foram lançados programas de escoamento da produção para o mercado interno. A Seção de Fruticultura do Departamento de Incentivo à Produção Vegetal (ligado à Secretaria da Agricultura) organizou vendas de frutas a preços módicos em cidades e, associada à Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), distribuiu gratuitamente laranjas para trabalhadores de indústrias (HASSE, 1987).

O Conselho Federal do Comércio Exterior do Ministério da Agricultura criou a Junta Reguladora do Comércio da Laranja e, por meio da Carteira de Crédito Agrícola e da Comissão Executiva das Frutas, interveio no setor para racionalizar a produção e a comercialização através

de várias medidas. Entre estas estavam a compra de toda a produção; a redução em 30% da superfície plantada; a ampliação do mercado interno através da criação de centros de distribuição de laranjas nas grandes cidades; a classificação e o controle das frutas destinadas à exportação; incentivos para a produção de óleos comestíveis de frutas cítricas graças à instalação em Limeira de uma indústria pertencente à Secretaria da Agricultura do Estado⁷¹.

Em 1959, comerciantes e produtores de laranja de Bebedouro, através da Sociedade Paulista de Fruticultura Tropical, organizaram uma manifestação contra a falta de mercado e contra a ação de comerciantes especuladores, enterrando simbolicamente, ao longo de estradas, 200 mil caixas de laranjas⁷². A demanda principal dos produtores - investimentos no beneficiamento industrial das frutas - foi mais uma vez reforçada, uma vez que a tentativa de fixação de um preço mínimo e de um sistema de cotas de exportação não tinham conseguido atenuar os efeitos da superprodução.

A regionalização da cultura no norte do Estado de São Paulo foi impulsionada pela estruturação da comercialização, pela localização de escritórios de exportação e de *packing-houses* instalados nesta região. Em outras palavras, a região tradicional de produção de frutas cítricas nasceu da infra-estrutura produtiva, comercial e organizacional desenvolvida ao longo do tempo, inclusive pela economia cafeeira. Ela se consolidou, entretanto, pela concentração geográfica de indústrias de transformação implantadas a partir dos anos 1960, impulsionadas pelos efeitos nefastos da superprodução das frutas e da dificuldade do mercado internacional em aceitar a qualidade da fruta fresca brasileira sob o contexto do projeto nacional de modernização agrícola (MARTINELLI JR, 1987).

De acordo com Martinelli Jr (1987), os preços médios da laranja e as políticas fiscais e de crédito foram as principais causas do desenvolvimento da cultura. De 1947 a 1951 e de 1954 a 1958, a taxa de crescimento dos preços foi superior àquela de outros produtos agrícolas e, pela primeira vez, ultrapassou o preço médio do café. Entre 1958 e 1962, os preços da laranja apresentaram uma tendência à queda, como todos os outros produtos agrícolas, situação agravada pela superprodução. Entre 1967 e 1971, os preços aumentam em 15% em relação à média de 1959-1963, confirmando a tendência à elevação, impulsionada desta vez pela existência, ainda que tímida, de outro destino para as frutas, a transformação industrial.

Apesar de algumas experiências iniciais e pontuais na transformação de frutas, a importância econômica da citricultura consolidou-se quando o suco passou a ser o subproduto mais significativo, principalmente quando concentrado e congelado. De acordo com Martinelli Jr. (1987, p.102), dentre as dificuldades técnicas anteriores para este empreendimento, estavam a

⁷¹ *Folha de São Paulo*, 14.08.1943. Esta indústria instalou-se na Casa da Laranja e foi a primeira experiência na transformação das frutas e na produção do suco no auge das dificuldades encontradas no comércio internacional. Suas instalações foram alugadas em 1954 para Edmund Van Parys, filho de um importador de frutas da Bélgica, possibilitando a criação da primeira indústria de transformação do limão, a Citropectina S.A., produzindo pectina (gelatificante de indústrias alimentares e farmacêuticas).

⁷² "Cemitério de laranjas - refugio da exportação", *Folha da Manhã*, 11.05.59; *Diário de São Paulo*, 03.11.59 e *Última Hora*, 20.05.59.

falta de conhecimento sobre a extração e o acondicionamento do suco, a ausência de capitais para investir nesta atividade e o modesto desenvolvimento do mercado dos subprodutos industrializados da laranja (como as indústrias químicas, farmacêuticas e alimentícias).

Após a fase de rigidez na política cambial (de 1947 a 1953), os investimentos estruturais tornaram-se mais favoráveis aos exportadores, uma vez que a acumulação necessária para o estabelecimento de indústrias competitivas no mercado internacional de suco foi assegurada. A criação do Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) - ligado ao Instituto Agrônomo de Campinas e sob a orientação da FAO -, deu um reforço importante para a pesquisa sobre a transformação industrial, o transporte, a conservação e o acondicionamento dos produtos alimentares de origem vegetal e animal. A partir de 1968, este Instituto passou a promover projetos de implantação das pequenas e médias indústrias de transformação das frutas. Assim, os fundos financeiros mais importantes para este empreendimento vieram tanto de capitais de grandes citricultores da região⁷³, que se tornaram industriais, quanto de grandes empresas de exportação de laranjas "in natura", situadas nos municípios citrícolas mais importantes (MARTINELLI JR., 1987, p. 131).

A instalação das agroindústrias foi acima de tudo possível graças ao desenvolvimento de uma citricultura em bases técnico-organizacionais capitalistas (anos 1950 e 1960), que pôde dar rapidamente respostas às demandas da indústria, especialmente pela substituição de variedades como a Bahia pela Pêra⁷⁴, a seleção e preparo de novas plantas mais resistentes às doenças e melhor adaptadas à industrialização através da padronização.

A partir da metade dos anos 1960, o setor recebeu fortes incentivos para seu desenvolvimento. Generosos subsídios, concedidos através do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), favoreceram a modernização técnica da agricultura (como o crédito de custeio - compra de produtos químicos e de mudas - e o crédito de investimento - compra de equipamentos); incentivos para a expansão da superfície plantada pela concessão de crédito a taxas de juros ainda mais baixas do que as do crédito agrícola em geral, através de um programa de reflorestamento⁷⁵.

Inicialmente, a industrialização das frutas submeteu-se ao comportamento das colheitas de laranja da Califórnia (EUA). Assim, as geadas que afetaram a produção americana de 1962 a 1965⁷⁶ encorajaram a implantação do primeiro projeto grande de produção de suco congelado e concentrado no Brasil - a SUCONASA (Sucos Nacionais S.A), subsidiária da Toddy, em

⁷³ A "industrialização" foi empreendida principalmente por grandes proprietários e, sobretudo, por comerciantes, devido à acumulação originária da exportação das frutas, como é o caso de Alberto Cocozza, Edmund Van Parys, Karl Fisher e José Cutrale, os quais devem sua projeção na transformação das frutas à suas operações de *packing-houses*.

⁷⁴ No final dos anos 1930, cerca de 80% das laranjas exportadas pertenciam à variedade Bahia e 15%, à Pêra. A partir dos anos 1950, a Pêra vai representar 70% das exportações.

⁷⁵ A cultura da laranja entrou no quadro do programa destinado à concessão de incentivos para o reflorestamento destinados à indústria de papel e celulose ao longo dos anos 70. Segundo Hasse, 9.000 ha de laranja em São Paulo e Minas utilizaram estes incentivos. O grupo econômico Bozzano-Simonsen foi um dos grandes beneficiários. Em 1976, ele foi suspenso. Nos anos 90, surgem incentivos à renovação dos pomares.

⁷⁶ Ver no *Anexos II a Tabela 15*, mostrando as principais geadas que afetaram a região citrícola nos EUA.

Araraquara em 1963. No início dos anos 1960 também instalou-se a COMPANHIA MINEIRA DE CONSERVAS, a SEIVA MULTISSUCO S/A e a CITROSUCO PAULISTA S/A.

Tabela 2.1. *Indústrias de transformação (produção de SLCC): localização, ano de instalação, capacidade de transformação inicial, 1974/75.*

Empresas	Localização	Ano de instalação	Capacidade inicial		Capacidade 1974/1975	
			Nº Ext.	Caixas/Safra	Nº Ext.	Caixas/Safra
Cia. Mineira de Conservas (Sanderson S.A.)	Bebedouro	1962	1	0,10	32	5,33
Suconasa (Sucocítrico Cutrale S.A.)	Araraquara	1963	6	1,00	84	14,00
Citrobrasil S.A.	Bebedouro	1965	12	1,00	28	4,67
Citrosuco Paulista S.A.	Matão	1964	6	1,80	70	11,67
Seiva S.A.	Bebedouro	1963	3	0,50	-	-
Universal Citrus S.A.	Barretos	1965	8	2,00	-	-
Avante Produtos Alimentícios (Sucolanja)	Limeira	1968	6	1,50	20	3,38
Citral S.A.	Limeira	1971	6	1,00	24	4,00
Sucorrico S.A.	Araras	1971	7	1,45*	28	4,67
Tropisuco S.A.	Sto. Antônio da Posse	1972	7	1,45	12	2,00
Total			62	11,80	298	49,67

¹ Em milhões de caixas de 40,8 kg. * Estimado

Fonte: Ferreira e Larson (1973) e Magalhães (1981). In Matinelli Jr. (1987, p. 212)

Em 1974, a Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico (CANECC) foi institucionalizada (Decreto Federal nº 75.061, de 19.12.1974) e sustentada pela Secretaria da Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura e pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Sua coordenação era assegurada por um conselho composto de 12 de seus próprios membros, quatro representantes da parte industrial e dois da parte agrícola. O Programa de Registro de Plantas Matrizes criado possibilitou a seleção e controle de plantações, obrigou o produtor de mudas a ter uma autorização prévia para o funcionamento de viveiros e estimulou ainda mais a mudança de variedades. Essas mudanças, associadas à transformação das frutas, influenciaram ainda mais a definição de um novo calendário de colheita⁷⁷ e, por conseguinte, a decisão dos produtores sobre a composição de variedades na formação de seus pomares:

... da preocupação ao nível da produção de uma fruta de cor boa, de aspecto agradável, de pele boa, com pouco bagaço e sabor agri-doce para o consumo europeu e a variedade para o

⁷⁷ O começo da colheita, e, portanto, o tempo total necessário para a produção de suco pela indústria, é acordado com o ciclo biológico das diferentes variedades: 1) de março a junho-julho, as variedades precoces (Tangerina, Baía, Hamlin, Lima e Baianinha); 2) de maio a agosto, variedades de meia estação (Hamlin, Ponkan, Tangerina, Tangerina, Grapefruit e Baía); 3) de julho a outubro, as variedades tardias (Pêra, Natal e Valência); 4) por último, as temporanas.

brasileiro usada como refugio para a indústria, a laranja se torna a matéria-prima para a indústria. (HASSE, 1987).

No caso da infra-estrutura industrial, o BADESP (Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo) financiou fortemente sua instalação e expansão, repassando recursos financeiros do FINAME ou POC-Programas de Operações Conjuntas do BNDES (Banco de Desenvolvimento Econômico e Social) (BELIK, 1987), também provindos do BID (Banco Inter-Americano de Desenvolvimento). Estes recursos possibilitaram o *leasing* dos equipamentos industriais de origem americana necessários para a transformação de frutas e o apoio de uma infra-estrutura complexa, capaz de fornecer os serviços auxiliares de transporte, energia e outros.

Entre 1974/76, a citricultura passou por outra crise, advinda do "choque do petróleo", que causou queda nas exportações (superior a 10% no volume total exportado, que vinha anteriormente se duplicando a cada intervalo de dois ou três anos). Houve também uma redução em 50% no mercado futuro e aumento do volume de suco estocado, resultando numa redução do capital de giro operacional das agroindústrias, principalmente das pequenas e médias (MARTINELLI JR, 1987, p. 214-216). A SANDERSON S.A. PRODUTOS CÍTRICOS, com capacidade de transformação da ordem de 20 milhões de caixas, das 30 milhões produzidas na região, abriu falência. O impacto da crise provocou a desaceleração do comércio regional, o desemprego de trabalhadores rurais e efeitos negativos sobre toda a cadeia citrícola, uma vez que a região era então responsável por 50% de toda a produção paulista.

Os produtores organizaram um movimento conhecido em Bebedouro como "*O Grito da laranja*", apresentando as seguintes reivindicações: a) reenquadramento da CITROSUCO no plano oficial de escoamento da colheita, uma vez que esta agroindústria tinha sido proibida de exportar por prática de *dumping*; b) criação de soluções para atenuar a crise financeira da SANDERSON; c) criação de subsídios de forma a que as outras indústrias pudessem operar com plena capacidade, eliminando a capacidade ociosa pela instituição de cotas de exportação; c) adoção imediata do plano de comercialização voltado ao mercado interno.

Devido à desorganização na comercialização das frutas (incidência de vários preços pagos pela caixa de laranjas, irregularidade no fornecimento de frutas à agroindústria e na exportação de suco), a CACEX criou, em 1975, o Comitê de Exportação de Suco Cítricos, agrupando representantes do Ministério da Agricultura, da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, citricultores e agroindústrias. Seu objetivo foi a obtenção de informações sobre as diversas etapas e atividades do setor para articular seus respectivos programas entre si e estabelecer uma política global de comercialização para aumentar a receita cambial e garantir uma remuneração mais justa aos produtores, facilitando as negociações entre eles e as indústrias. As seguintes medidas foram adotadas: a) estabelecimento de um preço mínimo de exportação fixado pela CACEX; b) determinação de um limite máximo de volume total para exportação e distribuição entre as agroindústrias de cotas para exportação; c) fixação de um preço mínimo por caixa de laranja; d) incentivo ao armazenamento de suco através de juros subsidiados,

equivalentes a 10% da cota de toda a agroindústria; e) eliminação progressiva de incentivos fiscais para reflorestamento; f) reestruturação de valores do IPT (Imposto sobre Produtos Transformados) e ICM (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias) equivalentes a 28%, como incentivo para a exportação (MARTINELLI JR., 1987, p. 218).

Dentre as medidas tomadas pelo Ministério da Economia salientam-se: a) redução do preço de transporte ferroviário em 35%; b) distribuição de laranjas pela COBAL em todo o país; c) facilidades de crédito nos bancos oficiais às indústrias que pagassem ao produtor o preço mínimo definido pelo governo; d) possibilidade de suspensão das punições impostas às indústrias que aviltavam o mercado pela via de exportação, por preços menores que os das cotações oficiais.

Os produtores, unidos na CAPDO (Cooperativa Agrária dos Produtores de Café do Oeste de São Paulo), agrupando os 44 municípios da região de Bebedouro, adquirem a SANDERSON através de um empréstimo do Banco Nacional de Crédito Cooperativo em 1974. Em 1975, ela foi comprada pelo governo do Estado de São Paulo, que a administrou durante quatro anos (sob o nome de FRUTESP). Em 27 de julho de 1978, a Assembléia Legislativa aprovou a privatização da FRUTESP, com contrato assinado entre a COOPERCITRUS (Cooperativa dos Citricultores do Estado de São Paulo), na ocasião com 3.000 associados, e o BADESP (Banco do Desenvolvimento do Estado de São Paulo) (HASSE, 1987).

A partir de 1977, as condições externas, ao lado do abrandamento da crise de 1974/76, voltaram a ser atraentes para a instalação de outras indústrias, principalmente devido às geadas nos EUA e Japão e à queda na produção espanhola e israelense devido às secas. Com a eliminação dos capitais menores e mais frágeis, a entrada de grandes grupos econômicos na transformação foi mais favorecida e as condições objetivas de constituição de um mercado oligopolista surgiram (MARTINELLI JR., 1987, p. 231). A seguir, encontra-se a relação das agroindústrias paulistas em operação no ano de 1992.

Quadro 2.1. Principais ações dos agentes produtivos durante a formação inicial do campo econômico da citricultura, 1945-1979.

1945	Os ideais nacionais de 1945 – restaurar, reconstruir e começar outra vez – incentivam a febre cítrica no interior de São Paulo. Surge a primeira fábrica de suco não concentrado, de Alberto Coccozza. Surgem os primeiros <i>packing-houses</i> em Bebedouro.
1957	O Estado do Rio de Janeiro ainda mantém-se como o maior produtor de laranjas do país.
1950/59	Carl Fisher, José Cutrale Júnior e Edmond Van Parys plantam seus primeiros pomares, respectivamente em Limeira e Matão (1950), Bebedouro (1952) e Mogi-Guaçu (1959).
1958	Morre Alberto Coccozza, o “Rei da Laranja” e precursor do uso de <i>packing-houses</i> . Começa a disputa pela vaga de líder do setor.
1959	A laranja é a cultura que apresenta a maior receita por hectare.
1962	Geadas na Flórida. A companhia Mineira de Conservas é criada e passa a produzir suco de laranja de maneira rústica. O seu fundador – o engenheiro Eduardo Rinzler – se integra a Otto Mahle – maior produtor de Bebedouro e grande exportador -, que aproveita os refugos dos pomares para extrair óleo da casca e fornecer a laranja sem casca para Rinzler esmagar. A baixa qualidade e as embalagens impróprias são barreiras que não desanimam os proprietários.

	Estes passam a importar equipamentos mais sofisticados.
1963	As exportações de laranja apresentam um crescimento de quase 5 vezes em apenas 10 anos, de 24.990 toneladas para 143.627 toneladas em 1963. Também é inaugurada a primeira planta piloto do ITAL: Uma unidade de produção de suco concentrado e congelado nos moldes americanos. Agora a finalidade da citricultura é fornecer matéria-prima para a indústria de suco. Estrategicamente instalada em Araraquara, no centro do cinturão citrícola e com mão-de-obra excedente advinda da desativação da Companhia Ferroviária Araraquarense. Com equipamentos importados, a instalação da planta durou apenas 122 dias. O fundador Pedro Santiago – executivo da norte-americana Toddy – falece antes da inauguração.
1964	O grupo Eckes da Alemanha deixa de comprar suco concentrado da Suconasa e instala no país a Citrosuco. O sócio brasileiro é Carl Fischer, que cede o terreno para a instalação da fábrica no município de Matão. Edmond Van Parys, inovador no plantio – irrigação de larga escala nos pomares – e na propagação de novas variedades – como a hamlin, de maturação precoce, e a natal e valência, de maturação tardia – instala a Citrobrasil.
1965	A empresa norte-americana FMC cede as extratoras para o Frigorífico de Barretos, que entra no negócio como locador de suas câmaras extratoras para um grupo chinês moedor de grãos. Do acordo operacional surge a Universal Citros, que é adquirida por Otto Mahle e dura muito pouco. Com a morte de Pedro Santiago, o conflito entre os herdeiros da Suconasa promove o declínio da empresa, que é resgatada da concordata por José Cutrale Júnior.
1968	Com projeto dos técnicos do ITAL é fundada em Limeira a Frular/Sucolanja.
1970	A Frular/Sucolanja é vendida para a Cia. Mineira, que já tem controle acionário do grupo italiano Sanderson, fornecedor de máquinas e equipamentos agroindustriais. A Frular/Sucolanja passa a se chamar Avante e a Cia. Mineira transforma-se na Sanderson S.A. Produtos Cítricos. A Citrosuco e a Cutrale já controlam mais de 60% da capacidade de processamento cítrico nacional.
1973	Choque do petróleo e queda do preço da <i>commodity</i> suco concentrado de laranja.
1974	Falência da Sanderson. Acusada de prática de <i>dumping</i> , a Citrosuco é impedida de exportar suco pelo governo brasileiro, pois vendia a tonelada de suco a 400 dólares, inferior à exigência da CACEX (560 dólares). Os pomares fornecedores da Citrosuco perdem as suas safras e a crise se agrava. Surge a Associação Paulista de Citricultores (ASSOCITRUS).
1975	A Sanderson volta a operar, mas sob gestão estatal (governo de São Paulo e Banespa). A instabilidade se mantém, muitos pomares próprios são vendidos para outras empresas, como a Cutrale. Em junho, diversas empresas públicas como a CEAGESP constituem a Frutesp, a partir do que restou da Sanderson. Surge a Associação Brasileira das Indústrias de Sucos Cítricos (ABRASSUCOS).
1976/78	As dificuldades de Van Parys na Citrobrasil obrigam sua venda para o grupo multinacional Cargill. A COOPERCITRUS (Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo), com sede em Catanduva passa a fornecer a laranja de seus cooperados para processamento na Frutesp, que nos primeiros anos já alcança um processamento de cerca de 9 milhões de caixas. Posteriormente, o governo intermedia a aquisição da Frutesp pela COOPERCITRUS. A concentração industrial é ampliada com a aquisição das pequenas empresas Citral (Limeira), Tropisuco (Santo Antônio da Posse) e a Sucorrico do grupo Biagi (Araras) pelos grupos Cutrale e Citrosuco. Em Matão é fundada a Frutropic por ex-diretores da Citrosuco Paulista. É criado o Fundo Paulista de defesa da Citricultura (FUNDECITRUS) em Araraquara, município central do território citrícola.
1979	É fundada a Citromojiana no município de Conchal. Os acionistas são os grupos Coca-Cola, Toddy International e Leon Van Parys S/A. A Sucocítrico Cutrale coloca em operação uma nova unidade industrial em Colina.

Fonte: In Paulillo, 2000, p. 97-98.

Tabela 2.2. *Indústrias de transformação (produção de SLCC): localização e ano de instalação.*

Empresas	Localização	Ano de Instalação
Sucocítrico Cutrale	Araraquara (1)/Colina	1963/1979
Citrosuco Paulista	Matão/Limeira (2)	1964/1968
Frutesp (3)	Bebedouro	1962
Cargill	Bebedouro (4)/Uchoa	1964/1985
Sucorrico/Citral/Tropisuco	Araras/Limeira/S.A. da Posse (5)	1973/1971/1972
Frutopic	Matão	1978
Central Citrus (6)	Matão	1977
Branco Perez (7)	Itápolis	1979
Cia. Antartica Paulista	São Paulo	1978
Citrovale (8)	Olimpia	1979
Citromojiana (9)	Conchal	1979
Sicola	Sorocaba	1929
Citropectina	Limeira	1954
Bascitrus (10)	Mirassol	1984
Royal Citrus	Taquaritinga	1990

Fonte: Instituto de Economia Agrícola. In Paulillo (1994, p. 125)

(1) ex-Suconasa (2) ex-Avante (3) ex -Sanderson (4) ex-itrobrasil (5) Holding: Cutrale e Citrosuco (6) ex-Ind. Com. Matão Ltda. (7) Cutrale 49% em 1985 (8) Cutrale 49% em 1983 (9) Cutrale 100% em 1983 (10) Cutrale 49% em 1984

Em resumo, ao lado das condições gerais de desenvolvimento que receberam os produtos de exportação na agricultura, sejam os voltados para a agricultura, sejam os destinados à transformação industrial, um conjunto de políticas públicas foi criado especificamente para o setor cítrico, particularmente no que diz respeito aos subsídios diretos para a agroindústria, para as exportações de suco e para os produtores agrícolas, o que permitiu a consolidação da articulação entre citricultura e agroindústria de transformação, permitindo ao país competir no mercado internacional de suco.

Quadro 2.2. *Principais acontecimentos do período inicial de formação do campo econômico da citricultura.*

Anos 1950	Criação de pacotes tecnológicos pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC)
Anos 1960	Linhas de crédito rural beneficiam a ampliação de pomares no cinturão cítrico
1970	Criação do Comitê de Exportação de Sucos junto à CACEX
1974/76	Crise na citricultura e início do processo de reorganização de seu complexo industrial
1976	Estado mantém papel de coordenador das relações entre citricultura e indústria
1978	Criação do Fundo Paulista de Defesa da Citricultura (FUNDECITRUS)
Anos	Redução das ações diretas do Estado: cresce o foco em pesquisas e divulgação

1980	(ações indiretas)
------	-------------------

Fonte: Paulillo (1994, p. 60-69)

No período analisado até aqui, surgiram associações de interesses dos produtores e indústrias, mas desarticuladas entre si, apresentando-se isoladamente perante o Estado, que coordena a constituição do setor, visando à modernização da citricultura e à consolidação industrial para o país ingressar no mercado internacional. A implantação da agroindústria foi, entre os anos 1960-1970, o fator mais determinante do desenvolvimento da citricultura e, a partir dos anos 1980, a nova articulação de interesses na agricultura regional entre a produção agrícola e a indústria, concomitantemente à diminuição da presença direta e específica do poder público no setor. O *habitus* empresarial experimentará, em cada fase, novos horizontes de produção e interpenetração nas relações sociais que surgem, assumindo distintas configurações, conforme será analisado posteriormente.

2.2.4.2. A transitoriedade da agricultura familiar: o surgimento do trabalhador temporário e a emergência dos produtores familiares modernos

Analisou-se anteriormente o complexo processo que conduziu à implantação da agroindústria citrícola e o modo pelo qual os grandes proprietários de terra ficaram à frente, de uma certa forma, da direção e das formas das mudanças que ocorreram. À medida que avançou a integração com a indústria, entre os anos 1960-70, os grupos sociais transformam-se e outros emergiram, definindo-se novas formas dominantes nas relações sociais.

Desta forma, enquanto o café se expandia para o oeste do Estado de São Paulo, a pecuária (atividade tradicional) e várias culturas temporárias, como o algodão, o arroz e o milho, substituíram essa cultura. Este período de transição, entre a crise do café e a expansão da citricultura, foi marcado por um duplo movimento na estrutura fundiária regional: de um lado, uma relativa desconcentração, de onde emergiu, entre as grandes propriedades, a pequena propriedade familiar, que se torna mais importante numericamente, e de outro, uma redefinição da grande propriedade⁷⁸ ou das parcelas oriundas da divisão desta, pela implantação da parceria⁷⁹ e, em menor intensidade, do arrendamento⁸⁰.

As possibilidades que os produtores familiares tinham para enfrentar as restrições nas suas bases materiais e financeiras de produção, como para adotar a nova organização de trabalho baseada no trabalho assalariado que a citricultura, na sua fase de expansão inicial, impunha (com

⁷⁸ A Fazenda Santa Irene, por exemplo, pertencente ao Coronel Abílio Manoel Marques e que circundava a cidade de Bebedouro, foi desmembrada em 1929. Hoje grande parte de suas terras pertence ao grupo Cutrale.

⁷⁹ Parceria é uma relação social de produção regida formalmente por um contrato entre um agricultor e um proprietário de terra. A remuneração do primeiro corresponde a um percentual da produção (variável segundo as condições oferecidas pelo proprietário como o uso das edificações e equipamentos existentes). O meeiro foi a forma pela qual esta relação mais expressou-se na região e define este percentual em 50%.

⁸⁰ O arrendamento é regido formalmente por um contrato de exploração de um pedaço de terra através de um preço predefinido. Sobre o uso do arrendamento para engorda do gado, ver Graziano da Silva (1981).

a expropriação dos meeiros), tornaram-se centrais para sua estabilidade na nova cultura. Mais recentemente (anos 1980 e 1990), as condições que estes produtores familiares tiveram para alinhar-se com as características definidoras do "*produtor moderno*" não vão se restringir apenas a aspectos materiais e financeiros. Na medida em que este alinhamento se operava, os produtores familiares passaram por grandes transformações que acabaram descaracterizando-os enquanto tais, quando se considera as definições tradicionais adotadas para caracterizá-los.

Apesar da emergência da agricultura familiar neste período das transformações na agricultura regional, a presença da oposição entre proprietários-não-trabalhadores e expropriados-trabalhadores desde o período do colonato, passando pela parceria e arrendamento, e potencializados pelos parâmetros de seleção ocorridos, imprime uma dinâmica peculiar no campo conflitual na citricultura, marcando as experiências do *produtor familiar moderno* ao longo de sua trajetória social, conforme será analisado mais adiante.

Em face da desorganização progressiva da economia cafeeira, os grandes proprietários fundiários procuraram reverter suas propriedades para outra atividade agrícola. Esta desorganização caracterizou-se: a) pela saída da mão-de-obra agrícola disciplinada, representada pelos colonos; b) pela contestação de seu poder pessoal e burocratizado pelos outros grupos sociais, até mesmo urbanos (classe média, proletariado urbano, industrial e trabalhador agrícola); c) pela acentuada queda do valor de suas terras; d) por seu endividamento junto ao sistema financeiro devido às dificuldades de comercialização da produção de café.

Muitos grandes fazendeiros faliram. Outros reuniram o capital necessário para saldar as dívidas junto aos bancos e ao Estado, vendendo parte de suas fazendas hipotecadas em lotes ou cedendo-as aos credores (PRADO JR., 1935, p. 52-64). Para sua maioria, as dificuldades financeiras levaram, portanto, à perda ou à redução drástica de suas terras, o que produziu uma alteração significativa na estrutura fundiária municipal. De outro lado, aqueles que sobreviveram a esta crise aproveitaram a conjuntura para aumentar seu patrimônio, comprando terras diretamente dos bancos e ampliando a criação de gado (BRAY, 1974, p. 21-22) ⁸¹. A pecuária predominou em Bebedouro durante as décadas de 1940 a 1960 (de acordo com o IBGE, em 1940, os pastos ocuparam 58,7% da superfície agrícola do município; em 1950, 58,5%; e em 1960, 53%), tendo o município se tornado um importante produtor de carne e abastecedor dos matadouros do município de Barretos.

Normalmente associadas à criação de gado, ao longo do Programa de Erradicação do Café, as grandes propriedades diversificaram-se na direção de culturas temporárias (cereais, mandioca ou algodão), principalmente através da parceria e do arrendamento. Porém, não raro, o movimento posterior seria também o da reconversão da totalidade das terras à pecuária, conseqüentemente com a expulsão dos meeiros e dos arrendatários (BRAY, 1974).

⁸¹ Segundo Bray (1974, nota 1, p. 21- 2), o fato de a pecuária ter atenuado a crise econômica pela qual passavam os grandes proprietários é uma das razões que explica hoje por que os mais tradicionais entre eles preferiram a "segurança" do gado à citricultura, à qual eles aderem muito marginalmente com pomares de baixa produtividade.

Principalmente a parceria - como nova relação social que surgiu na região em substituição ao colonato - e a diversificação das culturas representaram, naquele momento, uma alternativa estratégica para os fazendeiros de café, tanto para imobilizar a força de trabalho de forma mais rentável que a do colono (uma vez que dispensava o pagamento de salários) quanto para revalorizar suas terras. Assim, o sistema de produção inicial, adotado predominantemente na cultura de laranja, assumiu um caráter especulativo. Ao lado da manutenção da pecuária, os grandes proprietários permitiam aos meeiros cultivar algumas culturas sazonais entre as fileiras remanescentes de café ou entre as fileiras das jovens laranjeiras, atenuando, assim, antes da fase plenamente produtiva das plantações de laranja, os riscos de um mercado ainda muito instável. Esta imobilização fundiária (reforçada pela retenção da mão-de-obra na propriedade) permitiu aos grandes proprietários ter acesso aos créditos subsidiados das novas políticas agrícolas federais a partir de 1965, uma vez que o volume dos créditos era proporcional à quantidade de terras dadas como garantia.

O acesso a terra, agora como meeiros ou arrendatários, permitiu aos antigos colonos e aos moradores dedicar-se à agricultura de subsistência, e também ao abastecimento do mercado local e, portanto, de reproduzir-se de forma relativamente mais autônoma. Esta "autonomia relativa" tomou várias formas, de acordo com as especificidades dos contratos. Por exemplo, quando o proprietário tinha interesse particular por um produto, ocupando-se em parte com a fase de seu plantio, o meeiro ou arrendatário não podia plantar este produto, ou então, o preço do direito de exploração era mais elevado do que o previsto pela lei.

A presença, na região de pesquisa, de algumas pequenas e médias propriedades, é anterior à crise de 1929. Não obstante, foi após a decadência da economia cafeeira que elas surgiram com mais força na estrutura fundiária, devido ao parcelamento das fazendas, seja pela divisão das propriedades pelas partilhas de heranças, seja pela venda de parcelas de terra, como foi salientado acima no caso dos fazendeiros endividados e, com menos intensidade, pelo reembolso ou troca de dívidas salariais para com os colonos por lotes de terra, que, desta forma, tornam-se proprietários de terra (PRADO, 1983).

Os produtores familiares, com sua concepção de agricultura, identidade e organização de trabalho, ficaram mais protegidos da crise que os grandes fazendeiros. Eles continuaram, durante um certo tempo, a produzir café (Bebedouro conta com um número importante de jovens pés de café no início dos anos 1930) ou culturas temporárias. Com o sistema de comercialização que se instaurou inicialmente -, compra dos frutos durante a floração e os altos ganhos aos produtores que esta compra possibilitava - os produtores familiares substituíram mais rapidamente o café, as florestas e os pastos por laranjeiras. No entanto, a maior parte dentre eles lançou-se na citricultura sob o peso de dívidas com bancos ou diretamente com antigos grandes proprietários, em consequência da compra da terra.

Em Bebedouro, a maioria dos *produtores familiares modernos* conquistou a propriedade da terra após uma complexa trajetória, resumida nas palavras de um entrevistado, "*fui colono*,

meeiro, arrendatário, fui de tudo...", ao reforçar seu passado como trabalhador rural. Neste caso, a reconversão da cultura do café para a da laranja foi lenta, ainda mais que a terra adquirida encontrava-se normalmente plantada com cafeeiros ou era de qualidade ruim, e, num primeiro momento, impunha-se a prioridade de assegurar a sobrevivência e uma estabilidade financeira mínima para a família.

Lentamente, com a progressiva valorização das terras, com a recapitalização dos grandes proprietários e com a configuração de condições comerciais favoráveis, na região em estudo, o café e os pastos foram definitivamente substituídos pela citricultura, com a extinção da parceria e arrendamento. A seleção social afetou, então, principalmente os pequenos proprietários e os não-proprietários a partir do momento em que a citricultura tornou-se dominante, uma vez que esta cultura demandava quatro anos para entrar em fase produtiva e impunha procedimentos técnicos a serem seguidos, o que requeria um certo capital de investimento. Além disto, era necessário ter algumas condições favoráveis no mercado, em face dos altos riscos que a mudança representava.

Atualmente, encontram-se também em Bebedouro, dentre os pequenos e médios proprietários que não têm origem rural -como é o caso dos ex-colonos ou ex-meeiros -, produtores que são profissionais liberais ou comerciantes, os quais compraram terras com velhos cafeeiros por volta dos anos 1960, e lançaram-se mais rapidamente na cultura. Não existem, porém, dados sobre a participação deste tipo social de produtores na citricultura em São Paulo.

A perda das condições de produção dos meeiros e arrendatários, ao longo do período 1940-1975, provocou a diminuição da produção de gêneros alimentícios em Bebedouro. Esta perda se dá, primeiramente, pela expansão da pecuária e, em seguida (notavelmente nos anos 1960-70), pela revalorização no preço das terras, já como consequência da expansão da citricultura. A tabela 2.3 abaixo mostra como a área plantada com culturas temporárias diminuiu consideravelmente neste período. Em 1960, as culturas temporárias ocupavam 15,15% da área agrícola total, percentual que desceu para apenas 6,82% em 1972.

Tabela 2.3. Alterações nas áreas plantadas com culturas temporárias, Bebedouro, 1950-1972.

Culturas anuais	1950		1960		1966		1972	
	ha	%	ha	%	Há	%	ha	%
Milho	1.320	21,9	3.600	47,5	3,085	53,2	2.053	50,2
Arroz	1.200	19,9	2.880	38,0	2,182	37,6	1.276	31,2
Amendoim	72	1,0	24	0,3	217	3,7	358	8,7
Algodão	1.080	17,9	672	8,8	74	1,2	205	5,0
Mamona	72	1,0	480	6,3	15	0,2	84	2,0
Mandioca	980	16,2	432	5,7	74	1,2	4	0,1
Cana	648	10,7	240	3,1	29	0,5	15	0,3
Tomate	-	-	-	-	-	-	89	2,1
Feijão	648	10,7	240	3,1	120	2,0	-	-
Total	6.020	100,00	7.568	100,00	5.796	100,00	4.084	100,00

Fonte: Casa da Agricultura, INCRA E IBGE. In Bray (1974, p. 54)

De acordo com os Censos Agropecuários do IBGE (BRAY, 1974, p. 14), a citricultura representava, em 1950, 2,6%, e o café, 36,2% da superfície agrícola municipal. Em 1960, 18,6% da área utilizada estava ocupada com frutas cítricas e 18,6%, com café. Em 1970, as frutas cítricas ocupavam 47,5% e em 1975, 51,4% da superfície. Entre os anos 1960-1970, a citricultura substituiu em grande parte a superfície outrora destinada aos pastos (62% da área utilizada contra 33% em 1940), uma vez que a área das florestas não se alterou (PRADO, 1983, p. 72).

Em síntese, em Bebedouro, a estrutura fundiária estava muito concentrada no ano de 1920; em 1940, nota-se um movimento de desmembramentos das fazendas de café; entre 1950-60, ocorreram aglutinações de propriedades devido à expansão do gado; entre 1960-70, a citricultura provocou uma nova reconcentração de terras; e, após os anos 1970, esta estrutura tendeu a se estabilizar (BRAY, 1974, p. 37-38). Em Bebedouro, as propriedades de até 50 ha são, até hoje, as mais numerosas na estrutura fundiária municipal.

Tabela 2.4. *Número e tamanho das propriedades por grupo de área, Bebedouro: 1975, 1980, 1985 e 1991.*

Grupo de área (há)	Número				Tamanho (ha)		
	1975	1980	1985	1991*	1975	1980	1985 ¹
0 – 5	44	61	40	29	130	152	97
5 – 10	70	51	47	29	549	391	356
10 – 50	341	361	329	228	8442	8982	8502
50 – 100	105	109	108	95	7285	7655	7615
100 – 200	65	61	70	64	9147	8567	10001
200 – 500	53	51	49	34	15801	15443	14860
500 – 1000	19	17	21	26	13375	11954	14805
1000 – 5000	7	7	6	15	10082	9778	10899
Total	704	718	670	520	64811	62922	67135

Fonte: IBGE, 1975-1985. *Calculado a partir de dados cedidos pela Coopercitrus, 1991.

¹ As somas das parcelas pode não coincidir com o total, em função dos arredondamentos efetuados nos dados parciais.

No Estado de São Paulo, segundo dados do IBGE, em 1970 as propriedades com menos de 10 ha correspondiam a 50,78% do total de propriedades que produziam laranjas, mas sua participação na produção se limitava a 6,04%. Em 1975, observa-se o declínio de sua participação na produção para 2,82% e, em 1980, para 1,67%. Por outro lado, neste mesmo ano, propriedades entre 10 e 100 ha que produziam laranjas representavam 83,69% do total dos estabelecimentos, participando com 36,47% do total produzido; e as propriedades entre 100 e 1.000 ha participavam com 50,56% deste mesmo total. Estes mesmos dados apontam que a produção de laranjas se concentrou, portanto, ao longo destas décadas, cada vez mais, nas propriedades que variam entre 100 e 1.000 ha (com um total de 87,03%). Em outras palavras, a

seleção social favoreceu os médios e grandes estabelecimentos, isto é, aqueles que apresentam menores custos operacionais em função de ganhos em escala possibilitados pela tecnologia adotada e que apresentam uma capacidade de resistência maior nos momentos em que os preços das frutas estavam deprimidos (SIFERT, 1992, In RODRIGUES, 1995, p. 65)⁸².

Tabela 2.5. São Paulo, Produção de laranjas por grupos de área (1.000 frutos colhidos), 1970-1980

Grupos de Área (ha)	1970	%	1975	%	1980	%
- 10	515.009	6,04	471.375	2,82	537.024	1,67
10 a -100	3.145.491	36,92	6.193.719	37,11	11.753.126	36,47
100 a -1.000	3.922.661	46,04	8.125.439	48,69	16.291.810	50,56
1000 a - 10.000	933.661	10,96	1.875.538	11,24	3.630.029	11,26
10.000 e mais	3.573	0,04	21.938	0,13	11.252	0,03
Total	8.520.395	100,00	16.689.021	100,00	32.223.243	100,00

Fonte: Censos Agropecuários. In Martinelli Jr.(1987, p. 158)

As culturas intercalares entre fileiras das mudas de laranjeiras são ainda adotadas nas pequenas e médias propriedades, o que as distingue das grandes propriedades modernas, nas quais todo o ciclo da produção agrícola gira somente ao redor das frutas cítricas. Esta prática depende, porém, da presença de trabalhadores residentes e do ritmo na renovação do pomar, e é realizada até o quarto ano do desenvolvimento da árvore, isto é, enquanto os tratamentos culturais não são realizados, o que poderia afetar o sistema radicular das árvores.

O binômio café-gado foi substituído no município pelo binômio laranja-gado - com exceção das pequenas propriedades, porque nas palavras de um produtor entrevistado, "*a pecuária não funciona para elas*", por causa do tamanho destas propriedades e da prioridade dada à produção de frutas cítricas. A pecuária ocupa ainda um lugar significativo nas médias e grandes propriedades em termos de área. Apesar de sua rentabilidade financeira ser irrelevante segundo os entrevistados, a presença de gado possibilitava ao proprietário manter a terra em estado de espera para uma possível expansão da citricultura ou para vendas futuras de parcelas de terra.

A grande diversificação de variedades de frutas cítricas com diferentes ciclos de produção dificultava que a indústria (responsável pelo agendamento do momento da colheita) procedesse, em grande escala, ao "*limpa pé*" (colheita do conjunto do pomar em uma única vez ao longo do ano-safra) e que o produtor maximizasse seus ganhos⁸³. Nas pequenas propriedades,

⁸² A maior parte dos dados oficiais sobre propriedades citrícolas no Estado de São Paulo (da agroindústria e órgãos de assistência e vulgarização agrícola), caracteriza a base social dos citricultores através do número de árvores plantadas, sem mencionar o tamanho das propriedades e a superfície ocupada pela cultura em cada faixa de tamanho das propriedades, impossibilitando as análises relacionando tamanho da propriedade e produtividade agrícola. Segundo dados da FUNDECITRUS de 1997, das 28.457 propriedades citrícolas no estado, 26.376 pertencem a pequenos produtores (média de 4.108 árvores/pomar; 1.835 são médios produtores (média de 40 mil árvores/pomar) e 246 grandes produtores com 220 mil árvores/pomar (Folha de São Paulo, 20.05.1997).

⁸³ A diversificação de variedades no pomar foi diminuindo com os requisitos de padronização do suco e hoje se observa principalmente nas propriedades voltadas ao mercado de frutas "in natura".

ainda hoje, há pouca variedade de frutas cítricas. A diversificação de variedades pode ser observada principalmente em propriedades que vendem uma parte das frutas no mercado de frutas frescas ou quando o produtor tem a possibilidade técnica e organizacional para lidar estrategicamente com os diferentes tempos de produção e fornecimento à indústria.

Enquanto, entre os anos 1950 e 1970, consolidou-se a produção familiar, como viu-se acima, o processo de expropriação das condições de produção dos parceiros e arrendatários surgia como a outra face perversa das mudanças que afetariam a região em estudo. A organização e a institucionalização do mercado de trabalho resultou de muitos fatores: a legislação do trabalho; as políticas de modernização agrícola dos anos 1960; a (re)concentração fundiária (a partir da expansão da pecuária e da citricultura comercial ao lado do gradativo aumento do preço da terra e das transformações na base técnica de produção); as modificações nas relações de trabalho (a substituição do sistema de pagamento total ou parcial em produtos "in natura" pelo sistema de remuneração monetária, como foi analisado). Neste período há uma grande redução da população rural de Bebedouro⁸⁴. Os trabalhadores expulsos (inclusive os moradores) deslocaram-se para a periferia da cidade (onde vão morar em casas situadas na periferia das cidades, a maioria construída com recursos do extinto Sistema Nacional de Habitação Popular), e/ou emigraram para as novas regiões de café (mais para o oeste) ou para os grandes centros urbanos. Desta forma, a consolidação progressiva do mercado de trabalho na citricultura indicou a existência de um processo crescente de dissociação das esferas terra/trabalho/habitação para os trabalhadores e de generalização das relações de trabalho assalariadas baseadas na sazonalidade.

A origem social dos trabalhadores temporários na citricultura é também aquela da imigração dos *camaradas*⁸⁵ de outros municípios ou mesmo de outros estados (principalmente Bahia e Minas Gerais) e sua incorporação no mercado de trabalho como *bóias-frias*⁸⁶, durante anos 1950-70 na região. Nos anos 1980, ainda havia um pequeno fluxo de imigração de chefes de família muito pobres na fase da colheita da laranja, em busca de uma renda complementar à sua agricultura de subsistência.

A sazonalidade decorre da modernização técnica parcial do processo de produção⁸⁷ e, por outro lado, do aumento na rentabilidade propiciada pela redução dos custos de reprodução social

⁸⁴ A população rural de Bebedouro representava 56,2% do total do município em 1950; em 1960, caiu para 41% e em 1970, para 22%. A cidade de Bebedouro teve uma taxa de crescimento populacional entre 1960 e 1970, de mais de 50%, sendo que a taxa média do estado de São Paulo foi, no mesmo período, de 36% (BRAY, 1974, p. 46-47).

⁸⁵ *Camaradas* é o nome dado aos trabalhadores sazonais que chegam de caminhão de regiões cafeeiras em declínio ou de agricultura pobre. Algumas vezes dentre eles encontram-se pequenos agricultores que vêm complementar sua renda da colheita da laranja ou do corte da cana-de-açúcar. Entretanto, este movimento tende a terminar devido a resistências dos trabalhadores do "lugar".

⁸⁶ *Bóia-fria* é o trabalhador rural, habitando vilas na periferia das cidades e recrutados para executar uma tarefa específica, temporária, aliciado por um recrutador de mão-de-obra. Sua remuneração pode ser por tarefa, por dia ou por semana, mas sem *contrato formal de trabalho com o empregador*. Cf. Silva e Rodrigues (1982, p. 56-85). Ver também D'Incao (1983).

⁸⁷ No sentido em que nem todas as fases do ciclo produtivo são mecanizadas, ou mesmo que possam ser, os proprietários não a adotam devido às vantagens dos cuidados manuais quanto à integridade das árvores.

da força de trabalho possibilitada por demandas de trabalhadores apenas em fases precisas do ciclo de produção e na colheita dos frutos. Desta maneira, as flutuações no ritmo e na intensidade da demanda de trabalho interna ou externa à propriedade decorrem da duração do período da safra e da entressafra, isto é, do hiato entre o tempo de trabalho (a colheita das frutas particularmente), das demandas pontuais de mão-de-obra em certas fases do ciclo produtivo e das especificidades operacionais dos tratamentos culturais necessários.

Já a forma de pagamento adotada na citricultura (por produção ou por tarefa) permite a extensão da jornada de trabalho, a intensificação e o aumento da produtividade de trabalho e, no início da expansão da citricultura comercial, uma rentabilidade maior ao proprietário pela não-incidência dos encargos sociais, tendo em vista a ausência de contratos de trabalho.

2.2. AS ORIGENS DO *HABITUS* EMPRESARIAL NO CENTRO DAS TRANSFORMAÇÕES DOS GRUPOS SOCIAIS

Foram analisadas acima a emergência e as transformações dos grupos sociais na formação social da região da pesquisa e as condições sociais, econômicas e políticas nas quais a citricultura e a agroindústria se desenvolveram até os anos 1970. A complexa inter-relação que se estabeleceu entre a reorganização dos sistemas de produção e as estratégias de reprodução social ou de acumulação dos diferentes grupos sociais na agricultura revela que a dinâmica em torno da terra e do trabalho caracterizou traços importantes das estratégias de desenvolvimento do setor, diferenciando planos de mercado para os produtores, planos estes que se circunscreveram crescentemente à agroindústria, marginalizando o papel antes desempenhado pelos comerciantes autônomos.

Em outras palavras, os processos de apropriação da terra e da organização do trabalho revelam, por um lado, as particularidades de uma formação social regional que se estruturou em torno do complexo agroindustrial citrícola e, por outro lado, a dinâmica que elas conferiram ao setor. As origens dos conflitos no setor explicitam, desta maneira, as relações de força históricas na esfera da citricultura que se projetam na sua relação com a indústria e com o mercado internacional de suco.

Os conflitos sociais em torno do apelo ao ‘título’ de empresário rural entre as elites regionais produziram oposições no plano sociocultural no âmbito do conjunto dos agentes produtivos. Martins (1975, p.15-39) – que analisa os limites da transformação do produtor rural em capitalista, isto é, sobre a dificuldade de surgimento de uma *articulação racional de meios e fins*, baseada numa contabilidade de custo da atividade do estabelecimento – afirma, porém, que nesta fase de formação social da região até o começo dos anos 1960, o caráter latifundiário e patrimonialista das elites rurais da região estudada dificultaram a apropriação do ‘título’ de empresário rural e sua expressão como *ethos* econômico.

Segundo Martins, a origem da dificuldade da apropriação, pelas elites, do ‘título’ de empresário rural está no fato de que a acumulação de capital na agricultura brasileira deu-se na

esfera da intermediação na venda dos produtos (comerciantes), desde a economia escravocrata, resultando que a fixação dos preços não se dava em função dos custos, mas os custos é que eram fixados em função dos preços, isto é, em função da oferta e demanda. Esta inversão não apenas impediu aumentos de salários como fez com que o capital não se envolvesse nas transações. Segundo o autor, operou-se *uma mentalidade anticapitalista no âmbito do sujeito*. A descapitalização no campo, que começou especialmente a partir de 1937, acentuou este fenômeno, uma vez que as políticas industrialistas não tinham no horizonte uma taxa "satisfatória" de remuneração do capital, o que implicaria uma elevação dos custos da produção industrial, pois seriam necessários salários mais elevados para atender às necessidades mínimas de reprodução da força de trabalho.

Alguns estudos de caso analisados por este autor levam à reflexão sobre porque, em alguns casos, surgem empreendimentos capitalistas, no plano da ação dos sujeitos, isto é, quando os fins pessoais coincidem com os fins do capital, e, em outros casos não, quando os fins fundamentais são os pessoais (valores, emoções, rotina). No caso aqui analisado, alguns elementos podem levantar hipóteses sobre a forma como *"não é o capital que se envolve nas transações, nem o risco é calculado em termos da sua reprodução, mas as pessoas são envolvidas e são elas que correm riscos. O capital transparece secundariamente nesse panorama"* (MARTINS, 1975, p. 21). Pode-se compreender a existência do controle social exercido através de lealdades não prescritas documentalmente, originárias das relações paternalistas entre patrão-colono, das relações de confiança nos primórdios da comercialização da laranja, das relações clientelistas existentes nos *pools* e condomínios rurais (formas de comercialização) e das formas como se reveste a relação com os trabalhadores assalariados, conforme se analisa no capítulo seguinte. Em outras palavras, a *ratio econômica* sucumbe à tutela do indivíduo pelas elites que disputam o poder econômico, dificultando a expressão empresarial na citricultura e gerando uma dependência das provisões financeiras e estruturais do Estado.

Segundo Martins, que trata deste fenômeno antes da "industrialização" da agricultura (que só foi inclusive empreendida com sucesso, no sentido na racionalidade empresarial-capitalista, por industriais que foram anteriormente comerciantes), quando havia uma clara segmentação da economia em termos de produção e comercialização, pode ser que a ascendência das relações, citadas acima, sobre os produtores familiares modernos que apresentam as trajetórias descritas neste estudo, aja como um impedimento cultural de sua compreensão e adoção das estratégias capitalistas-comerciais no setor. Entretanto, sua apropriação e expressão identitária de empresário rural é incontestável, levando, desta maneira, a que ocupem uma posição e importância sociais particulares.

Desta forma, o autor conclui que a existência de relações capitalistas de produção não leva necessariamente ao surgimento de sujeitos dotados da racionalidade empresarial em termos de ação fins-meios visando à rentabilidade do capital. A busca da produtividade e rendimento,

necessária ao sistema, pode suplantar a orientação empresarial de rentabilidade de seu capital (MARTINS, 1975, p. 33). Portanto, retornando aos pressupostos deste estudo, a produção do empresário rural pode ser analisada como proposta por Martins, enquanto ação empresarial modernizadora no campo econômico (enquanto ação ajustada aos imperativos do capital) (MARTINS, 1975, p. 41).

Pereira (1974) e Cardoso (1971) também concordam com Martins quando afirmam que o empresariado industrial no Brasil significou uma diferenciação em relação à oligarquia agrária da época. Segundo estes autores, a grande maioria era constituída de estrangeiros ou filhos de estrangeiros, sem vínculos com a aristocracia cafeeira. Desta forma, explicam-se a oposição dos cafeicultores à proteção da indústria nacional e ao empresariado industrial desejoso de obter recursos do Estado para sua empreitada modernizadora, apesar de reconhecerem a importância da industrialização. A oligarquia cafeeira comercial e os empresários industriais constituíam dois grupos de origem étnica distinta e socialmente separados. Apesar destes autores não tratarem da emergência de um ideário empresarial na agricultura da época, fica claro também que eles concordam com o fato de que os interesses das elites agrárias da época defendiam uma ação modernizadora que não lhes extraísse o poder político que detinham até então.

O *habitus* de empresário rural passa por um longo tempo de gestação na região, fortalecendo-se e expandindo-se em todo o tecido social na agricultura. Entretanto, a partir da crise de subvenção à agricultura no final dos anos 1980, ante a definição de novos critérios de reorganização do setor citrícola (modificação das relações contratuais entre produtores e indústria, novas formas de gestão da mão de obra e da terra em razão da criação de novos referenciais de competitividade, transformações nas relações Estado/agroindústria/produtores), o conjunto de referências socioculturais, que o definem centralmente, vai passar por uma reestruturação liderada pelos produtores familiares modernos, revelando grandes mudanças nas concepções e nas relações tradicionais mantidas, no passado, por estes produtores com a terra, o trabalho, a organização e a reprodução das propriedades e também indicando uma forte adaptação à lógica agroindustrial de produção e comercialização.

Como examinado acima, o empresário rural não é a face visível do sistema produtivo e de sua relação com o meio econômico circundante, mas sim uma identidade sócio-profissional que define referências socioculturais que agem como orientadoras dos conflitos sociais presentes entre grandes proprietários/produtores modernos, pequenos e médios proprietários/produtores familiares modernos (a categoria pesquisada no presente estudo) e produtores de baixa produtividade (grande, médios ou pequenos proprietários).

No sentido acima referido, deve-se citar outra reflexão de Martins (1979) que, ao analisar as condições de surgimento do associativismo empresarial, destaca que este movimento (e mentalidade) teria surgido de forma mais consistente no momento do desenvolvimento da indústria urbana nos anos 1950-1960 e pelos setores agrícolas de exportação, não como o resultado do desenvolvimento de uma consciência dos interesses de classe no *produtor rural*,

mas sim em decorrência da herança da época colonial que era exportadora de renda aqui gerada. O deslocamento de capitais do setor agro-exportador cafeeiro para os centros urbanos teria, assim, reavivado uma posição da classe proprietária neste sentido, porém limitada pelo capitalismo periférico. Haveria, desta forma, uma limitação não apenas estrutural para o desenvolvimento do empresário na agricultura (presença do latifúndio e do poder patrimonialista na citricultura e o cálculo econômico e político em torno da fixação dos preços). O permanente suporte da agricultura - descapitalização - a favor do desenvolvimento nacional atuaria também neste sentido.

CAPITULO III

A INTEGRAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO AGRÍCOLA E A AGROINDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: POSIÇÕES SOCIAIS E A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ECONÔMICO

No capítulo anterior, tratou-se do processo que conduz à "industrialização" da citricultura nos anos 1960 e 1970 na região. Foi analisado o modo pelo qual alguns grandes proprietários imprimem a direção e as formas das mudanças que ocorrem, e o modo como outros grupos sociais (colonos, meeiros, arrendatários) inserem-se, num duplo movimento de seleção e marginalização, emergindo neste contexto a produção familiar de laranja e os trabalhadores temporários. Os processos de apropriação de terras e de organização do trabalho indicaram a presença dos que fizeram a história do poder regional e do surgimento do apelo ao empresário rural que se torna um 'título' a ser disputado como condição de reconhecimento valorativo de um comportamento econômico-produtivo.

No presente capítulo, procura-se analisar os determinantes que estão na base das transformações do modo de acumulação na citricultura fundado, num primeiro momento, sobre uma expansão horizontal⁸⁸ (anos 1960-1970), depois sobre uma expansão vertical e, atualmente, sobre uma forte integração e verticalização da produção agrícola com a indústria. As últimas duas tendências citadas ocorrem principalmente na década de 1980, sob a impulsão da crise de financiamento das atividades agrícolas no país, somada aos sinais de uma crise de competitividade do setor no mercado internacional de suco que se instaura nos anos 1990.

Nas relações estabelecidas entre a citricultura e a agroindústria de transformação pode-se identificar a lógica que define os espaços de reprodução dos grupos sociais frente à dinâmica do sistema de produção e comercialização. O contexto da renovação e expansão do *habitus* empresarial no campo econômico da citricultura, a partir dos anos 1980, é analisado no plano das relações sociais subjacentes ao processo de seleção que estrutura as formas específicas pelas quais se faz progressivamente articulação da citricultura com a agroindústria de transformação. Os elementos constitutivos desta dinâmica do sistema de produção aqui analisados são: terra, trabalho, técnicas de produção e mercado.

⁸⁸ Expansão horizontal quer dizer aumento de produção com pouca inversão tecnológica; expansão vertical significa padrão de crescimento com aumento de produtividade por área. A integração e a verticalização indicam formas particulares de aproximação da agricultura com a agroindústria de transformação. O lugar da "terra" e do "trabalho" nas relações sociais decorrentes muda sensivelmente e redimensiona-se em novas situações de mercado.

3.1. AS NOVAS DINÂMICAS EM TORNO DA TERRA, TRABALHO E MERCADO

Em uma nova conjuntura da modernização agrícola – em que o emblema dominante é a competitividade - procura-se salientar os conflitos sociais que marcam a procura de métodos empresariais de produção e de gestão (que supõem posições distintas dos diferentes grupos sociais em relação à terra, ao trabalho e às técnicas de produção, conformando *diferenciadamente* o mercado). Com estes elementos contextuais, a constituição sociocultural dos produtores familiares modernos (pequenos proprietários tecnificados⁸⁹) poderá ser analisada nas suas posições tomadas em relação às mudanças e permanências em curso nas relações sociais na citricultura. Na continuidade das formas de poder regional que se interpenetram na configuração de novas formas de poder que emergem tanto na citricultura quanto na relação agroindústria-produção agrícola, o produtor familiar moderno assume sua importância central na definição da natureza dos conflitos presentes na citricultura, como será analisado posteriormente.

3.1.1. As requisições técnicas e as formas de apropriação da terra

Até a década de 1950, as possibilidades de acumulação econômica na citricultura gravitavam em torno da esfera das relações existentes entre produtores e comerciantes "autônomos", uma vez que estes últimos definiam, através da disposição de diferentes garantias, dependendo do perfil do agricultor (como exemplo garantia de colheita integral e rápida dos frutos)⁹⁰, as possibilidades deste último ingressar na produção de frutas e assumir um certo risco num mercado ainda muito instável. Conseqüentemente, o começo da comercialização das frutas aprofundou as diferenciações sócio-econômicas entre grupos sociais, prolongando a dinâmica de concentração-desconcentração da terra.

Em seguida, na fase de crescimento horizontal da citricultura, entre os anos 1960-1970, com a interiorização do capital comercial pela agroindústria, a base social dos fornecedores de frutas se constituiu, conforme analisou-se no capítulo anterior. A demora de certos produtores para aderir à citricultura comercial pode ser explicada pelas seguintes razões: a) impossibilidade de ter acesso à propriedade da terra no começo da expansão da citricultura devido à elevação progressiva do seu preço ou à existência de dívidas originárias da compra de terra (freqüentemente de má qualidade); b) dificuldade de investir capitais elevados para se lançar e estabilizar-se na nova cultura em face das exigências de modificação da base técnica de produção e de contratação de trabalhadores temporários; c) exigência de parte da indústria de fornecimento de grande volume de produção por propriedade para amortizar todos os custos operacionais de comercialização com deslocamentos de pessoal e transporte; d) ocorrência de

⁸⁹ Mesmo os produtores que compraram terra nos anos 1960 em Bebedouro (profissionais liberais ou comerciantes), têm sua trajetória marcada pela passagem na forma familiar de produção, como será visto posteriormente.

⁹⁰ Sobre as questões referentes à comercialização serão detalhadas mais adiante.

diferentes preços pagos pelas frutas e diferentes condições de pagamento, o que sugere que as possibilidades de acumulação e de investimento na compra de terras (portanto de uma eventual reconcentração de terras) e/ou na produção de laranjas se diferenciaram de acordo com o perfil dos produtores.

A integração e a verticalização de capitais no complexo agroindustrial, com suas exigências referentes à produção, e a procura de estabilidade comercial no mercado internacional de suco, determinaram uma natureza dos conflitos fundiários muito diferente da que predominou ao longo do período de expansão horizontal da citricultura (anos 1960-70), num quadro de distanciamento do Estado da regulação do setor. Progressivamente, a especialização na citricultura e os preços favoráveis do suco no mercado internacional resultaram em um aumento dos preços da terra e, conseqüentemente, em uma relativa estabilidade da estrutura fundiária no final dos anos 1970, momento em que é adotado o preço único pago pela caixa de laranja⁹¹.

Na medida em que a modernização agrícola avança, ocorrem alterações nas bases fundiárias de produção, com maior concentração e centralização de capitais, resultando em diferenciações entre produtores no que diz respeito à profundidade das mudanças técnicas no sistema de produção. Desta forma, nos anos 1980 e 1990, apesar de a quantidade de terra continuar a ser a base das diferenciações entre produtores, principalmente junto às instituições financeiras de crédito agrícola, outros elementos vêm a ser somados progressivamente às possibilidades de estabilidade do produtor, tais como o acesso aos novos padrões tecnológicos de produção que possam assegurar o ritmo da produção e da oferta das frutas. Estes novos padrões objetivam a intensificação do sistema produtivo e a adesão do produtor a uma nova organização e divisão do trabalho, em outras palavras, a adoção de uma nova organização do conjunto do sistema de produção e gestão.

A possibilidade que o produtor tem de absorver estes novos parâmetros tecnológicos, não mais pontuais e sim organizacionais, torna-se atualmente uma questão determinante na sua estabilidade no setor, com uma diferença substantiva em relação aos anos 1960-1970. Atualmente, o conjunto do referencial tecnológico usado na citricultura (modos de plantio, ritmo e produtividade do trabalho, etc.) procura ser direcionado para a diminuição dos custos de produção agrícola (e do suco), e para o preparo das novas exigências em termos de qualidade das frutas, aumentando as requisições de gestão do sistema produtivo.

A determinação da escala mínima da produção agrícola (quantidade de frutas produzidas), a qualidade da matéria-prima e os custos de produção agrícola afetam a dinâmica de concentração de terra, porém as mudanças mais importantes na estrutura fundiária na citricultura decorrem notavelmente da verticalização da produção agrícola pela agroindústria (ou via compra

⁹¹ A "caixa" (ou "caixotão") de laranja é uma unidade de medida fictícia correspondente a 40,8kg de fruta. A quantidade de caixas que um determinado pomar produziu é conhecida com precisão quando os caminhões são pesados na balança das indústrias. A "caixinha" que existe é a de colheita, de plástico, distribuída pela indústria e usada pelo colhedor para medir sua produtividade de trabalho e corresponde a aproximadamente 27 kg de frutas.

de terras para seus próprios plantios ou via modificação das formas de integração dos produtores).

Desta forma, na ponta deste processo de maior impacto na adoção deste referencial tecnológico, encontram-se as agroindústrias, os grandes proprietários/produtores modernos que reuniram anteriormente as condições econômicas para tal empreendimento e que, no momento atual de crise na posição do Brasil no mercado internacional, graças às suas possibilidades de autofinanciamento, podem reinvestir no sistema produtivo e gerencial, e novos grandes investidores sem tradição na agricultura - tradicionalmente "urbanos" - mas atraídos pela alta rentabilidade da cultura. Na contracorrente deste processo, os produtores modernos/pequenos e médios proprietários já se deparavam com a necessidade de renovar seus pomares e adotar formas de plantio mais concentradas⁹².

Para uma melhor compreensão do que ocorre nas menores propriedades nos anos 80 e 90, adotou-se a distribuição formulada pelo IEA (Instituto de Economia Agrícola/SP) abaixo transcrita (Tabela 3.1). A Tabela 3.2 mostra a participação das propriedades por tamanho no total da produção e a Tabela 3.3, no total de pés novos, todos os dados para o Estado de São Paulo. Na faixa de até 50 ha, encontram-se, para fins deste estudo, os *produtores familiares modernos*. Pela análise das tabelas abaixo, conclui-se que as propriedades com até 50 ha, apesar de terem diminuído sua participação no total produzido e no número de pés novos plantados, continuam sendo mais numerosas em relação aos demais estratos de área. Uma observação interessante, e que dá precisão às observações feitas acima, é que todas as faixas de tamanho apresentaram aumento quanto ao número de propriedades, com exceção do período 1985/86-1995/96 em que tanto as menores quanto as maiores propriedades têm sua participação relativa diminuída.

Tabela 3.1. *Número de imóveis rurais com pés em produção no Estado de São Paulo, 1980/81, 1985/86 e 1995/96 (e variação).*

Categoria de Imóveis (ha)	1980/81	%	1985/86	%	1995/96	%	Varição (em %) 1980/81 – 1995/96*
Pequenos (-50)	15.063	73,1	18.215	75,9	17.869	66,5	18,63
Médios (50-200)	3.811	18,5	4.168	17,1	6.806	25,4	78,59
Grandes (200-mil)	1.627	7,9	1.710	7,1	1.943	7,2	19,42
Muito Grandes (+mil)	98	0,5	207	0,9	194	0,9	97,96
Total	20.599	100,0%	24.300	100,0%	26.812	100,0%	

Fonte: IEA. In Paulillo (2000, p.74).*Tabulação especial a partir dos dados anteriores.

⁹² O BADESP (Banco do Desenvolvimento do Estado de São Paulo) abriu uma linha de financiamento para este fim (Projeto Melhoria dos Pomares Paulistas) (Folha de São Paulo, 02.10.90).

Tabela 3.2. *Participação percentual das categorias de imóveis rurais na produção total do Estado de São Paulo, 1980/81, 1990/91 e 1995/96 (e variação).*

Categoria de Imóveis (há)	1980/81	1985/86	1990/91	1995/96	Varição (em %) 1980/81 – 1995/96*
Pequenos (-50)	35,9	33,4	26,0	21,8	-14,1
Médios (50-200)	27,3	23,4	29,4	30,8	3,5
Grandes (200-mil)	31,3	25,0	24,8	28,2	-3,1
Muito Grandes (+mil)	5,5	8,2	9,8	19,3	13,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: IEA. In Paulillo (2000, p.75).*Tabulação especial a partir dos dados anteriores.

Em termos de volume de laranjas produzidas, observa-se pela Tabela 3.2 que as propriedades até 50 ha reduziram ao longo do tempo sua participação relativa assim como as demais categorias de imóveis com exceção das muito grandes que pode estar revelando a participação direta das agroindústrias no plantio próprio.

Se for comparada a participação relativa das propriedades até 50 ha no total de novos pés plantados com as outras faixas de tamanho de propriedade, observa-se que, apesar do número elevado de pequenas propriedades, aquela participação é pequena (25%). O que, entretanto é revelador pela Tabela 3.3 abaixo é que, apesar da crise que começa a afetar o setor entre 1990/91, e até 1995/96, a respostas das menores propriedades no plantio de novos pomares é significativamente maior do que todas as demais categorias de imóveis, isto é, a variação de número de pés novos plantados em 1990/91 para 1995/96 é de +93%.

Tabela 3.3. *Número de pés novos e participação das categorias de imóveis (%) no total de pés novos de laranja no Estado de São Paulo, 1980/81, 1990/91 e 1995/96 (e variação).*

Categoria de Imóveis (ha)	1980/81 Nº pés novos	%	1985/86 Nº pés novos	%	1995/96 Nº pés novos	%	Varição (em %) 1980/81 – 1995/96*
Pequenos (-50)	12.756.849	52,7	6.447.890	15,4	12.432.580	24,8	-27,9
Médios (50-200)	3.329.629	13,8	12.473.942	29,7	9.507.189	19,0	5,2
Grandes	6.909.401	28,6	16.720.680	39,9	18.502.635	37,0	8,4

(200-mil)							
Muito Grandes (+mil)	1.214.357	5,0	6.207.408	14,9	9.606.442	19,2	14,2
Total	24.210.236	100,0%	41.949.923	100,0%	50.048.852	100,0%	

Fonte: IEA. In Paulillo (2000, p.76). *Tabulação especial a partir dos dados anteriores.

Tabela 3.4. *Milhões de pés novos plantados segundo as categorias de imóveis, 1990/91 e 1995/96.*

Categoria de Imóveis (ha)	1990/91	1995/96	Variação(%)	Distribuição(%)
Pequenos (-50)	6,45	12,43	+93	25
Médios (50-200)	12,47	9,51	-24	19
Grandes (200-mil)	16,72	18,50	+11	37
Muito Grandes (+mil)	6,21	9,61	+55	19
Total	41,95	50,05	+19	100,0

Fonte: In Silva (coord., 2000, p.14).

Do total de frutas destinadas à produção de suco a cada ano, entre 20 a 30% provêm dos pomares verticalizados das agroindústrias⁹³ e 10 a 20% são disputados no início de cada ano-safra. Portanto, por volta de 50 a 70% das frutas têm teoricamente garantia de compra, dependendo das cotações do suco no mercado internacional. Como a expansão da superfície plantada com laranja no Estado de São Paulo é de aproximadamente 20% por ano, e o crescimento da demanda da fruta para a transformação industrial é da ordem de 3-4%⁹⁴, os pomares verticalizados pelas agroindústrias rebaixam os preços pagos aos produtores através da pressão exercida pela redução da demanda.

Os pomares verticalizados pelas agroindústrias são muito tecnificados e, portanto, altamente produtivos (a média da produtividade no Estado de São Paulo é de 2,5 caixas/árvore enquanto a dos pomares das agroindústrias apresentam uma média de cinco caixas/árvore). Distinguem-se também pelo maior adensamento das árvores (350 árvores/ha contra a média do estado de 200 árvores/ha na safra 1988/89). Além dos ganhos em escala, a rentabilidade é

⁹³ Dados obtidos durante o trabalho de campo em 1990 apontam para o grupo CUTRALE, com 7 milhões de pés de laranjeiras plantados em 45.000 ha de terra própria, correspondendo a 80% de suas necessidades em frutas; a CITROSUCO, com 18 fazendas produzindo 600 mil caixas de laranja (incluindo a compra de 7 mil alqueires de terra em Olímpia, Barretos, São José do Rio Preto e Araraquara para o plantio de mais 5 milhões de árvores); a CARGILL com 12 mil ha produzindo 7 milhões de caixas; a FRUTESP com 17 milhões de caixas/ano de seus cooperados. Dentre os novos investidores, estão o grupo Votorantim, as Organizações Globo, o grupo Gomes de Almeida & Fernandes com o grupo Bozzano-Simonsen; a Citropectina e a Braspectina; o grupo Fischer; a Citrobotol; o grupo Mitsubishi, com a Cooperativa Agrícola de Cotia e com o grupo Albertson; o grupo Garavello e o grupo Moreira Salles (informações obtidas em pesquisa de campo e de vários jornais).

⁹⁴ Dados obtidos em entrevista com Fábio Di Giorgi, diretor da FRUTESP, janeiro 1990.

garantida pela definição do preço oficial da caixa, que se dá a partir do valor médio dos custos de produção agrícola/árvore, estimado pela Secretaria da Agricultura (usado como referência nas negociações entre produtores e indústrias a cada início de safra).

Com a produção de suas próprias laranjas, a agroindústria procura diminuir a participação social dos produtores na produção de suco e proteger-se dos riscos (e dos custos conseqüentes) de uma possível diminuição no ritmo da progressão da modernização agrícola, o que comprometeria o aumento esperado da produtividade e rendimento através das mudanças nos modos de plantio e na adoção de técnicas.

Apesar da tendência de verticalização dos pomares, sua extensão parece limitar-se devido 1) aos altos preços das terras e à sua indisponibilidade nas proximidades das agroindústrias já instaladas⁹⁵; 2) aos caros e numerosos tratamentos fitossanitários requeridos; 3) à baixa oferta de mão-de-obra especializada para estes tratamentos e ao manuseio dos equipamentos, o que confere importância à participação dos pequenos proprietários no sistema produtivo e no que diz respeito também à vigilância que exercem sobre o ritmo e a intensidade do trabalho manual dos assalariados; 4) à ainda pequena demanda de frutas de qualidade.

Outra tendência verificada a partir dos anos 1990, liderada pela cooperativa agroindustrial FRUTESP, foi a da integração direta dos produtores tanto pelo adiantamento do capital necessário à inicialização no cultivo e renovação dos pomares quanto no sentido de fazê-los adotar formas de plantio e de manutenção dos pomares, por exemplo, impondo quantidades de árvores a serem plantadas nas propriedades. Dentre os itens do "pacote tecnológico" que a agroindústria começa a delinear para os produtores estão: a) a análise do solo para a realização de calagem e adubação; b) a preparação adequada do solo; c) o espaçamento segundo a variedade adotada; d) a oferta de mudas de origem garantida; e) recomendações na conduta do pomar até o 4º ano de idade (desbrota, adubação e tratamentos das culturas), de acordo com especificações técnicas rigorosas.

O aumento na duração da vigência dos contratos (de um ano para até três anos) é uma modificação muito importante que surge paralela e complementarmente à aproximação da agroindústria com o produtor, no sentido de fomentar a melhoria da qualidade de todas as fases do ciclo da produção da fruta, procurando reduzir custos operacionais, definir um mercado de oferta mais seguro e dividir os riscos da instabilidade no mercado internacional entre produtores e indústrias.

⁹⁵ Por isso os investimentos industriais e agrícolas em outros estados ou fora da região "nobre" da produção, financiados pelos governos dos estados e federal, em alguns casos com a presença de capital estrangeiro: Goiás (CENTROSUCO S.A.), Paraná Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá e Cooperativa Agropecuária de Nova Londrina. O BNDES, em 1990, examinava 5 projetos: 1) Cooperativa de Rolândia/PR (previsão de esmagamento de 12 milhões de caixas produzidas em 9.000 ha); 2) CITROCOOP e Grupo Albertson International em Paranavaí/PR (estimativa de 20 milhões de caixas em 30 mil ha); 3) Projeto Agroindustrial da CITROL Agrícola Ltda. em Nova Prata/MG (4 milhões de caixas em 1.200 ha); 4) Projeto Agroindustrial da Cooperativa de Goio-Erê/PR (10 milhões de caixas em 10.000 ha); 5) Projeto Agropastoril Industrial Plima em Inhambuê/BA (8 milhões de caixa em 3.600 ha) (dados imprensa e trabalho de campo).

A queda dos subsídios nos anos 1980 requer novos realinhamentos entre a agricultura e a indústria para a manutenção da taxa de rentabilidade, com vistas à diminuição dos custos de produção da matéria-prima (que representa 70% do custo de produção do suco), tendo em vista que, para o processo industrial, estas mudanças são tecnicamente limitadas⁹⁶. É desta forma que encontram-se o adensamento das árvores no pomar (para a definição de um módulo otimizado dos fatores de produção a serem utilizados), a diminuição dos custos de transporte das frutas para a indústria através da concentração geográfica dos fornecedores (um dos itens mais elevados na estrutura de custos da indústria) (SOBRINHO, 1988) e a irrigação (visando ao aumento da produtividade, à melhoria da qualidade dos frutos, a um maior desenvolvimento das árvores e ao aumento da quantidade de óleo nas cascas) (VIEIRA, 1988; VIEGAS, 1988b).

A criação, em 1977, do FUNDECITRUS (Fundo Paulista de Defesa da Citricultura), é um exemplo importante da aproximação da agroindústria dos espaços públicos de formulação das inovações tecnológicas (Instituto Biológico, Instituto Agrônomo e Estações Experimentais). Criado nos anos 1960, pelos citricultores, como um fundo financeiro para garantir a continuidade da campanha de erradicação do cancro, abandonada por uma falta de definição de competências entre o governo federal e o do Estado de São Paulo, passa a sustentar-se com uma contribuição financeira regular das agroindústrias à CANECC (Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico), após 1974 (MAIA, 1992, p. 96). Atualmente, a contribuição financeira provém dos produtores, das indústrias e dos governos federal e estadual para evitar a propagação do cancro e do declínio na zona "nobre da exportação" (Limeira-Bebedouro). Enquanto os primeiros (produtores e indústrias) concedem uma porcentagem do valor da caixa de laranja comercializada, o governo do Estado de São Paulo contribui com os programas de recenseamento das propriedades e de eliminação de árvores contaminadas. O FUNDECITRUS procura incentivar a adoção de técnicas de produção que permitam elevar a produtividade média dos pomares com menor custo, através da redução no uso de agrotóxicos e sua substituição pelo manejo integrado de pragas (MIP).

O projeto Pró-Citrus (Fundação para o Desenvolvimento da Citricultura no Brasil) das indústrias de transformação (CUTRALE, CITROSUCO, CARGILL e FRUTESP) visa, desde 1987, financiar as pesquisas, principalmente genéticas, para aumentar a produtividade dos pomares, sem se sobrepor àquelas empreendidas pelas instituições públicas. Para isto, prevê o envolvimento inclusive de instituições estrangeiras. A primeira iniciativa importante do Pró-Citrus foi a construção de um laboratório de biotecnologia na estação Experimental de Limeira

⁹⁶ Segundo Neves, E.M. (1990, p. 410), as possibilidades de redução nos custos da transformação dos frutos, devido à tecnologia adotada, são bem reduzidas se comparadas às da produção agrícola. Isto explicaria por que os investimentos na verticalização agrícola pelas agroindústrias, e outras mudanças que estas promovem, aproximam os interesses da citricultura com os da indústria de transformação às custas de processos de seleção social e de mudanças na forma de contratação e pagamento dos trabalhadores, formação de associações de venda de frutas e de alocação da força de trabalho, instalação de *bins* nos pomares (pequenos containers), etc, às custas de um processo de seleção social orientado por preceitos socioculturais da racionalidade empresarial. Portanto, estes realinhamentos não se limitam apenas às modificações nas formas de produção das frutas aqui apresentadas, conforme será apontado ao longo deste capítulo.

em 1989, com o apoio financeiro inicial do governo do Estado de São Paulo. Entretanto, dificuldades no estabelecimento de uma base comum de interesses econômicos e políticos, inclusive concepções diferentes de desenvolvimento da citricultura (mais ou menos verticalizada, com ou sem fornecedores associados), entre os grupos industriais, persistiram, dificultando a plena ação do Pró-Cítrus⁹⁷.

Toda esta dinâmica de crescimento na oferta de frutas, que começou no final dos anos 1980, contra uma estreita margem no aumento da demanda, agravado pelo deslocamento do plantio norte-americano para regiões mais ao sul da Flórida e a entrada de países produtores na transformação industrial, provocou, nos anos 1990, uma redução da remuneração dos produtores⁹⁸ e uma nova fase de seleção social e uma nova etapa na oligopolização industrial devido à disputa de mercado intersetorial entre os maiores grupos econômicos, fusões ou dissoluções de investimentos. O conjunto de mudanças no sistema de produção, ao lado da verticalização agrícola, mostra a tendência de concentração da base de fornecedores de frutas à agroindústria. Esta possível seleção social será certamente complementada por uma mudança nas formas atuais de pagamento das frutas, que já começa a ser discutida no setor.

A fórmula chamada *Teor de Sólidos Solúveis*, que tem como objetivo levar em conta o teor de sacarose das frutas como parâmetro da remuneração dos produtores, permitiria por um lado, a adoção da sistemática de pagamento de preços decrescentes para frutas de menor qualidade que provêm de propriedades menos tecnificadas mas com grande volume de produção e, por outro lado, preços crescentes para frutas de melhor qualidade. Se adotada, esta fórmula permitirá que a indústria diminua a quantidade de frutas para produzir uma mesma quantia de suco (através de maior adição de água), concentrar geograficamente seus fornecedores, conquistar alguns novos mercados mais exigentes e evitar a perda de lucro conseqüente do *blended* (mistura de frutas para padronizar o gosto de acordo com as exigências do consumidor internacional)⁹⁹.

A adoção deste sistema trará uma série de mudanças na dinâmica das relações entre a citricultura e a indústria de transformação, possibilitando: a) uma remuneração mais justa aos produtores que observam as novas orientações técnicas e os tratamentos culturais, através do incentivo ao plantio de variedades mais adequadas à obtenção de um suco de melhor qualidade e à pesquisa de melhores matrizes para a obtenção de frutas com mais sólidos, melhores na cor e

⁹⁷ As informações foram obtidas em entrevistas durante pesquisa de campo.

⁹⁸ Ver no *Anexos II Figura 7*, a evolução na remuneração dos produtores.

⁹⁹ E, provavelmente, redução nos custos de transporte uma vez que o suco exportado poderá ser mais concentrado (hoje ele é exportado a 65°Brix) e posteriormente diluído no país de destino. Um suco concentrado a 65° Brix quer dizer que, para 100 gramas de suco, 65% equivalem a sólidos solúveis. A cotação na BNI é dada a 100° Brix, assim ela se tornaria uma referência direta sobre a qualidade das frutas para o próprio produtor. Di Giorgi compara os fatores distância física (Km) do pomar/custo do transporte da matéria-prima à indústria (US\$/caixa); produtividade agrícola (caixa/árvore)/custo da colheita e rendimento (caixa/tonelada de suco a 65° Brix)/kg de suco/caixa para o caso de dois pomares: um que produz uma caixa/árvore, situado a 150 km da indústria com um rendimento de 3,5 kg/caixa e, o outro, que produz 4 caixas/árvore, situado a 100 km com um rendimento de 3,90 kg/caixa. Sua demonstração o leva a conclusão de que o segundo pomar deveria ser remunerado em 41% a mais do que o primeiro (Di Giorgi, s/d). Cf. também Viegas, 1988a.

sabor; b) a colheita do pomar do produtor, independentemente do melhor momento para a negociação de preços (e a adoção de melhores tratamentos culturais), uma vez que o preço estaria assegurado; c) a supressão do cálculo do rendimento industrial (número de caixas/tonelada) e a mais clara visualização dos valores dos itens que compõem o custo do processamento industrial (atualmente estão globalizados nos contratos); d) a fixação prévia dos custos da colheita e do transporte das frutas para cada caso. A "fruta posta"¹⁰⁰ poderá ser re-adoptada às custas da indústria ou do produtor, segundo um preço negociado; e) a diminuição das perdas ao produtor causadas pela redução de peso das frutas provocada pela estiagem; f) uma nova fase na concorrência entre as indústrias.

O pagamento pelo teor de sólidos solúveis não é aceito atualmente pela CITROSUCO e pela CUTRALE, grupos agroindustriais que justamente detêm as maiores percentagens de pomares verticalizados e que não querem correr riscos com futuras e eventuais mudanças da base técnica de produção por parte dos produtores, mudanças estas necessárias à introdução deste procedimento¹⁰¹, diferentemente, por exemplo, da FRUTESP que é uma cooperativa agroindustrial.

3.1.2. As alterações na organização e na divisão do trabalho

A atual organização e divisão do trabalho na citricultura, baseada na sazonalidade, não pode ser analisada sem a consideração de outros elementos diferentes dos anteriormente mencionados, tais como as mudanças nas relações entre produtores e indústrias, a seleção social na citricultura, os modos de produção agrícola que respondem às exigências de internacionalização do setor e a organização da produção baseada principalmente na pequena e média propriedade.

Esta sazonalidade atinge principalmente os trabalhadores engajados na colheita. A colheita das variedades principais (pêra, valência e natal) se estende de março a dezembro, porém alguns autores consideram que a duração da entressafra é superior a cinco meses (BACCARIN e GEBARA, 1986, p. 88), variável de acordo com as condições meteorológicas. Quando os contratos de safra com os trabalhadores terminam, apenas 30% da força de trabalho são mantidas para a colheita da temporona. As irregularidades na demanda das frutas pela agroindústria e o baixo rendimento dos pomares agrava não apenas a situação de desemprego como também o nível de remuneração dos colhedores, que recebem por tarefa e por produtividade de trabalho (número de "caixinhas" de laranja colhidas na semana, cada uma correspondendo a aproximadamente 27 kg de laranjas).

¹⁰⁰ "Fruta posta" é o termo usado para designar a responsabilidade do produtor na organização do transporte das frutas até os portões da indústria.

¹⁰¹ Informação obtida em entrevista, janeiro 1990.

A incorporação do trabalhador "livre" no mercado de trabalho, entre os anos 1960 e 1970, foi feita através dos empreiteiros (chamados *gatos*¹⁰² ou *turmeiros*), agentes autônomos de intermediação entre indústrias (ou grandes comerciantes de frutas frescas ou proprietários de terra) e trabalhadores. Eles realizavam o recrutamento e o transporte dos trabalhadores, o controle da execução da colheita (disciplina para o trabalho), o gerenciamento e pagamento dos trabalhadores, sem contrato de trabalho, portanto, sem terem o ônus dos encargos trabalhistas, o que possibilitou uma maior redução dos custos financeiros diretos com a força de trabalho. Por outro lado, o empreiteiro precisava manter uma remuneração "razoável" para seus trabalhadores sob o risco de perder a capacidade de formação e controle de sua turma (unidade do processo de trabalho). Assim, apesar de o empreiteiro apropriar-se de uma grande comissão sobre os salários (10 a 30%), em tempos de urgência na colheita ou de grande demanda de frutas pela agroindústria, ele procurava aumentar os ganhos dos trabalhadores junto aos produtores¹⁰³. Em algumas situações, a rapidez da colheita em várias propriedades ao mesmo tempo era a garantia de uma venda de frutas de boa qualidade, sem perdas na produção provocadas por chuvas ou pela saturação da indústria, rapidez muitas vezes assegurada através do pagamento de "propina" dos produtores aos empreiteiros.

A grande autonomia do empreiteiro em relação à organização do mercado de trabalho contribuiu, neste período, de uma certa maneira, com a indústria, em um momento em que esta estava estruturando seu mercado cativo de fornecedores da matéria-prima, pois a necessidade de manter uma entrada fixa e regular de laranjas não era ainda uma questão de relevância frente à grande oferta de frutas e poucas agroindústrias. Deste modo, o mercado de trabalho tinha sua base de funcionamento social, econômico e político nas relações entre produtores-empreiteiros-trabalhadores. É esta triangulação que vai modificar-se com o tempo, não apenas como resultado das lutas empreendidas pelos trabalhadores, mas também pelos interesses das indústrias na direção da diminuição da autonomia do empreiteiro, melhoria das condições de trabalho dos colhedores e aumento da responsabilidade dos produtores na condução do processo de trabalho.

As empreiteiras de mão-de-obra criadas nos anos 1980 representaram a institucionalização da intermediação feita anteriormente pelo *gato*, ao mesmo tempo em que significaram uma evolução na organização de trabalho. Essas empreiteiras tinham três funções principais: a seleção de empreiteiros autônomos (que deveriam ter caminhão de turma e assegurar o primeiro pagamento semanal dos colhedores); a seleção inicial dos trabalhadores e a assinatura de contratos de trabalho. O trabalhador continuou sem ter vínculo empregatício direto, seja com os produtores, seja com a indústria.

Na realidade, as empreiteiras representavam uma extensão informal da agroindústria na organização do trabalho (os recursos financeiros e o pessoal administrativo pertenciam à indústria), o que possibilitava que esta última não fosse responsabilizada em casos de acidente de

¹⁰² A denominação *gato* vem do fato deste animal "roubar furtivamente".

¹⁰³ Entrevista com Paulo César, presidente do sindicato dos empregados agrícolas assalariados de Bebedouro, janeiro 1990. Cf. também Borba (1984, p.69).

transporte e de trabalho (PRADO, 1983, p.112-113). Porém as empreiteiras repassavam aos produtores e às indústrias os encargos sociais pagos por elas a título da determinação de um preço pelo "serviço prestado", o que conduz Borba (1984, p. 70) a afirmar que elas aumentaram os custos da força de trabalho para os clientes. Normalmente, na entressafra, os empreiteiros eram liberados para que trabalhassem autonomamente, organizando frentes de trabalho para outros serviços pontuais.

No final dos anos 1980, surgem as "Empreiteiras Agrícolas"¹⁰⁴, juridicamente dissociadas da indústria, o que possibilita a redução do pagamento de vários impostos e encargos sociais, uma vez que são declaradas empresas rurais. Elas assumem formalmente os custos globais da colheita (o recrutamento é feito por empreiteiros que passam a ser funcionários da indústria e os contratos de trabalho são assinados diretamente entre os trabalhadores e as indústrias), atenuando a intensa e personalizada exploração do empreiteiro autônomo sobre o trabalhador. A formalização dos contratos de trabalho elimina a informalidade do vínculo empregatício (substituindo-o por vínculo de direito) e as relações de favor que se estabeleciam entre os trabalhadores e o gato, como afirmam D'Incao e Botelho (1987, p. 63).

Alguns empreiteiros autônomos continuam ativos, tanto para responder às eventuais necessidades da indústria, de aceleração no ritmo e velocidade da colheita da fruta, quanto para o recrutamento de trabalhadores por tarefa diretamente sob a demanda dos produtores (neste último caso, sem contratos de trabalho, com a exceção das turmas ou dos trabalhadores individuais considerados especializados ou particularmente produtivos). Algumas vezes, recrutam trabalhadores para a colheita de culturas temporárias ou para a construção civil. Estas alternativas estão, porém, longe de absorver toda a força de trabalho dispensada pela indústria ao término da colheita.

Independentemente da conquista dos direitos mínimos garantidos pelos contratos de trabalho, sua formalização permitiu tanto a alocação da força de trabalho para cada indústria quanto a redução dos custos de transporte do trabalhador, uma vez que estabilizou as turmas de colheita. Permitiu ainda a fiscalização da colheita das frutas, do ritmo e da intensidade de trabalho; a adoção de critérios homogêneos de remuneração para empreiteiros e trabalhadores; o controle dos níveis salariais destinados ao conjunto da força de trabalho (portanto uma avaliação apropriada do valor da mão-de-obra agrícola no custo total do beneficiamento das frutas, em face da importância da oferta de trabalho não-qualificado) e das necessidades em mão-de-obra; e estabilizar a entrega de frutas para as operações de transformação de acordo com a cotação de suco no mercado internacional, visto que, hoje, a fruta paga é apenas aquela efetivamente pesada nas balanças da indústria.

A introdução do caráter contratual do trabalho entre os colhedores e indústrias certamente marcou uma mudança muito importante nas relações entre o capital industrial e o agrícola e ocorre num momento em que a indústria prima pela organização e regularização da oferta das

¹⁰⁴ Entrevista em pesquisa de campo. Cf. também Paullilo (2000).

frutas através de um equilíbrio entre sua própria produção de laranjas e as cotas de laranja necessárias de seus fornecedores, com o começo da internalização da necessidade de controle dos custos globais de produção, ameaçando os níveis de remuneração históricos do setor.

O fiscal da indústria controla o grau de maturação de fruta pela relação Brix/Ácido (qualidade e rendimento para o suco de laranja) e a seleção dos pomares a serem colhidos. Se esta relação não é adequada aos padrões internacionais, a indústria desativa a colheita do pomar. Desta forma, de uma situação em que o produtor controlava totalmente a etapa da colheita, contratando os serviços de um empreiteiro autônomo e levando as frutas para a indústria, a indústria passa a impor cotas de colheita ou de entrega das frutas. No princípio, isto trouxe uma grande instabilidade para os produtores, que contratavam colhedores para, em seguida, se algumas situações desfavoráveis no sentido acima descrito ocorressem, dispensá-los. A dificuldade era maior se isto acontecesse em momentos de grande disputa de mão-de-obra, situação agravada pela falta de mercados alternativos para as frutas. Por causa disto, o interesse do produtor sempre foi a contratação dos trabalhadores pela indústria¹⁰⁵.

Com a eliminação do contrato de participação (ou padrão) em 1995, os produtores tiveram que (re)assumir as atividades de colheita, utilizando-se da prestação de serviços de Cooperativas de Mão-de-Obra. Para não haver uma grande elevação dos custos da colheita e do transporte das frutas, as indústrias estimularam a contratação de mão-de-obra nos pomares, colocando pessoas de confiança de suas administrações na gerência de algumas destas cooperativas. Concretamente, esta terceirização trouxe redução de custos devido à a) não existência de problemas trabalhistas nas épocas de safra; b) supressão de vínculo empregatício com o tomador de mão-de-obra; c) inexistência de fiscalização trabalhista; d) desobrigação das responsabilidades trabalhistas e sociais; e) maior tranquilidade na execução de trabalhos agrícolas (ORIANI E PAULILLO, 2000). Esta modificação não apenas fez retornar a figura do *gato*, como eliminou o contrato safrista e muitos dos direitos trabalhistas já conquistados¹⁰⁶.

As inúmeras ações trabalhistas que tiveram causa ganha (PAULILLO, 2000, p. 14) fragilizaram as cooperativas e acabaram influenciando a formação de condomínios de propriedades cítricas para a contratação conjunta de trabalhadores a partir de 1999. O objetivo é a organização e constituição de uma figura jurídica nova, que contrata os trabalhadores para o condomínio, pelo contrato de safra ou contrato permanente de trabalho. Estes trabalhadores são alocados aos produtores de acordo com suas necessidades (plantio, tratamentos culturais e colheita).

Através destas modificações nas formas de contratação e pagamento dos trabalhadores, o processo de seleção social vai depender também da capacidade do produtor isolado de fazer face a suas necessidades de trabalho, de acordo com sua possibilidade de mobilizar fatores de ordem

¹⁰⁵ Informações obtidas em entrevista durante pesquisa de campo.

¹⁰⁶ O contrato de safra obrigava o empregador à retenção do trabalhador durante o ano-safra, o pagamento do 13º salário, férias anuais e indenização proporcional ao tempo trabalhado e ao número de caixinhas colhidas pelo trabalhador.

cultural baseados na proximidade local, relações de parceria e clientelismo e na reciprocidade de interesses¹⁰⁷.

No que diz respeito à produção familiar, analisou-se anteriormente como ela define-se com mais força entre os anos 1950 e 1960. Ao longo dos anos 1960 e 1980, estes produtores vão incorporar os ditames da organização e divisão de trabalho, diminuindo seu envolvimento direto e de membros da família no labor agrícola, com deslocamentos importantes na sua posição em relação ao sistema produtivo. Em relação ao campo conflitual na citricultura nos anos 1980-90, sua posição e orientação identitárias, como *produtor familiar moderno* em face da crise que se impõe no setor, será de suma importância para a acomodação de diversos interesses.

No que diz respeito aos tratos culturais nas pequenas propriedades, a responsabilidade do trabalho é da família, diminuindo, porém, ao longo do tempo, esta participação. Entre 1970 e 1980, dados sobre a composição da força de trabalho na citricultura no Estado de São Paulo revelam que a categoria "responsáveis não-remunerados", relativa ao envolvimento dos membros da família, diminuiu de 49% para 34,6%, enquanto os assalariados aumentaram de 46,6% para 61,6% (MARTINELLI JR., 1987, p. 167). Os efeitos observados das transformações no período entre os anos 1960 e 1970 na região de Ribeirão Preto conduzem à mesma tendência: a parte relativa aos salários no total das despesas diminui em relação à parte relativa aos fatores técnicos de produção; a participação da mão-de-obra familiar diminui e a participação dos trabalhadores temporários no conjunto da força de trabalho aumenta (BORBA, 1984, p. 38).

Bray (1974) descreveu as características gerais da divisão de trabalho nas propriedades em Bebedouro na fase de transição que levaria à consolidação econômica regional da cultura de laranjas e à constituição de um mercado de trabalho assalariado da seguinte maneira:

a) nas pequenas propriedades, a mão-de-obra é familiar, mas há aumento da força de trabalho assalariada na colheita;

b) nas propriedades médias, a gestão do trabalho é de responsabilidade do proprietário, que delega as atividades de capina, plantio e tratamento culturais aos trabalhadores residentes, e a colheita, aos trabalhadores temporários;

c) nas grandes propriedades, o trabalho é totalmente assalariado. Os proprietários, normalmente são profissionais não-agrícolas (comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos) absenteístas e contratam administradores;

d) nas grandes propriedades de gado, ainda há parceria (para o milho e arroz) e o arrendamento no caso da cultura principal não ser a de laranja;

e) a parceria e o arrendamento são utilizados em pequenas e médias propriedades para o plantio de culturas secundárias (milho, arroz, o amendoim) e para a criação de gado. No caso da parceria, o recrutamento e o pagamento do trabalho assalariado é de responsabilidade do proprietário da terra.

¹⁰⁷ Questões semelhantes cercam o fato do produtor pertencer ou não a um *pool* de venda de frutas, como será analisado mais adiante.

Atualmente, a maior parte do trabalho ao longo do processo produtivo na citricultura é realizada pelos trabalhadores temporários (pagos por tarefa ou por dia), enquanto há uma redução do envolvimento dos trabalhadores permanentes (normalmente morando nas propriedades) e dos membros da família dos proprietários. A composição feita entre a quantidade de trabalho dos residentes, ou mesmo dos trabalhadores por tarefa, e a mão-de-obra familiar guarda uma relação direta com as possibilidades concretas de permanência dos membros da família na propriedade (principalmente a presença de filhos em fase inicial de escolarização) e as possibilidades de pagamento e oferta de trabalhadores, nas palavras de um produtor entrevistado, "*bons e competentes*" (sinônimo de disciplinados e com certa especialização). Também guarda uma relação direta com a combinação das atividades produtivas e o tipo de operações realizadas, a relação entre o preço dos produtos químicos e do maquinário e o valor do trabalho necessário, mas, principalmente, com o porte econômico da propriedade, incluído aí o grau de modernização da base técnica de produção.

As atividades de preparação do solo e os tratamentos culturais são em geral mecanizados, mas a carpa (limpeza do pomar com a enxada de três a quatro vezes por ano para a retirada das ervas daninhas), a remoção dos galhos mortos ou velhos, o plantio de mudas, a coroação do pé, a execução das covas, a borbulha (ou enxertia), a desbrota ou poda (retirada dos brotos dos porta-enxerto de quatro em quatro meses para que os ramos nasçam apenas do enxerto) e a manutenção das fileiras e dos pomares como um todo é totalmente dependente do trabalho manual (para não haver danos às raízes das árvores e quebra de galhos), principalmente em função dos altos investimentos feitos antes da fase produtiva das árvores¹⁰⁸.

Os trabalhadores necessários para estas atividades são contratados por empreiteiros autônomos ou diretamente pelos produtores, os quais são responsáveis pela organização, controle e remuneração deste trabalho. Quase todos os citricultores recorrem a trabalhadores por tarefa¹⁰⁹, especialmente aqueles que não têm condições financeiras para dispor de residentes. Para procurar trabalhadores disponíveis para este fim, certos grandes produtores dispõem de uma organização administrativa, financeira e de transporte que lhes permite inclusive contratar equipes de colheita para complementar a colheita administrada pela indústria, garantindo assim o escoamento mais rápido da totalidade de sua produção, por conta própria, evitando a perda de frutas eventualmente deixadas nas árvores pelos trabalhadores e a contaminação dos pomares pela troca constante de turmas e caminhões.

A produtividade do trabalho é central para que estes trabalhadores concluam mais rapidamente o trabalho, aumentem seus ganhos semanais e possam procurar colocar-se em outras propriedades. Normalmente sem contratos de trabalho, com o aumento do grau de tecnificação das propriedades, a estes trabalhadores/tarefa são destinados serviços que não exigem especialização, principalmente quando os produtores podem contar ainda com o trabalho dos

¹⁰⁸ Para mais detalhes sobre os tratos culturais, ver Bray (1974, p. 72-74); Neves (1990); Neves et al. (1991).

¹⁰⁹ Pagar o trabalhador no final da realização do serviço é preferido ao pagamento por dia porque, nas palavras de um produtor, "*o diarista enrola o dia*".

membros de sua família ou de trabalhadores residentes. Em alguns casos, o produtor prefere empregar os temporários do que manter trabalhadores residentes, uma vez que os encargos trabalhistas com estes chegam a alcançar de 24 a 50% das despesas totais das propriedades (BORBA, 1984, p. 124). A partir de 1999, a formação dos condomínios de propriedades citrícolas vai ocupar-se da contratação de mão-de-obra também para atividades extra-colheita.

Com as novas requisições que valorizam a qualificação e a especialização da mão-de-obra, a disputa que vai se definindo pelo trabalhador mais especializado parece estar favorecendo a retenção de residentes nas propriedades dos produtores que podem oferecer salários mais atraentes, investindo assim mais a longo prazo na sua formação. Já existem sinais de que os trabalhadores antes registrados como braçais, isto é, prestadores de "serviços gerais", começam a colocar-se no mercado de trabalho como profissionais especializados (tratoristas, administradores, aplicadores de produtos químicos e motoristas). O aspecto estratégico da utilização de mão-de-obra mais qualificada é evidente: ela representa uma garantia da produtividade e longevidade dos pomares. Entretanto, a memória do passado de exploração, tanto no aspecto das relações autoritárias do produtor para com os trabalhadores quanto em torno dos baixos salários, não estimula os trabalhadores a viverem nas propriedades.

Normalmente, nas propriedades maiores, o proprietário apenas supervisiona a gestão da produção. Sendo absenteísta, delega-a para um ou vários administradores contratados ou escritórios para tal fim (terceirização), havendo casos de propriedades com complexas organizações de trabalho, alto nível de informatização¹¹⁰ e divisão interna de responsabilidades e funções. Nestes casos, há uma separação completa entre a propriedade do capital e a organização técnica, comercial e contábil do sistema produtivo. Com relação à mão-de-obra, essas propriedades dispõem de trabalhadores residentes (funcionários da empresa) e qualificam e enquadram melhor a força de trabalho, criando novas malhas salariais no setor (administradores por seção, tratorista, motorista, contador de pragas, enxertador, mecânico, contador, auxiliar de escritório, mecânico, agrônomo, digitador, etc.) (SILVA e PINTO, 1990, p.102-103).

Enquanto que a preparação de trabalhadores para executar determinadas tarefas se faz informalmente, pelos mais experientes, a especialização dos que residem nas propriedades fica assegurada pelos cursos dados nas Casas da Agricultura, nas Estações Experimentais ou na CATI (Coordenação de Assistência Técnica), estimulada pelos produtores que os contratam. Em alguns casos, os produtores e/ou seus administradores freqüentam pessoalmente estes cursos. Concessionárias também promovem treinamentos de uso de maquinário para tratoristas e mecânicos, enquanto universidades, cooperativas, indústrias e outras instituições promovem cursos técnicos para proprietários e para os trabalhadores que já tenham alguma formação técnica (SILVA e PINTO, 1990, p. 106-107). A Secretaria da Agricultura, através de sua Divisão Regional de Ribeirão Preto, promove programas de treinamento para proprietários, sobre planejamento dos custos de produção.

¹¹⁰ Sobre a utilização da informática na citricultura, ver Lima (1988).

A presença do trabalho familiar, principalmente no caso das pequenas e algumas médias propriedades, refere-se principalmente a algumas tarefas que envolvem a operação de máquinas e equipamentos agrícolas, assim como aplicações de adubo ou de substâncias químicas. Neste último caso, as tarefas executadas no ciclo produtivo (e seu volume e intensidade) dependem da possibilidade de contratação e pagamento de trabalhadores especializados que começam a ser disputados ou, como já mencionado, da presença de um trabalhador residente de confiança (caseiro) ou ainda do zelo com a integridade dos equipamentos. Esta questão torna-se importante no caso desses produtores, uma vez que a maioria de seus filhos(as) tem escolhas profissionais distantes das atividades agrícolas. A administração da propriedade (e particularmente do sistema produtivo) - responsabilidade do produtor - é uma tarefa muito importante na citricultura em função das características da cultura e do ambiente altamente competitivo. Em muitas entrevistas, ficou claro que, atualmente, as dificuldades apresentadas pelos *produtores familiares modernos* não se referem à ausência de mão-de-obra familiar, mas sim às contínuas queixas dos trabalhadores descontentes com a remuneração de seu trabalho ou à recusa destes em residir na propriedade.

3.1.3. A segmentação comercial: os vários planos do mercado

A dinâmica de comercialização das frutas se complexifica devido a vários fatores: a existência de até três florações por ano; o longo período de colheita, que se estende praticamente ao longo de todo ano em função das diferentes variedades de frutas; o crescimento da superfície plantada e estabilização (e queda) da demanda; a verticalização da produção agrícola pela indústria; as flutuações do preço do suco no mercado internacional; as associações entre produtores (*pools*), as diferenças entre formas de colheita nas propriedades e as diferentes formas de pagamento e preços das frutas pelas agroindústrias e comerciantes. Desta forma, os diferentes grupos sociais na citricultura confrontam-se não apenas com estruturas de mercado oligopolizadas na venda de suco e monopsonicas na compra das frutas,¹¹¹ mas também com as relações sociais existentes entre produtores e indústrias e produtores entre si, relações estas que ocorrem paralelamente aos modos contratuais formais de comercialização das frutas e à definição de um preço único oficial pela caixa de laranja a cada ano-safra e provocam uma segmentação comercial no setor, fragmentando o mercado em vários planos de acesso diferenciados (nichos de mercado).

Figura 3.1. *Calendário de colheita de laranja no Estado de São Paulo.*

¹¹¹ Em 1990, a SUCOCÍTRICO CUTRALE, a CITROSUCO PAULISTA, a FRUTESP e CARGILL tinham cerca de 86,7 % da capacidade total instalada para o processamento de suco de laranja em São Paulo. Este número torna-se ainda maior em termos de controle de grupos econômicos, se considerar que tanto a CUTRALE quanto a CITROSUCO têm participação acionária expressiva em várias outras empresas (Margarido, 1996, p.45).

Fonte: IEA.

Várias formas de venda das frutas existiram no setor (AMARO, s/d), quais sejam:

1. preço na entrega: o produtor vende a fruta na propriedade e o valor da produção é determinado pelo comprador normalmente em função da qualidade da fruta. Este preço depende da situação a curto prazo da oferta/demanda na região e da necessidade do comprador, que pode estar necessitando de fruta para atender a compromissos. É importante para o produtor estar a par da situação do mercado;

2. preço antecipado: contratos de venda antes da época da colheita, em que o comprador dá um adiantamento ao produtor. Alguns contratos têm um preço mínimo estabelecido. O conhecimento da estimativa da safra, da venda de suco e da situação dos estoques é importante ao produtor;

3. Cooperativas: o produtor assegura a colocação de sua produção, aguarda o resultado das vendas e recebe um preço médio (descontadas as despesas da cooperativa). Pode ter acesso a assistência técnica, colheita, transporte, financiamento e aquisição de máquinas (preço diferido);

4. plano de participação: contrato no qual o produtor pode ter ou não um valor mínimo garantido e mais uma participação específica nos retornos, após a venda das frutas (preço diferido). Não há preço mínimo garantido e o produtor não pode influenciar na política comercial adotada pela indústria, atacadista ou cooperativa.

5. consignação: mais usado no mercado de frutas frescas, passando o atacadista a ser responsável pelas vendas e retornando ao produtor o valor apurado, menos as despesas incorridas na comercialização. Exige alto grau de confiabilidade do produtor no comerciante.

Desta forma, contratos de comercialização assinados no início da safra regiam, em alguns casos, os aspectos formais da venda de fruta pelos produtores e sua compra pelas indústrias ¹¹². Os contratos de comercialização que foram adotados preferencialmente no setor, de 1985/86 a 1995/96, eram chamados contrato-padrão ou contrato de participação. O preço da caixa de laranjas era calculado levando-se em consideração a variação das cotações de suco na Bolsa de Mercadorias de Nova Iorque (média aritmética das cotações de suco, X) durante um período de

¹¹² Ver no *Anexos III Modalidades de contratos de comercialização ou venda das frutas*.

12 meses (de 01 de julho a 30 de junho do ano seguinte - chamado ano-exportação ou ano-comercial, estabelecido no contrato), a remuneração ou o custo de produção e comercialização do suco (Y) e uma taxa de rendimento industrial dos frutos estabelecida no início da safra (W) (ver mais detalhes adiante.). Desta maneira, como havia um preço oficial e teoricamente único a ser pago por caixa de laranja, sua determinação final era feita no final de cada ano-safra. O preço da produção acompanhava as variações da taxa de câmbio do dólar, estabelecido em reais segundo a cotação do dólar do dia do pagamento ao produtor (chamado "dolarização do pagamento", isto é, pelo dólar médio do ano-exportação). O preço, assim, era deferido, sendo dado um adiantamento e o restante em duas ou três parcelas ao longo do ano comercial¹¹³.

A partir da safra 1995/96, o contrato padrão foi cancelado, não podendo mais as indústrias fixar em preços e condições para aquisição do produto em comum acordo, e nem podem adotar conduta comercial uniforme. Desta forma, grande parte da produção começou a ser negociada caso a caso e a fórmula acima para cálculo do preço da caixa passou a não ser mais obrigatória¹¹⁴. Esta mudança aumentou a segmentação do mercado, esta tendência já tendo sido observada anteriormente.

Segundo Martinelli Jr. (1987), a agroindústria do Estado de São Paulo é responsável por mais de 90% do total da comercialização de suco concentrado produzido no país e pela maior parte da comercialização das frutas frescas no mercado interno e externo. A quantidade de frutas frescas comercializadas numa safra depende da situação dos preços do suco no mercado internacional (Bolsa de Nova Iorque, a única referência utilizada no Brasil). Estes elementos, aliados ao débil desenvolvimento do mercado de frutas frescas, estimulam o escoamento da maior parte da produção para a transformação industrial, como pode ser verificado pela tabela 10 abaixo.

Tabela 3.5. *Produção paulista de laranja: produção e destino (1.000 caixas de 40,8kg) (1979-1988).*

Ano	Fresca	%	Processada	%	Total
1979/89	31.000	20,0	124.000	80,0	155.000
1980/81	32.000	18,8	138.000	81,2	170.000
1981/82	25.000	13,9	155.000	86,1	180.000
1982/83	34.000	17,4	161.000	82,6	195.000
1983/84	35.000	17,5	165.000	82,5	200.000
1984/85	20.000	9,7	185.000	90,3	205.000
1985/86	19.000	7,9	220.000	92,1	239.000
1986/87	50.000	22,7	170.000	77,3	220.000
1987/88	40.000	18,2	180.000	81,8	220.000
1988/89	35.000	16,7	175.000	83,3	210.000

¹¹³ Para se ter uma idéia da variação nos preços recebidos pelos produtores apenas em função desta sistemática, ver em *Anexos II Figura 3. Citricultura paulista (preço médio em US\$ por caixa de 40,8 kg)*.

¹¹⁴ A decisão do CADE (Conselho de Defesa Econômica) viria também favorecer todo setor frente ao Plano Real. Este termo de compromisso foi resultado de um processo por parte dos produtores contra abuso de poder econômico pela agroindústria. A negociação levou a que os produtores concordassem com o arquivamento da denúncia sobre a prática comercial de cartel pelas indústrias. Sobre este assunto, ver Vieira e Alves (1997).

1989/90	44.000	14,9	252.000	85,1	296.000
1990/91**	51.000	20,0	204.000	80,0	255.000

** Estimativa

Fonte: IEA.

A comercialização das frutas não ocorre nas mesmas condições do começo da implantação de indústrias e da conquista da posição do país no mercado internacional de suco, momento em que o equilíbrio entre oferta-demanda de matéria-prima era instável, daí a "*corrida aos pomares*" que caracterizou o começo da compra das frutas em escala comercial.

A oligopolização, incluída a adoção entre as indústrias de uma sistemática comum de pagamento aos produtores, atenuou a disputa pela matéria-prima, formalizando o mercado cativo de frutas. Esta disputa de frutas acontece atualmente quando as cotações do suco aumentam muito ou quando novos grupos industriais se instalam no setor. Isto, ao lado da integração da citricultura às agroindústrias em detrimento do capital comercial "autônomo", define o caráter monopsônico da indústria no mercado das laranjas. No caso do município de Bebedouro, de 70 a 80% das frutas são compradas pela indústria, segundo informações obtidas em pesquisa de campo.

O preço das frutas varia principalmente de acordo com as cotações de suco no mercado internacional. Uma vez que o Brasil é o maior exportador mundial de suco, as estratégias de comercialização das indústrias neste mercado afetam as cotações de suco e a remuneração para muitos produtores, apesar do discurso dominante no setor que nega esta realidade.

Secundariamente, o preço das frutas varia em função da relação entre oferta e demanda no mercado interno. Como consequência, o preço das frutas frescas para o mercado interno sobe muito quando a cotação internacional de suco é favorável ao país, uma vez que os produtores preferem comprometer-se com a venda para a indústria no começo do ano-safra para que tenham garantido, antecipadamente, o preço previsto com a comercialização do suco.

Atualmente esta dinâmica não atinge os produtores especializados na produção e comercialização de frutas frescas, seja para o mercado interno, seja para o mercado externo, porque as frutas são de alta qualidade e eles recebem um preço diferenciado do restante dos produtores que produzem frutas para esmagamento. A revalorização do mercado interno pode tornar-se uma solução frente aos efeitos nefastos de uma superprodução e queda nos preços. O mercado interno de suco ainda é pouco desenvolvido, uma vez que as indústrias preferem vender grandes quantidades de suco no mercado internacional e o consumidor nacional tem preferência pelo suco fresco.

A manutenção do caráter monopsônico da compra de fruta está garantida pelas características do contrato de comercialização, que prende o produtor ao compromisso de vender sua produção ao longo de todo o ano à indústria com a qual ele assinou este contrato. A "liberação do pomar" do produtor a outros compradores normalmente é feita quando há a temporona ou em momentos de redução da velocidade da transformação industrial provocada por quedas nas cotações de suco. Nestes momentos, o produtor pode vender o restante de sua

produção para comerciantes do mercado interno de frutas. Produtores que "desviam" sua produção devem devolver o correspondente das frutas "desviadas" em dinheiro, na safra seguinte, podendo ser responsabilizados criminalmente por esta conduta.

Os escritórios autônomos de comercialização das frutas (ou ainda os pequenos e médios comerciantes) encontram-se, portanto, limitados pela verticalização na comercialização de frutas mantida pelas indústrias. Eles podem, então, além de comprar as frutas dos pomares "liberados", comprar a produção de pequenos produtores independentes ou de produtores especializados no mercado de frutas frescas para o mercado interno ou ainda estabelecer vínculos formais de comercialização com a indústria, estabelecendo-se entre as duas partes contratos de compra e venda de frutas.

A estrutura de comercialização dos comerciantes autônomos obedece, desta maneira, à mesma dinâmica de concentração e de verticalização da estrutura de comercialização das agroindústrias. Paralelamente aos *packing-houses* dos grandes comerciantes, existem barracões de pequenos comerciantes e intermediários que não têm nenhum armazém. Eles são ocasionalmente informados sobre a localização de uma propriedade (normalmente com pomar de baixa qualidade e produtividade), cujo produtor, por estar mais à margem da dinâmica central do setor, não tem ainda sua produção comprometida e sentem-se atraídos pelas formas de pagamento propostas (normalmente os comerciantes pagam a totalidade da produção em curto prazo, dois ou três meses, diferentemente da indústria que paga ao longo de todo o ano-safra), e pela garantia da colheita total da produção, em comparação com a indústria (que freqüentemente abandona frutas nas árvores). Mesmo assim, os pequenos e médios comerciantes, sem terem uma estrutura de colheita (caminhões de transporte da fruta e mão-de-obra mais estável) e de uma organização administrativa ágil para enfrentar os riscos da pericibilidade das frutas, dificilmente conseguem disputar os pomares com a indústria¹¹⁵.

Ao estabelecerem contratos de compra e venda das frutas com grandes comerciantes, as agroindústrias têm a vantagem de ter acesso à produção de pequenos produtores sem ter que passar pela complexidade da formalização de contratos individuais para quantidades de frutas separadamente pouco significativas, e também de poder contar com o rápido fornecimento de frutas em situações não previstas. Os grandes comerciantes, em contrapartida, podem ter acesso a grandes quantidades de frutas, utilizando-se da maior estrutura organizacional de colheita e transporte das frutas pertencentes à agroindústria. A forma que assume esta complexa triangulação entre produtores-indústrias-comerciantes depende certamente do preço de suco no mercado internacional.

Nesta operação, que tem resultado normalmente na concentração de frutas comercializadas junto à indústria, os produtores não são compensados financeiramente pelos diferentes destinos dados às suas frutas (se para o mercado interno ou para a transformação), enquanto que o preço fixado pelos comerciantes que compram da indústria varia conforme o

¹¹⁵ Informações obtidas através de pesquisa de campo.

preço do mercado internacional, todas as semanas e, antes da safra 1995/96, de acordo com a cotação do dólar (à maneira dos contratos de participação assinados pelos produtores junto à indústria).

Os conflitos que opõem os produtores às indústrias giram em torno, principalmente, das formas de comercialização da produção agrícola, do preço atribuído às frutas e de aspectos pontuais dos contratos. Os primórdios da citricultura em escala comercial, enfrentando preços diferenciados pagos aos produtores pelas agroindústrias, agravados pela intermediação oportunista dos comerciantes na compra de frutas (a avaliação errônea do volume da produção nos pomares e pedidos de "caixinhas"), resultaram em grande desconfiança dos produtores para com a indústria¹¹⁶.

As lembranças da crise que atingiu o setor em 1979 - e que levou à falência a agroindústria SANDERSON em Bebedouro e à paralisação praticamente total das atividades de esmagamento da fruta no Estado de São Paulo - evocam o lucro desmesurado dos grandes especuladores, tendo em vista que a indústria tinha comprado previamente a produção a um preço muito baixo, levando numerosos produtores à ruína.

É quando falam sobre a maneira como entendem o processo de formação do preço do suco no mercado internacional e das frutas que os produtores expressam suas críticas: os problemas causados pelo escalonamento da colheita e do pagamento das frutas; a não incorporação, na definição do preço da caixa, do correspondente aos subprodutos do esmagamento das frutas; as influências da indústria sobre o governo na definição das políticas macroeconômicas; a exportação de suco pelo oligopólio industrial e a sub-faturamento do comércio internacional de suco subsequente à verticalização total da rede de comercialização na exportação de suco (venda para escritórios de indústrias localizados no exterior); compra monopsonia das frutas.

Esta desconfiança agravava-se mais ainda devido às questões comerciais envolvendo a relação entre o preço do suco, o preço das frutas e a taxa de câmbio do dólar; as despesas externas e internas prescritas nos termos dos contratos; a taxa de rendimento, o cálculo econômico da vinculação do preço do suco estimado no mercado internacional até a fixação final do preço da fruta quando no período da vigência dos contratos de participação. As dificuldades que os produtores enfrentam para penetrar nas redes de informação vão causar outros problemas, desde a assinatura do contrato até a venda da produção por preços mais baixos que os fixados oficialmente, principalmente quando a colheita deve ser realizada com rapidez devido à maturidade avançada das frutas ou devido aos preços favoráveis do suco brasileiro no mercado internacional.

Apesar dos conflitos sobre as formas de estabelecimento dos preços terem sido atenuados pela vigência dos contratos de participação, o mesmo não aconteceu com as condições de comercialização das frutas, que continuam a ser fonte de desentendimentos. O fiscal da indústria

¹¹⁶ Entrevistas com diretor da CITROSANTOS e com o proprietário de um pequeno barracão.

é o responsável tanto pela programação da colheita, no caso das frutas terem atingido o grau Brix exigido (maduras)¹¹⁷, sua duração e qualidade, quanto pela definição do momento da assinatura do contrato. As relações que se estabelecem entre o produtor e o fiscal são ainda, freqüentemente, envoltas em vantagens oferecidas a título de "presentes pessoais" (porcos ou galinhas) ou marcadas por tráficos de influência envolvendo personalidades políticas e a direção das agroindústrias.

O conjunto destes elementos acima relatados mostra como os produtores estão sujeitos a uma falsa autonomia comercial, sintetizada nas palavras de um produtor entrevistado: "*pular de indústria em indústria não adianta nada, é tudo a mesma coisa!*". Esta falsa autonomia comercial caracteriza-se por

a. em primeiro lugar, por causa do caráter monopsônico da agroindústria na compra de frutas e oligopólico na comercialização de suco, uma vez que estas características comprovam a falta de concorrência na compra e pagamento da matéria-prima (formação de cartel);

b. em segundo lugar, devido à falta de compensação financeira aos produtores que produzem frutas de qualidade, nem pelas indústrias nem pelos grandes comerciantes. O fato de todas as frutas serem destinadas à transformação, quando a cotação de suco é vantajosa, é interpretado pelos produtores como uma das causas da falta de incentivo aos tratamentos culturais, principalmente para aqueles que escoam sua produção para o mercado de frutas frescas (à exceção dos produtores realmente especializados na produção de frutas para o mercado interno, uma vez que são melhor remunerados).

c. em terceiro lugar, por causa da verticalização, isto é, plantio próprio pelas indústrias, conforme analisou-se anteriormente. Vale aqui destacar uma observação feita por Neves (1996). Segundo este autor, os dados sobre a produção verticalizada não refletem a realidade com precisão, porque a indústria conta com fornecedores fixos: pomares de diretores e parentes diretos. Há incentivos, por parte das indústrias, para a formação desses pomares consistindo na garantia de compra e algum acréscimo em relação ao que os fornecedores cativos poderiam obter na venda aos concorrentes. Dois elementos explicam a estabilidade desta transação: por parte dos diretores, a manutenção de seus postos de trabalho e, por parte dos parentes diretos, a lealdade familiar¹¹⁸.

d. em quarto lugar, por causa de vantagens pessoais acordadas ou a alguns produtores individualmente ou a grupos de produtores (associação de venda chamadas *pools* de produtores); contratos com prazos maiores e com melhores condições (conhecidos como "*martelinhos de ouro*"); contratos de *toll processing* (arrendamento da capacidade industrial por produtores para produção e venda de suco independente da agroindústria); montagem de indústrias pelos próprios produtores como acionistas, onde sua contrapartida é o compromisso contratual de fornecimento de frutas durante até oito anos (colocando-se assim ao abrigo da taxa de

¹¹⁷ Os produtores chamam *reixo*, uma medida que determina se "*a fruta está madura ou ainda verde*".

¹¹⁸ Segundo Azevedo (1996, p. 426) este comportamento observa-se em empresas de vários tamanhos, portanto não é motivado por efeitos de escala.

verticalização agrícola pela agroindústria, que já chega a 50% em alguns casos e da capacidade ociosa do setor que está em torno de 30%).

Apesar das negociações coletivas anuais entre representantes dos produtores e das indústrias e de sua formalização nos termos dos contratos, há produtores com pouco ou nenhum poder de negociação, que ocupam, portanto, margens estreitas do mercado e não dispõem de informações de caráter estratégico sobre o mercado (incluindo a flutuação dos preços do suco no mercado internacional, a instalação de novas agroindústrias de transformação e as datas precisas da definição do ano-safra, dentre outras). A tensão expressa por este produtor "isolado" face à indústria vai se deslocar para outras questões além daquelas que dizem respeito ao plano das diferenciações nas condições de realização da produção agrícola: os privilégios obtidos por certos produtores a partir de negociações pessoais e individuais com a indústria, seja porque são grandes fornecedores seja porque gozam de certo prestígio político no âmbito municipal, regional ou mesmo nacional, seja devido à sua associação num "*pool*" ou pelo fato de serem acionistas de uma indústria¹¹⁹ ou membros de uma cooperativa industrial.

O *tool processing*¹²⁰ é uma relação que ocorre, segundo Neves (1996), há mais de 10 anos no setor, e, do lado dos produtores, o principal motivo de adesão é o desejo de incorporar margens da indústria e fugir do contrato-padrão, possível graças ao grande volume de frutas. São produtores insatisfeitos com a administração da colheita e com o frete pela indústria, procurando utilizar facilidades no comércio externo, efetivo controle de qualidade de sua fruta e aprendizado, já que é um estágio obrigatório para quem quer se integrar verticalmente montando uma indústria.

Do lado da indústria, os motivos de ceder capacidade produtiva são: reduzir ociosidade, obter receita adicional (US\$ 1,00 por caixa processada), ter menor necessidade de capital de giro (dispensando adiantamentos na compra de frutas), possibilitar melhor planejamento industrial, obter escala para operar eficientemente o transporte e a comercialização de suco e demonstrar ao produtor e ao mercado as vantagens do estreitamento de relações.

A existência de relações de natureza clientelística no setor é agravada pela presença de uma forma associativa particular de venda de fruta (*pools*) em um contexto de ausência de cooperativas de produção. Os *pools* são agrupamentos de produtores centrados na venda de laranjas por atacado, garantindo a "imobilização" dos pomares dos associados para a indústria. Eles administram todas as operações da colheita (com exceção do pagamento dos trabalhadores), procurando concentrar geograficamente pomares, promovendo a assinatura de só um contrato coletivo de venda e transportando as frutas até a indústria.

¹¹⁹ Apesar de ter-se, por vários depoimentos em campo, obtido a informação sobre a existência de grupos de produtores que participam de indústrias como acionistas, não se tem dados exatos a respeito. O que surgiu como informação mais confiável foi sobre um grupo de grandes produtores de Taquaritinga, liderados pelo presidente da ACIESP, em 1992, junto à nova agroindústria Societé Royal Citrus. Durante três anos os produtores pagariam o investimento feito através de uma redução do preço da caixa fornecida e o contrato assinado com a indústria teria uma duração mínima de oito anos, representando um importante anteparo à concorrência.

¹²⁰ É o caso do *pool* Montecitrus, que, em 1990, esmagava 12 milhões de caixas na CARGILL de Bebedouro.

A formação dos *pools* começou em 1975, durante um período em que o preço do suco no mercado internacional, e, portanto, da laranja, sofreu uma queda importante, situação agravada por uma oferta de fruta para transformação superior à demanda. Esta forma de associação mostrou vantagens frente ao acirramento da concorrência entre produtores¹²¹. No caso dos *pools* compostos por grandes proprietários (CONCITRUS), estes permitem o reforço do poder político local e regional destes proprietários, uma vez que eles mantêm boas relações de intermediação junto às indústrias.

Dentre as vantagens pessoais obtidas pelos produtores pertencentes aos *pools* estão: a garantia de cumprimento dos prazos dados para a colheita, independentemente da desaceleração no ritmo geral da colheita; pagamento mais vantajoso pelo aumento do valor da primeira parcela; escalonamento das datas de pagamento de forma favorável ao ritmo de desvalorização da moeda em relação ao dólar (na época do contrato de participação); aceitação incondicional de frutas entregues pelo produtor diretamente à indústria; liberação antecipada das frutas (fora das normas rígidas do contrato que rege a venda das frutas) o que possibilita ao produtor evitar a perda das frutas; um preço melhor pago pela caixa (até 20% superior à do preço oficial); a definição de uma melhor taxa de rendimento da fruta (5% superior); a possibilidade de alugar uma parte da capacidade de esmagamento da indústria; serviços de contabilidade, agrônomo, bancário e jurídico; compra no atacado de produtos químicos e participação como acionista do patrimônio do *pool*. Estas vantagens devem-se à grande quantidade de laranjas oferecida em conjunto. Paralelamente, usufruir de um contato direto e pessoal com instâncias administrativas da indústria pode ser decisivo para que o produtor obtenha informações relativas à complexa rede de comercialização da laranja e do suco e às estratégias mercadológicas da indústria. Uma vez de posse destas informações relativas à safra do ano seguinte, o produtor poderá definir sua própria estratégia comercial e de investimento.

Em resumo, os *pools* abrem espaços privados de poder econômico e político não apenas em função da disputa de privilégios junto à indústria como também em função da rigorosa seleção exercida no momento da formulação dos convites para ingresso apenas aos produtores que apresentem condições financeiras para aguardar os resultados das negociações com a indústria a cada ano, muitas vezes por um período bem posterior à assinatura dos contratos, que aceitem a existência de privilégios internos na associação e que não interfiram nas regras de funcionamento interno e de negociação com a indústria.

3.2. AS DIFERENTES POSIÇÕES SOCIAIS NO CAMPO ECONÔMICO DA CITRICULTURA

¹²¹ Vários *pools* estão presentes na região de Bebedouro: o GCB (Grupo de Citricultores de Bebedouro ou Grupo Arnaldo Marques Caldeira (com 150 produtores, comercializando 15 milhões de caixas/safra junto à CITROSUCO), o Montecitrus (esmagando 12 milhões de caixas de laranja/safra na CARGILL) e o Concitrus (dos mesmos proprietários da CITROSANTOS, que é o maior armazém de comercialização de laranjas do município, agrupando 30 produtores num total de 5 a 6 milhões de caixas junto à CARGILL e processando e exportando seu próprio suco através da FRUTROPIC e da CARGILL.

A constituição do CAI é a "coroação" do processo de "industrialização" da agricultura que acontece nos anos 1970. Resulta em uma integração indireta (ou parcial) entre a agricultura, a indústria e a comercialização, com conseqüências para a divisão e a organização do trabalho e para o fluxo da matéria-prima (frutas) para as indústrias. Ela vem mudar, pela adoção do sistema dos contratos formais de fornecimento das frutas assinados entre os produtores e a indústria, a dinâmica da comercialização e a margem de lucro até então determinadas pela oferta e pela demanda do mercado de frutas frescas.

A agroindústria influencia o ritmo e as formas da modernização da agricultura através do estabelecimento de relações com os produtores que apresentem crescentemente os pressupostos da produtividade e rendimento agrícolas e qualidade dos frutos. Esta reorientação dos modos de produção traz mudanças significativas no conjunto das relações sociais anteriormente existente, mas ela não é um processo linear e isento de contradições. Muito pelo contrário: se os conflitos sociais atualmente presentes na citricultura explicam-se em parte pela presença da agroindústria como determinante maior do espaço de mercado criado pela transformação das frutas e pela projeção da citricultura no cenário internacional, a análise histórica mostra que eles também são ligados tanto às formas distantes pelas quais se deu a ocupação e formação social e o desenvolvimento econômico da região assentado sobre a agricultura, como foi analisado no capítulo II, quanto às formas pelas quais se dá a articulação dos interesses agroindustriais e agrícolas, que foi objeto do presente capítulo.

À medida que avança a adoção do dinamismo industrial na citricultura, resultado de sua crescente integração com a indústria, os grupos sociais transformam-se e novas formas dominantes de relações sociais definem-se, sem substituir completamente relações de poder tradicionais que vão (re)surgir, transformadas, nas formas de articulação das elites rurais com a agroindústria, apesar das novas requisições técnicas e organizacionais às quais a citricultura passa a ser submetida. Enquanto os interesses da parte agrícola e industrial aproximam-se, o apelo ao empresário rural conforma-se aos resquícios do poder sobre a *terra* e sobre o *trabalho*, determinando padrões diferenciados de acesso e adoção das técnicas de produção e criando espaços diferenciados de reprodução dos grupos sociais, num processo de politização do *mercado*. A personificação do empresário rural encontra suas limitações também na sua articulação com a agroindústria. Há uma limitação estrutural (pela manutenção de um modo de apropriação da terra e de organização e divisão do trabalho) e a uma limitação dinâmica (derivada da limitação anterior, mas também criada pela formação de planos diferenciados de mercado, onde atuam pressupostos socioculturais).

Muda agora a forma como as elites patrimonialistas relacionavam-se com o poder político anteriormente. Para Faoro (1975), não existe separação precisa entre as esferas econômica e política na sociedade, e a busca do poder político não acontece a partir de interesses autônomos e articulados. Ela segue a lógica do controle direto de uma fonte substancial de

riqueza em si: o próprio aparelho do Estado. Para estas elites, a mudança na posição do Estado em relação ao financiamento e gestão de conflitos no setor¹²² impôs a necessidade de articular sua vida econômica diferentemente, via reprodução do clientelismo moldado ao longo da definição do campo econômico da citricultura. Por sua vez, apesar de não ser objeto deste estudo, a agroindústria, influencia a vida política e econômica das cidades pela riqueza gerada (como resposta observa-se a frequência com que os trabalhadores assalariados lançam candidatos às prefeituras dos municípios da região). De certa forma, o patrimonialismo se expressa não apenas na sobrevivência destas elites rurais tradicionais no que diz respeito à sua relação econômica com a agroindústria mas também na sua relação com o poder político local e regional, mostrando a dupla face do *habitus* empresarial na região.

A região de estudo insere-se no berço da economia cafeeira até os anos 1940-50, passado que se prolonga na memória e nas referências significativas, um passado de relações de poder e de modos de intervenção do Estado sustentadores da economia agro-exportadora. A constituição atual do campo econômico da citricultura, na região de Ribeirão Preto, fez-se, durante os anos 1950-70, por políticas públicas que favoreceram largamente a implantação da citricultura em bases técnicas modernas, assim como a instalação das agroindústrias. Assim, durante a fase de expansão horizontal da citricultura, o Estado marcou sua presença para assegurar a formação das bases agrônômicas para o desenvolvimento da citricultura (necessária à oferta regular de frutas e à relativa padronização de sua qualidade, inclusive a seleção de variedades mais comerciais, com os melhores rendimentos industriais e sabor), garantindo desta maneira os investimentos do capital industrial. Certas ações do poder público influenciaram a regionalização da cultura e, em seguida, a concentração geográfica das agroindústrias.

Ocorrem mudanças no padrão de intervenção do Estado entre os anos 1950 e 1960: no processo de desarticulação do complexo rural (cafeeiro) e da economia agro-exportadora - onde o capital comercial ditava o padrão de acumulação, inclusive no início da citricultura como alternativa econômica ao café e na fase inicial da implantação das agroindústrias esmagadoras - a agricultura perde sua regulação geral que era dada pelo mercado externo/interno. Isto impõe uma participação cada vez maior do Estado no sentido de formular políticas específicas para cada complexo agroindustrial com dois objetivos: o primeiro, de restabelecer uma regulação geral no sentido de procurar definir os principais parâmetros para a rentabilidade dos capitais empregados nos distintos ramos e para arbitrar as contradições que se internalizam nesses novos complexos como, por exemplo, a fixação dos preços e margens dos produtos intermediários, a fiscalização da competição oligopólica, o estabelecimento de cotas das exportações, etc (árbitro da rentabilidade das partes). O que no complexo rural levava o Estado a uma intervenção de caráter emergencial, no CAI esta intervenção é permanente, via crédito agrícola (anos 1970).

¹²² Para mais detalhes sobre este aspecto no que diz respeito à agricultura no geral, ver Belik (1997). Elementos deste aspecto na citricultura são dados por Oriani e Paulillo (2000).

Desta forma, nos anos 1960 e 1970, graças às políticas de crédito agrícola e ao programa de reflorestamento, aos fortes estímulos para as exportações, a uma política econômica de crescimento rápido apoiada sobre a poupança externa e às conseqüências das geadas nos EUA (o que abriu e depois manteve o mercado mundial para o suco brasileiro), houve poucos investimentos em produtividade, uma vez que a prioridade foi a imobilização do capital no sistema financeiro ou na compra de terras.

A crise econômica do final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, observada nas taxas crescentes de inflação e nas dificuldades de negociação das dívidas externas e internas, faz com que o crédito agrícola subsidiado perca sua sustentação política. De acordo com Kageyama et al. (1987), o financiamento da agricultura perde o tratamento diferencial que tinha com o sistema financeiro, o capital produtivo aplicado na agricultura passando a enfrentar as mesmas dificuldades do capital produtivo em geral¹²³. A grave crise de financiamento público da atividade agrícola, impõe ao produtor uma capacidade de auto-financiamento e de criação de relações institucionais no mercado. Há, portanto, uma segmentação do mercado, isto é, o estabelecimento de *nichos* que vão possibilitar maiores ou menores condições de reprodução e acumulação para os produtores. Isto ocorre quando a reprodução dos capitais expande-se no mercado de capitais e financeiro possibilitando em alguns casos um autofinanciamento das mudanças tecnológicas necessárias.

De acordo com Almeida (1988), o motivo que leva à continuação da expansão da agricultura industrializada no estado (cana-de-açúcar, laranja e soja), apesar da situação econômica desfavorável, é que ela pôde apresentar vantagens para disputar os recursos financeiros que se tornaram restritos - como maiores rentabilidades e garantias de acesso às informações privilegiadas sobre financiamentos e novas tecnologias. No caso da laranja, o que também favoreceu esta expansão foi a evolução do mercado internacional num contexto em que as bases estruturais de produção já se tinham consolidado.

A partir da metade dos anos 1980, o que se vê então, após a tentativa de implantar uma política de preços mínimos, é um afastamento do Estado da função de regulação permanente (introdução dos contratos de participação), sua intervenção sendo indireta como resultado da política macroeconômica (política cambial). A representação sindical debilita-se e surgem as associações civis que vão definir as estratégias centrais e aparentemente coletivas de negociação dos preços e um processo de acesso ao crédito que passa pela agroindústria (Plano Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial) e crescentemente pelos bancos privados.

A diminuição nos financiamentos estatais vai deparar-se com uma citricultura de baixa produtividade, e são principalmente os produtores mais tecnificados, que tinham historicamente se apropriado de uma mais-valia suplementar, uma vez que o mercado vinha remunerando produtividades mais baixas, os que puderam superar esta nova conjuntura. Desta forma, sobreviveram os que puderam acomodar-se aos planos diferenciados de mercado e sobressair-se, apesar das transformações nos processos de apropriação da terra e de organização do trabalho, na

¹²³ Ver no *Anexos II Figura 7. Preço pago ao produtor.*

direção do rebaixamento dos preços recebidos. Estas transformações afetando a terra, trabalho e mercado dificultam, no entanto, a conversão empresarial na citricultura, uma vez que impedem a concorrência entre resultados produtivos. Viu-se como a agroindústria também contribui para que esta dificuldade exista.

No que diz respeito à agroindústria, sua dinâmica monopsônica e oligopólica sedimentada no padrão horizontal de expansão da citricultura possibilitou os realinhamentos estruturais e dinâmicos necessários ao enfrentamento desta crise de subvenções. As agroindústrias verticalizaram-se rapidamente - investimentos em instalações industriais, em câmaras frias (hoje com uma capacidade de 75% da produção agrícola nacional), caminhões de transporte e navios refrigerados a granel, barcos e terminais marítimos privados no país e no exterior, e escritórios comerciais de representação no exterior.

Nos anos 1980 e 1990, delineiam-se novos processos de produção e relações de trabalho na citricultura com a queda das subvenções à agricultura, acirramento da concorrência internacional e obstáculos à exportação para EUA, fragmentando as formas habituais de intervenção do Estado e acentuando sobremaneira a crise no padrão de acumulação na agricultura baseado na modernização agrícola dos anos 1960-80. Esta realidade traduz grandes mudanças nas posições dos diversos agentes envolvidos internamente no setor – os quais permearam historicamente as negociações entre produtores e o oligopólio industrial -, naquilo que podemos chamar de uma crescente “privatização” das relações entre produtores e indústria, uma vez que estes dois segmentos da cadeia do complexo agroindustrial atuam atualmente quase em autonomia com relação ao Estado, inclusive no que diz respeito às negociações sobre preços agrícolas (frutas). Enquanto os interesses no período agro-exportador mantinham uma relação direta dos interesses específicos econômicos junto ao Estado, a partir de 1980 surgem as associações por setor que vão concorrer com outros setores pelos recursos e políticas, suplantando a representação sindical classista.

Desta forma, os parâmetros do processo de seleção social na citricultura modificam-se e tornam-se mais pungentes, processo este que se coloca em última instância no balizamento e qualificação da inserção comercial das unidades produtivas no mercado agroindustrial. Estes parâmetros foram potencializados, durante a década de 1990, pelos investimentos na qualificação do trabalho e pelo processo de verticalização da produção por parte da agroindústria e expressos, no mesmo período, pelo término tanto do contrato de fornecimento padrão quanto da responsabilidade da colheita das frutas por parte da indústria. O mercado assume configurações variadas: condomínios de produção e *pools* de comercialização e de participação em atividades de esmagamento.

Atualmente, a expansão do complexo agroindustrial é feita através da utilização de mecanismos de controle da expansão da superfície cultivada (controle privado da assistência técnica e da geração tecnológica); através da integração dos capitais agrários e industriais pela adoção de contratos de participação; através da pesquisa sobre formas de incremento do

rendimento agrícola (mudança de produtividade/árvore para produtividade/área); através da criação de dificuldades financeiras e mercadológicas à instalação de novos grupos industriais; e através da dificuldade de instalação de novas cooperativas industriais pelos produtores.

A agroindústria de transformação, através de contratos de fornecimento das frutas (ou de comercialização), não interfere diretamente nas escolhas e decisões sobre o sistema produtivo, reservando aos produtores uma relativa autonomia neste sentido. Porém, as exigências atuais de redução dos custos de produção e de aumento da produtividade e qualidade das frutas, devido ao acirramento da competitividade no mercado internacional e ao grande volume na oferta das frutas (por conseguinte, a redução da rentabilidade histórica no setor)¹²⁴, põe em discussão a "eficiência" do produtor. Em termos gerais, o espaço de reprodução e de acumulação dos produtores será crescentemente circunscrito àquele do mercado definido pela agroindústria.

Examinaram-se os sinais desta tendência: a imposição de pacotes tecnológicos semelhantes à integração clássica, a mudança no ritmo no fornecimento das frutas que afeta a organização e divisão de trabalho, a participação diferenciada de certos produtores no mercado internacional e outras formas de integração do produtor à agroindústria. Neste contexto, a posição particular de inserção do produtor no mercado vai definir as diferenciações sociais e econômicas entre eles, inclusive sua reprodução no setor. O acesso ao mercado (e sua própria dimensão) muda em relação aos diferentes grupos sociais condicionando suas condições de reprodução respectivas. No que diz respeito aos aspectos da oligopolização e da internacionalização do setor, é a agroindústria que, em primeira instância, comanda a dinâmica comercial e define as conflitualidades prioritárias e os conjuntos das relações sociais. Assim, os fatores relativos à internacionalização do setor e os aspectos relativos, conseqüentemente, à dependência e dominação externa e interna (tais como os discursos sobre os efeitos nefastos das geadas e a da Bolsa de Nova Iorque, a minimização das questões estruturais e a abstração dos parâmetros econômicos da competitividade do país na produção de suco) não parecem ser os únicos elementos que afetam a natureza das relações na esfera da citricultura.

Apesar destes aspectos que indicam mudanças significativas no modelo de desenvolvimento atual do setor, os elementos tanto estruturais quanto dinâmicos das relações produtores-indústrias-trabalhadores assalariados permanecem ainda dentro dos paradigmas do crescimento horizontal da citricultura:

1. organização e divisão do trabalho baseadas na exploração da mão-de-obra e resistências quanto à qualificação da força de trabalho e aperfeiçoamento das malhas salariais;
2. oferta abundante de matéria-prima agravada pela verticalização dos pomares pela agroindústria e resistência na adoção de pagamentos diferenciados por frutas de qualidades distintas (por exemplo, via Teor de Sólidos Solúveis), o que estimularia a adoção de sistemas tecnológicos mais eficientes (redução dos custos de produção agrícola e eficiência na gestão das

¹²⁴ Ver Tabela 16 e Figuras 2 e 3 no *Anexos II*.

propriedades). A prioridade ainda é a quantidade de frutas produzidas, não importando o perfil tecnológico do produtor;

3. oligopolização agroindustrial crescente que comanda o preço da laranja "in natura" para o mercado interno e para a transformação industrial, associada a uma crescente participação dos produtores dinâmicos nos investimentos do capital industrial, diminuindo a concorrência entre grupos econômicos internamente no país;

4. mudança no papel do Estado, que se limita ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e à vulgarização agrícola, às situações emergenciais e às políticas macroeconômicas que afetam a agricultura e o setor, mais especificamente;

5. a "territorialização" dos interesses regionais e locais (englobando os poderes públicos e privados, sejam eles industriais ou agrícolas), baseada em relações clientelísticas e barganhas políticas (relações pessoais e privilegiadas que a agroindústria mantém com certos produtores, fora das normas fixadas nos contratos de fornecimento das frutas, não importando a produtividade dos pomares).

A dimensão dos impactos da estrutura de mercado agroindustrial, além dos efeitos das políticas do Estado, difere para os distintos grupos sociais dentre os produtores no seu conjunto, segundo sua posição econômica, social e política junto à agroindústria e à sociedade agrícola local e regional. Entendidos aqui como diferentes planos do mercado, esta análise revela estratégias de recriação dos grupos sociais dentre os produtores pela agroindústria como uma extensão da dinâmica de poder da citricultura.

O *habitus* empresarial se descola do campo da produção ideológica das elites na citricultura - expressa pela aliança entre o agrarismo patrimonialista e o agrarismo produtivista -, para penetrar com força nas representações dos *produtores familiares modernos*. Estes vão tornar-se o núcleo principal de renovação deste *habitus*, dando-lhe novas significações (reestruturando-o através do ideal empresarial). Isto ocorre num contexto onde, a partir de sua trajetória social ascendente, os pequenos e médios proprietários aderem aos preceitos da competitividade.

A perspectiva histórica das transformações do contexto social, econômico e político é essencial para compreender a produção das referências socioculturais do *produtor moderno* sobre sua trajetória social, uma vez que estas referências vão (re)definir o campo conflitual na citricultura, onde as relações de força e de poder tornam-se atualmente a base da construção de sua identidade sócio-profissional de empresário rural.

A análise do campo conflitual e da produção de referências socioculturais relacionadas à identidade sócio-profissional dos *produtores familiares modernos*, que segue no próximo capítulo, pode desta maneira respeitar as determinações provindas da estrutura social. Em outras palavras, os elementos culturais originários do conjunto das representações sociais - que demarcam o campo conflitual na citricultura - mantêm sua coerência e articulação com o contexto das mudanças estruturais do presente modelo de desenvolvimento do setor adotado,

uma vez que é a partir de uma diferenciação social, política e ideológica, sob uma concepção de agricultura intensiva e de inserção no mercado como um prolongamento da produção, que emerge esta categoria sociocultural dos produtores dinâmicos e competentes que vai tornar-se importante na legitimação das novas estratégias de desenvolvimento do setor.

CAPITULO IV

A TRAJETÓRIA SOCIAL E *ETHOS DE POSIÇÃO* DOS PRODUTORES FAMILIARES MODERNOS

Através da análise do processo histórico da constituição das relações sociais na direção da articulação da citricultura com a agroindústria, analisou-se a maneira pela qual os grupos sociais se transformaram e se inseriram diferentemente na estrutura e na dinâmica da agricultura local e regional. Viu-se que a origem dos *produtores familiares modernos* de laranja responde a um duplo movimento, de um lado, de decomposição/recomposição de propriedades e, de outro, de expropriação dos meeiros e arrendatários/formação inicial do mercado de trabalho assalariado, potencializado pelas mudanças trazidas pela integração entre a produção das frutas e a agroindústria de transformação.

Ao longo deste processo de integração, a terra, o trabalho e as técnicas de produção vão adquirir significações distintas na trajetória social dos produtores familiares, compondo um referencial tecnológico definidor de sua ocupação e profissão. Este referencial será central na orientação sociocultural referente ao ideal empresarial que vai procurar representar-se na ação política.

Em que pese a dissociação entre propriedade e trabalho da família, as leituras que esses produtores fazem de sua própria trajetória social outorgam-lhes uma posição diferenciada em relação aos outros grupos sociais de produtores modernos, no campo econômico da citricultura, conforme será visto neste capítulo. A análise das representações sociais dos *produtores familiares modernos* permite projetar dinamicamente este grupo diante de estruturas, através do resgate de suas posições e orientações particulares frente aos requisitos de competitividade no setor. Em outras palavras, as representações sociais dos produtores familiares modernos¹²⁵ sobre sua trajetória social traduzem seu modo de filiação, isto é, seus princípios de identidade-identificação constitutivos do *ethos de posição* como demarcador de sua identidade sócio-profissional de empresário rural estabelecida na ação política setorial.

4.1. SER PRODUTOR MODERNO: UM PESO, VÁRIAS MEDIDAS

¹²⁵ As entrevistas foram, num primeiro momento, organizadas de forma a concentrar os temas relevantes. Trechos delas foram destacados ao longo deste capítulo. Todas as entrevistas, com exceção de dois produtores que habitavam em sua propriedade rural, foram realizadas na residência urbana dos entrevistados ou na Casa da Agricultura de Bebedouro. Lembra-se novamente aqui que o termo "*produtor familiar moderno*" refere-se à unidade de análise, composta de pequenos proprietários tecnificados com tamanho de propriedade até 50 ha. Quando se quer referir ao médio ou grande proprietário tecnificado, o termo produtor moderno vem acompanhado destas especificações.

A região de Ribeirão Preto, onde fica situado o município de Bebedouro, é chamada de "Califórnia Brasileira", uma referência usada pelos agroindustriais e pelos políticos locais para designar o território de 250 km² onde a agricultura - principalmente as culturas de cana-de-açúcar e laranjas - é o centro da economia e onde vivem aproximadamente 3 milhões de habitantes, dos quais entre 150.000 a 200.000 são trabalhadores sazonais.

A expressão "Califórnia Brasileira" reflete a percepção da população urbana sobre os benefícios do modelo de desenvolvimento da agricultura regional, mas também uma imagem caricatural do modo de vida ostensivo dos citricultores de Bebedouro, tal o dinamismo dado pela citricultura à economia local e regional:

*Acostumados a viver na propriedade e dedicando-se a plantar culturas como arroz, milho, café, algodão [...] o agricultor hoje mora na cidade em belas mansões, ele passa a maior parte do seu tempo em cafés, bares ou jogando baralho pois ele tem tempo livre [...] A madame não gosta de morar no sítio, os filhos estão estudando, têm empregados na propriedade e vão uma vez por semana ou mês lá. 95% destes 718 citricultores de Bebedouro têm este ritmo de vida. O citricultor coloca seu dinheiro no Over, no LDB, no CDB, na poupança [...] Ele não investe na sua propriedade [...] Ele recebe uma bolada na entrada e compra apartamento em Copacabana, no Guarujá, muda de carro todos os anos. O filho tem camioneta e motocicleta*¹²⁶.

Várias imagens sobre a riqueza e a prosperidade dos produtores e da região são dadas pela imprensa nacional, ou até mesmo internacional¹²⁷. Se elas tendem, por um lado, a ocultar os efeitos sociais das transformações na agricultura local, por outro, elas revelam uma visão aguçada da realidade de acumulação econômica e de qualidade de vida na qual se encontra a maioria dos produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes proprietários de terra.

Inicialmente, as falas dos entrevistados indicam que existe um modo principal de apresentação do conjunto dos produtores de laranja que reforça sua especificidade social como "produtores privilegiados". O fato de serem *citricultores* define seu "sucesso" em relação aos produtores agrícolas em geral. Esta imagem parece também ser coerente com a maneira de evocar os determinantes do "acaso" da marcha da agricultura local: "*aqui, só as laranjas podem crescer!*"; "*a roça não dá certo!*"¹²⁸; "*tivemos sorte: aqui, há terras boas e um clima adequado para a cultura!*"; "*nós temos tradição nas culturas permanentes!*". Esta maneira do produtor moderno destacar-se através da singularidade de um produto agrícola torna-se a primeira referência da sua *ocupação* em termos instrumentais (ou operacionais) e da sua *profissão*, uma vez que ela abriga a expressão de sua orientação no campo dos conflitos sociais e, até mesmo, em relação a produtores de outras culturas e frente, por exemplo, ao poder público¹²⁹.

¹²⁶ Depoimento de Jorge, proprietário do bar "Esquina do Pecado", situado na praça central de Bebedouro e muito frequentado pelos produtores (janeiro/1990).

¹²⁷ "Riqueza dos laranjais de São Paulo é cenário de novela da Globo", *Folha de São Paulo*, 08/01.1989; "Bebedouro, où les oranges ont parfum de prospérité", *Le Monde Diplomatique*, 16/02/1992.

¹²⁸ *Roça* é a designação popular atribuída a uma pequena plantação característica da exploração familiar. Na região de estudo, ela está associada às antigas relações de produção de parceria e arrendamento. Para os trabalhadores assalariados, a "roça" é o campo de trabalho.

¹²⁹ Este dois últimos elementos resumem-se no depoimento de um dos diretores da FRUTESP: "A competência do setor tem uma característica interessante. O setor citrícola nasceu livre do governo, fora do atavismo estatal brasileiro e o paternalismo econômico brasileiro" (fevereiro, 1990).

A análise das representações sociais dos *produtores modernos* mostra que as diferenciações sociais existentes entre os citricultores, no seu conjunto, são fortemente marcadas, num primeiro momento, por características de natureza estrutural-econômica (planos 1 e 2 abaixo) e, crescentemente, por referências culturais (plano 3 abaixo). Os planos nos quais estas diferenças explicitam-se¹³⁰ são:

1) a origem social dos produtores, em que o acesso à terra e a base fundiária representam os elementos centrais ao redor dos quais se definem as diferentes trajetórias familiares: *pequenos, médios e grandes proprietários*;

2) o acesso aos fatores de produção adquiridos no mercado que conformam um determinado conjunto operacional do sistema produtivo, tais como mão-de-obra e disposições técnicas: *pequenos, médios e grandes produtores*;

3) a defesa de valores (tradição rural/vocação agrícola, saber-prático/experiência, trabalho e gestão familiar) relativiza o peso do tamanho da propriedade e da quantidade dos fatores de produção e traduz a valorização de um *referencial tecnológico* particular, considerado aqui como uma posição dinâmica do produtor frente às estratégias produtivas (internas) e a estratégias de comercialização (externas): *produtores modernos e produtores arcaicos*.

Estes três planos ocupam uma ordem crescente de importância na direção da determinação de sua posição distintiva e valorativa frente aos demais produtores - ordem esta que será apontada na medida em que se (re)constrói sua trajetória social em termos cronológicos. É, portanto, dentro deste terceiro plano¹³¹ que os *produtores modernos* se distinguem tanto dos produtores modernos/grandes proprietários quanto dos produtores que especulam com a produção, sejam pequenos, médios ou grandes proprietários, e dos trabalhadores assalariados. Este conjunto de distinções, que são produzidas com intensidade e direção diferentes¹³², surge através da construção do *ideal empresarial*, como modo de orientação frente ao sistema

¹³⁰ As denominações que seguem, quais sejam, "*pequenos, médios e grandes proprietários*", "*pequenos, médios e grandes produtores*" e "*produtores modernos e arcaicos*" são abstrações analíticas feitas a partir dos diferentes planos de percepção nos quais suas representações se estruturam. É importante frisar aqui também que, em nenhum momento das entrevistas, eles se autodenominaram *empresário rural* sendo este um termo recorrente no meio agroindustrial e da assistência técnica. Como o que interessou foi a forma de aproximação e construção desta noção para os produtores modernos, num campo de diferenciações e conflitos, este termo também não foi mencionado durante as entrevistas.

¹³¹ A agroindústria adota uma classificação com base na quantidade de caixas produzidas pelo produtor e que, portanto, ao não mencionar o tamanho das propriedades, se aproxima do segundo plano acima apontado. As novas modificações em termos de associação do produtor para contratação de trabalhadores (condomínios) e para a venda das frutas (*pools*) fazem com que as classificações tanto em termos de área quanto em termos de volume de produção percam sentido na configuração da dinâmica social na citricultura no sentido em que a reprodução e seleção social de determinado produtor (em nível individual) é dada também pela sua "capacidade" de pertencer a um coletivo (e não só as características econômico-estruturais). As novas requisições que atentam para a produtividade/área, rendimento/árvore e teor de sólidos solúveis fragilizam também estas classificações. Lembra-se que se adotou o critério adotado pelo IEA apenas no sentido de facilitar a referência à estrutura social. No entanto, o critério fundamental é o da trajetória social onde realmente encontram-se a maioria dos pequenos proprietários.

¹³² Relações de exploração e relações de dominação permeiam estas distinções. Enquanto as primeiras sucedem-se em nível da centralidade do trabalho (*antagonismo* em relação ao trabalhador assalariado), as segundas em nível das estruturas de mercado e de chance, onde sobrepujam privilégios e status (de um lado, *oposição* em relação aos produtores especulativos ou arcaicos e, de outro, *aproximação relativa* em relação ao produtor moderno/grande proprietário).

produtivo e ao ambiente comercial, uma vez que as características de natureza e caráter estrutural-econômico são aí (re)elaboradas de modo a resultar na sua relativização como explicitação das diferenças sociais.

A consideração desses critérios de "classificação", segundo a representação que os produtores modernos têm de si próprios, a partir da leitura que eles fazem dos outros grupos sociais, possibilita a compreensão dos modos particulares de inserção no campo conflitual da citricultura. Como em torno da racionalidade empresarial, que vigora no setor, dá-se uma disputa em torno da apropriação e afirmação dos signos característicos de tal racionalidade, o ideal empresarial formulado pelos *produtores modernos* torna-se a forma de legitimação de sua especificidade e posição nesta disputa.

4.1.1. Um peso, a terra: a origem e a trajetória social classificam os pequenos, médios e grandes proprietários

A maioria dos produtores familiares modernos pertence à segunda ou terceira geração de imigrantes italianos do final do século XIX. Alguns trouxeram um certo capital consigo e puderam comprar terras imediatamente. Outros vieram para trabalhar nas plantações de café como colonos ou como meeiros ou em outras culturas que viriam progressivamente substituir o café.

O fato de ser *herdeiro de terras* (P3, P9, P10ele, P11, P12, P14, P15)¹³³, ou *ex-colono do café ou ex-meeiro* (P5, P6, P7, P8, P10ela, P13) ou ainda *profissional liberal* (P0, P1, P2, P4a, P4b, P16) definiu, no período entre 1930-70, possibilidades e formas distintas de adesão à citricultura, as quais se conjugam no tempo à outras condições estruturais complementares e derivadas das diferenciações no acesso a terra, mas que atuaram também favoravelmente neste sentido: a antigüidade de instalação na região; o eventual remembramento das terras familiares para constituir uma base fundiária significativa e viável; a origem do capital investido inicialmente e do capital operacional (natureza do trabalho complementar: fonte de renda principal ou secundária); o tamanho da família, perfil e disponibilidade de mão-de-obra; a posse de um lastro financeiro suficiente para empreender-se na nova cultura e aguardar os resultados da primeira colheita e a possibilidade de fazer coincidir o momento de entrada na citricultura com o do bom desempenho do suco brasileiro no mercado internacional. Além destes elementos, o eventual recurso a uma rede de contatos local, regional ou mesmo nacional de acesso às informações sobre as melhores estratégias de adesão à citricultura e de comercialização das frutas, também agiu favoravelmente.

Desta maneira, a origem social do produtor atribui tonalidades bastante diferenciadas às trajetórias familiares, uma vez que ela aponta, particularmente, as condições de acesso à terra - e em certa quantidade -, o que determina conseqüentemente as condições de sua introdução na

¹³³ Indicações de produtores entrevistados.

citricultura, sua estabilidade social e econômica no setor e o modo como considera sua propriedade rural.

Os produtores familiares modernos selecionados socialmente¹³⁴, tanto dentro da dinâmica das transformações sociais na agricultura local (herdeiros de terra, ex-colonos e ex-meeiros) quanto fora da agricultura (profissionais liberais ou comerciais que se introduziram posteriormente na agricultura local), reconhecem o processo de concentração de terras, principalmente a favor daqueles "*que faziam café e pecuária, o que permitiu que eles tivessem mais facilidade para fazer negócios, e que compraram terras dos pequenos proprietários*" (P4). A dinâmica competitiva do começo da citricultura e a valorização das terras excluíram aqueles que "*faziam roça porque as culturas temporárias nunca foram o ganha-pão de alguém; ela não permitiu a compra de terras*" (P6), revigorando a opção pela especialização no plantio das laranjas.

O processo de concentração fundiária, neste sentido, assume um lugar secundário nas suas representações das transformações sociais na agricultura local. Para eles, foi a definição de prioridades e os esforços pessoais de investimento fixados durante os anos 1970 que determinaram sua permanência na agricultura local. Eles atribuem uma posição simbolicamente valorizante comum a todos os que realizaram "*um bom negócio, uma boa escolha no momento mais apropriado!*". A impossibilidade de acesso à propriedade da terra ou a perda das condições sociais de produção ou a venda de terras de agricultores endividados são entendidos como consequência das prioridades fixadas "*em aplicações financeiras, poupanças... esses, no final das contas, ficaram com absolutamente nada*" (P4); "*aquele que continua na terra hoje, é aquele que tem amor à terra, que não sabe fazer outra coisa além disto, que ama trabalhar na terra*" (P6); "*aquele que, em vez de aplicar os subsídios na produção, comprou carros, gado...*" (P13).

4.1.1.1. Ser herdeiro: da fazenda ao sítio ou à chácara¹³⁵

Os *produtores modernos* dos quais se tratará aqui são herdeiros de terras, descendentes (filhos ou netos) de proprietários de fazendas de café ou de pecuária. Alguns falaram, nas suas recordações de infância, da mudança radical na sua vida familiar após a crise econômica de 1929:

¹³⁴ Como variáveis que guiam o processo de *seleção social*, conforme explicitado aqui, tem-se a possibilidade de acessar à propriedade da terra (seja através da compra ou seja através de herança) e, progressivamente, a articulação com a agroindústria de transformação e a integração no mercado internacional de suco de laranja. Este processo, portanto, representa a outra face da *marginalização social* (aqui entendida como afastamento do produtor da dinâmica econômica e social central do setor) ou da *exclusão social* (aqui entendida como perda das condições materiais de produção).

¹³⁵ *Sítio* e *chácara* são designações de acordo com o tamanho da propriedade e comumente associadas a espaços de lazer. Para muitos profissionais liberais, são a residência secundária onde a atividade agrícola é considerada um "passa-tempo" ou uma diversificação dos investimentos financeiros.

Eu me lembro que nossa fazenda era praticamente a monocultura de café, e como o café ia bem para nós, realmente sofremos com a crise de 1929 [...] Tínhamos não sei quantos sacos de café no porto de Santos e a venda foi interrompida.... (P12)

As fazendas foram desmembradas em sítios ou chácaras para constituírem partes de herança, às vezes completadas por dotações em dinheiro. Esta divisão de terras ocorre num momento de tentativa de saneamento da crise cafeeira, portanto os lotes herdados eram pequenos e poucos puderam contar recursos financeiros de apoio para ingressar rapidamente na citricultura:

Meus avós nasceram no Brasil, em Jaboticabal. Na agricultura eles eram os proprietários, era uma propriedade grande. Era o café [...] Meus avós compraram a fazenda em Bebedouro e os filhos herdaram. Eu me lembro ele dizia que não tava fácil recuperar o equilíbrio com a crise de 30 [...] Nós ficamos com um sítio da herança do pai [...] Lá, era uma terra pequena, eu ganhei então esta aqui de meu sogro, em 1986, com um pouco de laranja. (P10)

A adoção de gestões familiares destas novas explorações, no caso onde houve lembramento de parcelas distribuídas por herança entre membros de uma mesma família, sob um mesmo empreendimento econômico (associação de propriedades não contíguas -através de uma contabilidade comum - ou lembramento integral de propriedades contíguas ou compra associativa de terras), permitiu a criação de uma "unidade mínima de exploração", permitindo assim a diversificação de culturas, o investimento inicial e a espera do primeiro ano de produção do pomar. Esta estratégia é também uma forma de reconstituição, pelo menos parcial, do patrimônio fundiário dos herdeiros e uma forma de diminuir os efeitos da crise e recomeçar o ciclo de acumulação econômica.

Meus avós são italianos, naquela época, meu pai era dono de fazenda de café. Meu pai herdou a fazenda na sua totalidade. Eles praticamente faliram com a crise e acabaram com um sítio em vez de uma fazenda. Nesta época, a pessoa tinha um carro, uma máquina para beneficiar arroz, um telefone, café. Depois da morte de meu pai, este sítio foi dividido, minhas irmãs ficaram com uma parte; meu cunhado e eu compramos um sítio em Monte Azul. Eu comprei o sítio em parte com a herança em dinheiro, em parte com meu cunhado e em parte com minha mãe [...] Nós compramos a terra que pertence a uma fazenda que foi também superdividida... Eu abandonei o ensino em São Paulo e vim pra cá. Minha propriedade tem sete alqueires (16,94 ha): três e meio meus e três e meio que dividimos com minha mãe e meus irmãos. Se tivermos que dividir tudo, cada um ficaria só com meio... (P12).

De outro lado, houve situações em que a venda de parcelas de terra das fazendas depois da crise de 1929 forneceu as condições financeiras para a recapitalização e reorientação agrícola da família para uma propriedade menor, ou ainda a reciclagem na especulação fundiária:

Meu sogro comprou e dividiu em partes muitas fazendas. Ele era negociante de fazendas. Ele dividiu grandes propriedades em quatro-cinco e vendia as partes [...] Era a época da divisão das fazendas de café, elas estavam abandonadas. Os fazendeiros não eram daqui, eles queriam vender suas propriedades. Eles eram de São Paulo (P1).

Outra origem dos herdeiros é aquela dos filhos dos fazendeiros de outros estados, principalmente de Minas Gerais, que venderam grandes propriedades de criação de gado para comprar terras mais caras, portanto propriedades menores e de melhor qualidade, em Bebedouro:

Meu pai era de Minas Gerais, minha mãe também. Eles eram agricultores, invernada, pasto. Eles venderam lá e compraram aqui. Aqui, era pasto também e depois formaram laranja. Em Minas, era 160 alqueires (387,2 ha). Meu irmão e eu herdamos esta aqui e os outros irmãos estão em Turvínea. (P16, esposa)

Apesar da fragmentação das fazendas, a maioria desses herdeiros pôde manter uma parte dos trabalhadores nas terras recebidas. Sua visão idílica da vida passada se refere a uma importante presença de mão-de-obra (seja de colonos, seja de meeiros ou deles próprios) na propriedade dos ascendentes e à diversificação agrícola, fonte de gêneros alimentícios produzidos na propriedade:

...o trabalho se fazia com o boi, enxada [...] Havia os filhos, muitos filhos e empregados também... (P10); "Havia aquelas colônias grandes, o café precisava de muita mão-de-obra pra tocar. Antes era melhor porque a gente convivia com o pessoal, era bonito. Depois o pessoal foi saindo porque o fazendeiro transformava as áreas de café em pastagem. Teve também milho, e arroz e muito algodão. E depois começou a laranja. (P1, esposa)

4.1.1.2. Ser ex-colono, ex-meeiro: terra de trabalho

Os *produtores modernos* que apresentam trajetórias ligadas ao colonato ou à parceria puderam ter acesso à terra com a crise do café, sendo que alguns ainda permaneceram plantando culturas temporárias ao lado dos recém-formados laranjais. A propriedade da terra tem duas dimensões: o fim da subordinação ao proprietário da terra e a autonomia para trabalhar por conta própria. O acesso à terra foi possível graças ao trabalho familiar "duro e solidário" de todos os membros da família em propriedades de terceiros ou em atividades urbanas, o que trouxe uma renda adicional, associada a uma severa poupança familiar e, às vezes, à constituição de uma associação informal de várias parcelas de terra. Esta (re)constituição da propriedade, onde a terra, jurídica ou informalmente (com sociedade entre os herdeiros), seja mantida indivisa e, portanto, rentável produtivamente, parece ter sido frequente dentre as estratégias fundiárias adotadas:

Meus bisavós e meus avós vieram da Itália como imigrantes. Eles começaram com nada e tiveram sucesso na força de trabalho. Eles eram colonos numa fazenda da café. Meu pai começou com uma máquina de café, eles compraram muita terra, as propriedades vizinhas. Então, eles dividiram as terras para as crianças, nós éramos dez. Ele também vendeu parcelas. Como meu pai sempre trabalhou para ele mesmo sem um salário, meu avô lhe deu uma parcela maior. Minhas irmãs venderam as partes delas e meu pai comprou. A propriedade de meu pai foi dividida. A razão social foi mudada, toda a família é proprietária. (P6)

Outras situações atestam estratégias diversas para o acesso à propriedade da terra, estratégias por vezes baseadas na diversificação de atividades e, não necessariamente, lineares no sentido da introdução à produção agrícola:

Meus avós paternos são italianos; do lado materno são portugueses. Eles vieram como imigrantes, procurando novas oportunidades. Meu avô materno trabalhou na Cia. de Ferro Paulista. Meu avô paterno veio trabalhar como colono e meeiro. Ele teve primeiro uma propriedade em Leme, depois em Bebedouro. Meu pai era marceneiro em São Paulo, depois ele teve um carrinho de algodão-doce em Bebedouro, e depois um carrinho de sorvete. Meu pai em seguida comprou terra, terra nua... Meu irmão e eu herdamos o sítio de meu pai.... (P9)

No momento da extinção do colonato ou da parceria, "facilidades" para o acesso destes trabalhadores à propriedade da terra foram, às vezes, concedidas pelos proprietários/patrões, por exemplo, doação de terras de qualidade ruim em troca de dívidas salariais ou de trabalho:

Meus pais vieram da Itália com dois anos para trabalhar no café como empregados. Eles faziam café por tarefa. Uma vez o café plantado, eles permaneceram como meeiros mais alguns anos. Então eles começaram a plantar culturas variadas, o algodão, o milho, arroz, como meeiro. Ele queria ter a terra, pelo amor de Deus! O chefe fez até mesmo propostas, mas eles, eles eram muito trabalhadores, eles tinham medo de ficar endividados. A família só teve a terra com as crianças [...] Antes eu trabalhava como meeiro no café e mantinha culturas variadas [...] Aí eu disse "eu vou mudar vida!", sempre criando três filhos [...] O patrão disse "eu te vendo um pequeno pedaço de terra". Ele facilitou as coisas, ele me vendeu mais barato do que valia, apesar de minha terra ser bastante inclinada, barroca. (P7)

São também oportunidades circunstanciais, como a queda momentânea no preço das terras ou o aumento dos preços do algodão - uma das culturas comerciais que, através principalmente da parceria, substituiu o café e que mais favoreceu o acesso à terra - que permitiram com que o sonho se tornasse realidade:

Eu era colono, meeiro, arrendatário, fui de tudo. Fui meeiro em Nova Oeste, depois tivemos uma terra de algodão como meeiro. Aí, teve um aumento no preço do algodão, era a época de Vargas e com a terça parte nós compramos a terra. (P8)

Porém, "trabalhar para si mesmo" apesar dos "muitos sacrifícios", nas palavras de alguns entrevistados, a prestação de serviços aos proprietários e o trabalho de membros da família, como diaristas em outras propriedades, foram maneiras que muitas famílias utilizaram para poder comprar terra.

A idealização de seu passado vai relativizar a lembrança das difíceis condições de reprodução social com as quais suas famílias se defrontavam, condições resultantes do árduo trabalho e da intensa exploração (baixa remuneração, prolongamento da jornada de trabalho). Esta relativização vai consolidar as imagens positivas do autoritarismo do "patrão" (dono da terra) inserido nas relações paternalistas de "compadrio" e clientelistas de "favores" (relacionamento pessoal, cuidados na velhice, realização de algumas refeições conjuntamente, assistência em caso de urgência médica, empréstimo de trator para ir na cidade, etc.) em lugar da

crítica à não-obediência aos direitos sociais ou à exigência desmesurada de disciplina e intensidade de trabalho:

A gente não tinha contrato de meia por escrito, parece que quanto mais tempo antigo mais palavra o povo tinham [...] Hoje não, precisa de contrato registrado [...] Eu tenho saudade da ilusão que eu tinha, daquela esperança" (P7); "Eu não tenho muita saudade daquele tempo, mas às vezes me lembro e acho gostoso. A gente saía junto de manhã cedo, queria trabalhar mais do que o outro [...]" (P8); "Meu pai gostava muito do patrão. O pai já tava doente, aposentado e o patrão considerava ele como se estivesse trabalhando porque gostavam dele. Meu pai ganhava o salário mínimo. É muito pouco, né? Mas os patrão ajudava ele de outra forma, dando café, arroz, fazia muita coisa pra eles [...]. (P11, esposa)

Os trabalhadores no passado [colonos] tinham mais orgulho, mais de respeito com o patrão. Hoje, as pessoas não respeitam mais em geral. Agora me diga: quem acabou com este respeito? É esta união [...] [sindicato] Eu acredito que acabou levando preconceito ao trabalhador, porque hoje o trabalhador da fazenda geralmente sai para comprar uma dúzia de ovos de galinha lá no supermercado. Antes não, ele não fazia isto porque havia mais diálogo entre o patrão e o empregado [...] Era uma injustiça ver o colono comprar uma meia dúzia de ovos. (P15)

As recordações evocadas referem-se às "boas relações pessoais" que eles mantinham com o patrão-proprietário e a nostalgia de uma solidariedade familiar que "hoje não existe mais" (P1). Quando mencionam esta questão referem-se à partida dos filhos para o mundo urbano se isto é motivo de pesar devido às mudanças radicais no novo padrão de consumo e hábitos incorporados pelos filhos; é também motivo de orgulho por eles terem tido acesso aos estudos e a outras trajetórias menos penosas.

Na família x, eles eram muito unidos, eles trabalharam duro e, até hoje, eles estão sempre junto. Eles continuaram comprando terras. Quando a família se separa, a propriedade vai mal. [...] todos os anos, eles compram mais terras. Eles se capitalizam, eles não jogam dinheiro pelas janelas, eles não gastam em carros. [...] É bonito de ver.... (P17)

Os filhos estão todos fora, é o que te falei, eu toco até onde puder. Se eu morrer antes eles se viram com isto aqui... Meus filhos gostam disso tudo mas o certo talvez pra eles será vender, em três não combina, eles falam que não têm empregado, etc. Ou um compra a parte do outro. Eu espero que eles não vendam. (P6).

A mistificação do trabalho empreendido no passado surge como explicação primeira de sua ascendência social¹³⁶. As representações sobre o trabalho são de fato fundamentais nas representações de todos os *produtores modernos*. Elas vão fundamentar o elemento mais importante da produção do ideal empresarial, conforme será analisado mais adiante:

Ao longo do tempo o colono foi se destacando no trabalho, tendo êxito e aí que já foi tendo a disparidade em termos financeiros e a possibilidade de maior poder aquisitivo. Eu não acho que houve problema na

¹³⁶ Martins (1990, p. 133) explica a origem da ideologia da mobilidade social pelo trabalho (conquista da condição de pequeno produtor familiar) pelo deslizamento da idéia de "que a riqueza não é produto da exploração do trabalhador, mas ela resulta do trabalho e das privações do próprio burguês, na origem do próprio capital deste último".

vida do colono [...] Antigamente o povo era mais humilde, honesto trabalhava duro. Colhia-se café junto e ganhava o patrão e o funcionário [...] (P6).

A mobilidade social através do trabalho funda não apenas a explicação que os produtores elaboram dos determinantes da concentração da terra e da seleção social, mas também as imagens que eles têm dos trabalhadores assalariados como aqueles que não "conseguiram" terra, negando os seus traços de identificação histórica com eles. Encontra-se, nas suas representações, um forte componente ético que atribui aos imigrantes o "dom" do trabalho ("*destes italianos, nada escapa...!*") e aos "nordestinos" (origem da maior parte dos colhedores de laranja) a "preguiça" e a "incompetência", o que estigmatiza de forma muito segregativa¹³⁷ a própria origem social do trabalhador, menosprezando inclusive a ação política destes. Esta configuração particular de suas representações determina suas leituras da dinâmica do poder, uma vez que sua perseverança e esforço para o trabalho seriam suficientes para poupá-los de uma nova fase intensa no processo de seleção que pesa atualmente no setor.

4.1.1.3. Ser profissional liberal ou comerciante: terra de investimento

Os profissionais liberais ingressam na citricultura durante os anos 1960-1970. Eles têm duas origens sociais: a) são descendentes de grandes proprietários de terra que seguiram uma formação profissional (segundo ou terceiro grau) fora de Bebedouro e, posteriormente, iniciaram-se na agricultura nas terras herdadas; b) são profissionais (notavelmente liberais) que compraram terras, já encarecidas, com o capital acumulado com o exercício de sua profissão. Em alguns casos, eles provêm de famílias sem qualquer tradição agrícola.

Meu avô herdou uma propriedade e meus pais já herdaram sítios. Eu ajudei meu pai até treze anos. Eu tentei trabalhar em farmácia primeiro. Em 1970, dez anos depois, eu comprei um sítio de 10 alqueires (24,2 ha). Tenho mais 8 alqueires (19,36 ha), são 18 alqueires (43,56 ha) no total....(P1).

A família de meu avô é de São Paulo. Minha avó também, de família francesa-suíça. Meu avô teve laranja em Limeira, uma fazendinha que ele vendeu antes de morrer. Foi sorteado quem ia estudar e quem ia trabalhar. Meu pai ganhou estudar, ele fez agronomia. Trabalhou no Instituto Agrônomo. A Casa da Lavoura de Bebedouro era o quarto de hotel dele. Meu pai é o primeiro agrônomo que fez muda em Bebedouro. Eu continuo com o propriedade de meu pai. (P2, Diretor do Horto Florestal de Bebedouro)

Na fazenda de Bélem de meus avós tinha café, gado e algodão, e uns pouco de arroz pros empregados. Esta propriedade foi dividida em 9 filhos, e um tio meu foi comprando as partes. Eu me formei em 1947 como médico veterinário. Comprei meu primeiro sítio em Bebedouro em 1963 que eu venderia para comprar outro [...]. (P3, diretor da COOPERCITRUS, fundador da Cooperativa CAPEZOBE, e ex-responsável pelo transporte de frutas do FRUTESP).

¹³⁷ Este componente étnico também foi encontrado nas pesquisas sobre os produtores familiares levados ao Sul do país. Cf. Paulilo, M.I.S. (1987) e Vainer, C.B. et al. (sem data). Este último estudo estabelece uma ligação entre a política de imigração e a construção de um modelo ideal de povo, em que o elemento estrangeiro era considerado superior no esforço, na adaptação e na assimilação das condições de trabalho se comparado com os "elementos nacionais".

A maioria deles mora na cidade, a rotina de trabalho na exploração agrícola sendo garantida pela presença de um trabalhador residente (caseiro), o que assegura a continuidade do exercício da profissão. De acordo com vários depoimentos, para aqueles que ainda atuam como profissionais liberais como ocupação principal (advogados, agrônomos, médicos, dentistas), a citricultura representa a parte mais importante de sua renda, o que lhes dá a possibilidade de declarar seus impostos unicamente como produtores rurais, desfrutando assim de benefícios fiscais.

4.1.2. A inserção na dinâmica competitiva e as possibilidades iniciais de acumulação econômica: reclassificação os pequenos, médios e grandes produtores

Analizou-se anteriormente, no capítulo II, como, no início da citricultura em Bebedouro, os grandes proprietários que puderam ter mais acesso aos créditos beneficiaram-se de maiores garantias para aderir à nova cultura. Para outros proprietários, foi principalmente o retorno econômico gradual desta nova atividade agrícola que os encorajou a lançar-se à cultura. Os depoimentos mostram a insegurança frente às mudanças que estavam ocorrendo, a partir de uma cultura que "*não era essencial: não era algo que se comesse como feijão, o milho, arroz...*":

Eu me lembro que as pessoas começaram a plantar laranja... As pessoas pensaram que daria mais dinheiro. Tinha pessoas que tinham um pedaço pequeno de terra e diziam: eu não, eu não vou plantar laranjas! Quem vai escolher todas estas laranjas?. Eu mesmo, meu sogro, dizia isto... Se todo o mundo plantar laranjas quem vai colher? Quem vai comer? Então, tem muita gente que se atrasou pra plantar [...] Eu plantei mil pés de café no meio do sítio e depois arranquei o café pra plantar laranja. Eu disse: "eu vou plantar laranja até o fundo do meu quintal!". As pessoas vendiam para os comerciantes já quando a laranja estava no broto. A pessoa ficava doida para por a mão no dinheiro! (P8).

... as fazendas que tinham os pomares mais bonitos de laranja eram do Jorge Huston, Mahle, Alves e Serra, Cláudio Novaes. Eles estavam bem avançados na citricultura, eles assumiam mais riscos, pomares bem- formados, saudáveis. Eles eram os pioneiros [...] Mas nós não tínhamos relação direta com o proprietário. Por exemplo, o Dr. Huston, ele era muito respeitado, todo mundo temia ele! Ele tinha um título de comendador, ele era o coronel da época. Assim como Novaes, o alemão, o sujeito pra falar com ele tremia! Então, meu avô pedia enxertos ao administrador da fazenda, Dr. Huston nem tinha conhecimento... (P5).

O período de transição (anos 1950-60) - entre o acesso à propriedade da terra e a aquisição da estabilidade econômica a partir da nova cultura - mostra que a prioridade traçada pelos produtores foi tornar-se proprietário. Em seguida - com exceção daqueles que aderiram à citricultura mais tarde (por volta dos anos 1960-70), o que é o caso dos profissionais liberais ou comerciantes (que poderão comprar terra e o saber-prático no mercado e dispor de mão-de-obra sob uma organização do mercado de trabalho já delineada), as condições de estabilização na nova cultura mostram bem as diferenças iniciais entre os *produtores modernos* (com fortes

características familiares naquele momento), relativas tanto à quantidade de terras plantadas com as frutas quanto à organização de trabalho na propriedade (querer e poder ter trabalhadores surge como contraponto ao trabalho familiar).

No que diz respeito às ponderações sobre a quantidade de terras, a prática difundida de praticar o cultivo intercalar entre as fileiras dos cafeeiros que ainda permaneciam na propriedade ou das laranjeiras, ressalta a importância de uma base fundiária significativa para o produtor poder se lançar com segurança na citricultura. O depoimento deste produtor indica que a adesão à cultura se fez de modo diferenciado, e revela que esta diferença estava baseada na quantidade de terras uma vez que principalmente para os pequenos proprietários a base fundiária determinava o equilíbrio possível entre a agricultura diversificada de subsistência/comercial e uma adesão mais significativa à citricultura:

Na época da venda do pomar fechado, os pequenos produtores não tinham laranja: uma área de uma fazenda com, por exemplo, 100 alqueires (242 ha), ele já tinha plantado de 2.000 a 5.000 pés e o pequeno tinha talvez 200 a 300 pés. Então, o que plantou 300 pés produziu 1.200 caixas de laranja no começo. Mas o que tinha 5.000 pés, como o preço era bom, não gastava, ele produzia muito mais porque a manutenção era menor. Então, ele podia se adiantar na formação dos pomares, comprar mais área para produzir. E o pequeno não tinha jeito [...]. A quantidade de terra é que deu a diferença. O grande teve mais condição de entrar na laranja do que o pequeno. Geralmente, o proprietário pequeno tinha 5-6 alqueires (12-14,5 ha) tinha que tirar pra ele viver também, e como ele ia fazer pra sobreviver? Ele teve que ir mais devagar porque ele não podia só esperar quatro anos pra produzir, o grande entrou mais rápido. (P14)

A base fundiária da qual dispõe o produtor determina assim a adoção e a função da parceria. Alguns pequenos proprietários (especialmente ex-colonos e ex-meeiros), confrontados com a impossibilidade financeira de contratar trabalhadores livres, cediam o espaço situado entre fileiras a meeiros, com o objetivo de acumular certo capital inicial com a venda da produção de gêneros alimentícios para manter o plantio dos pomares até que estes se tornassem produtivos. A parceria assegurava assim tanto as condições financeiras quanto a disponibilidade de trabalhadores para que o proprietário se inserisse definitivamente no mercado citrícola.

Frente à escassez de mão-de-obra, as reais possibilidades para os pequenos proprietários embrenharem-se na citricultura eram então restritas. Neste contexto de pouca oferta de mão-de-obra, voltar a ser meeiro e/ou executar outras atividades nas grandes propriedades grandes ou no centro urbano (melhor remuneradas) vai modificar as condições de entrada e de estabilização na produção de laranja. Assim, no que se refere à organização do trabalho na propriedade durante o período inicial de introdução da citricultura no município, os produtores modernos revelam uma oposição vivenciada no passado entre produtores essencialmente familiares e aqueles que complementam ou utilizam apenas a força de trabalho assalariada existente no mercado.

A disponibilidade de força de trabalho adquire importância numa trajetória social que se constrói na direção da conquista de uma certa estabilidade sócio-econômica, especialmente no caso dos *ex-colonos* e *ex-meeiros* para quem, neste período, terra de trabalho era sinônimo de terra de reprodução social e, contando apenas com o trabalho familiar, eles deviam

complementar sua renda com outras atividades. O recurso à parceria era então difícil e, portanto, eles procuravam compor sua renda trabalhando nas grandes propriedades. Para outros proprietários, a adoção da parceria também permitiu-lhes afastarem-se do cotidiano do labor agrícola na sua terra e procurar um ganho extra vendendo sua força de trabalho nas grandes propriedades circunvizinhas:

Meu sítio já tinha laranja velha, teve que reformar. Mas como nós lutamos por outros meios para sobreviver [...] Até mesmo minha mulher entrou na rotina da capina, desbrotar, limpar. Eu também sou o administrador desta fazenda e minhas crianças ajudam enquanto eu trabalho na fazenda. (P14)

O depoimento abaixo também ilustra os problemas iniciais na obtenção de mão-de-obra. Eles se referem principalmente à dificuldade de pagamento.

Quando eu comprei meu sitinho aqui, eu ganhei um litro de semente de amendoim de meu cunhado e dei a metade pras crianças comer e metade plantei. Eu pegava serviço de empreita, milho pra quebrar, terra pra tombar. Peguei terra de gramão, peguei 20% pra plantar mantimento. Teve ano que plantei tomate. Este amendoim plantei no meio do cafezinho novo. Depois plantei laranja com arrozinho no meio. Eu trabalhava nas fazendas vizinhas. Os filhos ajudaram, coitados [...] Depois foram crescendo, com um pouquinho de estudo, casaram, foram embora. Eu chegava e pedia pra tombar a terra e gradear. O pessoal corria de mim mais do que corre de cobra porque sabia que eu não tinha dinheiro pra pagar.... (P7)

O recurso da meação, como única força de trabalho na propriedade, permitiu, principalmente aos *herdeiros*, ocuparem-se com outras atividades não-agrícolas e lucrativas, suportando financeiramente, assim, a fase de transição das culturas e a estabilização do setor, fortalecendo-se na dinâmica competitiva:

Enquanto o pomar tava novo, plantava-se a roça e dava de meia pra outras pessoas, arroz, milho, durante os primeiros três anos. Mas a renda maior de meu pai era o bar [...] Eu já tive outro serviço, fui bancário durante dezoito anos. Eu desisti porque tive que cuidar melhor do sítio [...] Minha renda atualmente é o sítio... (P9).

Neste caso, o plantio de gêneros alimentícios entre as fileiras, diferentemente do que se passou para os produtores ex-colonos e ex-meeiros, tornou possível não apenas a acumulação econômica mas também a manutenção de uma força de trabalho residente na propriedade, imobilizada e, portanto, disponível a todo momento:

Quando eu entrei na lavoura em 1971, o dinheiro que eu tocava a propriedade eu rodava nos bancos. Um dia, era o Banco Brasil, outro dia era o Banco Estado pra pagar o Banco do Brasil [...] Eu comecei a tratar da laranja mas a laranja leva três anos pra produzir. Então, tinha lavoura no meio, que é onde jogava milho, arroz, amendoim, mamão, para manter a família e o empregado.... (P4)

Por outro lado, os herdeiros puderam vender uma parte da herança recebida em terras ou gado, uma vez que "*a riqueza foi o boi, quando o café parou*". Vendendo uma parte deste

patrimônio inicial, puderam ter mais chances de começar na citricultura, mesmo se estas condições dependessem do momento de entrada nesta cultura:

Meu pai deu terra, mas a gente não tinha dinheiro, teve que vender lá (a propriedade de meus tios) pra formar aqui, comprar maquinário e fazer a casa. Eu comprei o trator, depois vendi para comprar outro, com o dinheiro da laranja que já tinha também [...] Quando eu comecei, não tinha maquinário, pegava de vizinhos... (P10)

Os *profissionais liberais* ingressaram na citricultura já como proprietários e quando o setor já estava relativamente estabilizado sobre bases nitidamente capitalistas no que diz respeito à organização de trabalho, depois da crise de superprodução do final dos anos 1950 e no começo da industrialização das frutas nos anos 1960 e início dos anos 1970. Eles vão adentrar na atividade agrícola com o suporte de uma formação profissional e de um ambiente social que lhes dará a capacidade tanto para apreender os mecanismos principais do funcionamento do setor - de orientar-se facilmente, de informar-se sobre a complexidade comercial e de acompanhar de perto as estratégias referentes ao conjunto do sistema produtivo - quanto de ter outras inserções profissionais no mercado de trabalho especializado do complexo agro-industrial, ampliando suas redes de inter-conhecimento e multiplicando as vias de acesso às informações relativas aos diversos tipos de trocas, sejam elas econômicas ou políticas.

A rede de acesso às informações sobre a nova cultura torna-se, em consequência, primordial e sua construção depende do tempo de ocupação dos produtores com as atividades requeridas na propriedade. Os produtores que não necessitam utilizar seu próprio trabalho têm a possibilidade de obter informações sobre os melhores momentos e as melhores estratégias de venda de fruta, seu tempo "livre" sendo usado para criar e reforçar relações pessoais decisivas no mercado, uma vez que, no início da citricultura, os comerciantes autônomos não asseguravam um destino regular para as frutas:

Eu não tenho profissão, só tenho até o 4º ano de estudo. Eu fui tentar viver em São Paulo, mas o salário só dava pra comer. Todo mundo começou a plantar laranja e tava dando dinheiro. O agricultor é um Maria-vai-com-as-outras. Não que eu tivesse acesso à informação de que nos EUA estavam comprando bem. Nós começamos a plantar devagar, pra não sobrar. Por isso também eu talvez tenha perdido tanto tempo.... (P13)

Em síntese, a trajetória social e econômica dos *produtores modernos* mostra a clivagem que se operou entre eles, originada da relação entre o tempo e as formas de acesso à propriedade da terra (e seu tamanho) e o acesso a uma força de trabalho externa, conforme foi analisado anteriormente. Estas diferentes trajetórias sociais podem se resumir na configuração atual de duas situações caracterizadoras dos produtores:

1. aqueles que formaram uma propriedade plenamente dinâmica (graças aos capitais externos ao empreendimento agrícola) - principalmente os profissionais liberais e alguns herdeiros - e aderem à lógica da acumulação econômica e, eventualmente, da compra de terras;

2. aqueles que mantêm uma propriedade familiar caracterizada pela reprodução de seu patrimônio em terras (sem a prioridade de ampliá-lo) - produtores que têm origem social ligada ao colonato e à parceria (e alguns herdeiros). Eles experimentaram, mais tardiamente do que os outros (entre meados dos anos 1970 e os anos 1980, período que se tornou marco na rentabilidade no setor), a transição entre as condições de reprodução simples na citricultura e projetos de acumulação econômica, apesar destes não terem se concretizado na compra de terras.

As diferenças entre estas duas situações da *produção moderna* se traduzem pela maior ou menor possibilidade de gerir ou não pessoalmente a propriedade (separação entre gestão e propriedade) e pela forma de utilização da mão-de-obra familiar e assalariada. Em síntese, as diferenças se situam em graus: a) da administração geral da propriedade e do sistema de organização aos moldes da administração tradicional, isto é, o produtor (e sua família) concentra ao mesmo tempo as funções de proprietário e administrador; b) da especialização das atividades administrativas, contábeis e de gestão, isto é, centralização das decisões no próprio chefe da família ou delegadas a pessoal contratado para tal fim; c) da divisão técnica e social de trabalho; d) da intensificação da mão-de-obra familiar; da presença de trabalhadores; residentes; e dos níveis salariais pagos aos trabalhadores assalariados contratados durante o ano-safra para a manutenção do pomar e tratos culturais.

As representações do conjunto dos *produtores modernos* deixam transparecer que, no período inicial de adesão à citricultura, o fato de ser proprietário representou uma vantagem decisiva na acumulação econômica devido aos preços diferenciados pagos pelas frutas e ao pagamento adiantado da maior parte produção pelo intermediário, tanto maior quanto maior o tamanho das terras. Por isso, as diferenciações sócio-econômicas atuais entre produtores têm por origem as vantagens originárias de suas respectivas bases fundiárias, naquele momento potencializadas por uma organização de trabalho baseada no assalariamento, cujo mercado vai progressivamente se estruturando, e pelo gradual surgimento da demanda agroindustrial para as frutas. Estas vantagens se expressavam então: 1) pelas relações privilegiadas com a indústria: a antigüidade no fornecimento de quantidades grandes de frutas, criando desta forma o fornecedor cativo; 2) pela compra de novas terras na região a preços acessíveis em relação à alta dos anos 1970, o que permitiu a expansão das plantações sob um sistema de produção extensivo ou a ampliação do gado para fins meramente especulativos; 3) pela valorização do capital no mercado financeiro e pela diversificação dos investimentos; 4) pela adesão com menos riscos às mudanças "modernizadoras" das bases técnicas da produção, tanto em função dos adiantamentos de maior valor recebidos pela produção quanto, a partir de meados dos anos 1960, em função da política de crédito agrícola beneficiando proprietários maiores.

Dentre as opções acima, a escolha da conduta a ser adotada pelos grandes proprietários definiu categorias sociais distintas: o grande produtor moderno e o grande proprietário especulador (latifundiário tradicional). Quanto ao primeiro, as representações dos *produtores modernos* orientam-se no sentido de se distinguir pela natureza de seu trabalho (em algumas

etapas ainda familiar mesmo que seja ao nível indireto, isto é, na gestão da propriedade) apesar de a noção de trabalho estar nitidamente sedimentada sobre a imagem segregativa que eles têm dos trabalhadores assalariados. Quanto ao segundo, apesar de ainda dispor de um certo capital competitivo na citricultura devido à sua capacidade de produzir uma grande quantidade de frutas à indústria, isolado ou associado a outros produtores (*pools*), as representações dos *produtores modernos* reforçam sua posição pouco competitiva em relação às futuras demandas de padronização da qualidade da fruta, conforme será analisado mais adiante.

Por outro lado, *os produtores modernos*, enquanto pequenos proprietários, aderiram posteriormente à cultura da laranja, no momento em que ainda se impunha, principalmente para aqueles que tinham comprado ou herdado terras nuas, a diversificação das culturas, não mais para assegurar a acumulação de capital e a imobilização da força de trabalho, mas para garantir as condições financeiras mínimas para ingressar no cultivo das frutas. A ampliação da base fundiária, para esta categoria de produtores, foi dificultada progressivamente pelo aumento dos preços das terras na região. Os médios proprietários (principalmente aqueles de origem social não agrícola) compraram terras graças aos capitais provindos das atividades urbanas.

Apesar destas diferenciações, para o conjunto dos *produtores modernos*, no momento em que a oferta de laranjas no mercado interno ou para a exportação, ou ainda para a transformação industrial recém-iniciada, era restrita e beneficiava-se de formas de pagamento vantajosas, produziu-se uma certa "igualdade de chances" no que diz respeito a sua entrada e sua estabilidade na citricultura uma vez que o mercado garantia a compra e o escoamento de toda a produção. Esta estabilidade foi, naquele momento da trajetória dos produtores, sua prioridade, mesmo que esta "igualdade" não tenha sido verdadeira no plano da acumulação econômica, o que dependia principalmente da quantidade de laranjeiras na propriedade, portanto da quantidade de terras e do acesso a uma certa quantidade de mão-de-obra. Em outras palavras, o tempo necessário à reunião das condições objetivas para se lançar na citricultura comercial (o tempo e formas de acesso à propriedade da terra, a base fundiária e o acesso a uma força de trabalho externa) foi muito diferente entre os *produtores modernos*, principalmente quando comparados como um todo aos grandes proprietários de terra.

Quando a coisa começou, aqueles que começaram a produzir primeiro, que tinham terra e que começaram a plantar, a acreditar, ele vieram bem [...] Mas tem outra coisa: 30-35 anos atrás, a indústria não comprava o produto como agora. Ela comprava antes de ver as frutas, pomar fechado, na floração, quando as laranjas não estavam todas formadas [...] É o tamanho das terras que fez toda a diferença. Os grandes proprietários tinham mais possibilidades de começar com a laranja que os pequenos. O pequeno proprietário devia plantar também aquilo necessário para viver porque ele não podia simplesmente esperar que as árvores tivessem quatro anos [...] Ele tinha que ir mais lentamente, e o grande pode ir mais rapidamente... (P14)

Desta forma, na sua visão, após as condições de produção e comercialização terem se tornado mais favoráveis na região, o que os distinguirá face aos outros produtores, dali em diante, será a dinâmica de incorporação de formas de produção e a divisão de trabalho nas suas

propriedades, os dois determinantes da dinâmica competitiva entre produtores frente à agroindústria que se implanta. Elaborar-se em seguida a origem das diferenciações entre produtores com base na apresentação ou não de uma base fundiária que possa garantir um certo volume de produção, de acordo com a classificação adotada pela indústria (*pequeno, médio e grande produtor*):

Acho que não há diferença entre o grande e o pequeno proprietário. A diferença dele é de, por ser maior, ele faz um negócio melhor com a empresa. Recebe uma entrada maior e aplica no over, a diferença é esta. Mas tem grandes proprietários aí, que são grandes mas produzem pouco. O que se sobressai mais é aqueles que não sobrevivem daquilo. Tem gente aqui em Bebedouro, que tem cartórios, recebem milhões e milhões por mês e tem uma pequena propriedade citrícola e produzem bastante porque jogam tudo ali ... (P12)

A quantidade de terras pertencentes ao proprietário e a organização de trabalho na propriedade, após a adesão total à cultura das frutas (do momento em que as árvores completaram quatro anos, em que as relações de trabalho apoiadas na parceria são substituídas pelo trabalho assalariado e em que o mercado agroindustrial se estabelece), até então vistos como elementos centrais na sua trajetória social, perdem importância. Nos seus depoimentos, os *produtores modernos* não problematizam mais centralmente estes elementos como determinantes da diferenciação atual entre os produtores.

Os atuais projetos dos produtores modernos revelam elementos de grande importância na definição das estratégias de reprodução social, que confirmam a relativização do fundiário nas suas representações sociais, a não ser para proclamar a clivagem cultural, social, econômica e política entre os proprietários e não-proprietários (os trabalhadores assalariados e sem-terra). A propriedade não assume mais um destaque na reprodução familiar uma vez que os filhos seguem outros percursos profissionais e a terra representa de qualquer maneira um capital imobilizado de grande valor. Eles dão uma grande importância à formação escolar e profissional dos filhos (às vezes de nível universitário) como forma de dar à propriedade um caráter empresarial ou de permitir-lhes escapar do árduo labor agrícola que eles conheceram na sua trajetória. Ao mesmo tempo, em face de um eventual ingresso dos descendentes nas atividades urbanas, a permanência da família na agricultura torna-se mais incerta.

Desta maneira, embora a compra de terras na região ou mesmo em regiões distantes (aproveitando-se de um diferencial de preço das terras da região "nobre" em relação a outras menos valorizadas) torne-se uma perspectiva comum nos seus projetos pessoais, sua concretização fica limitada à trajetória social que vão seguir seus filhos e às dificuldades citadas pela gestão de outras propriedades, e também à falta de uma estrutura de apoio baseada na mão-de-obra residente, de administração, de tecnologia (e daí o desejo de praticar a pecuária em outras terras). Para estes citricultores, as prioridades direcionam-se principalmente nos investimentos fixos: compra de carros e de casas no centro urbano, diversificação no comércio e

investimentos na propriedade como meio de valorizá-la para uma venda futura e para a divisão através de herança.

4.1.3. Várias medidas: a gestão do ideal empresarial enquanto produção sociocultural dos produtores familiares modernos

As representações sociais dos produtores de origem rural são profundamente marcadas pelas relações que eles estabelecem com a terra e com o trabalho no seu passado como trabalhadores rurais, posteriormente como proprietários e produtores familiares e atualmente como chefes de estabelecimento afastados do labor agrícola cujas relações primordiais encontram-se mediatizadas pelo mercado. Em outras palavras, sua adesão à conversão da propriedade aos preceitos de competitividade e à reconversão das características anteriores e convencionais do modo de produção familiar resume-se na evidência de que a reprodução daquela não é mais familiar no sentido da importância estratégica do futuro do produtor e de seus descendentes na agricultura, apesar dela ter importância na ampliação do patrimônio familiar para fins de herança e como apoio financeiro aos projetos profissionais dos filhos fora de agricultura.

As relações estabelecidas com a propriedade e a produção por parte dos profissionais liberais e comerciantes que se introduziram mais tarde na atividade, apoiados pelas relações contratuais na comercialização das frutas e pelas formas de organização de trabalho, mais estáveis, reforçam estas representações. Resumindo, para os *produtores modernos* a separação da propriedade (como lugar do labor agrícola e da residência, da transmissão da atividade aos filhos como atividade principal) e sua introdução nos negócios financeiros e comerciais inscreve-os no "mundo urbano" mistificado, distante dos "arcaísmos do mundo rural".

A incorporação gradual dos pressupostos da competitividade no setor (incluída a organização e divisão do trabalho baseada fundamentalmente no assalariamento) e os ganhos financeiros sempre vantajosos do começo da citricultura até os anos 1990, que propiciaram inversões técnicas no sistema produtivo, indicam que o fundiário perde, na mesma progressão, sua importância como explicação primeira das diferenciações entre produtores, apesar dos agrupamentos identitários iniciais ainda terem como referência o número de caixas fornecidas à indústria (pequenos, médios e grandes produtores), de acordo com o tamanho da propriedade. Quando esta incorporação torna-se mais intensa, em sua trajetória social, os *produtores modernos* vão produzir novas referências socioculturais para distinguir-se de os demais grupos sociais de citricultores. A mudança neste plano das representações pode ser observada no depoimento abaixo.

Médio, grande produtor: é relativo. Eu acho que a laranja já deu o que tinha que dar e que agora é mais complicado. Eu me lembro, quando a produção de laranjas começou - eu ainda não plantava -, eu me lembro que meus amigos que têm hoje uma fazenda e isso tinham a mesma situação econômica que nós na época mas que conseguiram na laranja e hoje tornaram-se verdadeiras potências econômicas. Mas na

ocasião, eu me lembro, a indústria comprava laranjas na floração, toda a colheita, sem mesmo saber quanto ia produzir [...] Agora, se não tivesse esta crise, estas geadas na Flórida, eles já teriam perdido tudo.. ". (P12)

Desta forma, após a trajetória familiar e pessoal diferenciada de acesso à terra - e da semelhança no que diz respeito ao tamanho da propriedade devido aos preços diferenciados pelos momentos distintos de acesso à propriedade da terra¹³⁸ e à organização de trabalho, e após sua estabilização na citricultura -, os *produtores modernos* produzem socialmente sua imagem e a imagem dos outros com base em outros critérios de referência. Estes outros critérios de referência indicam o modo pelo qual eles se representam, no seu conjunto, diante dos outros grupos sociais dentre os produtores, segundo a *adoção da lógica industrial de produção e comercialização*. É a partir deste plano que são distinguidos os *produtores modernos* dos *produtores arcaicos*. Mais do que significar uma antítese construída sobre o grau de "obediência às regras estruturais" impostas pela adoção daquela lógica (nível de tecnificação e aperfeiçoamento do sistema produtivo) trata-se de uma antítese sobre sua posição sociocultural específica à propriedade, opondo o empreendedor (moderno) ao especulador (arcaico).

Os desafios colocados aos pequenos proprietários no sentido de tornaram-se competitivos face a uma eventual superprodução, em face da queda nos níveis históricos de remuneração ou em face da conquista das indústrias de novos e exigentes mercados (sem intermediação dos Estados Unidos, por exemplo), recolocam em questão, segundo eles, o poder e a estabilidade no complexo agroindustrial antes assentados sobre a terra, não somente por parte dos grandes proprietários como também de todos aqueles que não investem em produtividade e na melhoria da qualidade da fruta, sejam eles pequenos ou médios proprietários que especulam no mercado financeiro. Então, antes de ser uma crítica ao poder do fundiário (da terra), é a não adesão à modernização que é criticada.

São três tipos de referências, a valorização da tradição rural e da vocação agrícola, o saber-prático e a experiência, a valorização do trabalho e da gestão familiar da exploração, que vão caracterizar a posição distintiva e orientadora através do ideal empresarial no campo de conflitos.

4.1.3.1. A tradição rural e a vocação agrícola

Uma forte oposição, referente ao período inicial de expansão da citricultura, é elaborada por aqueles que mantiveram uma relação com a terra como meio de trabalho e de sobrevivência em relação àqueles que se introduziram recentemente na citricultura e consideram a propriedade rural apenas como fonte de acumulação econômica. A adesão do conjunto dos *produtores modernos* de origem diversa aos preceitos modernizadores produz, desta maneira, representações

¹³⁸ Vale lembrar que nos anos 1950-60, período de fragmentação das fazendas de café e fase inicial de expansão da citricultura, os preços das terras eram mais baixos que durante os anos 1960-70.

sociais desdenhosas em relação a outros produtores que se enriquecem com a citricultura, uma vez que, na sua visão, são apenas eles os que estariam preparados para enfrentar as exigências atuais e os desafios impostos pelos novos padrões de competitividade no sistema produtivo, mesmo que não detenham o mesmo patamar técnico, a mesma disponibilidade de força de trabalho, a mesma quantidade de terras nem o mesmo número de árvores dos recém-ingressantes.

Os agricultores médios, quase todos têm sítios com laranja, e não são nem mesmo filhos de agricultor! Mas a pessoa que planta somente por dinheiro, ela não tem aquele amor pela coisa, este hábito " (P1); "tem gente aqui em Bebedouro que tem uma pequena propriedade. Eles produzem muito porque eles têm o que investir (outras atividades), torna-se um passa-tempo, um lazer. Eles querem que fique bonito e eles colocam dinheiro lá, sem pensar em produzir. E eles acabam tendo uma boa produção e acaba dando bastante dinheiro.... (P13)

A valorização da tradição rural, expressa nos depoimentos acima, não mais enquanto tempo de dedicação à cultura na sua trajetória social e familiar, como no caso exposto inicialmente, mas como base de formulação da *vocação agrícola* enquanto competência na produção, que opõe frontalmente a todos que especulam com a terra e com a produção na citricultura, sejam eles pequenos, médios ou grandes proprietários:

Hoje, você vê as pessoas que dizem ter conseguido chegar lá trabalhando, grandes fortunas, mas na verdade eles desviaram créditos para a compra de gado e terras e em outros investimentos, enrolando os vizinhos. São aventureiros.... (P13)

Há também, na afirmação da tradição rural, uma imagem valorativa do proprietário/produtor (dono da terra/executor de labor agrícola) em detrimento da imagem daquele que é apenas *empreendedor* (administrador do sistema produtivo), mesmo que a relação acima definida seja muito tênue para os *produtores modernos*, uma vez que seu próprio trabalho e o de membros de sua família diminuíram muito e mudaram de natureza. A imagem negativa do empreendedor é produzida principalmente com referência aos novos grandes investidores que vêm competir com eles, sejam eles autoridades políticas, empresários de outros setores da economia ou as agroindústrias de transformação que verticalizam a produção agrícola, "*podem ser industriais, empresários da indústria que têm dinheiro sobrando e não declaram imposto, investindo em laranja. Pode ser um bom negócio hoje em dia...*" (P13).

No que diz respeito ao significado da terra enquanto "espaço social" de legitimação da exploração do trabalho dos assalariados, pesam 1) a valorização do seu próprio trabalho no passado como elemento explicativo da seleção social na agricultura e de seu "sucesso" financeiro; e 2) sua separação progressiva do labor agrícola, uma vez que a maioria dos produtores é chefe de exploração e responsável fundamentalmente pela gestão da propriedade, apesar da grande resistência em assumir sua posição social como chefes de estabelecimento e reconhecer o papel primordial do trabalho assalariado na origem de sua ascensão econômica.

A valorização da tradição rural no sentido dado acima construiu igualmente uma significação da terra enquanto "espaço social" de legitimação da exploração do trabalho dos

assalariados e enquanto afirmação política e ideológica em relação aos sem-terra e no que diz respeito à reforma agrária¹³⁹. Eles não se sentem tocados pessoalmente pela questão quando comparados a *"fazendeiros de Bebedouro que devem ter mais de 10.000 alqueires de terra em Mato Grosso. O sujeito, quando ele chega no final de seu domínio, não consegue mais achar seu caminho de volta!"* (P3). Para eles, esta questão interessa, ainda que muito marginalmente, aos trabalhadores assalariados:

A reforma agrária deve ser feita em outras regiões, o colhedor de laranja ganha bem [...] ele trabalha o ano inteiro. Até mesmo na época da temporona quando cai o nível de mão-de-obra, tem gente que ganha muito e então decidem não trabalhar nesta época. Se a gente vai numa segunda-feira numa empresa de mão-de-obra, a gente vai ver só 30% dos que estavam na sexta para trabalhar. Sábado e domingo, eles enchem a cara e segunda ninguém vai trabalhar. (P2)

Nas palavras do entrevistado, o trabalhador assalariado não teria qualquer vantagem com a reforma agrária devido a sua falta de preparo para o *"trabalho duro, competente e disciplinado"*, necessário para assumir a condição de agricultor, somada à sua *"condição social que os afasta da produção agrícola, porque são operários e não agricultores"* (P1). Um possível programa de reforma agrária em favor dos trabalhadores assalariados seria limitado por causa do *"bom nível salarial"* desses trabalhadores e de *"seu estilo de vida, que eles muito apreciam"*:

... a gente tem uma estrutura diferente, a gente economiza aqui, a gente investe pra progredir. Os colhedores não, o que eles ganham este ano, eles gastam para eles. Por exemplo, toda a casa de colhedor tem televisão, videocassete [...] Eu não acho que os colhedores gostariam de ter um pedaço de terra. Eles preferem morar na cidade, ter todos os privilégios que existem na cidade, porque eles vão trabalhar na roça, mas a noite eles participam de tudo que tem em cidade: festas, bailes, eles acham melhor viver na cidade. Para a família que mora na cidade, se você oferece pra viver no sítio, no mato, isolado, ele não se submete. Aqueles que estão lá, acostumados, dizem: "Deus me livre! Eu não me acostumo a morar na cidade!" Mais ele nasceu no sítio, sempre viveu no sítio [...] Estas pessoas foram criadas e nasceram na zona rural, são uns 20% que ainda permanecem nas propriedades. Estes sim, gostariam de ter terra [...] Eu acho que o colhedor já é um operário, ele já é especializado ... (P1).

4.1.3.2. O saber-prático e a experiência

Apesar da redução dos subsídios à agricultura, observa-se uma relativa "autonomia" dos citricultores em relação ao crédito agrícola, situação contrária aos anos 1960-70. Isto explica-se pelos ganhos elevados que os produtores tiveram nos anos 1980 e a aplicação destes ganhos no sistema financeiro feitas por eles nos períodos de alta inflação. Porém, apesar desta "reserva financeira" assim criada, para a maior parte dos pequenos proprietários o que sempre pesou mais no orçamento global da exploração agrícola e sobretudo no processo de produção foram os

¹³⁹ No momento da pesquisa de campo, havia uma discussão no movimento sindical sobre o significado político e viabilidade de realização de assentamento de trabalhadores rurais assalariados como alternativa de política social desde o governo Franco Montoro. A este respeito, ver D'Incao, Itacarambi e Pinton (1986) e Graziano da Silva (1997).

gastos com os produtos químicos¹⁴⁰. Existe também uma certa dificuldade, segundo os produtores, para proceder-se à renovação do maquinário e à aquisição de equipamentos melhores.

Por outro lado, principalmente os grandes proprietários/produtores modernos procuram adotar atualmente inovações tecnológicas (como a biotecnologia)¹⁴¹, procurando manter-se informados junto aos centros de pesquisa, de instituições de difusão tecnológica e de vulgarização agrícola nacionais e internacionais. A rede de contatos tem também um papel preponderante nas diferenças de acesso especial aos agrônomos¹⁴² ou aos técnicos agrícolas da Casa da Agricultura, da COOPERCITRUS e da Estação Experimental de Citricultura de Bebedouro, conforme salientou-se anteriormente.

Apesar destas desigualdades, a valorização do saber-prático dos pequenos proprietários/produtores modernos, construído a partir de sua "*experiência*", ocorre na oposição ao saber comprado no mercado, porque ele pode ser, nas palavras de um entrevistado, "*enganoso e caro*":

Eu acho que o pequeno produtor é alguém simples, que veio da luta mesmo, ganhou dinheiro mas tem um nível cultural baixo, é apegado à terra, gosta daquilo. Então a gente vê parente próximo tentando cuidar. Já o grande fazendeiro, que tem filhos que vão se formar, estudar fora, ele nunca vai entrar naquele serviço pesado, ele não enfrentar...!. (P12)

Esta valorização é reforçada mais ainda frente à marginalização progressiva dos proprietários (sejam eles grandes, pequenos ou médios que não investem na propriedade e na produção), preferindo desviar seus investimentos para fora da agricultura. Ela traduz a relação de "dedicação permanente" que eles mantêm com a propriedade:

Aqui, tem muito pomar abandonado, mas o proprietário não vende a propriedade e não se atreve a arrancar a laranja porque vai ficar 4 anos sem renda. Tem gente aqui que não põe nada de adubo no pé. Ele prefere ter meia caixa de laranja mas não ter despesa: o que deu, deu, é lucro. Se ele colher meia caixa de laranja, ele põe no overnight. É o que sustenta esta turma. No final ele ganhou mais daquele que adubou, investiu no pomar. (P5)

Se cair o preço da laranja, é o grande que vai desaparecer primeiro (e não o pequeno) [...] porque o pomar dele está doente, eles estão desestruturados. Eles não têm um pomar suficientemente bem estruturado para agüentar uma crise, eles já estão atrasados!. (P1).

A fragilidade conseqüente da convicção destes produtores de que "*a experiência é melhor que os estudos*" (P5), decorre da não sistematização dos cálculos sobre os custos de produção e

¹⁴⁰ Os gastos com contratação de trabalhadores voltam a pesar neste orçamento após 1995/96 ante as modificações apontadas no capítulo anterior.

¹⁴¹ Segundo os técnicos agrícolas da Casa da Agricultura de Bebedouro, a biotecnologia diminui as despesas com produtos químicos e aumenta a longevidade das árvores.

¹⁴² A Faculdade de Agronomia da UNESP de Jaboticabal forma muitos agrônomos que irão trabalhar preferencialmente ou na agroindústria ou como assessores autônomos junto aos produtores. Não é raro produtores que têm um filho agrônomo ou fazendo curso de agronomia ou de administração.

da contabilidade geral da propriedade. Da mesma maneira, eles não têm uma preparação suficiente para dominar os complexos cálculos financeiros que se impõem, para acompanhar os detalhes comerciais que se modificam a cada ano-safra e para compreender a totalidade do texto dos contratos que assinam (ver *Anexo III Modalidades de contratos de comercialização ou venda das frutas*):

Eu não faço contabilidade, duas vezes por semana muda o preço do inseticida... A gente faz mais ou menos assim: cada 3 caixas de laranja, uma é o lucro. Mas não dá pra fazer pro ano todo..." (P14); *"Coisa mais difícil fazer contabilidade. Eu compro e eu pago. Tem gente que marca tudo no papel. Mas eu não marco meus gastos nem no talão do cheque, tenho coisas marcadas, não acompanho minhas contas".* (P8); *"Não quero nem saber, porque se eu por tudo isto na cabeça...O ano passado deu pouco lucro, hoje eu recebo o juro do dinheiro aplicado da laranja, e não dá."* (P3); *"Eu tô recebendo aí um dinheirinho a mais, não sei o que é, nem sei onde está o contrato..."* (P5).

Dispor de um capital cultural assegurado por uma formação profissional urbana (muitas vezes assegurado pelos filhos, principalmente quando agrônomos ou administradores), por círculos de sociabilidade variados e pelo afastamento da rotina administrativa e operacional da propriedade, significa poder se introduzir e participar de amplas redes de intercâmbio social. Estas diferentes possibilidades reforçam a presença de circuitos de sociabilidade bastante distintos em Bebedouro e que traduzem distintas aproximações que os produtores podem ter com as informações essenciais sobre o setor, muitas vezes tão importantes para definição de estratégias produtivas e comerciais. Há dois lugares preferidos de freqüentação dos produtores para lazer e trocas de informação. Um é o Clube de Bebedouro, que é um clube recreativo e de convivência, freqüentado por famílias de classe média alta e da burguesia de Bebedouro e situado em um bairro privilegiado da cidade e onde, a cada dois anos, é organizada a Festa da Laranja, com a participação de personalidades políticas e do setor citrícola, tanto grandes produtores quanto industriais. O outro é o bar Esquina Pecado, situado numa esquina da praça central da cidade e considerado um lugar que os produtores chamados "*laranjeiros*" (produtores de baixa produtividade, arrivistas na atividade) freqüentam. Os *pools* e os condomínios rurais assumem papel importante também como meios de divulgação das informações muitas vezes de caráter estratégico tanto no plano no sistema produtivo quanto no plano da comercialização.

4.1.3.3. O trabalho e a gestão familiares

A problemática relativa à mão-de-obra agrícola, que constitui o elemento central do funcionamento das explorações, está diretamente ligada à noção de trabalho, que mudou muito ao longo da trajetória social dos produtores.

Alguns elementos na origem desta noção foram ressaltados anteriormente (idealização do passado, mistificação do trabalho como "trabalhadores rurais sem-terra" e a incorporação progressiva da ética capitalista de produção). Desta maneira, para os produtores que são ex-meeiros ou ex-colonos esta noção se prende a determinantes que, na sua trajetória familiar e

peçoal de acesso à propriedade da terra e de conquista de sua atual posição sócio-econômica, são interpretados como fundamentos de sua seleção social: o "*trabalho competente, duro e sem complacência: de sol a sol!*", nas palavras de um entrevistado. Porém, a imagem que eles têm dos trabalhadores contratados por tarefa nas suas propriedades é radicalmente oposta a estes mesmos determinantes:

Seu pai (colono) não tinha problemas com o patrão porque era um bom trabalhador, ele fazia horas extras, ele não se preocupava com estas histórias de horário [...] Por outro lado, tem empregados aqui que não fazem nem 10 minutos a mais, é capaz até de fazer menos do que ele deve fazer e, depois, ele vai para o sindicato, por uma coisa mínima. O povo bom, honesto, acabou. Hoje, as pessoas só pensam em acabar com as coisas do patrão: eles trabalham numa máquina e destroem ela; basta a gente pegar um cara que a gente não conhece pra trazer pro sítio [...] Às vezes, o patrão diz para passar veneno no pomar; pois bem, o sujeito vende o produto e passa água no pomar [...] Então, ele nem tem gosto pelo patrão... (P11).

Eu acho que hoje os trabalhadores vivem melhor que os colonos. As pessoas dizem que não mas eles vivem melhor. Eu vou contar o porquê: eles trabalham menos, eles trabalham por hora. Antes, não tinha hora; nesta época, a gente se levantava de madrugada e tocava até a noite. Hoje, eles trabalham só algumas poucas horas. E o pagamento, eles têm que ganhar para viver. Se a pessoa não dá, eles fazem greve, discutem, não é? Eles não têm nenhuma responsabilidade [...] A responsabilidade é do fazendeiro, é a nossa. Para eles não tem diferença se chove ou não [...] Antes, eles tinham mais responsabilidade porque eles tinham as coisas dependiam deles, eles trabalhavam muito, mas recebiam muito também.... (P14)

Para os produtores que dispõem de uma certa organização de gestão e de administração da propriedade e que não tiveram uma trajetória como produtores diretos (com exceção dos ex-parceiros e ex-colonos), o trabalho assume uma dimensão exclusivamente utilitarista, de um simples componente indispensável ao bom funcionamento da exploração no sentido da acumulação capitalista. Apesar disto, para o conjunto dos *produtores modernos*, a noção de trabalho se molda fortemente a partir da representação do trabalho, na qual "*o empregado é diferente do proprietário da terra*" (P1). A produção desta noção, porém, relaciona-se com o que se viu anteriormente, com a separação progressiva do produtor do labor agrícola, com a leitura do processo de seleção social e de concentração de terras, com a conotação étnica e cultural contida na imagem elaborada do imigrante e com a responsabilidade dividida entre indústria e produtores quanto à organização, ao controle e à remuneração deste trabalho.

A noção de trabalho deriva também das diferenciações entre produtores no que tange à organização e divisão do trabalho presentes nas propriedades. A composição feita entre trabalho familiar, trabalho assalariado por tarefa ou por diária e trabalho assalariado permanente depende principalmente do tamanho das propriedades, da destinação das frutas (industrial ou mercado interno ou externo de frutas frescas), do rendimento dos pomares e do período necessário à colheita das frutas. Os elementos que diferenciam os produtores nestes aspectos foram evocados anteriormente.

O recurso aos membros da família garante a economia geral da propriedade, uma intensidade maior e a extensão da jornada de trabalho: "*os empregados e nossos filhos fazem a*

mesma coisa, com exceção do empregado porque ele pára de trabalhar quando chega a hora acertada e os filhos, eles continuam..." (P15). No depoimento abaixo, verifica-se a condição de trabalho fora da propriedade (em uma fazenda vizinha) para adicionar renda familiar enquanto os filhos asseguram todos os tratos culturais na propriedade:

Na minha propriedade, os filhos fazem todo tipo de serviço. É só mão-de-obra familiar. O serviço da fazenda vai até às 11 horas e meus filhos vão depois do almoço fazer a pulverização. Como a manutenção da fazenda é toda minha, meus filhos é que têm que se virar, levantar cedo e aí até 1 hora têm que trabalhar no sítio. Depois, eles vêm aqui (na fazenda). Aqui eles trabalham com o trator. Eu conheço só outro cara que é como eu, é um pedreiro, tem que trabalhar fora do sítio dele.... (P16)

Porém, em Bebedouro, é rara a família que assegura todos os tratamentos especiais ao pomar, existindo uma gradação das propriedades no que diz respeito à divisão de atividades entre membros da família e assalariados, dependendo da possibilidade de composição entre os dois (presença dos primeiros e condições de pagamento dos segundos). Normalmente, o uso e a manutenção das máquinas, equipamentos e produtos químicos caros são de responsabilidade da família (ou do residente quando este existir), enquanto que os trabalhadores por tarefa só serão recrutados para executar os trabalhos não-qualificados (a capina manual ou a poda).

O trabalho familiar, mesmo que se concentre nas tarefas que exigem mais cuidado com as árvores ou com os equipamentos, é valorizado por sua qualidade comparativamente ao trabalho ("ruim") executado pelos assalariados. É comum eles se reportarem à sua trajetória de conquista da propriedade da terra para referendar a esta diferenciação substantiva para eles:

Eu não tenho um empregado na propriedade, somos só nós, eu e minha mulher. A última vez, eu pulverizei todo só, com o trator [...] Eu tenho dois genros que às vezes vêm me ajudar no domingo, mas também algumas vezes chove no domingo. Como eu tenho que fazer então? Eu sempre poderia decidir levar um empregado, porque eles sempre fazem como você quer. Enquanto eu tiver meus braços, minhas pernas, eu continuarei lutando.... (P7)

A valorização do trabalho familiar guarda também relação com a divisão de tarefas, segundo o produtor seja um "patrão real" pequenos proprietários que se encarregam diretamente da gestão da propriedade incluindo o controle direto da força de trabalho ou seja um "patrão indireto" habitualmente médios e grandes proprietários que contratam os serviços de administradores. Esta diferença, como se viu no capítulo anterior, vai depender do porte econômico da propriedade e encontra-se expressa no depoimento abaixo:

Eu não tenho empregado, porque minha propriedade é pequena, é a família que ajuda. Se ninguém estivesse lá pra me ajudar, eu seria obrigado a ter um empregado. O pomar, sou eu que cuido e os meninos dão uma mão, 4.000 árvores [...] Se a gente tivesse mais terra, mais renda, aí dava pra pagar um empregado bom, pagando bem, direitinho, o cara fica, né?. (P11)

São mencionadas duas formas de gestão da propriedade nos depoimentos dos produtores, ligadas diretamente com a organização da propriedade:

1. a primeira, estatutariamente reconhecida pela lei como Empresa Agropecuária, que pode obter créditos especiais e taxas preferenciais para o pagamento de impostos, consiste normalmente em grandes propriedades com infra-estrutura administrativa informatizada (o que permite o controle técnico, financeiro, administrativo e operacional da propriedade), com serviços privados de difusão agrícola e com uma divisão interna de funções administrativas e contábeis. Neste caso, habitualmente os proprietários são absenteístas, morando fora do município e algumas vezes mantendo outras atividades profissionais ou outras opções de investimento.

2. a segunda forma de gestão, encontrada principalmente nas pequenas e médias propriedades cujo produtor tem origem urbana, é aquela exercida, de forma terceirizada, por escritórios privados de contabilidade sobre toda a movimentação financeira, como o pagamento de salários e encargos sociais dos trabalhadores residentes e por tarefa, acompanhamentos dos pagamentos da produção pela agroindústria ao longo do ano-safra. Aqui também os proprietários são absenteístas, morando no centro urbano de Bebedouro e exercendo outras atividades profissionais ou no setor terciário.

Quando existe dissociação entre os procedimentos operacionais exigidos pelo sistema produtivo e a gestão administrativa da propriedade, o produtor pode consagrar seu tempo ao trabalho não produtivo, às atividades de direção e de supervisão do processo do labor social executado sobre suas terras, a acompanhar as novidades mercadológicas, técnicas e científicas e a rentabilizar seus fundos de acumulação, característica da empresa capitalista por definição.

O produtor - mesmo que não assuma centralmente a execução do labor agrícola - considera sua tarefa de gestão indissociada do trabalho agrícola, valorizando seu envolvimento pessoal na supervisão da força de trabalho, durante as operações de manutenção do pomar, ou durante a colheita, uma vez que acredita que seu envolvimento direto na supervisão das tarefas ao longo do ciclo de produção assegura a qualidade da fruta, a "limpeza" de seus pomares (sem ervas ruins), a integridade geral do pomar, a lucratividade da exploração e a valorização financeira da propriedade.

A dissociação entre propriedade e gestão ocorre, com menos incidência, no caso dos produtores que apresentam uma origem e trajetória sociais rurais, pois o tamanho das propriedades não requer a separação das funções de proprietário, patrão e administrador, que ficam então concentradas sob a responsabilidade do proprietário. Sua relação íntima com a terra e seu senso de responsabilidade para com a atividade de agricultor os distingue daqueles que *"abandonam a propriedade, que não são atentos, que não passam pelo menos uma vez por dia para examinar seus pomares"* (P3). Desta maneira, o controle direto mais rigoroso do trabalho, principalmente no caso dos pequenos proprietários, atende assim tanto às exigências contratuais colocadas pela agroindústria, que se resumem na garantia de facilitação da operação de colheita (exemplo, limpeza das fileiras entre as árvores), quanto a sua própria preocupação em não perder nenhuma fruta.

Um certo equilíbrio necessário na composição entre trabalho familiar e trabalho assalariado especializado (que começa a encarecer-se em relação ao mercado de trabalho temporário) é razão de preocupação permanente. Portanto este equilíbrio vai depender também da possibilidade de o produtor pagar o suficiente para garantir a permanência e, assim, o tempo necessário para o treinamento do trabalhador.

Os produtores revelam inquietações quanto à falta de disponibilidade de trabalhadores "por tarefa" especializados, apesar da característica pontual deste trabalho, de sua própria resistência quanto à regulamentação legal das categorias profissionais (devido à pressão que incidirá na direção do aumento dos níveis salariais atualmente existentes no setor) e à ausência de contratos de trabalho. Suas condições de organização do trabalho são deste modo muito diferenciadas, *"os trabalhadores especiais querem ganhar muito, mas merece também, né? Só que às vezes querem demais, então a gente prefere ir tocando, a gente mesmo, senão não compensa"* (P13), daquelas encontradas nas grandes propriedades que têm trabalhadores residentes e investem na qualificação deles:

Eu não tenho serviço constante para o trabalhador [...]. Eu preciso só quando é serviço de emergência porque as fazendas já têm seus empregados normais; Mas os empregados não podem ficar como eu, na dependência esporádica minha, circunstancial, né? Só que este, se for um bom trabalhador, ele vai ser muito requisitado. Você vai procurá-lo e ele diz: 'ah, já me arrumei com fulano de tal, tou compromissado', e aí que a gente acha dificuldade. (P12)

Esta realidade, na verdade, dificulta a produção de um mercado de trabalho especializado, elemento menos flexível na situação atual de aumento dos custos de produção agrícola:

O próprio sindicato me mandou uns folhetos aí, tem tanta lei em cima agora que é difícil. Hoje tem que pôr o cara aqui como carpinador, então, se for pra ele fazer outros serviços como poda, etc., tem que pagar um extra. E ele terá outros direitos porque não é só carpir; ele não seria só mas carpidor, ele seria podador, então é outra profissão, tem outro item, e tem que pagar a mais. Acabou a poda, se mandar ele pulverizar e adubar, então ele seria especializado... (P13)

De acordo com o depoimento de um produtor, existem muitas dificuldades para se encontrar trabalhadores *"bons e competentes"*, *"eles são poucos, no máximo 3-5%. Tanto que a gente tem muita dificuldade de encontrá-los [...] nas 10 pulverizações num ano, eu nunca consegui que fossem os mesmos. Você acha eles numa parada ou no domingo, vai num botequinho, jogo de bocha, onde eles estão disponíveis"*. (P12)

Às vezes, os trabalhadores preferem vir conosco, porque eles estão cansados de colher, e tem aqueles que não gostam de jeito nenhum de fazer este trabalho. A verdade é que acontece deles não quererem trabalhar de jeito nenhum. Então você diz: é para 4 ou 5 dias e aí eles não querem mais porque vão ficar, em seguida, 2 ou 3 semanas parados. Não é fácil. Porque você também tem que escolher aqueles que já têm uma noção, que já pulverizou pelo menos uma vez, que já trabalhou a terra; se você pega um sujeito sem prática, complica ... (P12)

A Casa da Agricultura sempre dá curso e aí o produtor traz os empregados ou ele mesmo assiste a depois repassa, isto teve muito e ainda tem. Formou-se a mão-de-obra especializada, principalmente aqueles que eram mais conscientes, mais trabalhadores e aprenderam mais e a procura é bem maior do que a oferta. Você acha cada peão que diz que é tratorista e ele não sabe onde fica a chave para dar a partida; porque os bons já estão empregados, não querem sair e se quiserem o patrão não deixa saírem, dão um pouco mais de dinheiro. (P6)

Desta forma, dentre os trabalhadores em geral, sejam eles residentes ou tarefeiros, "raro são aqueles que não quebram nada!", "que sabem fazer um bom trabalho". Além disto, as queixas sobre os trabalhadores "que não largam o trabalho de repente para empregar-se em outro lugar" são numerosas. Os produtores não compreendem este comportamento dos "empregados que são retribuídos conforme a lei" (obrigação de pagamento de um salário mínimo). Nos depoimentos, nota-se que o respeito à lei não é entendido como uma obrigação, mas sim como uma distinção do "bom patrão", acrescido de relações paternalistas mantidas entre o trabalhador e de compensações não-monetárias, que se resume na frase: "somos como uma família". Diante da grande disponibilidade de força de trabalho, o produtor pode facilmente experimentar diferentes grupos de trabalhadores para a realização de tarefas mais delicadas, o recurso à demissão tornando-se expediente freqüente, aumentando a instabilidade e a rotatividade do trabalho.

Os motivos alegados para a preferência de mão-de-obra residente encontram-se no controle e imobilização permanentes dos trabalhadores, no processo de treinamento contínuo e na vantagem financeira que ela representa, em face das dificuldades de se encontrar trabalhadores no mercado:

Eu prefiro ter minha própria mão-de-obra que more na propriedade, porque os diaristas fazem o trabalho de qualquer jeito. Eu tenho um administrador, é um fiscal do imposto, de Taiúva, e ele passa todas as semanas lá. Ele verifica o trabalho que foi feito e aquele que era para ser feito" (P1); "É melhor quando os caras moram na propriedade porque, se você pega um cara daqui e que um dia chove muito, tem que pagar a diária de trabalho sem que o trabalho seja feito. Com um trabalhador que vive lá, ele pode retomar o trabalho quando o sol volta... (P3).

O fato de dispor de famílias residentes aumenta a disponibilidade e a reprodução da mão-de-obra, portanto, as potencialidades futuras de trabalho. Os filhos e, às vezes, a esposa do residente representam um efetivo complementar, mas não desprezível, e que, além disto, escapam das obrigações trabalhistas, o que diminui em muito o custo de produção.

Às vezes, é mulher mesmo do empregado que faz horas extras. Quando é para arrumar alguém de fora, é difícil, porque só é para 3 ou 4 dias e eles, eles vêm por 15 dias, às vezes um mês, e para fazer a semana completa. Eles preferem trabalhar na empreita (por tarefa), porque eles se esforçam para ganhar mais. Por dia, é um preço fixo, enquanto que por empreita, mais o sujeito faz e mais ele ganha [...] Se for por dia, ele não trabalhará tanto porque, de qualquer maneira, o trabalho já está pago, o dia já está ganho... (P9).

A formalização dos contratos de trabalho com os trabalhadores temporários vai depender da qualificação e da produtividade das equipes. Porém, de uma forma geral, a preferência pelos

trabalhadores tarefeiros (recebem apenas quando o serviço é terminado) ou diaristas (recebem por dia) justifica-se pelo mais baixo custo desta mão-de-obra quando comparada com a dos trabalhadores residentes, uma vez que através dela escapa-se do pagamento dos encargos sociais:

O diarista é bem mais interessante que o residente: dá menos problema com papéis e conflitos de trabalho. O que não se pode fazer é deixar a propriedade abandonada, sem ninguém para tomar conta [...] E o diarista custa menos dinheiro.... (P6).

O pagamento por tarefa (empreita) em vez do pagamento por dia (diária) - uma vez "*que os caras te enrolam, passam o dia de papo pro ar*" -, a ausência de registro de trabalho (à maneira dos bóias-frias dos anos 1970/80), e a abundância deste tipo de trabalhadores constitui um contra-ponto ao discurso do produtor que insiste no bom nível de salário:

A gente não tem dificuldade para encontrar a mão-de-obra, isto a gente acha, porque eles estão todos lá, esperando. Só para ir até meu sítio são 30 km, e não é muito fácil para mim. Eu sou obrigado a pagar bem pelo dia, caso contrário eles não pegam o trabalho. E as despesas, heim? Eles vão lá e começa a chover, bem. O dia está perdido. Não é fácil [...] Mas se ele mora lá, é diferente. E eles, eles querem ganhar por dia. Mas se você pagar por dia, eles não trabalham. O trabalho que é feito por 10 homens na cidade, 3 que moram no sítio fazem. Eles fazem o tempo passar, eles fingem que trabalham e você começa a ficar nervoso. Então, quando chega a tarde, você reúne todos e manda embora... (P4).

A utilização, pelos produtores, de práticas culturais apoiadas no apadrinhamento, como relação de afirmação de desigualdades de posições na hierarquia social, para que a mão-de-obra necessária seja garantida, pode ser verificada no depoimento abaixo:

A gente conhece os locais onde eles estão aqui. É gente simples, a gente tem amizade com este povo aí, eles se sentem importantes tendo amizade com a gente, e a gente vai lá, uma vez ou outra, só pra não perder o contato, toma pinga com eles, sai pra lá, pra cá, conversa, brinca com eles, cumprimenta na cooperativa, na rua, e a gente nunca perde o contato, sabe onde mora, se estão precisando alguma coisa vai lá e eles se sentem felizes de poder ajudar a gente, eles se sentem importantes, então eles atendem de pronto. Tem que ter muita paciência, porque às vezes sai do serviço 15-20 minutos mais cedo, não acabou ainda o dia, mas a gente tem que conviver com isto, não pode falar nada, tem que ter jogo de cintura (P6).

Este depoimento mostra a clivagem social que existe entre os *produtores modernos* e os trabalhadores assalariados. Esta clivagem é demonstrada pela não-aceitação inclusive das instâncias de representação sindical existentes:

Eu passei seis meses em minha propriedade sem empregado residente. Tem uma casa boa, eletricidade, um chuveiro elétrico, eu dou leite, frutas à vontade, mas eu não consegui. Por quê? O empregado ouviu falar que o empregado rural tem direito a um suplemento de transporte, hora itinere. Então, o residente não tem isto. Eu não empresto o trator por causa de acidentes. Eu pego meu carro, eu vou para a cidade para trazê-los mas eles não querem isto. As coisas ficaram mais difíceis depois que três coisas apareceram no mundo agrícola: o primeiro se chama televisão, o segundo é o trator e o terceiro é o sindicato; é um mal necessário. A televisão porque o empregado vai dormir tarde e não acorda mais cedo; o trator por causa do status, o empregado usa ir para a cidade, acelera e quebra alguma peça; e o sindicato porque o empregado não entende o que ele fala, normalmente coisas que ele não merece. Você dá uma ordem e ele diz: 'eu vou pro sindicato!', desse jeito não é possível! Na verdade, o mal do

empregado rural é sua cultura. Há tantas aberrações! Eu vou lhe dar um exemplo: a mão-de-obra é tão desqualificada que nós não temos meio de deixar a propriedade na responsabilidade deles. Eu não consegui ter uma só pessoa porque o sítio é pequeno, eu não vou pagar para isto um administrador então [...] Eu já era presidente disto, daquilo, e ainda eu sou um produtor rural. Eu penso que nós temos que reduzir a mão-de-obra ao mínimo necessário e e usar máquinas porque a situação está impraticável! Existe um êxodo rural, um consumo de alimentos na cidade inferior àquele dos sítios, eles têm que comprar tudo. Aconteceu uma mudança no campo que foi prejudicial ao próprio trabalhador. Há casas vazias nos sítios e os empregados não querem morar lá. Na cidade, eles viram trombadinhas, mendigos [...] Eu acho que nós deveríamos mudar a mão-de-obra residente por máquinas como consequência da mentalidade que foi imposta aos empregados pelo sindicato (P4).

A resistência em aceitar a relação salarial e contratual, sobretudo pelos pequenos proprietários, foi confirmada pelos dirigentes do Sindicato dos Empregados Assalariados de Bebedouro, que afirmam que os trabalhadores muitas vezes preferem trabalhar nas grandes empresas agrícolas ou nos pomares da agroindústria. Esta preferência também se explica pelo controle e disciplina de trabalho que impõem aqueles produtores.

4.2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO MEDIAÇÕES CULTURAIS NA CONFIGURAÇÃO DO CAMPO CONFLITUAL NA CITRICULTURA

Os depoimentos relatados acima explicitam a complexidade das referências socioculturais elaboradas pelos *produtores familiares modernos* sobre sua trajetória social na agricultura regional. O processo de formação de suas referências neste plano traduz a dinâmica do campo conflitual, uma vez que ele expressa a produção de uma imagem dos outros grupos sociais e deles próprios frente às transformações históricas pelas quais passou a agricultura regional. Estas referências correspondem, desta maneira, às representações que eles elaboram das transformações do poder na agricultura regional, em outras palavras, elas correspondem ao modo pelo qual os *produtores familiares modernos*, analiticamente, anunciam as categorias sociais em presença, suas respectivas posições e sua própria posição e orientação neste campo de relações.

Desta forma, a análise do processo de constituição sociocultural dos produtores que foram selecionados socialmente e aderiram progressivamente à lógica industrial de produção descrita anteriormente, traduz a incorporação da racionalidade empresarial de um modo particular, uma vez que ela se dá na presença de outros grupos sociais no campo econômico da citricultura, sobre os quais elaboram interpretações para demarcar seu próprio espaço neste campo. Portanto, suas representações sociais são portadoras de formas de entendimento acerca das articulações particulares que os grupos sociais mantêm entre si e são indicadoras, em consequência, da forma pela qual eles disputam seu reconhecimento como empresários rurais. Em outras palavras, evidenciam a forma como os produtores familiares produzem referências culturais referenciadas pelo ‘título’ de empresário rural, dando-lhe conteúdos específicos.

Três concepções elaboradas pelos *produtores familiares modernos* apresentam-se no campo conflitual da citricultura. Elas se referem centralmente às formas pelas quais, segundo

eles, demarcam-se os limites do "arcaísmo" e do "moderno" nas relações sociais e referem-se não apenas às formas de acesso às condições materiais de produção e ao mercado, mas também às posições ocupadas pelos grupos sociais na hierarquia sociocultural, através de processos de classificação/reclassificação:

1. as representações sobre a terra, relativizando o lugar central do fundiário por comprometer a eficiência das propriedades devido à secundarização na utilização do trabalho e das técnicas de produção. Estas representações orientam-se na direção de atribuir uma posição de marginalização em relação ao centro dinâmico do setor a todos os produtores de baixa produtividade, isto é, o latifundiário tradicional, os "extrativistas", os "laranjeiros" e os neolatifundiários como antípodos do *produtor moderno*;
2. as representações sobre o trabalho, harmonizando-se com a potencialização das técnicas de produção e substituindo a importância do fundiário. Conseqüentemente, suas representações sobre os grandes proprietários modernos como novo campo de legitimação do 'título' do produtor empresarial, na direção daquele que segue regras imutáveis e formais do mercado. As representações do trabalho estabelecem também a leitura dos trabalhadores assalariados.
3. as representações sobre a terra, trabalho e técnicas de produção, formulando o referencial tecnológico do *produtor moderno* na consagração do *ideal empresarial*, ao estabelecer sua própria imagem em contraposição aos outros grupos sociais nas suas particularidades de pequenos proprietários/produtores modernos.

Pares de opostos foram formulados abaixo para situar as especificidades dos *produtores familiares modernos* acima anunciadas nas suas relações com a terra, trabalho, técnicas de produção e mercado no campo conflitual, indicando a posição que eles atribuem aos outros grupos sociais dentre os produtores. É importante salientar aqui que a única relação antagônica, reiterando no caso o sentido capital-trabalho, é aquela observada em relação com os trabalhadores assalariados.

4.2.1. Terra de especulação e terra de produção

Evocados pelos produtores familiares modernos como os "*piores patrões*", "*espíritos ruins*" e "*extrativistas de laranja*"¹⁴³, a origem social dos latifundiários tradicionais¹⁴⁴ é por excelência aquela das famílias de fazendeiros de gado e do café que reconverteram uma parte da

¹⁴³ A expressão *extrativista* decorre da prática de ter plantações de laranja sem atentar para a manutenção dos pomares, são inclusive pomares que os colhedores procuram evitar devido à grande quantidade de "mato" entre as fileiras que dificulta o deslocamento e à pouca quantidade de frutas/árvore.

¹⁴⁴ Fora feitas várias tentativas de entrevistar representantes desta categoria social durante a pesquisa de campo. Ainda habitam o município descendentes da família Caldeira e Cromel de Oliveira. A recepção do próprio presidente da Casa da Agricultura de Bebedouro e um dos fundadores da CAPEZOBE (Cooperativa Agro-Pecuária da Zona de Bebedouro) ficou também a desejar apesar de ter indicado elementos de sua posição no campo de relações sociais como pertencente a uma família tradicional de fazendeiros de café e criadores de gado e atualmente também produtor de laranja, nas palavras de um dos entrevistados, "*um dos maiores entendidos em laranja, mas seu pomares são uma calamidade!*".

sua propriedade na cultura de laranja (mantendo ainda a pecuária e/ou as culturas de soja, cana-de-açúcar e outras). Atualmente, na região em estudo, sua presença restringiu-se tanto no que diz respeito à estrutura fundiária da citricultura quanto no que se refere à economia geral do setor, porém, os grandes proprietários tradicionais de terra, ainda que marginalmente, ocupam posições de poder em função: a) do seu papel habitual de mediação histórica junto ao poder municipal e aos órgãos do Estado encarregados da vulgarização agrícola¹⁴⁵; b) do seu papel de negociação comercial (e de mediação política) junto principalmente aos pequenos e médios proprietários através dos *pools* de produtores; c) da grande quantidade de laranjas produzidas apesar de sua prática extensiva da citricultura. Suas terras continuam a assumir o papel de ser reserva de valor e de especulação, tanto para venda quanto para cessão em arrendamento (no caso para plantio de cana-de-açúcar)¹⁴⁶; d) das freqüentes rotações de mão-de-obra nas suas propriedades devido aos constantes conflitos de trabalho e às relações com os empregados, que se assemelham àquelas mantidas no passado com os moradores (ou residentes); e) do baixo custo de produção dos pomares pouco tecnificados comparados àqueles das unidades de produção modernas (o que diminui o preço das frutas que serão negociadas com o conjunto dos produtores) e da ausência de diversificação nos destinos das frutas e de formas diferenciadas de pagamento que possam remunerar os produtores segundo a qualidade das frutas (e não só pela quantidade).

Esta posição "especulativa" do sistema produtivo foi incorporada por outros tipos sociais de produtores:

1. os neo-latifundiários, grandes proprietários que podem ter uma origem rural (herdeiros de terras) ou urbana. Muitos são grandes investidores e especuladores em terra, praticando ao mesmo tempo a criação de gado e a citricultura extensiva, nas palavras de um produtor (que é dentista): "*apenas com a primeira parcela da venda das laranjas, eu posso comprar uma ou duas fazendas a cada começo de ano...*" (P15). Outros são industriais de outros setores da atividade econômica, que compram terras com a intenção de cultivar laranjas, aproveitando-se das possibilidades abertas pelo mercado internacional de suco e da concorrência interna no país (como exemplo, cita-se Antônio Ermírio de Moraes) ou interessados no investimento que representou a cultura principalmente nos anos 80 (Wilson Fittipaldi, Orestes Quércia);
2. os pequenos ou médios proprietários, mesmo que de origem urbana - chamados "*laranjeiros*"¹⁴⁷ - que adotam a lógica latifundiária de produção e especulação com a cultura, através da compra de terras em outros estados (principalmente para a pecuária extensiva), ou

¹⁴⁵ Além de sua importância no período de expansão inicial da cultura, conforme analisou-se no capítulo I, eles participaram dos investimentos para a compra da agroindústria Sanderson e da fundação do Fundecitrus.

¹⁴⁶ Segundo um funcionário da Casa da Agricultura de Bebedouro, devido à queda dos preços pagos aos citricultores pela produção, nos últimos anos, a superfície da cana-de-açúcar aumentou 136,74% (através de contratos de arrendamento com as usinas) entre 1990 e 1992. Os produtores que aderem à mudança são pequenos proprietários, mas também grandes proprietários de baixa produtividade agrícola (Cf "*Produtores trocam laranja por cana*", *Folha SP Nordeste*, 11/08/1992).

¹⁴⁷ Também conotação pejorativa do arcaísmo atribuído pelos produtores modernos àqueles considerados "arrivistas" na citricultura: o *laranjeiro* é aquele que especula com a produção, um aventureiro, um novo rico, termo mais usado para se referirem ao médios e pequenos proprietários em busca de fortuna fácil.

compram carros importados ou imóveis e fretam aviões para viagens ao exterior, indicando padrões ostensivos de consumo típicos de grupos sociais emergentes, com os altos ganhos obtidos pela venda de sua produção pouco tecnificada, apesar de marginal na dinâmica comercial central do setor¹⁴⁸.

A propriedade fundiária, de uma forma geral, explica as possibilidades de inserção inicial dos produtores no mercado agroindustrial, como foi analisado no Capítulo I. O fato de o custo econômico global da modernização das grandes propriedades ter sido suportado pelo Estado e pela sociedade durante o tempo que durou o crescimento do setor no plano internacional, explica por que o latifundiário tradicional não tenha representado, em face do grande proprietário moderno, um capital competitivo na citricultura. Dito de outra forma, se o latifundiário conseguiu, apesar de tudo, diminuir o custo médio de produção agrícola e a remuneração em relação ao conjunto dos produtores, é a política agrícola do Estado que garantiu as margens de acumulação do capital para este grande proprietário moderno. A partir da terra (e sua quantidade), sua adesão ao projeto modernizador foi possível.

A manutenção dos custos médios de produção (custo/árvore) utilizados como referências nas negociações - rebaixados pela produção de frutas com baixa utilização de insumos - não impede ao grande proprietário que se moderniza tecnicamente a apropriação de uma sobretaxa de lucro a seu favor, devido a seus ganhos de escala, potencializados pela sua remuneração acima do previsto nos acordos e pela sua penetração em circuitos exclusivos de mercado. Estas vantagens relativas possibilitam a diversificação de seus capitais em outras atividades sociais ou especulativas, mantendo seu patamar atual de produtividade agrícola ou adotando sistemas de produção mais eficientes.

A propriedade fundiária tradicional perde sua supremacia social, econômica e política à medida que cresce a dinâmica do produtivismo, porém a relação patrimonial do produtor com o sistema produtivo - que se expressa na citricultura extensiva e ineficiente e na especulação fundiária ainda presente e articulada ao mercado - está na origem da competitividade da agroindústria brasileira no mercado internacional de suco (grande área de plantio de baixa produtividade e menores custos se comparados à produção norte-americana). Esta relação nasce do caráter limitado da natureza empresarial da grande propriedade, conforme foi analisado anteriormente.

A citricultura extensiva é também indispensável aos grandes proprietários modernos através da manutenção das formas especulativas de produção por dificultar a emergência de novas "classes fortes" (pequenos e médios proprietários modernos) que respondem rapidamente,

¹⁴⁸A hipótese do trabalho é que a ligeira diminuição da participação das propriedades até 50 ha no total produzido no estado, entre as safras 80/81 e 95/96, refira-se principalmente às propriedades por parte destes pequenos produtores especulativos, passada a fase de ganhos no mercado financeiro e na atual fase de realinhamentos técnico-produtivos no setor, hipótese distinta da interpretação dada por Paulillo (2000, p.74). Estes produtores, historicamente distantes do centro da dinâmica do setor, tiveram mais dificuldades de incorporar também os novos requisitos de organização da comercialização das frutas e de organização do trabalho num momento de queda na remuneração dos produtores e na compra de frutas em que (re)investimentos do sistema produtivo eram essenciais.

através de sua filosofia e concepção de produção, à assimilação de novas orientações estratégicas no sistema produtivo e às mudanças em produtividade agrícola sem pulverização de seus capitais em outros investimentos não-agrícolas.

As estratégias de desenvolvimento do setor permitiram até o presente momento a reprodução da citricultura extensiva, cuja continuidade vai depender da adoção de um novo cálculo econômico no setor baseado na implementação de preços diferenciados para as frutas que remunerem os investimentos realizados no incremento de produtividade, rendimento e qualidade e no aumento da densidade das árvores nos pomares; das novas composições técnicas voltadas à redução dos custos de produção; do grau de investimentos da agroindústria na qualificação e remuneração dos trabalhadores assalariados; da potencialidade real em verticalização agrícola por parte das agroindústrias; da melhoria na remuneração das frutas frescas no mercado interno abrindo possibilidades de novos mercados mais dinâmicos.

Apesar da presença numérica pouco significativa destas propriedades e apesar do seu caráter transitório, a presença de produtores que especulam com a valorização de terras e com a produção de frutas tem um papel fundamental nas representações dos produtores modernos. A construção do referencial tecnológico coloca-os numa relação de oposição aos neo-latifundiários e latifundiários, vendo-os afastados da dinâmica econômica central do setor e secundarizando os efeitos da citricultura ineficiente em termos produtivos, nos limites de sua remuneração.

As representações negativas são dirigidas aos *laranjeiros*, uma vez que a posição e a orientação dos *produtores modernos* no campo de conflitos se dão antagonicamente aos pequenos (e médios proprietários) de mesma origem social, mas que não adotam o referencial tecnológico. Suas representações da terra são também definidas inversamente aos investidores de origem não-agrícola (sejam os agroindustriais que verticalizam a produção agrícola, sejam os investidores - empresários urbanos).

4.2.2. As técnicas e a técnica

A origem social dos grandes proprietários é principalmente aquela das antigas famílias que permaneceram na agricultura e reconverteram suas propriedades ao plantio das laranjas, adotando o conjunto do pacote tecnológico disponível pelo processo de modernização agrícola, graças inicialmente aos generosos subsídios estatais. Tanto a intensificação no uso dos fatores técnicos (químicos e mecânicos) e as inovações nas maneiras de fazer o plantio da cultura (renovação do pomar, espaçamento entre as árvores, irrigação, aperfeiçoamento das variedades, uso de biotecnologia) quanto os meios administrativos e de gestão informatizados asseguram o encurtamento da duração média do ciclo de produção, em outras palavras, a diminuição da diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho. Isto permite uma rotação mais rápida do capital, uma maior flexibilidade em termos de oferta de frutas, de acordo com as flutuações na

demanda da indústria, o que representa indubitavelmente uma vantagem do ponto de vista da concorrência, portanto, do mercado.

O grande proprietário moderno também investe na qualificação da mão-de-obra, na formalização dos registros em carteiras de trabalho e na regularização dos diferentes postos de trabalho, na reciclagem e requalificação profissionais dos administradores e dos trabalhadores residentes especializados. Isto possibilita estar menos exposto às instabilidades na oferta de trabalhadores temporários especializados, diminuindo a quantidade de trabalhadores por tarefa a serem contratados para os tratos culturais e mantendo as margens de contratação de trabalhadores menos especializados (capina manual) e mais numerosos no mercado de trabalho. A adoção desta nova forma de divisão interna de trabalho pode também ser assegurada pelo apoio dos membros da família que seguem uma preparação profissional dirigida à atividade, tais como especialistas em informática, agrônomos e administradores de empresa.

O grande proprietário moderno freqüentemente usa administradores para assegurar a gestão, limitando-se pessoalmente à acumulação de conhecimentos no mercado, incluindo a manutenção de relações privilegiadas com as instâncias de difusão técnica e vulgarização agrícola e com a agroindústria ou, no outro extremo, mantendo outras atividades profissionais urbanas em outros municípios, conforme analisou-se anteriormente. Neste último caso, a citricultura significa apenas um lugar de investimento e rotação de capitais como qualquer outra atividade.

Os princípios de identidade-identificação dos *produtores modernos* são construídos a partir da imagem valorativa do grande proprietário moderno com o qual eles pensam compartilhar as mesmas regras e planos do mercado. Ao mesmo tempo, a valorização de seu trabalho os coloca numa relação de oposição a estes produtores por causa do desdém que alimentam a seu distanciamento completo da propriedade, secundarizando as questões relacionadas às condições diferenciadas de integração à agroindústria (e ao mercado) e da instabilidade originária da sazonalidade do trabalho (e dos contratos temporários) como causa da falta de qualificação e das diferenças no pagamento dos trabalhadores.

Estas representações sobre o grande proprietário moderno também se originam do avanço do capital industrial sobre uma citricultura extensiva (de baixa produtividade), possibilitando a legitimação de seu modelo de referência tecnológica como mais competitivo: do reconhecimento de seu papel no acesso às negociações com o Estado (sobre subsídios agrícolas, taxas e impostos diversos) e às informações sobre o desempenho do país nos acordos internacionais sobre o comércio e do seu papel no controle político, ideológico e econômico do conjunto da força de trabalho. Isto ocorre num contexto em que a agroindústria investe na estabilização contratual e qualificação da mão-de-obra, na criação de sistemas de remuneração e contratos mais estáveis com estes produtores e em possibilidades de acesso a certos benefícios (treinamento) e informações (comunicação) com o objetivo de maximizar o desempenho do sistema produtivo.

4.2.3. A consagração do referencial tecnológico e o *ethos* empresarial

Frente aos desafios que se impõem como estratégicos para todo o setor - produtividade agrícola (nº de caixas produzidas/área); rendimento agrícola (nº de caixas produzidas/árvore); rendimento industrial/teor de sólidos, padronização do sabor, controle do tempo de produção, regularidade no fornecimento e diminuição dos custos de produção -, a posse de um *referencial tecnológico* torna-se decisiva na diferenciação entre os produtores. Este referencial define-se progressivamente, não apenas como o conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulam entre si, considerando as etapas de geração, difusão, financiamento e utilização (AGUIAR, 1986), mas também como uma organização administrativa associada ao funcionamento de todo o sistema produtivo (modos de gestão do sistema produtivo e sua eficiência *a partir de uma certa escala de produção*, tais como informatização das atividades, administração operacional e complexificação da divisão de trabalho). Em resumo, o referencial tecnológico consiste numa combinação adequada entre fatores de produção e formas de gestão que pode fazer com que a exploração torne-se mais eficiente.

Nas representações dos *produtores familiares modernos*, o referencial tecnológico surge em correspondência com sua base fundiária e com a maximização da escala de produção correspondente efetuada, tornando-se a base de sua valorização frente aos outros grupos sociais. É a "composição" entre as representações sobre a terra, trabalho e mercado - através da administração eficiente das explorações - que funda o *ideal empresarial*, traduzindo sua visão de produtores selecionados, portanto "vitoriosos", apesar do tamanho da sua propriedade e apesar das diferenciações no que diz respeito ao controle e ao uso dos fatores técnicos, de instrumentos de gestão, de organização e de intervenção planejada sobre os custos de produção.

Desta forma, o ideal empresarial, apesar de surgir a partir de condições objetivas de produção, elabora-se no campo conflitual em torno deste referencial tecnológico, uma vez que ele articula entre si a valorização da tradição rural/vocação agrícola, a valorização do saber-prático (empírico) e da experiência e a valorização do trabalho e da gestão familiar. O conjunto destas referências socioculturais traduz, de modo particular e específico - devido a seu passado como trabalhadores rurais sem-terra (colonos e parceiros) e, em seguida, como produtores familiares e proprietários-, sua posição sócio-econômica na citricultura, pela qual os *produtores familiares modernos* reforçam sua ligação com a dinâmica de desenvolvimento do setor.

Seus princípios de identidade-identificação ao redor do ideal empresarial se constroem principalmente sobre as significações da terra e do trabalho ao longo de sua trajetória social explicativa de sua relação com o mercado, apesar das distintas origens dos capitais entre eles (ex-colonos e ex-parceiros, herdeiros, profissionais liberais e comerciantes). Estas diferenças advindas das origens sociais dentre os *produtores familiares modernos*, anteriormente descritas, não impedem a produção de representações sociais compartilhadas sobre sua posição comum

frente aos outros grupos sociais na citricultura. Nessas representações, ressalta-se a presença de uma lógica familiar, no sentido de uma tensão explicitada pela sua posição entre uma referência ao passado (modelo original) e pela referência ao futuro (modelo ideal), principalmente fruto dos novos papéis assumidos como chefe de estabelecimento, da valorização de seu trabalho com relação aos grandes proprietários/produtores modernos (por aproximação distintiva), aos pequenos e médios proprietários/arcaicos (por oposição) e aos assalariados (por antagonismo) e da valorização de sua trajetória social num campo de diferenciações sociais. Como suporte destas representações, há os efeitos dos valores do "mundo urbano", (des)ruralizados, que são sustentados pelos herdeiros, profissionais liberais, comerciantes e compartilhados com os ex-colonos e ex-parceiros.

As representações dos *produtores familiares modernos* sobre a terra, trabalho, técnicas de produção e mercado associam-se às transformações seguidas na sua trajetória social de inserção progressiva na citricultura e nos parâmetros estruturais e dinâmicos de desenvolvimento do setor. Elas evidenciam:

1. uma forte contestação à valorização do fundiário (quantidade de terras), articulada à representação dominante da seleção social e da concentração de terras (*terra*);
2. uma forte valorização de sua posição como proprietário e chefe de estabelecimento devido à sua ascensão na implementação de tarefas mais qualificadas e de administração operacional e comercial da propriedade e seu distanciamento progressivo em relação ao labor agrícola (*trabalho*);
3. uma substituição da importância da terra e do trabalho familiar pelas técnicas de produção onde a experiência e capacidade de seleção e organização dos instrumentos e métodos produtivos (e seu envolvimento pessoal) são determinantes (*técnicas de produção*);
4. como síntese, a eleição do referencial tecnológico particular à sua posição no campo econômico que, finalmente, vai significar sua posição diferenciada no mercado (*mercado*).

A análise comprova a constatação de Barthelemy (1988, p. 56), segundo a qual a mudança nas administrações do patrimônio que caracteriza a estratégia empresarial se encontra em dois níveis: a) o peso do fundiário tende a diminuir, ele não passa de um apoio às estratégias comerciais; b) a importância da função técnica do sistema de produção (quantidade e qualidade de frutas) aumenta. Em síntese, ocorre a transformação de uma exploração a serviço do patrimônio fundiário para uma unidade de produção mercantil autônoma em detrimento da propriedade fundiária, caracterizada por capacidades de organização, competências administrativas, atitudes voltadas às relações públicas no meio social e a substituição de técnicas de produção por uma série de saberes e saber-prático tecnológico.

Desta forma, os *produtores familiares modernos* apartam-se da significação, de um lado, da terra como base de sua reprodução social e, do outro, do labor agrícola e, ainda, que eles adotem técnicas que imprimam melhor produtividade e aproximem-se do caráter comercial das

propriedades como sua atribuição principal e com a gestão da exploração, isto é, com a competência técnica no que diz respeito ao nível interno (saber-fazer, utilização otimizada das técnicas e da força de trabalho e organização de todo o sistema produtivo) e com a competência administrativa no que diz respeito ao nível externo (a exposição dinâmica da propriedade às redes financeiras e comerciais de venda das frutas).

A valorização do referencial tecnológico é um elemento muito importante na construção da *ocupação de citricultor* porque assegura a coerência do sistema produtivo em face da dinâmica comercial marcada pelo alto grau de competitividade no setor (graças à integração parcial dos produtores), já que, como diz Muller (1987, p. 11), este referencial delimita um referencial da atividade de agricultor especializado, em que o elemento mais importante é chamado de modelo técnico agrícola que se afasta da forma de ruralidade do camponês e direciona-se à adaptação e à modernização do aparelho produtivo¹⁴⁹. A ocupação de citricultor, como resultado deste processo de elaboração de referências socioculturais, é, desta maneira, atributo de seu status social, das posições ocupadas atualmente na estrutura social da citricultura e, conseqüentemente, relacionado às especificidades da cultura. Desta maneira, a ocupação refere-se ao lugar que eles ocupam no sistema produtivo como chefes de estabelecimento, o que lhes permite maximizar os benefícios do referencial tecnológico à sua disposição. Neste sentido, ela tem uma dimensão mais operacional (senso prático e operacional de sua identidade sócio-profissional) e define-se de acordo com as seguintes atribuições:

1. uma organização interna, isto é, a capacidade para reunir e articular os pressupostos de uma organização específica do sistema produtivo (a administração), pelo grau de intensificação da divisão social de trabalho e da tecnificação do sistema produtivo. Assim, o *produtor familiar moderno*, além de ser o proprietário da terra, assume um novo papel no setor: o de proprietário do capital e de ser aquele que o põe em marcha, sem ser o que assume o trabalho. Assim, ele é aquele que concebe, aplica e executa suas concepções através do trabalho dos outros, em oposição ao proprietário-trabalhador rural;

2. uma articulação com o ambiente externo através dos meios para acessar os fatores de produção (trabalho, técnicas) e os recursos financeiros (créditos) que possibilitam sua inserção no circuito do capital agroindustrial (participação no mercado). Desta maneira, o *produtor familiar moderno* se opõe ao produtor tradicional que não se expõe às trocas comerciais e aos riscos da produção.

Já a *profissão de produtor rural* é também resultado de um processo de construção sociocultural de sua identidade, porém é diferente da ocupação do citricultor. A profissão aponta para uma dimensão mais intelectual, no sentido em que é a função deste novo status social (chefes de estabelecimento), isto é, o papel que assume o produtor na reprodução da propriedade como um negócio e que o coloca numa relação conflitiva com os agentes econômicos e políticos

¹⁴⁹ Ver também Muller, Pierre (1987b); Rémy, Jacques (1987); Coulomb, P e Nallet, H. (1980); Rémy, Jacques (1986).

intervenientes: a agroindústria e o Estado. A profissão de produtor rural se constrói na passagem da racionalidade familiar e territorial (do camponês como unidade familiar de reprodução inserida num espaço geográfico limitado) para uma lógica cada vez mais profissional e cada vez menos dependente das problemáticas locais (em função dos imperativos do *mercado*).

O *ethos* empresarial, expressão da identidade sócio-profissional do *produtor familiar moderno* é assim, utilizando-se a análise elaborada por Lamarche (1991, p.126), duplamente impulsionada: pela função de produção de mercadorias e pela função comercial de sua propriedade. A função de produção estrutura o sistema produtivo enquanto a função comercial orienta a relação do produtor com o mercado. A análise empreendida mostra que, a partir do final dos anos 1980, uma nova fase de seleção social - baseada nas formas de trabalho e nas formas de produção -, vai se definir pelas orientações de desenvolvimento do setor na tentativa de superar a crise de competitividade no mercado internacional. Neste contexto, cada vez mais a função comercial vai determinar a função de produção, num processo de implosão da localidade.

Segundo Cruz (1988), a atividade empresarial refere-se tanto à função inovadora (endogenização da mudança tecnológica) quanto à função de gestão. Esta última função reveste-se de grande importância uma vez que diz respeito ao controle dos processos e das técnicas que permitem a obtenção da produção desejada. Suas principais atribuições se relacionam com a contratação dos fatores de produção e a tomada de decisões sobre preço, quantidade e tecnologia. Portanto, assegura a busca de altos níveis de eficiência sobretudo a solução dos problemas advindos de mercados imperfeitos (a ausência de alguns insumos e técnicas de produção). A capacidade de gestão dependeria da eficiência técnica (melhoria do sistema produtivo), eficiência econômica e organizativa (bom uso dos recursos disponíveis para diminuir custos e aumentar o preço de venda de sua produção, conhecimento das características da demanda e da comercialização, valorização dos recursos humanos, acesso aos recursos financeiros e adequado desenvolvimento dos sistemas de controle da gestão), eficiência estratégica (capacidade de definir estratégias para lidar com problemas e inseguranças incluindo aí seu grau de associativismo e a negociação).

O referencial tecnológico torna-se fundamental na definição de uma capacidade de gestão para o mercado na citricultura, tendo em vista a fragmentação do mercado em vários planos, surgida da politização da regras econômicas e formais pelos interesses no plano agrícola, no plano da indústria e na articulação entre estes interesses. Portanto, a capacidade de gestão aclamada nas suas representações constitui a base do suporte de sua autonomia, mesmo que esta não signifique sua equivalência no mercado e que eles estejam fragilizados enquanto pequenos proprietários.

O modo pelo qual os *produtores familiares modernos* anunciam as prioridades de investimento dadas pelos diferentes grupos sociais (compra de terras e equipamentos, aplicações na produção ou no mercado financeiro através do desvio dos subsídios recebidos como crédito agrícola) - portanto, as estratégias pessoais de acumulação, a orientação das aplicações

financeiras resultantes da atividade agrícola, seu estilo de vida e a trajetória de seus filhos - dá uma idéia mais complexa do processo de formulação de seus princípios de identidade-identificação.

Desta maneira, a presença dos latifundiários e, principalmente, os pequenos e médios proprietários de baixa tecnificação e os trabalhadores assalariados estão no centro da produção do ideal empresarial. O substrato de suas representações decorre do papel representado pelo grupo de referência - os grandes proprietários modernos - no sentido em que é este grupo social que representa os modelos de excelência da atividade devido à presença destes outros grupos sociais e dado seu objetivo de rolagem e de investimento permanentes de capitais em novas aquisições voltadas ao conjunto do sistema de produção, apesar de sua adoção, em alguns casos, de uma lógica latifundiária no que diz respeito à compra de terras para fins especulativos, a qual, quando ocorre em regiões distantes da dinâmica do setor, não é criticada.

Portanto, o conjunto de suas representações reforça a constituição das referências socioculturais fundadoras da racionalidade empresarial, uma vez que sua imagem é de serem competitivos com uma vantagem a mais em relação ao grande proprietário moderno, que se dá no plano do *trabalho*: sua dedicação permanente na atividade, dedicação esta que serviu como reforço do processo de seleção social no passado.

Desta forma, a função dos produtores na organização e controle da colheita, compartilhada com a agroindústria, mas "sem taxas a pagar" (uma vez que a remuneração desta atividade seria somente responsabilidade desta última), é compreendida como uma demonstração da sua importância frente à agroindústria e de sua diferenciação social e cultural em face dos assalariados. De outro lado, as diferenças, no que diz respeito ao acesso e às possibilidades de contratar diretamente os trabalhadores residentes ou qualificados em função da grande disputa por estes trabalhadores e das diferentes condições de pagamento desta força de trabalho, se comparados com os grandes proprietários, são atenuadas pela valorização de seu próprio trabalho e de seus filhos e sua ligação (sentimental) à terra.

Apesar das concepções dominantes no setor sobre as limitações dos pequenos e médios proprietários para enfrentar a concorrência econômica no setor a seu "natural e sentimental" (pejorativamente) apego à propriedade, ao medo de riscos para inovar, à equivocada utilização dos recursos financeiros, reduzindo as explicações sobre o insucesso e/ou instabilidade econômica das explorações às qualidades individuais dos produtores, os *produtores familiares modernos* revigoram a importância das concepções de agricultura relacionadas à produção familiar. Como *modelo original* (familiar) são chefes de estabelecimento (assegurando diretamente a gestão da propriedade) e, de outro, eles manipulam ainda algumas ferramentas de trabalho, o que na sua referência a um modelo ideal, relativizam suas dificuldades em afastarem-se da propriedade para procurar informações fundamentais que possam revigorar o caráter comercial de sua propriedade, sendo precisamente o apego à terra e o tempo de trabalho direto que vão diferenciá-los substantivamente dos grandes proprietários modernos.

Os *produtores familiares modernos*, em conseqüência, apropriam-se da ética nas formas de produção e trabalho provindas dos novos requisitos técnicos da manutenção da competitividade, mas não pacificamente. Ao assimilar esta ética da valorização das capacidades individuais, somam conteúdos mais radicais e absolutizados. É neste sentido que eles geram novos conhecimentos, transmitem-nos e agem diretamente na reprodução do poder, uma vez que o desenvolvimento horizontal da citricultura não é contestado pela existência de interesses no campo agrícola e no campo agroindustrial que conformam o mercado.

A valorização das capacidades individuais gera uma interpretação dos processos de seleção como sendo sistêmicos e o surgimento das capacidades empresariais como sendo elásticas, isto é, a aptidão mesmo sem a ausência de capital tornaria possível processos de ascensão social. A estrutura fundiária relativamente estável, concentrada favoravelmente nos pequenos e médios citricultores em termos tanto de número de estabelecimentos quanto em termos de área, reforça esta representação uma vez que eles principalmente “concorrem” entre si. A crescente ameaça de desestabilização dos produtores familiares modernos provém basicamente da agroindústria, isto é, não está diretamente vinculada à representação que eles têm dos grupos sociais na citricultura e reforça suas imagens de similaridade aos grandes produtores modernos.

CAPÍTULO V

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E AÇÃO POLÍTICA DOS PRODUTORES FAMILIARES MODERNOS: A PUBLICIZAÇÃO DA IDENTIDADE SÓCIO-PROFISSIONAL DE EMPRESÁRIO RURAL

No capítulo anterior, a análise concentrou-se na origem e conteúdos dos primeiros fundamentos da coletivização identitária dos produtores familiares modernos de laranja cujos princípios de identidade-identificação alinham-se com suas representações sobre a terra, o trabalho e as técnicas de produção (referencial tecnológico), representações estas que estão na base das valorizações que eles têm de sua trajetória social como sendo específica e particular em relação aos outros grupos sociais.

Suas representações configuram a produção do ideal empresarial, ideal que se afasta das contradições originárias desta trajetória - a qual diferenciou grupos sociais no que diz respeito ao acesso e à utilização dos fatores objetivos de produção - para se afirmar em torno do referencial tecnológico como atributo valorativo de suas origens e história. Este ideal traduz, desta maneira, a apreensão que eles têm da natureza do político uma vez que ele determina uma posição e inserção destes produtores no campo conflitual da citricultura (referências para a ação) através das relações estabelecidas, a partir de sua atividade, com o ambiente sócio-político e econômico externo à unidade produtiva, de acordo com as imagens produzidas sobre os outros grupos sociais.

Entretanto, a elaboração e a expressão do ideal empresarial na ação política setorial são compartilhadas pelos vários grupos sociais dentre o conjunto dos produtores modernos, dando uma dimensão à constituição do coletivo na ação política que afasta os produtores familiares de suas marcas distintivas em relação aos interesses divergentes em presença, revelando comportamentos que se afastam da significação de resposta à linearidade estrutural, possibilitando a reprodução destes interesses contraditórios. Em outras palavras, a ação política, de certa forma, cria um espaço de amplo pertencimento às referências socioculturais constitutivas do empresário rural, secundarizando as condições objetivas particulares a cada grupo social no campo econômico. Este processo só é possível, paradoxalmente, graças à presença singular dos produtores modernos familiares.

De acordo com Jobert e Muller (1987), a incerteza fazendo parte da ação política dá uma dimensão mais ampla à política que não trata apenas das contradições. Seu pressuposto teórico se resume no seguinte:

a política nunca trata diretamente das contradições estruturais que existem em uma sociedade. Ela conhece apenas atores políticos cuja ação não se dá necessariamente sobre as linhas de clivagem estrutural. Ela não possui a ciência inata dos modos de tratamento destes conflitos e freqüentemente os resultados de sua intervenção vão contra o que era esperado (JOBERT e MÜLLER, 1987, p.35).

Uma vez que as lutas constituem, desta maneira, o momento em que se evidencia a expressão, a afirmação ou a transformação de grupos e identidades¹⁵⁰, de que maneira as especificidades e particularidades dos produtores familiares modernos ao não se expressarem, na ação política, segundo as conflitualidades que os opõem aos outros grupos sociais levam assim mesmo a uma convergência de interesses entre o conjunto dos produtores modernos? Como a ação política possibilita assim a formação de uma base de coesão necessária para a implantação das estratégias de desenvolvimento da agroindústria?

Na direção do que Hassenteufel (1991) sugere, as análises sobre a ação coletiva e mobilizadora pode ser empreendida a partir da articulação entre o processo de construção identitária dos grupos sociais e as práticas representativas. Se esta formalização do ideal empresarial, isto é, sua estruturação no espaço público-societal, se apoia sobre determinantes objetivos originários do nível de modernização técnica das propriedades (referencial tecnológico) e, conseqüentemente sobre as características e função da atividade exercida pelos produtores, ela se opera acima das diferenciações sociais pela maneira como os mediadores políticos exercem sua função de representação.

Os mediadores na citricultura determinam as orientações e interesses, tanto aqueles considerados legítimos pelos produtores quanto aqueles que os mediadores apresentam e conseguem priorizar junto aos poderes públicos e à sociedade global. Uma vez que as práticas políticas e ideológicas dos agentes sociais são de uma ordem que ultrapassa os grupos locais, a análise do papel dos mediadores é fundamental para se compreender o lado coletivo dos interesses da classe, em uma escala histórica e não individual.

Para analisar a ação política dos produtores, em um primeiro momento, serão analisados os contextos políticos nos quais foram fundadas as instâncias de representação e sobre que interesses principais – em relação a um modelo de agricultura na sociedade - elas modelam esta ação e as representações sociais dos produtores, legitimadoras da ação política de seus representantes. Em seguida, serão analisadas as características da ação proposta pelos mediadores no que se refere à agroindústria e às relações estabelecidas com o Estado e, por último, com a ação política dos trabalhadores assalariados.

¹⁵⁰ As identidades sociais não são produzidas apenas através dos conhecimentos sociais adquiridos sobre as relações de dominação-subordinação inerentes a toda relação social de produção mas igualmente pela forma de vivê-las no campo do exercício da política e de intervir sobre uma realidade por ações de organização, de reivindicação, de contestação ou de reprodução desta dominação-subordinação. Noronha, O.M. (1986) analisa o *sentido pedagógico* das relações de trabalho segundo dois momentos: o da transgressão por parte dos trabalhadores do controle exercido e aquele, sincrônico, que se refere à disciplina que *produz o trabalhador*.

Trata-se, portanto, neste capítulo, de investigar a forma como a ação política, ao delimitar fronteiras mais ou menos móveis entre interesses relativos à atividade, possibilita que novos processos de categorização e identificação indiquem posições específicas em relação às transformações no modelo de desenvolvimento da citricultura. O ‘título’ de empresário rural, construído e apropriado como *ethos* dos produtores familiares na forma de ideal empresarial, é referência fundamental da ação política na formulação pública de seus objetivos, principalmente com a diminuição acentuada da importância da ação sindical e a emergência do associativismo o qual não conta com tipologias sócio-econômicas para definição dos seus representados.

O modelo de desenvolvimento na citricultura é resultado de uma conjugação de fatores do campo conflitual onde se encontram os respectivos agricultores. Com isto se quer dizer que este modelo tem uma origem endógena, dada pela inserção sociocultural destes produtores, e exógena, por interveniência de agentes externos à unidade produtiva, através da construção de um interesse coletivo que se baseia na referência cultural formulada pelos produtores familiares modernos enquanto processo identitário, mas reproduz as condições desiguais de reprodução e acumulação entre os produtores, de forma a comprometer a própria competitividade do setor no mercado internacional.

5.1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS INTERESSES: PULVERIZAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DOS PRODUTORES FAMILIARES MODERNOS

5.1.1. Contestação e fragilização dos sindicatos e a emergência das associações civis na ação política setorial

As negociações anuais sobre o preço da caixa de laranjas e sobre os contratos de comercialização (normalmente no mês de março, logo, no início da comercialização do ano-safra) ocorrem atualmente entre as associações industriais (ABRASSUCOS, ANIC e ABECITRUS)¹⁵¹, as associações de produtores (ACIESP e ASSOCITRUS)¹⁵² e a FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), que agrupa os sindicatos rurais patronais.

¹⁵¹ ABRASSUCOS (Associação Brasileira das Indústrias de Sucos Cítricos) que agrupa atualmente as agroindústrias menores (Branco Peres Citrus S.A, Central Citrus Ind. e Com. Ltda, Frutropic S.A, Montecitrus Ind. e Com. Ltda e Citrovita Agrícola S.A. e outras cinco localizadas em vários Estados: Utiara S.A. Agro. Ind. e Com. (BA), Frutene Ind de Frutas do Nordeste S.A. (SE), Frutos Tropicais S.A. (SE), Indústrias Alimentícias Maguary S.A. (RGN Suvalan), Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda (SC).; ANIC (Associação Nacional das Indústrias Cítricas) agrupando a Cargill Citrus S.A, Citrosuco Paulista S.A., Bascitrus AgroIndústria S.A. e la Citropectina S.A. Exp. Ind. e Com.; ABECITRUS (Associação Brasileira de Exportadores de Citros) que agrupa unicamente as empresas da Sucorrico Cutrale (Cutrale, Citromogiana e Citrovale) e a Frutesp que formalmente não pertence à nenhuma associação.

¹⁵² ACIESP (Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo) e ASSOCITRUS (Associação Paulista de Citricultores).

A trajetória de fundação e de ação das instâncias de representação política dos produtores é marcada por conflitos significativos de interesses, dos quais tivemos acesso a apenas uma pequena parte¹⁵³. Além daqueles relativos diretamente à sua atribuição formal relativa às reivindicações de ordem econômica setorial, os conflitos se estendem no plano da confrontação entre modelos de agricultura na sociedade, aspecto que será primeiramente analisado através da relação entre certos momentos da conjuntura política e econômica do país que afetaram particularmente a agricultura e os desentendimentos entre as instâncias de representação dos produtores na citricultura.

A primeira associação de produtores criada para incentivar e proteger todas as atividades relacionadas ao plantio e comércio das frutas, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo, data de 1933 (Associação Citrícola de São Paulo). Pelo seu estatuto¹⁵⁴, seus objetivos se centravam tanto nos aspectos técnicos da cultura necessários ao controle de doenças e nas condições de comercialização das frutas quanto na redução dos custos de produção e na formalização de um banco de dados sobre o setor. Vimos anteriormente o papel que esta associação teve no início do plantio dos pomares em escala comercial e no começo da industrialização da fruta. Com o declínio da expressão econômica da citricultura, em 1943, esta associação perdeu sua expressão.

No início dos anos 1970, sob rápida expansão do plantio e crescimento da importância econômica da cultura, o Banco Antônio de Queiroz (conhecido como "O Banco dos Laranjeiros", situado em São Paulo), tornou-se o lugar de encontro entre citricultores, comerciantes, industriais do suco, produtores de sementes, fabricantes de equipamentos e especialistas do setor¹⁵⁵. Esta experiência "associativista" foi reflexo das políticas de Estado vigentes naquele período, cujo objetivo era de possibilitar a articulação dos três segmentos fundamentais do complexo agroindustrial (o segmento de produção de equipamentos, máquinas e produtos químicos, o segmento oligopólico das indústrias e o segmento da agricultura "moderna"), através de créditos agrícolas e de subsídios específicos para a implantação e

¹⁵³ Por exemplo, aqueles ligados ao plano político-eleitoral (eleição de prefeitos e deputados) nos municípios onde a produção de laranja prepondera sobre outras culturas e representa a mais importante fonte orçamentária e aqueles ligados ao ingresso de produtores na direção das associações que acabam se tornando vias de acesso a outras esferas de vida pública. Não foi avaliada a intensidade deste mecanismo de ascensão política mas conhece-se sua existência.

¹⁵⁴ O objetivo da associação é assim definido: a) obter o barateamento de mudas, enxertos, instrumentos agrícolas, ingredientes, adubos e outros; b) publicar instruções sobre as formas de combate às pragas e moléstias das árvores frutíferas; c) orientar a cultura e o preparo das frutas cítricas; d) colaborar com os poderes públicos e com particulares nos empreendimentos favoráveis aos seus associados; e) promover a união entre seus associados e entre eles e associações congêneres nacionais e estrangeiras; f) fazer sugestões aos poderes competentes, referentes aos regulamentos e leis em vigor que não correspondem às necessidades; g) conseguir das empresas de transportes ferroviários, rodoviários e marítimos a redução de fretes; h) reunir dados estatísticos sobre a produção e comércio mundial de frutas cítricas, criando uma biblioteca de obras sobre a fruticultura, assinando revistas e jornais especializados.

¹⁵⁵ Dentre outros: Paulo de Queiroz (citricultor e banqueiro), Carlos Eduardo Prudente Corrêa (citricultor), Paulo de Guilherme Almeida (conselheiro técnico da FAESP), João Sapienza (diretor executivo da SANDERSON), Antônio Ambrósio Amaro (economista do Instituto de Economia Agrícola), Washington de Andrade (jornalista) e Adid Aidar (citricultor). Cf Maia, 1992, p. 81.

desenvolvimento das agroindústrias. A experiência do Banco Antônio de Queiroz demonstrou a impossibilidade de harmonizar, a médio e longo prazo, os conflitos de interesses.

Face à ausência de uma política específica para o setor, as medidas governamentais eram principalmente situadas no quadro geral das políticas agrícolas de exportação, a CACEX (através do Comitê de Exportação de Suco Cítrico) se tornando o único lugar onde os produtores e indústrias se reuniam, ao menos formalmente, uma vez que seus respectivos lobbies procuram interferir na gestão do setor diretamente junto aos Ministérios da Economia e ao antigo Ministério do Planejamento.

A intervenção de grande envergadura da CACEX quando da crise de 1974/76 mostra que esta instituição passou não somente a exercer sua atribuição clássica de liberação de licenças de exportação de suco para as indústrias mas também a de demarcação de um espaço institucional de negociação entre as partes envolvidas sobre os preços das frutas. Normalmente, as decisões eram baseadas em um "consenso relativo" e à CACEX bastava ratificar a decisão. É deste modo (pelos interesses internos no setor, isto é, produtores e indústrias) que foi instituído o preço único para a caixa de laranjas¹⁵⁶. A CACEX procurava também administrar os conflitos que surgiam entre grandes e pequenas agroindústrias.

Outras fontes de informações indicam que, durante a década de 1970, houve tentativas de formalizar outras instâncias de agrupamento dos diferentes interesses, procurando a definição de uma política governamental específica ao setor, todas de duração e repercussão efêmeras¹⁵⁷.

Já no final dos anos 1960, surgiram conflitos de legitimidade ocasionados pela existência de uma dupla estrutura de representação. A partir deste momento, o associativismo patronal assumiu duas formas: a legal (organização sindical: Confederação Nacional da Agricultura – CNA -, Federação da Agricultura do Estado de São Paulo – FAESP - e os sindicatos de base municipal) e a civil (associações de interesses). Os sindicatos passaram a organizar os interesses individuais de determinadas categorias sociais de produção, necessitando de um mandato legal para agir em nome da coletividade, o Estado concedendo-lhes a prerrogativa de representação; já as associações civis mantêm um caráter heterogêneo na defesa dos interesses coletivos, não necessitando de um mandato legal, uma vez que sua existência pressupõe de antemão um acordo público¹⁵⁸.

¹⁵⁶ Cf Maia (1992, p. 77-78). Ver também Hasse (1987).

¹⁵⁷ A Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, em junho de 1976, criou um Comitê de Citrus (Decreto n° 8.027) com a finalidade de definir uma política favorável aos interesses presentes na citricultura. Em maio de 1977, o Comitê da Agroindústria da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo foi criado (Decreto n° 9.808) o qual foi integrado pela FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), l'ABIA (Associação Brasileira das Indústrias Alimentícias), a OCESP (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo), os presidentes das Comissões de Programação das Frutas de Clima Temperado, das Frutas de Clima Tropical, do Tomate e da Olericultura da Secretaria da Agricultura. Em 1983, o Ministério da Agricultura criou a Comissão Consultiva de Citrus (COMCITRUS) com o objetivo de coordenar toda a política dirigida ao setor.

¹⁵⁸ Após o Decreto-lei n° 789 de 26 de agosto de 1969, a FAESP se transforma formalmente na representação sindical do empresariado rural. Antes de 1963, momento da criação da CNA (Confederação Nacional da Agricultura à qual a FAESP, dentre outras Federações dos Estados é filiada e à qual os sindicatos rurais ou patronais de base

A FAESP tem origem na Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central, criada em Barretos/SP em 1942. Em 1946, esta entidade passa a ser chamada Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo e em 1963 o governo reconhece oficialmente seu campo de atuação sindical, a FAESP se transformando então em uma entidade de classe.

O poder da FAESP, assegurado pela sua legalidade, acentuou-se durante o regime militar, através da forte relação clientelística mantida com o governo federal. Se isto proporcionou benefícios ao seu aparelho político-burocrático, sua legitimidade seria progressivamente contestada pelo patronato rural no momento da transição democrática e na medida do aparecimento das associações de caráter civil, diante de um progressivo distanciamento das relações formais dos sindicatos com o Estado na formulação das políticas públicas em meados dos anos 1980, como veremos abaixo.

As Comissões Técnicas por Produto Agrícola da FAESP (CTs), criadas nos anos 1970, num contexto de aprofundamento da modernização e da industrialização da agricultura e, conseqüentemente, de setorialização das políticas agrícolas, graças ao seu papel de colaboração com o governo no que diz respeito à sua função assessoria técnica sobre os aspectos econômicos dos diferentes produtos agrícolas, seria a razão de sua força relativa¹⁵⁹. A criação das CTs é uma tentativa da FAESP de recuperar seu espaço como interlocutora junto à CACEX, Ministérios da Agricultura, da Economia e da Indústria e Comércio, face à progressiva secundarização das reivindicações genéricas a favor de agricultura. As CTs são a forma de renovar o discurso da Federação como porta-voz do produtor rural, apelo generalista, e de manter sua estreita vinculação com o Estado. As limitações na atuação das CTs encontram-se nas dificuldades de representação, inerentes à estrutura sindical: na sua forte subordinação à Presidência da FAESP (e o personalismo do presidente) e nas dificuldades colocadas pelo regimento interno da FAESP no que diz respeito à renovação de sua direção, perdendo assim a possibilidade de se tornar uma real representação dos agricultores.

A Comissão Técnica da Citricultura foi fundada em 1975. Ela chegou a manter uma intensa relação com a CACEX durante o período em que esta última intervinha ativamente nas negociações entre produtores e indústrias. Nos anos 1970, intercedeu também junto ao Ministério da Economia e ao Banco de Brasil sobre questões de ordem econômica que afetavam negativamente os produtores, solicitando, entre outros aspectos, uma análise dos custos de produção; um rebaixamento das taxas de juros; o cumprimento do preço negociado; uma definição sobre responsabilidade da colheita e transporte de frutas, opondo-se ao sistema de

municipale são filiadas), existiam a SNA (Sociedade Nacional da Agricultura) e a SRB (Sociedade Rural Brasileira) de caráter civil. Nas palavras de Rodrigues (1995, p.74), esta dupla representação estabelece uma diferença entre legitimidade, a qual se originaria da sociedade, e legalidade, originária do Estado o qual concedia, privativamente, a outra legitimidade. Ver também Hidalgo da Silva (1992).

¹⁵⁹ Pelo Regimento Interno, é de responsabilidade das CTs analisar os níveis dos preços mínimos que devem ser reivindicados e aqueles estabelecidos pelo governo assim como a evolução dos preços de mercado, o conjunto de medidas legais oficiais relativas à produção, comercialização e industrialização, analisar os custos da produção agrícola e efetuar acordos comerciais e de preços, ajustando as reivindicações e estabelecendo acordos relativos as relações de trabalho (Cf RODRIGUES, 1995, p.93).

cotas de compra das frutas através do qual as indústrias asseguravam-se da aquisição, previamente à colheita, de 80% das frutas adquiridas na safra anterior junto a cada produtor; e à formação do cartel das agroindústrias¹⁶⁰. Ela também demonstrou uma atuação em questões de caráter mais técnico (doenças na cultura como a leprose e cancro cítrico), participando da composição da direção do FUNDECITRUS¹⁶¹.

O fato do grau de intervenção do Estado no setor progressivamente diminuir possibilitou uma autonomia maior da CT em relação à Presidência da FAESP e, conseqüentemente, uma menor necessidade de representação formal desta federação, se compararmos com outras CTs. É devido a esta dinâmica da CT da Citricultura que as associações civis assumem um papel na representação dos interesses cada vez maior¹⁶², possibilitando progressivamente a transição, nos anos 1970, do associativismo tradicional ao corporativismo tradicional e, nos anos 1980, entre este último e o novo corporativismo¹⁶³. De acordo com Moyano,

O processo de industrialização da agricultura mina o ruralismo enquanto ideologia; a especialização dos produtores...rompe o ideal unitário de representação dos interesses e enfraquece o poder político dos sindicatos patronais à favor das associações de caráter econômico por produto e cooperativas; e o protecionismo do Estado, apesar de se manter defensivo, adquire agora um caráter permanente uma vez que ele passa a ser considerado como condição sine qua non para a integração dos produtores rurais atomizados aos oligopólios que dominam a economia moderna (MOYANO, 1988 apud GRAZIANO da SILVA, 1990, p. 22).

A centralização da representação política e da direção política das manifestações locais, regionais e nacionais pelas associações de produtores, de acordo com os diferentes setores da agricultura, já foi analisada por alguns autores¹⁶⁴. Como organizações profissionais de estatuto civil, elas suplantaram, com base em investidas neo-corporatistas de caráter setorial, o papel de representação da estrutura sindical tradicional. Isto aconteceu, de acordo com estes estudos, através da congregação do pequeno, médio e grande proprietário especializados em apenas um produto agrícola e, desta forma, através do abrandamento das diferenciações estruturais entre eles e da formulação de reivindicações comuns por mudanças nas políticas de Estado favoráveis

¹⁶⁰ Já neste período, Rodrigues analisa o distanciamento progressivo da CACEX nos conflitos originários destas questões entre produtores e indústrias (Ver Rodrigues, 1995, p. 166).

¹⁶¹ O conselho de administração da FUNDECITRUS é composto por 22 pessoas: quatro indicadas pela ASSOCITRUS, quatro pela FAESP, três pela ABRASSUCOS, três pela ANIC, duas pelas indústrias que não integram nenhuma associação industrial do setor, 3 pelo Ministério da Agricultura, uma pela Secretaria da Agricultura através da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) e uma pelo IEA (Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo). Rodrigues (1995, p. 171-172) conclui que neste associativismo do setor, o governo aceita a dupla representação (ASSOCITRUS e FAESP) principalmente quando a necessidade é de representação junto às intuições específicas.

¹⁶² A crise financeira que atinge a estrutura sindical patronal até 1988, devido ao atraso no repasse da contribuição sindical pelo INCRA à CNA e FAESP, é também razão da diminuição de seu poder de mobilização (Ver Rodrigues, 1995, p.80-82). Pela Constituição de 1988, além da contribuição sindical, os proprietários sindicalizados devem pagar a contribuição confederativa arrecadada diretamente pela Caixa Econômica Federal e repassada à entidade sindical. Esta "dupla tributação" é uma das acusações que surgem nas críticas da ACIESP à FAESP, uma vez que as contribuições dos produtores às associações civis é espontânea.

¹⁶³ Rodrigues (1995, p. 168) utiliza respectivamente os conceitos de corporativismo tradicional e neo-corporativismo (ou corporativismo societal).

¹⁶⁴ Cf Graziano da Silva (1990), Gomez (1987); Moraes (1987).

à citricultura, como o aumento das subvenções diversas (inclusive via política macroeconômica) ou especificamente o crédito agrícola e como a redução de impostos e tarifas incidentes sobre a cultura.

As associações de produtores impuseram-se no seu papel de representação em relação à estrutura legal de representação sindical dos produtores. Os segmentos mais “modernos” da agricultura, através de sua adesão às associações por ramo agrícola, acusavam a estrutura sindical patronal, de um lado, de estar comprometida com os interesses do antigo regime militar em razão do controle que o Estado autoritário tinha sobre seus fundos financeiros e sobre seu corpo dirigente e, de outro, de ser pouco dinâmica devido à hierarquia de sua estrutura e às normas que regiam as formas de representação nos encontros regionais ou nacionais¹⁶⁵. A partir de meados dos anos 1980, as “*negociações adquirem um caráter cada vez mais formal e passam a serem exercidas diretamente pelas associações, isto é, perdem seu caráter estatal e adquirem um caráter civil*” (RODRIGUES, 1995, p.174).

O papel de representação dos produtores nas negociações junto às agroindústrias pelas associações de produtores e, conseqüentemente, a marginalização progressiva da estrutura sindical, revela uma crescente autonomia dos agentes econômicos em relação ao Estado no que diz respeito particularmente às negociações sobre os preços e os contratos de comercialização das frutas. Esta característica vai fazer com que a gênese das estratégias centrais de desenvolvimento do setor passe a ser definida no espaço privado dos interesses específicos ao campo econômico setorial. Esta característica não é exclusiva da citricultura, se compararmos com outros setores, mas nessa ela assume contornos bem definidos, resultado de uma complexidade de fatores.

No que diz respeito aos elementos de caráter histórico, além da crise político-ideológica da estrutura legal de representação dos interesses na agricultura, considera-se a industrialização e especialização do sistema produtivo e a setorialização das políticas públicas, isto é, problemas de regulação global face às exigências de negociação da dívida externa, aceleração inflacionária e elevação do preço dos insumos importados. A presença do Estado, notadamente durante a vigência dos contratos de participação, restringe-se principalmente às políticas de incentivo fiscal e/ou financeiros à exportação de suco, modernização dos portos, tributações e/ou diversas no plano da política macroeconômica. O FINAME assegurou a modernização técnica das propriedades através de financiamento para investimentos concedidos através da agroindústria, utilizando critérios de concessão que passam pela capacidade de reembolso do produtor e outros critérios de seleção mais rígidos.

No que diz respeito às especificidades do setor, encontra-se a posição tomada por alguns produtores mais antigos no plantio, favoráveis ao controle da superfície plantada e à entrada de novos grupos industriais com o objetivo de proteger as margens de rentabilidade na atividade¹⁶⁶

¹⁶⁵ Graziano da Silva (1990). Ver também Paixão (1981).

¹⁶⁶ Observa-se que a partir dos anos 1990, com a crescente dificuldade de entrada de novos grupos industriais no setor, os limites na expansão da exportação do suco e o deslocamento do plantio para

e as novas estratégias de integração dos capitais agrícolas com os industriais direta ou indiretamente através de modificações nos contratos de comercialização das frutas. As questões relativas à inserção do país no mercado mundial de suco (qualidade e rendimento dos pomares) - que define o processo de seleção social ao redor da efetiva consolidação tecnológica -, os preços elevados e dificuldade de armazenamento estratégico do suco pelo Estado, a alta pericibilidade das frutas, a inserção particular da atividade na economia nacional e seu caráter pouco relevante no que diz respeito aos índices de custo de vida nacional, também influenciam.

No que diz respeito à formação social na citricultura, as significações dadas à terra e ao trabalho no centro das novas questões para a manutenção da competitividade do país no mercado internacional, se elas mostram a força econômica dos pequenos e médios proprietários (produtores modernos), elas permitem a acomodação de certos interesses em torno de uma agricultura ineficiente do ponto de vista econômico, apesar da crescente contestação social contra a especulação financeira e fundiária. Permitem também que novas classificações dos grupos sociais ocorram, principalmente devido à presença dos assalariados e de produtores que especulam à margem da dinâmica comercial concorrencial.

Esta passagem entre a representação formal e tradicional da estrutura sindical para as associações civis é atravessada por uma disputa na representação política dos citricultores. A trajetória política das associações civis será marcada, desta forma, pela disputa entre a ASSOCITRUS e a FAESP, a primeira tornando-se, progressivamente, a referência mais importante. Em um segundo momento, ela será marcada por uma disputa de representação entre a ASSOCITRUS e a ACIESP, onde esta última procurará superar a relação de dependência e subordinação ao Estado, mantida pela primeira.

A ASSOCITRUS¹⁶⁷, fundada em junho de 1974 em Limeira e sediada até 1983 em Bebedouro (depois em São Paulo)¹⁶⁸, é criada exatamente durante os efeitos negativos advindos das restrições impostas por vários países às importações de suco, dentre eles a falência financeira da agroindústria SANDERSON (crise de 1974/76)¹⁶⁹. Este momento de crise econômica

Minas Gerais e outras regiões do Estado de São Paulo, torna a defesa dos produtores mais tradicionais no plantio mais crucial, ao mesmo tempo que novas variáveis como rebaixamento do custo de produção, qualidade das frutas, capacidade de renovação dos pomares e proximidade das unidades de esmagamento tornam mais problemática a ação conjunta dos produtores modernos, fragilizando a ação política coletiva e fragmentando as instâncias de representação. Neste contexto de acirramento da concorrência entre produtores pela permanência no mercado, surge em 28/08/1996 a Abracitrus.

¹⁶⁷ No momento da pesquisa, a ASSOCITRUS era presidida por José Nicolau, grande proprietário e produtor de laranjas no município de Araraquara. Seu atual presidente, Nelson Marquezelli é deputado federal pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Segundo dados da Revista *DBO Rural* de maio 1988, 2ª quinzena, Nelson Marchezelli, citricultor nos municípios de Leme e Pirassununga, possui 70 mil pés de citrus.

¹⁶⁸ ..."*ficando mais próxima do centro de decisões e ao lado dos principais órgãos de representação de classe e dos organismos e entidades governamentais*" In *Jornal do Citricultor*, Relatório da Diretoria, Associtrus, sem data.

¹⁶⁹ Os objetivos da ASSOCITRUS são assim definidos: a) assistir e defender os legítimos interesses de seus associados; b) incentivar a melhoria técnica da citricultura em São Paulo, através de pesquisa e da divulgação das técnicas científicas de aprimoramento da cultura; c) colaborar com os poderes públicos no equacionamento e solução dos problemas da citricultura e os da comercialização interna e externa dos produtos e sub-produtos cítricos; d) promover por todos os meios possíveis, o maior consumo de frutas cítricas, ao natural e industrializadas, bem como seus subprodutos no Brasil e no exterior; e) reunir e divulgar dados estatísticos sobre a produção,

originária do choque do petróleo e de aumento crescente dos preços dos insumos químicos indica o que Kageyama et al. (1987) definem como o momento em que a agricultura não é mais subsidiada como anteriormente, não somente devido às restrições na concessão de créditos mas principalmente porque ela perde o tratamento diferencial que mantinha com o sistema financeiro, passando a se defrontar com as mesmas dificuldades do capital produtivo em geral.

A disputa mais ostensiva pela representação política entre a estrutura oficial e a ASSOCITRUS ocorreu durante a safra 1985/86. O então vice-presidente do FAESP (Eduardo Ferreira Meltings) condenou a participação paralela de citricultores em associações ao invés de sindicatos, os quais, segundo ele, seriam “*os representantes legítimos de todos os produtores*”. Por sua vez, o presidente da ASSOCITRUS (Nélson Marchezelli) é acusado pela ASSOCITRUS de negociar em sigilo a safra 1985/86 com as indústrias, o que significa que a ação mais corporatista e mais vulnerável às trocas de favor desta associação é criticada. De outro lado, o presidente do FAESP (Fábio Meirelles) é visto como “*não citricultor, indiferente aos sofrimentos vividos pela classe (...) A ASSOCITRUS é a única que fala a linguagem do grande, médio e pequeno citricultor*”¹⁷⁰. O governo e a indústria assumem uma posição conciliatória ao considerar como interlocutores dos produtores as duas instâncias, que vão integrar uma Comissão de Negociação. Durante as negociações uma certa divisão de funções é sugerida pela ASSOCITRUS, esta se tornando responsável por questões de ordem político-representativa e a CT pela representação formal (RODRIGUES, 1995, p.172-173). Porém, a vitória da posição da ASSOCITRUS ao longo de discussões relativa às reivindicações apresentadas durante negociações com indústrias fortalece sua legitimidade junto aos produtores.

Os produtores exigem, desde então, que as negociações com a indústria sejam realizadas num órgão da Secretaria da Agricultura do Estado e requerem que os representantes sejam escolhidos por eles mesmos no ato do evento, exigência jamais observada, dada a constante fragmentação na representação política dos produtores e dos interesses pessoais e políticos, principalmente dos membros da direção das associações.

Acusada de centralização e distância de sua base, a ASSOCITRUS decide democratizar sua estrutura, criando delegacias regionais e municipais no Estado de São Paulo (em número de 12), as quais, após a metade dos anos 1980, foram fechadas, segundo seus dirigentes, devido à crise financeira que abala a associação. A contribuição dos citricultores para a ASSOCITRUS, até 1985, era feita pela indústria, de acordo com a quantia de caixas comercializadas por cada produtor¹⁷¹. O problema da sustentação financeira das associações civis se agrava uma vez elas

industrialização e comércio de frutas, produtos e sub-produtos cítricos; f) promover o aprimoramento de mudas de citrus, criando, na medida do possível, campo experimental em região adequada, visando entre outras a seleção de variedades adaptáveis aos diferentes tipos de solo; g) manter serviço de defesa fitossanitária especializado bem como rigorosa fiscalização no combate ao cancro cítrico e outras moléstias que atacam os pomares; h) manter serviço de assistência técnica, comercial e jurídica para os associados.

¹⁷⁰ In Diário da Região, Jornal de São José do Rio Preto, 28.05.1985. Seção Opinião. “*Citricultores assinam novo documento apoiando as lideranças*”, Notícias, 23.05.1985.

¹⁷¹ Em 1987, a ASSOCITRUS estabeleceu seu próprio sistema de arrecadação das contribuições, proporcional ao número de árvores plantadas que cada produtor possui.

não se beneficiam de repasses regulares como aqueles da contribuição sindical. A ASSOCITRUS não tem um assessoramento jurídico e econômico específico e, no início dos anos 1980 (RODRIGUES, 1995, p.189), sua sede ocupava as dependências de uma agroindústria. Seu programa de rádio "*A Laranja é Notícia*" teve uma duração de quatro meses em 1988 e em 1990 a edição de seu jornal informativo (*Jornal do Citricultor*) é suspensa por dois anos.

O campo de atuação da ASSOCITRUS se reflete nos seus objetivos de representação, os quais não se limitam apenas ao aspecto dos preços pagos pelas frutas, mas também na coordenação de viagens técnicas para avaliar os impactos das geadas nos pomares na Flórida/EUA, proposições relativas à criação de um fundo de assistência para os trabalhadores rurais, o financiamento de projetos diversos como o apoio ao governo na Campanha da Laranja de 1993¹⁷², a intervenção para a liberação recursos financeiros para a pesquisa e para a prolongação dos prazos de retorno dos financiamentos¹⁷³. Ela representava os produtores no FUNDECITRUS e no Comitê dos Cítricos do CACEX.

Dentre seus líderes e filiados da ASSOCITRUS encontram-se grandes proprietários produtores de laranja mais tradicionais e conservadores como Cromel de Oliveira, Flávio Fioravante, Valter Stamato, Arnaldo Caldeira e Roberto D'Andréa, todos produtores de laranjas em Bebedouro. O *Jornal do Citricultor* (ano de V, nº 33, junho de 1987), defende que o cadastramento dos produtores prioriza "*uma maior aproximação com os grandes citricultores que representam 2,4% do total, porém com 27,5% dos pomares existentes*".

A ASSOCITRUS, de acordo com Rodrigues (1995, p.183), representa uma etapa inicial na constituição do corporativismo estatal na citricultura uma vez que ela não nasce espontaneamente da dinâmica da sociedade civil, pois sua criação foi estimulada pelo Estado, com o qual manteve uma relação de colaboração recíproca. Apesar de adquirir uma autonomia maior que a FAESP (CT), sua ação vai se aproximar do modelo de ação do sindicalismo tradicional.

A ASSOCITRUS demonstrou ter grande agilidade e eficiência nos contatos de caráter mais político e menos personalizado do que aqueles mantidos por Fábio Meirelles (Presidente do FAESP). Como resume Maia (1992, p.97), ela detém um forte *lobby* junto ao governo do Estado de São Paulo e do governo federal uma vez que 100 prefeitos contaram com o apoio dos citricultores para sua eleição, assim como vereadores e deputados estaduais, ampliando sua base de pressão em torno das reivindicações da citricultura e mostrando que esta base tem um recorte político regional que amplia as próprias fronteiras dos efeitos originários do campo econômico na sua dimensão tradicionalmente setorial. A atitude de ponderação, evitando uma confrontação

¹⁷² A Campanha da Laranja foi uma ação conjunta entre a Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria de Agricultura, a Coordenadoria de Entrepósitos de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP), a Associação Profissional do Comércio Atacadista, a Cooperativa dos Produtores e a ASSOCITRUS, visando aumentar a venda de laranjas "*in natura*".

¹⁷³ Boletins informativos da ASSOCITRUS (*Jornal do Citricultor*).

efetiva com a indústria, - como foi o caso da irregularidade do não-pagamento do ICMS pelas indústrias na safra 1984/85¹⁷⁴ -, será a justificativa da cisão no seu interior e a conseqüente criação da ACIESP¹⁷⁵.

Apesar da aproximação entre os modelos de ação da FAESP e da ASSOCITRUS, no sentido da cooperação com a agroindústria nas negociações e de uma maior aproximação com o Estado, a relação entre as duas foi marcada por acusações sobre a realização, pela ASSOCITRUS, de negociações “a portas fechadas” com as indústrias e sobre a ineficiência na representação junto ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) contra abuso de poder econômico das indústrias pela FAESP, assim como por discordâncias quanto a questões pontuais dos acordos sobre a comercialização das safras, como o rendimento das frutas para produção do suco (RODRIGUES, 1995, p. 199-201). Isto provocou a retirada da ASSOCITRUS do Comitê de Defesa da Citricultura do qual ela e a FAESP faziam parte. Em abril de 1992, a ASSOCITRUS passou a se denominar Associação Brasileira dos Citricultores, com o objetivo de representar os interesses de produtores de outros estados da federação, porém, não obteve sucesso, retornando a Bebedouro, o que demonstra seu isolamento e fragilização crescentes.

Em termos da conjuntura política nacional na qual acontece esta disputa de representação entre as associações civis e a estrutura sindical, ocorrem realinhamentos políticos entre as elites da agricultura, durante a complexa transição democrática. Estes realinhamentos originam-se não apenas da disputa pelos escassos e caros recursos financeiros públicos nos anos 1980 (o crédito rural deixou de ser subsidiado da forma como se dera até então)¹⁷⁶, mas também se manifestam como resultado das posições diferenciadas a propósito da reforma agrária em 1985, passando pelas eleições legislativas do Congresso Constituinte em 1986, pela discussão em torno do projeto de reforma agrária no Congresso Constituinte de 1988, até as eleições presidenciais de 1989.

O que especificamente mais interessa nesta conjuntura é o começo de uma disputa de representação dos produtores entre, por um lado, a FAA (Frente Ampla da Agropecuária), criada em junho de 1986 e congregando a SRB (Sociedade Rural Brasileira), a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e outras 46 associações, isto é, o conjunto representativo das

¹⁷⁴ A posição das associações sobre a taxação no setor irá modificar-se em 1992, de acordo com as novas estratégias de desenvolvimento do setor, como será visto mais adiante.

¹⁷⁵ Estes elementos do modelo de ação da ASSOCITRUS levam a que Rodrigues (1995, p.198) considere que esta representa a transição de um corporativismo estatal ao corporativismo societal defendido pela ACIESP. Esta característica facilita, portanto, seu diálogo com a FAESP. Em oposição ao corporativismo estatal, de característica autoritária uma vez que ele é monista, isto é, este associativismo visa a unificação dos múltiplos interesses sociais presentes entre os associados e os grandes interesses estão subordinados ao autoritarismo do Estado - quando eles não são criados por ele, suprimindo a distinção entre o público e o privado, o não-corporativismo ou o corporativismo "societal" pressupõe um processus de troca política — as políticas públicas resultam de uma negociação entre o Estado e as associações. Voir Rodrigues (1996).

¹⁷⁶ A propósito ver Helfand, Steven M. e Rezende, Gervásio Castro de. A agricultura brasileira dos anos 1990: o impacto das reformas de políticas. In *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Gasques, José Garcia e Conceição, Júnia Cristina P.R. da Conceição. (org.) IPEA, Brasília, 2001.

instituições mais “modernas” e “progressistas” da agricultura¹⁷⁷ e, por outro, a CNA (Confederação Nacional da Agricultura), instância nacional da estrutura sindical e representativa dos interesses mais conservadores na agricultura, algumas das razões desta disputa já evocadas¹⁷⁸.

A FAA é criada em um momento onde o Plano Econômico Cruzado ainda beneficiava a agricultura, porém, os sintomas do fracasso do plano começariam a aparecer principalmente no segundo semestre de 1986. O Plano de Metas de 14/08/1986 muda a direção da política dos preços mínimos para agricultura. Este plano preconiza que as culturas de exportação seriam mais favorecidas por sua maior exposição aos sinais dos preços internacionais e por um conjunto de medidas cujo objetivo seria o de atenuar ou eliminar os obstáculos de natureza institucional e administrativa que impediam a expansão e o desenvolvimento de mercados modernos e dinâmicos. A função do setor privado seria a formação de estoques e a função do governo seria apenas a regulação em situações emergenciais (MELO, 1987, p. 116).

É neste contexto que se torna pública a disputa entre a FAA e a CNA, disputa esta que provoca um certo “vazio” de representação dos produtores rurais, em um momento de emergência e fortalecimento da UDR (União Democrática Ruralista), organização dos grandes proprietários de terras tendo como objetivo a oposição à reforma agrária¹⁷⁹, no princípio agrupando principalmente criadores de gado da região centro-norte do país.

Várias manifestações ocorreram nos estados e nas diferentes regiões agrícolas na mesma direção daquela ocorrida em Brasília. Na região citrícola paulista, os pequenos produtores são usados como lança do movimento de bloqueio às agroindústrias, em 1985¹⁸⁰. Os depoimentos dos produtores sobre este período de manifestações políticas regionais e nacionais acentuam a conjuntura de descapitalização da agricultura agravada pelo seu endividamento junto aos bancos provocado pelo Plano Cruzado. Eles citam este momento como a última intervenção do Estado nas negociações sobre o preço das frutas: “*as indústrias eram contra o governo porque o governo era a favor dos produtores. O governo deu o preço, não havia acordo...*” (P4)¹⁸¹.

¹⁷⁷ A SRB, por exemplo, é uma associação de natureza civil e defende uma modernização seletiva tendo como principal instrumento a política agrícola. Por outro lado situam-se as instâncias de representação formais e vinculadas ao Estado.

¹⁷⁸ Cf também Hidalgo da Silva (1992).

¹⁷⁹ Cf Silva (1987), p.24-25. A criação da UDR ocorre no momento da apresentação do I Plano de Reforma Agrária pelo governo no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (maio de 1985).

¹⁸⁰ Nas palavras de um produtor, “... *na realidade pesa na balança dele não 10 pequenos e sim o grande*” (P2). Uma declaração do Sindicato Rural de Araraquara sobre o clima de tensão em frente da CUTRALE mostra isto: “*no momento em que esses pequenos produtores são pressionados, reagem com violência, propondo medidas drásticas*” (In: *Funaro tenta um acordo para preço da laranja*, O Estado de São Paulo, 19/09/1985). Cita-se também uma parte de um artigo do jornal O Estado de São Paulo do 22/09/1985: “(...) *a recente decisão das indústrias está levando ao desespero muitos citricultores, que investiram em máquinas e propriedades agrícolas, contando com um “bom lucro” (...) Os bancos terão, de agora em diante, dificuldades em receber as parcelas de empréstimos feitos, principalmente dos pequenos produtores de laranja...*”

¹⁸¹ Será analisado, ainda neste capítulo, a significação da adoção dos contratos de participação na citricultura neste momento.

A diretoria da ASSOCITRUS, juntamente com a FAESP, participou ativamente da formação de “*caravanas dos citricultores*”¹⁸² para assegurar a ampliação do movimento organizado pela FAA, o que demonstra que, mais uma vez, como no período de debates sobre a reforma agrária no legislativo nacional, em conjunturas que ameaçam o patronato agrícola, a dicotomia na representação formal e real é momentaneamente secundarizada. Os depoimentos sobre a “*greve*” – ação de impedimento pelos produtores da saída do suco das indústrias com colocação de tratores e caminhões na frente dos portões - dão uma idéia da real dimensão do conflito entre indústrias e produtores: “*alguns fecharam as fábricas, havia paredão, tem gente que levava a sério... e outros ficaram fazendo churrasquinho na frente das indústrias...*” (P12). Os depoimentos dos médios e grandes proprietários de terras demonstram seu fraco engajamento nas manifestações, mas também seu oportunismo político com os resultados.

O objetivo principal da FAA era de assegurar a subordinação da política agrária à política agrícola - uma maneira mais indireta de se opor à reforma agrária se comparada aos métodos adotados pela UDR - e de colocar em discussão junto ao governo um plano econômico para a safra de 1986/87. Assim, a FAA se constrói como referência do interesse mais amplo dos produtores, isto é, a formulação de uma política agrícola para o país. A FAA encontra apoio junto aos produtores e junto ao governo do Presidente Sarney. Isolam-se tanto a UDR, apontada exclusivamente como um *lobby* de pressão contra a reforma agrária, quanto as organizações favoráveis à reforma agrária (CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, CPT - Comissão Pastoral da Terra, a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o MST - Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) (Silva, 1987, p. 16).

Após a derrocada final do Plano Cruzado - o não congelamento dos preços - e a decretação do Plano Cruzado II, em um período de forte pressão inflacionária, a FAA organiza outra grande manifestação em Brasília, em fevereiro de 1987 (chamada “*Alerta do Campo à Nação*”), que reuniu 30 mil produtores, dentre eles pequenos produtores endividados que não eram foco de nenhum dos programas principais de política agrícola em vigor. Nesta manifestação, a FAA propõe, no que diz respeito às culturas de exportação, que os preços sejam vinculados aos custos de produção devido aos preços elevados dos insumos químicos, vinculação que comprometia a competitividade do produto brasileiro no mercado internacional¹⁸³.

Apesar da tentativa da UDR de liderar esta manifestação em Brasília, como organizadora das “massas” necessária à sua legitimidade junto aos produtores marginalizados pela modernização e junto ao Ministério da Agricultura, são a CONTAG e a FAA que são convidadas a participar da comissão organizada para analisar a situação econômica da agricultura (SILVA, 1987, p. 24; BRUNO, 1987, p. 16). A derrota definitiva da UDR como organização classista ocorre nas eleições da CNA em 1987, quando seu representante, Flávio Brito, perde a presidência da organização em favor de Alysson Paulinelli (ex-ministro da agricultura do

¹⁸² Informações atestam que os citricultores utilizaram seis ônibus com saída de Bebedouro para Brasília.

¹⁸³ Para mais detalhes sobre esta manifestação e a situação econômica da agricultura neste período ver Melo (1987) e Buainain (1987).

Presidente Sarney). De acordo com Bruno (1989), é neste momento que a UDR escolhe a via político-partidária de representação política, disputando as eleições presidenciais com Ronaldo Caiado, então seu presidente. Sem um projeto mais global de sociedade, a UDR se fragiliza junto à opinião pública e junto aos interesses das elites setoriais. A organização passa então a priorizar as manobras jurídicas às manifestações públicas, procurando participar das Comissões Agrárias dos estados e buscando uma maior representação política formal no Congresso Constituinte para impedir o avanço da reforma agrária através de seu apoio financeiro e estratégico à eleição de candidatos que vão incorporar-se à bancada ruralista.

Após esta breve reconstituição de alguns elementos significativos da conjuntura política nacional em que se reorganizam institucionalmente os interesses, projetos e estratégias na agricultura, compreende-se melhor as razões da fundação da ACIESP em 1988, momento da implantação do Congresso Constituinte. Ela surge de uma dissidência na ASSOCITRUS, liderada por Roberto Campanelli¹⁸⁴ (um de fundadores do grupo de Bebedouro pertencente à UDR e um dos diretores do CT da Citricultura), por ocasião da eleição de sua nova presidência¹⁸⁵. Esta associação tinha sido a única representante dos citricultores durante 15 anos, mas internamente alguns membros da ASSOCITRUS já desenvolviam desde 1986 um trabalho mais técnico com o objetivo de analisar a ação das indústrias e opunham-se à prática tradicional da ASSOCITRUS de votação por procuração em qualquer proporção e às vantagens pessoais da direção originárias das negociações em privado com as agroindústrias. Nestas negociações eram obtidas vantagens pessoais na venda de suas produções particulares em troca da aceitação de um rebaixamento do preço oficial de referência da caixa de laranja negociada para o conjunto dos produtores.

Esta ruptura no interior da ASSOCITRUS, contando inicialmente com 300 produtores, tem uma relação direta com os novos realinhamentos operados na UDR analisados anteriormente. A dissidência entre a ASSOCITRUS e a ACIESP manifestou-se em torno de discussão interna sobre a manutenção da UDR como uma organização supra-partidária (defendida por Roberto Campanelli) ou sua participação direta nas eleições presidenciais (defendida por José Nicolau, presidente da ASSOCITRUS). Em entrevista realizada, Roberto Campanelli revela a conjuntura favorável aos futuros dirigentes da ACIESP para os realinhamentos na direção política dos produtores que se operariam, realinhamentos estes baseados na sobreposição da política agrícola com a política da reforma agrária cujo projeto ainda tramitava no Congresso Nacional.

¹⁸⁴ Primeiro presidente da ACIESP e filho de um grande produtor e proprietário de Bebedouro (Antônio Campanelli) foi presidente da ACIESP entre 1989-1992 e posteriormente responsável pelo departamento de relações internacionais da FRUTESP. Em 1992, o presidente passa a ser Roberto Paulino, antigo vice-presidente da primeira gestão da ACIESP e presidente da COMAPA (Cooperativa Mista e Agropecuária de Araraquara). Tem 37 mil pés com produtividade superior à 2,5 caixas/pé.

¹⁸⁵ In "Racha entre citricultores resulta em nova associação", Folha de SP, 01.11.1988. "Assembléia divide citricultores", Folha de SP, 11.07.1988. "Criada oficialmente nova associação dos produtores", G.M., 02.11.1988.

Reflexo da crise interna, a mais importante consequência deste período foi a mudança significativa do discurso tradicional da UDR, emblemático das novas formas novas de afirmação dos grandes proprietários de terra. A ACIESP representou a configuração regionalizada deste novo discurso mais "moderno e progressista" e da tese da "vocação agrícola", expressando de outra maneira a oposição à Reforma Agrária. Em outras palavras, a tese da vocação agrícola possibilitou o abandono do apelo específico ao proprietário fundiário e a adoção daquele de produtor rural. A consolidação destas premissas no campo econômico permitiu a ressurgência do discurso do *empresário rural* e a despolitização dos interesses.

O discurso "modernista" da UDR encontra sua expressão na forma pela qual Campanelli pretende que seja o papel da ACIESP - a via da "*conscientização do citricultor que são quase operários de si próprios*" - e a razão de sua forçá - uma ação política que visa a participação direta de seus associados em oposição a ação baseada em lobbies. De acordo com ele, na presidência das associações representativas, "*  necessário ter profissionais do ramo empresarial e não filhos de citricultores*". Nesta direção, os objetivos da ACIESP seriam apenas os de contratar técnicos e assessores para fielmente e com competência defender os interesses dos produtores¹⁸⁶. Como exemplo da democratização da estrutura da associação, sua sede deve se deslocar conforme o domicílio de seu presidente e estar sempre na região produtora, para estar mais perto de seus associados. Ela conta atualmente com 8.000 associados, entretanto, apenas 611 são ativos.

Em relação   ASSOCITRUS, a ACIESP conquistou novos espaços de representação junto aos citricultores através de sua agilidade e autonomia de ação. Adquiriu também um espaç  de atuação dentro da estrutura sindical representada pela FAESP, através da assunção da coordenação da Comissão Técnica de Citricultura desta Federação e por seu maior envolvimento nas reuniões desta Comissão.

Sediada em Bebedouro na época da investigação, a ACIESP é reconhecida pelos produtores como porta-voz de produtores da "zona nobre" de produção de laranja do Estado de São Paulo. Ela organiza numerosas reuniões com citricultores em diversos municípios, apoiada na consultoria permanente de um economista e na produção de análises sobre a evolução dos preços de suco e da caixa de laranjas, inclusive publicadas em revistas especializadas. Não são raras publicações conjuntas de dados entre ACIESP e instituições públicas. O mesmo espírito de prioridade na divulgação de informações econômicas e técnicas existia no programa semanal de

¹⁸⁶ Os objetivos da ACIESP são assim definidos: a) assistir e defender os interesses comuns de seus associados; b) incentivar a melhoria técnica da citricultura, o beneficiamento, a comercialização, a distribuição e o consumo de produtos cítricos, promovendo o desenvolvimento de pesquisas, estudos e a divulgação de informações; c) colaborar com os poderes públicos, entidades autárquicas, sociedades de economia mista, associações de classe, cooperativas e empresas privadas em geral, na identificação e equacionamento dos problemas da citricultura; d) promover a maior conscientização dos citricultores.

rádio que durou quase seis meses, em 1990, financiado pela ParagroSipcam Defensivos Agrícolas S/A¹⁸⁷.

Recentemente, graças a sua intermediação política, esta associação possibilitou a obtenção de créditos para os produtores pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), voltados à renovação dos pomares. Ela mantém estreitas relações com instituições de pesquisa científica sobre o cultivo. Durante a XI Semana do Citricultor, a ACIESP instalou um espaço informatizado para demonstrar seu programa de simulação de cálculo do preço final da caixa de laranja.

Enquanto a ASSOCITRUS tem uma atuação burocrática formal (por exemplo, o envio de comunicados ou petições para autoridades públicas através de ofícios, salvo nos casos onde se trata de uma iniciativa conjunta com a CT), a ACIESP estabeleceu uma ação nitidamente mais próxima aos produtores, afirmando seu caráter de consultoria perita. Nas negociações da safra 89/90 ocorridas na capital, a ACIESP assegurou através de telefone, em tempo real, a mobilização e a informação dos líderes regionais a respeito dos assuntos que estavam sendo tratados, permitindo sua participação na tomada das decisões (Rodrigues, 1995, p. 227). Esta forma de proceder permitiu que a ACIESP retomasse o contato estreito com os sindicatos rurais (patronais) da região citrícola, com os quais realizou várias ações conjuntas, como no caso do processo contra o abuso de poder econômico das indústrias junto ao CADE, destituindo a rigidez da estrutura hierárquica sindical.

Os desentendimentos na representação dos produtores favorecem as indústrias devido à desorientação dos produtores que se defrontam com diversas proposições. As associações industriais, longe de terem uma posição comum na eleição de um interlocutor idôneo, muitas vezes negociam apenas com um dos representantes, marginalizando os outros. Isto pode ser observado nas negociações relativas à safra de 1988/89, que tratavam também da participação da FAESP e da ASSOCITRUS nas negociações salariais com os colhedores (RODRIGUES, 1995, p.175-178). É nos momentos de fixação dos preços que a FAESP, ASSOCITRUS e ACIESP procuram se unir para manter uma linguagem comum junto às indústrias sem que uma posição comum ao longo dos conflitos seja, entretanto, efetivamente assegurada.

A consolidação da ACIESP, na safra 1988/89, acentua a marginalização da atuação da FAESP (CT) nas negociações. Devido à característica legal da FAESP, a CT da citricultura se torna o espaço formalmente legítimo para as tentativas de redução das divergências entre a ASSOCITRUS e a ACIESP¹⁸⁸ e negociação de uma base comum de reivindicações para o setor. A manutenção desta função da FAESP é defendida ainda por certos membros da CT que desejam que a FAESP, para garantir sua representação real (e não apenas formal), defenda os interesses

¹⁸⁷ Esta mesma indústria de insumos, multinacional italiana, é apadrinhada pela ACIESP junto à CACEX para a liberação de guias de importação de certos produtos químicos em troca de apoio financeiro para a organização de reuniões e encontros.

¹⁸⁸ Em 11/03/1991, em uma reunião extraordinária da CT, a ASSOCITRUS e a ACIESP são favoráveis à sua unificação. Isto, porém, não ocorreu sendo possível apenas a discussão de suas divergências antes da formulação das proposições a serem apresentadas formalmente às indústrias.

gerais e específicos dos citricultores, evidenciando inclusive seu papel exclusivo nas negociações salariais com os colhedores (RODRIGUES, 1995, p.180). Atualmente, para assegurar sua presença no setor, a CT convida membros das associações civis para integrar seus quadros de direção.

Quadro 5.1. *Regras, acordos e normas relevantes na citricultura*

<p style="text-align: center;">Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) Programa Geral de Preços Mínimos (PGPM) Aquisições do Governo Federal (AGF) e Empréstimos do Governo Federal (EGF) Acordos e Estabelecimento de Cotas da CACEX Regimento Interno das Comissões Técnicas e Permanentes da FAESP Relatórios de Atividades e Informativos da ASSOCITRUS Relatórios de Divulgação dos Encontros Anuais ASSOCITRUS-FAESP Acordos salariais com FETAESP Diretrizes de Atuação da ACIESP Diretrizes de Atuação da ABECITRUS Determinação do CADES de proibição do contrato-padrão Empréstimos do FINAME Programa de Desenvolvimento Agroindustrial (PNDA) do governo federal</p>

Fonte: Paulillo, 1994; outras fontes bibliográficas e pesquisa de campo.

A ação política da ASSOCITRUS e da ACIESP contra a entrada de novos grupos econômicos no plantio das frutas e na conseqüente seleção social dos produtores permanece comum, através da oposição à liberação de recursos públicos para o financiamento de plantios por parte de grandes grupos empresariais¹⁸⁹ e através de solicitações favoráveis à concessão de subsídios do BNDES para a renovação de pomares¹⁹⁰. Porém, persistem alguns pontos de discórdia entre as duas associações principalmente no que diz respeito à maneira de contraporem-se às conseqüências do aumento da superfície plantada pelos produtores e pela verticalização agrícola das indústrias já instaladas¹⁹¹.

No mês de março de 1989, associações se mobilizam para influenciar o conteúdo da nova Lei Agrícola¹⁹² a ser votada pelo Congresso Nacional até novembro do mesmo ano. Neste

¹⁸⁹ In "Citricultores querem impedir grandes plantios", Folha de SP, 2.10.1990; "Atraídos pelos preços, novos grupos disputam fatias do mercado", G.M., 28.12.1988; "Lucro da laranja atrai novos investimentos", FSP, 21.03.1989. É o exemplo da oposição à entrada do grupo econômico VOTORANTIM no plantio de três milhões de árvores em Itapetininga/SP, região fora daquela tradicional de plantio pelo BNDS (Folha de 16.01.1990). O financiamento cobriria 50% do valor total do projeto e teria taxas diferenciadas (10% de juros ao ano e correção monetária). A área em questão havia sido interdita em 1971 pela Secretaria da Agricultura (CATI, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral). As associações citam Portaria Estadual para pressionar o governo a interditar o viveiro (In "Grupo Votorantim forma viveiro de mudas em região interdita", G.M. 11.05.1989).

¹⁹⁰ No dia 20.01.1989, a ACIESP lança oficialmente o Programa de Renovação dos Pomares em Bebedouro.

¹⁹¹ Posteriormente, será analisada a posição das duas associações no que diz respeito às estratégias de desenvolvimento do setor através da evolução dos contratos de comercialização e das negociações sobre os preços das frutas e suas respectivas posições.

¹⁹² A Lei Agrícola é um código de regras e princípios que regulamentam a intervenção do governo nos mercados agrícolas e pretende diminuir os conflitos de interesses. Cf Lopes, Mauro de Rezende. A participação política dos produtores na política agropecuária no Brasil. In *Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Sober, Brasília, 1988.

contexto, o presidente do ASSOCITRUS (José Nicolau) apresenta ao Congresso Nacional o anteprojeto da criação do CONCITRUS (Conselho Nacional de Citrus), órgão que deveria agrupar os representantes de produtores, industriais, trabalhadores assalariados e governo para resolver, dentre outros, os limites da verticalização da produção agrícola pelas indústrias. Ele defende que o Capítulo sobre a Laranja na Lei Agrícola determine: a) o limite da transformação da laranja produzido pela agroindústria a um máximo de 20%, a exemplo do setor sucroalcooleiro¹⁹³; b) a proibição de financiamentos para projetos verticalizados com recursos de instituições ligadas ao governo federal ou paulista; c) a obrigação de realização de negociações em convenções anuais a cada safra entre as comissões representativas da produção agrícola e da indústria (*Jornal do Citricultor*, ano VI, n° 50, maio de 1989). Defendendo também a intervenção direta do Estado, a ASSOCITRUS propõe o controle do mercado para equilibrar a relação entre citricultores e indústrias como o ocorrido em 1984 quando a associação reivindicou a revogação da Resolução n° 34 de 11/11/1982 que regulava as exportações de suco através de cotas de exportação após a comercialização das frutas ter sido concluída.

A ACIESP, por sua vez, mostrou-se radicalmente contra a "*criação de uma nova sinecura como era o Instituto Brasileiro do Café*" uma vez "*que a indústria não vai respeitar a lei; ela vai continuar plantando laranjas e esta lei impedirá a instalação de novas indústrias... A criação do CONCITRUS vai significar uma nova tributação imposta aos citricultores*"¹⁹⁴.

A existência de duas posições antagônicas sobre as conseqüências da existência de uma instância do governo que regularia a cota de expansão dos pomares pertencente à agroindústria mostra a presença de lógicas bastante diferenciadas entre estas associações. Tudo indica que a ASSOCITRUS ao propor esta lei e a criação de um órgão que a faça respeitar, defende interesses dos grandes produtores de baixa produtividade e uma citricultura extensiva uma vez que a agroindústria, detendo as mais altas produtividades agrícolas e aumentando a área de seus pomares, poderia ameaçar a continuidade da venda das frutas daqueles produtores. Por outro lado, a ACIESP, ao opor-se à criação do CONCITRUS, posiciona-se a favor da livre concorrência e da seleção social de produtores "mais eficientes", uma vez que, de acordo com Campanelli, "*como os novos projetos de plantio prevêm instalação de uma fábrica, a remuneração da caixa fica sendo uma questão irrelevante uma vez que o grosso do lucro da atividade vem da exportação do suco que produzem*".

Associada a esta questão da verticalização, as associações diferem no que diz respeito tanto às concepções de agricultura (intensiva ou extensiva) quanto à expansão do mercado para a

¹⁹³ In *Citricultor quer garantia de mercado*, Folha de São Paulo, 07.03.1989; *Citricultores querem impedir grandes plantios*, 02.10.1990. Pelo Estatuto da Lei Canavieira de 1941, os produtores têm a garantia de fornecimento de 50% da quantidade de cana transformada pela indústria. Em outro texto legal (Lei n° 4.870 de 1965), este percentual sobe para 60%.

¹⁹⁴ As informações sobre o debate entre os presidentes das duas associações em torno desta questão (Roberto Campanelli e José Nicolau) foram gravadas a partir da emissão de uma rádio local de Bebedouro durante a pesquisa de campo.

produção agrícola. Para atenuar os efeitos negativos da expansão da superfície plantada, a ASSOCITRUS recomenda o aumento do mercado interno das frutas frescas e a ACIESP a abertura de novos mercados para o suco de laranja.

A ACIESP debilitou o modelo de ação corporativista tradicional da ASSOCITRUS, que tem o *ruralismo* como ideologia; o *unitarismo* como estratégia de representação de interesses; e como política, o protecionismo do governo de caráter assistencial-defensivo (em lugar da demanda de intervenções pontuais, transitórias e emergenciais). Isto representa certamente uma relação de dupla mão entre os interesses dominantes dentre os produtores e o Estado: o Estado necessita de uma relativa disciplina e uniformização das reivindicações e da ação dos produtores e estes últimos assumem uma atenção privilegiada junto ao Estado por tratarem de aspectos que vão além da defesa da produção agrícola, isto é, aspectos que corroboram com a efetiva consolidação do campo econômico setorial.

A retórica da vocação agrícola em lugar da tradição agrícola evoca as ‘leituras’ ideológicas que a ACIESP faz sobre a terra e o trabalho. Estas ‘leituras’ fundamentam a defesa que ela faz da integração acentuada do setor ao mercado internacional, integração esta cujas características dependem do desenvolvimento de sistemas de produção baseados em técnicas eficientes do ponto de vista da concentração territorial da produção (aumento da produtividade e rendimento dos pomares), isto é, que pressupõem a adesão do produtor ao referencial tecnológico competitivo.

Apesar deste projeto generalizante e modernizador, ela atua no sentido de uma permanência das condições de reprodução das relações sociais arcaicas associadas ao plantio extensivo e comercialmente especulativo, ao investimento em terras em regiões de crescimento recente da cultura ou para fins especulativos em outros estados e ao clientelismo comercial e remunerativo (diferentes preços pagos pelas frutas e graus de integração de capitais diferenciados ao mercado que se segmenta). Estas condições perduram em uma economia de mercado ao lado da persistência de formas de gestão da força de trabalho que se baseiam na abundância da mão-de-obra barata e altamente rotativa.

Desta maneira, o modelo de ação da ACIESP é portador de um projeto sociocultural que produz o citricultor nos limites dos interesses da grande produção moderna. Esta associação elabora uma hierarquia de normas político-ideológicas: normas de exclusão (os trabalhadores), normas de integração (os produtores pequenos como camada de apoio da coalisão do poder) e normas estruturantes (modernização sem reforma agrária). Em outras palavras, ela defende as relações comerciais de mercado no campo econômico setorial, como a integração diferenciada segundo o perfil tecnológico do produtor e a oligopolização industrial, ao mesmo tempo em que a manutenção das relações de produção tradicionais na sociedade. A produção desta “falsa” dicotomia é a marca da ação política setorial proposta pela ACIESP e, por seu intermédio, a identidade sócio-profissional de empresário rural dos produtores familiares é ao mesmo tempo publicizada e legitimada, porém, réfem de interesses que são também alheios aos seus.

Com a crise das instituições de representação dos interesses na agricultura e das políticas públicas que inaugura os anos 1980, é certo que a ACIESP torna-se uma referência importante para os ajustes que se impõem, tendo em vista as concepções que defende. Entretanto, nos anos 1990, aquela crise, agravada pelos novos desafios do comércio internacional do suco brasileiro, provoca uma desestabilização na ação política das associações civis em geral, uma vez que não é mais dentro daqueles parâmetros que os modelos de ação são problematizados e definidos. As condições de reprodução e acumulação na citricultura e os critérios de seleção social em decorrência são crescentemente decididos e implementados fora das vias institucionais políticas, isto é, no interior das relações tecnológicas entre produtores dispersos e a agroindústria de suco concentrado.

Outras divergências se referem às proposições reivindicadas junto às indústrias quanto ao valor da caixa de laranja e aos contratos de comercialização, de onde ressaltamos as mais significativas:

1. A ASSOCITRUS propõe a criação de um Fundo de Assistência Social para os trabalhadores da indústria e para os trabalhadores rurais assalariados, semelhante ao setor sucroalcooleiro, no qual as contribuições vêm de fornecedores de cana-de-açúcar repassados pelo executivo municipal.

2. A ASSOCITRUS, na safra 1989/90, ante a crise e a anulação dos contratos de participação padrão, defende a implantação de uma política de fixação de um preço mínimo por caixa pelo governo - política que tinha existido até a safra 1986/87. Por outro lado, a ACIESP defende a participação do produtor nas margens de lucro da indústria (ou a redução do lucro das indústrias para assegurar uma remuneração melhor ao produtor), através da não-fixação prévia da remuneração do capital para cada tonelada de suco. Esta remuneração de capital das indústrias seria proporcional às cotações médias da Bolsa de Nova Iorque.

Estas duas proposições demonstram a existência de duas concepções divergentes a respeito das relações entre a citricultura e a indústria processadora que determinam as possibilidades de reprodução de diferentes grupos sociais. A da ASSOCITRUS é claramente uma proposta de manter ganhos pela via do preço mínimo da caixa de laranja, mesmo que diferenciados, ao produtor¹⁹⁵ e, desse modo, manter uma rentabilidade para os grandes proprietários de baixa produtividade. Já a ACIESP é favorável ao controle das margens de lucro da indústria¹⁹⁶; é uma proposta coerente com o aprofundamento das transformações seletivas favoráveis aos produtores mais tecnificados¹⁹⁷;

¹⁹⁵ Segundo José Nicolau, o preço mínimo da caixa "*dependeria do porte ou da categoria do produtor, levando-se em consideração a variação das cotações do suco na Bolsa de NY*" (In "*Laranja: compras antecipadas mas há resistência do produtor*", DCI, 29.05.1989; "*US\$ 350 milhões para a citricultura até junho*", DCI, 22.05.1989).

¹⁹⁶ Segundo Campanelli, "*não tem sentido a iniciativa privada garantir preços que representam custos mais lucros*". In "*Produtores e indústrias de suco analisam o novo acordo*" (G.M. 11.05.1988).

¹⁹⁷ A política de crédito agrícola a partir dos anos 1990 passa também a adotar como critério de concessão dos financiamentos a capacidade de pagamento dos produtores, em outras palavras, o histórico do produtor em termos de honrar seus compromissos ao invés da garantia fundiária. Através deste critério, a capacidade de produção também é levada em consideração, muitas vezes passando

3. na safra 1991/92, duas propostas se confrontam inicialmente ao redor da adoção dos contratos de comercialização plurianuais. Frente ao endividamento dos produtores desde a safra 1990/91, o conflito entre FAESP (CT), que não aceita os contratos plurianuais, e as associações de produtores aumenta¹⁹⁸. A ASSOCITRUS propõe a adoção de um preço mínimo de garantia e a ACIESP em último caso afirma aceitá-lo, propondo, entretanto, uma parcela fixa e uma variável para a formação do preço da caixa de laranjas (os detalhes serão fornecidos mais adiante).

Os termos finais desta reivindicação conjunta unificam as duas associações face particularmente à situação de crise econômica pela qual passam os produtores a partir da safra 1990/91 e aos impasses nas negociações com indústrias. Assim, no mês de março, os produtores se reúnem com o Ministro da Agricultura (Antônio Cabrera) para sugerir a criação de um organismo próprio para a laranja no âmbito da Câmara Setorial da Fruticultura, para que se retomem as negociações entre as partes diante da eminência dos produtores terem de devolver dinheiro às indústrias¹⁹⁹;

4. na safra 1992/93, a ASSOCITRUS defende um preço mínimo da caixa um pouco abaixo do custo de produção para desestimular a expansão do plantio e para defender o citricultor independentemente do perfil tecnológico do seu sistema produtivo, isto é, com altas ou baixas produtividades, manifestando ainda seu modelo de ação baseado na defesa corporativista tradicional do conjunto dos produtores.

A análise da ação política das associações mostra que elas se dissociam dos interesses da maioria dos produtores, uma vez que: a) como as compras antecipadas e diferentes preços pagos pelas frutas sempre existiram, a disputa entre as associações é atravessada por interesses políticos, isto é, há uma nítida dissociação entre os mediadores e os interesses econômicos da base social composta na maioria por pequenos e médios proprietários; b) como a entrada de novos grupos industriais independe das safras e das geadas, o alerta das associações é utilizado muito mais para coibir a entrada de novos produtores e assim evitar a eventual concorrência

pela avaliação e indicação dos beneficiáveis pelas próprias agroindústrias o que apenas relativamente atenua seu caráter seletivo e concentrador. Ver Fonseca, Maria da Graça Derengowski e Gonçalves, José Sidnei. Política de desenvolvimento agroindustrial e crédito estatal de investimento: análise do Programa Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial (PNDA). In *Agricultura em São Paulo, São Paulo*, 42(3), p. 117-162, 1995.

¹⁹⁸ Desta vez, a acusação se dirige ao presidente da FAESP (Fábio Meireles), que é acusado de negociar em sigilo o acordo 1989/90 com as indústrias (ver como as indústrias pressionam os produtores com este fato em "*Notícias regionais*", Jornal de Bebedouro, de 16.09.1989) e como o acordo 1991/92 é fechado, sem que o acordo 1990/91 esteja definido em Ata da 3ª Reunião Extraordinária da CTC de 21.05.1991). Por outro lado, em novembro de 1992, a CT propõe às duas associações uma alteração importante nos termos do contrato de participação: que a planilha dos custos não seja mais fixa e sim permita que as distorções na relação entre preço do suco na Bolsa de Nova Iorque, e preço da caixa de laranjas sejam corrigidas. Assim, o preço da caixa continuaria indexado pela Bolsa mas a variação da cotação seria dividida em três níveis com o objetivo de se determinar a relação preço da caixa com o preço do suco.

¹⁹⁹ A proposição é de tanto discutir o não cumprimento do acordo 1990/91 quanto analisar as condições de comercialização e preços da safra 91/92. In G.M, março 1991; "*Citricultores paulistas unem-se e querem negociar com indústrias*", G.M, 12.03.1991.

destes com os produtores tradicionais e garantir o nível de renda destes; c) a demora nas negociações interessa aparentemente às duas partes: às indústrias que, com a divisão dos produtores, antecipam a compra de parte da produção por preço mais baixo do que o preço a ser definido no futuro acordo sobre a safra; e aos produtores com maior poder de negociação (seja individualmente devido à relações pessoais mantidas historicamente com a indústria seja através dos *pools* devido à quantidade de frutas comercializadas), que conseguem vender sua produção por preço superior e antecipadamente; d) como no caso dos contratos de participação e dos contratos plurianuais, as inovações em termos comerciais e de remuneração, como a eventual adoção da Fórmula Teor de Sólidos Solúveis, são normalmente adotadas inicialmente por apenas uma parte dos produtores que tem acesso às informações, independentemente daquelas fornecidas pelas associações, assegurando a antecipação da capitalização desta parcela e possibilitando imediatos investimentos no sistema produtivo; e) como os pequenos produtores estão mais expostos a situações de endividamento, as estratégias tradicionais divulgadas pelas associações, de atrasar as vendas da produção ou de recusar o recebimento das parcelas esperando maxi-desvalorizações, por exemplo, normalmente não são adotadas por eles. Para os produtores mais fortes, que querem avançar nas negociações contratuais, esta atitude enfraquece as negociações e o avanço dos interesses da parte agrícola, porque a indústria usa o argumento de que já comprou boa parte da produção que lhe era necessária naquela safra; f) as posições das associações sobre o poder do oligopólio industrial são contraditórias: ou elas se opõem ao caráter monopsônico e oligopólico na comercialização das frutas e do suco como atesta o processo judicial de abuso do poder econômico junto ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) ou procuram abrir novas alternativas de mercado para as frutas, apoiando a instalação de mini-indústrias de transformação²⁰⁰ ou favorecendo rearranjos na utilização da capacidade ociosa das indústrias²⁰¹.

Apesar das diferenças entre as posições sobre o desenvolvimento do setor, as associações de produtores manifestam uma coesão no que diz respeito ao preço a ser negociado pela caixa de laranjas ao longo dos anos 1990, como maneira de se contraporem à grave crise advinda da inserção do país no mercado internacional de suco por seus efeitos nefastos na manutenção dos níveis de remuneração históricos dos produtores. As diferenças entre a ASSOCITRUS e a ACIESP não provocam, desta forma, uma cisão definitiva na representação dos interesses

²⁰⁰ In *Agricultores querem formar novas indústrias*, G.M 30.11.1987; *Laranja: o tenso diálogo do produtor e indústria*", DCI, 29.04.1988. Foram obtidas outras informações na pesquisa de campo sobre os várias tentativas de aprovação dos projetos de instalação de cooperativas industriais pelos produtores junto à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, sem no entanto terem resultados favoráveis.

²⁰¹ Em abril de 1988, quatro mil produtores reunidos pela ASSOCITRUS decidem encampar cinco fábricas: TROPSUCO, de Santo Antônio da Posse; SUCORRICO, de Araras; CITRAL, de Limeira; TABACITRUS, de Tabatinga e a CITROVALE, de Olímpia. Segundo Oswaldo Veloci, presidente desta associação "*elas só servem de depósito de frutas, não cumprindo sua função social*" uma vez que as laranjas por elas compradas estão sendo esmagadas em outras indústrias. Na verdade, a intenção dos produtores era obter o repasse privativo das instalações industriais para o esmagamento de sua produção (In "*Citricultores decidem denunciar indústrias por abuso de poder*", GM, 22.04.1988; "*Persistem divergências no setor*", GM, 03.05.1988).

econômico-setoriais dos produtores e na representação dos interesses dos produtores enquanto proprietários rurais desempenhado pela FAESP:

Existe um movimento pra transformar a ACIESP em sindicato, desde o início a intenção era que a ACIESP fosse um sindicato dos citricultores. Seria muito mais forte, eu não precisaria da Federação para falar oficialmente, passaria a falar por um órgão oficial. Mas nós achamos que isto iria enfraquecer a Federação, pulveriza a representação sindical (Roberto Campanelli, presidente da ACIESP, entrevista 1990).

Sua reaproximação²⁰² com a FAESP também foi consequência da crise econômica, que reatualizou os debates acerca da maturidade do modelo de desenvolvimento agrícola e da tese do *agrobusiness* como um plano de ampliação do espaço institucional de mercado a serviço da atuação dos lobbies em todos os segmentos do setor.

Quadro 5.2. *Rede institucional do campo econômico da citricultura.*

1970	Criação do Comitê de Exportação de Sucos Cítricos (junto à CACEX)
1974	Surgimento da Associação Paulista de Citricultores (ASSOCITRUS)
1975	Surgimento da Associação Brasileira das Indústrias de Sucos Cítricos (ABRASSUCOS)
1977	Criação do Fundo Paulista de Defesa da Citricultura (FUNDECITRUS)
1985	Surgimento da Associação Nacional das Indústrias Cítricas (ANIC)
1988	Criação da Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo (ACIESP)
1988	Criação da Associação Brasileira dos Exportadores de Sucos Cítricos (ABECITRUS)
1990	Criação da Associação dos Produtores de Mudanças de Limeira (ASSOMUDAS)
1992	Criação da Fundação para o Desenvolvimento da Citricultura no Brasil (PROCITRUS)
1993	Criação da Fundação de Pesquisas Agroindustriais de Bebedouro (FUPAB)
1996	Associação Brasileira dos Citricultores (ABRACITRUS)

Fonte: Adaptado de Paulillo (1994, p. 60-69)

Quadro 5.3. *Principais instituições por natureza do segmento representado, 1964/1999.*

<p>Estado:</p> <p>Carteira de Comércio Exterior (CACEX) – Governo federal Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) Conselho de Administração e Defesa Econômica (CADE) – Governo Federal Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado de São Paulo – Governo Estadual Instituto Agrônomo de Campinas – Cordeirópolis (IAC)</p> <p>Indústria:</p> <p>Associação Brasileira das Empresas Processadoras de Sucos Cítricos (ABRASSUCOS)</p>

²⁰² O assunto principal da reunião da CTC de 11.03.1991, foi a possibilidade de fusão das duas associações e na reunião da CTC de 23.03.1992, as associações começaram a pensar na possibilidade de fazerem formalmente parte da estrutura do CTC da FAESP.

Associação Nacional da Indústria Cítrica (ANIC)
 Associação Brasileira dos Exportadores de Citrus (ABECITRUS)
 Fundo Paulista de Defesa da Citricultura (FUNDECITRUS)*

**Citricultura:
 Produtores**

Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP)
 Associação Paulista de Citricultores (ASSOCITRUS)
 Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo (ACIESP)
 Associação Brasileira dos Produtores de Cítricos (ABRASCITRUS)

Trabalhadores assalariados

Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP)
 Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP)

* Essa fundação reúne interesses da indústria e da citricultura paulista.

Fonte: Paulillo, 1987, p. 79 e pesquisa de campo.

5.1.2. O local e regional como referência sociocultural do poder político e ideológico da ACIESP no campo econômico da citricultura

Anteriormente, foi ressaltada a crescente importância das associações em relação à estrutura sindical. A diferença central entre a ASSOCITRUS e a ACIESP é que a primeira se direciona aos interesses que importam na manutenção de um modelo de desenvolvimento extensivo da citricultura (abrigado pela maior intervenção reguladora do Estado) e a segunda se alinha com os interesses favoráveis à adoção de um modelo que prioriza a eficiência produtiva e a concentração social na citricultura (impulsionado pela ausência de intervenção direta dos Estado nas relações entre produtores, trabalhadores e agroindústrias).

O avanço na representação política dos citricultores pela ACIESP também é resultado da crise no papel exercido pela FAESP, sua vinculação com a ASSOCITRUS, seu modelo de associativismo tradicional de defesa dos interesses dominantes na agricultura e de seu modelo de ação fortemente dependente do Estado. Este avanço ocorre também com a socialização da modernização técnica para camadas sociais mais amplas que a dos grandes proprietários de terra, os quais não têm, por sua vez, representação institucional independente na agricultura.

O sindicato, na sua função de representação política dos interesses econômico-setoriais, é ignorado localmente por várias razões. Primeiramente, devido a seu limitado papel burocrático-administrativo no encaminhamento de interesses pontuais dos filiados (como recolhimento Instituto Nacional do Seguro Social dos empregados, pagamento do impostos diversos inclusive Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores) uma vez que os contratos e conflitos de trabalho com os colhedores são de responsabilidade da indústria. Juridicamente, apenas os conflitos de trabalho com os empregados residentes são representados pelo sindicato patronal. Esta função também é, em muitos casos, desempenhada por escritórios de contabilidade privados aos quais alguns produtores recorrem, como já foi mencionado, esvaziando ainda mais o papel tradicional do sindicato.

As razões da crescente legitimidade das associações, particularmente da ACIESP, em relação à tradicional estrutura sindical, também são analisadas nos vínculos que esta associação estabelece no plano local (Bebedouro), uma vez que este processo é também o resultado tanto de uma mudança importante no papel dos sindicatos que agrupam produtores altamente tecnicizados em um contexto de predominância de mão-de-obra assalariada quanto da persistência de relações interpessoais de vizinhança na origem do respeito e confiança que prolongam os efeitos da representação institucional. Os pequenos proprietários, principalmente, preferem a proximidade da sede da ACIESP e privilegiam as relações pessoais que eles mantêm com Campanelli, que é visto como sendo "*muito amigo*", enquanto "*a ASSOCITRUS é distante da gente*" (P12).

No momento em que a pesquisa foi realizada, Roberto Campanelli era o presidente do Sindicato Rural (patronal) de Bebedouro, da Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo e da Comissão Citrícola da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo. Esta superposição de funções lhe concedia um grande poder de mediação junto aos produtores e junto às diferentes instâncias políticas governamentais e uma notoriedade no processamento e elaboração das imagens e informações transmitidas aos produtores sobre o modelo de agricultura "competitivo" e sobre os conflitos sociais presentes. Assim como outros diretores do Sindicato Patronal, dedicava-se a esta função de liderança em tempo integral, indicando uma profissionalização da representação baseada no conhecimento técnico e nas estratégias de atuação política consideradas fundamentais aos desafios existentes no setor.

Deste modo, para os produtores, falar de suas intâncias de representação é falar da pessoa do presidente das organizações, porque se trata de um universo de relações pessoais e familiares onde todos se conhecem. Assim, tanto a contestação quanto a afirmação da legitimidade concedida à ACIESP como instância de representação estão baseadas na imagem que eles têm do próprio Roberto Campanelli. A contestação provém da não-identificação do produtor com os interesses que Campanelli representa enquanto membro de uma família que é grande produtora de laranjas e um dos mais importantes fornecedores da FRUTESP. Produz-se um tipo de dissociação nas representações sociais dos produtores entre seu papel político e sua inserção econômica no setor:

Campanelli vai no rádio e diz que tem excesso, não pode plantar laranja, mas enche de laranja as terras dele. Pra mim não serve, não é honesto..." (P1); *O preço do Campanelli não foi o mesmo que o dos outros associados da FRUTESP, ele estava brigando pelo preço e depois calou-se, por que? Uma pessoa com três milhões de caixas é outra conversa* (P5).

A perda de referência da ACIESP como instância de representação se associa ao desconforto e distanciamento da política em geral. Esta perda de referência se apóia assim no individualismo do produtor, potencializada pela dimensão da acentuada competitividade que permeia as relações sociais no setor e o conhecimento da existência de redes de natureza clientelística na comercialização. De modo que certas informações dadas por Campanelli não são consideradas pelo produtor como boas referências, notadamente com respeito ao momento da

assinatura do contrato de venda das frutas, seja porque o momento de venda de fruta não está bem previsto seja porque não há união entre produtores. Alguns depoimentos mostram que as estratégias adotadas pelos produtores são da esfera de sua própria decisão:

(...) no passado pra eu vender laranja fui conversar com ele... Ele falou: "o certo é não vender a laranja agora, mas se vocês venderem não pega em dinheiro não, pega em dólar "esperei mais uns dias e vendi. Teve gente que não vendeu e a indústria parou a compra e eles tiveram que botar a laranja por conta lá. Eu cismeí, vendi e acertei... Vi que era só uma reunião atrás da outra e não resolvia e vendi... A gente tem que ter malícia, senão..." (P7)

Porém, o que representa Roberto Campanelli funciona de maneira diversa no que diz respeito à atribuição da legitimidade e do crédito político que ele necessita: encarregar-se da “penosa” responsabilidade de representação para os produtores está ligada à imagem de um homem “honesto, dedicado e bem informado”:

Eu acho que ele se jogou muito de cabeça por isso eu dou confiança a ele. Ele é de família rica, tem grandes propriedades, ele é agrônomo, ele não precisava trabalhar por isso, eu acho que a intenção dele é boa, ele luta pela classe (P1).

Ele tentou organizar as coisas aqui, melhorou, embora seja grande produtor... Todo o problema da citricultura, o Campanelli está sempre neste programas de rádio, alertando o citricultor, os problemas... (P12).

Eu não vou nunca lá, nas reuniões (...) O Campanelli é um belo lutador a favor do produtor, ele foi o único que sempre está na briga, em Brasília, São Paulo... Era o Campanelli que corria pra cima e pra baixo, juntava os produtores, dava ordem... (P4)

A ascendência que exerce a ACIESP entre os produtores tornou-se também possível graças ao efeito de demonstração de sua eficiência e organização que estabelece uma imagem emblemática de excelência na profissionalização da representação junto aos pequenos proprietários: o uso da informática e a constante divulgação de informações para os afiliados através de boletins e reuniões, mesmo que a complexidade dos elementos determinantes no estabelecimento dos preços e das normas contratuais da comercialização das frutas não seja plenamente compreendida.

A ACIESP está apresentando mais coisas que a ASSOCITRUS. Parece que eles deram uma parada, não se informatizaram, não acompanharam o progresso, eu não recebi nada deles até agora. (...) O Zé Nicolau meio antigo, tem que modernizar. A ACIESP manda informação e a ASSOCITRUS não manda nada. (P2)

Eu vou só nas reuniões do Campanelli porque ele é um crânio e ele sabe, tem todos os aparelhos lá, a laranja, o preço e tudo por escrito, você vê... Eu não sei o que ele apronta lá, porque tem muita propriedade dele lá. E ele prevê, tal época a laranja vale x, tal época x e você anota aquilo lá e chega no fim do ano, pronto. É um crânio! ". (P4)

Apesar do poder delegado pelos produtores ao Campanelli, o interesse que poderia suscitar as informações dadas pela ACIESP a seus membros não é sentido durante as reuniões,

nas quais se observa uma grande presença de citricultores (principalmente os pequenos), mas uma fraca participação. Um dos problemas que se colocam é o da dificuldade na compreensão da linguagem técnica relativa à complexidade econômica e comercial do setor:

Só foi uma vez que eu fui numa reunião lá, eles falaram, falaram, falaram... Estava eu e um vizinho meu, nós falamos: " vamos tomar um café lá fora e oh! Fomos embora... Pra que ficar lá se a gente não entende nada, só pra fazer número? É que, às vezes, fico assistindo o presidente: fala, fala, acaba e eu não entendi nada. Pra que ir? (P8)

É exatamente sua capacidade de dominar e mobilizar fontes de informação junto aos pequenos produtores que confere à ACIESP a legitimidade e a autoridade necessária ao desenvolvimento de sua ação política. O ritual das manifestações de produtores, o tom austero e rígido nas reuniões que visam direcionar as atitudes comerciais que os produtores devem ter antes do início da safra e o conjunto de recursos mobilizados neste sentido contribuem fortemente para impressioná-los. Isso também garante a manutenção de uma corrente ideológica que ultrapassa os propósitos diretamente relacionados à atividade do citricultor.

Aqueles que têm a possibilidade de empreender uma avaliação pessoal do mercado ou serem aconselhados através de outros meios que não o institucional, normalmente pertencem às duas associações, e isto de um modo oportunista. Os médios e grandes produtores mantêm uma relação instrumental e utilitarista com a associação:

Eu não sou de nenhuma associação quem representa meus interesses sou eu mesmo. A briga que eles fazem não ajuda ninguém, eles querem partir pra uma área política futuramente... Quem não é associado tem mesmas vantagens de quem não é.. (P5).

A título de síntese, a legitimidade dos produtores modernos para com seus representantes políticos, apesar dos conflitos subjacentes entre grupos sociais, é possível graças:

1. à filiação de produtores às associações civis, nas quais estão em jogo as relações pessoais que eles mantêm com a liderança (valorização de referências territoriais de vizinhança e relação interpessoal e familiar). A liderança se consolida ao redor de redes de relações de dependência e de troca pessoal;

2. à direção das negociações entre os produtores e indústrias principalmente voltada às reivindicações econômicas dos produtores. A difusão de imperativos de competitividade e a modernização são socializadas e decorrem da construção de um consenso relativo entre as estratégias das agroindústrias e os produtores "modernos", estes últimos fazendo "suas" as imagens e valores dos desafios e da mudança social definidas pela liderança política;

3. à capacidade das associações em combinar um conjunto complexo de informações técnicas, econômicas e sociais com vistas a que seja definida uma estratégia de longo prazo para a ação política com o objetivo de monopolizarem as decisões acerca da política setorial e de reunirem os meios organizacionais (financeiros, procedimentos legais, técnicas, relações de poder, tudo o que faz com que uma política não seja só um processo intelectual mas um processo

social concreto). Os recursos intelectuais das associações guardam uma posição estratégica no sistema financeiro em um contexto onde o Estado perde sua função de atribuição direta das margens de rentabilidade dos vários interesses privados no complexo agroindustrial para assumir um papel de regulação indireta no plano da política macro-econômica que repercute no desenvolvimento do setor, cada vez menos tentando demarcar e mediar os conflitos de interesses. O controle das informações sobre a complexidade da comercialização do suco no plano internacional, a implantação de novas indústrias e o conhecimento das estratégias da agroindústria a cada safra garante um grande poder para estes mediadores políticos;

4. à sua eficiência mais pronunciada, em termos de rapidez na mobilização de produtores e no encaminhamento das reivindicações junto às agências públicas responsáveis pela vulgarização agrícola e principalmente junto às instâncias do executivo estadual e federal responsáveis pela definição de políticas agrícolas setoriais (Ministério e Secretaria Estadual da Agricultura) e pela política macro-econômica (Ministério da Economia e o antigo Ministério do Planejamento) e junto ao legislativo local, estadual ou federal;

5. à maior envergadura de atividades com o objetivo de avaliar constantemente as condições do mercado das frutas e do suco, como viagens para a Flórida/EUA para avaliar as perdas na produção provocadas pelas geadas com a finalidade de definir uma estratégia comercial e um posicionamento nas negociações sobre preço a ser pago pela matéria-prima frente à indústria. Estas viagens internacionais²⁰³ servem também para se manter informados sobre as possibilidades de abertura de novos mercados para o suco de laranjas e para contatar grupos econômicos estrangeiros eventualmente interessados em instalar agroindústrias no país;

6. à expressão das reivindicações específicas dos produtores face à integração conflitiva dos capitais agrários, financeiros, industriais e comerciais existente nos complexos agroindustriais sem limitar sua ação política às bases político-administrativas dos municípios e sem a necessidade de negociar com os interesses presentes em outros setores agrícolas. Isto é favorecido por seu plano organizacional porque a associação não tem sua ação limitada territorial e institucionalmente, como ocorre com a estrutura sindical. Isso se torna ainda mais relevante devido à fragmentação dos níveis administrativos de decisão do Estado com respeito às políticas agrícolas (não se concentrando apenas no Ministério da Agricultura) mesmo que estas políticas sejam específicas a cada setor agrícola. Deste modo, as associações tentam exercer pressão nas redes pouco definidas que articulam distintos níveis decisórios da estrutura do Estado e atuam nas esferas de coordenação dos interesses contraditórios no setor;

7. à eficiência face à redução do crédito agrícola e subsídios em geral para agricultura. As associações agem à maneira dos grupos de interesse frente à nova tentativa do Estado em afirmar seu papel de regulamentação. Nas palavras de Alves (1991a, p.12), *“quando o crédito começou a ficar escasso, a classe deixa de se comportar como um bloco e passa se comportar em grupos de*

²⁰³ Bebedouro é um dos municípios com maior número de aviões particulares no Estado de São Paulo, possuindo inclusive aeroporto.

interesses. As associações por produto que têm como função básica trazer para o sub-grupo do produto agropecuário as vantagens e incentivos não mais distribuídos amplamente pelo Estado";

8. à falta de instâncias de representação específicas para os pequenos e médios proprietários (produtores modernos). A ação política mobiliza o conjunto de produtores apesar da verticalização na representação política e da distribuição desigual das conquistas obtidas pela ação política coletiva;

9. aos métodos usados para a formação de preços (principalmente os contratos de participação). A lucratividade dos produtores passou a ser determinada diretamente (apesar de não exclusivamente) pelo comportamento dos preços de suco no mercado internacional, havendo, portanto, uma secundarização das instâncias de representação formal da FAESP junto ao Estado e uma necessidade de encaminhamento de reivindicações sobre detalhes dos contratos e outras demandas pontuais que não podem prescindir de um acompanhamento permanente, exclusivo e especializado;

10. à expressão mais concreta dos conflitos causados pela concorrência que se estabeleceu ao nível da produção agrícola entre os próprios produtores e as agroindústrias (verticalização agrícola).

5.2. AS ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS E OS ALINHAMENTOS DO OLIGOPÓLIO INDUSTRIAL

A fragmentação das instâncias de representação política das agroindústrias aponta para questões relativas ao processo de oligopolização e às diferentes concepções de desenvolvimento do setor, inclusive no que diz respeito à citricultura, defendidas pelos diferentes grupos industriais.

A primeira associação industrial (com caráter de sociedade civil), a ABRASSUCOS (Associação Brasileira das Indústrias de Sucos Cítricos)²⁰⁴, foi criada em 1974. Ela possibilitou a reunião inicial de um total de 11 indústrias que estavam anteriormente dispersas em vários sindicatos de diferentes ramos industriais como o de bebidas, dos frigoríficos e o de alimentos. Este agrupamento foi produzido frente à exigência do CACEX em ter, no momento das negociações, uma única entidade de representação do conjunto das indústrias. Um dos trabalhos pioneiros da ABRASSUCOS foi a instalação de um banco de dados na área. No plano internacional, a associação coordena, desde 1991, a Rede Interamericana de Cítricos que tem por

²⁰⁴ Sua atuação é assim definida: a) promover e estimular a colaboração das indústrias de sucos cítricos e subprodutos para a defesa dos respectivos interesses; b) assistir os associados em todos os interesses comuns, maior desenvolvimento, maior proteção e maior valorização de seus produtos; c) representar os associados perante os poderes públicos da União, estados e municípios, entidades autárquicas e sociedades de economia mista, associações de classe e entidades congêneres; d) promover estudos e oferecer sugestões aos poderes públicos; e) propor o estabelecimento de normas técnicas com o objetivo de permitir que as indústrias do ramo possam manter elevado padrão de qualidade de seus produtos, tanto no mercado interno como no externo.

objetivo a troca de tecnologias e de informações econômicas e mercadológicas entre os países organizados pela FAO (21 países da América Latina e do Caribe e os Estados Unidos).

Em novembro de 1985, insatisfeitas notavelmente com o grau de intervenção do Estado no setor e defendendo a eliminação das cotas de exportação, a implantação da livre concorrência e uma mudança na forma de pagamento das frutas, as indústrias CITROSUCO PAULISTA S.A., a CARGILL CITRUS S.A., a BASCITRUS AGROINDÚSTRIA S.A e a CITROPECTINA S.A. EXP. IND. E COM., criaram a ANIC (Associação Nacional das Indústrias Cítricas²⁰⁵), representando as maiores indústrias do setor que detinham na época 40% das exportações de suco. Uma das primeiras ações da ANIC foi a implantação na safra 1986/87 do atual contrato de participação de compra e venda de frutas. A ANIC participa do Grupo de Comércio Exterior da Associação de Exportadores Brasileiros, da Federação Internacional de Produtores de Suco de Frutas e da Câmara Interamericana de Comércio. Ela mantém contato permanente com várias instituições nacionais e internacionais com a finalidade de procurar uma redução dos impostos e a eliminação de todas as restrições que possam comprometer as exportações brasileiras de suco.

Esta cisão no seio da ABRASSUCOS ocorreu exatamente dois meses após o início da paralização de produtores²⁰⁶. A indústria FRUTESP e outras indústrias menores (FRUTROPIC, FRUTOS TROPICAIS e FRUTENE), que permanecem na ABRASSUCOS, decidem pagar o preço da caixa arbitrado pela CACEX, com três prazos (30, 60 e 90 dias), em troca de uma redução do montante total de suco a ser exportado e uma cota extra em favor das indústrias que aceitassem o pagamento completo do ICMS, sem repassar estes custos aos produtores²⁰⁷. Estas indústrias estabelecem um acordo com os produtores em separado, modificando a negociação realizada anteriormente com o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Por outro lado, a CARGILL, CITROSUCO, BASCITRUS e CITROPECTINA (mais de 50% produção de suco), que pertencem à ANIC, fazem outro acordo com os produtores (liderados pela ASSOCITRUS) em condições semelhantes mas contra o atual sistema de contingenciamento e pela livre comercialização do suco

Em outubro de 1988, as indústrias pertencentes à ABRASSUCOS solicitaram a exclusão da Cutrale do grupo, uma vez que, segundo elas, Adermerval Garcia (presidente da ABRASSUCOS), era ligado à SUCORRICO CUTRALE²⁰⁸. Aquelas indústrias (CUTRALE, CITROMOJIANA e CITROVALE) acabam deixando a ABRASSUCOS e fundam uma nova

²⁰⁵ Segundo Moraes (1987), a CITROSUCO e a CARGILL acusam a CUTRALE de não sustentar seus compromissos comerciais com a Alemanha, procurando se beneficiar com a alta dos preços.

²⁰⁶ In "*Industriais dissidentes da Abrassucos fecham acordo com produtores*", G.M. 07.11.1985; "*Quatro indústrias de suco e produtores de laranja fazem acordo em São Paulo*", Folha de SP, 07.11.1985.

²⁰⁷ As pequenas e médias indústrias se sentiam penalizadas pelo preço fixado pela CACEX porque tem um fluxo de caixa menor, maior custo industrial e foram prejudicadas no primeiro trimestre com o sistema das cotas de exportação decidido pela CACEX que não leva em conta os estoques de suco de suas indústrias e suas ampliações em capacidade industrial.

²⁰⁸ In "*A Sucocítrico Cutrale poderá deixar de ser associada da Abrassucos*", G.M., 23.09.1988. "*Cutralé desliga-se da Abrassucos e monta uma nova entidade*", G.M, 03.10.1988.

associação, a ABECITRUS (Associação Brasileira de Exportadores de Citrus), passando a representar 39% das exportações de suco.

De acordo com Maia (1992, p. 93), o objetivo principal da ABECITRUS é sua ação em favor da remoção das barreiras aduaneiras e tarifárias junto ao GATT, da abertura de novos mercados para o suco e, atualmente, da aprovação da privatização do sistema portuário brasileiro junto ao Congresso o que, segundo a associação, pode reduzir os custos do embarque de suco.

No período da investigação, a FRUTESP não pertencia formalmente a nenhuma associação, alinhando-se, contudo, com os interesses defendidos pela ABRASSUCOS. Pelo fato de ser uma cooperativa industrial, a FRUTESP tem uma distribuição de lucros diferenciada entre seus associados²⁰⁹, utilizando neste sentido um rendimento de frutas menor para fins do cálculo final do preço da caixa. Teve algumas atuações diferenciadas durante algumas greves e no pagamento aos produtores, como foi o pioneirismo na proposição de adiantamentos junto aos seus fornecedores (possibilitando adiantar os investimentos no sistema produtivo num momento de alta inflacionária) os quais seriam, a seguir, incorporados ao contrato sob a forma parcelas de pagamento por todas as indústrias²¹⁰.

A diferenciação entre estas três associações, que reflete a dinâmica do oligopólio industrial, também pode ser observada na safra 1989/90. O acordo referente a esta safra não foi assinado pelas indústrias menores, pertencentes a ABRASSUCOS, as quais demandavam uma política diferenciada para elas no que diz respeito ao valor do registro do suco e ao envio de capital ao exterior para o pagamento de seus representantes internacionais²¹¹. O acordo foi assinado entre os produtores e ANIC e ABECITRUS. Na safra 1990/91, observa-se o controle preponderante do mercado pela CITROSUCO e pela CUTRALE em relação às indústrias menores, agrupadas na ABRASSUCOS, através das ações de *dumping* no mercado, isto é, através da redução artificial das cotações internacionais de suco²¹².

As associações agroindustriais têm como objetivo principal a aquisição de facilidades em termos das diversas taxas e impostos cobrados pelo Estado e de se filiar a um único preço

²⁰⁹ In "*Preço pago pela Frutesp garante maiores ganhos aos produtores*", GM, 02.08.1988. Na safra 87/88, a Frutesp pagou 34% a mais (US\$ 2,82/caixa) do que os preços pagos pelas outras indústrias (US\$ 2,10/caixa). A Frutesp toma esta iniciativa porque diz que é "*cooperativada, os pomares são patrimônio da indústria*" (In "*Frutesp paga adiantado*", Folha de SP, 28.10.1987; "*Frutesp antecipa CrzS 240 milhoes*", 19.09.87). Atualmente a FRUTESP (Coimbra) pertence ao grupo econômico ABRASSUCOS.

²¹⁰ In "*Abrasucos e Anic anunciam adiantamento de CzS 40/caixa*", G.M.). Esta medida foi tomada ante a eminência de queda de fornecimento das frutas para a indústria.

²¹¹ As proposições junto ao governo de parte da ABRASSUCOS são: 1) que haja uma diferenciação no preço FOB do suco concentrado embarcado em tambores e à granel. Como o valor de exportação é baseado nas vendas em tambor, as indústrias maiores, que exportam à granel, portanto com menos custos, têm uma sobretaxa de lucro; 2) que haja uma alteração quanto ao envio de capital ao exterior para pagamento dos representantes internacionais. A alíquota fixa de 4% do total do suco exportado por cada indústria acaba fazendo com que algumas enviem mais recursos que o necessário e outras menos. In "*Pequenas indústrias podem reivindicar benefícios na exportação*", GM de 24.08.1989.

²¹² Devido à importância desta safra nas relações entre produtores e indústrias, os detalhes das transformações no setor neste momento serão analisadas posteriormente.

pago por caixa aos produtores uma vez que, no plano das estratégias de exportação e da manutenção do desempenho no mercado internacional, elas agem como um cartel, principalmente as quatro mais importantes na produção de suco (CUTRALE, CITROSUCO, CARGILL e FRUTESP). A concentração industrial nos anos 1980 foi aumentando e configurou-se mais intensamente a cartelização nas estratégias de compra das frutas para uma grande parte dos produtores. Esta concentração ocorreu também através da compra de ações das indústrias menos importantes no mercado por parte das maiores indústrias chegando inclusive, em alguns casos, ao controle acionário majoritário.

Ao lado das diferentes posições a respeito do grau de intervenção do Estado desejado e das diferentes estratégias de ampliação do mercado para o suco brasileiro (formas de conquista de novos importadores), posições que indicam o grau de concorrência e de oligopolização existente, as indústrias priorizam também modos de desenvolvimento distintos, repercutindo nas suas estratégias de atuação em relação à parte agrícola do setor. A FRUTESP e a CITROSUCO são aquelas que mais investem em apoio técnico e em pesquisa de métodos de plantio. A CITROSUCO lançou recentemente o Projeto Produtividade, para informar os produtores sobre a importância econômica do aumento da produtividade dos pomares. Já a FRUTESP, em seu Programa de Produtividade, mantém um departamento de apoio técnico para seus sócios, vendendo plantas jovens e emprestando algumas máquinas agrícolas para a renovação de pomares. Por outro lado, as indústrias do grupo CUTRALE sustentam uma concepção mais extensiva da citricultura, investindo pouco na produtividade agrícola dos pomares de seus fornecedores, provavelmente devido ao fato de que 80% da produção agrícola por ela processada, têm origem nos seus próprios pomares de alta produtividade.

De acordo com os depoimentos dos técnicos agrícolas de Bebedouro, a dificuldade principal na implantação do PROCITRUS são estas diferentes concepções de desenvolvimento da citricultura. As maiores dificuldades na dinamização desta instituição vêm do grupo CUTRALE e CITROSUCO, que não aceitam a adoção do sistema de pagamento das frutas chamado Fórmula de Sólidos Solúveis.

No que diz respeito à relação das associações industriais com a força de trabalho, as posições sempre foram diferenciadas e individualizadas, sem haver uma estratégia comum. Atualmente, há uma tendência de aproximação de associações industriais com a FIESP, com o objetivo de estabelecer uma posição comum durante as negociações salariais, evitando o que aconteceu em 1990, quando a CARGILL e a FRUTESP, devido às intensas paralizações dos trabalhadores em Bebedouro, propuseram alguns pontos no acordo com os trabalhadores distintos daquele assinado pelas demais indústrias. Neste momento, estes comportamentos se explicariam por realinhamentos de força ainda em vigor, operadas constantemente no oligopólio²¹³.

²¹³ Os trabalhadores sempre se opuseram à implantação de acordos salariais (via dissídio coletivo) em todo o Estado de São Paulo uma vez que isto impede a organização e a força de lutas localizadas assim como resulta em acordos desfavoráveis.

5.3. OS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO ECONÔMICO DA CITRICULTURA

No capítulo anterior, analisou-se o conjunto das valorizações que os produtores modernos sustentam, a partir de sua trajetória social, a propósito dos diferentes graus de adesão aos preceitos modernizadores e competitivos na citricultura, que colaboram na produção de seu ideal empresarial.

Tavares Santos et al. (1989, p.267) afirmam que nas análises dos conflitos sociais resultantes da interrelação entre os produtores e as agroindústrias "*ora é privilegiada a lógica específica dos produtores (...), fazendo abstração da sua inserção na economia e na sociedade global, ora é considerada a lógica das agroindústrias como determinante unívoca da produção e dos produtores agrícolas*"²¹⁴. Se as contribuições teóricas sobre o corporativismo já superaram este reducionismo, como, num contexto de diferenciação social, ocorre a integração entre os agentes, integração esta necessária ao empreendimento e ao estabelecimento do campo econômico com dinâmica própria no que diz respeito às orientações de desenvolvimento adotadas? Como o ideal empresarial elaborado como referência *para e na* ação política determina este processo de integração? Em que medida as relações sociais entre os produtores e indústrias em confrontação indicam uma interação de proposições de organização e reorganização política e social?

Uma vez que a ação política dos produtores através de suas associações não se situa somente em torno do valor da produção agrícola, apesar deste ser seu objetivo preponderante, aponta-se para a produção de uma ética econômica no setor que vai alinhar os interesses dominantes defendidos por produtores no topo da concorrência com os interesses da agroindústria, instituindo o campo econômico com as diversas posições dos agentes e as relações de poder. Desta forma, ocorre um deslocamento progressivo dos conflitos entre os produtores e as indústrias – a partir do preço e dos contratos de comercialização das frutas em direção à produção de um consenso relativo – através do qual reorganiza-se a produção em direção à intensificação da modernização do processo produtivo, ao processo de oligopolização industrial, aos novos critérios de seleção dos produtores e às relações políticas com os trabalhadores, sob uma retração crescente do Estado nas tensões de base tanto estruturais quanto dinâmicas outrora existentes na citricultura.

Através da reconstituição desta ação baseada nas referências socioculturais dos produtores familiares modernos, constitutivas do ideal empresarial, serão analisados os fundamentos centrais desta ação. Esta ação política conduzida pelas associações, que exercem forte ascendência sobre os produtores, se posiciona sobre um modo de conceber a citricultura e

²¹⁴ Cf também Grando et al. (1989).

de definir os desafios preponderantes para além das relações comerciais entre as indústrias e os produtores no sentido da defesa na “*não-unilateralidade do contrato*”.

Desta maneira, apesar da conflitualidade que os opõe aos outros grupos sociais dentre os produtores, fundamentada nas diferenças fundiárias, técnicas e laborais, as manifestações de protesto dos produtores modernos anunciam uma filiação às estratégias dominantes de desenvolvimento do setor, revigorando a lógica do mercado que se impõe como componente central das relações sociais. Em outras palavras, elas fazem evidenciar a necessidade imperiosa de viabilização da concorrência individual entre produtores através da introjeção do desempenho econômico pessoal como forma de assegurar o desempenho de todo o setor.

A formalização do discurso político dos produtores familiares modernos, através da ação política empreendida e a partir de seu ideal empresarial, revela como eles se alinham social e politicamente no campo econômico, definindo os contornos dos conflitos eleitos como prioritários nos quais são definidas quais as questões preponderantes na esfera das relações sociais que dizem respeito às estratégias de desenvolvimento setoriais a serem adotadas.

5.3.1. As relações comerciais entre produtores e indústrias e sua expressão na formação dos preços das frutas

Nesta parte, serão analisados a dimensão e o caráter da demonstração mais evidente dos conflitos entre produtores e indústria: aquela relativa às bases contratuais de venda das frutas a cada ano-safra que vai afetar a definição do preço das frutas a ser pago pela indústria e, portanto, as margens da remuneração dos produtores.

Uma vez que o *Frozen Concentrated Orange Juice* (FCOJ) é uma *commodity*, seu preço fica subordinado às mudanças no mercado internacional e, como consequência dos contratos de participação em vigor, o preço da produção agrícola e frutas, uma vez que as frutas representam 60% do custo de produção industrial (para alguns autores a participação é de 75%). Os pontos fundamentais para a fixação do preço estabelecido nos contratos assinados pelos produtores e indústrias são: as cotações internacionais do suco concentrado de laranjas na Bolsa de Nova Iorque, a taxa de câmbio no Brasil, as despesas industriais e comerciais relativas a todo o ciclo produtivo do suco (da fruta no pé até que a disponibilização do suco no mercado de norte americano, principalmente na Flórida) e o rendimento da fruta, isto é, a quantidade de caixas necessárias para se obter uma tonelada de suco concentrado e congelado a 65° Brix.

Contudo, vários fatores influenciam o preço do produto agrícola, alguns dos quais são descritos por Brumer (1989): os fatores climáticos e tecnológicos, as mudanças na estrutura e na flutuação da demanda pelo produto agrícola, as políticas de crédito e preço do governo, o impacto dos impostos e a política de câmbio, a estrutura de mercado da agroindústria definida em grande parte em consequência seja das políticas estatais (setorial ou macroeconômica) seja do apoio financeiro ou do tratamento diferencial dirigido a certas indústrias, a política de

armazenamento e de fixação das cotas para a exportação, a oscilação dos preços dos insumos químicos e daqueles das máquinas e equipamentos agrícolas e os critérios de classificação do produto agrícola.

A relação estabelecida entre preço de suco e preço de frutas é, porém, fortemente mediatizada pelas estratégias de desenvolvimento do setor adotadas, analisadas neste trabalho à luz das mudanças centrais nos contratos de comercialização, como síntese das relações entre produtores e indústrias e entre produtores-indústrias, trabalhadores e Estado.

Os produtores assinam dois contratos de comercialização (ou de venda de fruta) junto à indústria: o primeiro, chamado padrão, igual para todos, fixando uma remuneração também padrão; e o outro, personalizado e adaptado às condições específicas do pomar (proximidade das indústrias, qualidade e quantidade das frutas).

Estes contratos trazem os seguintes termos de compromisso: descrição das partes interessadas, a execução do contrato, durabilidade do contrato, relação jurídica entre as duas partes, exclusividade, programação da produção, modo de escoamento da produção, delegação de direitos e deveres, classificação do produto, não-aceitação do produto, arbitragem, preço do produto, formas de pagamento do produto, seguros, resoluções de conflitos, circunstâncias passíveis de não-respeito ao contrato, rescisão. Em resumo, os contratos na citricultura estabelecem várias condições de comercialização da fruta, de pagamento da produção agrícola e de ações na safra (ver *Anexo III Modalidades de contratos de comercialização ou venda das frutas*).

As relações entre parte agrícola e industrial por estes contratos são o modo, segundo certos estudos (THAME et al., 1987), de assegurar uma posição das agroindústrias no comércio mundial em função da garantia do constante reabastecimento das frutas, da redução dos custos operacionais pela via da economia de escala e do controle sobre a qualidade da matéria-prima. De outro lado, os contratos garantem, aos produtores, mercado para a produção agrícola, um apoio técnico e uma segurança maior para a realização de investimentos na produção agrícola. Já foi salientado que estas garantias não se verificam porque os contratos reduzem o contato dos produtores com as alternativas de mercado, criando um mercado tipicamente afeito e exclusivo à relação produtor e indústria oligopolizada (mercado de compra monopsônico). A ação política dos produtores modernos traz também grandes conseqüências nas condições de reprodução de diversos grupos sociais dentre eles e uma dinâmica muito particular na definição dos conflitos sociais no campo econômico.

5.3.1.1. O mercado internacional de suco de laranja e sua influência na formação dos preços das frutas

O caráter oligopólico influencia fortemente os preços do suco no mercado internacional e das frutas. Dentre as estratégias de acumulação do oligopólio agroindustrial que afetam o

comportamento dos preços encontram-se: a manutenção de uma porcentagem variável de ociosidade da capacidade total instalada, as ações de *dumping*²¹⁵ que foram objeto de vários desentendimentos entre os países importadores de suco e o Brasil, a comercialização de suco pelos diferentes estados da federação norte-americana que tem uma autonomia relativa para deliberar sobre tarifas e proteção alfandegária, a especulação de preços por parte das indústrias brasileiras na Bolsa de Nova Iorque, as políticas de armazenamento de suco adotadas, a abertura de novos mercados para o suco, a venda de suco para escritórios de comercialização das agroindústrias brasileiras sediadas no exterior com venda ulterior de suco para o mercado americano.

Do ponto de vista do escoamento do suco no mercado internacional, três elementos principais entram na formação de seu preço nos anos 1980: os resultados da colheita americana, uma vez que os EUA são ao mesmo tempo o primeiro consumidor de suco (60% do consumo mundial), o segundo produtor mundial de suco, o maior importador e um importante reexportador; o volume oferecido pelo Brasil (produção anual mais o "*carryover*")²¹⁶ uma vez que ele é o principal produtor e exportador mundial, somado ao fato do reduzido consumo de suco no mercado interno e, com menor importância, a demanda da Europa Ocidental.

Nos anos 1990, a superioridade atual do Brasil no mercado internacional de suco foi afetada pelas pressões advindas notadamente da expansão das superfícies plantadas na Flórida, região menos afetada pelas geadas e dos novos investimentos na produção de suco em Belize, México e Honduras como também da superioridade da produtividade agrícola/árvore da cultura norteamericana em relação à brasileira e das barreiras alfandegárias e comerciais dos EUA à importação do suco brasileiro, o que acabou aumentando a participação da Europa no seu consumo.

Isto leva a que a manutenção dos baixos custos seja a base fundamental para a garantia da competitividade do suco brasileiro. De acordo com Antônio Ambrosio Amaro, economista do IEA, existe um piso para o preço do suco que é garantido pelo custo mais alto da produção da Flórida²¹⁷, o que, sem dúvida, levanta questões acerca da necessidade de incorporação de sistemas tecnológicos que garantam incrementos de produtividade, porém, a custos competitivos, provocando então uma nova etapa na seleção social dentre os produtores.

Desta forma, as resoluções sobre a política de exportação do suco não dependem somente do mercado e dos preços praticados em âmbito internacional, isto é, as políticas correlatas não são um resultado exclusivo de uma racionalidade econômica. Se isto é um pressuposto válido para outros setores da agricultura ou mesmo de outros setores da economia, ela traz conseqüências específicas segundo cada sistema de produção e organização do trabalho. Ao

²¹⁵ Praticadas principalmente após a adoção dos contratos de participação e a diminuição das subvenções estatais (In *Problemas da laranja*, Estado de São Paulo, 21.10.1986; *Itália não deverá mover processo anti-duping contra produto brasileiro*, G.M. 12.08.1987).

²¹⁶ *Carry-over* é a quantidade de suco produzida em um ano-exportação, não exportado e estocado.

²¹⁷ Entrevista com o pesquisador, janeiro 1992.

longo dos anos 1990, a crise no setor citrícola vai provocar a marginalização de pequenos proprietários afastados das novas dinâmicas comerciais do setor (associação a *pools* e condomínios) e não signatários dos contratos plurianuais no início daquela década, antes das quedas brutais dos preços pagos pelas frutas.

5.3.1.2. A formação do preço das frutas pela mediação das relações contratuais entre produtores e indústrias

Para a caracterização do campo econômico, analisam-se o histórico das negociações centrais entre os interesses da citricultura e da agroindústria - expresso na ação política das instâncias de representação dos produtores - e a intervenção do Estado tanto nos conflitos sociais que surgem quanto na definição das políticas agrícolas.

A evolução das relações comerciais entre os produtores e indústrias no setor tem uma relação direta com os ciclos de inserção do país no mercado internacional e indicam os eixos centrais de desenvolvimento do setor. Esta evolução produz transformações significativas no sistema de produção agrícola e nas relações de trabalho, em resumo, na organização social e nas recomposições das relações dominantes na citricultura.

Divide-se a análise em três fases de acumulação no setor, correspondendo à evolução na formalização dos contratos de comercialização: a entrada do país no mercado internacional de suco (contratos anuais a preço fixo); antecedentes dos contratos de participação (as mudanças significativas no papel do Estado); a afirmação do país no mercado internacional de suco (contratos de participação anuais adotados a partir da safra 1986/87) e a busca do país de estabilidade no mercado internacional de suco (adoção de contratos de participação plurianuais a partir da safra 1991/92).

Quadro 5.4. Política pública voltada à na citricultura.

<p>Déc.1950 Criação de pacotes tecnológicos pelo Instituto Agronômico de Campinas – IAC Déc.1960 Linhas de crédito rural beneficiam expansão da citricultura e implantação das agroindústrias 1970 Criação do Comitê de Exportação de Sucos Cítricos junto à CACEX 1974 Intervenções diretas do governo federal 1974/76 Crise na citricultura: processo de reorganização do setor 1976 Estado assume papel de coordenador das relações agricultura-agroindústria quanto à fixação de preços Déc.1980 Redução das ações diretas do Estado no setor. Ênfase para pesquisa e divulgação (ações indiretas). Política macroeconômica. Fixação cotas exportação. 1985/86 Contrato de participação 1989/90 Contratos plurianuais</p>

Déc. 1990. Política macroeconômica. Fixação cotas exportação. FINAME/PNDA
1996 CADE define a dissolução dos contratos de participação

Fonte: Pesquisa de campo e bibliografia.

Quadro 5.5. Principais medidas de política comercial para a fruta e para o suco de laranja.

Item	Medida	Período (data)	Objetivos
Regime especial de pré-financiamento	O suco de laranja foi incluído neste programa	Julho/1968	Beneficiar e/ou incentivar as exportações de suco, beneficiando-o com todos os incentivos fiscais e creditícios existentes no programa
Controle de qualidade	O suco e a laranja foram enquadrados em padrões de embalagem (granel, caixa) e o grau de concentração (grau Brix)	Março/1969	Padronizar os produtos para as exigências do comércio exterior
Preço mínimo de exportação	O suco de laranja concentrado ficou sujeito a determinação de um preço mínimo de exportação para se emitir guias de exportação	Fevereiro/1974 e todos os anos posteriores exceção 1981. Foi extinto na safra 86/87.	Atrelar as exportações de sucos aos objetivos da política de comércio exterior do país
Preço mínimo da laranja	Através do Comitê de Exp. de Sucos Cítricos sob a presidência da Cacex, pode-se fixar o preço da caixa de laranja da safra correspondente	Julho/1974 e várias vezes posteriormente. Extinto na safra 1986/87.	Garantir um mínimo de remuneração para o produtor.
Cota de Contribuição Restrição à Exportação Estoques Reguladores	Através do Comitê de Exp. de Sucos Cítricos se estabeleceu o volume máximo de exportação para cada ano ou o nível de estoques. Em 1982, as cotas foram distribuídas de acordo	Julho e outubro/1974 Junho/1975 Julho/1980 Novembro/1982 Eliminação das cotas de exportação na safra 86/87.	Pela grande participação do Brasil no mercado internacional de sucos, procura-se restringir a oferta de sucos para sustentar as cotações do produto.

	com a capacidade de processamento das empresas.		
Financiamento e pré-financiamento para exportação e estocagem.	Oferecimento de linhas especiais de crédito para a compra de matéria-prima e para a estocagem. Elevação dos percentuais para financiamento do volume exportado de suco.	Setembro e agosto/1974. Agosto/1982 e normalmente em safras sem geada nos EUA	Garantir ou elevar o capital de giro das empresas processadoras.
Imposto de Exportação	Incidência do imposto sobre o volume exportado de suco	Dez/1979: 30% sobre o valor mínimo. Jan/1980: 8% sobre valor FOB. Maio/1980: 8% sobre o valor mínimo (ver cota de contribuição) Jan/1981: 10% sobre valor mínimo Junho/1982: 1% sobre valor mínimo	De acordo com o comportamento das exportações, eleva-se o percentual para aumentar a arrecadação fiscal ou, ao contrário, para elevar a margem de ganho dos exportadores.
Cota de contribuição	Substituiu o Imp. De Exp. de maio de 1982. Estabeleceu-se cotas de contribuição 'ad valorem' sobre o valor das exportações dos sucos. O valor inicial foi de US\$ 210,00 FOB e diminuiu de US\$ 15,00 a cada 15 dias.	De 04/06/1980 a 31/12/1980.	Elevar a arrecadação fiscal do governo.
Preço mínimo da laranja	Advindo após a eliminação do contrato de participação (padrão).	Safra 1993/94	Atenuar a queda de renda dos produtores.
ICMS	Imposto sobre produtos semi ou industrializados. Extinto em 1996.	Todas as safras até 1996.	Arrecadação fiscal do governo.

Fonte: Martinelli Jr, 1986 e pesquisa bibliográfica.

1ª fase: A entrada do país no mercado internacional de suco de laranja e a adoção de contratos à preço fixo

A entrada do país no comércio internacional de suco é assegurada por volumosos subsídios (tanto para a modernização técnica da citricultura quanto para a implantação das

agroindústrias durante os anos 1960-70). Além disto, o preço relativamente baixo das terras e abundância de mão-de-obra barata estão na base da competitividade brasileira na produção de suco.

Um longo período antecede a regularização do fornecimento das frutas através da formalização de contratos de comercialização – os quais vão definir um fluxo regular das frutas para as agroindústrias - porque as condições mínimas necessárias à estruturação do setor não se encontram ainda reunidas.

Até 1964, a forma de pagamento pelas frutas ao produtor consistia geralmente no adiantamento de 50% do valor total da produção, estimado no momento da floração, quando de um acordo oral estabelecido entre o comerciante e o produtor, e o pagamento do restante efetuado no início das operações de colheita. A caixa da fruta formato-exportação era a unidade de base do pagamento, porém, até 1979, não se procedia à pesagem das frutas, fossem elas destinadas ao mercado interno, ao externo ou à transformação industrial.

Este método de compra de fruta, conhecido sob o nome de "Fórmula Pomar Fechado", colocava em relação direta o comerciante autônomo (ou intermediário comercial da indústria) e o produtor. Ao longo do tempo, a indústria vai concentrar as funções comerciais no setor sem que, no princípio, seja modificada esta forma de compra e venda de frutas. A especulação junto aos produtores e a não-formalização das normas na compra das frutas eram práticas comuns. Produtores deveriam, em sua grande maioria, se dobrar frente às ofertas de pagamento oferecidas pelos comerciantes. Porém, este método de compra e pagamento de frutas constituiu não somente uma vantagem financeira aos primeiros plantadores das frutas como também trouxe uma garantia face ao risco e ao desconhecimento do novo mercado.

As bases contratuais de compra e venda de frutas no setor foram adotadas inicialmente na forma de preço fixo, isto é, na atribuição de um valor ao pomar inteiro²¹⁸, sempre com base no prognóstico da produção do pomar, quando as árvores estavam ainda florescendo ou as frutas estavam no ponto inicial de sua formação ("chumbinho").

Adotados no início da década de 1980, estes contratos eram muito desfavoráveis aos produtores, uma vez que o preço das frutas era determinado antes da colheita, ficando inalterado até seu término: a determinação do preço tinha como referência as imprecisas estimativas de produção das frutas e a relação entre oferta e demanda de frutas pela agroindústria. O produtor não tinha controle sobre a participação de sua produção vendida no volume de suco de laranja produzido (o rendimento das frutas) como também nos custos de produção de uma tonelada de suco.

As grandes flutuações nas cotações de suco, conseqüentes das geadas na Flórida deste período, não eram repassadas aos produtores. De acordo com Maia (1992, p.135) ao comparar-se se a evolução do preço da laranja com a cotação do suco na Bolsa de Nova Iorque nos anos

²¹⁸ Cf Anexo III Modalidades de contratos de comercialização ou venda das frutas.

1980, observa-se que esta correlação era negativa em 0,030287 entre 1980/81 a 1985/86. É neste período que a CACEX mais interveio no setor, fixando os preços a serem pagos pelas frutas.

As maiores dificuldades enfrentadas pelos produtores eram a observação dos prazos fornecidos para o escalonamento da colheita – sob o risco permanente de perda das frutas, dado que o pomar inteiro ficava inalienável ao comprador - e a previsão do rendimento dos pomares feita pelo comerciante que normalmente atuava em sintonia com as necessidades em matéria-prima pelas indústrias. Duas situações poderiam acontecer:

1. as margens de erro do prognóstico, quando a previsão era menor que os reais resultados da produção, favoreciam o intermediário comercial. Esta situação possibilitou uma acumulação de capital pelo comerciante autônomo ou pela indústria através da compra especulativa de frutas a baixo preço: a diferença entre os resultados da produção e o prognóstico não era levada em consideração no pagamento das frutas, porém, face aos riscos de perdas em sua produção, o produtor vendia seu pomar ao preço arbitrado;

2. as margens de erro do prognóstico, quando estimativa era maior que a produção real, favoreciam o produtor. Esta situação indicava a existência de um complexo jogo de fidelidade e clientelismo comerciais envolvendo uma melhor remuneração ao produtor em troca de uma garantia de fornecimento de matéria prima para aquele comerciante, deste junto à indústria e assim uma margem de lucro mais vantajosa no plano da intermediação comercial. É desta forma que o mercado cativo dos fornecedores de frutas começou a se configurar, gerando maior ou menor estabilidade na venda das frutas para os produtores.

Esta “frouxidão” das normas que ditavam as condições de comercialização das frutas reflete a conjuntura especial na qual rapidamente se encontraria a citricultura: uma grande oferta de frutas e poucas indústrias de transformação que iniciavam a montagem das estruturas necessárias para as operações de exportação, a longa transição para a estruturação da rede comercial própria das agroindústrias (dos comerciantes autônomos à compra direta pela indústria) e a existência de um mercado de trabalho desorganizado para assegurar as operações de colheita antes da queda das frutas das árvores. Isto em um contexto onde a participação de agroindústrias no mercado mundial de suco era ainda marginal.

Nos anos 1980, o procedimento da compra de fruta por "quantidade de caixas de 40,8 kg de laranjas" que o pomar produzirá representou um avanço naquelas relações comerciais, uma vez que esta caixa (medida fictícia)²¹⁹ torna-se a unidade de pagamento mensurável estabelecida no contrato. Desde então, ela se torna a referência na atribuição de preços durante as negociações entre os produtores e agroindústrias.

Inicialmente, o número de caixas de 40,8 kg era calculado na propriedade, no momento da compra de frutas, prolongando assim a natureza dos conflitos anteriores sobre a abstração

²¹⁹ A única unidade de medida real que existe na citricultura é a "caixinha" de colheita, usada como base para o pagamento dos trabalhadores assalariados, conforme foi observado anteriormente.

especulativa da produção agrícola real de todo o pomar e sobre a remuneração muitas vezes não-correspondente a esta produção. Com o tempo, o número de caixas de 40,8 kg passa a ser calculado no momento da pesagem das frutas efetivamente compradas pelos estabelecimentos industriais, quando os caminhões de transporte de frutas a granel são pesados nas balanças das indústrias (figura jurídica chamada de “fruta posta”). Nem sempre o produtor acompanhava esta pesagem e nem sempre controlava a quantia de frutas efetivamente pesadas, sua produção permanecia, entretanto, imobilizada em benefício de um só comprador²²⁰.

Devido à rápida expansão da cultura de laranja e das novas estratégias adotadas pela indústria para controlar a quantia de suco escoada no mercado internacional – a fim de manter uma determinada taxa de lucro -, esta sistemática da “fruta posta” vai permitir à indústria o controle da quantidade de matéria-prima efetivamente comprada, sua exclusividade sobre os pomares e seu controle dos custos de produção no que diz respeito à participação de uma quantidade precisa de matéria-prima na produção de um determinado volume de suco. Esta sistemática também lhe permitirá assegurar o controle total do capital comercial em todo o circuito que vai da compra da fruta à exportação de suco.

Em termos de pagamento ao produtor, o procedimento adotado consistia no adiantamento pela indústria de uma parte do valor da quantia das frutas compradas - dando aos produtores a possibilidade de investir estes recursos no mercado financeiro, na compra de terras ou em alterações tecnológicas no sistema produtivo - e o restante era pago em parcelas nos prazos de 30, 60 e 90 dias (cotas corrigidas pela OTN - Obrigações do Tesouro Nacional -, índice utilizado na época para reajustar toda a economia face à inflação). Procedia-se à assinatura do contrato de venda e à assinatura das “Notas Promissórias Rurais”, que fixavam as datas de vencimento das parcelas a partir das quais estas notas poderiam ser apresentadas aos bancos que as transformavam imediatamente em valor monetário.

2ª fase: Os antecedentes dos contratos de participação: o bloqueio das agroindústrias e distanciamento do Estado como árbitro dos conflitos

A instabilidade no movimento comercial da indústria em relação à produção agrícola – sentida principalmente nos anos em que há flutuações na demanda de frutas devido à incidência ou não de geadas nos Estados Unidos - conduz a que a CACEX estabeleça, em 1974, o sistema de cotas de exportação do suco²²¹ e o preço mínimo de exportação (valor do registro) para fixar a

²²⁰ Antes da plena consolidação do sistema de transporte das frutas pela indústria, a garantia de chegada da produção de frutas, efetivamente vendida, na indústria compradora e a verificação de seu peso real dependia do fato do produtor ter caminhão próprio e ele mesmo transportar sua produção até a indústria. Esta fórmula passará posteriormente a ser contestada pelos produtores (com mais vigor na safra 1991/92), que reivindicam que as frutas sejam vendidas “no pé”, possibilitando que a indústria realmente assuma seus compromissos de compra, colheita e pagamento da quantidade de frutas prescrita no contrato de comercialização e o produtor possa vender livremente a produção restante de seu pomar para outro comprador.

²²¹ O sistema de cotas concentrou em quatro indústrias a exportação de 90% da produção de suco brasileiro e provocou a fusão de capitais industriais.

quantia a ser exportada e assim controlar as variações de preços de suco no mercado internacional.

O preço mínimo da matéria-prima paga aos produtores (um percentual sobre o valor do registro de exportação)²²² e as condições de pagamentos fixadas previamente à comercialização das frutas começam a ser as principais medidas que definem a dinâmica de desenvolvimento do setor, trazendo conseqüências diretas sobre as relações entre os produtores e indústrias.

Estas políticas públicas de regulação setorial serão, contudo, progressivamente contestadas, principalmente durante as negociações relativas à safra 1985/86, tanto pelos produtores quanto pelas indústrias, uma vez que ambos se sentem prejudicados pelas negociações lentas e extremamente tensas. A política de preços mínimos, vigente na época limitava os ganhos dos produtores, uma vez que não repassava a diferença a maior que poderia ser conquistada através de concorrência entre eles, através das negociações de “corpo-à-corpo” com a indústria diante de quebra eventual na safra norte-americana e principalmente através dos ótimas cotações que o suco obtinha no comércio internacional do suco. Limitava também os ganhos das indústrias, uma vez que os prazos fixados para a colheita das frutas, a quantidade a ser colhida e os preços vão depender, fundamentalmente, dos resultados da safra na Flórida²²³.

Estes conflitos vão evidentemente se agravar com a diminuição dos subsídios especiais à agricultura a partir dos anos 1980, nos momentos em que há queda dos preços do suco no mercado internacional: a política de preços mínimos não possibilita mais a cobertura dos custos de produção mais altos que se elevam na ausência das subvenções creditícias, nem o repasse de melhores preços para os produtores mais tecnificados (que detém os custos mais baixos de produção), o que vai então afetar as margens de acumulação históricas no setor e penalizar o produtor que investiu na modernização técnica de seu sistema produtivo. Nos termos utilizados na imprensa durante aquele período ": (...) *seria bem-vinda uma política livre de restrições às exportações, como confiscos e contingenciamentos, sobretudo porque as duas partes pretendem desenvolver contratos de longo prazo com seus clientes obtendo assim estabilidade de preços e de oferta*”²²⁴.

²²² No início da década de 1980, as culturas de exportação tinham seu valor regulado pela política de preços mínimos. Esta política adotada em seguida à implantação dos CAIs e, portanto, após a superação da dicotomia setorial agricultura-indústria que implicava na subordinação da propriedade fundiária ao capital, visa garantir as margens mínimas de rentabilidade aos produtores (Cf Graziano da Silva, 1991, p. 319-320). Segundo Graziano da Silva, em função da superação desta dicotomia, o sistema de preços relativos fixa as margens de lucro dos produtos agrícolas e, na medida em que os produtores são especializados em um só produto, as margens de sua própria rentabilidade. O caráter oligopólico-oligopsônico dos segmentos do DI a montante e a jusante da agricultura comprime os ganhos dos produtores quando há custos resultando da redução das vendas ou das margens de lucro destes segmentos. Os produtores são submetidos ao que é chamado de "tesoura de preços".

²²³ Segundo Labib Abdalla Saad, presidente da Comissão Técnica da Citricultura da FAESP, até 1984, devido às quatro geadas consecutivas, a tensão não existia, a CACEX, indústria e produtores se reuniam e sempre as partes obedeciam o que ficava acertado. Mas na safra 1985/86 verificam-se os resultados da recuperação dos pomares norte-americanos que são deslocados para o Sul da Florida e para Belize, assegurando uma certa performance da safra independentemente das geadas.

²²⁴ In "Os problemas da laranja", O Estado de SP, 21.10.1986.

Durante as negociações, uma parte dos produtores liderados pela FAESP propõe que tanto o preço da caixa quanto o valor da parcela inicial (entrada) sejam fixados e corrigidos pela variação do dólar, ou seja, que haja a dolarização do preço da caixa. Outra proposição, defendida pela ASSOCITRUS e contra a dolarização da caixa, era de que o preço mínimo seja fixado em moeda nacional e as parcelas corrigidas pela ORTN, índice de medida da inflação²²⁵. As duas proposições têm em comum que o preço mínimo continue sendo uma porcentagem do valor do registro de exportação do suco definido pela CACEX.

O acordo final determina a não-dolarização do preço da caixa, a não-correção das parcelas em caráter de adiantamento e a manutenção do preço como uma porcentagem do valor do registro. Porém, o fato de que a CACEX e o Ministério da Economia continuem a definir o preço da caixa e que estabeleçam que o pagamento seja efetuado em um prazo de 0 até 90 dias sem que sejam determinadas as condições de pagamento acirra os conflitos entre produtores e a indústria²²⁶. Duas dificuldades centrais e de origem contratual continuam sendo a causa principal dos desentendimentos entre os produtores, indústrias e Estado:

1. a fixação dos valores de registro de exportação do suco (dados em USS/FOB-Santos) e a previsão do valor da tonelada de suco na Bolsa de Nova Iorque para fins de determinação antecipada do preço da caixa a ser pago ao produtor (julho/setembro, outubro/dezembro e assim por diante), fixados a partir das cotações na bolsa dos 20 dias anteriores à fixação daqueles valores. Logo, não há coincidência entre o ano-safra (março a dezembro) e o ano-exportação do suco (julho a junho do ano seguinte). Isto gera um eterno problema para os produtores, uma vez que:

a) primeiramente, a indústria pode provocar baixas e altas artificiais no preço do suco, declarando um determinado custo de produção junto à CACEX para a fixação do valor de registro e em seguida especulando com o estoque de suco, provocando altas artificiais na Bolsa de Nova Iorque sem o repasse correspondente aos produtores;

b) em segundo lugar, permanece a dificuldade para os produtores em saber exatamente o preço de uma tonelada FOB-Santos para fins de registro de exportação do suco na CACEX, uma vez que o preço da tonelada-FOT (posto sobre o caminhão, preço da Bolsa de Nova Iorque) incorpora fretes, taxas e comissões e outros custos do país importador, além de seu valor depender do país de destino.

2. as políticas de definição das cotas de exportação prolongam o problema dos subsídios à indústria durante os anos 1960-70, o que atua contra a concorrência na compra de frutas: em anos em que o mercado para o suco é favorável às vendas brasileiras, o sistema de cotas limita a remuneração dos produtores, uma vez que para vender o suco em quantidade no mercado

²²⁵ "Citricultores querem preços atrelados ao dólar ou ORTN", DCI, 04.10.1984; "Os produtores de laranja reunidos, fixam o preço mínimo", O Estado de SP, 01.10.1984.

²²⁶ In "Preço de CrS 20 mil a caixa desagrade produtor e indústria", G.M. 01.08.1985; "Indústria e produtor se enfrentam no país da laranja", Estado de SP, 08.1985.

internacional, as indústrias baixam o valor do registro, diminuindo assim os ganhos percentuais dos produtores sobre este valor e a arrecadação fiscal do país²²⁷.

Apesar da aceitação do pagamento do preço fixado pela CACEX, ele não será subscrito no acordo, ocasionando o pagamento de diferentes preços aos produtores²²⁸ e criando um impasse judicial. Além destas dificuldades, a posição mantida pelas indústrias de descontar do produtor o ICM, frete e colheita a título de aditivo do contrato e de não corrigir as parcelas, após nada menos do que 64 reuniões organizadas entre produtores e indústrias, são as razões principais do bloqueio às indústrias, em um contexto agravado pela conjuntura de endividamento dos produtores originária do Plano Cruzado, como foi observado anteriormente.

O bloqueio às indústrias começa em setembro de 1985, na CITROVALE de Olímpia. Tratores e carros são posicionados pelos produtores em frente aos portões das indústrias para evitar a saída dos caminhões de suco. O movimento é iniciado pelo bloqueio dos citricultores, porém, em seguida pela própria iniciativa da ABRASSUCOS (*lockout*). O movimento conta com a adesão política de 30 prefeitos da região citrícola, enquanto que a CACEX e o governo tomam uma posição de distância do conflito²²⁹.

A análise desta paralisação mostra que os produtores e indústrias se unem contra a intervenção do Estado, reivindicando a supressão das taxas fiscais sobre os dois segmentos, a liberação de subsídios e a elevação do valor do registro de exportação junto à CACEX²³⁰. Analisou-se anteriormente, a posição favorável da ASSOCITRUS na assinatura de acordos com as indústrias mais poderosas economicamente, uma posição certamente favorável à oligopolização no setor.

Os conflitos durante a safra 1985/86, retardam as negociações da safra 1986/87. O governo possibilita, através do Ministério do Planejamento, que, em pleno período de congelamento de preços determinado pelo Plano Cruzado, os produtores possam receber o preço

²²⁷ In "Os produtores reunidos, fixam o preço mínimo", O Estado de SP, 01.10.1984.

²²⁸ In "Indústria diz que só paga 9,1 mil pela caixa de laranja", O Estado de SP, 02.08.1985; "Citricultores acusam indústrias de 'má fé'", O Estado de SP, 12.08.1985.

²²⁹ In "Citricultores decidem mover ação contra Dilson Funaro", Folha de SP, 23.09.1985; "Cacex pede prazo a citricultor", O Estado de SP, 13.09.1985, "Cacex não ditará preço para laranja", O Estado de SP, 14.09.85. "Preço da laranja ainda distante de um acordo", O Estado de SP, 17.09.1985; "Indústria de sucos pára", G.M., 10.09.1985; "Citricultores paralisam com bloqueio à Citrovale", Folha de SP, 10.09.1985; "Cutrale e Citrosuco estão paralisadas", O Estado de SP, 12.09.1985; "Cresce bloqueio dos produtores nas indústrias de SP", G.M., 13.09.1985; "Bloqueio dos produtores atinge fábrica da Cutrale em Araraquara", G.M., 18.09.1985.

²³⁰ Enquanto a ASSOCITRUS pedia a prorrogação do recolhimento do ICM, a CACEX estava estudando a possibilidade de isentar os industriais do pagamento do imposto de exportação sobre o suco de laranja (1% sobre o preço de registro de US\$ 1.400 por tonelada). As polêmicas sobre a elevação do valor do registro acima daquele fixado no mercado internacional, sobre a formação dos estoques especulativos e, em consequência, sobre as altas artificiais emergem na ordem do dia. In "Industriais dissidentes fecham acordo com produtores", G.M., 07.11.1985; "Quatro industriais de suco e produtores de laranja fazem acordo em São Paulo", Folha de SP, 07.11.1985. É neste período que importantes rearranjos no oligopólio industrial e na rede institucional da ação política dos produtores e agroindústrias acontecem.

arbitrado pela CACEX, preço este superior ao proposto pelas indústrias. A redução das taxas e impostos não será aceita²³¹.

A "excelência" de um setor voltado quase na sua totalidade ao mercado internacional, imagem defendida por produtores e indústrias, e os percalços da intervenção do governo, descritos anteriormente, serão as causas imediatas da retirada do Estado nos conflitos diretos entre a citricultura e a indústria. Consequentemente, a indústria apresenta para a safra 1986/87 três opções de contrato de comercialização das frutas:

1. o contrato tradicional (com um preço fixo válido para todo o ano-safra);
2. o contrato de participação, defendido pelos produtores e indústrias, pelo qual o preço da caixa não seria pré-fixado, mas sim baseado em 100% da variação das cotações do suco na Bolsa de Valores de Nova Iorque, de acordo com a fórmula estabelecida no contrato (fixado um valor de rendimento das frutas a 280 caixas de 40,8 kg por tonelada de suco);
3. o contrato misto (tradicional e participação) pelo qual o produtor participaria da variação das cotações de suco na Bolsa de Nova Iorque e receberia um preço garantido por caixa, liquidado em duas vezes: uma no momento da assinatura do contrato e a outra no momento da colheita.

A proposta pioneira da ANIC de adoção dos contratos de participação (contratos estes assinados inicialmente por 40% dos produtores do Estado de São Paulo), posteriormente os rearranjos no oligopólio, ao fato desta associação industrial ter se garantido, em termos de representação política e econômica, a primeira posição no mercado internacional de suco e ao desgaste ocasionado pela intervenção do Estado, são fortes razões para se compreender a conjuntura favorável da introdução da noção de participação que vai orientar definitivamente as bases contratuais no setor. Os instrumentos de fixação das cotas de exportação e do preço mínimo para a exportação são eliminados. O contrato de participação ainda era opcional na safra 1986/87, mas rapidamente demonstrou remunerar melhor o produtor²³².

3ª fase: A afirmação do país no mercado internacional de suco e a adoção ampliada dos contratos de participação

²³¹ In "Citricultores vão ao governo, pedir", DCI, 17.9.1986; "Sayad arbitrou ontem CrzS 18,00 para caixa de laranja vendida à indústria", Folha de SP, 21.9.1986.

²³² Em 1986/87, a indústria ignorou os CzS 18,00 estabelecidos pelo Ministro do Planejamento e pagou apenas os 14,00 (equivalente à USS 1,04) para os que tinham assinado o contrato de preço fixo (a maioria dos produtores). A remuneração do produtor, durante aproximadamente um terço da safra, esteve comprometida devido ao congelamento da taxa de câmbio a qual ficou abaixo dos índices de custos que incidiram na produção (inflação medida pelo IPC). Posteriormente, houve duas maxi e minidesvalorizações do cruzado (Plano Bresser). A média geral de preço para esta safra ficou em CzS 19,00/caixa. Os 40% dos produtores que adotaram os contratos de participação em 1986/87 receberam no final desta mesma safra CrzS 30 por caixa. Quem conseguiu atrasar a colheita de julho, sem adotar contratos de participação, conseguiu em setembro/1988 até USS 5/caixa. Esta diferença foi ocasionada pelo escolha do momento em que o produtor vendeu sua safra. Cf Amaro, A.A. Desequilíbrios na citricultura. In *Laranja. Revista Técnico-Científica da Citricultura*. Cordeirópolis, 1991, p. 241-254.

Na safra 1987/88, o conjunto de indústrias e produtores adota os contratos de participação para a compra e pagamento das frutas. O contrato de participação na citricultura tornou-se o único contrato interno na agricultura cujo valor da produção agrícola passou a ser corrigido pela taxa de câmbio do dólar, num contexto de elevação inflacionária sem precedentes.

Os preços da caixa de laranja passam a serem calculados pela fórmula determinada no *Contrato Padrão de Participação*, que considera a variação das cotações de suco na Bolsa de Mercadorias e Valores de Nova Iorque (média aritmética das cotações de suco)²³³ durante um período de 12 meses (de 01 de julho a 30 de junho do ano seguinte - chamado "ano-exportação" ou "ano-comercial", estabelecido no contrato), a remuneração ou o custo da produção e comercialização do suco e uma taxa de rendimento industrial das frutas estabelecida no início da safra. Deste modo, uma vez que há um preço único a ser pago por caixa de laranjas, sua determinação final ocorre ao término de cada ano-safra. A equação matemática adotada para o cálculo do preço da caixa passa a ser a seguinte:

$$\text{Preço da caixa} = \frac{X - Y}{W}$$

X- Cotação Média de Suco na Bolsa de Nova Iorque

Y- Remuneração da Produção e da Comercialização

W- Rendimento Industrial da Fruta (número de caixas necessárias para a produção de uma tonelada de suco)

De acordo com agroindústria²³⁴, a remuneração da Produção e da Comercialização inclui os seguintes custos financeiros:

a. as despesas da indústria chamadas "externas": a taxa alfandegária dos Estados Unidos (mesmo que a exportação de suco seja feita diretamente para a Europa), a taxa de equalização da Flórida (mesmo que a comercialização do suco brasileiro seja feita através de outros estados norte-americanos), as despesas com a venda, o frete marítimo até a Flórida, o seguro para o transporte marítimo, a inspeção obrigatória do USDA (Departamento Agrícola Americano), as despesas portuárias na Flórida, a despesa de armazenamento de suco nas câmaras frias no Brasil e na Flórida, o frete terrestre do porto na Flórida até as indústrias em solo americano).

b. despesas da indústria chamadas "internas": o frete do transporte terrestre para o porto marítimo de Santos (SP), os seguros e as despesas de saída de suco deste porto, os impostos de

²³³ A média exponencial seria mais adequada no sentido de evitar que as indústrias exportem grandes quantidades de suco em períodos irregulares, sem que a flutuação nas quantidades de suco se refletissem na remuneração do produtor.

²³⁴ Cf Anexo III Modalidades de contratos de comercialização ou venda das frutas.

exportação, as despesas com a colheita, transporte, administração da compra das frutas e operações de controle dos pomares (inclusive fotossanitário) e da colheita (aqui se encontrando confundidos os salários e encargos sociais de toda mão-de-obra assalariada recrutada pela indústria, compreendendo colhedores, empreiteiros e fiscalizadores dos pomares), ICM (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias) e o custo da transformação do suco menos o valor dos subprodutos da laranja.

c. A remuneração do capital industrial.

O preço pago aos produtores passa a seguir as variações das taxas de câmbio do dólar no país (dolarização do pagamento, isto é, pelo dólar médio do ano-exportação). Pelos contratos de participação, a definição do preço da caixa é deferida para o final da venda anual de suco no mercado internacional. No princípio do ano-safra (no mês de março normalmente) e depois da assinatura dos contratos de comercialização das frutas, os produtores recebem aproximadamente 1% do valor de sua produção a ser comprada pela indústria, valor este fixado a partir do prognóstico do preço da tonelada de suco na Bolsa de Valores de Nova Iorque ao término do ano-exportação, desta forma, um valor provisório. O número de parcelas posteriores àquela primeira paga no momento da assinatura de contrato variou com o tempo: começou com três e posteriormente a sistemática dos adiantamentos da indústria aos produtores foi incorporada nos termos dos contratos, transformando-se em número de parcelas prescritas como adiantamento (cinco, sete e oito parcelas), cujo valor passou a ser definido pela flutuação do preço de suco no mercado internacional no período que separa dois prazos finais de vencimento das parcelas²³⁵. Inicialmente, as condições de participação foram observadas unicamente no caso em que o suco congelado na Bolsa de Nova Iorque ultrapassa o preço de US\$ 1.292/tonelada (que segundo a indústria corresponde a seu custo de produção)²³⁶. A participação de produtores na venda de subprodutos não estava prevista nos contratos de participação.

Quadro 5.6. *Venda de subprodutos: produção e valor.*

	Produção/caixa (Kg)	Valor do kg (US\$)	Faturamento/caixa (US\$)	Produção brasileira 1989/90 (1.000 t)	Valor (US\$ mil)
Suco	3,7	1,47	5,44	900	1.323.000
Pellets	4,46	0,09	0,40	1.008	90.720
Óleo essencial	0,10	0,70	0,07	23	16.100
Óleo destilado	0,010	0,80	0,008	2,3	1.840
Lemonene	0,91	0,70	0,64	20,93	14.651

²³⁵ In "Frutesp paga adiantado", Folha de SP, 28.10.1987; "Frutesp antecipa CrzS 240 milhões", 19.09.1987; "Abrascos e Anic anunciam adiantamento de CzS 40/caixa", G.M).

²³⁶ In "Indústria compra quase 20% da safra paulista", GM, 12.03.87; "Decisão unilateral de compra da safra paulista desagrada produtores", GM, 18.03.1987.

Aroma	0,50	0,60	0,30	11,5	6.900
Pectina	0,004	10,00	0,04	1,2	12.000
Álcool (lt)	0,14	0,33	0,046	4.000	1.320
TOTAL			6.944		1.466.531

Fonte: Imprensa.

O pagamento escalonado em parcelas possibilitou que a remuneração do produtor fosse feita com antecedência e, mais prontamente, o reinvestimento tecnológico em produtividade. Deste modo, a indústria passa a operar como o sistema financeiro que propõe vantagens em relação ao sistema oficial de crédito agrícola. Esta sistemática de cálculo do preço da produção agrícola levou a que o Estado pouco intervisse na fixação do preço da caixa de laranja a cada ano-safra, ao menos diretamente como mediador das negociações, uma vez que o pagamento da produção agrícola aos produtores repassava automaticamente uma parte das flutuações dos preços internacionais do suco ao término do ano-exportação. Além disso, os contratos superaram o problema que se colocava da não-coincidência cronológica entre o ano-safra e o ano-exportação.

A intervenção indireta do Estado no setor passa a se resumir na fixação dos impostos (ICMS, IPI e impostos para a exportação), dos preços das licenças para a exportação de suco por libra/peso (guias de exportação), dos preços referência para a exportação e, diretamente, na concessão de crédito subsidiado para a agricultura ou de empréstimos especiais para a renovação de pomares (BNDES) e nas negociações referentes ao comércio exterior nas instâncias internacionais para tal fim (tarifas comerciais e alfandegárias). O FINAME vem contribuir para a continuidade da concessão de créditos para investimento, porém o acesso passou a ser possível através do sistema bancário privado e na medida do histórico dos produtores, privilegiando aqueles que já tinham apresentado, no passado, condições de reembolso dos empréstimos. Já a agroindústria beneficiou-se do Plano Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial (PNDA) que canalizou em certa medida recursos aos produtores seguindo critérios extremamente seletivos e concentradores de eficiência produtiva.

Os contratos de participação possibilitaram que os produtores tivessem uma participação assegurada no desempenho comercial das indústrias (positivo ou negativo) no mercado internacional. Seguindo o cálculo do preço final da caixa ao término da colheita, se o produtor ficasse devedor em relação à indústria, o débito seria reembolsado seja em dinheiro seja em frutas da safra seguinte, a garantia deste reembolso em frutas sendo a assinatura antecipada do contrato desta safra futura com a indústria credora. Se, ao contrário, a diferença entre o preço final e as parcelas intermediárias recebidas pelo produtor ao longo do ano fosse positiva, a indústria pagava a diferença.

Apesar do "risco" dos contratos de participação, eles tiveram um efeito muito positivo no aspecto correlação entre o preço da laranja e o preço de suco, que passa a ser de 0,93331 entre 1986/87 e 1990/91 (MAIA, 1992). Ao detalhar esta correlação Margarido (1998, p. 119-120) afirma que a transmissão de preços de suco de laranja no mercado internacional para o preço

recebido pelos produtores era inelástica até o ano-safra 1986/87, isto é, as variações no preço médio recebido pelo exportador de suco de laranja eram transmitidas em cerca de 53,04% ao produtor de laranja com a defasagem de um mês (considerado o período de julho de 1973 a junho de 1986). Após esta data, a elasticidade de transmissão passou a ser unitária e as variações no preço médio recebido pelo exportador de suco de laranja passaram a ser transmitidas em cerca de 95,58% ao preço recebido pelo produtor, sendo que esta transmissão, com os contratos de participação, passou a ser instantânea. Outra modelização adotada pelo autor leva à conclusão que 97,53% da variável cotação do suco de laranja na Bolsa de Nova Iorque foi transmitida imediatamente à variável preço médio recebido pelo produtor de laranja no Estado de São Paulo (no período 1980 a 1992). Além disto, este contrato atenuou os efeitos das altas taxas de inflação do período que conduziam à perda do valor pago por caixa quando o pagamento das frutas a prazo foi incorporado, o que dava possibilidade da indústria reter as parcelas por um ou dois dias esperando uma desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar.

Ao mesmo tempo em que os contratos de participação agilizaram sobremaneira a sistemática das negociações, uma vez que o valor da caixa pode ser previsto, ao menos matematicamente, eles dificultaram o acompanhamento dos produtores de todo o fluxo de comercialização e pagamento devido às relações mercadológicas complexas que articulam fatores de ordem nacional e internacional neste fluxo e a compreensão da linguagem formal e jurídica utilizada nestes contratos. As negociações entre os produtores e as indústrias vão, desta forma, transformar-se em um círculo de excelência cada vez mais restrito entre representantes políticos dos produtores e agroindústrias, descolando-se da base representada. Esta situação se torna mais dramática à medida que as condições de desenvolvimento do setor não poderão mais assegurar as margens históricas de rentabilidade, levando a que o mercado cativo de fornecedores das frutas se concentre e seja redesenhado nos seus contornos e critérios de pertencimento.

Os contratos de participação atuaram positivamente na redução dos conflitos entre as partes e possibilitaram uma maior integração dos capitais dos produtores aos da agroindústria no que diz respeito à comercialização de suco. Porém, a ação política de produtores através de suas associações se articula conforme as estratégias de acumulação das indústrias e consolida a problemática comercial como central na viabilização das propriedades, na qual as relações pessoais vão beneficiar os ingressos, permanências e informações sobre os contínuos desafios colocados pelas variações no mercado e a possibilidade de resposta estratégica dos produtores.

Desta forma, em plena vigência dos contratos de participação, ocorre uma aceleração dos processos de oligopolização industrial e de seleção social dos citricultores pela "privatização" do campo conflitual na citricultura: ao lado do mecanismo "automático" que atrela o preço da caixa de laranja à cotação do suco no mercado internacional, estes contratos impulsionam os produtores a estabelecerem estratégias de desenvolvimento comuns com a indústria principalmente no que diz respeito à busca da redução dos custos de produção agrícola e de

novos processos de gestão produtiva (inclusive laboral) e de associativismo comercial, desafio que se imporá como mais urgente ainda na etapa posterior, conforme será analisado em seguida.

Sob os contratos de participação, ocorre uma mudança significativa no eixo das reivindicações dos produtores. Elas vão focalizar a redução de custos de industrialização e comercialização, os entraves estruturais e dinâmicos que afetam o mercado das frutas e os métodos de cálculo do preço da caixa de laranja: a redução da taxa de rendimento dos frutos para a produção de uma tonelada de suco (ou a adoção da Fórmula Teor de Sólidos Solúveis); a dissociação entre custos de industrialização da fruta e o valor dos subprodutos; a redução dos custos da colheita, transporte e administração da compra das frutas; a redução do valor do frete marítimo, impossibilitando que estes custos sejam alinhados às das indústrias menores (que utilizam o transporte de suco através de tambores e não à granel); a redução de impostos incorporados ao preço das frutas; a reavaliação conjunta dos pomares pelos produtores e indústrias; a eliminação do desconto de 25% e 15% sobre, respectivamente, as frutas precoces e as frutas de casca mole; a extensão do seguro contra granizo para todas as variedades de frutas; uma efetiva participação da indústria no acordo do FUNDECITRUS.

No que diz respeito às formas de pagamento, as reivindicações vão mudar todos os anos e apesar deste relativo "automatismo" na determinação dos preços, elas vão dirigir-se para alterações pontuais nas políticas públicas. Os produtores tentaram aprimorar o conceito de "participação comercial" na venda de suco no mercado internacional, conforme será analisado mais adiante. Neste sentido, as duas partes adotam uma posição comum de pressão contra o Estado com vistas a uma redução dos impostos no setor para a redução destes custos, ganhando a diferença sobre o preço do registro de exportação.

4ª fase: A busca de estabilidade no mercado internacional de suco e os contratos plurianuais: seleção e integração dos produtores

As negociações na safra 1988/89 assumem um caráter estratégico por causa do baixo *carry-over* da safra anterior, das previsões de uma superprodução em um próximo futuro, da entrada de novos concorrentes na área, estimulados pelos lucros da safra anterior (impulsionados pela estiagem e pela redução no tratamento fitossanitário dos pomares) e pelos preços pagos conforme a cotação média do dólar no ano-safra anterior²³⁷.

A utilização do dólar do dia no acerto final de contas (na 7ª ou 8ª parcela final) em substituição à prática do uso da média aritmética das variações da taxa do dólar em um ano-exportação para calcular o preço final da caixa na moeda corrente nacional vai se tornar uma das

²³⁷ In "Indústrias terminam a safra 87/88 com estoque reduzido", GM, 10.06.1988; "Laranja: menor produção mais ganhos na exportação", DCI, 22.08.1988; "Exportação de sucos aumenta 36,5% na safra 87/88", Folha de SP, agosto 88. "Citricultores tentam alterar condições para venda da safra", G.M. de 09.06.1989. "Produtor quer alterar contrato", G.M. 05.07.1989.; "Citricultores já temem efeito da euforia do setor", Folha de SP, 27.09.1988; "Aumento da produção pode derrubar preços", Folha de SP, 21.03.1989. "Produtores sugerem novo contrato para safra 88/89", GM, 17.11.1987); "Indústria inicia compra de laranja sem ouvir produtores", Folha de SP, 12.04.1988; "Produtores elaboram contrato para a venda da safra 1987/88", GM, 30.11.87; GM, 11.04.1988).

principais reivindicações dos produtores para aquela safra²³⁸. Os produtores também se opõem a que a forma do ressarcimento de sua eventual dívida junto à indústria seja decidida por essa última uma vez que isto os prende ao fornecedor original diante de preços incertos²³⁹. O acordo de 1988/89 é definido quando 20% da produção já foi comprada pela indústria. A safra 1988/89 registrou recordes dos preços pagos aos produtores e no faturamento de indústrias.

Este recorde aconteceu apesar da queda da produção agrícola e da produtividade²⁴⁰. Ele é resultado de outras mudanças favorecendo a economia de escala na área. A propósito da safra 1988/89, pelos gráficos que seguem podemos analisar a correspondência existente entre a generalização da adoção do sistema de contratação de empreiteiros e trabalhadores assalariados, a adoção do sistema de transporte a granel, a inflexão da curva dos custos da colheita e transporte e os altos ganhos dos produtores e indústrias. A variação desta curva entre 1986/87 e 1988/89 é de aproximadamente 45% e entre 1988/89 e 1989/90 de 8% demonstrando que as mudanças na estrutura de transporte e de recrutamento dos trabalhadores diminuem significativamente os custos totais da produção de suco²⁴¹.

Gráfico 5.1. *Custos de industrialização e comercialização do suco (base 1986/87)*

²³⁸ In "Cálculo do preço final da caixa de laranja: safra 87/88", Notícias Regionais, 16.08.1988.

²³⁹ In "Indústrias de suco alteram contrato de compra da safra 1988/89", GM, 13.04.88; "Contrato de venda pode beneficiar indústrias", GM, 11.04.1988; G.M. 12.04.1988; "Produtor quer alterar contrato", G.M. 05.07.89.

²⁴⁰ In "Citricultores. Os preços nunca foram tão bons", DCI, 14.07.1989; "Produtor paulista reduz custos e consegue maior produtividade", GM; 30.09.1988.

²⁴¹ Segundo a SERA de Bebedouro, antes de 1988 o piso salarial dos trabalhadores era de 2,5 salários mínimos. Em seguida, ele cairia para um pouco mais de um salário mínimo.

Fonte: ACIESP.

Na safra 1989/90, as indústrias iniciam a compra antecipada dos frutos antes da negociação do acordo respectivo. Na espera de uma maxi-desvalorização do cruzado pelo governo e devido ao baixo *carry-over* ao término da colheita 1988/89, a estratégia comercial recomendada pelas instâncias de representação dos produtores é de atrasar a venda das frutas para assim fortalecerem-se nas futuras negociações dos acordos.

Três proposições surgem para os contratos da safra 1989/90: 1) a da indústria, conforme os termos da colheita anterior²⁴²; 2) a da ASSOCITRUS, que propõe o estabelecimento de um preço mínimo de garantia que "*deitaria do porte ou da categoria do produtor, levando-se em consideração a variação das cotações do suco na Bolsa de Nova Iorque*"²⁴³; 3) e aquela da ACIESP, que propõe a participação do produtor nas margens de lucro da indústria (ou a redução do lucro das indústrias para assegurar uma remuneração melhor ao produtor) através da não-fixação prévia da remuneração de capital para cada tonelada de suco (esta remuneração de capital das indústrias seria proporcional às cotações médias na Bolsa de Nova Iorque). Propõe

²⁴² In "*Indústrias iniciam a compra antecipada da próxima safra*", GM, 16.05.1989.

²⁴³ In "*Laranja: compras antecipadas mas há resistência do produtor*", DCI, 29.05.1989; "*US\$ 350 milhões para citricultura até junho*", DCI, 22.05.1989.

ainda que sejam realizados estudos preliminares sobre as consequências da introdução do método de pagamento pela Fórmula Teor de Sólidos Solúveis²⁴⁴.

A situação de sobrevalorização cambial, que traz duplo prejuízo aos produtores porque deprime os preços a serem recebidos por eles e encarece os produtos químicos importados, é atenuada pela nova política cambial adotada pelo governo federal: as desvalorizações diárias do cruzado, acompanhando a inflação. Deste modo, os produtores podem agora aguardar o melhor momento para vender individualmente sua produção²⁴⁵. Posteriormente, a indústria vai deter, por alguns dias, a última parcela de pagamentos aos produtores na espera de uma valorização do câmbio pagando os produtores em cruzeiros e não em cruzados novos, possibilitando que o setor não seja afetado pelo Plano Econômico Collor²⁴⁶.

O acordo da safra 1989/90 foi assinado entre o produtores e ANIC e ABECITRUS mas não foi assinado pelas indústrias menores, pertencentes à ABRASSUCOS. A decisão da ABRASSUCOS em não assinar o acordo se explica por duas razões: uma, a reivindicação dos produtores de mudar a data de pagamento da última parcela da safra 1988/89 para se beneficiarem da taxa de câmbio e, a outra, em razão das reivindicações favoráveis a uma política diferenciada para indústrias menores.

A safra 1990/91 indica uma conjuntura propícia para um forte processo de seleção social entre os produtores uma vez que: a) o *carry-over* (estoque de passagem do suco) da safra anterior está alto devido à grande oferta de matéria-prima somado ao efeito da recuperação da safra norte-americana; b) há um aumento da oferta de frutas em São Paulo, originário de muitos pomares que atingem a fase produtiva nesta safra; c) existe uma ameaça de redução da tarifa de importação dos EUA o que provocaria uma tendência de queda das cotações do suco²⁴⁷.

Entretanto, os produtores alegam que o real motivo da queda em sua remuneração foi a diminuição artificial das cotações provocada pelas duas maiores indústrias da área (CUTRALE e CITROSUCO)²⁴⁸. A crise provocada pela baixa das cotações de suco na Bolsa de Nova Iorque e pela perspectiva de queda dos preços pagos aos produtores ocasiona o abandono dos cuidados com os pomares, o aumento do arrendamento para plantio de cana-de-açúcar em propriedades citrícolas e a marginalização de pequenos proprietários principalmente. Os municípios alertam para a paralisação da construção civil e do comércio²⁴⁹.

²⁴⁴ Para um resumo das proposições da ACIESP ver "*Produtores e indústrias de suco analisam o novo acordo*", GM, 11.05.1988).

²⁴⁵ In "*Frustrada a tentativa de mudar o contrato de compra da safra*", G.M. 16.06.1989; "*Citricultores tentam alterar condições para a venda da safra*", GM, 09.06.1989; "*Produtor quer alterar contrato*", GM, 05.07.1989.

²⁴⁵ In "*Pagamento em cruzeiro e mercado em alta livram a citricultura da crise*", Folha de SP, 24.04.1990; "*Capital acumulado por produtores de laranja ainda aguarda destino*", Folha de SP, 23.04.1990.

²⁴⁶ In Notícias Regionais, Jornal de Bebedouro, 16.09.1990.

²⁴⁷ In Folha de SP, 14.08.1990 "*Gatt estuda imposto menor para o suco*".

²⁴⁸ In "*Frutesp acusa concorrência de forçar baixa do suco no exterior*", Folha de SP, 4.12.1990). Os produtores denunciam a existência de um cartel das indústrias na comercialização do suco (In "*Citricultores apontam a existência de cartel*" 18.10.90; "*Preço da laranja cai para US\$ 1,90 a caixa*" Folha de SP, 25.09.1990).

²⁴⁹ In "*Preço da laranja gera crise no interior de SP*", Folha de SP, 18.10.1990; "*Safra boa de laranja na Flórida faz cotação do suco despencar*", Folha de SP, 16.10.1990.

Diante desta crise, o acordo da safra 1990/91 fica para segundo plano. O mais importante passa a ser a definição do preço final da caixa, uma vez que a previsão é que os produtores deverão entregar às indústrias o dinheiro antecipado através das parcelas devido à eminência de uma queda acentuada nos preços²⁵⁰. De acordo com os representantes dos produtores, no mês de setembro de 1990, aproximadamente 80% já tinham assinado contratos de comercialização, apesar da inexistência de um acordo sobre a comercialização.

No mês de março, produtores se reúnem com o Ministro Cabrera para sugerir a criação de um organismo próprio para a laranja no âmbito da Câmara Setorial de Fruticultura²⁵¹ cujo objetivo principal seria o de encaminhar a redução da carga de taxas impostos que incidem sobre o setor²⁵², reivindicação que estrutura a ação política em relação ao Estado desde a safra 1988/89. Neste sentido, uma comissão paralela, reunindo produtores e indústrias, foi formada por dez membros (três pertencentes à indústria e sete produtores)²⁵³.

A safra 1990/91, sob o signo desta "crise" que é chamada de "saneadora", mostra o começo de grandes mudanças no setor no sentido da definição de uma nova estratégia de desenvolvimento. Os itens incorporados nos debates do período, envolvendo representantes políticos dos produtores, das agroindústrias e estudiosos sobre a citricultura, foram:

1) a rejeição de uma intervenção saneadora do Estado no setor citrícola como crédito rural subsidiado, política de manutenção de renda do setor e de proteção tarifária; 2) os efeitos da oligopolização industrial e a sujeição do produtor à "tesoura de preços", ou seja, o produtor não tem controle sobre os preços do produto e dos insumos; 3) o aumento da área plantada pelos produtores menores como resultado de tentativa de evitar o ônus do aumento dos custos de produção, entretanto, abandonando os cuidados com a manutenção dos pomares, inclusive os fitossanitários; 4) o aumento da safra norte-americana devido à transferência da área de plantio onde há pouca geada, ao adensamento do plantio e ao uso mais racional do capital (intensificação do uso da terra) com a introdução de irrigação para compensar as vantagens competitivas no Brasil principalmente os fatores de produção mais baratos (terra e mão-de-obra); 5) a baixa produtividade dos pomares paulistas; 6) a previsão de queda no faturamento e abalo na

²⁵⁰ In "Produtores temem preço negativo", Folha de SP, 23.10.1990). "*Laranja pode ter preço negativo na safra 90/91*", Folha de SP, 06.11.1990; "*Endividados, citricultores criticam indústrias*", Folha de SP, 04.06.1991; "*Preço da caixa de laranja cai para US\$ 1,90 a caixa*", Folha de SP, 25.09.1990.

²⁵¹ A proposição é de discutir tanto o acordo não cumprido entre as partes na safra 1990/91 quanto de analisar as condições de comercialização e preços da safra 1991/92. In G.M, março 1991; "*Citricultores paulistas unem-se e querem negociar com indústria*", G.M, 12.03.1991.

²⁵² Sobre a tributação sobre o suco correspondente ver Marquezelli, Nelson. "Comercialização dos citros no Brasil". In *Laranja*, Cordeirópolis, 12(1):21-28, 1991. Cf "*Associtrus considera ICMS sobre suco de laranja institucional*", Folha de SP, 11.09.1989; "*Produtores não querem a cobrança do ICMS*", GM, 13.09.1989; "*Porque exportadores são contra a taxa exigida pelos estados*", Relatório especial da GM, 08.06.1989.

²⁵³ In Ata da 5ª reunião ordinária da CTC, 06.11.1990. Esta ação resulta na supressão dos dois últimos impostos que ainda permaneciam em vigor nas exportações brasileiras sobre o valor das exportações de suco. In "*Exportações brasileiras passam a ser isentas de impostos*", GM, 27 junho 1991; "*Otimismo com o fim do imposto sobre exportação*", GM, 28.06.1991; "*Ministro elimina 4,5% de imposto sobre o suco de laranja*", O Diário de RP, 27.06.1991; "*Impostos consomem 2 em cada 3 caixas de laranjas produzidas na região*", Folha de SP Nordeste, 27.05.1991; "*Conselho Monetário aprova fim de taxa de exportação*", G.M. agosto 1991.

economia regional devido à redução de recolhimento do ICMS; 7) o desemprego e diminuição do valor real da mão-de-obra²⁵⁴.

Os riscos futuros advindos da superoferta²⁵⁵ não advêm, no entanto, apenas dos investimentos das indústrias na verticalização agrícola nem da instalação de novos grupos industriais, mas igualmente da ampliação da área de plantio pelos produtores tradicionais mais capitalizados ou novos investidores na atividade agrícola. O aumento da concorrência, desde a safra 1989/90, com a expansão da superfície plantada, desemboca nos debates sobre a necessidade de mudanças dos métodos de plantio (aumento da densidade de árvore por hectare) e, portanto, sobre as novas filiações e classificações dos produtores baseadas na produtividade/superfície ao invés de produtividade/árvore, assim como sobre a necessidade de alteração da forma de remuneração dos produtores (remuneração por quantidade de caixas de 40,8 kg por aquela da fórmula Teor de Sólidos Solúveis das frutas)²⁵⁶ e concentração geográfica da produção agrícola nas proximidades das unidades processadoras.

As conseqüências negativas da superoferta de frutas agravaram-se diante da formação dos diversos blocos comerciais, como a União Européia (EU) e a North American Trade Agreement (NAFTA), que assumem uma postura liberal em relação aos seus membros, mas protecionista com relação aos demais países através de elevação dos tributos e mudanças na regulamentação do comércio internacional.

Diante da eminência da queda abrupta das cotações do suco e do preço da caixa de laranja, uma dupla estratégia de desenvolvimento e de seleção social começa a se desenhar no setor visando o rebaixamento dos custos e o atenuamento na queda da remuneração dos produtores: a verticalização agrícola efetuada pelas indústrias e a composição mais eficiente de pacotes tecnológicos visando aumento de produtividade e rendimento das frutas. A crise que emerge nesta safra serve muito mais a novos rearranjos entre o conjunto das indústrias – antigas e novas - e entre produtores. É nesta conjuntura que o esforço na redução dos custos de produção do suco é assumido tanto pelos produtores quanto pela indústria²⁵⁷.

²⁵⁴ In "Expansão da citricultura nos EUA a algumas reflexões", Evaristo Marzabal Neves, Folha de SP. "O desafio da produtividade", Gazeta Mercantil, 16-18/02/1991). "Quanto vale o patrimônio citrícola regional", Luiz Carlos Donadio e José Ricardo Moreira Cabrita. Folha SP, Nordeste, 26.03.1991. "Aumento da produtividade vai determinar o lucro", Gazeta Mercantil, 20-22.04.1991. "Para onde caminha a citricultura brasileira", Evaristo Marzabal Neves, Folha de SP. "Indigestão na citricultura", Evaristo M. Neves, Folha de SP, 15.06.1991. "Economia citrícola - momento de reflexão", Evaristo Marzabal Neves, Folha de SP, 18.11.1991. "Laranja azeda e suco concentrado doce", José Jorge Gebara e Maria Ignez E. G. Martins, Folha de SP, 23.01.1991. "Laranja Azeda", Roberto Macedo, Folha de SP, 30.12.1990. Ver o debate entre Roberto Paulino - "Empresas iludiram citricultores" - e José Carlos Gonçalves, "Indústria cumpriu o contrato", Folha de S.P Nordeste, 29.06.1991.

²⁵⁵ In "Superprodução e preços baixos após 94", G.M. 01.06.1990; "Produção cresce mais que o consumo", GM, 21.03.1989; "Consumo deve crescer em ritmo mais lento que a produção nos anos 90", GM, 25.09.1989. Segundo a FAO, até o final do milênio, o preço deve ficar 40% abaixo do preço previsto para esta safra.

²⁵⁶ A indústria utiliza atualmente a *ratio* para definir o momento da colheita de um pomar. A *ratio* é a relação entre o Brix (unidade utilizada para medir o percentual em peso do teor de sólidos solúveis) e a acidez de um suco (Brix/acidez). A *ratio* indica a qualidade e o grau de maturação das frutas.

²⁵⁷ In "Gatt estuda imposto menor para suco", Folha de SP, 14.08.1990; "Venda da safra fica sem acordo", Folha de SP, 23.10.1990; "Crise chega mais cedo à citricultura", Folha de São Paulo, 23.10.1990. "Citricultura espera definição sobre os custos", Folha de SP, 14.8.1990; "Custo dificulta

Um dos resultados mais visíveis da seleção social na base do campo econômico citrícola é o movimento de substituição da laranja pela cana-de-açúcar (grandes proprietários), o arrendamento de suas terras às usinas sucroalcooleiras ou a venda de propriedades dos pequenos proprietários, concentradamente, nos dois casos, dentre aqueles de baixas produtividades²⁵⁸. Anteriormente, foram analisadas as estratégias de introdução de remunerações diferenciadas entre os produtores. Em nome da defesa dos pequenos proprietários e da remuneração necessária para responder aos altos custos de produção deste grupo social, as instâncias dos produtores visam garantir uma sobretaxa de lucro para os grandes proprietários e produtores.

Algumas análises anteriores²⁵⁹ já apontavam para a diretriz geral do desenvolvimento do setor que se procuraria definir consensualmente: a busca de equilíbrio entre a produção e a transformação industrial da matéria-prima, a necessidade de armazenamento estratégico do suco e a oferta deste no mercado internacional de forma a manter as cotações do suco. A superprodução da laranja é vista como causa da queda dos preços das frutas, sendo que, entretanto, a sustentação dos estoques de suco não surge efetivamente como alternativa devido aos elevados custos de refrigeração. Neste sentido, as alternativas voltam-se: em primeiro lugar, para o aumento da produtividade média das árvores já existentes para responder às necessidades industriais futuras, não existindo a necessidade de ampliação da área plantada em função das atuais características limitadas dos mercados de frutas frescas e de sucos no mercado interno; em segundo lugar, a recomendação é de não baixar demais o preço do suco brasileiro uma vez que o custo de produção americano é alto e em fazendo isto, os produtores americanos podem pedir mais proteção ao governo (aumento das taxas de importação), ocasionando a diminuição da receita brasileira; em terceiro, a recomendação enfatiza a necessidade da diminuição da variação anual de ganhos dos produtores e indústrias através de uma política ou de preço mínimo para o suco ou de redução dos riscos da comercialização, possibilitando um "*negócio mais saudável e seguro para todos*". As questões envolvidas resumem a direção de estratégias de desenvolvimento do setor que começa a se delinear nos anos 1990 e que vai culminar na adoção dos contratos plurianuais como demonstração da integração do produtor à agroindústria e do processo de seleção social marginalizando os produtores que não incorporam estas premissas e o referencial tecnológico recomendado.

negociação entre citricultores e indústrias de suco", Folha de SP, 17.07.1990. Além disto, a ASSOCITRUS quer que governo financie o estoque das indústrias evitando que estas coloquem grande parte do suco disponível no mercado para obter receita e negligenciem a compra da produção agrícola já negociada.

²⁵⁸ Um outro exemplo, foram os empréstimos da FRUTESP aos produtores que beneficiaram aqueles que adquiriram um volume maior de empréstimos devido às condições vantajosas de reembolso (50% de seu valor real) (In Ata da CTC de 16.08.88). Segundo a Delegacia Agrícola de Bebedouro, cerca de 500 mil pés de laranja já foram substituídos por cana por parte de mais de 30 citricultores da região de Bebedouro. In "*Citricultores da região de Bebedouro desistem da laranja para plantar cana*", Folha SP Nordeste, 19.01.1991. "*Citricultores convocam assembléia para analisar contrato*", G.M., janeiro, 1991.

²⁵⁹ Amaro, Antônio Ambrósio; Yamaguishi, Caio; Barros, Geraldo S.A. Camargo. *Perfil econômico da citricultura brasileira*. Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, Fealq, Piracicaba, 1983. As recomendações dadas dependem da manutenção das tendências das políticas setoriais da época e das projeções até 1985. Poré, inclusive atualmente, encontra-se um conjunto de interpretações convergentes àquele período.

Como concretização desta nova direção de desenvolvimento do setor, e diante do endividamento de vários produtores, os contratos da safra 1991/92 passam então de anuais para plurianuais (um dois ou três anos)²⁶⁰. A princípio, os contratos plurianuais possibilitam a recapitalização de certos produtores²⁶¹ em troca da exclusividade no fornecimento de sua produção em frutas com a indústria compradora em questão por um período mais longo (expressão de uma mais intensa integração vertical do produtor). Entretanto, os produtores são contra a proposição de contratos plurianuais. De acordo com a ASSOCITRUS, este instrumento faz com que a indústria congele seus custos em alta, em prejuízo do citricultor²⁶². Em um comunicado distribuído a produtores, a CTC da FAESP também alerta para a desvantagem dos contratos plurianuais, uma vez que: 1) o recebimento do adiantamento vai ser efetuado com valor do dólar defasado; 2) não há garantia de preço nas safras futuras; 3) eles impedem ao produtor de entrar na disputa de mercado das novas indústrias e 4) eles comprometem a safra antes de saber do comportamento dos resultados da produção norte-americana e antes de uma avaliação na safra brasileira²⁶³. Com base nas médias das cotações para o suco concentrado na Bolsa de Nova Iorque e, como na safra 1990/91 esta média corresponde à média histórica no setor (125 cents/libras-pêso), a ACIESP atribui as perdas dos produtores não apenas a uma crise de contrato como também de mercado, o mesmo que afirma a indústria²⁶⁴.

Os produtores passam a propor um preço mínimo de garantia (parcela fixa) para a safra 1991/92 e uma nova mudança na relação entre a média aritmética das cotações diárias de suco e as parcelas posteriores (parcelas variáveis)²⁶⁵. No gráfico abaixo elaborado pela CTC da FAESP, as diferenças na evolução da remuneração dos produtores de acordo com as propostas da indústria e dos produtores podem ser observadas.

²⁶⁰ A indústria propõe um adiantamento de US\$ no mês de julho e 10 parcelas mensais de US\$ 0,10 (de agosto à maio). As dívidas dos produtores serão amortizadas a partir da terceira parcela. Segundo José Carlos Gonçalves, os contratos de três anos possibilitam que o produtor pague suas dívidas à longo prazo e investimentos em produtividade. In "*Indústria cumpriu o contrato*", Folha SP Nordeste.

²⁶¹ A indústria alega que o problema das dívidas dos produtores está sendo resolvido com a rolagem por até três anos, sem juros (correção cambial) para os produtores que estiverem assinando contrato de venda para os próximos três anos. Quanto maior o prazo de contrato aceito pelo citricultor, mais lentamente evolui a remuneração da indústria: "*o objetivo é alongar os contratos e também o perfil da dívida dos citricultores*", disse José Carlos Gonçalves, presidente da ABRASSUCOS. Folha de São Paulo, novembro 1991.

²⁶² Como os contratos da safra 1991/92 são apresentados com a mesma panilha e custos da safra 1990/91 (e sem o acordo desta última safra ter ocorrido), os contratos de três anos têm o agravante de perpetuar estes custos para as safras 1992/93 e 1993/94. Segundo Fábio Meirelles, presidente da FAESP, os contratos de dois e três anos não são do interesse dos produtores uma vez que "*as indústrias tornam-se assim as proprietárias da laranja durante o período de validade do contrato, em seguida elas acordam adiantamentos altos mas sem nenhuma garantia de preços. Se o preço do mercado cai, o produtor torna-se devedor da mesma forma como aconteceu em anos anteriores*" (In Ata da 6ª reunião ordinária da CTC de 25.11.1991).

²⁶³ Conteúdo do fax Comunicado aos Citricultores (Arquivos da CTC, FAESP).

²⁶⁴ Bocaiúva, José Roberto; Rodrigues, Iberê Fernando; Nina, Luciano Della. "Comercialização e custos x estratégia do citricultor para a negociação com as indústrias". In *Laranja*, 12(1): 29-48, 1991.

²⁶⁵ In "*Produtor quer preço mínimo para a laranja*", Folha de SP, 09.1991; "*Citricultores querem fixar preço mínimo para a caixa de laranja*", Folha SP Nordeste, 18.07.1991.

Gráfico 5.2. *Comparação entre o preço da caixa de laranja de 40,8 kg nas três propostas de contratos da indústria (um ano, dois anos e três anos) e a proposta dos produtores, base 1991/1992.*

Cotação Bolsa NY	1 ano	2 anos	3 anos	Proposta
110	0,88	0,88	0,88	2,00
115	1,06	1,10	0,12	2,00
120	1,24	1,28	1,32	2,00
125	1,42	1,48	1,54	2,00
130	1,60	1,68	1,76	2,00
135	1,78	1,88	1,98	2,20
140	1,96	2,08	2,19	2,40
145	2,14	2,28	2,41	2,60
150	2,33	2,48	2,63	2,80
155	2,51	2,68	2,85	3,00
160	2,69	2,88	3,07	3,20
165	2,87	3,08	3,29	3,40
170	3,05	3,28	3,51	3,60
175	3,23	3,48	3,73	3,80
180	3,41	3,68	3,95	4,00

Fonte: CTC/FAESP. Projeção baseada no preço mínimo oferecido pela indústria em dez./1991.

Uma vez que a indústria diz que esta proposta "fere o espírito" dos contratos de participação, as colheitas das safras 1990/91 e 1991/92 seguem sem acordo entre os produtores e indústrias. A ACIESP propõe então a contenção judicial dos contratos de comercialização da safra 1990/91²⁶⁶ e a instauração de uma CPI (Comissão Parlamentária de Inquérito)²⁶⁷.

Porém, as estimativas dão conta de que a parte maior dos produtores (80%) já assinou contratos de comercialização de dois e três anos²⁶⁸, contratos estes que já existiam anteriormente para grandes produtores. Já de acordo com Roberto Paulino, então presidente da ACIESP, os contratos de três anos representam uma vantagem de 25% a mais no preço em relação aos contratos de um ano e dois anos e estão sendo assinados principalmente com os *pools* e os produtores que têm grandes quantidades de laranja e de qualidade²⁶⁹, algumas indústrias dando-lhes inclusive garantia de preço mínimo por escrito. Estima-se que inúmeros produtores venderam parte de seu patrimônio em terras para saldar suas dívidas. Quem conseguiu esperar mais tempo sem vender a safra conseguiu até US\$4/caixa. Nesta conjuntura, os pequenos produtores, temendo comprometer sua produção com uma remuneração pré-fixada além do período de um ano-safra, não assinaram os contratos plurianuais e quando o fizeram, normalmente, os preços garantidos já estavam muito menores.

É desta forma que se dissolve a utilização do contrato padrão e instaura-se a prática de pagamento de preços bastante diferenciados no setor, ao (re)colocar os produtores face à rede de relações clientelísticas e de acordos personalizados, prática já existente antes da vigência dos

²⁶⁶ A ação judicial, encaminhada pela ACIESP e apoiada por 13 sindicatos rurais, teve como objetivo a anulação dos contratos de comercialização da safra 1990/91. A denúncia foi apresentada ao CADE e à Procuradoria Geral do Estado, baseada na acusação de abuso de poder econômico por parte das indústrias, uma vez que nos últimos quatro anos elas sistematicamente se recusavam a mostrar suas planilhas de custos. A ação judicial solicitava também a anulação dos contratos da safra 1990/91. A ASSOCITRUS não endossou a ação. In "*Sindicatos rurais entram com ação coletiva contra indústria de suco*", Folha SP Nordeste, 15.09.1991; "*Citricultores querem anulação dos contratos da safra passada*", Folha SP Nordeste, 01.07.1991. Ata da CTC, data, sede da FAESP, São Paulo. A indústria ameaça interpelar os produtores que ainda não assinaram contratos para a safra 1991/92. A interpelação é o primeiro passo para a cobrança judicial. A partir da interpelação, a dívida dos citricultores é convertida em cruzeiros e corrigidas pela Taxa Referencial com juros.

²⁶⁷ O objetivo da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), requerido pelos deputados Nelson Marquezelli (PTB-SP) e Marcelo Barbieri (PMDB-SP) é de apurar a possível existência de um oligopsonio (estrutura de mercado onde há poucos compradores) no setor e de apurar possíveis distorções entre produtores, industriais e governo, principalmente quanto às taxas e impostos cobrados sobre a comercialização, industrialização e exportação da laranja e do suco. A instauração da CPI teve 182 votos dos 503 deputados federais (In "*Deputados federais vão criar CPI da laranja*", Folha de SP, 30.06.1991). Há também um processo de denúncia junto ao CADE e à Procuradoria Geral do Estado por abuso de poder econômico liderado pela ACIESP e mais 9 sindicatos. "*Citricultores vão contestar contratos na Justiça*", Folha SP Nordeste, 17 junho de 1991; "*Citricultores podem ir à Justiça*", GM, 18.06.91.

²⁶⁸ Ata da reunião extraordinária da CTC de 16.12.1991 em Olímpia. Os preços são diferenciados de acordo com a duração do contrato e segundo o produtor. Na região de Bebedouro, as indústrias fornecem como garantia de preço até US\$ 3,5 aos maiores produtores e aos pequenos, US\$ 2,00. Em vários municípios, não foi dada garantia de preço.

²⁶⁹ Entrevista com Roberto Paulino, presidente da ACIESP, na sede da FAESP, data 1992.

contratos de participação mas que agora adquire maior visibilidade e abrangência. Em outras palavras, quando o contrato padrão foi extinto pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em 1995, já estava descaracterizada a vigência do contrato único (padrão) de participação no setor. Significou apenas a formalização de uma prática de grande diferenciação no pagamento das frutas, após um longo período de acumulação no setor e para uma parte dentre os produtores modernos.

A extinção do contrato padrão ou de participação pelo CADE (como resultado da ação contra o abuso de poder econômico pelas indústrias, acusadas de cartel) foi mais impactante para produtores que não inverteram capital adquirido anteriormente. As conseqüências da negociação “caso-à-caso” (individual e direto com a indústria), isto é, da eliminação do preço mínimo de referência foram ainda maiores para estes produtores quando os serviços de colheita e transporte foram transferidos para os produtores. Ainda aqui, estes serviços puderam ser mantidos pela indústria quando a escala de produção era grande (daí a busca de agrupamento por parte dos produtores em *pools* e condomínios).

Todas estas mudanças, fragilizaram a ação política das associações que vão passar por rearranjos significativos, indicando um processo de recategorização institucional dos produtores, explicitada pela criação, em 1996, da ABRACITRUS – Associação Brasileira dos Citricultores – no município de Monte Azul Paulista, que tem como objetivo defender os pequenos e médios citricultores e propondo uma sintonia entre produção, agroindústria e Estado.

Segundo Vieira e Alves (1997), a ABRACITRUS tem, como proposta de ação, objetivos semelhantes aos da ACIESP (descentralização institucional e presença constante dos produtores nos seus respectivos municípios, através da criação de delegacias)²⁷⁰, apesar de estar ainda dependendo de recursos financeiros para estruturar efetivamente seu objetivo de representação²⁷¹. Porém, diferencia-se daquela por não rejeitar uma intervenção do Estado e opor-se ao processo de exclusão dos pequenos produtores, reivindicando a uma política específica que lhes seja favorável.

De acordo com Neves, a entrada de grandes grupos econômicos no setor provoca nas indústrias tradicionais a necessidade de garantir o fornecimento da matéria-prima através de contratos de longo prazo como uma nova estratégia também de assegurarem uma economia de escala²⁷². De acordo com ele, a capacidade industrial de transformação instalada em 1992 era de 320 milhões de caixas enquanto que a produção total no estado era de 240 milhões. Além disso,

²⁷⁰ Os autores entendem que a criação da ABRACITRUS ao pulverizar mais ainda a representação dos produtores junto à indústria pode dificultar a defesa de seus interesses. Esta associação não foi até o momento aceita como interlocutora pelo governo e pela Abecitrus.

²⁷¹ Em setembro de 1996, o governo federal isentou o ICMS sobre a exportação dos produtos semi-elaborados, dentre os quais o suco de laranja concentrado. Os produtores querem que esta isenção seja repassada integralmente a eles pela indústria. A ABECITRUS calcula uma redução em R\$ 0,39 no preço da caixa. Desta forma, os produtores poderiam contribuir com as necessidades operacionais da nova instituição (em 1997, contava com 1.500 filiados).

²⁷² Face principalmente à entrada de grupos que necessitam comprar 100% da matéria prima a ser processada, face ao recrudescimento da competitividade internacional. Entrevista em 05.05.1992, Piracicaba, ESALQ, com Evaristo Marzabal Neves.

a capacidade ociosa das indústrias tradicionais serão postas em operação. De acordo com Neves, os contratos de três anos têm um impacto positivo no sentido de dar à citricultura um caráter de eficiência produtiva, uma vez que impõem o planejamento da produção e o controle de custos de produção. Isto indicaria uma procura de equilíbrio entre a oferta e a demanda de suco até o fim da década de 1990.

A integração do produtor, a partir deste momento, possibilitou a imposição de novas técnicas de produção, visando a futura remuneração dos produtores na base do Teor em Sólidos Solúveis das frutas. A justificativa dada para esta mudança é que *"o atual modelo de remuneração está, portanto esgotado, pois não considera as diferenças e estabelece custos globalizados e preços-padrão para a laranja. Se a eficiência do citricultor não é premiada, não há estímulo para investir em produtividade"* Do lado da indústria, *"há uma diferença significativa de custos de colheita, frete e rendimento em suco entre os diversos produtores que não é considerada no preço final da caixa"*²⁷³ (entrevista com Fábio Di Giorgi, diretor da FRUTESP, janeiro 1991).

No acordo da safra 1993/94, os produtores conquistaram uma antiga reivindicação: a fixação de um preço mínimo por caixa (US\$ 1,30). Apesar de mais baixo que os preços pagos anteriormente, o preço mínimo funciona como uma espécie de seguro.

Atualmente, os conflitos entre os produtores e as agroindústrias se fazem sobre a panilha de custos. Na safra 1992/93, eles reivindicaram a eliminação desta panilha (que determina os descontos dos custos de produção do suco sobre o preço a ser pago ao produtor) e uma vinculação direta entre o preço da caixa e a cotação de suco, dividida apenas pelo rendimento. Uma outra reivindicação é no sentido de que seja utilizado um diferencial no preço da caixa em relação à distância relativa da agroindústria (uma diferenciação no preço pago pelo frete).

Quadro 5.7. *Ações coletivas no campo econômico da citricultura no período de regulação estatal, 1974-1979.*

1974/1975	A CACEX atua, através de um comitê específico, para facilitar o diálogo citricultura/indústria. A ASSOCITRUS inicia as suas atividades. Um ano depois surge a ABRASSUCOS. A CT citricultura da FAESP é participativa, mas o surgimento da ASSOCITRUS e ABRASSUCOS começa a mudar o ambiente institucional.
1976	A CT citricultura atua perante a CACEX e o Banco do Brasil para o desconto das promissórias rurais dos produtores sem a apresentação da nota de entrega do produto na indústria. Promove reuniões com técnicos da secretaria da Agricultura de São Paulo para a solução da leprose nos pomares.
1977	A CT da citricultura propõe a formação de uma frente única junto ao Ministério da Agricultura e à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo para combater o sistema de cotas de compra – e quem cada empresa poderia adquirir 80% da safra comprada anteriormente –, uma proposta feita pela indústria junto à CACEX. O objetivo era proteger as empresas menores como Cargill e Frutesp, que não aturam na safra anterior. A CACEX não implanta o sistema de cotas.

²⁷³ Segundo Fábio Di Giorgi, diretor da Frutesp, em termos de transporte há uma defasagem de pelo menos 150% entre a colheita numa propriedade a 50 Km para outra a 200 Km de distância. Uma propriedade que produz quatro caixa/pé tem um custo 60% menor do que a que produz 1 caixa/pé (In *"Proposta remuneração proporcional à eficiência"* G.M, janeiro, 1991).

1978	A Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico (CANECC) é criada por iniciativa do governo estadual. Neste momento, o governo do Estado de São Paulo, em raticulação com o setor privado, cria o Fundo Paulista de Defesa da Citricultura (FUNDECITRUS). A disputa de representação entre ASSOCITRUS e FAESP se intensifica, com a preocupação do presidente da CT citricultura em fornecer algum nome para a comissão da CANECC. As empresas processadoras são acusadas pelos citricultores de formação de cartel. Pela primeira vez surge a discussão sobre a responsabilidade da colheita e do transporte. A CACEX é a mediadora do embate, mas não intervém diretamente.
1979	A CT da citricultura pressiona o governo para intervir diretamente no setor devido à configuração industrial oligopolista e concentrada, há um oligopsônio formado no complexo citrícola. Ela demonstra receios sobre a provável constituição de pomares próprios das empresas de processamento, alertando para os incentivos fiscais concedidos ao segmento industrial processador.

Fonte: Paulillo, 200, p. 102.

Quadro 5.8. *Principais ações individuais e coletivas para a constituição do campo econômico da citricultura, anos 1980-90.*

Anos 80	O Estado delimita sua atuação às políticas setoriais. As principais referem-se aos incentivos fiscais e/ou financeiros às exportações, queda de barreiras às exportações de suco e modernização dos portos.
1980	Surgem mais 3 empresas: uma empresa familiar (Branco Perez S/A) em Itápolis, a Central Citrus em Matão e a Citrovale em Olímpia. A Frutropic é adquirida pelo grupo francês Dreyfuss.
1983	A Citromojiana é adquirida pelo Grupo Cutrale, e 49% das ações da Citrovale S/A são vendidas para a Cutrale, que ainda nesta década passa a ter 100% do controle.
1984	Cargill instala uma nova unidade em Uchoa e inova no sistema de transporte, que passa a ser a granel. A inovação assusta os concorrentes, já que as primeiras estimativas apontavam uma redução de 90,2 dólares por tonelada no custo final do suco nacional. Tanto que as grandes empresas seguem a opção da Cargill. Também há inovação na planta industrial, substituindo as convencionais caldeiras a óleo por caldeiras movidas a bagaço de cana-de-açúcar. Surge a Bascitrus em Mirassol, associada ao grupo Citrusuco.
1987	Realiza-se o 1º Encontro ASSOCITRUS/FAESP em São Carlos-SP. Desde 1985 a ASSOCITRUS fica sem arrecadação, pois as empresas negaram o recolhimento de suas parcelas no processo de negociação das caixas de laranja com os produtores. Para isso monta um sistema próprio de arrecadação, proporcional ao número de pés de laranja de cada proprietário.
1988	O descompasso entre a CT da citricultura e a ASSOCITRUS é latente, porque a estrutura da FAESP não garante a flexibilização suficiente para essa CT. Logo, ela é afastada dos arranjos. Surge então a Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo (ACIESP) e a Associação Brasileira dos Exportadores de Sucos Cítricos (ABECITRUS). A ACIESP surge como rompimento tanto da ASSOCITRUS como da FAESP. A primeira vitória da ACIESP é o rompimento da cláusula contratual do pagamento das caixas com base no dólar médio. A partir daí, os pagamentos basearam-se no dólar/dia.
1989	O enfraquecimento total da FAESP na citricultura e o surgimento da ACIESP dificulta a existência de uma linguagem comum no segmento. Isto permite que a indústria explore as contradições internas entre os citricultores. A participação da presidência da FAESP em reuniões das CTs é rara. Mas os conflitos se elevam com a fragmentação proporcionada pelo aparecimento da ACIESP. Assim, a FAESP passa a participar como mediadora do conflito, já que promove uma bateria de reuniões reservadas com cada associação – de citricultores e indústria - principalmente em 1989 e 1990.
1989	A ASSOCITRUS elabora o capítulo da laranja na Lei Agrícola votada em 1989. O princípio geral defendido era não envolver o governo nas questões do setor, mas aproveitar a oportunidade para alcançar uma lei de regulação setorial. As propostas mais interessantes são limite de processamento de laranja de pomares próprios até 20%, proibição de financiamentos

	com recursos de instituições ligadas ao governo federal a projetos de verticalização e obrigatoriedade das negociações a cada safra entre as comissões da citricultura e da indústria.
1989	A ACIESP mais uma vez demonstra que a sua atuação é mais ativa que a ASSOCITRUS. No final deste ano, ela solicita participar da elaboração da Lei Orgânica dos municípios citrícolas. Assim, encaminha ofício às Câmaras das 112 cidades, sugerindo aos respectivos vereadores determinados tópicos específicos à citricultura. O objetivo era a obtenção de homogeneidade na regulamentação da atividade no cinturão. A década encerra com poucas inaugurações de plantas industriais. Em grande parte, ocorreram ampliações das capacidades instaladas das unidades existentes. Apenas em Taquaritinga surge a Royal Citrus.
1990	A ACIESP cria um programa radiofônico de entrevistas e informações técnicas. O objetivo foi aumentar a proximidade com o citricultor. Eram 24 programas semanais de cinco minutos de duração em 18 emissoras de municípios localizados no cinturão citrícola. O programa era financiado pela Paragro Sipcom Defensivos Agrícolas S/A e durou 6 meses.
1991	A ACIESP e a ASSOCITRUS trabalham em conjunto na negociação dos preços. As desmedidas da FAESP em iniciar o acordo da safra 1990/91 promove a intensificação dos conflitos dos citricultores e das associações. Mais uma vez, é a tentativa da FAESP de elevar a representação formal neste complexo. A atuação da FAESP é reconduzida nas safras seguintes e a situação é relativamente amenizada. A presença da FAESP na intermediação dos conflitos entre as associações da indústria de suco concentrado permite o acerto das divergências em um fórum interno. Houveram lampejos de fusão entre ASSOCITRUS e ACIESP.
1992	A atuação da CT citricultura tem o objetivo de aproximar as associações para evitar a divisão entre os citricultores. Para tal, passou a colocar na sua presidência pessoas ligadas diretamente às duas associações. Mas não há uma identidade elevada entre a CT da citricultura e as associações de citricultores. No segmento industrial processador, ocorre a entrada de dois novos grupos empresariais, Votorantim (Citrovita) e Moreira Salles (Cambuhy), que podem ameaçar as concentradoras tradicionais, as 4 C's.
1994	Cambuhy e Citrovita já representam juntas 6% da capacidade instalada de esmagamento do país. Surgem mais duas pequenas empresas de processamento: a Citro Barthol em bebedouro (capacidade para esmagamento para 4 milhões de caixas) e a Lins Citrus em Lins (capacidade de 10 milhões de caixas). A estrutura industrial continuou muito concentrada, e o oligopsonio persiste.
1995	O contrato-padrão é extinto pelo Conselho de Administração e Defesa Econômica (CADE). O CADE determina que a indústria não poderá mais se organizar para determinar preços. A indústria passa a cumprir a determinação e, ao mesmo tempo, estabelece que não se responsabilizará pelos custos da colheita e do transporte. A concentração industrial continua: as duas empresas principais, Cutrale e Citrosuco, representam 52% do total da capacidade de esmagamento instalada.
1996	Com a extinção do contrato-padrão, os poderes de representação e aglutinação das associações dos citricultores (ASSOCITRUS e ACIESP) se reduzem. Em contrapartida, a ABECITRUS se fortalece. Isso não impede que ambas estejam de comum acordo para a instalação e utilização das cooperativas de mão-de-obra rural nos pomares. O setor, puxado pela ABECITRUS, já visa um programa de erradicação do cancro cítrico. Nessa época, um problema reduzido, já que haviam apenas 45 focos da doença no território citrícola. Esse programa implicava recursos de 100 milhões de dólares, entre governo estadual, FUNDECITRUS e empresas industriais. Mas ele não se efetivou, ocorrendo o aumento da doença nos anos seguintes, chegando a dois mil focos em 1999.
1998	A Citrovita adquire a Cambuhy Citrus e a Montecitrus. Torna-se a terceira maior processadora do país.
1999	A ABECITRUS reclama ajuda do governo federal para o combate ao cancro cítrico. Pela primeira vez o governo é favorável à erradicação do cancro. O Ministério da Agricultura garante a liberação de US\$ 50 milhões para a safra. A verba, resgatada do Orçamento da União, é usada na erradicação de 19 milhões de pés de laranja e no controle do tráfego interno de material vegetal no cinturão citrícola. O combate ao cancro inicia-se com a articulação da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e do FUNDECITRUS. O poder de polícia é da Secretaria,

	que chancela a fiscalização para o FUNDECITRUS. As prefeituras das cidades citrícolas atuam intensamente, recrutando e coordenando o pessoal nas frentes de trabalho dos pomares, para detectar e erradicar os pés infectados. A Assembléia Legislativa de São Paulo aprova projeto de lei dispondo sobre a obrigatoriedade do sudo de laranja no cardápio da merenda escolar, a partir de 2000.
--	--

Fonte: Paulillo, 2000, 112-113 e 125

5.3.2. As lutas sociais e a nova categorização dos trabalhadores assalariados: entre a agroindústria e os produtores familiares modernos

As mobilizações de trabalhadores assalariados, desde as grandes greves de 1984, momento em que eles se manifestaram mais acentuadamente no cenário político da agricultura regional e nacional, têm contribuído para a produção da identidade de *empregados rurais assalariados* como negação de sua filiação à categoria generalizante de *trabalhadores rurais*. Neste sentido, soma-se ao movimento de distanciamento dos produtores à mesma categoria de trabalhadores rurais, pontuando um período de classificações e reclassificações identitárias.

A ação política dos assalariados se caracteriza pelo estabelecimento de duas frentes de oposição: 1) a primeira, caracterizada pela oposição aos proprietários de terra, “*patrões*” dos trabalhadores fixos ou permanentes que executam diversas etapas do ciclo produtivo da laranja; 2) a segunda, caracterizada pela oposição à indústria em razão dos contratos de trabalho que os colhedores têm com esta última e, a partir de 1996, diretamente com os produtores.

A evolução da trajetória política dos trabalhadores assalariados esteve marcada por entraves advindos seja da ação dos “adversários de classe” seja de sua própria compreensão sobre a significação política das problemáticas em questão, dificultando a definição de seus interesses a curto e a longo prazo. A reconstituição desta trajetória será o objeto desta parte do trabalho²⁷⁴ e ela versará sobre os colhedores de laranja porque é a ação política desta categoria de trabalhadores que traz mais significações ao campo econômico em que se encontram com os produtores e as agroindústrias²⁷⁵.

Muito mais que uma questão afetando simplesmente as categorias da estrutura e da organização sindical, há questões envolvendo uma nova concepção, prática e dinâmica da ação

²⁷⁴ Os depoimentos que seguem são do então presidente do Sindicato dos Empregados Salariados Agrícolas de de Bebedouro (ex-Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e atual presidente da FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Agrícolas do Estado de São Paulo), Paulo César Lima., filho de um pequeno proprietário do Estado da Bahia, meeiro em Bebedouro e colhedor de laranjas. A história de vida do presidente do sindicato simboliza o percurso de três gerações de expropriação e exploração dos trabalhadores. Cf também entrevista com Paulo César em Sindicalismo no campo: entrevistas. In *Cadernos do CEDI* 20, 1989, p. 44-51.

²⁷⁵ A participação dos trabalhadores fixos ou permanentes (que residem nas propriedades) é muito dificultada pela submissão direta aos produtores a qual se se confunde com relações pessoais e paternalistas. Sobre as influências da ascendência dos proprietários de terra sobre a organização política dos trabalhadores, sobre a fundação de associações agrupando tanto os proprietários e trabalhadores sob a denominação genérica de “profissionais rurais da agricultura” no começo do século e sobre a política corporativista dos sindicatos nos anos 1940 e 1950 ver Barros, Fátima Regina de. *A organização sindical dos trabalhadores rurais: contribuição ao estudo do caso do Estado de São Paulo, entre 1954-1964*. São Paulo, IEA/Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1987.

política setorial assim como uma nova leitura do movimento social na agricultura, no qual, em polos antagônicos, se situam os próprios trabalhadores, os produtores e a agroindústria.

Pelo fato de que a produção das frutas concentra-se principalmente nas pequenas e médias propriedades, as conseqüências sobre as transformações na significação das categorias pelo movimento sindical e social regional causaram uma série de debates sobre as afiliações políticas das classes e dos grupos sociais presentes na citricultura que serão reconstituídos nas suas características mais importantes, de acordo com os objetivos da pesquisa.

Desta nova leitura transparece, principalmente, que os produtores familiares modernos na citricultura apresentam filiações político-institucionais distintas daquelas dos pequenos agricultores que se situam no campo de classe da produção familiar e que foram historicamente incorporados no sindicalismo sob a categoria de trabalhadores rurais para demarcar sua luta por uma política agrícola, política agrária e política tecnológica diferenciadas.

5.3.2.1. A significação do processo de afirmação política dos trabalhadores agrícolas assalariados

A ação política dos trabalhadores agrícolas assalariados se refere a três aspectos do universo social no qual eles se situam: o da reprodução social (relativo às campanhas salariais, isto é, diretamente ligadas à remuneração e às condições de segurança do transporte e trabalho), o da cidadania (relativo a seus direitos sociais e políticos) e o do “*projeto político maior*” (relativo ao controle do processo de produção, isto é, aos fundamentos e a direção do progresso técnico com conseqüências no ritmo e intensidade do trabalho²⁷⁶ e à participação e gestão nos processos decisórios relativos às estratégias de desenvolvimento setoriais).

A amplitude da ação política - apesar de limitada no que diz respeito a seu projeto político em razão das condições de vida e trabalho extremamente precárias que enfrentam estes trabalhadores como a instabilidade do trabalho, os salários extremamente baixos e a não-vigência dos direitos sociais básicos²⁷⁷ - afeta assim evidentemente não somente os interesses econômicos imediatos da agroindústria e citricultores (a manutenção dos baixos custos da produção agrícola e industrial, os custos da reprodução da força de trabalho, o controle do tempo e da intensidade do trabalho uma vez que deste dependem o tempo da atividade agrícola e industrial e o tempo de retorno do capital investido na produção) como também os interesses político-estratégicos.

²⁷⁶ Nas palavras de Alves (1991), o progresso técnico não é apenas o conjunto de técnicas mas a forma como o trabalho se organiza. No que diz respeito ao projeto político dos assalariados no complexo agroindustrial, ele pode ser resumido nas seguintes palavras: “*Para estes trabalhadores, não interessa acabar com os complexos agroindustriais, mas sim, iniciar um processo que os capacite a entender todo o processo de produção, tendo em vista exercer o seu controle*”. In Anais do I Congresso dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, FERAESP, Jaboticabal, 07-08 abril 1990, p. 28-29.

²⁷⁷ Principalmente após o Plano Cruzado, devido à crescente deterioração do poder de compra dos salários, as mobilizações dos trabalhadores priorizaram o eixo econômico das reivindicações. Esta tendência se reforça frente à recessão econômica atual e aumento do desemprego.

Com respeito aos diferentes grupos sociais de produtores, já se analisou como seus representantes políticos procuram negociar os preços das frutas tendo como referência os custos da produção agrícola mais baixos para que lhes seja assegurada uma sobretaxa de lucro. Então, do ponto de vista dos pequenos produtores/pequenos proprietários a manutenção de baixos salários é fundamental para o equilíbrio econômico de seus sistemas de produção. Isso explica tanto a ameaça que sentem das campanhas salariais e greves de trabalhadores quanto seu rígido controle da disciplina e do ritmo do trabalho dos colhedores (são os pequenos proprietários/pequenos produtores que mais desrespeitam os direitos sociais de trabalhadores previstos em lei, segundo o sindicato dos empregados assalariados e as entrevistas realizadas). Isso se explica também por sua afirmação ética da propriedade da terra e a transformação de sua concepção do trabalho (da valorização ética do labor agrícola familiar ao do trabalho indireto de gestão da propriedade).

A identidade social do trabalhador agrícola na região de estudo é o produto do processo de expropriação das condições de produção do meeiro e do arrendatário e da concentração da terra e progressivo desencantamento com a possibilidade de ser dono de terra ou ter acesso a um emprego urbano para aquele processo de luta por melhores condições de vida enquanto empregado assalariado. Ela também é produto da especialização da agricultura local e da expansão hegemônica do assalariamento, aliada ao fechamento de outras frentes de trabalho na região inclusive no período das entressafras:

Acho que esta identidade do colhedor de laranja, não sei se a pessoa cria ou se ela foi sujeita à criar esta identidade dentro das condições que sua vida estava exigindo pra ele poder viver... Então, às vezes, na entressafra, que nunca empregou tudo mundo, a gente saía pra fazer outro serviço... Ele poderia até fazer outra coisa, mas não, aquilo ali era o que estava dando mais condições de sobrevivência, estava ganhando mais, e foi se acostumando com isto a ponto de não querer fazer outra coisa depois ou até fazer, mas trabalhar sempre com uma meta, o principal é isto, colher laranja... Na entressafra as pessoas trabalhavam na roça, ou de servente de pedreiro ou qualquer serviço que era menos rentável, o pessoal largava e ia colher a laranja. Isto tudo era discutido... A gente não tinha dimensão, esta questão no papel, o que a gente era ou não era, a gente sabia que era colhedor de laranja, fazia o serviço da roça.

A dimensão profissional incorporada pelos trabalhadores - enquanto consciência da atividade especializada e definidora de papéis sociais e políticos - foi um produto de sua organização em direção à luta por direitos sociais e políticos - compreendendo aqui as reivindicações mais significativas para a mudança de suas condições de trabalho como trabalhadores temporários (a relativa garantia dos contratos de trabalho) face à demanda local de mão de obra.

Hoje a gente sente que houve um processo de profissionalização do pessoal, criou a figura do colhedor de laranja. Hoje isto é uma realidade no mercado de trabalho, o colhedor de laranja, o cortador de cana... Hoje existe uma organização maior em termos de respeito dos direitos, o pessoal conquistou melhor isto, foi se adaptando com isto, foi se acostumando com aquilo, alguns pagavam, outros não, algum transportava melhor o pessoal, outros não, aí o pessoal passou a exigir mais, porque nesta corrida também existia uma disputa entre as empresas de mão-de-obra... Então, o pessoal começou a exigir um pouco mais, se manifestava.

Analisou-se anteriormente, o predomínio ideológico do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.914 de 02/03/1963) – que determinava a extensão dos direitos sociais do trabalhador urbano ao rural, sem considerar a multiplicidade de relações de trabalho na agricultura, agrupando na categoria "trabalhador rural" aqueles que recebiam tanto em espécie quanto em produto²⁷⁸. A regulamentação dos sindicatos rurais e seu enquadramento institucional de 1962 (Portaria nº 355 A) reconheciam, entretanto, a existência de várias categorias de trabalhadores rurais (pequenos proprietários, arrendatários, meeiros e empregados assalariados).

O aprofundamento da adequação do corpo legal de proteção aos trabalhadores rurais e de regulamentação das relações de trabalho à realidade da diversidade social sofreu um revés em seguida ao golpe militar de 1964. Em 1965, o governo definiu como trabalhador rural *“toda pessoa física que exerça uma atividade profissional rural com forma de emprego ou como empreendedor autônomo, neste caso em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem empregados”* (Portaria nº 71 de fevereiro de 1965) e instituiu o sindicato único por base municipal. Em termos de enquadramento sindical a lei (Decreto-Lei do Enquadramento e Contribuição Sindical, nº 1.666 de 15/04/1971) previa que no Sindicato dos Trabalhadores Rurais por município se afiliariam os pequenos proprietários que detivessem até um módulo rural²⁷⁹ ou os que detivessem explorações de tamanho até três módulos rurais desde que os proprietários não empregassem trabalhadores permanentes. Isto é, a lei não consideraria, com respeito ao enquadramento sindical, o emprego de trabalhadores eventuais, de assalariados volantes e bóias-frias. A partir deste momento, o conjunto dos considerados trabalhadores rurais - assalariados e pequenos proprietários que apresentassem estas características - foram obrigados a se filiar institucionalmente ao mesmo sindicato de base municipal²⁸⁰.

Pelos elementos que atestam a transformação dos pequenos proprietários como trabalhadores rurais (envolvidos no labor agrícola) a proprietários de terras e o modo como progressivamente o conjunto dos produtores vai se filiar à ação política das associações na defesa dos interesses específicos à produção e comercialização na citricultura, têm-se elementos suficientes para se compreender as dificuldades que enfrentavam os trabalhadores assalariados na condução de suas reivindicações específicas dentro da mesma estrutura sindical²⁸¹.

²⁷⁸ Cf Ferrante, Vera Lúcia Silveira Botta. O Estatuto do Trabalhador Rural e o Funrural: ideologia e realidade. In Revista *Perspectivas*, v. 1, nº 1, Araraquara, 1976.

²⁷⁹ Módulo rural é definido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como a superfície agrícola explorada em regime de trabalho familiar segundo os recursos técnicos disponíveis considerada a produtividade do solo em cada região e que permite à uma família empregar inteiramente sua força de trabalho, garantindo sua subsistência e progresso social e econômico.

²⁸⁰ Alves (1991, p.268) conclui apropriadamente que *“a legislação só observa o emprego de trabalhadores permanentes e o tamanho da propriedade, que é o que, em última instância, interessa para a isenção do imposto territorial que o pequeno proprietário goza ao ser enquadrado como trabalhador rural”*.

²⁸¹ As limitações neste sentido se estendem inclusive para além das questões locais: a ação política da FETAESP muitas vezes conciliatória com o patronato rural, a ação política da CONTAG e a direção política da maioria das federações e da confederação, lideradas por pequenos produtores, afetando o avanço da organização política e das reivindicações dos assalariados da cana e da laranja no norte do Estado de São Paulo. Cf Equipe FASE/Jaboticabal. Canavieiros do Nordeste e de São Paulo. São Paulo: novos desafios depois de Guariba. In *Proposta: experiências*

A ação política de trabalhadores assalariados em Bebedouro foi por muito tempo dificultada pela aproximação da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais com os grandes proprietários de terra²⁸² e por questões que afetam o eixo central das reivindicações dos trabalhadores no campo em torno da reforma agrária, tema que predominou na CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores Agrícolas)²⁸³ e no caso do Estado de São Paulo, na FETAESP (Federação de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo).

O distanciamento da FETAESP na resolução dos conflitos de trabalho levou a que os trabalhadores encaminhassem suas reivindicações diretamente à Justiça de Trabalho (TRT - Tribunal Regional do Trabalho), impedindo a coletivização das lutas daqueles trabalhadores. Isso também se observou no caso de Bebedouro, não apenas através da ação política conciliatória do então Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bebedouro com os proprietários de terra em geral, como também através da ascendência política dos próprios pequenos proprietários sobre a direção deste sindicato.

A gente não tinha nada na época, um espaço para organizar esta luta ou pelo menos um espaço que entendesse a dimensão desta luta, ou alguém que começasse a politizar ou canalizar estas forças dentro destas novas relações de trabalho que tinham pintado (...) A partir destes acontecimentos, destes movimentos sociais que foram acontecendo nesta época, já tinha entrado também a CPT na região, igrejas através de Grupos de Jovens, a Pastoral da Terra... A CPT começou a fazer trabalho antes do movimento sindical. Fazia reunião, encontros de trabalhadores... Eles trabalhavam sempre com uma linha: nós temos que mudar os sindicatos pra poder encaminhar estas lutas..., estar fortalecendo os grupos que estavam ficando sócios do sindicato pra fazer oposição no sindicato e pra estar encaminhando as lutas dos trabalhadores...

Além disso, de acordo com Graziano da Silva (s/d, p. 24), a visão predominante, tanto de parte do MSTR (Movimento Sindical Trabalhadores Rurais) quanto da Igreja, era a de que os empregados assalariados agrícolas constituíam o lado mais perverso do capitalismo na agricultura, isto é, a expropriação dos pequenos produtores e a concentração da terra e do capital. Então, a unidade do projeto político do conjunto dos trabalhadores rurais seria a da Reforma Agrária, sem que isto contemplates os interesses mais imediatos dos assalariados²⁸⁴.

em educação popular. Assalariados rurais: para onde vai a organização?, Rio de Janeiro, n° 42, ano XIV, out. 1989, p. 32-40; Alves, 1991, p. 117-118.

²⁸² O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bebedouro foi criado em 1963. José Nunes o presidiu durante 17 ans (de 1970 a 1987). A sede do sindicato foi construída graças à doação de material de construção pelos fazendeiros do município. Todos os arquivos do sindicato correspondentes à sua gestão foram levados com ele quando de sua saída da direção do sindicato.

²⁸³ Até 1987, a CONTAG agrupava as federações dos trabalhadores rurais de cada estado e estas últimas, os sindicatos dos trabalhadores rurais de cada estado. A CONTAG, enquanto estrutura oficial do sindicalismo no campo, será por um longo período marcada, tanto na sua estrutura quanto na sua ação, pelo corporativismo (atrelamento dos sindicatos ao Estado, verticalização e hierarquia).

²⁸⁴ Sobre a tendência e as origens da homogeneização da estrutura sindical rural voir D'Incao, M.C., Botelho, M.R. Movimento social e movimento sindical entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. In *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo, Cortez, 1987, p. 53-81. Estes mesmo autores mostram os efeitos da obtenção do *direito de sítio* (direito do trabalhador permanente plantar sua fonte de subsistência num pequeno pedaço de terra na propriedade), neste caso referindo-se aos trabalhadores da cana-de-

A Reforma Agrária não dizia respeito a nós, nós nem entendíamos direito. Em 84 ou 85 a Igreja fez a Campanha da Fraternidade, a campanha foi Terra. Então este ano chegamos a fazer encontro aqui em Bebedouro pra discutir a questão da Reforma Agrária, mas a gente não sentia que era um problema nosso, a gente dizia: 'nós não estamos lutando por isso, nossa luta é outra!' Depois nós fomos tendo mais compreensão política do que era a luta pela reforma agrária, mas concretamente nós nunca desencadeamos uma luta neste sentido... Nos congressos não se discutia nada sobre o trabalhador assalariado. Eu voltava frustrado mas não desanimava, não. A gente dizia: 'nós vamos ter que nos organizar mais, fazer nossa luta e esses caras vão ter que entender. O pessoal ignorava os assalariados, diziam que isto era causa perdida ou que o pessoal uma hora ou outra ia se incorporar na luta pela reforma agrária... Eles não tinham a dimensão de que o pessoal poderia se organizar e desencadear um processo de luta desta nova categoria. Não tinha conhecimento e não procurava ter, esta era a verdade".

Esta representação sobre a reforma agrária resulta também da posição e do envolvimento dos migrantes (normalmente trabalhadores originários do Estado de Minas Gerais por ocasião da colheita) em conflitos sociais regionais. Os migrantes são normalmente pequenos produtores de zona pobres que começaram a chegar, a partir dos anos 1970, com a finalidade de complementar os seus ganhos com a colheita, retornando para casa durante a entressafra. Considerados mais disciplinados para o trabalho e, muitas vezes aceitando salários muito baixos, pouco se envolvem nas mobilizações sociais na região²⁸⁵, diferentemente dos assalariados “locais”.

A ação política dos trabalhadores assalariados, em vez de restringir a significação da terra, dá uma nova dimensão à luta pela reforma agrária. Diante da não-separação entre trabalho e propriedade dos meios de produção, esta ação idealiza a produção social de um novo agricultor. Suas experiências diárias e extremamente significativas da exploração que sofrem, às vezes até mais intensa quando advinda dos pequenos e médios proprietários, reforçam sua contribuição a propósito do modelo de reforma agrária a construir, mesmo que a terra para eles não tenha mais a significação de ser a base de sua reprodução e inserção social na sociedade²⁸⁶.

açúcar e a origem da adoção da questão da terra no eixo central das reivindicações do movimento sindical rural após o II Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, em 1972.

²⁸⁵ A partir dos anos 1980, houve uma tendência destes migrantes se fixarem na região de Ribeirão Preto, frequentemente morando no interior das terras das agroindústrias e mantendo contratos permanentes de trabalho.

²⁸⁶ Após 1980, a participação dos boías-frias nos movimentos dos sem-terra aumentou. Esta religação dos assalariados com a terra - como movimento espontâneo (com invasões de terra) ou no âmbito do Programa Boía-Fria do governo do Estado de São Paulo de 1985 cujo objetivo era evitar o desemprego temporário do mês de novembro a maio e produzir gêneros alimentícios em terras públicas ou privadas ou alugadas às prefeituras – coloca questões sobre suas reais significação e dimensão. Esta realigação parece mais uma resposta à recessão econômica, à crise de emprego e à crescente miséria na qual se encontram os trabalhadores, isto é, ela não incorporaria a dimensão histórica e cultural da luta pela terra como pretendem certos autores. Para uma interpretação positiva neste último sentido ver Ferrante, V.L.S.B.; Bergamasco, Sônia Maria P. Pereira; D'Aquino, Tereza. Assentamento de trabalhadores rurais em São Paulo: a roda-viva de seu passado/presente. In *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, 1990, p. 253-277. Sobre o Programa Boía-Fria ver Schumacher, Aluísio Almeida; Chonchol, Maria Edy Ferreira de. Les boías-frias et la terre: politique publique dans l'Etat de São Paulo. In *Cahiers du Brésil Contemporain*, n° 10, junho 1990; D'Incao, M.C.; Itacarambi, Paulo; Chonchol, M.E; Pinton, Florence. *Stratégies officielles, réponses locales: le programme boía-fria dans l'Etat de São Paulo*. In Série Document de Travail, n° 16, EHESS, CIERD, octobre 1986; Chonchol, M.E. (coord) Gênesse d'une politique et gestion locale: des familles boías-frias renouent avec la terre dans l'Etat de São Paulo. In *Cahiers du Brésil Contemporain*, sept 1989, n° 7.

Face às dificuldades de condução das reivindicações dos trabalhadores assalariados, a oposição à prática sindical tradicional conduziu uma ação de resistência árdua e lenta nos locais de trabalho (pomares) cujo avanço dependia da demanda de frutas pela agroindústria e das transformações no mercado de trabalho. As formas de manifestação durante os anos 1970 e 1980 constituíam-se de paralizações totais ou de operações tartaruga na colheita (redução da velocidade e ritmo de coleta das frutas). As reivindicações pautavam-se no acesso às informações relativas ao valor de sua remuneração, ao custo industrial de produção do suco e nos aumentos salariais, na alteração das formas de organização de trabalho e no protesto contra a baixa quantidade de frutas nas árvores:

Hoje, analisando, a gente via as formas da pessoa se manifestar na luta... Tinha dia que o empreiteiro - que tinha o compromisso com a indústria de levar o pessoal pro trabalho - tava com o caminhão dele lotado, cheio de gente, de repente e no outro dia, na hora que ele passava no ponto não tinha ninguém pra ele levar. Havia aquele jogo de ganhar mais, então o pessoal também escolhia quem pagava mais. A gente queria ganhar um pouco mais, que eles oferecessem um pouco melhor as condições de trabalho. Eram as formas de resistência do pessoal... Quando o mercado de trabalho tinha se estabilizado um pouco mais, não ficava este pula-pula de caminhão, e o pessoal começou a paralizar na roça: a gente ficava prestando atenção... Tinha dia que quase não vinha caminhão na roça, aí a gente fazia aquele montão de laranja no chão, de repente o gerente chegava apavorado e dizia: 'eu vou mandar um monte de caminhão aí que nós estamos precisando de laranja!'. Aí a gente falava: 'se não aumentar o preço, nós não vamos colher!' O empreiteiro ficava doido. Aí eles aumentavam o preço da caixinha... Era o empreiteiro e o fiscal da firma, nós o chamavamos de gerente. Aí o cara voltava na firma, conversava na firma, voltava na roça e conversava com o empreiteiro, aí o empreiteiro vinha e falava: 'aumentou pra tanto! E a gente voltava a colher. O aumento então era discutido quando a turma tava no pomar, com o empreiteiro presente...

A ação política de resistência e de conscientização dos direitos dos trabalhadores foi feita sob o fogo cruzado de mútuas acusações entre os empreiteiros e as indústrias: os primeiros acusavam as indústrias de serem responsáveis pelos baixos salários dos colhedores e as segundas acusavam os empreiteiros de não pagarem os trabalhadores conforme o previsto. Os colhedores não sabiam quem era efetivamente responsável pela sua remuneração devido à inexistência de contratos de trabalho.

Às vezes a gente estava trabalhando, encontrava com os colegas, conversa e fala: ah, hoje nos paramos lá na roça, o pessoal aumentou pra tanto! O cara saía comentando na turma, ou mesmo o cara que tinha parado lá, aumentado, ficava umas duas semanas lá (na turma), ía pra outra, levando a idéia. Porque mesmo que às vezes conseguia aumento, já não era muito mais este negócio de esvaziar caminhão. Mas às vezes 2-3 passavam pra outro caminhão, quando viam que estava em pomar melhor, bem carregado, eles largavam lá e iam pra outro caminhão. Daí acabava aquele pomar e pegava um outro pior... Assim, foi se dando este processo..."

Apesar destas resistências e deste combate corpo-a-corpo empreendido pela oposição sindical apoiada pela CPT (Comissão Pastoral da Terra)²⁸⁷ desde o começo dos anos 1980, o marco de emergência dos trabalhadores assalariados na cena política nacional foram as greves de

²⁸⁷ Sobre o trabalho de apoio da CPT, da Pastoral do Migrante e da FASE (Federação das Associações pela Assistência Social e Educativa) na região de Ribeirão Preto voir Alves, 1991, p. 119 e 122.

1984 de Guariba (relativa aos cortadores de cana) e Bebedouro (relativa aos colhedores de laranja), movimento que se intensificou em outros municípios²⁸⁸. Estas greves revelaram, pela primeira vez, para a sociedade, as condições de vida e de trabalho dos bóias-frias.

Em 84 o processo foi mais interessante: foi a primeira montagem de pauta que foi feita... Não era mais a CPT que organizava a discussão. Foi dentro do sindicato, porque ninguém tinha estrutura pra estar tocando isto, só o sindicato tinha, e a orientação sempre caminhava no sentido de estar fortalecendo a luta pelo sindicato. Foi aí que surgiu a greve de 84. Houve solidariedade com os cortadores de cana. Foram levados grupos de trabalhadores daqui pra fazer o encontro em Guariba, porque ao mesmo tempo que surgiu a greve lá em Guariba dos cortadores, surgiu aqui em Bebedouro também, dos colhedores... A CPT procurou fazer esta articulação, levou pra encontros em Guariba... Começamos até a pensar em campanha unificada dos assalariados... Começamos a enxergar um pouco mais o processo como que se dava, este mundo, as diferenças de capitais aqui, a gente já começou a pensar não só na integração com os canavieiros como estar fazendo, procurando fazer aliança com os trabalhadores da cidade e tal... Esta politização que eu falo, a gente começou a ver um horizonte maior, começar a enxergar mais a realidade...²⁸⁹.

Apenas após esta greve é que foram adotados os *pirulitos* (comprovantes da produção diária de cada trabalhador), a distribuição de *caixinhas* gratuitamente pelo produtor em igual número para todos os trabalhadores e uma certa atenção às normas de segurança no transporte de trabalhadores em caminhões até as propriedades²⁹⁰. Da mesma forma, os primeiros acordos entre sindicatos de trabalhadores e empregadores começaram a ser assinados.

A ausência da participação direta de trabalhadores e do comando de greve quando da assinatura do acordo entre o sindicato e as indústrias sobre o novo valor da caixinha²⁹¹ e o resultado da greve de maio de 1984 em Bebedouro, causaram uma profunda desconfiança em relação à direção do sindicato, colocando à prova a eficiência da continuidade da organização dos trabalhadores por fora da arena sindical:

²⁸⁸ Sobre a greve dos bóias-frias em Guariba e nos outros municípios de produção de cana ver D'Incao, Maria Conceição. *Bóia-Fria, Sangue-Quente* (Folha de SP, 02/06/84); D'Incao, M.C. O movimento de Guariba: o papel acelerador da crise econômica. In *Política e administração*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, FESP, 1985; Alves, Francisco José da Costa. *Modernização e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto*. Instituto de Economia/UNICAMP, 1991. Botelho, Moacyr. *As lutas dos assalariados agrícolas do Estado de São Paulo*. mimeo/sd. Na região de Ribeirão Preto, durante uma semana, 110.000 cortadores de cana e 40.000 colhedores de laranja se manifestaram. A assembléia que decretou o estado de greve em Bebedouro reuniu de 1.500 a 2.000 trabalhadores.

²⁸⁹ Este momento é marcado pela fundação anterior da CUT Nacional (1983) e pelos preparativos para a fundação da CUT Regional/Ribeirão Preto. É um momento de valorização de uma nova concepção do movimento sindical ("novo sindicalismo") surgido em 1979 entre os trabalhadores da indústria metalúrgica do Estado de São Paulo, cuja direção mais importante era a do acento da combatividade e participação. Enquanto oposição ao sindicato de Bebedouro, estes trabalhadores começaram a participar dos Congressos e a se aproximar das perspectivas dos trabalhadores assalariados urbanos.

²⁹⁰ Os acidentes de transporte com os caminhões de turma nas estradas da região de Ribeirão Preto eram freqüentes devido à falta de segurança deste meio de transporte e devido à intensidade do movimento de caminhões de carga dos produtos durante o período da safra. Em Bebedouro, no dia 12.04.1982, um acidente no Km 421 da rodovia SP-351, com um destes caminhões, matou 20 colhedores e provocou ferimentos em outros 21. Cf *Voz de Bebedouro*, 17.04.82; Folha de SP, 18.04.1982.

²⁹¹ Os trabalhadores reivindicavam Crs 200 cruzeiros por caixinha na época e o valor obtido foi de Crs 210 só que o valor real da caixinha foi de apenas Crs 144 (descontando-se o 13º salário, férias e indenização que estavam incluídos).

Primeira coisa que veio na cabeça: estes caras foram comprados pelas empresas pra nos enganar. A gente não perdoava o fato deles terem enganado a gente. Continuamos a fazer reunião por fora do sindicato, este outro movimento surgiu por fora do sindicato, em outubro de 84, a gente não canalizou pro sindicato, começamos a fazer sozinhos. Puxamos o movimento, sozinhos, quando os caras foram ver estava todo mundo paralizado. A gente tinha feito uma comissão pra negociar... Havia um grupo de pessoas que dirigia o movimento que era mais articulado, que se reunia frequentemente, tem aqui na direção do sindicato hoje três destas pessoas. Este grupo rachou em 85 com a entrada da Nova República... Nós não conseguimos acompanhar a mudança da conjuntura política, o final do regime militar e início da ditadura. Parte deste grupo, os caras militantes do PMDB defendiam que naquele ano a gente não devia fazer este movimento, não devia esperar o pacto social... Em 85 teve greve, em 86 não (devido à euforia com o Plano Cruzado), este grupo rachou na preparação da campanha..."

A repressão da polícia militar foi especialmente violenta durante a retomada da greve em outubro de 1984, com o uso de bombas de gás de lacrimogênio, cassetetes e cachorros²⁹², não somente nos lugares de realização dos piquetes (pontos de embarque dos trabalhadores para os pomares), mas também por onde passavam os caminhões com as frutas e suco (na Rodovia Faria Lima e em frente aos portões das indústrias) e nas vilas²⁹³.

De acordo com D’Incao e Botelho (1987, p. 61-62), a transformação dos assalariados em uma coletividade política organizada vem do fato da apropriação de sua identidade social enquanto trabalhadores assalariados e de sua percepção da exploração provocada por crescentes mudanças no sistema de produção agrícola e da organização do trabalho. Entre essas mudanças estavam: a intensificação do ritmo de trabalho, a adoção de carteiras de trabalho, a substituição da relação de favor mantida com o gato por vínculos de direito estabelecidos junto às empreiteiras autônomas ou às empreiteiras agrícolas responsáveis pela contratação direta dos trabalhadores.

A oposição sindical dos trabalhadores ganhou as eleições em 1987 e a reação dos representantes dos produtores não tardou: em 1988, foi fundada a ACIESP, com o claro propósito de ser também – à parte as razões evocadas anteriormente - uma reação para a escalada da oposição de esquerda no sindicato de trabalhadores²⁹⁴.

Ao mesmo tempo em que houve um processo de mudança no nosso sindicato, houve um processo de mudança no sindicato dos produtores também, então acho que deu uma mexida com os caras, pra disputar espaços políticos. Eles viram que este sindicato tinha orientações de partidos de esquerda, isso era claro pra todo mundo, porque da direita a gente só levava pau mesmo, houve um recuo dos políticos locais, o PMDB veio procurar a gente. Acho que os caras falavam que tinham perdido este sindicato pro

²⁹² Cf "Em Bebedouro, greve e piquete também terminam em violência", FSP, 16.05.1984; "Trabalhadores enfrentam a polícia", O Diário de Ribeirão Preto, 17.05.1984; "Bombas e empancamentos na greve em Bebedouro", FSP, 17.05.1984; "Em três cidades, depredações e choques com a polícia", FSP, 19.05.1984; "Cresce a greve da laranja: em Monte Azul grevistas são detidos", O Diário de Ribeirão Preto, 06.10.1984; "Continua a greve da laranja e padre é agredido pela polícia", o Diário de Ribeirão Preto, 11.10.1984.

²⁹³ Cf Anjos Filho, Odônio dos. *O início da organização política dos bóias-frias da região de Ribeirão Preto/SP*. UNESP/Campus Jaboticabal, 1985.

²⁹⁴ As "pessoas da esquerda, os radicais" – nas palavras de Campanelli – são militantes do Partido dos Trabalhadores. Paulo César Lima, desde então presidente do sindicato dos trabalhadores rurais foi presidente municipal do partido.

peçoal do PT. Os caras sabiam que a situação financeira do nosso sindicato não era boa. Quando o sindicato estava numa crise, eram eles que tiravam o sindicato desta crise, então acho que eles ficaram esperando a gente ir atrás deles.

A nova direção do sindicato empreendeu três mudanças importantes a partir de 1987. A primeira, que modificou substancialmente o papel tradicional do sindicato, foi a supressão da política assistencialista originária do FUNRURAL²⁹⁵:

Os sócios do sindicato eram a empregada doméstica, o funcionário da prefeitura, o pedreiro, era um pessoal que não tinha nada a ver com a luta que a gente tava levando. Era normal o produtor vir, abrir a carteira dele, dos empregados dele, ele que vinha todo mês, acertava pros empregados dele, pros caras virem no médico, dentista, o sindicato era apenas isto enquanto instância... Sempre soubemos que este sindicato funcionou muito bem, sempre teve de tudo, bastante médico. Nós entramos com o intuito de acabar com o assistencialismo dentro sindicato e fomos cortando aos pouco e ao mesmo tempo, este pessoal que era sócio só por causa disto foi se desinteressando de ser, o pessoal foi saindo automaticamente... Uma avalanche de gente ia embora e nós fazíamos outros sócios... Acharam que o sindicato estava fechado....

Dois encontros que tivemos com citricultores confirmam as causas principais das mudanças ocorridas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais a partir de 1987: o caráter assistencialista e a corruptibilidade do seu antigo presidente pelas indústrias.

Eu estou nos dois sindicatos, o dos trabalhadores e o patronal. Eu pago este rural, parece até que ele acabou, porque quando eu vou lá pago tudo de uma vez, é baratinho. Mas também agora tem pouca coisa lá, não tem mais nada lá. Parece que nós não temos mais vantagem nenhuma lá. Não tem médico, não tem dentista. O dos patrões eu pago mas é pra fazer declaração de imposto de renda, licenciar um carro, graças à Deus, nunca precisei de um advogado. Agora antigamente tinha um médico lá, acabou também. Há seis meses atrás paguei meio salário só, tá bom, não?" (P7)

Eles falavam que o presidente anterior era comprado pela indústria, davam dinheiro pra ele e ele resolvia a greve, eles podiam ganhar mais mas o Zé Nunes parece que a Cutrale e a Citrosuco compravam o Zé Nunes, é o que o povo fala. Aí ele dava a greve por encerrada, ele ganhava muito dinheiro por cima. Parece que tiraram ele por causa disto. Pra mim eu achava que ele era bom. Quando ele estava lá tinha quase uns 10.000 associados, depois que ele saiu está com 1.000 e pouco. Quando era ele tinha bons médicos, clínico geral, o que precisava tinha. Era cheio de gente de manhã e à tarde. Eles davam material escolar pras crianças. Eles cobravam muito pouco, agora também. Tinha mais associados então dava pra tocar melhor na época do Zé Nunes. Agora eles cobram muito pouco e agora não tem mais médico. Agora nós vamos pro Sudi, antes nós íamos no sindicato. Agora tem que pegar uma guia pra ir na Santa Casa ou no Sudi. (P11)

Apesar da garantia na autonomia da organização sindical desde a Constituição de 1988, ou seja, da supressão dos obstáculos legais que pesavam na constituição dos sindicatos por

²⁹⁵ Após a regulamentação do FUNRURAL, o governo revogou o Estatuto do Trabalhador Rural e estendeu a proteção social prevista na Consolidação das Leis do Trabalho ao trabalhador rural. O FUNRURAL, celebrando convênios com os sindicatos dos trabalhadores, possibilitou que a assistência médica fosse prestada na sede dos sindicatos. O sindicato de Bebedouro até 1987 contava com um cardiologista, uma psicóloga, um dentista, um generalista e distribuía gratuitamente material escolar aos filhos dos trabalhadores. Sobre as formas e a origem do assistencialismo sindical com o objetivo de se contrapor aos conflitos entre trabalhadores e empregadores (produtores), ver Ferrante (1976, op.cit).

categoria profissional em uma mesma base municipal²⁹⁶, o reconhecimento político e legal pelo Ministério do Trabalho depende ainda da regulamentação por Legislação Ordinária, complementar à Constituição²⁹⁷. Se houve a transformação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bebedouro em Sindicato dos Empregados Agrícolas Assalariados de Bebedouro e sua desfiliação da FETAESP (agrupando os empregados assalariados agrícolas, tratoristas, condutores de veículos e operadores de máquinas)²⁹⁸, com participação importante dos trabalhadores agrícolas assalariados na orientação de suas lutas, a FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo)²⁹⁹, posto na impossibilidade de negociar oficialmente o dissídio coletivo anual dos assalariados (no mês de maio) a partir de 1988, deve remeter anualmente à Justiça do Trabalho de São Paulo ou de Brasília as reivindicações de sua base sindical, devendo aguardar entre dois e três anos para o julgamento.

Isto é se explica então pela situação de não-reconhecimento legal da FERAESP e pelo recusa por parte da ACIESP, ASSOCITRUS, FAESP e as associações industriais em aceitar aquela federação como legítima representante dos trabalhadores assalariados nas negociações salariais. Os acordos salariais são assim negociados em reuniões a portas fechadas em gabinetes na cidade de São Paulo com a presença da FETAESP, que não tem nenhuma ação política real nem representação formal junto aos assalariados.

Esta situação causa alguns graves problemas financeiros ao sindicato dos empregados, uma vez que o recolhimento das taxas confederativas e o imposto sindical recolhido diretamente do salário de cada trabalhador pela agroindústria e que representa a principal fonte financeira do sindicato são direcionadas para a FETAESP. Uma das primeiras conseqüências deste fato é que o conjunto dos diretores do sindicato não pode deixar suas atividades como colhedores³⁰⁰, fragilizando o trabalho sindical cotidiano.

²⁹⁶ A Constituição de 1988 garante a liberdade de organização sindical, isto é, põe fim à obrigatoriedade de seu reconhecimento por parte do governo, desde que não haja mais do que um sindicato da mesma categoria, na mesma base sindical, sendo esta não inferior ao território de um município.

²⁹⁷ O processo político da formulação da nova Constituição Nacional remeteu a legalização dos novos sindicatos criados para a esfera da legislação ordinária a ser posteriormente definida pelo Congresso Nacional.

²⁹⁸ Atualmente o campo sindical rural da CUT pretende estabelecer campanhas salariais unificadas por ramo de atividade, englobando tanto as categorias dos trabalhadores rurais quanto as industriais. Segundo Paulo César (entrevista de março 1992 em São Paulo), o fato de que numerosos trabalhadores atuais das agroindústrias foram trabalhadores rurais, possibilita culturalmente também esta articulação. Isto está provocando mudanças na estrutura e dinâmica do movimento sindical. Além das diferentes orientações políticas das duas centrais, enquanto a CONTAG se define como uma central camponesa, a CUT é a única central que congrega os sindicatos dos empregados assalariados rurais.

²⁹⁹ A FERAESP agrupa apenas os sindicatos dos empregados rurais assalariados. Seu registro em cartório e a aprovação de seu estatuto é de 16.04.1989, aprovação que contou com a presença de 400 representantes de mais de dez sindicatos.

³⁰⁰ Esta seria uma das causas da concentração de atribuições sob controle do presidente do sindicato, com conseqüências para a democracia interna ao sindicato. Outros problemas que afetam a organização política dos trabalhadores são a não-coincidência entre o espaço de moradia e o do trabalho (é comum que os trabalhadores se desloquem para trabalhar em outros municípios), o baixo grau de sindicalização, os compromissos do sindicalismo com os partidos políticos, etc. Ver Equipe FASE/Jaboticabal, D'Incao e Botelho, 1987, p. 73-80.

As controvérsias sobre a criação dos sindicatos de empregados agrícolas assalariados ainda persistem³⁰¹ uma vez que a pauta das reivindicações dos assalariados não leva em consideração o perfil socioeconômico produtor rural (pequeno ou grande produtor), eventuais aumentos salariais podendo prejudicar pequenos produtores. O debate se situava principalmente sobre o terreno teórico das classes sociais na agricultura e sobre os espaços institucionais de avanço da luta das classes (no sindicato ou partidos políticos), isto é, sobre as conseqüências da divisão no movimento sindical estabelecida pela ruptura da tese que guiou sua ação e orientação no campo da esquerda - “a unidade na diversidade”. Esta tese pregava a união de todos os trabalhadores rurais no seu mais amplo sentido, englobando os pequenos proprietários e os assalariados num mesmo sindicato, contra o capital - e sobre o papel da CUT (Central Única dos Trabalhadores) neste sentido.

Por estes depoimentos abaixo do presidente do Sindicato dos Empregados Ruais Assalariados de Bebedouro (entrevistas, 1991 e 1992) observa-se que predomina a idéia de que os empregadores (patronato) dos colhedores compõem-se daqueles com quem eles estabelecem vínculos empregatícios diretos, no caso a agroindústria, a qual, pelos contratos de trabalho torna-se a principal referência da ação política dos trabalhadores:

O vínculo direto com o patronato que a gente tem, com o sindicato rural, é uma parte da nossa categoria que são os empregados na fazenda... Eu imagino que a indústria tira realmente estes custos do colhedor da laranja que eles compram... Mas mesmo assim eu não consigo ainda relacionar muito às claras este vínculo com o patronato sem ser com a indústria... Acho que os produtores têm que se organizar contra a indústria também, não contra nós.

Num processo de transformação, acho que passaria por uma aliança com este pessoal mais pequeno, uma aliança política, porque pra enfrentar a empresa rural maior, a indústria... Este processo pode começar a acontecer se, ao mesmo tempo que a gente pressiona a indústria de cá, pra melhorar as condições de trabalho ao mesmo tempo começar a ter uma participação maior no lucro da empresa, se eles começam também a fazer uma luta de resistência do lado de lá de não deixar este custo ser passado para o produto na compra... Aí eu começo a ver o cerco todo fechado na indústria. Por isso eu falo que aí pode se ter uma aliança política, mesmo da forma como se dá a relação de emprego agora, não precisa esta transformação, não, porque na medida que é um processo até automático, na medida que o confronto dos nossos pessoal que está trabalhando com ele, na medida em que a gente melhora as condições de trabalho desta grande massa que são os cortadores de cana e colhedores de laranja, se eles automaticamente não vem melhorando pra não dar condição pra este pessoal da fazenda, eles vão ficar sem eles, o pessoal virá pra cidade, entendeu? Então isto automaticamente puxa uma melhoria das condições de vida do pessoal que mora na fazenda. Mas se eles não tiverem esta dimensão pra estar se organizando, pra estar evitando o repasse, eles talvez não vejam nem a indústria o problema, vêem nos colhedores de laranja: ah, os caras têm aumento isto não vai custar pra indústria, vai custar pra nós!.

Não consigo ver no enfrentamento maior com a transformação, eles, os citricultores serem os primeiros, os inimigos da frente que nós temos que enfrentar, não vejo isto... Vejo na indústria porque o lucro mesmo disto fica na indústria, ela tendo ou não a terra, a fruta sendo própria ou comprando, está nela.

³⁰¹ O debate sobre as conseqüências na ação política do movimento sindical causadas pela modificação da estrutura sindical que agrupava pequenos proprietários e os assalariados era muito intenso no início dos anos 1990. Duas posições teóricas antagônicas na CUT (Central Única dos Trabalhadores) conduziam a duas formas de analisar o nascimento dos sindicatos dos empregados assalariados: uma contra, defendida por Novaes (1989, p. 46-49) e a outra a favor, defendida por Tarso (1989, p. 62-66). Cf também Alves (mimeo, s/d); Alves (1991, p. 39-49). Ferrante (1991, p. 50-56); Ferrante (1989/90, p. 73-102).

A dinâmica da formação social na citricultura e as estratégias de acumulação da agroindústria deram lugar a transformações nos alinhamentos políticos do movimento sindical regional dos trabalhadores assalariados agrícolas, com desdobramentos que dizem respeito, de modo interligado, à sua estrutura, concepção e dinamismo: em termos de estrutura, a criação dos Sindicatos dos Empregados Assalariados Agrícolas e a FERAESP independentemente da FETAESP (Federação de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo), a organização dos departamentos por categoria social e atualmente a verticalização da representação política por linha de produção (unificação das categorias profissionais do complexo agroindustrial) na CUT (Central Única dos Trabalhadores); em termos de dinâmica, a diminuição do poder hierárquico interno, a crítica ao corporativismo e à cultura presidencialista – com a criação das comissões sindicais; e, em termos de projeto político, a procura do controle do processo de trabalho e a mobilização para a criação de um modelo de desenvolvimento regional, além das campanhas salariais.

Apesar disto graves dificuldades atingem a FERAESP: a perda do suporte financeiro pelo seu caráter ilegal, a demissão das diretorias sindicais, formação de juntas governamentais patrocinadas pela FETAESP; as dificuldades de diálogo entre FERAESP e CONTAG, FERAESP e CUT, FERAESP e orientação dos sindicatos a ela filiados sobre as ocupações de terra (consideradas meras alternativas à crise econômica e de emprego), não-reconhecimento da FERAESP pela FAESP. O não-reconhecimento da FERAESP pela FAESP e a aproximação das associações agroindustriais da FIESP (com o objetivo de estabelecer estratégias comuns face ao dissídio coletivo no setor) visaria proteger o equilíbrio econômico no setor e dificultar sua organização política no campo das representações da esquerda.

Outra influência da ação política sindical foi o movimento popular das periferias pobres (vilas onde habitam os trabalhadores assalariados), indicando os efeitos de uma realidade social na qual se operou a supressão da fragmentação rural-urbana causada pela sobreposição dos locais de composição das turmas com os da moradia dos trabalhadores assalariados. Isto resultou em condições de vida, habitação e de acesso precário aos serviços municipais e em uma expansão dos espaços de acumulação econômica resultando em um monopólio mais extenso do poder político dos agroindustriais e de alguns produtores. Estas influências traduzem as tentativas de ampliação das vias de representação política fora do sindicato como, por exemplo, através da participação dos candidatos originários do movimento sindical às eleições municipais.

5.3.2.2. As imagens dos produtores familiares modernos sobre a ação política dos trabalhadores assalariados

As representações sociais dos produtores modernos a respeito dos trabalhadores assalariados se baseiam – além daqueles analisados anteriormente - nos determinantes

consagrados pelo discurso dominante, apoiando-se sobre uma determinada visão dos direitos e da organização política dos trabalhadores. A regulamentação dos direitos do trabalho e a luta política histórica empreendida pelos trabalhadores (cujas origens se explicariam pelo Estatuto do Trabalhador Rural) são, aos olhos deles, a única explicação da constituição do mercado de trabalho assalariado e de toda a organização do trabalho presente no setor, quer se trate da emergência dos colhedores quer se trate dos trabalhadores por empreita:

*Os colhedores são as pessoas que antes moravam no **sítio**; como depois o **sítio** terminou, eles foram todos para a cidade. Por exemplo, eu era **sitiente**, havia 10 famílias, 10 empregados, o que eles faziam? Eles começavam a trabalhar e chamavam o sindicato; então um deixava o **sítio** e em seguida o patrão demolia sua casa; um outro deixava, o patrão de novo demolia sua casa. Os patrões realmente só podiam sofrer muito! No fim, tudo terminou porque os empregados - graças a Deus, nada nunca se passou comigo! -, nas grandes fazendas (é muito comum), uma mínima coisa é razão para que eles procurem o sindicato e lá são os empregados que tem razão, mesmo que a razão esteja com o patrão. A palavra do patrão não vale nada, a do empregado sim! Foi então que os patrões decidiram começar a empregar digamos 30-40 empregados e levar com eles para limpar o terreno do pomar de laranja para depois cada um retornar à sua casa. O patrão prefere trabalhar junto ao **empreiteiro** que ter empregados morando com ele." (P8).*

*Os colhedores são aqueles que deixaram as **fazendas** e foram para a cidade por causa das leis do sindicato que surgiram. O sindicato veio e então tudo se estragou. Primeiro porque agora o patrão deve pagar tudo exato (bem certinho); antes não era assim: se a gente precisasse de uma hora a mais do empregado, ele trabalhava e a gente não pagava nada, a gente dava outras coisas. Hoje a gente deve fazer corretamente. Mesmo que o trabalhador seja bom, temos que fazer corretamente porque de um dia para outro pode haver uma fiscalização e um pepino na propriedade... Então, não se pode fazer de outra maneira (...)* (P14).

O depoimento que segue pertence a um produtor e indica seu desconhecimento sobre a existência de uma representação sindical dos trabalhadores rurais nos anos 1970, cuja orientação na época era bem diferente da atual, pois “*antes existiam direitos e deveres pra todo mundo!*”. Os conflitos do trabalho estavam de fato submetidos à Justiça do Trabalho sem que houvesse coletivização das reivindicações. Sua resolução era dificultada pela morosidade daquela instância de julgamento e subordinada às pressões e à corrupção dos magistrados pelo patronato rural, o que resultava, na maior parte dos casos, na violação dos direitos dos trabalhadores previstos na legislação. Bastante distinta é a situação atual uma vez que a regulamentação dos direitos pelos proprietários os impede de exercer um controle pessoal e absoluto sobre a força de trabalho:

Nos anos 70, o mercado de trabalho aqui era bom, havia muita gente para trabalhar, hoje também tem, mas hoje é diferente. Era o bóia-fria, todo mundo sabe...Havia mais gente para trabalhar, pensando somente no próprio trabalho, sem pensar no sindicato. As pessoas pensavam em trabalhar e produzir para serem recompensados pela produção. Fazendo a comparação entre hoje e aquela época, hoje o cara se levanta e toma seu café da manhã lendo as leis do trabalho, ele almoça pensando no sindicato, e ele janta falando com o advogado. Está ficando difícil... Naquela época existia Justiça do Trabalho em Jabuticabal... Existem direitos e deveres pra todo mundo! O que havia na época era exatamente isso, direitos e deveres para o patrão e para o empregado. Portanto, o patrão assim como o empregado, trabalhava e produzia. Hoje, o empregado só tem direitos, ele não tem nenhum dever (...) (P6).

A comparação que é feita entre o trabalho atual e o de outrora repousa sobre uma forte idealização de um passado onde os conflitos seriam “muito menores” mas também sobre a forma de organização de trabalho no setor. A incumbência das obrigações trabalhistas e da organização das equipes de trabalho pela indústria foi muito apreciada pelos produtores:

Em termos de estabilidade da colheita a mudança da contratação com os trabalhadores foi para melhor. Se o empregado se fere durante o trabalho, é a responsabilidade da firma (P13).

Para colher a laranja, são as indústrias que vêm colher, senão nós mesmos deveríamos contratar uma equipe de trabalhadores. Eu não teria meios para contratar uma equipe, nem o outro produtor ao mesmo tempo, para colher as laranjas. Além do mais eu não teria recursos para pagar essa turma, não é mesmo? Portanto, não iria dar certo. A indústria traz a turma e colhe tudo. Houve uma época quando eles quiseram fazer isso aqui, isso já aconteceu aqui: havia uma turma colhendo noutra lugar, uma outra vinha aqui e o produtor oferecia mais dinheiro, ele pagava melhor para ter suas laranjas colhidas, para escoar suas laranjas... Era uma confusão total!! (P 15).

Houve uma época em que a indústria não recebia as laranjas porque pelos cálculos que ela fazia, o número de frutas já era suficiente. Portanto, o produtor pagava “por fora” para ter as laranjas colhidas.... Agora, as indústrias são muito ricas: um ano de prejuízo não faz nenhuma diferença para elas. Quando era assim, a indústria recebia toda a laranja de qualquer maneira, mas os custos da colheita ficavam por conta do produtor...(P16).

A mudança na forma de contratação dos trabalhadores foi melhor porque a indústria traz 30-40 pessoas para colher. Deus me proteja se alguém se machucar durante o trabalho! Não temos nada com isso, é problema entre a indústria e o trabalhador, não é mesmo?! Todos eles tem carteira assinada. Se nós mesmos assinamos a carteira de trabalho de um cara e ele cai da escada, isso nos dá uma preocupação terrível! E, além do mais, a indústria já tem suas equipes de trabalho. Se a gente tivesse que contratar um aqui, outro lá, isso nos daria muito trabalho, viraria uma anarquia (P8).

*A situação do colhedor melhorou porque hoje ele tem a carteira assinada na firma. O **empreiteiro** declara todo mundo. Todos os dias o colhedor vai bater seu ponto com o cartão da firma e o fiscal vem na roça. O colhedor não perde o seu dia de trabalho: se chove, o valor da diária é menor, mas ele recebe mesmo assim se ele se apresentar, e existe um preço definido por **caixinha**. Antes, não existia preço definido: os colhedores chegavam no pomar e o preço era um tanto, mas já no pomar do vizinho era outro tanto. Eles não tinham carteira assinada. A relação deles era só com o empreiteiro, então era uma desordem total. Eles trabalhavam portanto onde pagavam melhor. Hoje, eles só são despedidos se o problema for sério: se eles destruírem um pé de laranja, se eles disserem que estão doentes, não estando... Nesse caso, isso criava um problema entre eles e a indústria, é a indústria que regula seu tempo de trabalho e o que ele deve receber. A situação do colhedor é melhor do que daqueles que ganham salário mínimo! (P11).*

As modificações na forma de recrutamento e de contratação dos colhedores resultaram na regularização no ritmo da colheita e no relativo abrandamento do risco de perda de frutas. Entretanto, o depoimento que segue demonstra que quando ocorre uma saturação da matéria-prima na indústria, alguns produtores reutilizam os antigos métodos de corrupção e aliciamento em relação ao fiscal de turma ou mesmo ao fiscal da indústria para obter garantia na colheita de seu pomar:

Essa mudança não trouxe nenhuma diferença para o produtor. Para o colhedor, a remuneração é mais real, eles têm mais direitos, ele deve ser transportado por ônibus. No que me diz respeito eu não vejo diferença resultante da mudança da maneira de se estabelecer contrato com os colhedores. O empreiteiro continua a ganhar de acordo com o peso. Meu cunhado deu uma leitoa ao fiscal que faz a

programação da colheita, portanto, a sua laranja foi colhida antes da minha que já estava programada. Eu conheço pomares que não apresentam problemas de perdas de frutas, o meu está quase no ponto de perda então ele deveria ser colhido antes. Esse problema existe: a gente deve dar 500 cruzados para que nossa laranja seja bem colhida.. Você vê, nós, tivemos uma formação para trabalhar corretamente e somos coagidos a fazer essas coisas... Então, você pode imaginar quem é realmente malandro! (P12).

*Os empregados são hoje em dia protegidos pela lei; hoje eles trabalham somente até as 11:30 no sábado; se chove e eles não trabalham, eles têm um fixo; eles ganham tanto por dia. Antes, o **gato** recebia e embolsava o dinheiro. Agora, o empreiteiro ganha um X combinado e o frete do transporte dos trabalhadores, portanto ele não pode mais enganar o trabalhador. A indústria resolve quanta laranja vai entrar por dia. Para o citricultor essa modificação foi melhor, pois o **gato**, além de ganhar da indústria, recebia “por fora” do produtor e sobrecarregava a indústria com a laranja, por colher mais rapidamente. Hoje em dia, tudo é controlado pela indústria (P5).*

Se a agroindústria controla o ritmo do trabalho e da colheita das frutas nas propriedades, é o produtor que se encarrega de fiscalizar sua qualidade e intensidade e, portanto, a disciplina dos colhedores, o que ilustra bem a divisão de responsabilidades complementares entre produtores e indústria no que diz respeito à atividade da colheita. Vemos abaixo o forte controle que os produtores exercem sobre os trabalhadores, que igualmente se ancora na representação social negativa do trabalhador:

Agora tem muito colhedor que é malandro mesmo, ele chega no pomar e quebra o galho pra colher. Eu acompanho a colheita, senão fica laranja pra trás e a gente perde. Todo produtor, seja ele grande ou pequeno é exigente porque tudo que estraga da pessoa afeta qualquer um. Eu nunca aceitei gancho no pomar, puxar pra baixo, chacoalhar, quebrar galho porque também derruba a temporona. Eu já fiz queixa na Justiça sobre certas pessoas e elas foram mandadas embora..... Nas suas carteiras de trabalho seus pais eram declarados responsáveis. Eles não tinham direito ao acerto porque estavam desobedecendo à indústria e faltando ao respeito ao produtor, estragando seu pomar (P11).

Existem colhedores que já colheram 100 caixinhas por dia. Há um tempo atrás, eles colhiam com a sacola. Eles balançam tudo, sacodem as árvores e as crianças e a mulher colocam as frutas na caixa, mas o produtor não aceita esses métodos. Se eu não aceitasse isso, eles não colheriam a minha laranja. Uma vez que o proprietário nunca está na propriedade ele não vê o que se passa (P5).

Eu acompanho o trabalho da colheita, eu vejo se eles colhem bem. Senão, a gente fala com o fiscal, pois não podemos ter contato com eles, eles não nos respeitam, se falamos com eles, eles te agridem, salvo se falamos brincando... De toda maneira, eles dizem que a gente não tem nada a ver com eles: ‘ Eu colho meu dia e ponto final!’ (...) se há um problema qualquer eu telefono para a Frutesp e digo:” Essa equipe que está aqui não é boa!”. Logo, eles vem ver: se eles vêem muito mato no pomar, são os trabalhadores que têm razão. Fora isso, são somente grevistas, a desordem. Nesse caso, o fiscal dispesa essa equipe e traz uma outra. Agora, porquê eles não colhem bem, eu não sei a razão, é você que deve responder a razão pela qual eles não têm amor pela coisa.. Eles colhem com gancho (puxando o galho para baixo e segurando-o com o braço), a gente fala com eles e eles não colaboram. Não quero dizer que o colhedor seja ruim: sobre 40-50, somente dois ou três estão aqui para fazer greve e desordem (P13).

Sempre foi uma obrigação. Eu acompanho a colheita para que os galhos não sejam quebrados, para que todos os frutos de todos os galhos sejam colhidos. Se isso não for feito, eu me dirijo ao fiscal e nunca ao empregado, porque, sem desmerecer os trabalhadores, eles são uma outra classe, eles não aceitam muito o proprietário. Portanto, devemos falar com o encarregado da equipe (...) eles não obedecem se eu falo com eles. O fiscal tem meios para isso: a demissão ou o afastamento do trabalho. Os produtores nunca entram em contato com os colhedores pois esses podem facilmente rodear o produtor, e isso é perigoso, então a gente evita (...) eles pensam diferente, entende? Parece que existe uma certa revolta, talvez seja uma antiga herança desse país. (P9).

As representações sociais que os produtores elaboram das condições de trabalho e do nível de vida do colhedor se alinham com a lógica de acumulação econômica do complexo agroindustrial. Para o citricultor, o fato de que o piso salarial seja assegurado pela agroindústria através da diária coloca nas mãos do colhedor – pela sua capacidade e esforço individuais em responder a uma determinada produtividade de trabalho – a responsabilidade de ganhos suplementares. É o número de caixinhas colhidas que determina o “suplemento salarial”.

Em relação aos outros trabalhadores os colhedores ganham bem, e também em relação aos outros trabalhos, até mesmo os urbanos. Eles ganham por caixas de laranjas colhidas. Portanto, tem colhedores que colhem 40 caixas por dia, outros colhem 100 e também tem aqueles que colhem 120 caixas. Isso depende de seu próprio esforço, mais ele trabalha, mais ele recebe. O problema é que ele recebe só durante a colheita. Mas, se ele é inteligente, ele pode ganhar o suficiente para sobreviver durante seis meses sem trabalho. Existem também outros trabalhos, a capina.... (P1).

Os colhedores ganham bem. Do modo que eles ganham eles gastam. Chega sábado e domingo, você vê nestes bares por aí e você não sabe quem é apanhador de laranja, quem é o produtor, não sabe de mais nada. Antigamente era melhor porque não tinha o bendito luxo. Hoje o apanhador vai comprar um sapato e eu também, é capaz dele dar mais dinheiro do que eu. Ele coitado, é fraco, só quer saber daquele dia estar ali, ter dinheiro, gastar, estragar, não pensa que na segunda-feira ele tem que voltar a trabalhar, ele pensa que na segunda vai ganhar outro salário pra comer terça feira e vai assim no dia a dia (P4).

Obtivemos um único depoimento da parte dos citricultores, que descreve as condições de trabalho dos colhedores e as restrições de ganho que um pomar de baixa produtividade representa para eles.

As firmas judiam um pouco do colhedor... Cada fiscal tem um setor de colheita. Então o fiscal chega no pomar que é bom, precisaria vir quatro caminhões na roça, e em vez de vir quatro, vem dois, o colhedor teria condição de colher mais, então em vez de colher 70, colhe 30 caixas. Às vezes ele colhe mais mas só recebe pelo que é mandado pra indústria. Na indústria, às vezes falta caminhão, a fila lá tá cheia, não tá vencendo moer então eles perdem aqui na roça. Eles só mandam caminhão quando quebra a firma lá nos Estados Unidos. Senão só perde é o colhedor. Viche, uma vez a gente vendia pra mercadista e tinha pouco peão, aí nós fomos colher laranja, e não dava pra encher o caminhão. Eu achei horrível, muito pesado, muito difícil, serviço muito porco e sujo. A colheita da laranja judia., tem gente que eu vejo chegar na roça, dá dó, porque não era pra colher, pomar alto, molhado, pessoas de idade, tem que subir a escada, a gente vê que o cara não pode mais mas tem que colher pra comer (P11).

Durante a primeira etapa da pesquisa empírica, acompanhou-se de perto uma greve dos trabalhadores assalariados, ocorrida no fim do ano–safra (começou no dia 22 de janeiro de 1990 e teve duração de dez dias), o que possibilitou captar a reação tanto da indústria quanto dos produtores face à paralisia das atividades da colheita, num contexto imediatamente posterior à geadas ocorrida nos EUA em dezembro de 1989, que afetou 29% da produção de suco norte-americano.

O clima estava relativamente tenso, pois ela inscreveu-se no período dos impactos provocados pela Constituição Nacional de 1988, que autorizava a autonomia de organização aos

trabalhadores nas suas “bases sindicais”, após 40 anos da vigência da estrutura sindical corporativista ao país. Portanto, são problemas que dizem respeito à legalização e legitimidade na representação política dos trabalhadores que ressurgem nesse momento. O depoimento desse produtor lembra a importância da legalidade institucional dado que a indústria e os produtores ainda se recusavam a negociar com os grevistas (agravado pelo não-reconhecimento legal da FERAESP pela Justiça do Trabalho):

Acho que antes a negociação com os trabalhadores era melhor, com o Zé Nunes... Esse aí é mais espigadinho, tal... Mas eles no fim não fazem o acerto aqui porque é através da FETAESP que faz, daqui não adianta nada. Esse sindicato fica aqui pra escutar as bobagens que o cara vai falar e te intima pra dar satisfação... (P2)

As representações dos produtores quanto às manifestações dos assalariados agrícolas vêm, na realidade, se inserir na imagem que eles fazem desse grupo social que constitui a base do funcionamento dos sistemas de produção, visto que a disponibilidade de mão-de-obra familiar é restrita e que o custo que a força de trabalho no setor deve se manter dentro de restritos limites. Os proprietários demonstram claramente seu embaraço frente à impossibilidade de dispor de uma força de trabalho disciplinada e passiva como antes. Os produtores no seu conjunto admitem que o custo econômico total dos colhedores é assumido unicamente pela indústria e que, em consequência disto, a única preocupação que eles têm é de “*dirigir unicamente os trabalhadores que se encontram para dentro da porteira da propriedade*”. Sob este ângulo, falar de conflitos do trabalho, diz respeito somente aos trabalhadores residentes e aos empreiteiros, com quem eles tem relação direta e regular, muitas vezes manifestando a presença de relações paternalistas com os trabalhadores:

Iche, já tive problema trabalhista de tudo quanto é tipo. Mesmo que você leve tudo certinho, eles inventam. Quando eu comprei o sítio em 69, já tinha um trabalhador lá. Morava na casinha dele e ele continuou a trabalhar pra mim. Na época não tinha essa assistência, tinha sindicato que dava orientação. Eu sei que eu fiquei devendo férias, mas não pagava por ignorância de saber que tinha que pagar. Então ele me levou na Junta do Trabalho em Jaboticabal e aproveitou então que já estava me cobrando dois-três anos de férias e aproveitou pra pôr que a mulher também trabalhava e nunca trabalhou. Aí tive que pagar salário e férias dela também. Atualmente não, porque a gente já faz tudo certo. E tem que fazer tudo certo porque tem um pessoal na marcação de pegar coisa errada, uns fiscais do trabalho, ainda mais com o pessoal do PT aí, tem que fazer tudo certo. Marcação de ter que ter os livros tudo em dia, com fotografia, tudo assinadinho, preenchido, mas tem um pessoal que foi pego agora porque tinha um que não estava registrado, a mulher trabalhava de empreita... Tinha rolo, era vizinho meu. Eu já falei com meu administrador, pra evitar dor de cabeça, faço tudo... Inclusive tem gente que trabalha quatro meses pra mim, mas registro, faço a recisão tudo certinho. (P2)

(...) Nunca tive problema com turma, sou amigo de todo mundo aí. E eles dão preferencia pra gente também. Tem produtor que porque tem um pedacinho de terra acha que é dono do mundo, como tem gente que às vezes pega uma laranja, uma abóbora e o pessoal bronqueia, eu sei mais ou menos levar a coisa, né? Um empregado pegou uma moranga, eu ia chegando, jogou em baixo do pé de laranja e se escondeu, eu disse: ‘Pra que isso? Você me deixou duas aí, tá bom.... Eu sempre procurei levar a coisa meio controlada, é bom, né? (P13)

No demonstrativo da indústria, as operações de colheita aparecem como despesa, portanto, custos passíveis de serem divididos com os produtores. Entretanto, mesmo que seja

delegada aos produtores a responsabilidade de controlar apenas as atividades laborais com exceção da colheita, as margens salariais dos colhedores continuam a ser uma questão preocupante no orçamento das propriedades, uma vez que elas têm uma relação direta com o conjunto de suas despesas em relação aos trabalhadores por empreitada e aos residentes. Em outras palavras, as possibilidades de controlar o custo direto dessa mão-de-obra e também a garantia da manutenção dos trabalhadores fixos nas propriedades a baixos custos depende do custo global no setor representado pelos salários dos colhedores. As reivindicações dos colhedores no que diz respeito principalmente aos aumentos de salário são, portanto, inaceitáveis pelos produtores, pois o baixo custo dessa força de trabalho justifica, no limite, a manutenção de baixos salários no conjunto da categoria³⁰². Esse depoimento deixa a descoberto a opinião dominante dentre os produtores sobre as reivindicações dos colhedores:

(...) Se as indústrias romperem o equilíbrio e pagarem muito aos colhedores eu não vou ter empregados na propriedade pra produzir laranja pra eles colherem. Isso é uma seqüência natural. Eu fico muito apreensivo quando existem estas reivindicações de uma classe da agricultura que é apartada da produção. Eles são empregados agrícolas mas estão apartados da produção, não produzem o produto apenas manipulam o produto produzido. Se eles ganharem muito mais do que os que realmente produzem é um problema seríssimo porque eu vou perder meu empregado, ele vai virar colhedor de laranja. É um problema seríssimo. (P3)

O método que a indústria utiliza para remunerar o colhedor (sua produtividade de trabalho, isto é, número de caixinhas colhidas diariamente) e o controle global que a indústria tem do ritmo da colheita representam uma estratégia eficiente para que seja garantido certo equilíbrio entre o custo de produção do suco e a participação relativa do custo de mão-de-obra nesse custo, assim como entre a compra das frutas e os preços do suco no mercado internacional. O fato da indústria reagrupar todas as despesas relativas às operações de colheita num só item do contrato é uma estratégia que convém tanto à indústria quanto aos produtores no sentido de possibilitar a manutenção dos baixos níveis salariais e a competitividade do setor.

Essa compreensão escapa, todavia, aos produtores que se encontram inseridos nas redes de produção ideológica presentes. Para esses, a determinação de um salário fixo e a regularização dos direitos dos assalariados, independentemente da produtividade do trabalho dos colhedores, deveriam ser totalmente suficientes para evitar qualquer motivo de greve. Por conseguinte, apenas estes elementos deveriam estimular os trabalhadores a ultrapassar a referência média de intensidade de seu trabalho (nº de caixinhas colhidas) para “*arredondarem*” seu salário. Desta forma, segundo eles, as greves nem tem mais sentido, uma vez que seus ganhos dependem apenas de seus desempenhos, esforços e dedicação pessoais, conforme sua trajetória de ascensão social teria demonstrado como sendo válido quando eram colonos do café:

³⁰² Acompanhou-se na pesquisa a participação de Roberto Campanelli nas negociações com a FETAESP sobre os aumentos salariais dos trabalhadores. Ne imprensa, observa-se inclusive a participação constante dos citricultores nestas negociações, até mesmo durante a greve de 1984. Cf “*Empresários da laranja fazem sua proposta hoje*”, FSP, 18.05.1984; “*Citricultores adiam decisão. Trabalhadores sobem preço*”, O Diário de Araraquara, 17.05.1984.

Não tem mais greve agora. A primeira foi em 84. Teve uma depois que a polícia estava na Coopercitrus. Chegou o batalhão de Araraquara, Ribeirão, jogavam tijolo no parabrisa. Agora acabou, não tem mais greve, agora tem reajuste de safra pra safra. Este negócio de colheita varia, tem pomar pior, tem cara com mais capacidade, eles fazem a média". (P5)

Este pessoal de Turvinea trabalha... Pra você ver, eu estou com uma turma de Bebedouro, 30 homens pra tirar dois caminhões?!?! O pessoal de Turvinea tira seis. Essa diferença é porque eles trabalham. Eles querem ganhar, não estão pensando em greve. Chega este pessoal de Bebedouro - este povo da cidade - senta, antes das 9h não trabalha, fica esperando enxugar o capim, depois almoça e às 3 h vai embora. O pessoal de Turvinea chega e sai colhendo até as 5 horas (P16).

Nós estávamos com um projeto de greve de bóia-fria, aí nós falamos que a indústria estava fazendo um aparelho com uma parabólica pra fazer cair as frutas maduras (nem existe, mas pode existir um dia!) e eu disse pra eles: 'você que colhem laranja vão colher cana, viu? Aí vocês vão ver quanto é bom! Vocês estão criando dificuldade pra vocês mesmos, vocês tem que ser gradativos!'. Aí eles disseram: 'a indústria vai criar um negócio deste e nos vamos ficar sem emprego, né?'... (risos) Mas pode ser que acontece, a tecnologia avança. Tem uma empresa que nos EUA pulverizava a laranja pra ela cair, aqui foi aplicado numa propriedade em Barretos. Mas isto bloqueia a maturação da laranja, então é complicado.. (P3)

A coletivização dos espaços de luta raramente é admitida pelos produtores, os trabalhadores são “sempre sujeitos às manipulações arriscadas da parte de seus líderes” e dessa maneira a greve adquire a dimensão de ser “habitual, uma rotina porque os líderes estão aí só para isto mesmo”, segundo a expressão de alguns entrevistados:

Existem lideranças que exigem aquilo que não se pode pagar e há empregados que até estão satisfeitos com o que estão ganhando, mas o líder quer promoção, quer aparecer... Não existe também no conceito humano o poder de averiguar: 'estou indo além do que posso ir ou estou indo no caminho certo?' Isto é difícil, viu? (P3).

Eu penso que o povo nunca está contente, eu nunca vi este trabalhador amigo reclamar, a maior parte da greve é alguém que começa: não, nós precisamos ganhar mais! Faço uma idéia que até 80% estão contente com o que tem... (P7)

Eu acho que estas greves vêm por causa do direito da greve dada pela Constituinte porque eu acho que eles ganham bem... (P9).

A única perda que é socializada é a do granizo. Na greve dança o cooperado. O que acontece neste caso é a tentativa de compensação: depois da greve mandar mais colhedor e rápido pra colher o que sobra. Há uma certa compensação, aí o que resolve é diálogo, o entendimento, isto vai da sabedoria da empresa (P3).

A descontextualização política das causas das greves é produzida pelo reconhecimento do papel estratégico ocupado pelos assalariados na estrutura econômica global do setor através de uma visão autoritária em relação ao trabalhador, de uma imagem do trabalho e do sucesso e da tentativa de substituir o significado político-social da manifestação pela imagem da “*gratuidade da violência*”:

A greve dos colhedores de laranja já é praxe, todo janeiro-fevereiro, no ano passado pegaram um caminhão meu e depredaram, justo o meu caminhão! Isto já virou rotina, acho que é o 3° ou 4° ano que isto acontece. Agora é época de fim de safra, inclusive é agora que você gostaria que fosse colhido tudo

que você tem, que tudo fosse entregue, é o acerto final seu com a indústria porque a indústria trabalhou o ano inteiro com uma estimativa. Então eles sabem que agora eles são necessários, então eles já pegam a greve por prache...(...) Em 88 meu caminhão foi o primeiro que chegou na Frutesp, foi chegando lá no Jardim Cláudia, o pessoal cercou, foi jogando o encerado no chão, iam depredar o caminhão, a sorte minha é que tinha a polícia lá e cercaram, o motorista apanhou um pouco também, é um absurdo, eu não acho que é desta forma que se resolve (...) Acho agora que isto já está sendo resolvido, por exemplo, só pelo fato de cada 15 dias aumentarem, pela inflação, o valor da colheita já é alguma coisa... (P2)

Eu acho estas greves uma coisa estúpida, quem não tinha nada a ver com a laranja, tanto fazia eu ou você ser produtor ou não, você estava passando, você pagava pela greve porque eles vinham em cima, de carro, de caminhão. Era uma coisa estúpida, um atraso do colhedor! Porque eu acho o seguinte, que a greve devia ser o seguinte: o trabalhador vai fazer a greve? Vai! Então os próprios chefes deles diziam o seguinte: "amanhã ninguém vai sair de casa, ninguém vai trabalhar, você fique na tua casa, cada um na casa dele e eu é que vou brigar!". Aí não tinha nada disto, se machucar, se bater, trombar carro, quebrar carro, caminhão, o que é isto gente? (...) O chefe deles é tão trouxa que eles faziam greve não na hora exata. Tem que ser greve na hora exata mesmo, no momento em que a indústria está precisando da fruta mesmo. Eles fazem fora de época. Eles são bobos porque teve época aqui (este ano deu muita laranja), mas teve época que nos domingos, os coitados tinha que ir trabalhar mesmo no domingo, nem que fosse até meio dia, só escapava à tarde e à noite. E outra, tinha que fazer como produtor fez, impedir a saída do suco, não deixar sair. Se eles fizessem a greve na porta da indústria, não entra nem sai. Só se passar por cima de nós. Aí ninguém ia fazer isto! Mas não, eles ficam lá no Jardim Cláudia, pescando caminhão pra você e eu não ir colher, isto é bobagem deles.... (P4)

Esses discursos mostram que a paralização das atividades de colheita é compreendida como um problema que os produtores eventualmente prejudicados devem encaminhar e negociar individualmente com a indústria. Isto reforça sua posição de delegar à indústria e à associação dos produtores a ação política, a conduta ideológica frente às manifestações e as estratégias de organização do trabalho.

Só sofre quem tem laranja pra colher, quem não tem laranja pra colher ele está à parte desta discussão porque quem paga é a firma. Com esta greve, quem tem laranja está perdendo, caindo, porque eu só recebo quando a laranja está na indústria, entrou na indústria... (P2)

Greve nunca prejudicou o produtor até hoje, o que faz é atrasar a colheita. A indústria pega a laranja que está no chão se tiver boa. Já caiu minha laranja por causa do clima, de leprose e porque a indústria mascarava que na Bolsa de Valores o suco estava caindo de preço. Então era interesse a indústria deixar a laranja no pé porque senão ela teria que transformar em suco e estocar se não vendesse. Aí seria prejuízo nosso. Perdi 500 caixas antes da greve (P9).

O campo cultural no qual suas representações se inscrevem repousa sobre a afirmação de uma clivagem social que os separam “*desta outra classe*”, segundo os palavras de um produtor. Entretanto, ao defenderem o princípio de que “*o pomar pior deveria pagar mais ao colhedor*” (P17) e defenderem a necessidade de uma diferenciação nos custos de produção da caixa conforme o perfil tecnológico do produtor, reconhecem os limites estruturais da remuneração dos trabalhadores.

5.4. OS CONFLITOS SOCIAIS, A AÇÃO POLÍTICA E A ASSOCIAÇÃO DE INTERESSES NO CENTRO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA CITRICULTURA

A ação política dos produtores familiares modernos se desenvolve dentro das fronteiras das associações civis que monopolizam, nas manifestações coletivas, tanto os recursos para a obtenção das informações mercadológicas relevantes quanto os recursos organizacionais e financeiros necessários à formulação e encaminhamento das reivindicações. Duas razões principais explicam este progressivo alinhamento institucional na representação política dos produtores e, ao mesmo tempo, o enfraquecimento das organizações classistas (sindicatos):

1. a conjuntura econômica e política nacional dos interesses dominantes e sua expressão em torno da sobreposição entre políticas agrícola e fundiária, o que reforça, portanto, os conflitos que não se limitam àqueles da disputa pela representatividade institucional ou da divisão nesta representatividade setorial;

2. o modo como, através de sua autonomia em relação à estrutura legal tradicional e sua inserção direta nas regiões de produção, as associações falam e agem com conhecimento das particularidades do setor, tornando-se progressivamente interlocutores privilegiados dos produtores junto ao Estado e à agroindústria nas negociações sobre as políticas setoriais e macroeconômicas.

A ação política, ao tornar pertinentes o perfil das lutas, o papel das instâncias de representação específicas e sua interrelação institucional, reafirma o ideário da identidade de empresário rural, abandonando o discurso de classe da categorização adotada pela estrutura sindical, “publicizando” os interesses sociais dos produtores familiares modernos e afirmando-se no conjunto social. A viabilização do corporativismo na citricultura foi possível graças à constituição desta base de produtores “fortes” (correspondente aos produtores que apresentam valores médios de custos de produção e que correspondem às trajetórias sociais focadas neste estudo), através das mudanças viabilizadoras da modernização agrícola pelo processo de integração entre a citricultura e a agroindústria.

A partir da complexa evolução das relações entre produtores e indústria no que diz respeito à venda e à compra de frutas - levando em consideração que eles se situam além dos limites formais (e jurídicos) dos contratos de comercialização das frutas – nota-se que a ação política dos produtores, dirigida, aparentemente, aos aspectos apenas econômico-comerciais destas relações, vincula-se também a problemáticas estruturais. Em outras palavras, as estratégias comerciais, ao incluírem estratégias de acumulação (não explícitas), trazem consequências importantes ao processo de seleção social. Seus parâmetros vão progressivamente modificar-se ao longo da interrupção do processo de modernização agrícola extensivamente subsidiada, ao menos na sua linearidade anterior, favorecendo os produtores que se alinham aos interesses dominantes no campo econômico uma vez que incorporam mudanças no modelo de desenvolvimento do setor (em direção à adoção do referencial tecnológico).

É dentro desta perspectiva histórica que se compreende a maneira pela qual o ideal empresarial dos produtores familiares modernos atravessa um particular processo de gestação na ação política, processo este ao mesmo tempo vinculado aos interesses coletivos e aos interesses de classe. Esta articulação das dimensões corporatista e de classe da ação política vai enfraquecer-se nos anos 1990 com a crise da ação política institucional e a desregulamentação das regras padronizadas de funcionamento comercial do setor, ao priorizar principalmente os arranjos tecnológicos (redução dos custos de produção agrícola) e de mercado (redução dos custos operacionais na comercialização das frutas e da gestão da força de trabalho) que possibilitam a reprodução e acumulação na citricultura para apenas uma parte dos produtores modernos.

Em outras palavras, as estratégias históricas de acumulação dos diferentes grupos sociais que se inserem nas reivindicações do preço da caixa e das bases contratuais entre os produtores e indústrias vão pressupor também uma articulação comercial mais próxima entre os interesses dos produtores e da agroindústria. Desta forma, estes custos diferenciam-se atualmente não apenas segundo o nível de modernização técnica dos produtores, nível este que no período da política de crédito subsidiado, dependia fundamentalmente de suas decisões estratégicas de viabilização na citricultura (prioridades de investimentos e diversificação de atividades). Eles também se diferenciam segundo o perfil tecnológico dos sistemas produtivos e o acesso às formas comerciais associativas em um contexto onde a agroindústria não se encarrega mais de algumas tarefas de organização do trabalho e da comercialização. Atender a estes novos desafios torna-se um desafio principalmente no caso dos produtores familiares modernos, uma vez que eles, individualmente, não têm ganhos de escala.

O método de análise econômica da indústria – também adotado pelo IEA (Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo) e repassado às Casas de Agricultura - para a definição do custo de produção de uma caixa laranja baseado sobre a organização produtiva de uma propriedade citrícola média altamente tecnificada (correspondente àquela que produz de 301 a 700 caixas/ha) traz, conseqüentemente, diferenciações na taxa de remuneração dos diferentes grupos sociais. Pelos gráficos abaixo, podemos observar como, ao mesmo tempo, o preço pago aos citricultores se distancia da relação de proximidade que mantinha com o preço médio da exportação (Gráfico 5.3) e o custo de produção agrícola se aproxima do preço pago pela indústria ao produtor (Gráfico 5.4).

Gráfico 5.3. Evolução do preço médio de exportação do suco concentrado e do preço equivalente pago aos citricultores, 1964-1985.

Fonte: Martinelli, 1987.

Gráfico 5.4. *Evolução do preço da laranja e do custo de produção agrícola, 1964-1984.*

Fonte: Martinelli, 1987.

Pela observação destes gráficos, conclui-se que as mudanças históricas nos elementos que determinam o preço das frutas delimitam três momentos significativos quanto à remuneração dos produtores que reafirmam a tensão existente entre o modelo de desenvolvimento do setor baseado na expansão horizontal e o modelo baseado na expansão vertical e integração entre citricultores e agroindústrias:

1. no período de crescimento horizontal da citricultura que corresponde aos anos 1950 e 1960, o preço era essencialmente determinado pelas cotações do mercado internacional e pelo equilíbrio relativo entre oferta e demanda das frutas – conduzindo, conseqüentemente, a uma grande diferenciação nos preços pagos pela indústria aos produtores. A definição do preço das frutas supera em muito o custo médio da produção agrícola, ou seja, supera os custos de uma propriedade média em termos de limiar técnico e de organização do conjunto do sistema de produção. Historicamente, isto resultou, de um lado, em uma sobretaxa de lucro (apropriação de um lucro diferencial) para os produtores mais tecnificados (já favorecidos pela política de crédito

subsidiado), e de outro, em uma remuneração que se aproxima do custo de produção para aqueles produtores tecnificados de acordo com o patamar médio dos dispositivos técnicos disponíveis no mercado. A participação das laranjas produzidas pelas grandes propriedades de baixa produtividade no total que é fornecido à indústria é menor que aquela das grandes, pequenas e médias propriedades tecnificadas.

2. no período de crescimento vertical da citricultura³⁰³, entre as décadas de 1970 e 1980, a definição do preço mantém uma relação estável e próxima do custo médio de produção que vai aumentando gradativamente. Desta forma, os produtores mais mecanizados (detentores de altas produtividades agrícolas e de custos de produção mais baixos) tendem a ter seus patamares históricos de remuneração e lucro rebaixados. Isso ocorre como resposta à grande oferta de frutas causada pela expansão da cultura e pela verticalização agrícola das indústrias (pomares próprios) uma vez que, se é verdade que a entrada de outras indústrias e o aumento na utilização da capacidade ociosa das indústrias tradicionais aumenta a concorrência na compra de frutas, frente à concorrência no mercado internacional de suco, os preços pagos pela matéria-prima se mantêm praticamente inalterados ou abaixam (no caso de nenhuma mudança importante nos termos do contrato de comercialização) devido à entrada de novos produtores no mercado internacional e ao aumento e maior estabilidade da produção norte-americana provinda dos novos pomares.

Outros elementos, neste período, surgem na determinação dos preços, associados ao grau de oligopolização da indústria, à organização do trabalho, à expansão da superfície plantada fora da região tradicional, conduzindo, conseqüentemente, à adoção dos contratos de participação e de um preço único de referência da caixa. Uma margem maior de acumulação é realizada, de um lado, pelos grandes produtores modernos, uma vez que eles amortizam as despesas da modernização técnica ao diminuir seus custos de produção através de maiores produtividades agrícolas; e, de outro lado, pelos grandes produtores especuladores uma vez que eles fornecem um grande número de caixas em um contexto desprovido de preços diferenciais de acordo com as diferentes qualidades das frutas. Os produtores sejam pequenos ou sejam médios proprietários, que não investem na modernização técnica de seus sistemas produtivos (mantendo-se na análise a devida proporção em razão da superfície das propriedades plantadas com laranjeiras), mantendo-se de forma especulativa no plantio devido à remuneração exponencial que a cultura historicamente possibilitou ou aplicando no mercado fundiário (ou de capitais), são também beneficiados. Isso nos leva a supor que a tensão originária da capacidade do produtor a aderir à modernização de seus sistemas de produção encontra-se principalmente no âmbito dos produtores familiares modernos (pequenos e médios proprietários) que vão procurar se alinhar mais intensamente à racionalidade industrial de produção.

³⁰³ O contexto neste período é de plena crise da política de financiamento público com diminuição dos créditos, escalada dos juros e mudança nos critérios de concessão de crédito, com maior participação do sistema bancário privado. A propósito da crise econômica e suas conseqüências para a agricultura, ver Martins (1986) e Santos (1988).

No que diz respeito à participação do fator trabalho nos custos de produção nestes dois períodos, os produtores familiares, impossibilitados de fornecer trabalho próprio em todas as fases do ciclo produtivo e comercial da fruta devido à dinâmica econômica do setor e à responsabilidade da indústria na organização da colheita, o que reduziria as despesas dentro da tradicional lógica familiar de funcionamento, têm seus custos elevados pela incorporação do valor trabalho no preço final da caixa. O custo de produção deste grande proprietário moderno é mais baixo (porque tem maior acesso às novas modalidades de acesso ao crédito) que o custo de produção dos pequenos e médios proprietários, os quais encontram-se no limiar da tecnificação em relação à sua base fundiária e à sua escala de produção (em um contexto onde estes últimos não reivindicam nem a renda de seu trabalho, nem a renda da terra).

3. no período de intensificação da integração entre produtores e indústrias nos anos 1990, com a mudança na política de crédito rural subsidiado, o custo de produção para o conjunto dos produtores eleva-se. O custo de produção do grande produtor moderno é maior que aquele do grande produtor especulador, em razão da utilização de créditos agrícolas e do aumento das taxas de juros. O encarecimento dos financiamentos públicos dificulta a entrada de pequenos proprietários na cultura da laranja, uma vez que ela pede a imobilização inicial de altos investimentos e causou a crescente marginalização de pequenos produtores pouco tecnificados, sem, portanto, desestabilizar a permanência de grandes produtores de baixa produtividade devido a sua possibilidade de fornecer um número grande de caixas de frutas à agroindústria. Indicativo deste período é a formulação da proposta Teor de Sólidos Solúveis - projeto de classificação da qualidade das frutas e de remuneração gradual dos produtores pela concentração de sacarose nas frutas – como uma possibilidade de compensar financeiramente os produtores que aderirem ao novo referencial tecnológico e como maneira de marginalizar definitivamente os “maus” produtores de baixa tecnificação. Associada a esta proposta, defende-se a necessidade de uma maior concentração geográfica dos pomares ao redor da indústria, uma vez que mudar-se-iam as referências usadas na avaliação do desempenho do setor: de custo de produção agrícola/superfície em direção ao custo de produção agrícola/árvore. Ele é indicativo de uma maior aproximação estratégica dos interesses da citricultura e agroindústria porque está em foco, para ambos, a redução do custo de produção e comercialização do suco e conquista de novos mercados com diferentes paladares para o suco. A adoção do conjunto destas estratégias significaria uma nova etapa, tanto do processo de seleção social e dos remanejamentos entre grupos sociais quanto do processo de acumulação econômica no setor.

As propriedades vão apresentar neste período uma certa base homogênea em termos técnicos³⁰⁴ mantendo, é claro, a correspondência entre as escalas de produção e os tamanhos das propriedades. As diferenciações entre grupos sociais, entre aqueles que aderem às mudanças

³⁰⁴ É a conclusão a que chega também Martinelli, 1987, p. 162. Lembra-se aqui a existência de numerosos pequenos e médios proprietários que priorizam os investimentos no sistema produtivo ao invés de aplicações especulativas no mercado financeiro.

trazidas pela modernização técnica são, antes de mais nada, função da capacidade de renovação dos recursos técnicos de produção, adoção do referencial tecnológico e implantação de procedimentos organizacionais e mercadológicos.

4. no período de aceleração da crise de competitividade e de comércio internacional do suco que se instaura ao longo dos anos 1990, a definição do preço das frutas sofre devido a uma grande desregulamentação setorial, com a quebra do contrato padrão e a desresponsabilização da indústria na organização e pagamento dos trabalhadores assalariados. Há uma notável queda da renda setorial e da remuneração média dos produtores. A tendência é de desconsiderar uma propriedade média em termos de custo de produção para fins de cálculo para se privilegiar aquelas que tem seus custos progressivamente reduzidos. O mercado vai desta forma definir-se em torno de produtores individuais ou associados que forneçam grandes volumes de frutas e que assumam com mais ênfase e competência comercial as atividades de transporte das frutas e arregimentação e pagamento dos trabalhadores assalariados para a colheita. Em outras palavras, o repasse dos custos do trabalho relativo às operações de colheita e transporte das frutas vai depender fundamentalmente da capacidade do produtor em realizar as complexas tarefas de gestão operacional, isto é, os processos de concentração de renda e seleção social se aceleram, independentemente do tamanho das propriedades. O processo de seleção intensifica-se, com a marginalização dos produtores, individualmente, com menores escalas de produção ou que não alcançam escalas, conjuntamente com outros produtores, no plano da comercialização das frutas.

Tais mudanças sucessivas na definição do campo econômico repercutem na categorização adotada pela agroindústria e pelas instituições públicas para classificar os tipos socioculturais de produtores, de acordo com as fases distintas do desenvolvimento do setor:

a) no momento da constituição inicial do complexo agroindustrial sob a égide do capital comercial autônomo, a categoria *produtores de laranjas* era tratada da mesma maneira em termos de participação na transformação das frutas. A divisão se fazia em relação ao destino de sua produção, independentemente da quantidade e do volume de seus fatores de produção: de um lado, produtores do mercado interno ou exportadores de frutas frescas e, do outro, fornecedores da indústria. Esta fase corresponde ao momento de entrada das indústrias de transformação brasileiras no mercado mundial de suco;

b) em um segundo momento, sob a égide do capital comercial-industrial, a categoria permanece genérica - *os fornecedores de laranjas* - mas a classificação irá corresponder à quantidade de caixas produzidas (pequenos, médios e grandes fornecedores). É o momento em que há uma limitação progressiva do mercado de frutas frescas e uma prioridade à transformação de grandes quantidades de frutas. Esta fase corresponde à procura de liderança das agroindústrias brasileiras no mercado mundial de suco.

c) em um terceiro momento, quando se inicia a crise de competitividade do país, momento marcado pela discussão do projeto de definição dos preços das frutas baseada na

Fórmula "Teor de Sólidos Solúveis" e de redução dos custos de produção das frutas e do suco, faz-se apelo à diferenciação entre *empresários rurais e produtores de laranja*. Mesmo sem a implantação deste projeto, é o momento em que a produtividade dos pomares, a qualidade de frutas, a densidade de árvores nos pomares (número de caixas produzidas por hectare), a distância que separa as propriedades da indústria, a organização e eficiência do trabalho assalariado e a administração dos sistemas produtivos têm importância no setor (com objetivo de assegurar uma determinada intensidade e ritmo na produção e comercialização de frutas) e define a direção principal do desenvolvimento setorial. Esta fase corresponde à procura da manutenção da liderança nacional no mercado mundial de suco, com a abertura de novos mercados.

Esta tipologia de classificação dos produtores mostra a natureza dos desafios históricos que se apresentaram na relação entre a autonomia e a subordinação destes últimos e sua influência no campo conflitual das relações sociais na citricultura. A imposição dos novos critérios de filiação aos produtores não se traduz imediatamente em um pólo de subordinação destes à racionalidade industrial de produção e de acumulação, uma vez que há uma certa conjugação de interesses na definição estrutural e dinâmica do campo econômico. Certamente, isso provoca, em cada fase que se considera, processos clássicos de seleção social, mas que não repousam na classificação *pequenos, médios ou grandes proprietários*: há uma triagem que se opera na base social da citricultura visando assegurar a integração do conjunto dos produtores modernos, isto é, aqueles que disponham de sistemas de produção que incorporem os novos desafios da inserção do país no mercado internacional.

As indústrias também influenciam da mesma maneira as estratégias de acumulação e de seleção dos diferentes grupos sociais das seguintes formas:

1. as indústrias líderes do oligopólio industrial estão à frente da definição das estratégias mais importantes de redução do custo de produção industrial do suco. Estas estratégias se resumem, de um lado, na verticalização das estruturas de comercialização do suco (internas e externas ao país) e, de outro, na produção própria de frutas. Esta verticalização da produção agrícola é realizada em bases técnicas extremamente modernas (altas produtividades agrícolas) com estrutura e fluxos na organização e divisão do trabalho performantes. Há duas conseqüências da adoção destes processos. A primeira, é que a manutenção da produção própria de laranjas serve para abaixar o preço da caixa de laranja a ser paga aos produtores. A segunda, é que os custos mais elevados das indústrias mais dependentes das frutas de fornecedores, tanto no que diz respeito à produção do suco como no que diz respeito à estrutura de comercialização (inclusive o sistema de transporte das frutas e do suco), são utilizados como referências nas reivindicações do setor junto ao Estado para a liberação de subsídios financeiros ou para a formulação de diversos instrumentos de política setorial ou geral no quadro das prioridades dadas às exportações.

2. apesar da determinação de um preço teoricamente único (estabelecido após as negociações entre os produtores e indústrias), nos termos dos contratos de comercialização das frutas, o valor da caixa de laranja varia muito na citricultura, situação particularmente dramática antes do estabelecimento dos contratos de participação e após o cancelamento destes com a desregulamentação das normas de funcionamento padronizado do setor incluindo as relações entre produtores/indústrias e trabalhadores. Alguns destes aspectos demonstram a existência de troca de favores ou de relações de natureza clientelista estabelecidas entre certos produtores e indústrias, muitas vezes consolidados historicamente.

Se, de um lado, os aspectos de natureza clientelística corroboram na perpetuação de relações comerciais privilegiadas, do tipo latifundiário-indústria, não calcadas sobre a tecnificação, é no conjunto destas estratégias acima descritas, que se formam tanto os lobbies das indústrias como aqueles dos produtores mais tecnificados que mudam o ritmo e a intensidade da adoção do novo referencial tecnológico na citricultura. Isto leva a que, na medida em que a concentração social e econômica aumenta (tanto pela seleção dos produtores como pela fusão das indústrias e fortalecimento do oligopólio), os custos de produção na parte agrícola e industrial sejam rebaixados sem afetar do mesmo modo o limite histórico da remuneração e a acumulação econômica no setor.

O estreitamento da base social da citricultura permite a seleção social dos pequenos, médios e grandes produtores modernos como sendo os mais dinâmicos e fortes na concorrência e na manutenção de seus respectivos níveis de remuneração. Logo, há uma concentração de renda mais elevada para os produtores que podem enfrentar os critérios objetivos (e subjetivos) de um sistema de produção e de uma organização mercadológica performante e uma tensão entre as concepções tecnologicamente extensivas e as concepções tecnologicamente empresariais de produção que se acentua nos anos 1990. Desta maneira, atualmente o grau de articulação da agricultura a montante e a jusante traduz progressivamente as relações e conflitos específicos no setor em relação aos pressupostos de continuidade na citricultura e no mercado, não somente técnicos, mas também relativos ao conjunto do referencial tecnológico.

A discussão teórica sobre os efeitos proporcionados pelos contratos de comercialização na integração crescente dos produtores familiares (a disciplina que eles pressupõem) e sobre a desestruturação institucional da ação política corporativista setorial tem, portanto, validade limitada na realidade da citricultura, uma vez que a organização do trabalho está baseada, centralmente, no assalariamento. Este aspecto, associado aos benefícios provenientes da implantação futura do projeto Teor de Sólidos Solúveis e a adesão histórica dos pequenos e médios produtores aos preceitos modernizadores e às formas associativas comerciais e de organização do trabalho, pode compensar a direção destas transformações junto aos produtores.

Os conflitos sociais presentes no setor são diferentes daqueles que ocorriam quando existia uma maior diferenciação entre produtores com respeito a custos de produção. Os momentos em que o Estado foi chamado a intervir demonstram a orientação tomada pelas partes

envolvidas em considerar como referencial na definição de preços do produto agrícola e do patamar de remuneração mínimo produtores que têm custos de produção abaixo da média, face a um processo de seleção social no qual a base fundiária era determinante no acesso aos créditos e financiamentos diversos. À medida que os produtores selecionados - aqueles que mantêm os custos de produção próximos à média -, tornam-se majoritários no centro produtivo do setor, o Estado é cada vez menos chamado a intervir diretamente, indicando a prevalência de construção de um consenso estratégico entre produtores e agroindústria para o desenvolvimento setorial.

Este tipo de análise supõe que a disputa pelos recursos financeiros e pelos apoios institucionais ocorrem unicamente nos períodos mais característicos do começo e desenvolvimento inicial da modernização agrícola, e que desta maneira, com a superação pelo capital dos maiores obstáculos estruturais na agricultura, criar-se-ia um campo limitado de conflitos. Os conflitos sociais observados durante anos 1950, 1960 e 1970 (diante da realidade de grandes diferenciações nos preços pagos pelas frutas) são, certamente, de uma natureza bem distinta daqueles observados nos anos 1980 e 1990 (face à adoção de um preço de referência, os conflitos vão se limitar aos termos dos contratos de participação). Atualmente, os conflitos ocorrem segundo a capacidade que o produtor tem de operar diante de novos arranjos na organização institucional do mercado de trabalho e da comercialização das frutas. A mudança de referência nas negociações - que se concretiza num momento em que se divulga com força a otimização na utilização do referencial tecnológico de produção para o rebaixamento dos custos de produção - traz conseqüências para a definição dos interesses e de um novo campo de forças entre diferentes grupos sociais de produtores, em relação ao período de crescimento horizontal da citricultura, de competitividade e de hegemonia assegurada pela agroindústria brasileira no mercado internacional.

O contrato de fornecimento adotado na citricultura paulista traduz os conflitos sociais inseridos nas relações entre os produtores e agroindústrias como sendo somente os de natureza comercial. Porém, a análise da complexa evolução destas mesmas relações com respeito à venda e à compra de frutas - levando conta que elas se situam para além dos limites formais (e legais) daqueles contratos de comercialização, evidencia que a ação política dos produtores adquire uma maior envergadura na produção do social e totalmente relacionada às referências socioculturais daqueles produtores na definição do campo de conflitos onde se inserem. O contexto de modificações progressivas no modelo de desenvolvimento do setor (na direção de uma intensificação da modernização das bases técnicas de produção) e de crise do processo de modernização agrícola amplamente subsidiada, ao menos na sua linearidade anterior, também explica o modo pelo qual o ideal empresarial vai inserir-se na ação política dos produtores modernos, processo relacionado ao rearranjo de interesses tanto da agroindústria quanto da parte agrícola, tendo sua formalização histórica no atual modelo corporativista de ação política.

As instâncias de representação dos produtores vão, progressivamente, caracterizar como objeto de ação política a remuneração da atividade agrícola dos produtores que são fortemente

integrados às redes de comercialização definidas pela agroindústria, abandonando como foco de atenção as condições de base que, no caso de certos produtores, definem os limites da reprodução social *exclusivamente* no âmbito da produção agrícola. Em outras palavras, as propostas das associações mostram uma distância da realidade de acumulação econômica diferenciada entre os grupos sociais na citricultura causada pelos diferentes níveis de integração ao mercado, pelos preços diferentes pagos por caixa e pelos diferentes custos de produção agrícola, resguardando uma dimensão na sua função de representação política limitada ao caráter profissional dos conflitos sociais no qual os produtores modernos se inserem.

Isso caracteriza a natureza pontual e finalista da ação política na citricultura, pois ela negligencia, no plano das mobilizações, tanto as diferenças estruturais que separam pequenos, médios e grandes proprietários quanto às diferenças originadas da existência de relações comerciais clientelistas que se estabelecem tanto a partir do volume de fornecimento das frutas de produtores associados quanto pelas relações políticas historicamente construídas na região. Embora encontremos pontos de harmonização de interesses entre, de um lado, os diferentes grupos sociais dentre os citricultores, e de outro, suas instâncias de representação e os citricultores no seu conjunto, ao agirem na institucionalização dos conflitos sociais, as associações entravam a expressão política dos antagonismos entre os diferentes grupos sociais e reforçam o ideal almejado pelos produtores modernos de serem eficientes em termos de produtividade e em termos da administração de seus sistemas produtivos.

A politização da interpretação do conflito permanece limitada, uma vez que ela não gera uma solidariedade pela procura do par (solidariedade entre grupos e indivíduos situados na mesma situação face aos problemas existentes) e por alianças multistatus (solidariedade entre grupos de diferente estatuto na hierarquia social). Desta maneira, o caráter vertical das coalisões dos interesses, fundado em uma interpretação recíproca entre grandes capitais e indústria e uma participação de grandes produtores em diversos segmentos do mercado - financeiro, industrial, agrário e comercial -, afasta os conflitos entre os diferentes grupos sociais, transformando-os em conflitos contra o Estado e contra os trabalhadores assalariados. Desta maneira, o problema de regulação repousa na ação política que vai se caracterizar pelo combate com os corporativismos rivais na agricultura ou com outras esferas de atividade social e as exigências da economia mercadológica.

No processo de produção de referências culturais e de publicização da identidade sócio-profissional de empresário rural dos produtores familiares modernos, inscrevem-se os conflitos sociais no setor que estabelecem relações de "parceria" (ou consenso negociado), traduzindo ao mesmo tempo a coesão entre diferentes grupos sociais na citricultura e a conciliação entre os produtores e a agroindústria. O produtor familiar moderno, deste fato, se constrói nas relações sociais dominantes que reúnem grupos e classes no interior da ação política, referenciado pelos processos identitários inseridos no ideal empresarial.

Neste sentido, a ação política em relação à agroindústria é feita principalmente sobre os preços das frutas e as especificidades dos contratos de comercialização, o que explica que as lutas no setor em torno do valor do produto agrícola sejam mais presentes nos momentos anteriores à adoção dos contratos de participação e que elas tenham uma duração limitada às negociações relativas a cada ano-safra³⁰⁵. Isso se explica pelo fato de que os produtores modernos (pequenos e médios proprietários), apesar da distância existente entre eles no que diz respeito às condições de reprodução social e de acumulação econômica na citricultura, participam do lucro resultante de suas atividades como capitais integrados à agroindústria. A ação política dos produtores modernos revela, desta forma, sua aproximação com a agroindústria através dos fundamentos centrais da dinâmica de acumulação econômica do setor. Esta ação política sobre a concorrência e a seleção social se aparenta aos desafios assumidos pela agroindústria, ou seja, esta ação contribui a uma forte intersectorialização dos interesses e, em um certo sentido, ao processo de oligopolização industrial. Isso é realizado num contexto de mudança do Estado distributivo e protecionista em relação ao Estado regulador em um contexto de difusão das teses neoliberais e da permanência das relações de poder político tradicionais e arcaicas.

A pressão exercida junto às instituições (Ministério da Economia, CACEX, BNDES) que regulam as políticas macroeconômicas (subsídios em geral, eliminação das cotas de exportação do suco, liberação das licenças de importação dos produtos químicos) ou, junto às instituições (BNDES, Ministério da Agricultura) no que diz respeito à renovação dos pomares, à pesquisa agrônoma e à substituição dos fatores técnicos é essencial para a competitividade do país no mercado internacional. O conjunto das políticas colocadas à disposição é que vão determinar o controle de expansão ou de manutenção dentro de certos limites da superfície agrícola plantada (das quais depende a própria implantação do projeto Teor de Sólidos Solúveis), demarcando assim a concorrência, de um lado, entre produtores e, de outro, entre produtores e indústrias. Quando o apelo é pela intervenção do Estado, os pequenos capitais expressam sua vontade de controle apenas dos preços oligopólicos como condição necessária de manutenção nas suas margens mínimas de rentabilidade na categoria. Os produtores familiares modernos permanecem assim mobilizados no campo das representações dos grandes produtores modernos por causa da organização dos trabalhadores e dos resultados das filiações na representação política.

Quanto aos conflitos originados das relações de trabalho, que põem em confronto os produtores e os trabalhadores assalariados, as associações defendem uma ética econômica, com base na qual a manutenção da baixa remuneração da força de trabalho é essencial para proteger as margens de lucro de todo o setor. Neste sentido, a disciplina da força de trabalho e a concessão dos benefícios sociais, não mais de um Estado protetor, mas sim de um padrão paternalista que se apropria das funções de seleção e administração da força de trabalho, e que

³⁰⁵ Os processos dos produtores contra as agroindústrias presentes no CADE se limitaram às tramitações jurídico-legais.

através da formação e qualificação do trabalho investe na imagem da reaproximação dos interesses do trabalho e do capital, são essenciais para que o desenvolvimento tecnológico possa rapidamente responder às exigências do mercado.

A mudança de referência nas negociações analisadas anteriormente – a qual se concretiza em um momento onde a otimização na utilização do referencial tecnológico de produção para o rebaixamento dos custos de produção é estimulada - traz conseqüências ao nível dos lucros e da definição de um novo campo de forças entre diferentes grupos sociais dentre os produtores em relação ao período de crescimento horizontal da citricultura, de competitividade e de hegemonia asseguradas das agroindústrias brasileiras no mercado internacional de suco, conduzindo à corporativização na ação política e mais recentemente a uma ruptura no processo de coletivização dos interesses, produzindo uma crise institucional, surgimento de formas organizadas de defesa de interesses específicos (ABRACITRUS) e demandas de intervenção estatal.

Em síntese, a ação política na citricultura não se apresenta como um espaço de formulação das políticas públicas, mas sim, se apresenta como a expressão da crise das relações público-privadas, uma vez que: 1. indica a ação das elites sobre o Estado, fortalecendo-se a partir da crise do Estado; 2. apesar de sua ação política dar-se também no plano dos interesses gerais na agricultura (defesa do conceito de propriedade produtiva através da valorização da vocação agrícola ao invés da tradição rural, defesa de uma política agrícola específica, oposição ao rebaixamento do preço dos produtos agrícolas), incorpora interesses de classe.

Ante a dificuldade de representação real e a debilitação do quadro institucional das políticas públicas e de representação dos interesses, esta ação circunscreve a visão da sociedade nos produtores à problemática setorial, não-classista e coletiva, reforçando a identidade sócio-profissional de empresário rural para os produtores familiares modernos.

CAPITULO VI

IDENTIDADE SÓCIO-PROFISSIONAL DE EMPRESÁRIO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO NA CITRICULTURA

Neste último capítulo, retorna-se à questão central proposta no princípio da investigação, qual seja, em que medida as referências socioculturais dos produtores familiares modernos, expressando a identidade sócio-profissional do empresário rural, contribuem para a produção das estratégias de desenvolvimento do setor. A gênese de uma estratégia de desenvolvimento como processo mediatizado pela cultura (enquanto identidade) se dá no encontro de referências setoriais com referências globais, isto é, a gênese de uma estratégia de desenvolvimento exige inserir o processo num campo econômico setorial, mas que estabelece vínculos de influência e mútua troca com agentes externos a ele. À luz dos conceitos adotados, a reflexão é retomada em duas partes.

Na primeira, trata-se de analisar o modo como as referências culturais dos produtores familiares modernos traduzem as relações de força e de compromisso nas quais eles se inserem face aos outros grupos (entre o conjunto de produtores e frente aos trabalhadores assalariados). Na segunda, trata-se de analisar o modo como estas referências, que expressam a identidade sócio-profissional do empresário rural, tornam-se a base fundamental da legitimação das estratégias de produção e estruturação do campo econômico.

6.1. CULTURA, POLÍTICA E PRODUTORES FAMILIARES MODERNOS DE LARANJA: AS REFERÊNCIAS CULTURAIS PARA E NA AÇÃO POLÍTICA

A metodologia utilizada na análise da identidade sócio-profissional dos produtores modernos indica o cruzamento a configuração sincrônica e diacrônica na elaboração das referências culturais que são constitutivas da identidade sócio-profissional.

No plano sincrônico, é o tempo de sua trajetória social e o espaço das relações sociais que vão configurar suas referências como o processo de construção do sistema dos agentes em análise (os produtores familiares modernos) através de suas representações das diferenciações sociais e das relações de poder, conseqüentemente, das conflitualidades consideradas por eles como prioritárias. Este *referencial setorial* corresponde à formulação do ser e do agir, respectivamente, a *ocupação de citricultor* e a *profissão de produtor rural*, esta última vinculada à primeira em um movimento de mão dupla e de sobreposição permanente, conforme será

analisado. Em outras palavras, a *profissão de produtor rural* engloba as imagens de sua trajetória de inserção social atual na citricultura como determinantes, em primeira instância, de seus interesses sociais e de sua relação e adesão às orientações gerais da ação política (como momento anterior à ação propriamente dita). Neste caso, a análise vai ressaltar os conteúdos das referências culturais no campo conflitual *para a ação política*. As variáveis em torno das quais se dá a produção destas referências são suas relações com a *terra*, com o *trabalho*, com as *técnicas de produção* e com o *mercado*.

No plano diacrônico, é a ação política setorial que vai configurar sua identidade como a ação dos representantes políticos sobre aquelas representações e, em seguida, a formação da identidade de empresário rural na dimensão pública-societal. Neste sentido, a análise da articulação entre os referenciais setorial e global revela os conteúdos de suas referências culturais *na ação política* na qual eles se engajam, modelam e correspondem, desta maneira, ao conjunto de suas práticas vivenciadas. A análise da dimensão corporativista e da dimensão de classe da ação política atribui significados às relações entre produtores, agroindústria, trabalhadores assalariados e Estado. Trata-se da produção do produtor familiar moderno no mercado, mercado este constituído por aquelas relações que assumem uma grande importância identitária por sua função ao mesmo tempo catalisadora e transformadora das referências culturais setoriais.

6.1.1. O referencial cultural setorial para a ação política: os sentidos e práticas vivenciadas como fundadores do paradigma cultural de identificação

As representações sociais dos produtores de origem rural são profundamente marcadas pelas relações variáveis que eles estabelecem com a terra e o trabalho em seu passado como trabalhadores rurais - colonos e parceiros -, em seguida como proprietários e produtores familiares e hoje como proprietários afastados do labor agrícola cujas relações primordiais se encontram mediatizadas, através da tecnologia, pelo mercado, apesar de manterem forte referência familiar da gestão do processo produtivo e comercial.

Em outras palavras, sua adesão à conversão das propriedades aos preceitos de competitividade e à reconversão das características anteriores e convencionais do modo de produção familiar se resumiria na evidência de que a reprodução da propriedade não é mais familiar no sentido da importância estratégica no seu futuro enquanto produtor e de seus descendentes na agricultura, apesar da propriedade da terra ter importância na ampliação do patrimônio familiar para fins de herança e como apoio financeiro para os projetos profissionais dos filhos fora da agricultura ou voltada à formação acadêmica na área de administração ou agronomia.

As relações estabelecidas com a propriedade e com a produção da parte dos profissionais liberais ou comerciantes que se introduziram na atividade mais tarde, já amparadas nas relações contratuais de comercialização das frutas e na organização do trabalho, reforçam estas

representações. Em resumo, para os produtores familiares modernos, a separação da propriedade (como lugar do labor agrícola, da moradia, da transmissão da atividade para filhos como atividade principal) e sua introdução nos assuntos financeiros e comerciais inscreve-os no mistificado "mundo urbano", distante dos arcaísmos do mundo rural.

Suas representações sobre a terra, o trabalho e a técnica estão de acordo com as transformações ocorridas em sua trajetória social de inserção progressiva na citricultura de acordo com os parâmetros estruturais e dinâmicos de desenvolvimento do setor. A "composição" atual entre os elementos - *terra, trabalho e técnicas de produção* – através da administração eficiente dos sistemas produtivos - funda o ideal empresarial que traduz os signos que eles sustentam como produtores selecionados, aptos ao *mercado*, logo "vitoriosos", apesar do pequeno tamanho de suas propriedades e do reduzido acesso aos fatores técnicos, dos instrumentos de gestão, de organização e de intervenção planejada sobre os custos de produção.

Os ritmos e as formas diferenciadas de articulação à agroindústria de transformação definem espaços de reprodução diferenciados aos distintos grupos sociais e novos contornos das conflitualidades na citricultura, onde o ideal empresarial, a partir das representações sociais dos *produtores familiares modernos* de laranja sobre sua trajetória social e sobre o espaço de relações pertinentes, sai do campo exclusivo de elaboração das elites rurais.

A partir destas representações sociais enquanto retratos de uma determinada dinâmica cultural da estrutura social, procurou-se captar os significados das referências culturais como explicitação tanto da *ocupação* quanto da *profissão* do *produtor familiar moderno* num determinado momento histórico, produtos, no entanto, de um passado e de um futuro projetado em posições e orientações distintivas. Estas referências são, assim, ao mesmo tempo, resultados e constitutivas das conflitualidades presentes. Além de definir posições, elas orientam a ação social dos *produtores modernos* segundo convergências (aproximações distintivas) e divergências (antagonismos ou oposições) entre interesses.

O produtor familiar moderno se opõe ao produtor tradicional que não se expõe às trocas e aos riscos da produção. Sua posição valorativa como chefes de estabelecimento (proprietários e administradores do sistema produtivo) traduz as significações atribuídas à seleção social como concretização de sua progressiva integração social e econômica no setor citrícola. A mudança na gestão de seu patrimônio, caracterizadora da estratégia empresarial, possibilita a articulação entre o específico e o global da seguinte forma:

1. através da afirmação político-ideológica da propriedade, como sendo uma condição justificável pelo fato de sua competência e competitividade no setor. A secundarização do fundiário explicita-se na sua leitura sobre a desvinculação entre condições de reprodução e acumulação na citricultura, no seu desinteresse em adquirir mais terras e na sua "naturalização" do processo social definidor da atual estrutura de distribuição de terra na citricultura. Há uma forte discussão da valorização do fundiário (a quantidade de terras possuídas), articulada à representação dominante da seleção social e da concentração de terras. Os valores atribuídos

progressivamente à exclusão e integração sociais mudam progressivamente com a propriedade jurídica da terra, a estabilização da estrutura fundiária e a valorização das terras. Desta forma, o peso do fundiário tende a diminuir, não passando de um suporte às estratégias comerciais;

2. através da legitimação ética da exploração do trabalho alheio, como resultado da distinção de sua posição social e da importância do assalariamento no funcionamento das propriedades e de todo o setor. A valorização de seu trabalho não-manual (gestão) como estratégico explica sua oposição à organização e à ação política dos trabalhadores assalariados. Há uma separação progressiva do produtor de sua propriedade, conseqüentemente, sua afirmação como proprietário e patrão, e sua ascensão na implementação das tarefas mais qualificadas e de gestão operacional e comercial da propriedade. Os valores atribuídos à sua posição social e à dos assalariados se alinha com a divisão de trabalho existente na citricultura;

3. através da eleição de parâmetros atualmente tidos como válidos da seleção social, uma vez que eles tornam o sistema produtivo eficiente e competitivo: conduta gerencial das propriedades (eficiência técnica, capacidade de inovação, produtividade e dinamismo competitivo, administração da organização de todo o sistema produtivo). Há uma priorização do referencial tecnológico (saber-fazer competente do ponto de vista científico que, segundo eles, assegura a produtividade, a qualidade e competitividade). Os valores atribuídos à competência na produção se alinham com a lógica macro-estruturante de funcionamento do setor: da quantidade (modelo eminentemente produtivista) para a perspectiva de adoção do Teor de Sólidos Solúveis (qualidade das frutas), da diversificação das redes comerciais para as frutas (mercado de frutas frescas/mercado de suco) e, mais recentemente, das formas comerciais e de gestão da força de trabalho associativas. Em outras palavras, a importância da função técnica do sistema de produção (quantidade e qualidade das frutas) aumenta. Em resumo, a transformação que se opera é de uma propriedade a serviço do patrimônio fundiário para uma unidade de produção comercial autônoma em relação à propriedade fundiária: capacidades de organização, competências de administrador, aptidões para as relações públicas (no ambiente social) e a substituição das técnicas de produção por uma série de saberes e habilidades tecnológicas.

Estabelecendo regras de exclusão (citricultura extensiva) e regras de excelência (referencial tecnológico da citricultura moderna), o ideal empresarial é assim um modo de referência que marca a relação dos *produtores modernos* com sua propriedade, no que diz respeito à sua organização interna e às suas relações com o meio social e político. Desta maneira, ele produz, de um lado, uma relação direta entre os produtores familiares modernos com os grupos sociais que estão fora da dinâmica de diferenciação econômica da citricultura e das contradições nas quais eles se situam por oposição aos pequenos e médios proprietários de baixo patamar tecnológico (imagem inversa) e pelo antagonismo em direção aos trabalhadores assalariados e, de outro lado, uma relação indireta com os grupos sociais que estão no centro dos processos evocados acima, pela oposição ao latifundiário e pela aproximação relativa (isto é,

com atração, mas distinção ao mesmo tempo) aos grandes proprietários modernos, o que possibilita que estes dois últimos se reproduzam no campo conflitual da citricultura.

A dependência que as elites rurais têm dos recursos financeiros públicos e do suporte político via legislação agrícola e agrária, associados ao caráter patrimonialista, latifundiário e à segmentação do mercado via critérios de prestígio e clientelismo, isto é, não econômicos, faz com que os *produtores familiares modernos* sintam-se como fiéis portadores do ideal empresarial (e de sua afirmação e difusão), apoiados pela sua trajetória de acesso à propriedade da terra, de riscos assumidos via empréstimos bancários (ética no cumprimento das exigências legais e pontualidade na restituição dos financiamentos), de intensificação do trabalho familiar e de administração direta da propriedade.

A priorização do referencial tecnológico é, portanto, um elemento muito importante para a produção da *ocupação de citricultor* como a função mais importante que pode assegurar a coerência do sistema produtivo face à competitiva dinâmica comercial. Nas palavras de Muller (1987, p.11), delinea-se uma *atividade de agricultor especializado*, cujo referencial mais importante é chamado modelo técnico agrícola que se afasta da forma de ruralidade do camponês e vai na direção à adaptação e modernização do dispositivo produtivo³⁰⁶.

A *ocupação*, como resultado deste processo de elaboração das referências culturais é, desta maneira, atributo de seu status social, das posições ocupadas atualmente na estrutura social da citricultura e, conseqüentemente, das especificidades do ramo da atividade. Desta maneira, ela se refere ao lugar que eles ocupam no sistema produtivo como proprietários e gestores do sistema produtivo o que lhes permite maximizar os benefícios do referencial tecnológico à sua disposição. A *ocupação de citricultor*, neste sentido, guarda uma dimensão mais operacional (*sentido prático e operacional de sua identidade sócio-profissional*). Esta dimensão operacional lhes dá uma inserção social particular no campo econômico, dimensão esta que se define em conseqüência das seguintes atribuições:

1. uma organização interna, isto é, a capacidade para reunir e articular os pressupostos de uma organização específica do sistema produtivo (a gestão), pelo grau de intensificação da divisão social do trabalho. Assim, o produtor moderno, além de ser proprietário da terra, assume um novo papel no setor: aquele que é o proprietário do capital e que o valoriza através do trabalho, sem ser ele próprio que executa o trabalho. Em resumo, o produtor familiar moderno é o que concebe, aplica e executa suas concepções através do trabalho alheio, contrariamente ao proprietário-trabalhador rural;

2. uma articulação com o ambiente externo, isto é, a capacidade para acessar os fatores de produção (trabalho, técnicas) e recursos financeiros (créditos), os quais possibilitam sua inserção no circuito do capital agroindustrial (participação no mercado).

³⁰⁶ Cf Muller (1987a) e (1987b); Rémy (1987); Coulomb et al. (1980); Rémy (1986).

Como referência sociocultural, a *ocupação de citricultor* traz significações particulares na identidade sócio-profissional pelo “lugar” que ela delega ao conjunto dos produtores familiares modernos frente ao grande produtor moderno e aos trabalhadores assalariados, uma vez que se origina da funcionalidade do referencial tecnológico (terra, trabalho e técnicas de produção) que assume o ideal empresarial frente à prioridade de inserção no mercado, reduzindo as contradições sociais no setor. Em outras palavras, uma difração se opera entre as suas relações simbólicas e os reais planos de reprodução e de acumulação de diversos grupos sociais, o que possibilita a articulação de diferentes interesses sociais e de modos de engajamento antagônicos dentro da ação política. Como consequência, os produtores familiares modernos perdem o controle das relações de poder mais complexas no setor. Suas leituras do sistema de relações sociais, enquanto campo de conflitos, comportam traços da racionalidade capitalista ao lado da expressão de relações simbólicas originárias de uma racionalidade familiar de produção incompatível com estratégias de acumulação. Esta “ambigüidade”³⁰⁷ faz com que eles ocupem uma posição de transição no sentido das ambigüidades de uma trajetória social ascendente e, justamente por isto, um importante papel nas estratégias de desenvolvimento da citricultura.

Considerando-se sua qualificação e sua funcionalidade na organização do trabalho assalariado (ritmo, produtividade e qualidade), na operação e manutenção das máquinas, nos trabalhos mais complexos e delicados (preparação do solo, aplicações de adubo e insumos) e na gestão, é evidente que ele fornece um “valor trabalho”. Não obstante, este trabalho “invisível” não é remunerado pelo mercado³⁰⁸, ocorrendo então uma apropriação da renda advinda deste trabalho. Eles igualmente desconsideram a apropriação da renda da terra dada sua efetiva incorporação das inovações técnicas com o objetivo de enfrentar a competição econômica, apesar do tamanho de suas propriedades. Em síntese, sua rápida trajetória de ascensão social e acumulação econômica como pequenos ou médios proprietários refuta estes rendimentos (trabalho e terra) quando eles se comparam com outros produtores e quando eles explicam inclusive a “fatalidade” daqueles que acabaram rendendo-se ao assalariamento. Daí então a funcionalidade de seu sistema de produção na reprodução de interesses precisos dentro do modelo de industrialização adotado na citricultura³⁰⁹.

O conflito central na citricultura se apresenta para eles como uma “disfunção do mercado” provocada pela agroindústria, pelo Estado e pelos “interesses obscuros” dos países importadores de suco, desvinculada dos modos diferenciados de inserção dos diferentes grupos

³⁰⁷ Esta ambigüidade é observada também pela legitimidade dada pela proximidade de origem (“vizinhança” local) com seus representantes políticos, o que contribui à legitimação da ação política das associações civis (ACIESP) fora do plano local e regional, como foi analisado anteriormente.

³⁰⁸ Lembra-se que o tempo de trabalho e o tempo de produção são bem distintos na citricultura. Isto explicaria a não-reivindicação da renda do trabalho, posição que se explica também pelo fato da maior parte das operações necessariamente manuais são de responsabilidade dos trabalhadores assalariados.

³⁰⁹ Esta fragmentação entre suas representações e suas posições sócio-econômicas é ainda mais reforçada pela ‘ação das instâncias de mediação política. Elas fazem que estes dois aspectos se apresentem separadamente nas representações dos produtores, dificultando-lhes a produção de uma síntese do real e de uma ação política específica, como será retomado adiante.

sociais dentre os produtores neste mercado, logo, desvinculada das bases materiais de produção. Assim, a significação da manutenção de certos centros tradicionais de poder no campo econômico - embora (re)desenhados - e do aparecimento de outros é secundarizada e contribui à afirmação de seu novo status social, chefes de estabelecimento e gestores do sistema produtivo, topo de uma atividade social muito lucrativa.

Este outro resultado do processo de construção sociocultural de sua identidade é a *profissão de produtor rural*, a qual se estabelece diferentemente da *ocupação* (embora ambos façam parte das representações sociais) uma vez que os elementos constituintes de um e de outro são diferentes. A profissão denota uma dimensão mais intelectual - racionalidade de sua identidade sócio-profissional - no sentido em que a profissão decorre diretamente da *função* deste novo status social (chefe de estabelecimento), isto é, do papel que assume o produtor na gestão da reprodução de sua propriedade como um investimento que o coloca em relação conflitiva com os agentes econômicos e políticos intervenientes: agroindústria, assalariados e Estado.

A *profissão de produtor rural* resume a passagem de uma racionalidade familiar e territorial (o agricultor familiar como chefe de uma unidade de reprodução inserida em um espaço geográfico limitado) para uma lógica cada vez menos dependente das limitações locais (em função dos imperativos do mercado). Esta implosão da localidade em suas referências primordiais como produtores faz com que a propriedade se transforme em um lugar de investimento de capitais e de geração de lucros como qualquer outro ramo de atividade econômica.

O produtor familiar moderno é duplamente impulsionado pela *função da produção de mercadorias* e pela *função comercial de sua propriedade (ou sistema produtivo)*. A *função de produção* estrutura a função produtiva e o conjunto do sistema produtivo. A *função comercial* está diretamente ligada à relação do produtor com a indústria. Uma vez a questão colocada para o produtor não é só o quê produzir para qual mercado, mas quando produzir, com qual produtividade por árvore (dentre os pequenos pomares a indústria prefere estabelecer vínculos comerciais com os que apresentem altos rendimentos, isto é, escalas maiores de produção), com qual qualidade, com qual intensidade de trabalho, sob quais bases da relação com a indústria, *a função comercial vai determinar a função de produção*³¹⁰.

A identidade sócio-profissional se inscreve assim na dominância que a função comercial tem sobre a produtiva. Esta lógica profissional foi analisada a partir das relações simbólicas que os produtores mantêm com outros grupos sociais face aos conflitos sociais nos quais eles se encontram. Desta maneira, variáveis semelhantes (a família, o elo ao local e ao social, a ocupação, a sociedade global e o grupo de pertença) são consideradas na pesquisa, porém, com o objetivo de recompor, pela produção de sua ocupação e de sua lógica profissional, os elementos

³¹⁰ Ao contrário, para o conjunto dos produtores não-modernos para os quais a função comercial é a única prioridade estabelecida. A ausência relativa do Estado nas regras de comercialização das frutas torna a responsabilidade do produtor sobre esta relação da função comercial com aquela produtiva ainda mais importante.

culturais explicativos da dinâmica de exclusão e de integração enquanto processos que estruturam o campo econômico da citricultura.

A *profissão de produtor rural* vai configurar o ápice desta virada em suas representações do social, no passado como trabalhadores rurais, em seguida como produtores familiares e agora como chefes de estabelecimento, suavizando as diferenciações entre citricultores para dentro das fronteiras das propriedades e priorizando o ambiente econômico e político das relações comerciais. Desta maneira, anuncia a significação central de *práticas vividas*, qual seja, o distanciamento das contradições originárias da inserção dos outros grupos sociais na citricultura e no setor.

A profissão do produtor rural traz consigo assim os conteúdos dos conflitos que eles elegem como prioritários, tornando-se independente, *na ação política*, das referências socioculturais fundadoras da ocupação de citricultor para focar unicamente a agroindústria, o Estado e os assalariados. É no plano da produção/reprodução destas conflitualidades que os mediadores agem em seguida, reafirmando-as como exclusivas na dimensão corporativista da ação política e atribuindo àquelas referências uma dimensão identitária enquanto imagem atribuída pelos outros.

Enquanto referências culturais pertencentes ao ideal empresarial, a *ocupação de citricultor* e a *profissão de produtor rural* revelam, desta forma, significações particulares na produção da identidade sócio-profissional dos *produtores modernos* pelo "lugar" que eles determinam aos outros produtores não tecnicizados, aos grandes proprietários/produtores modernos e aos trabalhadores assalariados, uma vez que elas originam-se da funcionalidade da *terra*, do *trabalho* e das *técnicas de produção* que assume o ideal empresarial face à prioridade de inserção no *mercado*, reduzindo as contradições sociais presentes. Devido à particular trajetória social, suas representações sobre terra, trabalho e técnicas de produção diante de diferenciações sociais explicitadas no mercado explicam a valorização do referencial tecnológico como atributo central na elaboração do ideal empresarial na citricultura e, conseqüentemente, de sua auto-imagem.

Uma difração, entretanto, se opera entre as relações simbólicas e os planos reais de reprodução e de acumulação dos diversos grupos sociais, o que possibilita, no limite, a articulação dos diferentes interesses sociais na ação política de natureza corporativista. Como conseqüência, os *produtores modernos* perdem o controle da dinâmica mais complexa de poder no setor, inaugurando uma nova fase de integração com a agroindústria de transformação expressa no associativismo político-ideológico. As referências culturais dos *produtores familiares modernos* explicitam o modo pelo qual eles vivem e agem nesta realidade e o modo pelo qual eles enunciam suas experiências vividas no passado (*antes de e durante* a consolidação do complexo agroindustrial: *tempo*) - e atualmente, em face das estratégias de reprodução e/ou de acumulação no setor (*espaço*). O ideal empresarial não expressa apenas a face mais visível do sistema produtivo e de sua relação com o entorno econômico. Ele é também resultado histórico

de uma determinada articulação de interesses na citricultura e da relação desta articulação com a agroindústria de transformação. Os *produtores familiares modernos* têm um papel fundamental na ampliação da base de propagação destas referências, constituindo-se como seu centro irradiador.

A análise da produção do ideal empresarial ficaria limitada se restrita ao campo das classes sociais (no sentido marxista) uma vez que sua produção se dá na disputa entre diferentes grupos sociais por classificações, reclassificações e posições frente aos pressupostos de competitividade no mercado. Esta conclusão é fundamental para que se compreenda como, frente à agroindústria, ao Estado e aos trabalhadores assalariados, a ação política dos *produtores familiares modernos* se reveste de uma dimensão coletiva visando à melhoria das regras do mercado para as frutas e para o suco enquanto eles perdem o controle da dimensão de classe desta ação.

A literatura dos anos 1980 tratava de analisar as razões da permanência das pequenas propriedades na agricultura (e sua reprodução), entre elas aquelas que dizem respeito às próprias contradições da expansão do capitalismo (concentração/desconcentração dos capitais), às possibilidades de acumulação extensiva (pequena elevação da composição técnica do capital), à presença de uma oferta de mão-de-obra de limitado poder de negociação e a disciplina para a incorporação das inovações, à capacidade de exercer uma gestão de tipo familiar e ao controle rigoroso sobre a força de trabalho. Na citricultura, os produtores familiares modernos têm uma grande importância estratégico-econômica devido ao tratamento e vigilância contínua dos pomares e ao controle pessoal que o proprietário exerce sobre o trabalho da colheita. Porém, sua “funcionalidade econômica” se explica fundamentalmente pelo seu papel no campo conflitual, uma vez que as representações sociais expressam sua posição e orientação no sentido da depreciação do valor de sua produção agrícola (devido às especificidades de sua posição frente à renda do trabalho e da terra e devido às dificuldades de investir em novas técnicas de produção sem recorrer à financiamentos, o que faz com que eles tenham os mais altos custos de produção não-remunerados e não-reivindicados) e do controle econômico e político dos trabalhadores assalariados, porque tendo custos mais altos de produção, requerem que as malhas salariais sejam mantidas mais baixas.

Esta importância supõe a necessidade de relativização das teses de subordinação do produtor à agroindústria, neste caso em virtude de um espaço de negociação e compromisso sobre as premissas da manutenção da competitividade do setor. O acento é colocado sobre a performance individual dos produtores, num contexto de afastamento do Estado da regulação setorial específica do setor e da mediação dos conflitos estruturais, redirecionando a oposição entre capitais agrícolas de origens tão diferenciadas para a criação de novos parâmetros de garantia de reprodução dos produtores "fortes" no setor. A reprodução das relações de poder no setor se conclui pelo papel que os *produtores familiares modernos* têm de legitimar a imposição de normas que vão regulamentar a capacidade de inovação tecnológica na citricultura, as regras

referentes à negociação com o Estado, a indústria e os trabalhadores, em síntese, os limites da dimensão organizacional e institucional de todo o sistema de produção e pelo seu papel na produção.

O ideal empresarial dissemina, em síntese, uma ética das formas de produção e de trabalho que é própria à agricultura familiar integrada ao mercado, fundamental para as estratégias de acumulação tanto dos grandes produtores modernos quanto da agroindústria mas assume um papel fundamental no campo econômico em razão de uma particular trajetória social num contexto de grandes diferenciações sociais. O conjunto de suas referências socioculturais, exatamente pelo fato de ultrapassarem suas condições materiais (objetivas) de produção, traduzem o imaterial das relações sociais e do campo conflitual expresso na frase pronunciada por um dos entrevistados: "*os pequenos querem ficar grandes!*". Assim, eles atuam na legitimação da imposição do conjunto de normas político-ideológicas e das condições de sua aplicação.

Em resumo, o referencial setorial das referências socioculturais (*ocupação de citricultor e a profissão de produtor rural*) é produzido nas relações que os produtores mantêm com o local, isto é, no plano dos sentidos vivenciados a partir de sua experiência de inserção social na agricultura e de integração no setor. *Terra, trabalho, técnicas de produção e mercado* são as variáveis mestras que inserem a produção daquelas referências *para a ação política*. Ocupação e profissão, definidas como referências culturais, fazem parte do primeiro momento de produção da identidade sócio-profissional de empresário rural. É o conjunto destas referências identitárias fundadoras que vai determinar os conteúdos de sua *ocupação* e sua *profissão* como orientadoras de seu engajamento na ação política voltada para a sociedade local, regional e global.

Suas referências particulares definidoras de um *ethos de posição* serão atravessadas em consequência e devido às relações concretas mantidas com os agentes econômicos e políticos centrais que os articulam com a natureza comercial e mercadológica de suas propriedades (agroindústria e Estado) em sua afirmação público-societal, pelo referencial global (produtividade, competitividade e qualidade) definidor de um *habitus* através da ação política, primeiro no plano do funcionamento do setor e, em seguida, às insígnias e condições necessárias de reprodução da agricultura moderna e competitiva na sociedade. É desta forma que o referencial global se articula às imagens sociais produzidas no plano setorial através da ação política dos produtores modernos, inspirando-se e apoiando-se nestas³¹¹ mas ultrapassando-as para configurar uma ideologia política através da dimensão de classe da ação política.

Em outras palavras, há uma inadequação entre a posição social dos produtores familiares modernos no campo econômico e o *habitus* que se verifica ao nível do *ethos*, no sentido em que os produtores familiares modernos procuram se apresentar como mais do que de fato são em termos de capital cultural. Entretanto, não há uma oposição entre *habitus* e *ethos*; ambas

³¹¹ Nas palavras de Jobert e Muller. (1987, p.68), "*o referencial global é na realidade integrado em um modelo cultural que lhe dá sentido e o articula às práticas cotidianas dos indivíduos e dos grupos*".

constituem a dimensão subjetiva do agente. Enquanto o *habitus* é um processo conduzido principalmente pelas elites, o *ethos* é o conjunto de princípios de unidade do estilo de vida dos produtores familiares modernos o qual vai, no entanto, agir como reestruturador de expectativas como parte de um *habitus* de um grupo social em processo de ascensão social. Ambos se interpenetram na constituição da identidade sócio-profissional de empresário rural, mas não quer dizer que seus elementos sejam idênticos.

6.1.2. As contribuições do referencial cultural global: *qualidade, produtividade e competitividade do agrobusiness*

O referencial global, em seu plano de formulação, trata da organização dos conflitos e confrontações ao redor de projetos de desenvolvimento de agricultura no país e da forma como elas se apresentam no campo econômico setorial. Os elementos que caracterizam o referencial global se articulam atualmente, em sua fundação hegemônica, aos pressupostos de competitividade e seu corolário, a necessidade de se ajustar às dificuldades externas, se inscrevendo na criação de uma ética econômica efetiva para a agricultura brasileira que se pretende universal.

O *habitus* empresarial, como referência cultural global, constrói-se sobre a contemporaneidade do campo conflitual, isto é, a partir das relações sociais presentes em cada momento histórico e a partir tanto das relações sociais regionais em transformação quanto dos conflitos em torno da direção dominante do modelo de desenvolvimento agrícola adotado no país. Este movimento de dupla mão inscreve as condições sociais, econômicas e políticas da representação "vitoriosa" da empresa rural como a única que sobrevive a crises, mas não suplanta, no entanto, os traços históricos essenciais da formação social que caracteriza comportamentos e inspira projetos.

O delineamento de alguns elementos sobre a relação entre o plano regional, local e global analisados anteriormente, teve como objetivo mostrar principalmente que há uma forte presença do discurso liberal na formação social regional, que se revela através de um forte processo de seleção social. A modernização técnica da agricultura vai cimentar a formulação de certos projetos de mudança estrutural e dinâmica que, no entanto, não se consolidaram nas transformações propostas (possibilitando a reprodução da grande propriedade especulativa no campo econômico da citricultura), apesar da diferenciação histórica entre as elites da agricultura com respeito aos sistemas de uso da terra e da organização do trabalho (sistemas de produção) e aos diferentes níveis de articulação com os circuitos econômicos e com o poder político.

O *habitus* empresarial não surge como abrigo de comportamentos e ações no campo dos grandes proprietários modernos no sentido de uma racionalidade formal (nos termos de Weber), com objetivos orientados segundo meios e fins para a conquista e manutenção da

competitividade do setor no mercado internacional: o custo médio (calculado por árvore) é rebaixado pela presença de grandes propriedades de baixa produtividade e grande volume de produção devido aos ganhos horizontais de escala; manutenção de baixos salários e ausência de estímulo à qualificação da mão-de-obra e presença de redes clientelísticas no mercado no plano da produção agrícola e no plano da relação produção agrícola-agroindústria (fornecedores cativos distintamente privilegiados, pagamentos diferenciados pelas frutas). Em outras palavras, a realidade estudada mostra que o *habitus* empresarial representa uma ideologização do campo das elites e é renovado constantemente em momentos de crise de acumulação.

O surgimento do *habitus* empresarial no campo econômico configurado durante a fase de crescimento extensivo (horizontal) da citricultura (até os anos 1970), a partir do final dos anos 1970 (momento marcado pela crise financeira do Estado e pela descapitalização da agricultura, pela recessão econômica geral e pela (re)democratização no país sob uma restrição das condições de produção) e a partir das questões relativas ao crescimento vertical da citricultura e à integração do setor no mercado internacional (adoção de paradigmas dominantes em torno da competitividade econômica e da seleção social nos anos 1980 e 1990), foi a referência analítica para se compreender as transformações sociais e os novos realinhamentos de poder entre os grupos sociais. Os cinco momentos particulares nos quais o ideário de empresário rural se inscreve na história traduzem o processo de produção e transformação do referencial global, mantendo sua contemporaneidade:

1. o primeiro, que corresponde ao que liberais defendiam como a modernização face às elites agrárias no Brasil Colonial e em favor da independência econômica e política da Metrópole. Neste período, verifica-se a conquista gradual da hegemonia dos fazendeiros de café, que se tornam o centro da elaboração do discurso empresarial baseado no *produtivismo* (de 1889 até as 1930);

2. o segundo, que corresponde à fase de transição da economia cafeeira para a expansão da cultura de laranja e à fase do aparecimento da indústria urbana, momento no qual os fazendeiros elaboram discurso empresarial baseado na *tradição rural* e da *renovação da agricultura* (anos 1930-1960);

3. o terceiro, que corresponde ao projeto de liberação da mão-de-obra na agricultura e a subordinação desta através da concentração da terra no sentido de favorecer a gradual hegemonia da indústria (anos 1960-1970). A elaboração do discurso empresarial está aqui a cargo dos grandes proprietários fundiários e da burguesia rural em oposição à reforma agrária (*modernização conservadora*);

4. o quarto, que corresponde ao apelo pela *vocação agrícola*, retomando o tema da produtividade mas revigorando-o sob o emblema da competitividade, qualidade e produtividade (anos 1980). O modelo de expansão horizontal da acumulação do capital que pouco a pouco é substituído pelas crescentes verticalização e integração, se estendendo também sobre as estruturas de produção, circulação e serviços e da reorganização do trabalho, se constituirá no

"vetor da continuidade do processo de modernização". Este discurso empresarial emerge face ao ressurgimento do debate sobre a reforma agrária e à disputa dos escassos recursos financeiros do Estado, isto é, em meio à forte pressão social a favor de mudanças estruturais do modelo agrícola dominante no país - e face ao discurso oficial que defende a agricultura de transformação e exportação como sendo responsável pela renovação da economia nacional face à recessão econômica. O centro da elaboração ideológica deste discurso fica a cargo das elites agrárias. Entretanto, a base social e política deste discurso vai se ampliando significativamente no conjunto dos produtores modernos;

5. ultimamente (anos 1990)³¹², que corresponde à tese do *agrobusiness*³¹³ como expressão de uma nova fase da integração agricultura-indústria que se expressa por um associativismo de interesses político-ideológicos fundado sobre a competitividade e a concorrência e sobre a implementação de estratégias de acumulação e desenvolvimento do setor através de um novo referencial tecnológico e de novos modelos organizacionais. Este momento marca a configuração dos conflitos sociais na citricultura através da exigência de novos parâmetros para o processo de seleção social baseada nas *formas de trabalho* e das *formas de produção/gestão*. Este discurso empresarial apresenta uma elaboração ideológica mais marcante sobre os determinantes do mercado, da concorrência e competitividade internacionais tanto pela citricultura quanto pela agroindústria de transformação, porém engloba igualmente o conjunto dos produtores modernos.

Nesta conjuntura, as mobilizações serão dirigidas por alianças não explícitas, reunindo, de um lado, os diferentes grupos sociais dentre os produtores contra a indústria e, do outro, todos os produtores e industriais contra o Estado sobre questões pontuais principalmente voltadas às regras formais de funcionamento do mercado das frutas e do suco. O acento é colocado sobre o desempenho individual dos agentes econômicos no mercado e sobre as formas de administração dos sistemas produtivos e comerciais, relativizando os conflitos sociais de classe e provocando o estreitamento dos laços corporativistas entre pequenos, médios e grandes proprietários e a dissolução dos conflitos específicos que opõem os capitais agrícolas de origem muito diferente.

³¹² Arida (s/d) afirma que os anos 1990 são marcados por um debate na sociedade brasileira que se situa no centro da produção uma vez que a competitividade econômica no mercado internacional não será mais assegurada por subsídios fiscais, e no mercado interno, por políticas protecionistas. Diniz et al. (1989) analisam este processo que se apresenta de maneira, mas clara desde o início da transição democrática no país (final dos anos 1970) e as dificuldades de expressão dos interesses diversos devido à tradição corporativista profundamente enraizada nos diferentes grupos sociais.

³¹³ O *agrobusiness* (David e Goldberg, In Graziano da Silva, 1989, p.7), é definido como "*a soma de todas as operações referentes à produção e distribuição dos insumos técnicos, as operações de produção na fazenda, o armazenamento, transformação e distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados*". Segundo Graziano da Silva, ele é uma descrição estática que deixa de lado o progresso técnico: "*fiel à tradição neo-clássica da abordagem sistêmica, ele não é mais que um agregado de sub-sistemas, inter-relacionados por fluxos de troca*". A teoria do *agrobusiness*, renovada atualmente propõe uma visão filosófica, estratégica e ganhos em competitividade de toda uma cadeia visando a eliminação dos elementos que podem comprometer a competitividade e a qualidade. Cf Belato. *Para desatar a cadeia do agrobusiness* In Zero Hora, 04.09.92.

Em sua atualidade, mas também de uma maneira prospectiva, a agricultura vai progressivamente adquirir, a partir de um período de modernização técnica extensivamente subsidiado pelo Estado, uma relativa autonomia das políticas estatais setoriais. Desta forma, se a aproximação de interesses entre a agroindústria e produtores, ao lado da "privatização"³¹⁴ das regras do jogo no campo econômico, é defendida "*para proteger o bom funcionamento do setor*", isto não constitui o projeto de classe das elites na citricultura: nos momentos de crise, o Estado é conclamado para distribuir vários subsídios e também para implementar as condições tecnológicas de produção, as normas de regulamentação macroeconômica que tragam mudanças na dinâmica econômica do setor e dos parâmetros de oligopolização agroindustrial.

Neste quadro de "privatização", o papel das políticas públicas na supressão das disfunções estruturais, sociais e políticas torna-se ainda mais restrito, isto é, as estratégias internas de desenvolvimento do setor vão refletir os interesses dos grupos sociais dominantes devido à limitação que se coloca para a continuidade de seus patamares históricos de acumulação que os novos rearranjos no comércio internacional impõem. A crise de regulação provocada pelas novas exigências do mercado internacional são restrições "técnicas" às quais esta elite na citricultura não pode escapar, logo, vão indicar o momento de mudanças do discurso e de campos da reprodução social. Os obstáculos de caráter estrutural interno provocam uma crise de legitimidade desta elite que tenta confiar doravante às forças mercadológicas o cuidado para ajustar as resistências que ela não pode (ou não quer) superar. O discurso empresarial denota assim uma situação de crise e transição nas relações públicas/privadas. Os produtores familiares modernos, ao fazerem de alguns conteúdos deste discurso a razão de sua identidade sócio-profissional, colocam-se na base da recuperação daquela legitimidade, portanto, da construção destes mesmos referenciais.

As demandas atuais em favor do aumento da produtividade agrícola (aumento do rendimento por pé de laranja) e do controle da qualidade das frutas (sólidos solúveis) apresenta-se como estratégia para a manutenção da taxa de lucro no setor e em benefício dos produtores mais tecnificados e a da agroindústria, uma vez que estas demandas respondem positivamente à conquista dos novos mercados mais exigentes para o suco (Europa e Japão, por exemplo, não dispõem da opção *blended* porque não é um país produtor de laranjas), sem perder os mercados tradicionais.

No contexto da continuidade da modernização na citricultura dentro deste marco, há uma questão cada vez mais determinante para a manutenção da competitividade do país no mercado internacional. A redução do crédito agrícola a partir dos anos 1980, só faz agravar a continuidade e a progressão da adoção de novas tecnologias, ou mesmo a renovação dos

³¹⁴O que aqui é chamado de "*privatização*" das regras do campo econômico traduz as mudanças na configuração das relações de força diretas entre agentes, assim que na dinâmica social e política para a formulação dos projetos coletivos (e individuais), face a uma autonomia relativa em relação ao Estado e face a uma realidade social onde perduram contradições históricas (estruturais e dinâmicas), a despeito das fortes filiações às problemáticas colocadas por uma economia de mercado fortemente internacionalizada.

equipamentos, das máquinas agrícolas, a compra de produtos químicos ou a renovação dos pomares. Duas questões se impõem, em conseqüência, para os produtores familiares: de um lado, a possibilidade adquirirem uma relativa autonomia financeira para empreenderem a adoção e a renovação constante de tecnologias; de outro lado, a possibilidade de incorporarem uma organização do sistema produtivo (divisão interna do trabalho, renovação de pomares, novo espaçamento entre árvores, etc) e uma gestão administrativa da propriedade. A adesão a estes pressupostos depende não apenas de possibilidades objetivas como também da definição de prioridades.

A seleção social que decorre deste processo concentra cada vez mais os subsídios do Estado, como o crédito agrícola, em benefício de certos produtores, uma vez que estes recursos tendem a se administrados pela indústria³¹⁵ em favor dos produtores que respondem produtiva e organizativamente a este desafio ou tendem a ser concedidos diretamente pelo sistema bancário privado (via Política Nacional para a Agroindústria e FINAME). As pressões corporativistas na política macroeconômica e na política específica ao setor alinham-se com esta tendência uma vez que não escalonam o perfil dos produtores e sim determinam uma lógica de comportamento produtivo e gerencial a ser recompensado.

As análises sobre o desempenho econômico do setor citrícola³¹⁶, muitas delas elaboradas pelos especialistas e conselheiros tanto das associações de produtores quanto das indústrias, habitualmente se situam ainda no quadro de comparação feita entre os custos de produção agrícola no Brasil e nos Estados Unidos do ponto de vista do patamar técnico da citricultura. As diferenciações entre as estruturas sociais e as diferenças com respeito à apropriação de fatores de produção pelos grupos sociais são, portanto, negligenciadas assim como os obstáculos que constituem o cerne do poder que se encontra na dinâmica social e política responsável por uma concepção extensiva de produção em razão dos interesses em torno da modernização técnica conservadora responsável pelo modo como o modelo de modernização pode comprometer a competitividade do país no mercado internacional.

A interrupção da modernização como foi conduzida anteriormente (anos 1970 e começo dos anos 1980) pode, entretanto, colocar em questão o paradigma neoclássico sobre a questão do progresso técnico pelas próprias elites na citricultura. Este paradigma, que forneceu os fundamentos teóricos da modernização conservadora no Brasil, postula que *"os agentes econômicos são evidentemente mais sensíveis às variações de preço afetando seus custos de produção e eles reagem em conseqüência, introduzindo inovações que poupam o(s) fator(es)*

³¹⁵ A administração dos recursos financeiros públicos não é exercida diretamente pela agroindústria mas por mecanismos em que se combinam seleção e marginalização sociais no interior do complexo agroindustrial face às exigências crescentes pela assinatura dos contratos de venda das frutas. Se a administração das subvenções públicas diz respeito ao controle direto das agroindústrias sobre os diversos financiamentos públicos, há também, desde o final dos anos 70, uma crescente "privatização" da administração do crédito oficial pelos bancos privados (SAYAD, 1980).

³¹⁶ Cf Neves, E.M. et al. (28/07/91; 01/08/91); DiGiorgi, F (abril 1990).

*tornado(s) mais caro(s)*³¹⁷. Ora, a questão da manutenção da competitividade do país através das soluções que se apresentam no setor (aumento da produtividade e da qualidade das frutas, a adoção de inovações tecnológicas efetivas e a especialização e qualificação dos trabalhadores e a elevação das grades salariais, ao mesmo tempo em que a busca da manutenção da renda historicamente obtida na citricultura) coloca um obstáculo à continuidade da modernização conforme o paradigma que favoreceu a especulação produtiva na citricultura (grandes propriedades extensivamente utilizadas) e a aplicação especulativa dos créditos agrícolas no mercado financeiro.

O distanciamento do Estado significa, desta forma, passos de uma lenta evolução no perfil das elites e do Estado nas suas relações com a grande propriedade, uma vez que, a partir dos anos 1990, há necessidade do modelo de desenvolvimento da citricultura abandonar seu caráter extensivo. No entanto, se a mudança no perfil do desenvolvimento da citricultura existe, ela não se traduz ainda na realidade atual: ainda persiste um discurso de renovação e uma prática retrógrada que instaura uma lógica de mercado ao sabor tanto de práticas locais e históricas duvidosas quanto de novas práticas extremamente concentradoras que se afastam de uma *ratio economica*.

A afirmação social do empresário rural (como aquele que inova) e a negação social do latifundiário (como aquele que especula) mascaram as diferentes possibilidades de acumulação no interior do setor originárias da quantidade de terras que o produtor têm. O modo de pertença baseado na *lógica empresarial* cujas diferenciações dependeriam unicamente das prioridades de investimento nos produtores é atualmente a questão central do conflito existente entre os diversos grupos sociais na citricultura. Isso é reforçado pelos investimentos em novos pomares tanto por parte da agroindústria quanto por parte dos grandes empresários provindos de atividades urbanas. Estes últimos, pelo fato de possuírem capital de origem não-agrícola, não são vistos como os concorrentes mais importantes pelos produtores rurais tradicionais. Ele oculta e reforça ainda mais o “poder” originário da concentração de terras na citricultura.

A gestão administrativa, responsável pela otimização do conjunto do referencial tecnológico, é a questão central do caráter empresarial, pois ela possibilitará a agilização no fornecimento das frutas para a indústria de acordo com sua qualidade e com o controle de seu grau de maturação, a diminuição dos custos de produção pela composição de técnicas de produção, a divisão do trabalho mais efetivo (inclusive produtividade de trabalho, redução do tempo morto de produção, formação especializada de trabalhadores). Em outras palavras, a questão que se coloca no plano da competitividade e, conseqüentemente, na estabilidade das propriedades no setor, depende não só de condições objetivas, mas também do perfil cultural do produtor para responder aos desafios subjetivos e simbólicos relativos a tal objetivo. Tem-se,

³¹⁷ 30 anos de modernização agrícola no país mostraram a inadequação desta proposição devido aos obstáculos institucionais adotados em favor dos latifundiários, devido ao baixo valor da mão-de-obra, baixo nível de tecnificação apesar dos benefícios concedidos, etc. Cf Romeiro, Ademar Ribeiro. *Agriculture et progrès technique: étude de la dynamique des innovations*. Tese de doutorado, EHESS, 1989.

neste sentido, ressaltado através dos depoimentos, a força que representa o grande produtor moderno como referencial para os pequenos e médios produtores.

O redimensionamento dos antigos conflitos é aquele que justamente decorre da possibilidade e da definição cultural dos objetivos da propriedade. Este conflito tem uma relação direta com os referenciais culturais pois ele invoca as confrontações entre diversas representações da ocupação e da profissão de produtor rural e ele se baseia nos diferentes comportamentos e também nas diferentes maneiras de agir na esfera política, às concepções diferenciadas dos produtores em relação a acumulação econômica: produtores capitalistas, familiares ou de transição.

Este novo discurso do empresário rural sobre o *agrobusiness*, aparentemente como produto de uma atuação mais ou menos espontânea de um complexo de forças específicas sem uma direção central, vem contrabalançar a crise de legitimidade das elites rurais frente às contradições estruturais que perduram na sociedade brasileira (terra e trabalho), através da retórica de despolitização do mercado.

6.1.3. A articulação entre o referencial cultural setorial e global na ação política: *a produção da ideologia política*

A ação política dos produtores familiares modernos estabelece-se no plano de uma divisão mais equilibrada do lucro assegurado pelo processo de seleção social dos citricultores que podem responder às novas exigências de intensificação do capital na produção. Se isto é resultado do próprio caráter profissional das associações, portanto coletivo – diferentemente da estrutura sindical tradicional – ela traduz a formalização político-ideológica do discurso dos produtores familiares modernos sobre as contradições estruturais e dinâmicas e sobre os núcleos de poder no setor.

As associações enquanto mediadores têm um papel fundamental na representação dos interesses daquele coletivo, das elites setoriais e extra-setoriais (modelo de desenvolvimento agrícola dominante) através da ação política setorial. Nesta transação de mão dupla entre as imagens setoriais e globais, os produtores não têm o controle do conjunto das normas que articulam esses referenciais, que integram os dois níveis definidos, uma vez que elas são produzidas por alianças entre uma fração da elite global e certas elites setoriais, priorizando certos interesses sociais limitados existentes no setor conjuntamente com a defesa dos interesses coletivos (preço das frutas e aperfeiçoamento da noção de participação nos contratos de comercialização).

A característica determinante da ação política é que ela revigora as relações de oposição entre diferentes grupos sociais dentre os produtores em detrimento das contradições existentes entre eles. Ela estabelece filiações entre interesses distintos, levando o coletivo dos produtores a se posicionar antagonicamente em relação à agroindústria e ao Estado (e em relação aos

trabalhadores assalariados), negando a existência paralela das relações de reprodução das diferentes classes sociais.

Apesar disto, esta articulação é possível graças às referências culturais setoriais dos produtores familiares modernos enquanto representantes do perfil médio dos citricultores. Os referenciais (setorial e global) não são produtos diretos das relações de força entre diferentes grupos sociais porque entre essas relações e os mecanismos de produção e (re)produção dos referenciais se intercalam toda uma série de mediações. Ao mesmo tempo, a construção de um referencial não é um processo meramente ideológico, sem relação com o concreto das relações sociais³¹⁸. Em resumo, é um processo social coletivo mesmo com a emergência de certos indivíduos ou atores que formalizam mais especificamente a nova ideologia.

A definição e a imposição de empresário rural por parte das associações também repercutem na socialização dos produtores e o ideal empresarial dos produtores legitima a ação política num movimento de dupla mão. Entretanto, o mais significativo desta legitimação não são as condições materiais objetivas, mas sim sua distinção em relação aos assalariados e aos produtores especulativos. A definição hegemônica de empresário resulta, então, de um processo de identidade-identificação distante das condições objetivas de produção. É esta definição que é apropriada e publicizada na ação política, perpassando parcialmente distintas categorias sociais em presença.

Analisou-se anteriormente que ao defender, através da formalização do ideal empresarial no espaço público-social, o perfil médio dos produtores (familiares), a ação das instâncias de representação setorial vai estabelecer condições para:

1. a reprodução dos grandes produtores modernos e dos grandes produtores especulativos setorial e extra-setorialmente através do estabelecimento do coletivo que dificulta o produtor familiar moderno em evidenciar suas especificidades na ação política e nos resultados esperados;
2. o estabelecimento de um consenso em torno das estratégias de desenvolvimento do setor propostas pela agroindústria que recria permanentemente níveis diferenciados do mercado e processos de seleção social e ainda acomoda seus interesses e das elites na citricultura ao redor de um ritmo mais lento de modernização técnica.

Nas representações sociais dos produtores familiares modernos, os conflitos entre os diferentes grupos sociais não se estabelecem sobre as diferenciações econômicas ou sociais entre eles³¹⁹ e, se eles atestam uma relação conflituosa com a indústria, consideram este conflito como secundário frente à sua participação no lucro da venda de suco no mercado internacional, onde a margem de competitividade lhes é assegurada, principalmente pela baixa remuneração da força

³¹⁸ As instâncias de representação não são o "lugar" privilegiado do poder nem da definição de um projeto de classe (OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense, 1989, apud BRUNO, 1991, p. 81) que já não exista na realidade social.

³¹⁹ Conforme já salientado, uma grande parte dos citricultores diversifica seus investimentos em atividades não agrícolas ou dão suporte financeiro às opções profissionais dos filhos. Não é, portanto, questão de ameaça de exclusão social dos citricultores, mas de marginalização do setor.

de trabalho. Os produtores modernos se inserem assim neste universo de conciliação simbólica com as estratégias de acumulação da indústria - ao menos em suas orientações as mais importantes - e a agroindústria, por sua vez, passa a considerar as propriedades como uma extensão prioritária de seu investimento. A divisão do lucro constitui o pivô da manutenção deste "equilíbrio", o qual interessa tanto as agroindústrias quanto aos produtores modernos, daí os dizeres que concedem uma importância à "*maturidade de negociação*". Os conflitos sociais acontecem às margens desta "negociação estratégica", na qual o conjunto dos produtores modernos tem também, e não só a indústria, o poder de definir as normas e, por conseguinte, os fundamentos centrais que resultam em uma seleção dos trabalhadores e em uma seleção dos grupos sociais dentre os produtores através de sistemas tecnológicos eficientes e através da gestão comercial e administrativa das propriedades.

Os produtores familiares modernos constituem neste sentido uma base de coesão político-ideológica de extrema importância, uma vez que sua adesão é fundamental para a legitimidade que estas transformações requerem. A análise das condições permitindo a definição desta associação de interesses entre citricultura e agroindústria é fundamental à compreensão das representações sociais dos produtores modernos. A natureza dos conflitos existentes no setor produz um alinhamento dos interesses entre os produtores modernos e a indústria, que vai configurar o espectro de suas referências culturais constitutivas da identidade sócio-profissional.

É no plano dos "ajustamentos" necessários nesta concorrência entre produtores e entre os produtores e indústrias necessários para um novo modelo produtivo e de inserção competitiva do país no mercado internacional que as associações "privatizam" a decisão das normas e a escolha de parâmetros da seleção social. A crise financeira do Estado impulsiona sua ação ao lhes "delegar" o papel que ele desempenhava anteriormente de intervenção mais crescente nos conflitos sociais. Além disso, como associação civil, estas normas e parâmetros emergem no espaço da sociedade, a ação política saindo de sua dimensão unicamente setorial ao contribuir com as imagens globais sobre o desempenho econômico.

A adesão dos produtores modernos ao ideal empresarial ganha uma grande importância política na citricultura, uma vez que vai assumir a configuração de sua identidade sócio-profissional na ação política e permitir que os rearranjos dos interesses no setor sejam legitimados pelo coletivo dos produtores sem rupturas imediatas e profundas com o modelo de expansão horizontal adotado até agora. Ao mesmo tempo, essa adesão vai permitir que os produtores modernos assimilem, no tempo necessário e dentro de suas possibilidades, as mudanças para a transformação deste modelo sem que o funcionamento de seu sistema de produção - importante em termos estruturais e dinâmicos no setor (disciplina do trabalho, manutenção das árvores, entre outros aspectos já mencionados) - seja afetado imediatamente. Em outras palavras, ela permite um sincronismo estratégico entre as transformações estruturais de que a agroindústria necessita e uma (re)acomodação dos interesses que emergem na esfera setorial.

É neste sentido que os contratos de comercialização das frutas ganham importância nos conflitos setoriais, uma vez que eles exprimem a direção e a dimensão da integração não-contratual dos produtores com as agroindústrias, principalmente para os produtores familiares modernos que não dispõem das mesmas condições privilegiadas de participação no mercado.

Desta maneira, a ação política, ao formalizar o ideal empresarial, coletiviza-o em nome da profissão do produtor rural, dando uma dimensão à ação na qual os produtores modernos encontram-se aprisionados. Em outras palavras, as referências setoriais constitutivas da identidade sócio-profissional dos produtores familiares modernos estabelecem uma leitura dos conflitos sociais na citricultura, a qual legitima os interesses coletivos eleitos como prioritários (apoiando a lógica corporativista das associações) ao mesmo tempo em que ele os faz perder o controle dos interesses de classe em presença (afastando-se da lógica de classe destas mesmas associações).

Diagrama 6.1. *Referências culturais para e na ação política*



As associações assumem o papel, ao se colocarem como via de formalização e publicação dos interesses sociais do conjunto dos produtores modernos, de organizar e reforçar alguns símbolos e valores produzidos pelos produtores familiares e sobre os quais se opera a construção do social na citricultura. Em resumo, os mediadores, a partir das referências culturais *para* a ação política (a *ocupação de citricultor* e a *profissão de produtor rural*), articulam os referenciais setorial e global *na* ação política.

Em outras palavras, a articulação entre o referencial setorial e o referencial global, operada pela ação política dos mediadores, produz a identidade do empresário como ideologia política, todavia os produtores modernos têm um papel fundamental neste sentido no momento em que produzem na sua trajetória social as referências socioculturais necessárias à produção desta identidade como paradigma cultural de identificação. É neste sentido que a análise da identidade sócio-profissional dos produtores familiares modernos traduz o processo cultural de desarticulação de significados entre as referências culturais da terra, trabalho, técnicas de produção e mercado no plano setorial e uma (des)politização da referência cultural sobre o mercado nas relações entre o setorial e o global.

Na análise desta articulação entre o referencial setorial e global, alguns problemas ocorrem. A relação entre o setorial e global produz uma lógica da setorialidade inserida nos paradigmas dominantes da modernização agrícola. Porém, as lógicas de reprodução dos referenciais global e setorial acontecem em ritmos diferentes, pois no nível global apresentam-se ações de outras imagens sociais originárias de outras relações de forças na sociedade. Estes distanciamentos entre os níveis hierárquicos setor e sociedade, a divergência na temporalidade e no ritmo de reprodução de tal setor em relação aos outros ou em relação à sociedade no seu conjunto e o distanciamento entre os sistemas das lideranças setoriais e globais, são questões que permanecem abertas em razão de sua complexidade. A proposta apresentada foi de levantar alguns elementos do debate central em torno dos projetos de desenvolvimento agrícola para o país e sua articulação com o regional e o local. Em outras palavras, os mediadores agem ao nível do ajustamento entre estes dois níveis de produção dos referenciais numa tentativa de redução dos desajustamentos sociais e/ou de criação de uma coesão política³²⁰.

Metodologicamente, é considerando analiticamente um eixo diacrônico que se compreende o duplo movimento que se estabelece: primeiro, a ação dos mediadores que diz respeito à transgressão ideológica sobre os símbolos que originam o ideal empresarial e, em seguida, a formação do agente na ação política que age sobre a realidade social. Para entender esta complexidade à propósito da criação do agente na ação política, utilizamos a aproximação da função da mediação de Jobert e Muller (1987). De acordo com estes autores, a função dos mediadores é de assegurar pela combinação de duas dimensões da ação política:

1. a primeira dimensão - regulação - corresponde ao que a ação tem como objetivo de intervir na realidade econômica específica ao setor (integração do setor na sociedade);
2. a segunda dimensão - legitimação - corresponde aos modos de representação (integração social dos grupos sociais entre si). Trata-se da construção do sistema dos atores envolvidos através da ação sobre as representações que organizam seus comportamentos, sobre os modelos de referência que os condicionam e da definição dos interesses sociais pertinentes.

³²⁰ Uma dominação durável só pode se manter pela legitimação, isto é, a identificação de cada um à um conjunto de símbolos e de interpretações que a justificam e a tornam tolerável (JOBERT e MULLER, 1987, p. 23).

Para responder à sua função de *regulação* (ação sobre uma realidade econômica) frente à agroindústria, ao Estado e aos trabalhadores assalariados, as instâncias de representação dos produtores também assumem a função de legitimação (ação em direção à integração social), ou seja, elas necessitam agir no sentido de constituir um *coletivo*, uma articulação dos diferentes grupos sociais entre os citricultores. O ideal empresarial dos produtores modernos vai constituir, precisamente, a base desta *legitimação* da ação política, uma vez que as representações sociais dos produtores familiares modernos traduzem as leituras dos conflitos estabelecidos na citricultura, permitindo, assim, que as associações profissionais, através da apresentação de seus interesses sociais e através do modo pelo qual elas filtram e restringem as problemáticas que se tornarão centrais no setor, aproximem-se dos desafios de consolidação do discurso da eficiência na citricultura, assumindo uma posição mais agressiva no sentido da consolidação dos interesses agrícolas aos agroindustriais.

Para agir, as instâncias de representação devem assim operar a construção do sistema de atores e uma ação sobre o conjunto das representações.

A *construção do sistema de atores envolvidos* - o coletivo – em conformidade ao que foi analisado anteriormente - é possível graças ao modo pelo qual os produtores se filiam aos preceitos socioculturais do produtor competente e vocacional o que possibilita que os mediadores defendam no espaço público os interesses da camada média dos produtores (os produtores modernos), justamente aqueles cujo ideal empresarial encontra-se ligado à formulação da ocupação de citricultor e da profissão de produtor rural.

A *ação sobre o conjunto das representações* dos produtores modernos é exercida pela ausência de politização da relação socioeconômica que é o *mercado*. Esta ação vai ser traduzida pela separação que se opera, opondo as interpretações que conduzem a um modo qualquer de politização e as interpretações despolitizadas: o recurso ao político é considerado como inútil e ilegítimo, a interpretação pode se limitar à má gestão ou às leis econômicas inelutáveis. Isto possibilita aos mediadores que as relações produtor-agroindústria, produtor-Estado e produtor-trabalhador assalariado sejam limitadas à esfera dos interesses relativos à regulação econômica, apesar das condições particulares de reprodução dos grandes produtores modernos e dos grandes produtores especulativos neste mercado e, além disso, apesar das vantagens diferenciais que estes últimos usufruem com as eventuais mudanças nas normas que regem esta regulação.

De acordo com os autores, a *definição social do interesse* constitui um processo social complexo e uma questão central. De acordo com estas orientações, ela facilitará a emergência, na cena política, de um problema ou o manterá, ao contrário, fora da esfera do político; desenhará diferenciadas linhas de divisão a partir das quais se formarão os atores e se produzirão os conflitos. Pode-se artificialmente dividir a orientação das demonstrações dos interesses dos produtores modernos em duas:

1. em primeiro lugar, no plano dos privilégios individuais - isso significa, frente às relações comerciais clientelísticas que certos produtores isolados e os *pools* com a agroindústria

têm e seus diferenciados graus de integração com esta última, - a demonstração do interesse aqui se manifesta na forma de um individualismo amplamente disseminado entre os produtores. Isto possibilita a manutenção das condições favoráveis de reprodução dos grandes produtores setorialmente e a ação de classe dos mediadores ao nível setorial e global.

Os produtores familiares modernos são tomados no plano de seu ideal empresarial por dois modelos opostos que se disputam, aquele do grande produtor especulativo e a do grande produtor moderno. O ideal empresarial afasta, desta maneira, os conflitos nos quais os produtores modernos se encontram como pequenos e médios proprietários (o que permite às associações marcar sua presença como portadoras de um projeto de agricultura generalizante e não-classista);

2. em segundo lugar, longe de manifestar os diferentes interesses dos grupos sociais e de opor os interesses dos produtores, de um lado, e os interesses dos industriais, do outro, a manifestação dos interesses se reveste de um “consenso” que não visa uma melhor remuneração do trabalho do produtor - devido às especificidades socioeconômicas e dos elementos de ordem cultural de sua constituição social - mas sim uma distribuição mais equilibrada da rentabilidade interna no setor e a procura permanente de novas condições de acumulação do conjunto dos produtores. Isso possibilita a ação corporativista dos mediadores.

O conflito entre capitais de origem e tamanhos diferentes é substituído pela valorização da integração econômica das propriedades ao modelo produtivo e competitivo de desenvolvimento agrícola como representando formalmente o interesse de todos os produtores e da agricultura nacional.

Em resumo, o papel dos produtores modernos, pela produção das referências socioculturais *para a ação política*, contribui à elaboração de novas relações de poder *na ação política*:

1. o estabelecimento das regras de exclusão (a citricultura improdutiva à imagem dos latifundiários). Trata-se aqui da reprodução da citricultura extensiva enquanto uma afirmação do neopatrimonialismo como forma de poder³²¹. O referencial cultural setorial permite esta reprodução pela consagração de um *tipo ideal de agricultor* uma vez que este paradigma ultrapassa os sistemas produtivos específicos a cada grupo social. Ele elimina o conflito estrutural originário das desigualdades em termos de volume de fatores de produção para referendar uma oposição a todos aqueles que não aderem ao referencial técnico efetivo e aos preceitos da gestão. É por essa razão que ele se apóia diretamente na presença dos latifundiários tradicionais, dos “extrativistas” de laranja, dos “laranjeiros” e dos neolatifundiários e

³²¹ O conceito de neopatrimonialismo deriva da categoria weberiana de patrimonialismo. Ele descreve um modo de poder tradicional exercido pelo príncipe "em razão de um direito pessoal universal". Nesta situação, a esfera política torna-se patrimônio do príncipe, o pessoal político-administrativo é sua clientela e todo o processo de decisão é submetido a seu poder discrecional. O patrimonialismo é a prolongação desta lógica patrimonialista no contexto contemporâneo. Desta maneira, o conceito descreve um sistema político que reproduz o modelo de poder personalizado, orientado para a proteção da elite e que limita ao máximo o acesso dos recursos do centro à periferia onde a burocracia tem um papel fundamental (BADIE e HERMET, 1990, p. 189) .

principalmente dos pequenos e médios proprietários que especulam com a produção e com o elevado valor das terras na região citrícola.

2. o estabelecimento de regras de excelência (a citricultura moderna, o trabalho e a competência à imagem dos grandes produtores modernos). Trata-se, neste caso, da supremacia do mercado em um contexto neoliberal. A adesão dos pequenos e médios proprietários modernos ao projeto fomentado pela burguesia origina-se do fato de que eles compartilham uma parte dos elementos que compõem o ideal empresarial do produtor dinâmico e competente apesar de pensarem que dominam sua totalidade (o que é uma ilusão). Nas palavras de Bruno (1991, p.81), eles vêem uma lógica de *exploração*, mas não de *dominação*, apesar dos dois fazerem parte do mesmo processo social.

A introjeção da concorrência econômica faz com que a desigualdade entre os produtores seja apreendida como função de capacidades pessoais para a eficaz gestão dos sistemas produtivos, do trabalho árduo e da implantação do referencial tecnológico competitivo, afastando as origens reais das diferenciações sociais. Há, portanto, um deslocamento dos antagonismos de classe ao definir sua imagem na oposição à possibilidade da agroindústria intensificar a verticalização agrícola, aos investimentos de empresários urbanos na citricultura e, principalmente, aos pequenos e médios proprietários que não aderiram aos pressupostos técnicos da produção "moderna" (origem de natureza familiar mas marcados por trajetórias diferenciadas às deles). Nas palavras de Jobert e Muller:

a lógica da diferenciação freqüentemente obscurece a lógica da dominação. As estratégias sociais que resultam deste duplo movimento apresentam então uma imagem da sociedade como um continuum hierárquico e não como uma estrutura bipolar. A competição e os conflitos sociais serão então organizados segundo eixos múltiplos e a preocupação de cada estrato será de manter sua posição face às pressões de seu concorrente mais próximo (JOBERT E MULLER, 1987, p. 29).

O mercado é o lugar onde se evidencia a afirmação sociocultural dos produtores familiares modernos como síntese tanto da relação entre produtores e entre produtores e indústria, quanto da inserção do setor no mercado internacional de suco. É no plano do mercado que se dá aparentemente uma convergência de interesses entre os diferentes grupos sociais e a indústria. A análise dos conflitos entre os produtores e a agroindústria mostra que os primeiros empreendem laços de "compromisso" cada vez mais estreitos com os desafios impostos pela internacionalização do setor, uma vez que eles procuram se filiar ao comércio exterior de suco concentrado e congelado de laranja.

Este deslocamento dos antagonismos de classe fundamenta-se na supremacia do mercado, que emerge como o conjunto das normas que colocam em segundo plano a importância das diferenciações sociais entre produtores, seja no que diz respeito às suas origens seja no que diz respeito às suas trajetórias sociais: ele aceita vários "*campos do possível*" para as concepções de terra-capital e de terra-trabalho. Em compensação, ele unifica os produtores em uma vontade de

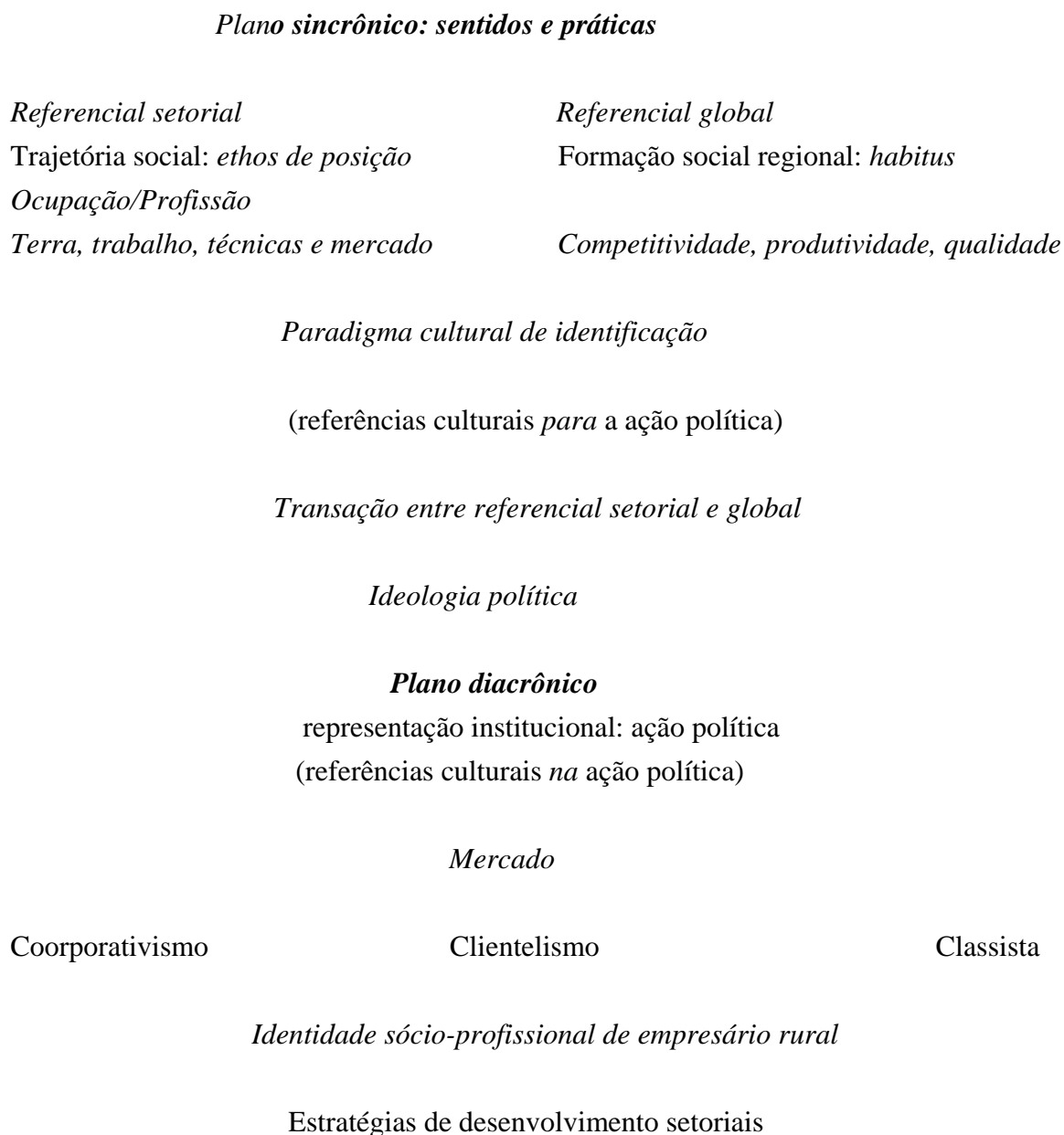
inserção maior na sociedade, sendo que o controle das trocas políticas, econômicas ou simbólicas depende da capacidade para fazer valer os atributos comerciais e mercadológicos da propriedade.

É aqui que "*a integração dos capitais e a internacionalização da economia, ao mesmo tempo em que aumenta a competição interna, possibilita também uma maior articulação dos diferentes interesses*" (BRUNO, 1991, p. 84). Apresentada como exterior às relações sociais, a variável do mercado é incorporada no sentido de diminuir a necessidade de intervenção do político, ou seja, há uma despersonalização e, portanto, despolitização do processo econômico. A ética econômica dos produtores familiares modernos que emerge do ideal empresarial atenua a natureza perversa do mercado na sua real configuração.

A dimensão de suas práticas vivenciadas se estabelece, conseqüentemente, na defesa da *noção de participação* incorporada nos contratos de comercialização das frutas como questão central que permite sua integração à agroindústria de transformação e de cuja melhoria das normas contratuais vai depender seu grau de integração e sua remuneração no mercado. Desta forma, revaloriza-se o sentido do profissionalismo que se expressa nas *relações de parceria* mantidas com a agroindústria (em relação a um consenso sobre a seleção social, a uma imagem e papel do Estado, a um simbolismo da terra e do trabalho, e enfim, em relação à organização de trabalho e sua remuneração). De uma certa maneira, a noção de participação agiu na representação sobre a homogeneização dos interesses distintos entre os produtores e sobre o afastamento dos interesses específicos do capital agroindustrial no que diz respeito ao controle das taxas de remuneração dos distintos grupos sociais entre produtores.

A importância do *consenso relativo* criado sobre essas relações de parceria com a agroindústria e que estabelece o mercado como direção prioritária das problemáticas sociais, conseqüentemente legitimando a ação política dos mediadores, não reside na sua extensão, uma vez que existem planos divergentes nas representações sobre a terra e no trabalho, mas sim nos pontos fundamentais em que ele toca, os quais em síntese, dizem respeito às condições necessárias para garantir o sucesso da propriedade agrícola.

Diagrama 6.2. Planos de análise da identidade e das estratégias de desenvolvimento setoriais



6.2. A IDENTIDADE SÓCIO-PROFISSIONAL DOS PRODUTORES FAMILIARES MODERNOS: A PRODUÇÃO DO EMPRESÁRIO RURAL COMO REFERENCIAL DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA CITRICULTURA

O modelo de desenvolvimento da citricultura é o resultado histórico de um diálogo de interesses entre instituições públicas e instituições privadas num determinado plano organizacional, isto é, as transformações sociais originárias do processo de modernização agrícola a partir e como resultado dos conflitos sociais. Dois planos interligados de análise deste processo são sugeridos por Graziano da Silva (1991, p. 21):

a) a evolução histórica dos agentes na citricultura para organizar o setor nas suas relações internas essenciais: aquele das especificidades dos modelos regionais de ocupação, de produção e de organização do trabalho que se modificam continuamente como consequência dos conflitos locais entre os agentes e que determinam a intensidade, o ritmo e a direção destas transformações, originando novos conflitos, os quais, algumas vezes, podem assumir a forma de lutas sociais;

b) a articulação dos interesses dos agentes do setor em relação ao contexto externo, definindo as regras fundamentais do mercado: plano da adoção de uma lógica de acumulação coerente com o modelo dominante de desenvolvimento cujas políticas específicas refletem a ação das forças e interesses sociais organizados, no qual o Estado tem o papel decisivo de definir as normas de regulação visando integrar tanto os diferentes setores entre si como a agricultura no conjunto da sociedade brasileira.

A identidade sócio-profissional dos produtores familiares modernos surge, neste estudo, como um terceiro plano de análise, uma vez que ela traduz a maneira pela qual estes produtores se inscrevem com força em um movimento e em uma ação em relação aos desafios que surgem no setor especificamente e em algumas relações prioritárias estabelecidas com forças sociais e políticas que transformam a agricultura brasileira. Ela explica dialeticamente não somente a coesão social como também os conflitos e lutas na citricultura e como estes produtores contribuem às transformações em curso.

As referências culturais dos produtores familiares, ao expressarem a identidade sócio-profissional de empresário rural, como modelo ideal de produtor, modelo este marcado profundamente pelo modelo original que eles têm como produtores familiares, formulam e orientam sua conduta atualmente e, particularmente, em direção ao futuro. O empresário rural constitui, assim, um *modo de referência* que marca a relação que os produtores modernos estabelecem com sua propriedade no que diz respeito a sua organização interna e suas relações com o ambiente social e político. Aquelas referências demonstram a existência das fortes raízes de identificação em relação a outros grupos sociais, conduzindo a formas de interação e afirmação internas (o político) e exteriores (a política), isto é, elas indicam uma envergadura das filiações no sistema de relações sociais e conflitualidades, sejam de legitimação, seja de oposição ou ainda de antagonismo entre diversos grupos sociais. Elas traduzem o grau de convergência ou divergência em relação à inteligibilidade das relações sociais e em relação à formulação de seus projetos respectivos, contribuindo para a compreensão de como os produtores familiares modernos alinham-se às transformações sociais e, principalmente, como eles contribuem para as estratégias de desenvolvimento do setor através da reprodução das relações de poder local e regional uma vez que assumem a função de serem o centro da nova configuração de legitimação dessas relações na região e, num certo sentido, globalmente.

As referências culturais que se inscrevem na configuração da identidade sócio-profissional do empresário rural evidenciam:

1. que o referencial cultural setorial age na identidade como *paradigma cultural de identificação* do modo de pertença coletivo baseado na ocupação de citricultor e na profissão de produtor rural. Este modo de pertença exprime os paradoxos na produção da identidade sócio-profissional evidenciados pela sua inserção progressiva nos conflitos sociais a partir da formulação das complementaridades e oposições, distantes das formas concretas de dominação-exploração em vigor. Desta maneira o conjunto das significações entre sentidos e práticas vivenciadas fundamenta a adesão dos produtores familiares modernos às orientações gerais de defesa de uma ética econômica presente na ação política setorial, fornecendo os referenciais necessários à produção do agente para a ação política;

2. que a articulação entre os referenciais culturais setoriais e globais age na identidade como *ideologia política*, uma vez que ela representa a produção e a homogeneização – possibilitadas na ação política enquanto momento da formalização e publicização do discurso identitário - de diversas trajetórias terra-trabalho e terra-capital frente às agroindústrias, ao Estado e aos trabalhadores assalariados. Esta ideologia política funda seus interesses relativos a partir dos conflitos, cujos planos de produção/reprodução são atribuídos unicamente ao mercado como síntese das relações comerciais que determinam as regras de exclusão e integração sociais;

3. ela torna-se o *referencial unificador das estratégias atuais de desenvolvimento* do setor, uma vez que, ao expressar o estabelecimento de convergências identitárias dos produtores familiares modernos com as forças sociais e políticas que não se encontram no seu campo de classe, possibilita a reprodução dos interesses dominantes na citricultura e na agroindústria.

A produção do empresário rural como personificação de um tipo ideal de sistema de produção e de produtor diante de conflitualidades na citricultura acontece tanto no plano das representações sociais dos produtores como *modelo em transição* quanto no plano da ação política existente na citricultura como *modelo exclusivo*, ação na qual os mediadores e produtores têm um lugar específico e uma articulação precisa. O processo de formação do agente na ação política revela, incorpora e afunila as representações dos produtores modernos.

Colocado em outras palavras, o movimento identitário é de dupla mão, isto é, comporta tanto um movimento de auto-identificação quanto de identificação pelos outros. Este movimento não é linear e homogêneo, ele revela um processo de produção de referências culturais com determinados significados ao mesmo tempo em que indica a existência de um processo de apropriação e transformação destes significados. Em outras palavras, há uma adesão dos produtores familiares modernos às referências sócio-culturais de empresário rural e ao mesmo tempo eles são o centro da produção e irradiação de novas referências em torno desta identidade (instalando processos de classificação das diferenças e semelhanças entre grupos sociais) e de

sua legitimidade política junto ao conjunto dos produtores na formulação das estratégias de desenvolvimento do setor.

Nos termos desta intersecção relativamente complexa e até contraditória entre as respectivas trajetórias e princípios de classificação, entram em pauta, em primeiro lugar, as diferentes condições sociais de existência, as perspectivas de reprodução social e as condições culturais (a ética do trabalho, a secundarização do fundiário, a valorização da tecnologia) e, em segundo lugar, as clivagens vinculadas às relações diferenciadas com o conjunto de agentes sociais que atuam sobre os mesmos, com seus respectivos princípios de classificação (Estado, sindicatos de trabalhadores, associações, indústrias).

O empresário rural, como um discurso de significados identitários diante de conflitualidades, tem fortes raízes no passado rural da região exportadora que mantinha estreitas vinculações com o poder federativo. Restaura-se com a expansão da citricultura nos anos 1960 e torna-se baluarte da “agricultura geradora de divisas” e da rentabilidade dos produtores, assegurada por praticamente três décadas de apogeu do suco concentrado brasileiro no cenário internacional, dentre outros fatores.

A questão neste período não foi quando reinvestir e sim se deveria ou não reinvestir nos processos produtivos e adaptá-los mais adequadamente à crise que se anunciava (aumento da produção norte-americana e brasileira além das barreiras comerciais protecionistas). São as diferenças existentes dentre os vários grupos sociais de produtores no que diz respeito às estratégias, prioridades, valores e comportamentos que produzem classificações. Os processos de seleção social ocorrem, de certa forma, distantes das escalas fundiárias como também muitas vezes distantes das “mãos invisíveis e imparciais” do mercado. Assim é que tem peso o grau de associativismo (*pools* e condomínios), as relações clientelísticas, os agrupamentos associativos para esmagamento direto das frutas, a renovação dos pomares, a formação e qualificação da força de trabalho, a capacitação para a gestão comercial e implantação do referencial tecnológico, mostrando que as condições de reprodução, acumulação e adoção das novas condições de produção se dão frente às múltiplas redes segmentárias de um mercado poderoso, oligopolizado e rígido *apenas formalmente* por contratos.

A retração da base social da citricultura permite a seleção social do pequeno, médio e grande produtor moderno como sendo os mais dinâmicos e fortes na concorrência na tentativa de serem mantidos seus níveis respectivos de remuneração. Então, há uma maior concentração de renda para os produtores que podem enfrentar os critérios objetivos (e subjetivos), incorporando sistemas de produção e comercialização eficientes. Desta maneira, atualmente, o grau de articulação da agricultura com a agroindústria traduz as relações e os conflitos específicos no campo econômico no que diz respeito aos pressupostos de continuidade no mercado, não apenas do ponto de vista técnico, mas também relativo ao conjunto do referencial tecnológico.

Os primeiros princípios de identificação coletiva do *produtor familiar moderno* de laranjas, a partir de suas representações da *terra, trabalho e técnicas de produção*, evidenciam

suas valorizações sobre sua trajetória social particular frente aos outros grupos sociais. Os conteúdos de suas representações apontam para a produção do ideal empresarial, ideal que se estabelece sobre as contradições originárias das diferenciações entre grupos sociais com respeito ao acesso e o uso de fatores objetivos de produção, porém afirma-se em torno do referencial tecnológico como condição de entrada e permanência no *mercado*. O ideal empresarial traduz, desta maneira, esta tensão no campo político e constitui a própria posição dos *produtores familiares modernos*, uma vez que ele determina uma tomada de posição e uma localização tanto no sistema produtivo quanto no ambiente político e econômico fora da propriedade, num contexto de diferenciações.

Entretanto, a expressão do ideal empresarial na ação política setorial perpassa vários grupos sociais, adquirindo uma dimensão coletiva distante dos interesses divergentes em presença, e evidenciando comportamentos dos produtores que se afastam da linearidade estrutural e que agem no sentido de possibilitar a reprodução daqueles interesses. De acordo com Jobert et Muller (1987), a incerteza faz parte da ação política, dando uma dimensão maior à política que não se estabelece somente sobre contradições. A análise da relação organizativa (sindical ou associativa) da “classe” e da própria estrutura de representação institucional ante a multiplicidade das categorias sociais pré-existentes e/ou em formação, ou seja, a discussão daquilo que para efeitos de representação passou a ser chamado de empresário rural, teve como objetivo compreender como a publicização da identidade sócio-profissional do empresário rural para o produtor familiar moderno, ao apropriar-se de conteúdos significativos de suas referências culturais, funda os marcos centrais de definição das estratégias de desenvolvimento da citricultura.

Na direção do que Hassenteufel (1991) sugere, análises sobre as ações coletivas e mobilizadoras podem ser feitas a partir da articulação entre o processo de construção identitária dos grupos sociais e suas práticas representativas. Se esta formalização do ideal empresarial, isto é, sua estruturação no espaço público-societal, se apoia sobre os determinantes objetivos originários do patamar de modernização técnica das propriedades, ela se opera pela forma como os mediadores políticos exercitam sua função sobre as representações sociais dos conflitos nos quais estes produtores se inserem.

Na medida em que os produtores familiares vão se institucionalizando e se “enquadrando” nos sindicatos ao longo dos anos 1950 e 1960, eles se enraízam no mundo social onde sua “existência” (classificada) parece tomar forma e rumo próprios, como um campo de representações próprio que apresenta uma coerência ideológica e de conceitos sobre os princípios de “existência” daquele grupo. Porém, nos anos 1970 e 1980, ante a emergência política dos trabalhadores assalariados em um momento em que sua participação contratual no mercado internacional de suco torna-se possível, aqueles produtores são confrontados a uma multiplicidade de organizações que emitem diferentes representações e os levam a definirem-se

definitivamente segundo uma orientação política e ideológica distinta dos trabalhadores rurais em geral.

Além das razões anteriormente analisadas que explicam o surgimento e fortalecimento das associações civis, dado que as relações dos produtores com as políticas públicas são práticas - uma vez o que está em jogo e o que interessa para eles são usufrutos de determinados “direitos” decorrentes de sua condição social -, a ênfase de sua ação política, em um ou outro aspecto, vai depender do que está em jogo e de sua posição no campo sindical e das associações. A transformação das dificuldades dos produtores de usufruírem destes “direitos” numa “questão” geral ou do conjunto da “classe” e sua politização tornou-se um desafio assimilável para as associações e não para a estrutura sindical que se inseria também em movimentos de definição ideológica, portanto, movimentos pouco “práticos”.

O empresário rural não é uma categoria sócio-profissional com existência legal, logo, com a legislação de enquadramento sindical o problema da identidade, fundamental ao reconhecimento político, tornou-se mais complexo. Ao introduzir figuras jurídicas novas, obrigando o produtor a assumi-las para o exercício de novas práticas, a legislação contribuiu para a ruptura de identidades tradicionais e abriu a possibilidade de uma dispersão de identidades. O empresário rural como referência cultural identitária comprovou ser mais neutro porque genérico, o que não quer dizer sem atributos classificatórios (competência e outros atributos pessoais) (PALMEIRA, apud CORADINI, 1989, p. 177). As mudanças na representação dos produtores ocorrem assim na medida em que surgem também grandes alterações na representação, na definição dos interesses dos trabalhadores rurais e nas conseqüentes reclassificações (agricultores familiares, agricultores sem-terra, trabalhadores assalariados) isto é, uma diversificação de clivagens sociais e de representação institucional. As associações respondem a todo um movimento de organização sindical e de alinhamentos político-ideológicos, tanto à direita quanto à esquerda, que se entrecrocaram, a partir da elaboração e operacionalização de classificações que recortam e oficializam os direitos e as injustiças existentes de um e de outro (acentuando-se as clivagens).

Com a “orfandade de classe” dos produtores familiares modernos, este movimento institucional aumenta a heterogeneidade interna da categoria sociocultural de empresário rural que vai se abrigar nas associações civis com o processo de “expulsão” das instâncias dos trabalhadores e com a “atração” exercida pelas lutas econômicas de ordem “prática”, criando uma forte base de identificação ainda que “genérica” dos produtores familiares com o conjunto dos produtores modernos.

Enquanto na formação do sistema de agentes, os produtores familiares se auto-atribuem a posição de pequenos produtores defensores de um ideal empresarial, para as agroindústrias e mediadores são empresários rurais destituídos de diferenciações estruturais. Em outras palavras, na ação política se lhes atribui uma identidade sócio-profissional não-classista, pasteurizada, baseada do tipo produtivo médio: é um cálculo econômico que serve de base à fundamentação

dos interesses coletivos e de superação da distinção entre as classes. Em síntese, o recorte da representação municipal e regional da “comunidade” instaurada pela estrutura sindical é substituído pelo recorte profissional. Em outras palavras, o recorte de classe e o recorte geográfico deslocalizam as relações de poder em torno da identidade sócio-profissional do empresário rural.

Dentre os critérios de enquadramento dos produtores utilizados, encontraram-se principalmente aspectos relacionados à produtividade por área e produtividade por árvore. Portanto, enquanto instrumentalização da representação (como são ou não representados), as associações, ao defenderem interesses comuns de caráter econômico, conseguiram, ante a heterogeneidade de categorias sociais de produtor dentro do tipo sócio-cultural de empresário rural, diminuir a multiplicidade de mediadores de perspectivas distintas que atuavam sobre os mesmos e formular um referencial geral para seu conjunto, formulado e imposto por uma nova “elite” da “classe”.

Criando categorias normativas (empresário rural), as associações civis, supra-geográficas e não-classistas, pretenderam atenuar as ingerências originárias dos *lobbies* tradicionais (“de classe”) na representação junto às políticas públicas e criaram um espaço, uma modalidade de diálogo entre Estado e sociedade, um padrão alternativo de mediação dos interesses, mais reconhecido e assimilável por esta última. Pelo fato das associações atuarem como mediadores (imediatistas) e não como representantes classistas dos produtores, as relações clientelísticas na comercialização das frutas, favorecedoras de produtores isoladamente ou de grupos de produtores, não foram afetadas; pelo contrário, diante da desestruturação progressiva da política de crédito rural, acentuaram-se.

Desta maneira, a representação real dos produtores rurais pelas associações tornou-se ambivalente por agregar situações diferentes, o que resulta em um movimento de acomodação dos interesses específicos de frações diferentes dentre os produtores modernos e de reprodução de estratégias comerciais em âmbito local baseadas no interconhecimento. Esta situação agrava-se pelo fato dos produtores familiares modernos não negociarem interesses que se pretendem coletivizar na ação política, uma vez que a maioria dentre eles não contribui para as associações, portanto não formalizam sua condição de representados, apesar de fornecerem as bases fundamentais de legitimação para as negociações coletivas com a indústria, trabalhadores e Estado. O produtor familiar, desta maneira, não se envolve diretamente na necessária problematização das questões para a ação política, remetendo, no limite, a explicação de sua condição social para o âmbito de sua responsabilidade individual.

Para o Estado importa a reprodução da dominação social e política, uma vez que está em pauta a manutenção do consenso e a legitimação de uma determinada estrutura social estratificada e contraditória, assim a política é multidimensional como qualquer política abarcando tanto as perspectivas e contradições quanto as posições e interesses presentes no caso. A legitimação política se dá por práticas que legitimam a desigualdade social (através, por

exemplo, da implantação do PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar), que reconhece a presença diferenciada dos produtores familiares sem, no entanto, responder às necessidades destes quando integrados a uma determinada dinâmica e fluxo econômicos) sem afetar a legitimidade contratual setorial (Estado como árbitro e gestor). Nenhuma delas se impõe à outra, resultando na associação de ideologias e práticas mais ou menos legítimas (CORADINI, 1996, p. 185). Assim, a intervenção do Estado, em uma escala macroeconômica, considerada mais universal e dirigida aos setores agro-exportadores, não se dirige a uma ou outra categoria social, a um segmento específico dentre os produtores. Isto contribui também para a ambivalência da representação política setorial real e efeitos específicos nos conflitos existentes, remetendo ao plano local segundo variáveis de “privilégio pessoal” os processos de seleção social e acumulação econômica.

A ambivalência da posição dos produtores familiares modernos no campo da representação, como produtor familiar e como empresário rural, isto é, uma identidade social e uma identidade profissional, indica uma ambivalência dos princípios de oposição (contra os grandes produtores de um lado e, de outro, contra o Estado e as indústrias). A institucionalização da representação não extingue as ambivalências e o campo de possibilidades de lutas, conflitos, alianças e oposições:

(...) sua dinâmica não é unilinear e depende de cada caso e seu contexto. O que cabe ser destacado, no entanto, é que tanto o recorte da identidade local quanto o classista (e outros mais), podem estar sempre presentes no sistema de oposições e alianças. Por outro lado, este tipo de luta envolve níveis os mais distintos, desde as “bases” territorialmente dispersas, passando pelos níveis intermediários locais ou regionais, até as cúpulas sindicais, burocráticas, corporativas e políticas em nível nacional, cujo peso maior ou menor, mais direto ou indireto, depende de cada conjuntura e do “problema” e os respectivos interesses em jogo (CORADINI, 1996).

O processo de reconversão de identidades (de produtor familiar para empresário rural) não é apenas heterogêneo, mas também complexo, visto que esta classificação consiste em apenas uma dentre outras que incidem sobre os mesmos. Porém, estas potenciais reconversões de identidades somente acontecem através da mediação de outras categorias como “participação” e “organização” que são somente operadas relativamente ao sindicalismo. A participação fora do sindicato (redes de sociabilidade, Casa da Agricultura, outras organizações patronais rurais e instâncias burocráticas oficiais e políticas) demanda tempo e recursos cognitivos específicos, motivações e condições de “participação” para participar sem resultados imediatos e específicos. Estas condições não são, portanto, aquelas delegadas imediatamente por sua condição social diferenciada e desigual (que fala e reivindica por si própria), mas originárias de um “conhecimento” formal e estratégico que demanda instrumental educacional e financeiro.

Passadas as disputas de classificação de “classe”, estabelecem-se disputas pela definição de empresário rural no campo econômico da citricultura, que tem suas leis, sua lógica, suas relações de força e suas próprias oposições. Lebaron (2001), na sua análise sobre o campo profissional dos economistas, afirma que ao caracterizar o lugar das lutas de classificação, deve-se determinar a natureza e o grau de autonomia deste campo além de

mostrar sua estrutura interna. Neste sentido ele coloca como questões pertinentes sobre a necessidade de se proceder à análise das propriedades do universo social específico (disputa pela definição); da delimitação e manutenção de suas fronteiras; do grau de autonomia e em relação a que universos; e da estrutura interna deste campo.

Quanto às lutas de fronteira, para além da pesquisa estatística e das fronteiras oficiais de um grupo ou de uma “profissão” (abordagem burocrática ou dos direitos, fronteiras formais ou institucionais) podem ser consideradas como um investimento no “sentido do jogo” dos agentes sociais que aí encontram uma forma de interesse ou mais precisamente de *illusio* (LEBARON, 2001, p.10). Desta forma, não existe uma codificação e controle estrito da noção de empresário rural e o efeito do campo limita-se ao conjunto dos agentes que participam do jogo, que consiste na tentativa de produzir um discurso específico sobre um comportamento econômico, ético e moral. A identidade de empresário rural não se reveste de um processo clássico de especialização disciplinar em torno de uma teoria pura, erigida em instância última de consagração. Portanto não há como privilegiar uma definição social, a priori, de empresário rural, se verificar-se que não há associação com a posse de uma “teoria econômica” que lhe daria cientificidade neste campo. As lutas de classificação remetem a diferentes formas de autoridade, prestígio e poder social.

Quanto à autonomia do campo (linguagem própria, normas técnicas próprias, tradições e categorias de classificação específicas), estas lutas de classificação e reclassificação analisadas não concretizam como espaço totalmente distinto em relação aos outros porque: 1) há heterogeneidade interna ao campo com diferentes definições do que é ser empresário rural e de processos de consagração; 2) é um campo muito dependente do político; 3) há dissensos no interior do campo; 4) sua estrutura indica que não é diferente daquela do campo do poder do espaço social global que o envolve.

A ação política na citricultura para descrever o universo dos empresários rurais “vocacionados e eficientes” tende a dar uma visão integrada, unificada e autônoma de um espaço social heterogêneo, fragmentado e heterônimo (LEBARON, 2001, p. 18) uma vez que o processo de profissionalização é uma forma de hierarquização social e de exclusão dos não credenciados. As identidades profissionais são grupos sociais que constroem sua coesão através de uma trajetória histórica e alcançaram sucesso na sua coesão apesar das diferenças de origem e de condição sociais. Há posições diferentes no sistema das profissões do produtor rural que lutam entre si para serem incluídos ou excluídos do grupo de empresários rurais. A definição de quais atividades fazem parte da profissão e como elas se hierarquizam internamente é apresentada como a versão dominante, relacionada à força dos grupos que a impõem aos demais. Os familiares reagem a tais classificações (de empresário rural) procurando desligá-las, seja quando visam entrar no grupo e enfrentam resistências, seja quando o objetivo é diferenciar-se dos empresários rurais e seguem sendo tratados como internos.

Segundo Lebaron (2001, p. 309-310), apesar desta diversidade, os indivíduos preservam-se como grupo social devido à existência de representações coerentes do mundo social e do grupo profissional que são partilhadas pelos seus membros e validadas pela sociedade em geral. Os embates com os outros grupos também atuam para coesionar os indivíduos da profissão.

Um indivíduo é identificado e é conduzido a aceitar ou recusar as identificações que recebe dos outros ou das instituições (DUBAR, 1997). Há uma tensão entre a identidade de agricultor familiar (identidade vivida) e a identidade de empresário rural (imposta pelos outros com significados diferentes das referências culturais constitutivas do ideal empresarial). O produtor familiar moderno aceita parcialmente a identidade de empresário rural uma vez que legitima o que há de mais específico nesta identidade, a ética burguesa.

Esta parece ser a carga afetiva na reformulação dos elementos culturais fundadores do referencial setorial que fornece o elemento central da ação mobilizadora. Devido a esta forte carga afetiva (mais ainda no contato com os assalariados), a identidade sócio-profissional dos produtores familiares modernos torna-se a gênese de um novo poder como condição necessária e particular para definição do modelo de desenvolvimento na citricultura.

Se esta identidade de empresário rural se expressa como um referencial identitário setorial-profissional, a despeito de afirmar-se funcionalmente sobre certos interesses específicos (de classe) que se alinham ao novo paradigma de desenvolvimento na citricultura, seu discurso pretende, mesmo assim, tornar-se uma referência para a agricultura nacional nos aspectos de ética econômica e política, na defesa da produtividade, qualidade e competitividade. No que diz respeito à elaboração de uma lógica interprofissional que engaja a agroindústria e os produtores modernos num consenso relativo sobre seleção social e sobre a reprodução articulada da citricultura extensiva e moderna, esta identidade contribui ao desenvolvimento estratégico do setor.

Conseqüentemente, a identidade de empresário rural dos produtores familiares modernos, se ela se refere a um tipo de produtor, não pode ser uma referência analítica das diferenciações sociais na agricultura uma vez que ela é, na verdade, uma categoria de identificação cultural e ideológica, resultado certamente de um processo de seleção clássico originário da progressiva concentração dos capitais agrícolas e industriais, mas expressão direta do processo de seleção simbólico baseado no atributo cultural da competência e da vocação agrícola. Esta identidade é produzida e produtora dos conflitos sociais. Só pode ser analisada na esfera das relações sociais acima das determinações estruturais da organização e divisão do trabalho.

Nas palavras de Rémy (1987, p. 428), o agricultor eleito *empresário* apóia-se em considerações éticas. É uma nova concepção da profissão agrícola que se organiza ao redor das noções de controle do progresso técnico, de aptidão à gestão de uma propriedade, de participação à expansão econômica geral, e enfim, de abertura cultural e social (HOUÉE, 1972, apud JOBERT e MULLER, 1987, p. 86).

Segundo Rémy (1987), o *empresário* é um apelo que permite distinguir, eleger e também eliminar ou marginalizar. Aqueles que souberam apropriar-se desta terminologia e controlá-la erguem-se como juízes e redefinem a hierarquia social ou, mais precisamente, os sistemas de valores que contribuem à sua redefinição. A qualificação, a competência, o dinamismo e o espírito de empreendimento teriam, por função, manter na penumbra o "mistério" das origens da acumulação primitiva. Pelo apelo ao agricultor profissional, o empresário rural serve para "importar" o termo utilizado para outras categorias profissionais (industriais, por exemplo) em seu próprio espaço social e de aplicá-lo ao conjunto da categoria sócio-profissional à qual pertence; portanto, serve para depreciar as condutas de todos aqueles que não adotam o mesmo procedimento e reclamam de uma ética do trabalho diferente. Os critérios de referência são o profissionalismo, a competência ("*self made man*"), as capacidades de administrador e inovador, seu dinamismo comercial independentemente da dimensão do empreendimento.

A identificação para o empresário rural na citricultura opõe, centralmente, aqueles que são "modernos" àqueles que são "arcaicos". Conseqüentemente, ela não é um dado objetivo na esfera da economia, pois evidencia uma relação de força entre grupos sociais distintos cuja síntese é aquela do produtor moderno em oposição aos trabalhadores, aos latifundiários e aos produtores que não se tecnificaram, divulgando uma imagem elitista da agricultura. O apelo ao empresário rural mascara, em síntese, a diferenciação entre estatutos, privilégios e influências (BRUNO, 1991, p. 84).

Na configuração histórica de um campo profissional (relação mercado-profissão) e na formação de um corpo profissional (relação comunidade-profissão), o empresário rural no Brasil não indica um *ethos* da racionalidade econômica burguesa e sim de prática de clientelismo e reciprocidade. Não houve a transposição de direitos, da livre concorrência, etc. Resquícios tradicionalistas são encontrados no mercado. Há uma situação híbrida entre práticas de reciprocidade e profissionalismo centrado no mérito, afastando-se da racionalidade econômica.

O 'título' de empresário rural não encerra uma autoridade do saber que sustente o privilégio de obter o monopólio do mercado, através do reconhecimento público da expertise dos produtores, tanto que estes precisam recorrer ao Estado para se garantir o credencialismo. No caso, é por isso o discurso é ideológico porque não há uma competência distinta de outro, e sim condições estruturais de validação do poder econômico. A coesão é atribuída a fatores distintos que se polarizam entre a defesa de interesses específicos e o partilhar de uma visão de mundo comum centradas nos valores profissionais e a partir daí monopolizando mercado e credenciais.

É neste sentido que Fleury (1991, p.249) escreve sobre a necessidade de "*politizar o conceito de cultura, incorporando a dimensão do poder, inerente aos sistemas simbólicos, em seu papel de legitimação de uma ordem vigente e de ocultação das relações de dominação*" pela sua capacidade de atribuir significações e construir a identidade organizacional. Ainda que "*nem toda a dominação seja a expressão de uma dominação de classe*" e "*nem toda relação social*

inscreve-se nas relações de classe”, a identidade do empresário rural produz significações no campo das classes sociais.

Segundo alguns autores, a dificuldade para definir sociologicamente uma empresa (SAINSAULIEU, 1990; MULLER e GERBAUX, 1989) vem justamente do fato que ela representa uma categoria de organização de produção que pretende apresentar-se à sociedade em oposição à um discurso de classe. Nas palavras de Martins (1975, p.16), o conceito de *empresário rural* é associado a um comportamento "*deliberadamente voltado em direção ao lucro, através de uma manipulação adequada dos meios e a introdução crescente de técnicas modernas no campo, e também graças à atualização 'capitalista' das relações de produção...*"

Segundo Boutillier e Dimitri (1988, p. 11), a frágil determinação conceitual do empresário em certas análises que o associa ora a um agente econômico ora a uma função de investidor no regime capitalista, serve à "*negar a existência das classes sociais e a luta das classes dando ao mesmo tempo, ao paradigma do empresário na economia política uma certa influência analítica e um parecer de cientificidade*", reduzindo assim a questão da propriedade dos meios de produção a um "*falso problema*". Além disso, essas teorias lhe conferem um "*discurso preconizando o retorno a uma forma idealizada de capitalismo cujos traços fundamentais são o empreendimento individual e a livre concorrência*" (idem, p. 13)³²².

Segundo estes mesmos autores, o empresário consiste em um anti-paradigma, pois seus autores se restringem a explicar que ele não é o proprietário dos meios de produção, nem um especulador, não explora o trabalho do próximo em proveito próprio, não está interessado pelo lucro nem pelo poder, não é um capitalista... Porém como o empresário deve gerar lucro sob o risco de se negar como tal, ele não seria fruto da iniciativa individual, mas sim de fatores originários "*diretamente do caráter antagônico das relações de classe*" e do "*caráter fundamentalmente pluripolar do capitalismo*" (BOUTILLIER e DIMITRI, 1988, 13-14).

A integração subjetiva da cultura de empresa consolida uma base comum de experiências baseadas nas formas de produção e na eficiência produtiva que justifica a vocação agrícola. Nota-se também que os caminhos percorridos pelos diferentes grupos sociais são bastante distintos no que diz respeito às próprias formas de representação social sobre o trabalho, a terra e as relações com a indústria. Além disso, os produtores modernos têm uma lógica social bastante diferenciada da burguesia em razão das limitações do patrimônio fundiário e tecnológico e do acesso à mão-de-obra qualificada. Limitados pelas trajetórias de seus descendentes fora da agricultura, pela necessidade de formação específica para a gestão e de competência sobre novas tecnologias (e novas funções que estas impõem), estes produtores reconhecem as dificuldades de disputar economicamente com a burguesia. Em resumo, eles reconhecem o lugar de seus capitais menos competitivos para responder à concorrência.

Conseqüentemente, produz-se uma tensão uma vez que certos grupos dispõem dos recursos estratégicos para impor ofensivamente esta direção, complexificando o jogo social e as

³²² Cf também Muller (1989).

novas atividades no sistema produtivo e comercial, e outros sofrem mais do que produzem as situações de afirmação da empresa participando aos fragmentos do social criado, mas permanecendo exteriores à produção de seu núcleo central e identificando precariamente as lógicas presentes.

Em outras palavras, depara-se com uma contradição, pois se observa a defesa dos objetivos econômicos comuns entre os produtores, como diriam Eizner e Larrère (1988, p. 168-174), um consenso na elaboração dos projetos e das estratégias, mas objetivos culturais e sociais que mostram a existência de interesses múltiplos e contraditórios. Na mesma direção, esta análise é feita por Allaire (1988, p. 179-190) uma vez que a identidade seria acima de tudo a manifestação de um devir local cujas relações que a envolvem “*não adquirem necessariamente um caráter fusional ativo ou organizado e as convergências recobrem ou dominam contradições sociais*”. De acordo com este autor, o que ele chama de análise institucional seria justamente aquela do campo de relações sociais convergentes (e legitimadas) e não, estritamente, uma organização hierarquizada.

Nos ramos da atividade econômica que incorporam este novo paradigma de desenvolvimento cujo objetivo é a competitividade (através dos novos sistemas tecnológicos e novos modelos organizacionais); as relações de poder não mais seriam coercitivas ou remuneradas, mas *simbólicas*, ou seja, seriam formas de controle internalizadas pelos indivíduos que possam garantir uma *integração interna e uma adaptação externa* (SCHEIN, 1986 apud FLEURY, 1991, p. 248-249). Neste sentido, a cultura de empresa ultrapassa aquela do contrato formal para assumir a forma de um “*constructo cultural*” (ALTER, 1990, p. 81) que corresponde a um engajamento, a uma cooperação que supõe reciprocidade e troca, e não a um constrangimento puro.

Neste sentido, Sainsaulieu (1990) coloca em dúvida a existência de uma cultura corporativista que esconderia os campos de representação e dos valores dos diferentes atores sociais como a origem da concepção sobre o trabalho, a origem da concepção sobre a terra e mesmo o laço com a função social da produção. A identidade sócio-profissional dos produtores se consolida nos diversos campos do possível das trajetórias sociais dos produtores, portanto sob referências diferenciadas (e em oposição), mas que convergem na identidade de empresário rural.

CONCLUSÃO

Como conclusão, em primeiro lugar, cabe recordar as linhas diretivas da investigação realizada. Tratou-se de analisar o processo de produção de referências culturais dos produtores familiares, indicativas da constituição de sua identidade sócio-profissional de empresário rural e de demonstrar que estas referências são estruturadoras do campo econômico da citricultura, no sentido em que elas balizam a definição das estratégias de desenvolvimento setoriais. Este processo evidencia as mediações entre sujeito-estrutura uma vez que ele é assegurado por representações sociais e um modo de ação dos representantes políticos sobre estas representações. É um processo que ocorre no cruzamento do espaço e do tempo, uma vez que tem raízes na constituição de um ideário, um 'título' de empresário rural que marca a região e que se institui em torno das atuais relações sociais de produção.

O objeto da identidade sócio-profissional recebeu um tratamento analítico operacional: tratava-se, a partir da leitura dos conflitos sociais (conflitualidades e lutas) em uma categoria social particular - a qual emerge historicamente em uma determinada formação social e enfrenta mudanças contínuas nas prerrogativas no sistema de produção e comercialização que deve integrar-se ao mercado -, de compreender as contribuições desta categoria na (re)criação do social. Neste sentido, analisou-se a construção dos produtores familiares modernos segundo suas condições objetivas e condições subjetivas de inserção naquele mercado (referências culturais *para e na ação*).

Os conceitos de *habitus*, *ethos de posição e identidade sócio-profissional* agiram como um núcleo organizador das sucessivas aproximações na análise da produção e apropriação destas referências culturais (planos de análise). Para se apresentarem como indicativos da formulação do processo de diferenciação e das lutas sociais na origem das estratégias de desenvolvimento da citricultura que ocorrem, estes conceitos permitiram: 1. situar o produtor familiar moderno em um campo relacional onde vários significados distintivos são atribuídos ao empresário rural como categoria sociocultural. Estes significados não apontam como resultados de um processo linear de produção, isento de conflitos e sobreposições; 2. compreender que a direção central da ação política procura uniformizar os significados atribuídos ao empresário rural, mas aponta para uma ênfase em um padrão de desenvolvimento da citricultura baseado em um sistema de produção agrícola extensivo, em uma agroindústria que investe em plantios próprios altamente integrados às exigências do mercado internacional e em um processo intenso de seleção social dos produtores baseado em determinadas estratégias produtivas e comerciais.

Em síntese, aqueles conceitos mostram a disputa que se dá em torno do 'título' de empresário rural, referenciador destes processos, porque mostram como se dá a produção de seus

conteúdos, a natureza destes conteúdos e como eles se articulam na produção da identidade de empresário rural para os produtores familiares modernos.

Procurou-se estabelecer uma dupla aproximação na análise dos dados: as referências culturais dos produtores familiares modernos indicam mudanças de *sentidos* e *práticas* da agricultura familiar, transformando-se lentamente em um “novo” grupo social. Aquelas referências determinam a natureza da ação política dentro e fora da citricultura: na reprodução do *arcaico* e na produção do *novo* (urbanização da atividade agrícola e dos estilos de vida, multifuncionalidade das atividades familiares, fragilização das significações da terra e do trabalho na sociedade moderna, qualificação profissional e ingresso no ensino superior).

Os diversos grupos sociais de produtores contribuem e aderem diferentemente a este ‘título’, não obstante ele se apresenta ofensivamente enquanto identidade principalmente para os produtores familiares modernos frente aos desafios no setor, marcando profundamente suas condutas na atividade e na profissão, uma vez que, no caso deles, ela encontra sua origem, desenvolvimento e afirmação social no âmbito de suas representações sociais determinando aqueles sentidos e práticas. Desta forma, a identidade de empresário rural dá acesso a novos conflitos uma vez que abre um plano de concorrência que os opõem aos grandes proprietários modernos e aos latifundiários sobre a *origem social* dos conceitos da terra, do trabalho, das técnicas de produção e mercado, mesmo que atualmente na sua ação política esses conflitos não sejam evidenciados através da imposição de interesses que lhes sejam específicos.

A produção desta identidade para os produtores familiares modernos aponta para afiliações e contradições entre grupos sociais na citricultura: ao mesmo tempo em que concorre para torna-se a referência universal do *modo de ser e agir do citricultor e produtor rural*, evidencia as contradições estruturais na citricultura. O empresário rural é uma referência cultural que se coloca acima de antagonismos entre as diversas classes sociais de produtores, uma vez que ela é portadora de relações de legitimação e de oposição entre produtores (e não de antagonismos), resultando nos seus alinhamentos aos preceitos da agricultura competitiva; neste sentido, ela é balizadora dos conflitos entre os diferentes grupos sociais.

Apesar dos produtores familiares modernos serem responsáveis por esta renovação das mediações culturais definidoras da identidade sócio-profissional de empresário rural na região, dando-lhe novas bases de legitimação, este processo se dá justamente pela tensão que vivem entre um "modelo original" e um "modelo ideal", tensão esta apropriada e instrumentalizada pelas instâncias formais de representação dos interesses para a defesa das estratégias de desenvolvimento do setor em nome do coletivo.

Esta tensão pode ser interpretada como uma transação entre a identidade objetiva e subjetiva, entre produtor familiar (vivido por si) e empresário rural (atribuído pelo outro). Há tentativa e possibilidade do ‘título’ de empresário rural ser readaptado pelos produtores no processo de produção da sua identidade, porém na ação política eles acabam aceitando os conteúdos formulados como condição de ingresso na disputa pelo mercado e pelos recursos

financeiros sem, no entanto, ascender a todas as garantias de sucesso. O que ocorre, portanto, é que o empresário rural, para os produtores familiares, é uma identidade virtual que aponta um processo de tensão entre posições objetivas no campo econômico.

Desta forma, o produtor familiar compartilha o *habitus* de empresário rural junto com grandes produtores, porém, tem um *ethos de posição* de produtor familiar ancorado na elaboração do ideal empresarial. Sua posição no campo econômico lhe atribui uma *identidade sócio-profissional* de empresário rural segundo mediações culturais específicas que são apropriadas e publicizadas na ação política para a definição das estratégias de desenvolvimento setoriais. Em outras palavras, a identidade de empresário rural é ao mesmo tempo *habitus* (referência universal) e *ethos de posição* (referência particular) para os produtores familiares modernos. Torna-se uma referência coletiva na defesa de certas relações com a agroindústria, com o Estado e com os assalariados (como signo de competência). Utilizando-se os conceitos de *habitus*, *ethos de posição* e *identidade sócio-profissional* de forma complementar mostrou-se, desta maneira, as tensões e contradições na relação do indivíduo com a estrutura econômica.

Não existe uma codificação e um controle estrito da noção de empresário rural e o efeito do 'título' limita-se ao conjunto dos agentes que participam do jogo que consiste na tentativa de produzir um discurso específico sobre um comportamento econômico, ético e moral (daí o seu caráter ideológico). A constituição do empresário rural não revela, desta forma, um processo clássico de especialização disciplinar (daí não ser uma profissão), em torno de uma teoria econômica pura, erigida em instância última de consagração. Portanto, não há como privilegiar uma definição social, a priori, de empresário rural; que lhe daria cientificidade neste campo. As lutas de classificação é que lhe dão contornos concretos e remetem, desta forma, às diferentes formas de autoridade, prestígio e poder social nas quais aquela definição se expressa.

As relações entre origem, posição no campo e concepções de empresário rural não são diretas, devendo-se considerar os espaços e instituições onde os produtores atuam. As instituições investem recursos na definição de que deve ser a condição empresarial legítima. Como, no caso analisado, não há descompasso entre posição ocupada e disposições, não há revolta, há uma convergência entre disposições adquiridas (antes do engajamento, na trajetória social) e objetividade social, as condições onde o *habitus* se constituiu permanecem inalteradas, o que possibilita que este *habitus* seja atualizado; não há rupturas com os esquemas de apreciação próprios aos espaços, há afirmação destes esquemas e o questionamento existente ao nível do *ethos* não desemboca em uma ação prática, agindo apenas na reestruturação (atualização) daquele *habitus*.

Houve, ao longo de sua trajetória social, um processo intenso de reclassificação ocasionado pela passagem de agricultor familiar tradicional para produtor familiar moderno. Concretizou-se, desta forma, o distanciamento com alguns grupos sociais (com assalariados) e aproximações com outros produtores de trajetória distinta, mas interessados naquela reclassificação. Isto quer dizer que o investimento em determinados espaços é redobrado por um

investimento identitário, ou a construção de categorias identificatórias de um grupo. Nas associações civis de representação, a anunciação de problemas pode mudar a maneira de perceber a posição ocupada e seus respectivos “problemas” pelos produtores nas esferas de atuação de que fazem parte. O problema levantado pelas associações civis dá-se em torno do devir empresarial, portanto não há como eles perceberem completamente a posição que ocupam, havendo uma relação entre trajetórias e conformação de disposição e lógicas de ação que não desemboca em disposições que lhe são específicas na ação política.

Essa identidade não é elaborada pelos diversos grupos sociais por um processo uniforme de referências, ela não é uma consciência coletiva única, mas sim o resultado de uma homogeneização das representações. É *na política* que esse consenso se revela, ou seja, no plano das mobilizações, em relação ao Estado, aos trabalhadores e à agroindústria uma vez que as associações dominam o discurso econômico na sua totalidade. Ele se choca com certas referências socioculturais particulares aos grupos sociais na expressão de suas trajetórias diferenciadas. Entretanto, a importância da ação política institucionalizada é que, diante da pouca formação escolar e do modesto capital cultural destes produtores, elas possibilitam a aquisição de capital social e formação de uma rede de acesso aos recursos culturais necessários para o reconhecimento e valoração de sua identidade sócio-profissional no setor e na sociedade. Esta socialização consolida a identidade de empresário rural, reforçando-a como signo da ruptura dos produtores familiares com as disposições de trabalhador rural adquiridas no passado.

A noção de profissão que procura ser invocada pelas organizações para descrever seu universo é, entretanto, particularmente enganadora, pois tende a dar uma visão integrada, unificada e autônoma de um espaço social heterogêneo, fragmentado e heterônomo devido às relações de poder internamente ao que seria a comunidade profissional. Há produtores ocupando diferentes posições no sistema das definições do produtor rural, lutando entre si para serem incluídos ou excluídos naquela comunidade. Os obstáculos à autonomia do campo econômico no sentido da constituição de uma comunidade em torno da identidade sócio-profissional de empresário rural são: 1) a elevada heterogeneidade interna ao campo com diferentes definições do que é ser empresário rural e de processos de consagração; 2) a dependência do campo ao político; 3) a existência de dissensos no interior do campo; 4) semelhança de sua estrutura com a do campo do poder do espaço social global que o envolve.

O discurso empresarial, entretanto, reforça e legitima a ordem social ao inculcar um sistema de práticas e crenças relativas à “razão econômica” que reproduzem de forma transfigurada a “*estrutura das relações econômicas e sociais vigentes em uma determinada formação social*” (BOURDIEU, 1992) e estabelece um modo de pensamento hierárquico que naturaliza as diferenças sociais. Desta forma, pretende-se comunicar saberes práticos e teóricos à maneira de um corpo profissional específico.

A identidade de empresário rural configura, entretanto, uma comunidade: sua coesão é atribuída a fatores distintos que se polarizam entre a defesa de interesses específicos e o partilhar

de uma visão de mundo comum centradas nos valores profissionais e, a partir daí, procurando monopolizar mercado e credenciais. Entretanto, a definição de quais atividades fazem parte da profissão - e como elas se hierarquizam internamente - é apresentada como a versão dominante, imposta à força por alguns grupos sobre os demais.

Os produtores familiares reagem a tais classificações (de empresário rural) procurando deslegitimá-las, seja quando visam entrar no grupo e enfrentam resistências, seja quando o objetivo é diferenciar-se dos outros empresários rurais e, no entanto, seguem sendo tratados como pertencentes àquela comunidade. Desta forma, há uma disputa entre enunciados de empresário entre produtores familiares e grandes proprietários revelada nas representações, porém, uma homogeneização de significados na ação política.

A identidade sócio-profissional de empresário rural estrutura todas as relações de poder mais determinantes no campo econômico porque: resulta de um afinilamento na representação política tanto no campo dos produtores quanto no campo dos trabalhadores assalariados; permite a manutenção de clientelismos e relações interpessoais nas redes de assistência técnica do Estado que, entretanto, se desativam progressivamente; estrutura uma nova forma de relação com o Estado através de lobbies (do grande empresário moderno) e estrutura as estratégias de desenvolvimento junto com as indústrias (negociação em separado e em conjunto).

A identidade de empresário é marcada por uma continuidade inter e intrageracional, mas é fortemente ideologizada (no sentido de legitimar a manutenção das redes de poder) porque não se consolidou apenas no campo econômico-profissional (no sentido das atribuições necessárias ao desempenho da atividade), mas também no sócio-profissional, isto é, dependeu da trajetória num campo conflitos e de seleção social. Pode-se afirmar que a análise do empresário rural como profissão situa-se fora dos modelos da burguesia para entendimento da profissão (livre concorrência), sendo uma expressão do corporativismo e fora dos modelos da burocracia (vendo o Estado como inimigo da autonomia profissional, da livre organização do controle sobre o trabalho e sobre o monopólio do mercado).

Em outras palavras, esta identidade na sua essência e efeitos na ação política coletiva, não indica a formação de uma racionalidade econômica burguesa e sim a legitimação da prática de clientelismo, de troca de favores e de lobbies, uma vez que não houve a transposição de direitos e da livre concorrência nas relações contratuais e de trabalho encontradas. Indica também uma tomada de posição nas disputas internas (em relação à agroindústria, assalariados e pouco tecnicados) e externas ao campo econômico em questão (Estado e outros corporativismos). Neste sentido, esta identidade assume ser a expressão de contradições entre os supostos do liberalismo e o clientelismo.

Os grandes produtores modernos na citricultura, revestida da profissão de empresário rural, não dominam uma autoridade do saber que sustente o privilégio de obter o monopólio do mercado, através do reconhecimento público de sua “competência”. Por isso, precisam recorrer ao Estado para garantir o credencialismo via reconhecimento da importância das exportações de

suco na economia nacional. Não há uma competência distinta dos outros produtores, e sim condições estruturais de validação do poder econômico. Há resquícios tradicionalistas e uma situação híbrida entre práticas de reciprocidade e profissionalismo centradas no mérito.

Porém, toda ideologia obtém sucesso se ela legitima as condições e forma de existência de um grupo ou classe social. Como não há diferentes interesses em jogo, uma vez que os grandes produtores tradicionais têm uma relação econômica que escapa basicamente dos eixos do contrato padrão (isto é, das relações comerciais negociadas coletivamente), o discurso do empresário rural assume ter significados na definição das práticas basicamente para o produtor familiar, uma vez que a identidade de empresário rural leva à naturalização das diferenças sociais, reproduzindo sua percepção dos esquemas classificatórios e as posições relativas.

Mais do que analisar como um mecanismo dominante, a identidade sócio-profissional dos produtores familiares modernos pode mostrar as contradições de um processo de seleção social e dos novos grupos emergentes na agricultura. O empresário rural traduz, em síntese uma identidade tensionada e fragmentada. Com base nas palavras, de Jobert e Muller (1987), o empresário rural é assim uma "*ideologia mole*" cuja maleabilidade permite agregar representações e imagens concorrentes. Ela toma forma e significados publicamente, no entanto, graças às instâncias de representações que formalizam esta referência setorial e que possibilitam sua articulação com as relações de força ao nível nacional.

O empresário rural é a gestação de uma nova identidade gerada no seio da racionalidade neoliberal. É uma identidade nova, elaborada por diversos grupos sociais através de uma uniformização de referências que colidem com o passado e com a renovação de representações e formas de racionalidade que se expandem na sociedade brasileira. Desta forma é que a crise nas relações público-privadas que se acelera a partir dos anos 1990, não é um fenômeno que se explica apenas por condicionantes externos, oriundos do processo da globalização. Esta crise, e a expansão dos preceitos neoliberais, é muito anterior ao fenômeno observado em uma escala mundial, como no caso da região pesquisada, encontrou um terreno fértil de expansão, enraizamento e forte adesão pela categoria social pesquisada.

O empresário rural é uma identidade ofensiva de um novo grupo social, uma vez que cria novos espaços de luta para os produtores familiares, espaços distintos daqueles que retratam as diferenciações nas suas condições de reprodução e de acumulação, mas no centro do novo debate na sociedade em torno da modernização agrícola que toma amplitude enquanto questão social: os fundamentos sociais do progresso técnico, a socialização de seus lucros (ou benefícios), o papel do Estado e do capital privado, a integração do país em uma nova divisão internacional de trabalho, etc). Isto ocorre em uma arena política onde os grupos sociais são criados e/ou recriados e onde eles expressam tanto as conseqüências das metamorfoses de uma formação social que muda progressivamente sem que as contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento – ao mesmo tempo integrador/excludente - sejam ultrapassadas quanto os conteúdos mais totalizantes da construção do social que se explicita como resultado e cada vez

mais direcionador central deste modelo de desenvolvimento adotado (a direção da escolha das técnicas, a amplitude da extensão dos direitos sociais e políticos, o grau da participação na formulação dos conteúdos transmitidos, a integração qualitativa no mercado internacional de suco de laranja). Portanto, do referencial setorial eles assumem características do referencial global.

A identidade do empresário rural é uma referência mediadora entre as representações da realidade e as transformações nas quais os produtores se situam na sociedade. Esta referência permite, simbolicamente, que eles enfrentem a contradição como pequenos capitais (de sua participação marginal no mercado) e o modelo agrícola dominante. Os produtores familiares modernos mostram a passagem em vigor das referências típicas do modelo familiar para referências do modelo de empresa. Em outras palavras, as referências socioculturais da identidade do empresário rural, quando elas saem da lógica profissional para tornar-se uma lógica social mais ampla, já definem atualmente as estratégias produtivas e de reprodução da família mais globalizantes.

Em resumo, as referências culturais dos produtores familiares modernos operam fortemente na transformação do social local e regional através da produção da identidade de empresário rural. Através desta identidade eles se comunicam, lêem sua história projetam seu futuro. Estas referências re(criam) o agente e reproduzem o campo econômico nos seus significados identitários. A identidade sócio-profissional de empresário rural ao mesmo tempo em que representa um feixe convergente das conflitualidades presentes sobre os quais os grupos sociais se alinham, apesar das nuances diferenciadas de conteúdos a ela atribuídos, indica novos horizontes de formulação de projetos para os produtores familiares modernos. Neste sentido ela, ao mesmo tempo, produz e filtra as regras de exclusão e de integração na sociedade local, regional e nacional e dinamiza as classes sociais.

A identidade de empresário rural para os produtores familiares não encontra ainda expressão institucional própria. Presos entre os conflitos estruturais das classificações do movimento sindical e os conflitos advindos com a homogeneização classificatória do cooperativismo, ela não encontra espaço que lhe seja pertinente e acaba reproduzindo-se no âmbito das reivindicações coletivas. Portanto, do ponto de vista político-institucional ainda não há como abrigar as trajetórias sociais dos produtores familiares modernos, indicando a debilidade dos fenômenos cooperativistas-profissionais no campo.

A identidade sócio-profissional de empresário rural pode evidenciar os limites impostos pelos grandes proprietários de terra de baixa produtividade e as redes clientelísticas utilizadas pelos grandes produtores modernos como comprometedores da própria competitividade econômica no mercado internacional. Esta contribuição política dependerá, entretanto, da possibilidade daqueles produtores se organizarem independentemente para poderem formular alternativas econômicas que toquem em questões estruturais que lhes afetam.

REFERÊNCIAS

- ABELES, Marc. L'Etat en perspective. In ABELES, M. *Antropologie d'État*. Paris: Armand Colin Editeur, 1990.
- ABIA, *O Sistema e a Indústria agroalimentar no Brasil: Diagnóstico de competitividade, indicadores e tendências*. Coord. Moacyr S. Fernandes. São Paulo: ABIA, 1993.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: Seminário nacional de assistência técnica e extensão rural, 1997, Brasília: *Anais*, 1997.
- ABRAMOWAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. *Abrindo o Pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil*. São Paulo: Polis/CNPq, 1986.
- AGUIRRE, Basília Maria Baptista; BIANCHI, Ana Maria. Reflexões sobre a organização do mercado de trabalho agrícola. In *Revista de Economia Política*. São Paulo: vol.9, nº1, jan-mar 1989, p. 31-46.
- AIDAR, A.C.K.; PEROSA JUNIOR, R.M. Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura. *Revista de Economia Política*, São Paulo: v.1, nº2, 1981, p. 17-39.
- ALLAIRE, G. Problèmes méthodologiques de l'analyse localisée des systèmes socio-économiques: 182. In JOLLIVET, Marcel (dir.) *Pour une agriculture diversifiée*, Paris: L'Harmattan, 1988, p. 179-190.
- ALMEIDA, Leila Tendrih de Freitas. Agroindústria em São Paulo. In *Agroanalysis*. São Paulo: novembro 1988, p. 7-20.
- ALONSO, Luis Enrique. El análisis sociológico de los discursos. In *La mirada cualitativa en sociología*. Fundamentos, 1998.
- ALTER, Norbet. *La gestion du désordre en entreprise*. Paris: Logiques Sociales/L'Harmattan, 1990.
- ALVES, Francisco José da Costa. *A criação dos sindicatos dos trabalhadores assalariados na agricultura: uma necessidade*. São Carlos: Universidade Federal, s/d (mimeo).
- ALVES, Francisco José da Costa. Crise do modelo sindical de trabalhadores rurais: uma avaliação. In *Cadernos do CEDI*, nº 21 (*Sindicalismo no campo: entrevistas / Avaliação, perspectivas e desafios*). São Paulo: CEDI, 1991b, p. 39-49.
- ALVES, Francisco José da Costa. Entrevista com Paulo César Lima. Sindicalismo no campo: entrevistas/avaliação, perspectivas e desafios. São Paulo: *Cadernos CEDI*, n. 20, p.44-51, 1991a.
- ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto*. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1991b. (Tese doutorado).
- ALVES, Francisco José da Costa; VIEIRA, Ana Cláudia. A quebra do contrato-padrão e o acirramento dos conflitos no setor citrícola. *Informações econômicas*, São Paulo, v.27, nº8, ago. 1997, p.7-21.
- ALVES, Francisco. *A criação dos sindicatos dos trabalhadores assalariados na agricultura: uma necessidade*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. mimeo, s/d.

- ALVES, Francisco. *Crise do modelo sindical de trabalhadores rurais: uma avaliação*. In *Sindicalismo no campo: reflexões*. São Paulo: *Cadernos do CEDI* 21, 1991, p. 39-49.
- ALVES, Francisco; ALMEIDA, Luiz Manoel. *Novas formas de contratação de mão-de-obra rural no complexo agroindustrial citrícola paulista*. Texto mimeo, s/d.
- AMARO, Antônio Ambrósio; MAIA, Maria Lúcia. Produção e comércio de laranja e de suco no Brasil. *Informações econômicas*, São Paulo: v,27, n.7, jul. 1997, p. 11-23.
- AMARO, Antônio Ambrósio; YAMAGUSHI, Caio; BARROS, Geraldo S.A. Camargo. *Perfil econômico da citricultura brasileira*. Piracicaba: FEALQ / Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, 1983. (Texto mimeo).
- ANDRADE, Edmundo Navarro de. "*Citricultura*". Tpy, Brasil, 1929 e "*Campanha Citrícola*". Tpy, Brasil, 1929.
- ANJOS FILHO, Odônio dos. *O início da organização política dos bóias-frias da região de Ribeirão Preto/SP*, Jaboticabal: UNESP/Campus, 1985.
- ANSART, Pierre. *Les idéologies politiques*. Paris: PUF, 1974.
- ANSART, Pierre. *Les sociologies contemporaines*. Paris: Seuil, 1990.
- ANTUNIASSI, Maria Helena. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In *Cadernos de Sociologia (Produção familiar e conflitos agrários)*. Porto Alegre: UFRGS/PPGSociologia, Vol 6, 1994, pp. 51-111.
- ANTUNIASSI, Maria Helena. Pequena propriedade na agricultura do Estado de São Paulo: camponeses ou empresa capitalista? *Cadernos CERU*. São Paulo: USP, n° 2, série 2, 1986, pp. 47-63.
- ARAÚJO, Ney Bittencourt de; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz Antônio. *Complexo Agroindustrial: o "Agribusiness" brasileiro*. São Paulo: AGROCERES/SUMA ECONOMICA, 1990.
- ARIDA, Pérsio. *Política econômica e competitividade empresarial*. Trabalho apresentado no Seminário Cultura organizacional e estratégia de mudança. São Paulo: FEA/USP, s/d (texto mimeo).
- ARRUDA, Lílían. *Relatório das condições de trabalho nas plantações de laranja no Estado de São Paulo*. São Paulo: mimeo, s/d.
- ARRUDA, S.T; GHILARDI, A.A; PRATES, H.S. *Caracterização das propriedades e dos pomares citrícolas do Estado de São Paulo*. São Paulo: IEA/Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1988.
- AZEVEDO, Paulo Furquim de. Integração vertical parcial; instrumento de barganha ou de eficiência - o caso do sistema agroindustrial citrícola. In *Anais do 24º Encontro Nacional de Economia (ANPEC)*. Águas de Lindóia. Vol. II, 1996, p.420-439.
- AZEVEDO, Vânia Maria Ramos de. *Classificar, selecionar, localizar: notas sobre a questão racial e a imigração*. Rio de Janeiro: PUR/UFRJ, Cadernos de Planejamento Urbano e Regional, s/d.
- BABTISTA, Fernando Oliveira. Famílias e explorações agrícolas: notas sobre a agricultura familiar no sul da Europa. Comunicação apresentada no IV Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 1994, Chile. *Tecnologia e Agricultura Familiar*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- BACCARIN, José Giacomo; GEBARA, José Jorge. Guariba e Bebedouro: marcos na luta dos trabalhadores volantes no Brasil. In *Reforma Agrária. Revista da ABRA*, ano 15, n° 4, jan/mar, 1986, p.82-88.

BADIE, Bertrand. *Culture e politique*. Paris: Economica, 1986.

BADIE, Bertrand. *Le développement politique*. Paris: Economica, 1988

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura Mexicana, 1990.

BAPTISTELLA, Celma da Silva Lago; PINO, Francisco Alberto; FRANCISCO, Vera Lúcia Ferraz dos Santos. *O empreiteiro na indústria citrícola paulista*. Informações Econômicas, São Paulo: vol. 29, n.3, março 1999.

BARROS, Fátima Regina de. *A organização sindical dos trabalhadores rurais: contribuição ao estudo do caso do Estado de São Paulo, entre 1954-1964*. São Paulo: IEA/Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1987.

BARTHELEMY, Denis. *La naissance de l'entreprise agricole*. Paris: Economica, 1988.

BASTOS, Elide Rugai. Sindicalismo no campo no Brasil: direitos trabalhistas e conflitos de terra. In FLEURY, M.T.L; FISCHER, R.M. *Processo e relações do trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1987, p. 122-131.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1978.

BELATO, Dinarte. *Os camponeses integrados*. Campinas: UNICAMP, 1984. (dissertação de mestrado).

BELIK, Walter. *Agroindústria processadora e política econômica*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1987.

BELIK, Walter. Changing patterns of state intervention in the Brazilian agro-industrial complex. *Sociologia Ruralis*, Blackwell Publishers, v.37, n.3, 1997, p.405-424.

BENETTI, Maria Domingues. *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul - uma análise do desenvolvimento da Cotrijuí, Cotrisa e Fecotrigo*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1982.

BENEVIDES, Lenice Ypiranga. *O complexo cítrico*. CPDA/UFRJ, 1995. (dissertação mestrado).

BERTRAND, Jean-Pierre (org.). *L'Internationalisation du Systeme Agro-Alimentaire Bresilien*. Paris: Station D'Économie et de Sociologie Rurales (INRA), 1985.

BERTRAND, Michèle. L'homme clivé: la croyance et l'imaginaire. In *Je: sur l'individualité: approches pratiques, ouvertures marxistes*. Paris: Messidor/ Sociales, 1987, p.19-48.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In TEDESCO, J.C. *Agricultura familiar; realidades e perspectivas*, Passo Fundo: Ediupf, 1999, p. 57-103.

BOCAIUVA, José Roberto; RODRIGUES, Iberê Fernando; NINA, Luciano Della. Comercialização e custos x estratégia do citricultor para a negociação com as indústrias. In *Laranja*, v. 12, n.1, p. 29-48, 1991.

BOLTANSKI, Luc. *Les cadres. La formation d'un groupe social*. Les Éditions de Minuit, Paris, 1982.

BONELLI, Maria da Glória. *Estudos sobre profissões no Brasil*. In: Miceli, Sergio (org) *O que ler na ciência social brasileira (70-95)*. Ed. Sumaré/Anpocs/Capes, 1999.

BONIM, A.A. et al. *Movimentos sociais no campo*. Curitiba: Criar/Universidade Federal do Paraná, 1987.

- BORBA, Maria Madalena Zocoller. *Formas de utilização e contratação de mão-de-obra em diferentes tipos de organização agropecuária*. Jaboticabal: UNESP / Departamento de Economia Rural, 1984 (dissertação de mestrado).
- BOTELHO, Moacyr. *As lutas dos assalariados agrícolas do Estado de São Paulo*. Jaboticabal: s/d. (texto mimeo).
- BOUDON, Raymond. Ação. In BOUDON, R. (dir.) *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p.27-63.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*, Paris: Éditions Seuil, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Penser la politique*. In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, março 1988.
- BOURDIEU, Pierre. Social Space and Symbolic Power. In *Readings in Contemporary Sociological Theory; from modernity to post-modernity*. Bowling Green State University, 1995.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Löic. C J.D. *Réponses: Pour une anthropologie réflexive*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- BOUTILLIER, Sophie e UZUNIDIS, Dimitri. *La légende de l'entrepreneur: le capital social, ou comment vient l'esprit d'entreprise*. Paris: La Découverte & Syros, 1999.
- BOUTILLIER, Sophie; UZUNIDIS, Dimitri. L'idéologie de l'entrepreneur. In *Problèmes Economiques*, Paris: Documentation Française, 1988, n° 2. p. 09-14.
- BRAY, Sílvio Carlos. *A utilização da terra em Bebedouro e o papel atual da cultura de laranja*. São Paulo: FFLCH/USP/Departamento de Geografia, 1974. (dissertação de mestrado).
- BROSE, Markus. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.
- BRUMER, Anita. As lutas no campo no Rio Grande do Sul (1964-1983). *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre: UFRGS, v.13, 1985, p.198-218.
- BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas sociais no extremo sul do Brasil (1978-88). *Ensaio FEE*. Porto Alegre: v.11, n.1, 1990, p. 124-142.
- BRUMER, Anita. *Produtores familiares agrícolas e lutas sociais no Rio Grande do Sul*. Apresentado no Seminário "Os camponeses têm futuro? Uma homenagem a Alexander Chayanov". Campinas: Unicamp, 23/11/89. Versão preliminar.
- BRUMER, Anita. Qual a vocação produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura. In TEDESCO, João Carlos (org). *Agricultura familiar. realidades e perspectivas*, EIUPF, RGS, 1999, p.219-249.
- BRUMER, Anita. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura gaúcha. *Cadernos de Sociologia*, Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: n. 6, p.89-110, 1994.
- BRUN, André. Pertinence-impertinence de la famille comme unité d'analyse du secteur agricole. In *Colloque Les agriculteurs et la politique depuis 1970*, Paris, 30/11 à 2/12 1987 (texto mimeo).
- BRUNO, J. A forma da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In: *Produção familiar, processos e conflitos agrários*. *Cadernos de Sociologia/PPGS/UFRGS*, Porto Alegre: vol.6, 1994.

- BRUNO, Regina *Senhores da terra, senhores da guerra. A nova face das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1997.
- BRUNO, Regina. A Besta-Fera da modernidade. In *Tempo e Presença*. São Paulo: Revista do CEDI, nº239, ano 11, mar 1989, p. 10-12.
- BRUNO, Regina. A dominação patronal no campo. In *Cadernos do CEDI*. nº 21 (*Sindicalismo no campo*). São Paulo: CEDI, 1991, p. 77-91.
- BRUNO, Regina. A UDR e o processo eleitoral. In *Revista Travessia*. Rio de Janeiro: nº 5, set. 1989.
- BRUNO, Regina. *UDR: crise de representação e novas formas de poder das oligarquias rurais*. Botucatu: PIPSA, 1987.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. Agricultura pós-cruzado: euforia e crise. In *Carneiro (org.) A política econômica do cruzado. Restrospectiva 86*. Centro de Estudos de Conjuntura, Campinas: UNICAMP, 1987, p. 73-99.
- CAHIERS D'ECONOMIE ET SOCIOLOGIE RURALES. *Le fonctionnement des marchés agro-alimentaires*. Paris: INRA, nº32, 1994.
- CALHOUN, CRAIG. Habitus, Field and Capital: historical specificity en the theory of practice. In *Critical Social Theory*. Backwell, 1995.
- CAMARGO NETO, Pedro de. O equívoco agrário. In *Folha de São Paulo*, 07.07.1992.
- CAMARGO, Ana Maria M. Pires de; SANTOS, Zuleima A. Pires. *Mudança na composição agrícola paulista: o caso da soja, da laranja e da cana-de-açúcar*. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo / Instituto de Economia Agrícola, 1985. (relatório de Pesquisa 10/85).
- CANO, Wilson. A região administrativa de Ribeirão Preto In *Projeto São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: Convênio Cia Metrô/SRL/FECAMP. nº 5 e 6, ago 1990.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- CARGILL. *A Citricultura no Brasil*. s/d.
- CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 1998.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: I instituições e classes sociais (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- CARVALHO, Horácio Martins de. A Estrutura das classes sociais no campo. In BONIN, A. A. et al. *Movimentos sociais no campo*. Curitiba: Criar / Ciência Labor, 1987, p.103-145.
- CERON, A.O. *Aspectos geográficos da cultura de laranja no município de Limeira*, Rio Claro, UFRC/IFCH/, 1969. (tese de doutorado).
- CHALITA, Marie Anne Najm. *La représentation politique des producteurs familiaux agricoles intégrés à l'agro-industries*. Paris, Université Paris I / IEDES, 1989. (mémoire de DEA).
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna, 1982.
- CHAYANOV, A.V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

- CHONCHOL, Maria Edy Ferreira de (coord.) Génese d'une politique et gestion locale: des familles bóias-frias renouent avec la terre dans l'Etat de São Paulo. In *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris: EHESS, n. 7, set. 1989.
- CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas). *As lutas camponesas no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.
- CORADINI, Odaci Luiz; FREDERICQ, Antoinette. *Agricultura, Cooperativas e Multinacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- CORADINI, Odaci. *O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização*. Porto Alegre: Vértices, v.41, nº162, junho 1996, p.207-220.
- CORADINI, Odacir Luiz. Ambivalências na representação de classe e a noção de "trabalhador rural". In NAVARRO (org.). *Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996, p. 171-188.
- CORADINI, Odacir Luiz. Os movimentos sociais no campo no sul do Brasil. In SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.) *Revoluções camponesas na América Latina*. UNICAMP/Ícone, 1985, p.137-147.
- COULOMB, Pierre; NALLET, Henry. *Le syndicalisme agricole et la création du paysan modèle*. Paris: Cordes-INRA, 1986.
- CRUZ, José Miguel. La fruticultura de exportacion: una experiencia de desarrollo empresarial. In *Coleccion Estudios CIEPLAN*, nº 25, 1988, p.79-114.
- DALA, Geysa Josefina. *Aspectos da Agricultura de Bebedouro*. Jaboticabal: UNESP/Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, 1979. (monografia).
- D'ARC, Hélène Rivière. Les années quatre-vingts: politique de décentralisation en Amérique Latine. Présenté au Séminaire *Voter en Amérique Latine*. Paris: Institut de Sciences Politiques, 24-25, janvier 1991.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: UNICAMP/Ícone, 1985.
- DI GIORGI, Fábio. Evolução e perspectivas do mercado mundial de suco de laranja. *Perspectivas dos Mercados Externos de Produtos Agrícolas*. Piracicaba: FEALQ, abril 1990.
- DI GIORGI, Fábio. Exaustão do modelo de remuneração na citricultura. In *Laranja* (Revista técnico-científica de citricultura). São Paulo, Cordeirópolis: v12. n.1, p. 95-115, s/d.
- DICKINSON, J. M.; MANN, S. A. Obstacles of the development of a capitalist agriculture. In *The Journal of Peasant Studies*, Londres: v. 5, nº 4, 1978, p. 466-481.
- D'INCAO, Maria Conceição. O movimento de Guariba: o papel acelerador da crise econômica. In *Política e administração*. Rio de Janeiro: FESP, v.1, n.2, 1985.
- D'INCAO, Maria Conceição. *Qual é a questão do bóia-fria*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- D'INCAO, Maria Conceição. Bóia-Fria, Sangue-Quente. In *Folha de São Paulo*, 02. 06. 1984.
- D'INCAO, Maria Conceição. *O Bóia-Fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- D'INCAO, Maria Conceição; ITACARAMBI, Paulo; Chonchol, M.E; PINTON, Florence. Stratégies officielles, réponses locales: le programme bóia-fria dans l'Etat de São Paulo. *Série Document de Travail*. Paris: EHESS/CIREC, n.16, outubro 1986.
- D'INCAO, Maria Conceição; BOTELHO, Moacyr Rodrigues. Movimento social e movimento sindical entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. In

- SADER, E. (org) *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987, p. 53-81.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática da Nova República*. São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1989.
- DOMENACH, Jean-Marie. *Approches de la modernité*. Paris, Ecole Polytechnique/Marketing, 1986.
- DONADIO, Luiz Carlos et al. *Aspectos agronômicos e econômicos da citricultura de Bebedouro*. Bebedouro: Fundação de Pesquisas Agroindustriais de Bebedouro, 1981.
- DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.
-
- DURAND, Jean-Pierre; WEIL, Robert (org.). *Sociologie Contemporaine*. Paris: Vigot, 1989.
- EIZNER, Nicole. *Les paradoxes de l'agriculture française*. Paris: L'Harmattan, 1985.
- EIZNER, Nicole. L'idéologie paysanne. In TAVERNIER, Y; GERVAIS, M.; SERVOLIN, C. (dir.) *L'univers politique des paysans dans la France Contemporaine*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1972, p. 317-334.
- EIZNER, Nicole; LARRERE, G.R. L'approche micro-régionale des problèmes de développement rural: des ambiguïtés à lever. In JOLLIVET, Marcel (dir.) *Pour une agriculture diversifiée*. Paris: L'Harmattan, 1988, p.168-174.
- ELIAS, Norber. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. *Mana*, 7(1), 2001, p. 89-116.
- FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, Globo / USP, 1975.
- FASE/Jaboticabal. "Canavieiros do Nordeste e de São Paulo. São Paulo: novos desafios depois de Guariba". In *Proposta (Experiências em educação popular. Assalariados rurais: para onde vai a organização?)*. Rio de Janeiro: FASE, n° 42, ano XIV, out 1989.
- FASE/Jaboticabal. *Quadro Sócio-Econômico e Aspectos do Sindicalismo Rural Paulista na Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto*, novembro 1987 (mimeo).
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 30*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- FAZANELLA NETO, Giacomo. *A Citricultura em Bebedouro: 1980. Aspectos Agronômicos*. Jaboticabal, UNESP / Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, 1980 (monografia).
- FERAESP. *Anais do I Congresso dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo*. Jaboticabal: 1990.
- FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. Caminhos e descompassos do sindicalismo rural paulista. In *Perspectivas*, Revista de Ciências Sociais, UNESP, v.12, n° 13, 1989/90, p. 73-102.
- FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. FERAESP: a controvertida inversão das regras do sindicalismo rural. *Cadernos do CEDI*. CEDI, São Paulo: n°21, p. 50-56 (*Sindicalismo no campo: entrevistas / Avaliação, perspectivas e desafios*), 1991.
- FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. *Movimentos sociais no campo: o sindicalismo rural*. Apresentado no II Seminário de relações de trabalho e movimentos sociais. CEDEC, São Paulo, 17-19 de maio, 1979.
- FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. O Estatuto do Trabalhador Rural e o FUNRURAL: ideologia e realidade. In *Revista Perspectivas*. São Paulo: v. 1, n° 1, 1976, 189-202.

- FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta; BERGAMASCO, Sônia Maria P. Pereira; D'AQUINO, Tereza. Assentamento de trabalhadores rurais em São Paulo: a roda-viva de seu passado/presente. *Ciências Sociais Hoje*, Vértice/ANPOCS, 1990, p.253-277.
- FERREIRA, Angela D.D. *Agriculteurs et industries agro-alimentaires: strategies, adaptations et conflits*. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle, 1992. (tese de doutorado).
- FERRY, Jean-Marc. Modernisation et consensus. In *L'esprit*. n° 5, mai 1985, p. 12-19.
- FLEURY, Maria Tereza Leme. Cultura de empresa e novas formas de gestão da força de trabalho. *Ciências Sociais Hoje*. Vértice/ANPOCS, 1991, p. 245-261.
- FONT, Mauricio A. Padrões de Ação Coletiva dos Plantadores Paulistas de Café: 1932-1933. In: *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FREUND, J. *Qu'est-ce que la politique?* Paris: Sirey, 1965.
- FURSTENAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira pós-64. In *Ensaio FEE*. Porto Alegre: v. 8, n°1, 1987, p. 139-154.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. A praxis coletiva dos sem-terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? In *Cadernos de Sociologia (Produção familiar, processos e conflitos agrários)*. n° 06,. Porto Alegre: UFRGS / PPGSociologia, 1994, p. 177-203.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. *Culture, religion et praxis socio-politique: la pastorale de libération et le mouvement des travailleurs ruraux sans-terre au Sud du Brésil*. Louvain: Université Catholique, 1991 (tese de doutorado).
- GARCIA JR, Afrânio. Libres et assujetés: la transition des travailleurs dépendants aux travailleurs libres dans le Nord-Est du Brésil. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris: EHESS, n° 65, 1986, p. 14-40.
- GARCIA, Antônio. *Sociologia de la Reforma Agrária en América Latina*. Buenos Aires, Amorrurtu, 1973. Apud Casanova, R.V. Sociologia de la Reforma Agrária. In *Revista Derecho y Reforma Agrária*. Mérida (Venezuela): Universidad de los Andes, 1978.
- GERMER, Claus. *Modernização, estrutura de classes e movimentos sociais no campo*. Paris: Université Paris III, Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, 1988.
- GODELIER, Maurice. *L'idéal et le matériel*. Paris: Fayard, 1984
- GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- GOMEZ, Sérgio. As organizações empresariais rurais na América Latina: o caso do Brasil e do Chile. *Reforma Agrária* (n° especial *As organizações empresariais rurais*). Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), ano 17, n. 2, ago-nov. 1987, p. 4-16.
- GONZALES, Elbio N.; BASTOS, Maria Inês. O trabalho volante na agricultura brasileira. In Pinsky, Jaime (org). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 25-47.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias. Agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GOODMANN, David E.; SORJ, Bernard; WILKINSON, John. Agroindústria, Políticas Públicas e Estruturas Sociais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo: Brasiliense, v.5, n. 4, out-dez, 1985, p. 31-55.
- GRANDO, Marinês Zandavali; Brumer, Anita; Jalfim, Anete. Agroindústrias e lutas sociais (a complexidade das lutas sociais em torno do valor do produto). In *Ensaio FEE*, Porto Alegre: v.10, n. 2, 1989, p. 266-284.

- GRAZIANO DA SILVA, José et al. Diferentiation campesina y cambio tecnológico: los productores de frijol em São Paulo, Brasil. In PINERO, M.; Llovet, I. (ed.) *Transición tecnológica y diferenciación social*. San José (Costa Rica): IICA, 1986, p. 83-141.
- GRAZIANO DA SILVA, José. A gestão das políticas na agricultura brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília: SOBER, v.27, n.3, jul-ago-set, 1989, p. 309-325.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, José. A relação setor público-privado na geração de tecnologia agrícola no Brasil. In *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília: EMBRAPA, Vol. 2, nº 2, maio-ago, 198, p. 185-232.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Agroindústria e globalização: o caso da laranja do Estado de São Paulo. In CAVALCANTI, Josefa Salete (org.). *Globalização, trabalho e meio ambiente*. UFPE, 1999b, p. 221-255.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Sindicalismo, tecnologia e emprego: as lutas dos canavieiros em São Paulo*. Campinas: IE/UNICAMP, versão preliminar, mimeo, s/d, p.24.
- GRAZIANO DA SILVA, José. As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia. Apresentado no XV Congresso Internacional da Latin American Studies, 1990 (texto mimeo).
- GRAZIANO DA SILVA, José. Complexos agroindustriais e outros complexos. In *Reforma Agrária*. Vol. 21, nº 3. Campinas: ABRA, set-dez 1991, p. 5-34.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *De bóias-frias a empregados rurais*. Maceió: Edufal, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999a.
- GRAZIANO DA SILVA, José; GASQUES, José Garcia. Diagnóstico inicial do volante em São Paulo. In *Mão de obra volante na agricultura*. Botucatu: CNPq/UNESP/Polis, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, José; PINTO, L.C.G. In BORBA, M.M.Z. et al. (coord.). *Análise do perfil da necessidade de trabalhadores qualificados nas atividades produtivas: soja, cana-de-açúcar e laranja na DIRA de Ribeirão Preto*. Pesquisa "Mão de obra qualificada na agricultura brasileira". Relatório nº 3, abril 1990.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes/FASE, 1987.
- HABERMAS, Jurgen. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa: Edições 70, 1968.
- HASSE, Geraldo. *A laranja no Brasil: 1500-1987. A história da agroindústria cítrica brasileira dos quintais coloniais às fabricas de suco do século XX*. São Paulo: Duprat/IOBE, 1987.
- HASSENTEUFEL, Patrick. Pratiques représentatives et construction identitaire: une approche des coordinations. *Revue Française de Science Politique*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, vol 41, nº 1, fev. 1991, p. 05-26.
- HIDALGO DA SILVA, O. *Representacion des intereses y organizaciones patronales en la agricultura brasileira*. Córdoba: Universidad de Cordoba, 1992 (tese de doutorado).
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- HOMEM DE MELO, Fernando B. A agricultura nos anos 80: perspectivas e conflitos entre objetivos de política. In *Estudos Econômicos*, São Paulo: v. 10, n.2, maio/ago, 1980, p. 57-102.
- HOMEM DE MELO, Fernando. O protesto agrícola e as modificações da política para o setor. In *Revista de Economia Política*, v. 7, n° 4, out-dez, 1987, p. 115-127.
- HOUEE. Paul. *Les politiques de développement rural: des années de croissance au temps d'incertitude*. Paris: Economica/INRA, 1989.
- IANNI, Octavio. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In *Cadernos de Sociologia (Produção familiar e conflitos agrários)*. Porto Alegre: UFRGS/PPGSociologia, Vol 6, 1994, p. 51-111.
- JOBERT, Bruno e MULLER, Pierre. *L'État em action: politiques publiques et corporatismes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.
- JOBIM, Leopoldo. *Reforma agrária no Brasil colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Col. Tudo é História).
- JODELET, Denise (dir). *Les Représentations Sociales*. Paris: PUF, 1989.
- KAGEYAMA, Angela et al. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agro-industriais*. Campinas: IPEA/IPLAN/FECAMP, outubro/1987.
- KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sônia M.P. *Novos dados sobre a produção familiar no campo*. Campinas: IE/Unicamp, 1989.
- KALATZIS, Aquiles; ALVES, Francisco J.C.; BATALHA, Mário Otávio. *Recentes movimentos no setor citrícola: estratégias e um novo padrão competitivo*. Informações econômicas, São Paulo: vol. 26, n° 9, setembro de 1996.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Portugal: Proposta, 1980.
- KELLER, Elza Coelho de Souza. Notas sobre a evolução da população do Estado de São Paulo - 1920 a 1950. In *Aspectos geográficos da terra bandeirante*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.
- KOURY, Mauro Guilherme P. A Imagem do Pobre Perigoso. *Cadernos do CEAS*. Salvador: CEAS, n.123, set-out 1989, p. 14-17.
- LAGRAVE, Rose Marie. *Celles de la terre: l'invention politique du métier d'agricultrice*. Paris: PUF, 1987.
- LAMARCHE, Hugues (coor). *L'agriculture familiale: comparaison Internationale. I Une Réalité Polymorphe*. Paris: L'Harmattan, 1992.
- LAMARCHE, Hugues (coor). *L'agriculture familiale:: comparaison Internationale. II Du mythe à la réalité*. Paris: L'Harmattan, 1994.
- LAMARCHE, Hugues. Análise da empresa agrícola ou industrial. In *Le monde rural et les sciences sociales: omission ou fascination?* Paris: XIX Colloque de l'Association des Ruralistes Français, 1994b.
- LAMARCHE, Hugues. Les logiques productives. In Lamarche, H. (coor). *L'agriculture familiale: comparaison Internationale. II Du mythe à la réalité*. Paris: L'Harmattan, 1994a, p.49-73.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1975.

- LEBARON, Frédéric. O campo dos economistas franceses no fim dos anos 90: lutas de fronteira, autonomia e estrutura. In *Mana. Estudos de antropologia social*, PPGAS/Museu Nacional, UFRJ, 7(1), abril 2001, p. 9-29.
- LEITE, Sérgio (org). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.
- LÊNIN, I.U. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- LIMA, Eduardo Barbosa. Avanços da informática na citricultura. In *Laranja. Revista Técnico-Científica de Citricultura*. Limeira: Secretaria de Agricultura e Abastecimento /Instituto Agrônômico/Estação Experimental, v. 2, n. 9, 1988, p.415-422.
- LINHARES, M.Y; SILVA, F.C.T. da. *História da agricultura: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOPES, Ana Yara Dania Paulino; SALES, Teresa. Qual a classe social do novo pequeno produtor? Implicações de sua determinação. *Perspectivas, Revista de Ciências Sociais*. São Paulo: UNESP, n° 7, 1983, p. 19-30.
- LOPES, J.R.B. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo: 1940-1970. *Estudos CEBRAP*, n° 22, 1978, p. 41-110.
- LOPES, Mauro de Rezende. A participação política dos produtores na política agropecuária no Brasil. In *Anais do XXVI Congresso brasileiro de economia e sociologia rural*. Brasília, SOBER, 1988.
- LOUREIRO, Maria Rita G. (org) et al. *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Terra, família e capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.
- MAGALHAES, Maria Henriqueta de. Um modelo agro-industrial cooperativo no setor cítrico. Separata de *Perspectiva Econômica*. Série Cooperativismo, n°31, ano XVI, vol. 11. São Leopoldo: UNISINOS, 1981.
- MAIA, M.L.; AMARO, A.A; GONÇALVES, J.S.; SOUZA, S.A.M. Produção e comercialização das frutas cítricas no Brasil. *Agricultura em São Paulo*, SP, v. 43, n.1, 1996, p.1-42.
- MAIA, Maria Lúcia. *Citricultura paulista: estrutura e acordos de preços*. Piracicaba: ESALQ, 1992. (dissertação de mestrado).
- MANN, S.A; DICKINSON, J.M. Obstacles of the development of a capitalist agriculture. *The Journal of Peasant Studies*. Londres: v. 5, n.4, 1978, p. 466-481.
- MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros e empreendedores – a saga do desenvolvimento no Brasil*. EDUSP, 2003.
- MARGARIDO, Mário Antônio. A agroindústria citrícola: aspectos estruturais e mercadológicos. *Agricultura em São Paulo*. São Paulo: v.43, n.2, 1996, p.45-65.
- MARGARIDO, Mario Antônio. *Transmissão de preços internacionais de suco de laranja para preços ao nível de produtor de laranja do Estado de São Paulo*. Coleção Estudos Agrícolas, IEA, 1998.
- MARIE, Jean-Louis. *Agriculteurs et politique*. Paris: Montchrestien, (Col CLEFS Politiques), 1994.

- MARTIN, Denis-Constant. Le choix d'identité. In *Revue Française de Sciences Politiques*, vol. 42, n° 4, 1992.
- MARTINE, George. *Fases e faces da Modernização agrícola brasileira*. São Paulo; IBLAN, 1989 (texto mimeo).
- MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, Caetés, 1987.
- MARTINELLI JUNIOR, Orlando. A agroindústria citrícola no estado de São Paulo. *Estudos Econômicos*, São Paulo: v.19, n° 2, maio-ago. 1989, p. 277-317.
- MARTINELLI JUNIOR, Orlando. *O complexo agro-industrial no Brasil: um estudo sobre a agroindústria citrícola no Estado de São Paulo*. São Paulo: USP/PPG Economia e Administração, 1987 (dissertação de mestrado).
- MARTINEZ, José Ignacio Porras. *Reformas estructurales de mercado, institucionalidad y dilemas em la acción colectiva del empresariado agrícola em Brasil*. Site web do escritório regional da FAO, s/d.
- MARTINS, J.S. Caminhando no chão da noite: emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARTINS, J.S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza (org.) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil Agrário. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MARTINS, José de Souza. O sentido do associativismo empresarial no Brasil Agrário In *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, Sônia Santana. Agricultura paulista: da modernização à crise. São Paulo. São Paulo: IEA/Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo, 1986.
- MARX, Karl. *O Capital. O processo global de produção capitalista*. São Paulo: Difel, 1890/1982. Livro 3, cap.47.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MARTINEZ, José Ignacio Porras. *Reformas estructurales de mercado, institucionalidad y dilemas em la acción colectiva del empresariado agrícola em Brasil*. Texto mimeo, s/d.
- MATTA, João Pedro. A sobrevivência do citricultor na década de 90. In *Laranja, Revista técnico-científica de citricultura*, v. 12, n. 1, 1991, p. 85-94.
- MATTA, João Pedro. *Situação atual e futura do produtor de citros*. In *Laranja, Revista técnico-científica de citricultura*. n° 9, vol. 2, 1988, p. 303-309.
- MAZZALI, Leonel. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede*. São Paulo, Editora UNESP, 1999.
- MEDEIROS, Francisco Ferreira de. Bebedouro agrícola e a história da nossa citricultura: 1928-1984, Bebedouro: 1994. (texto mimeo).
- MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. Questões sobre o sindicalismo rural. In *Tempo e Presença*, São Paulo: Revista do CEDI, n°243, ano 11, julho 1989, p.7-9.

- MELO, Fernando Homem de. O protesto agrícola e as modificações da política para o setor. In *Revista de economia política*, v. 7, n° 4, out/dez/1987, p. 115-127.
- MELO, José Luiz Bica de. *Fronteiras abertas: o campo do poder no espaço fronteiriço Brasil-Uruguai no contexto da globalização*. Porto Alegre: UFRGS/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000 (tese de doutorado).
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. IN GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (orgs) *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 89-111.
- MIRANDA, Cláudio Rocha de. *A tecnologia agropecuária e os produtores familiares de suínos do Oeste catarinense*. Porto Alegre: UFRGS/PPGS, 1995 (dissertação Mestrado).
- MONBEIG, Pierre. *Pionniers et Planteurs de São Paulo*. Paris: Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1952.
- MONTEIRO, José de Anchieta. *A Geração de Tecnologia Agrícola e Ação de Grupos de Interesse*. São Paulo: IPE/USP, 1985.
- MORAES, Plínio Guimarães. Algumas observações para o estudo das classes dominantes na agropecuária brasileira. In *Reforma Agrária*, (n° especial: *As organizações empresariais rurais*). Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), ano 17, n° 2, agosto-novembro, 1987, p. 17-33.
- MOREIRA, Roberto José. A pequena produção e a composição orgânica do capital. In *Revista de Economia Política*, v. 1, n° 3, 1981, p. 41-45.
- MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MOREIRA, Sílvio. Zonas citrícolas do Estado de São Paulo. *Curso avançado de citricultura*. Piracicaba: ESALQ/USP, 1958, p. 37-40.
- MOREIRA, Sylvio. *História da citricultura no Brasil*. Texto mimeo, s/d.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. *Empresários e hegemonia política*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrícola*. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.
- MÜLLER, Geraldo. La agricultura y el complejo agroindustrial en el Brasil: cuestiones teóricas y metodológicas. In: *Trimestre Económico*, n° 4, p. 921-938.
- MÜLLER, Geraldo. *O complexo agroindustrial brasileiro*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/EAESP, (Relatório de Pesquisa n° 13), 1981.
- MULLER, Pierre. *Crise de la sectorialité et nouvelles identités paysannes: le métier d'exploitant rural*. In Colloque Les Agriculteurs et la politique depuis 1970. Paris: nov-déc, 1987.
- MULLER, Pierre. *Le technocrate et le paysan, essai sur la politique française de modernisation de l'agriculture, de 1945 à nos jours*. Paris: Ouvrières, 1984
- MULLER, Pierre. Un métier né de la crise: exploitant rural. In *Sociologie du travail* Les agriculteurs face une nouvelle crise. Paris: n. 4, 1987b, 459-475.
- MULLER, Pierre; FAURE, Alain; GERBAUX, Françoise. *Les entrepreneurs ruraux: agriculteurs, artisans, commerçants, élus locaux*. Paris: Harmattan, 1989.
- NAVARRO (org.). *Política, protesto e cidadania no campo*. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996, p. 15-28.
- NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais no estado do Rio Grande do Sul, 1978-1990. In Navarro (org.) *Política, protesto e cidadania no campo*. As

lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996, p. 62-105.

NEVES, Delma Pessanha. A agricultura familiar: questões metodológicas. Campinas: *Revista Reforma Agrária*. ABRA, v.25, maio-dez.1995, p.21-37.

NEVES, Delma Pessanha. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. In *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS/Cortez, , 1985, p. 220-257.

NEVES, Delma Pessanha. *Engenho e Arte: estudo do processo de interdependência entre agricultura e indústria na região açucareira de Campos (RJ)*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1988. (tese de doutorado).

NEVES, Delma Pessanha. *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

NEVES, Evaristo Marzabal. *A importância sócio-econômica da citricultura no Estado de São Paulo*, agosto, 1997 (texto mimeo).

NEVES, Evaristo Marzabal. Produção citrícola nos Estados Unidos e no Brasil. In *Boletim Laranja*. Cordeirópolis: v.11, n.2, 1990, p. 409-428.

NEVES, Evaristo, Marzabal; ZEN, S.; NEVES, M. F. Perspectivas econômicas da citricultura brasileira. In *Boletim Laranja*. Cordeirópolis: v. 12, nº 1, 1991, p. 49-84.

NEVES, Hélio. A luta dos canavieiros (Entrevista a Francisco José da Costa Alves). In *Tempo e Presença*, Revista do CEDI, nº 243, ano 11, julho 1989, p. 24-25.

NEVES, Marcos Fava. A volta dos contratos. São Paulo: *Revista Agroanalysis*. Seção Janela Aberta, p.52, junho, 1996.

NEVES,E. M.; NEVES, M.F.; ZEN, S. de; GIANGRANDE Jr., N.L. Suco brasileiro no mercado internacional nos anos 90: hegemonia ameaçada? In *Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Campinas: SOBER, 1991.

NORONHA, Olinda Maria. *De camponesa à madame: trabalho feminino e relações de saber no meio rural*. São Paulo: Loyola, 1986.

NOVAES, Regina Reyes. Dissolver a neblina. In *Teoria e debate*. Nº 8, out-dez/1989, p. 46-49.

O'BRIEN, M. E PENNA, J. *Theorising welfare state: enlightenment and modern society*. London: Sage, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. In *Terra Livre*. Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Ano 1, nº 1, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: USP/Contexto, 1988.

ORTIZ, RENATO. *A procura de uma sociologia da prática*, s/d, mimeo.

PAIXÃO, Antônio Luiz; PRATES, Antônio Augusto Pereira. Mercado, organizações e burocracia pública: o caso do setor pecuário no Brasil. In *Dados*. Revista de ciências sociais. Rio de Janeiro: v. 24, nº1, 1981, p. 85-105.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *Cooperativas de mão-de-obra na citricultura: um caso exemplar de precarização das relações de trabalho no Brasil*. VI Encontro Nacional de estudos do trabalho, ABET, 1999.

PARTIDO DOS TRABALHADORES DE BEBEDOURO (org). Seminário sobre a crise do setor citrícola em Bebedouro e no Estado de São Paulo. Bebedouro, abril 1991 (documento).

- PAULILLO, L. F. O avanço do setor de serviços nos complexos agroindustriais: a terceirização agroindustrial e as cooperativas de mão-de-obra rural na citricultura. *Informações econômicas*, São Paulo: v.26, n.9, set. 1996, p.37-53.
- PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani e. *Complexos agroindustriais e redes políticas: as transformações no território citrícola brasileiro – uma abordagem do novo institucionalismo e da nova localização*. UNICAMP/Instituto de Economia, 2000 (tese de doutoramento).
- PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani. *O processo de constituição do complexo agroindustrial citrícola na região de Ribeirão Preto do Estado de São Paulo*. São Carlos: UFSCar, 1994 (dissertação de Mestrado).
- PAULILLO, Luiz Fernando. *Competitividade e rede de relações no território citrícola brasileiro; a concentração agroindustrial e o poder de negociação como elementos definidores*. Estudo de caso, s/d.
- PAULILLO, Luiz Fernando; ALVES, Francisco José da Costa. *Crise agrícola e redução dos direitos trabalhistas: a citricultura sai na frente*. *Informações Econômicas*, São Paulo: vol. 27, n°1, janeiro 1997.
- PAULILO, Maria Ignês S. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1990.
- PAULILO, Maria Ignês Silveira. *A integração no sul de Santa Catarina*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1987 (Tese de doutorado).
- PECAUT, Daniel. *Entre le peuple et la nation: les intellectuels et la politique au Brésil*. Paris: Maison des Sciences de L'Homme, 1989.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Empresários e administradores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- PHÉLIPPEAU, Eric. Sociogênese da profissão política. In Garrigou, Alain e Lacroix, Bernard. *Robert Elias: a política e a história*. São Paulo: Coleção Estudos. Ed. Perspectiva, 2001, p.185-208.
- PINAZZA, Luiz Antonio e ARAÚJO, Ney Bittencourt de. *Agricultura na virada do século XX: Visão de Agribusiness*. São Paulo: Globo, 1993.
- PINTO, L.Carlos G. *Notas sobre a política de crédito rural*. Campinas, UNICAMP, 1981 (mimeo).
- POLANY, Karl. *La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris: Gallimard, 1983.
- PORTO, M.S.G., SIQUEIRA, D.E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. *Cadernos de sociologia*, PPGS/UFRGS, Porto Alegre: Vol..6, p.76-89, 1994.
- POSSAS, Mario Luiz. *Estruturas de Mercado em Oligopólio*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- PRADO Jr, Caio. Distribuição da propriedade fundiária no Estado de São Paulo. São Paulo: *Revista de geografia*, USP, Vol..1, n°1, 1953, p. 52-64.
- PRADO, Dora Pires do. *Da colônia à vila*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1983. (dissertação de mestrado).
- PRADO, Eleutério. *Estrutura tecnológica e desenvolvimento regional*. São Paulo: IPE/USP, 1981.
- RAMBAUD, Pierre (1983). Organisation du travail agraire et identités alternatives. In *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris; PUF, vol. LXXV, juillet-décembre, 1983.

- RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1991 (tese de doutorado).
- RANGEL, Mary. *A análise de conteúdo e a análise do discurso como opções metodológicas na pesquisa de representação social*. Pelotas: Cadernos de Educação FAE/UF de Pelotas (11), jul/dez, 1998, p. 111-136.
- RATTNER, Henrique et al. *Pequena empresa: o comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência*. São Paulo: CNPq/Brasiliense, Vol. 1, 1985.
- RATTNER, Henrique. Acumulação, internacionalização da economia e as PMES. In *Revista de Economia Política*, São Paulo: Brasiliense, 4(3), jul-set, 1984, p. 85-103.
- RATTNER, Henrique. *Collective efficiency: a new development strategy for SMIs*. São Paulo: FEA/USP, dec. 1989 (versão preliminar).
- REIS, Elisa. Interesses agro-exportadores e construção do Estado. Brasil de 1899-1930. In *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- REMY, Jacques. La crise de professionalisation en agriculture: les enjeux de la lutte pour le contrôle du titre d'agriculteur. In *Sociologie du Travail (Les agriculteurs face a une nouvelle crise)*. Paris: Dunos, n°4, , 1987, p. 415-441.
- REMY, Jacques. *Profession: agriculteur*. Paris: INRA, 1986.
- RODRIGUES, Vera Lúcia G.S. *O associativismo em questão: os empresários dos complexos sucro-alcooleiro e citrícola*. São Paulo: Informações Econômicas, vol..28, n°9, setembro de 1998.
- RODRIGUES, Vera Lucia Graziano da Silva. *Organizações empresariais por produto: os casos da cana-de-açúcar e da laranja em São Paulo*. São Paulo: USP/PPGSociologia, 1995. (tese de doutorado).
- ROMEIRO, Vanda Marques Burjaili; FILHO, Edmundo Escrivão. Análise do ambiente de pequenas empresas: um estudo dos fatores externos das pequenas unidades de produção familiar de citros de Bebedouro – SP. Londrina: *Anais do II EGEPE*, nov. 2001.
- RUGAI, Élide. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SADER, E. (org.) *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Ed Cortez, 1987, p.53-81.
- SAINSAULIEU, Renaud (dir) *L'entreprise: une affaire de société*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.
- SAINTENY, Guillaume. *Logiques d'engagement et logiques de rétribution au sein de l'écologisme français* (texto mimeo).
- SALLES FILHO, Sérgio L.M.; SILVEIRA, José M.F.J. da. Relações agricultura/indústria, complexos agro-industriais e a dinâmica concorrencial. In *Anais do 29º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Campinas: vol.1, 1988, p. 90-119.
- SANDRONI, Paulo. *Questão agrária e campesinato*. São Paulo: Polis, 1980.
- SANTOS, Hamilton Carlos Massaro. *Caracterização sócio-econômica da região de Ribeirão Preto*. São Carlos: UFSC/Dept Engenharia de Produção, agosto 1988. (monografia).
- SANTOS, Roseli Maria Rocha dos. *Les origines industrielles de la modernisation agricole au Brésil*. Nanterre: Université Paris X, 1987 (tese de doutorado).
- SANTOS, Roseli, M. Rocha dos. La politique agricole au Brésil: les résultats de la modernisation et la difficile constitution d'un nouveau modèle. Colloque L'intégration Argentine-Brazil dans le secteur agro-alimentaire. Paris: junho 1988, texto mimeo.

SAYAD, João. Crédito Rural no Brasil. São Paulo: IPE/USP, Série Ensaio Econômicos, 1980.

SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM/Revan, 1999.

SCHEIN, E. *Organizational culture and leadership*. São Francisco: Jossey Bass, 1986, p. 248-249.

SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Porto Alegre: UFRGS/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1999. (tese de doutorado).

SCHUMACHER, Aluísio Almeida; CHONCHOL, Maria Edy Ferreira de. Les bóias-frias et la terre: politique publique dans l'Etat de São Paulo. Paris, *Cahiers du Brésil Contemporain*, EHESS, n° 10, juin 1990.

SCHUMPETER, Joseph. *Teoria do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). *Análise Demográfica Regional: Ribeirão Preto*. São Paulo: SEADE, 1982.

SEMEGHINI, Ulisses. *Cidade. A região Administrativa de Ribeirão Preto. Cenários da urbanização paulista. (Projeto: São Paulo no limiar do século XXI. Coordenação, Wilson Cano)*. São Paulo: Cia Metrô / SRL / FECAMP, 1990.

SILVA, José Francisco da; PINTO, Luiz Carlos Guedes (coords). *A mão de obra qualificada na agricultura brasileira: análise do perfil e da necessidade de trabalhadores qualificados nas atividades produtivas: soja, cana-de-açúcar e laranja na DIRA de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: FECAMP/SMO/MTb, Relatório de pesquisa n° 03, abril 1990.

SILVA, José Gomes da. *Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

SILVA, José Gomes da; PINTO, L.C.G. (coord); BORBA, M.M.Z. et al. *Análise do perfil da necessidade de trabalhadores qualificados nas atividades produtivas: soja, cana de açúcar e laranja na DIRA de Ribeirão Preto*. Relatório da Pesquisa "Mão de obra qualificada na agricultura brasileira". n° 3, abril 1990.

SILVA, José Gomes da; RODRIGUES, Vera Lúcia G. Silva. A problemática do "bóia-fria": uma revisão bibliográfica. In *A mão-de-obra volante na agricultura*. Botucatu: CNPq/UNESP/Polis, 1982, p. 56-85.

SILVA, Osvaldo Heller. *Génèse et transformation du champ syndical rural brésilien*. Paris: EHESS, 1990 (mémoire de DEA).

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1985.

SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOBRINHO, Joaquim Teófilo Sobrinho. Adensamento de plantio dos laranjais. In DONADIO, Luiz Carlos (org.). *Produtividade de Citros*. Jaboticabal: FUNEP, 1988, p. 221-232.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, M.; CORADINI, Odacir L. *Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SOTO, William Héctor Gómez. *A análise do discurso nas ciências sociais*. Cadernos de Sociologia, Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. Porto Alegre: v.9, p. 161-187, 1998.

- SOUZA, Ana Paula. A expansão da citricultura no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: *Anais do IXº Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. IV, 1984.
- STOLCKE, V. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- STOLCKE, Verena. *Cafecultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SUED, Ronaldo. *O desenvolvimento da agroindústria da laranja no Brasil: o impacto das geadas na Flórida e da política econômica governamental*. Rio de Janeiro: FGV, 1990. (tese de doutorado).
- SZMRECSANYI, Tamás; MARANHÃO, Ricardo (orgs). *História de empresas e desenvolvimento econômico*. EDUSP, Imprensa Oficial São Paulo/HUCITEC, 1996.
- SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (orgs) *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Nacional, 1979, p.204-215.
- TARSO, Paulo de. Limpar o terreno. In *Teoria e debate*. Nº 6, ano II, abril-junho/1989, p. 62-66.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A sociologia dos processos sociais agrários da perspectiva do século XXI: realidade e utopia. In *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. (org. Tedesco, J.C.). Prefácio. 1999.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários*. Caxambu, XIV Encontro anual da ANPOCS, 1990, 44 páginas (texto mimeo) (trabalho apresentado em evento).
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos: Exclusão e luta do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; GRANDO, Marinês Zandavali; BRUMER, Anita; JALFIM, Anete. Agroindústrias e lutas sociais: a complexidade das lutas sociais em torno do valor do produto. In *Ensaio FEE*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, v.10, n.2, 1989, p. 266-284.
- TAVARES, José dos Santos. A aventura sociológica na contemporaneidade. In ADORNO, Sérgio (org.). *A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade*, Cadernos de sociologia. Número especial. PPGS/UFRGS, 1995, p. 73-84.
- TAYLOR, CHARLES. To Follow a Rule. In *Bourdieu: Critical Perspectives*. The University of Chicago Press, 1993.
- TEDESCO, João Carlos. O produtor familiar e a agroindústria. In *Cadernos de Sociologia Nº 6*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1994, p. 112 - 132.
- THAME, Antônio Carlos de Mendes; AMARO, Antônio Ambrósio. *Agroindústria e desenvolvimento no Estado de São Paulo: aspectos dos contratos de compra e venda de produtos agrícolas*. São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento/IEA, Coordenadoria sócio-econômica, 1987 (relatório de pesquisa 35/87).
- TOLEDO, Antônio Alves de. *Memórias de Bebedouro*. São Paulo: Edigraf, 1968.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- TOURAINÉ, Alain. *Le retour de l'acteur*. Paris: Fayard, 1984.
- TOURAINÉ, Alain. *Production de la société*. Paris: Seuil, 1973.
- VAINER, Carlos Bernardo. *Production vivrière et force de travail dans l'agriculture brésilienne*. Paris, IEDES/Université Paris I, 1979 (tese de doutorado).

- VAINER, Carlos Bernardo; AZEVEDO, Vânia Maria Ramos de. Classificar, selecionar, localizar: notas sobre a questão racial e a imigração. *Cadernos de Planejamento Urbano e Regional*. Rio de Janeiro: PUR/UFRJ, s/d.
- VAN DIJK, Teun. *Critical discourse analysis*. Versão preliminar do texto a ser publicado In SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah e HAMILTOM, Heidi (orgs). *The handbook of discourse analysis*. Blackwell Publishers, 2001.
- VIEGAS, F.; RODRIGUES, O. *Citricultura brasileira*. Campinas: Fundação CARGILL, 1980.
- VIEGAS, Flávio de C.P. Compra da laranja através dos sólidos solúveis. In *Laranja (Revista técnico-científica de citricultura)*. Cordeirópolis: Instituto Agrônomo/Estação Experimental de Limeira: v.2, n. 9, 1988a, p. 467-481.
- VIEGAS, Flávio de C.P. Produtividade e indústria de suco. In DONADIO, L. C. (org). *Produtividade de citros (Anais do III Simpósio de Citricultura)*. Jaboticabal: FUNEP, 1988b, p. 301-304.
- VIEIRA, Ana Cláudia; ALVES, Francisco José da Costa. *A quebra do contrato-padrão e o acirramento dos conflitos no setor citrícola*. Informações Econômicas, São Paulo: vol. 27, nº8, agosto de 1997.
- VIEIRA, Dirceu Brasil. Produtividade e irrigação. In DONADIO, L. C. (org). *Produtividade de Citros (Anais do III Simpósio de citricultura)*. Jaboticabal: FUNEP, p. 185-193, 1988.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo: *Cadernos do IFCH*. Campinas: UNICAMP/IFCH, nº 19, junho 1988.
- WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. A produção familiar na agricultura brasileira: notas preliminares para um estudo comparativo. In: *XIV Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu: 1990. (texto mimeo) (trabalho apresentado em evento).
- WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In FERREIRA, A.D.D. e BRADENBURG, A (orgs). *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p.29-49.
- WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. *O camponês: um trabalhador para o capital*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1979.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad. Esbozo de sociologia comprensiva*. México: Fondo de Cultura Economica, 1987.
- WEBER, Max. *L'Ethique protestante el l'esprit du capitalisme*. Paris: Plon, 1967.
- WEBER, Max. O caráter nacional e os "junkers". *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Biblioteca de Ciências Sociais/Zahar, 1963, p.438-448.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- WILKINSON, John. *O Estado, agroindústria e a pequena produção*. Salvador: Hucitec/CEPA/BA, 1986.
- WILKINSON, John. *O futuro do sistema alimentar*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- WOORTMANN, Klass. *Com parente não se negocia - o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico/87*. Brasília : UNB/Tempo Brasileiro, 1990.
- ZIMMERMANN, Maria Emília Marques. *"O RPR e os fazendeiros do café"*. Campinas: UNICAMP, 1986.
- ZYLBERSZTAJN, Décio (coord.). *Estudos de caso em agribusiness. O processo de tomada de decisões nas empresas brasileiras*. Porto Alegre: Ortiz, 1993.

ZYLBERSZTAJN, Décio (coord.). *O sistema agroindustrial do café*. Porto Alegre: Ortiz, 1993.

Jornais

Estado de São Paulo (ESP). São Paulo, 1984-92.
Diário do Comércio e Indústria (DCI). São Paulo, 1984-89.
Folha de São Paulo (FSP). São Paulo, 1984-89.
Folha SP Nordeste (FSPN). São Paulo, 1984-89.
A Voz de Bebedouro (VB). Bebedouro, 1984-89.
Diário de Ribeirão Preto (DRP). Ribeirão Preto, 1984 - 89.
Notícias Regionais (NR). Ribeirão Preto, 1984-89.

Periódicos

Informativos da ACIESP (Associação dos Citricultores do Estado de São Paulo). Bebedouro / Araraquara, 1987 - 1990.
Jornal do Citricultor. ASSOCITRUS (Associação Paulista dos Citricultores). São Paulo, nov-dez 1988.
Informativo da Citrosuco Paulista SA. São Paulo, nov-dez 1988.

Dossiers

Bóia-fria, sangue quente: 1984 - 1992. Organizado pela FASE de Jaboticabal.
O setor citrícola no estado de São Paulo: 1984 - 1992. Organizado pela FASE de Jaboticabal.
A crise do complexo citrícola paulista: uma proposta não excludente (org. Silva, José Graziano da), 2000, PT São Paulo.
